



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1772

Segunda-feira - 29 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba .....	369	Ponte Serrada .....	559
Antônio Carlos .....	10	Guaramirim.....	370	Porto União.....	568
Arroio Trinta.....	11	Guarujá do Sul .....	381	Pouso Redondo .....	571
Balneário Rincão .....	12	Herval d'Oeste .....	383	Presidente Nereu.....	607
Barra Velha.....	14	Ibiam .....	384	Rio dos Cedros.....	629
Bela Vista do Toldo.....	15	Ilhota .....	385	Rio do Sul.....	608
Benedito Novo .....	20	Imarui .....	386	Salto Veloso.....	633
Biguaçu .....	21	Imbituba .....	390	Santa Rosa do Sul .....	634
Blumenau .....	26	Iomerê .....	391	Santa Terezinha do Progresso .....	650
Bom Jesus do Oeste .....	34	Ipumirim .....	395	São Bento do Sul.....	660
Bom Retiro .....	36	Irineópolis .....	401	São Carlos .....	664
Botuvera.....	38	Itá .....	402	São Domingos.....	665
Brusque.....	40	Itapoá .....	404	São João do Sul .....	666
Caçador.....	142	Ituporanga .....	425	São Joaquim .....	668
Camboriú.....	166	Joaçaba .....	426	São José.....	681
Campo Alegre .....	168	José Boiteux .....	430	São Lourenço do Oeste.....	687
Canoinhas.....	179	Lages .....	431	São Miguel do Oeste.....	741
Capinzal .....	181	Laguna .....	433	São Pedro de Alcântara.....	742
Celso Ramos.....	194	Lauro Muller .....	434	Schroeder.....	762
Cocal do Sul.....	196	Luzerna .....	435	Serra Alta .....	771
Concórdia .....	197	Macieira.....	450	Siderópolis.....	776
Cordilheira Alta .....	313	Mafra .....	451	Sombrio.....	777
Correia Pinto.....	315	Maracajá .....	452	Sul Brasil .....	778
Corupá .....	316	Maravilha.....	453	Tigrinhos .....	779
Curitibanos .....	317	Massaranduba.....	454	Timbó .....	780
Dionísio Cerqueira .....	323	Meleiro .....	455	Três Barras .....	782
Doutor Pedrinho.....	325	Modelo .....	456	Treze Tílias .....	783
Ermo .....	339	Navegantes.....	457	Vargeão.....	784
Faxinal dos Guedes.....	340	Nova Trento .....	488	Vargem Bonita .....	785
Forquilha .....	342	Orleans.....	513	Videira.....	786
Fraiburgo.....	345	Ouro Verde .....	517	Vitor Meireles.....	800
Garopaba.....	361	Palhoça .....	518	Xanxerê.....	801
Garuva .....	362	Paulo Lopes .....	519	Xavantina .....	802
Gaspar .....	364	Penha.....	520	Xaxim.....	803
Governador Celso Ramos .....	365	Pinheiro Preto .....	556		
Grão Pará .....	366	Pomerode.....	558		

### Consórcios

AGIR .....	804
ARIS .....	804
CIS Nordeste .....	806
CIGAMERIOS .....	807

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 35/2015

CONTRATO Nº. 35/2015 DE 26/06/2015

CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:				
Denominação/Nome por extenso: MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE				
CNPJ/MF: 82.939.398/0001-90	Inscrição Estadual: ISENTO			
SIGLA/Nome resumido: ÁGUA DOCE PREF GABINETE DO PREFEITO	Ramo de Atividade: 84.44-6-00 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL			
Endereço: PRAÇA JOÃO MACAGNA, 322 - CENTRO				
Cidade: ÁGUA DOCE	UF: SC	CEP: 89654-000		
Telefone: (49)3524-0000	FAX: (49)3524-0000			
Endereço Eletrônico: gabinete@aguadoce.sc.gov.br				
Nome do Responsável: NOVELLI SGANZERLA				
Cargo/Função: PREFEITO MUNICIPAL	RG: 2.632.418	CPF: 160.789.509-91		

CONTRATADA:				
ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto -Lei nº 509, de 20 de março de 1969.				
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23			
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário				
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88110-923		
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225			
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br				
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade				
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34			
Coordenador Regional de Negócios: Paulo Roberto Zucco				
RG: 100.366-420-6 SSP/RS	CPF: 248.658.930-91			

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e VENDA DE PRODUTOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes encontram-se no(s) respectivo(s) ANEXO(s).

2.2. A qualquer momento a CONTRATANTE poderá solicitar à ECT a inclusão ou a exclusão de serviços no presente contrato, procedimentos estes que deverão ocorrer por meio de termo aditivo ou por apostilamento, conforme opção da CONTRATANTE, e registro na Ficha Resumo, a ser assinada pelas partes.

2.2.1. A inclusão de serviço(s) dar-se-á após análise da viabilidade pela ECT, por meio do acréscimo do(s) ANEXO(s) correspondente(s),

rubricado(s) pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura da Ficha Resumo.

2.2.2. A exclusão ocorrerá mediante comunicação formal de qualquer uma das partes, com prova de recebimento e aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, com a devida assinatura de nova Ficha Resumo.

2.2.2.1. Quando a solicitação de exclusão ocorrer concomitantemente à solicitação de inclusão de mesmo serviço ou serviço substituto, com cota mínima superior, a exclusão e inclusão ocorrerá na data da formalização da Ficha Resumo, independente do aviso prévio a que se refere o subitem anterior.

2.2.3. Encontram-se definidas na Ficha Resumo anexa, assinada e rubricada pelas partes, as informações contratuais relativas aos serviços prestados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se compromete a:

3.1. Informar à ECT, com antecedência mínima de 15(quinze) dias úteis da data de início das operações, os seus representantes credenciados a utilizarem o(s) serviço(s) previsto(s) no(s) ANEXO(s) deste contrato, se for o caso.

3.1.1. Deverá ser informado à ECT o nome do Órgão e do seu responsável, endereço, telefone para contato e os tipos de serviços a serem utilizados pelo Órgão credenciado.

3.1.2. Controlar a utilização dos serviços por parte de seus representantes credenciados.

3.1.2.1. Por representantes credenciados entendam-se os órgãos, filiais, ou, no caso de holding, dessa e de suas empresas controladas, cuja utilização do contrato for autorizada pela ECT.

3.1.3. A infração contratual por parte de qualquer das pessoas enumeradas no subitem 3.1.2.1. será de responsabilidade da CONTRATANTE, apurada nos termos deste contrato.

3.2. Quando da utilização de serviços que preveem franqueamento por chancela, indicar no ângulo superior direito do anverso dos objetos, por processo gráfico, etiqueta ou carimbo, a chancela de franqueamento padrão, fornecida pela ECT em arquivo eletrônico, contendo as seguintes informações:

a) Dados fixos: nome do serviço e a marca Correios;

b) Dados variáveis: número e ano de assinatura do contrato, Diretorias Regionais de origem do contrato e de postagem e nome ou sigla da CONTRATANTE.

3.2.1. A Chancela de Franqueamento prevista no subitem anterior deverá ser utilizada, exclusivamente, em objetos distribuídos pela ECT, por meio do presente contrato.

3.2.1.1. A não observância ao uso exclusivo da chancela de franqueamento implicará no pagamento de multa, pela CONTRATANTE, correspondente a 10% (dez por cento) do valor verificado no último faturamento do respectivo contrato.

3.2.1.2. A multa a que se refere o subitem anterior incidirá sobre cada objeto identificado pela ECT e que tenha sido distribuído por terceiros, sem prejuízo das sanções instituídas pela quebra do monopólio postal, se for o caso, limitada a 50% da importância do faturamento tomado como base para sua aplicação.

3.2.1.3. No caso de franquia postal, o órgão ou entidade deverá ser orientada por escrito (carta, ofício, telegrama), no sentido de que não seja, em hipótese alguma, adotada a situação descrita nos subitens 3.2.1. ao 3.2.1.2.

3.3. Observar as condições gerais de aceitação de objetos estabelecidas pela ECT, especificadas nos ANEXOS, site dos Correios e/ou nas Tarifas/Tabelas de Preços, quanto a peso, dimensões, acondicionamento e demais normas previamente informados pela ECT, inclusive o endereçamento completo com a utilização do CEP, estabelecidas para cada modalidade de serviço.

3.4. Utilizar embalagens adequadas ao peso, às condições de aceitação e natureza do conteúdo, conforme site dos Correios e/ou recomendações da ECT.

3.5. Informar à ECT e manter atualizados (por carta, ofício ou telegrama) todos os dados cadastrais, incluindo o(s) endereço(s) para a entrega de fatura(s).

3.5.1. Os mesmos meios de informação citados no item 3.5. devem ser adotados para comunicações e solicitações diversas.

3.6. Informar à unidade de vinculação do contrato o endereço de correio eletrônico, telefones e fax para os contatos que se fizerem necessários e comunicar, de imediato, sempre que ocorrer qualquer alteração.

3.7. Postar os objetos nas Unidades previamente acordadas com a ECT.

3.8. Apresentar, obrigatoriamente o cartão de postagem, quando da utilização do(s) serviço(s) e/ou aquisição de produtos postais.

3.8.1. A CONTRATANTE é a única responsável pelos Cartões de Postagem fornecidos pela ECT para a postagem, inclusive por parte de seus representantes credenciados, respondendo por danos causados por sua utilização indevida.

3.8.1.1. Em caso de perda, roubo ou extravio do cartão de postagem, a CONTRATANTE permanecerá responsável, enquanto não comunicar o fato oficialmente à ECT, por meio de correspondência com prova de recebimento.

3.8.1.2. Na hipótese de qualquer alteração no cartão de postagem, comunicar à ECT para as providências de substituição.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

4.1. Compete previamente aos Correios:

4.1.1. Disponibilizar

a) os dados e critérios necessários ao cumprimento da Cláusula Terceira;

b) informações necessárias à execução deste contrato;

c) condições de aceitação de cada serviço e prazos de entrega;

d) especificações a serem observadas na confecção e identificação dos objetos; e

e) formulários citados no(s) anexo(s) e modelos de documentos a serem confeccionados.

4.1.2. Fornecer

a) tabelas de preços e tarifas relativas aos serviços previstos neste contrato e atualizações; e

b) os cartões de postagem para cada órgão credenciado a utilizar os serviços e/ou adquirir os produtos previstos no(s) ANEXO(s).

4.2. Estabelecer, em conjunto com a CONTRATANTE, as Unidades Operacionais e de Atendimento credenciadas para a prestação dos serviços e/ou venda de produtos, bem como orientá-las a respeito da execução dos serviços.

4.3. Prestar à CONTRATANTE todas as informações necessárias para utilização dos serviços contratados.

4.4. Disponibilizar a fatura de cobrança no site dos Correios, conforme previsto na Ficha Resumo anexa a este contrato.

4.5. Enviar a fatura de cobrança para o endereço indicado pela CONTRATANTE.

4.6. Executar o(s) serviço(s) previsto(s) no(s) ANEXO(s), conforme normas estabelecidas pela ECT.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

5.1. Pela prestação dos serviços previstos no(s) ANEXO(s) a este contrato, a CONTRATANTE pagará à ECT os valores contidos nas Tabelas específicas a cada serviço, fornecidas pela ECT, e pelos serviços adicionais e venda de produtos contratados, os valores mencionados, respectivamente, na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais, Preços Internacionais, Preços SEDEX Mundi, Tarifas Documentos e Demais Serviços e Tabela de Produtos, vigentes na data da prestação dos serviços e aquisição de produtos, sendo reajustados nas mesmas datas e segundo os mesmos índices da modificação das mesmas.

5.1.1. Os valores previstos no subitem 5.1. terão suas vigências adstritas às Tabelas indicadas no mesmo subitem e serão alterados quando da modificação das mesmas.

5.1.1.1. O reajuste das Tabelas mencionadas no subitem anterior observará a periodicidade legal mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data do início da vigência da tabela, indicada no seu próprio texto.

5.1.1.2. O prazo estipulado no subitem 5.1.1.1. poderá ser reduzido, se o Poder Executivo assim o dispuser.

5.2. Independente do procedimento de reajuste, os valores definidos para os serviços prestados e para os produtos vendidos poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.3. Havendo forma de valor e reajuste distintos daqueles previstos no subitem 5.1., os mesmos serão estabelecidos no próprio ANEXO relativo aos procedimentos do serviço a que se referem os valores e reajustes diferenciados.

5.4. A revisão das tarifas dos serviços prestados pela ECT será promovida pelo Ministério das Comunicações, em conformidade com o Art. 70, I da lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, combinada com o artigo 1º da Portaria nº 152, de 9 de julho de 1997, do Ministério da Fazenda.

5.5. A ECT deverá informar à CONTRATANTE os novos valores dos serviços e produtos sempre que ocorrer atualização em suas tarifas e/ou tabelas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Respeitado o cronograma definido na Ficha Resumo anexa a este contrato, a ECT disponibilizará à CONTRATANTE, no endereço [http://www2.correios.com.br/produtos\\_servicos/sfc/default.cfm](http://www2.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/default.cfm), para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos.

6.1.1. Adicionalmente, a ECT entregará à CONTRATANTE, no endereço pré-estabelecido, a fatura mensal, respeitados o Período Base (Ciclo de Faturamento) e o vencimento da fatura, definidos na Ficha Resumo anexa que é parte integrante deste contrato.

6.1.2. Na hipótese de não haver tempo hábil para a consolidação de todas as postagens efetuadas no período de faturamento, aquelas remanescentes serão faturadas e/ou consideradas para a concessão de descontos em período posterior.

6.2. Os serviços prestados no presente contrato ficam isentos do pagamento da Cota Mínima de Faturamento estabelecida para os mesmos, exceto com relação aos serviços SEDEX 40436 e SEDEX 40444 que, se contratados, devem observar a Cota Mínima de Faturamento estabelecida, respectivamente, na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais, nas Tabelas de Preços específicos, prevalecendo aquela de maior valor, vigente no último dia do ciclo de faturamento do mês de competência do faturamento.

6.2.1. A cota mínima de faturamento será correspondente àquela de maior valor dentre os serviços de mesma periodicidade definida na Ficha Resumo.

6.2.1.1. Quando da contratação de serviços customizados, fica estabelecida uma cota mínima individual de faturamento que será indicada nos anexos, vigente no último dia do ciclo de faturamento do mês de competência do faturamento.

6.2.1.2. A Cota Mínima de Faturamento será cobrada após o segundo período base (ciclo) de faturamento indicado na Ficha Resumo anexa, contado a partir do ciclo inicial de faturamento, independentemente do dia de assinatura, vigência do contrato e da periodicidade escolhida pela CONTRATANTE.

6.2.1.2.1. A isenção citada no subitem anterior não se aplica a contratos sucedâneos..

6.2.1.3. Havendo inclusão e/ou exclusão de ANEXO que altere o valor da Cota Mínima de Faturamento, o novo valor será cobrado de forma proporcional, considerando a data de sua inclusão/exclusão;

6.2.1.4. No caso de suspensão do cumprimento de suas obrigações conforme disposto no subitem 8.1.3.1., não haverá incidência de Cota Mínima de Faturamento no período abrangido pela suspensão, sendo aplicada a proporcionalidade pelos dias utilizados nos períodos base (ciclo) anteriores à suspensão e posteriores à reativação.

6.2.1.5. Na hipótese de o valor a ser pago pelo cliente, relativo aos serviços prestados, ser inferior à Cota Mínima de Faturamento do período, a fatura emitida ao final de cada período incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada.

6.2.1.5.1. Havendo alteração no contrato que implique em mudança de valor de cota mínima dentro do período de faturamento, o cálculo do complemento a ser cobrado levará em consideração a proporcionalidade dos valores de cotas mínimas utilizadas dentro do período.

6.2.1.6. Poderá ocorrer a restituição, mediante crédito em fatura posterior, de parte da complementação financeira correspondente ao valor de postagens remanescentes quando da ocorrência da situação descrita no subitem 6.1.2.

6.2.2. O valor da Cota Mínima de Faturamento será revisto quando da atualização das Tabelas ou dos ANEXOS indicadas nos subitens 6.2. e 6.2.1.1. respectivamente.

6.3. O pagamento da fatura deverá ser realizado por via bancária, conforme instruções constantes do próprio documento de cobrança.

6.3.1. A forma de pagamento por meio de crédito em conta corrente somente será aceita mediante autorização prévia e expressa da área financeira da ECT. Eventual depósito sem a anuência da ECT não caracterizará a quitação da fatura, estando a CONTRATANTE sujeita às sanções previstas no subitem 8.1.4;

6.3.2. Quando o pagamento ocorrer pela rede bancária, a baixa da fatura dar-se-á após o crédito na conta corrente da ECT e a respectiva compensação de cheque que porventura venha intermediar a liquidação do título.

6.4. No caso de o pagamento das faturas ser efetuado por meio do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, deve ser utilizado o procedimento OBFatura – Extra-SIAFI, que possibilita a operacionalização do pagamento com a indicação do

código de barras ou linha digitável constantes do boleto de cobrança.

6.5. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela CONTRATANTE, preferencialmente, junto à Central de Atendimento dos Correios – CAC ou por escrito (carta, ofício, telegrama), e receberá o seguinte tratamento:

6.5.1. reclamação apresentada sem o pagamento da fatura será admitida até a data do vencimento:

a) se for procedente, a ECT emitirá nova fatura com o valor correto e com nova data de vencimento; e

b) se for improcedente, a CONTRATANTE pagará a fatura. Caso o pagamento ocorra após o vencimento, a CONTRATANTE pagará a fatura mais os acréscimos legais previstos no subitem 8.1.4., independente do prazo necessário para a apuração por parte da ECT;

6.5.2. Após a data de vencimento, a reclamação somente será aceita com o pagamento integral da fatura;

6.6. Os encargos e multas decorrentes de atraso de pagamento de faturas, bem como débitos e créditos relativos a eventuais ajustes conforme critérios estabelecidos neste contrato serão lançados em fatura posterior, devidamente discriminados.

6.6.1. Os créditos devidos pela ECT, relativos a indenizações, cujos fatos geradores foram apurados e devidamente comprovados pela ECT, serão pagos diretamente à CONTRATANTE via crédito em fatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

7.2. A vigência inicial do(s) ANEXO(s) será indicada na Ficha Resumo, em conformidade com o subitem 2.2.1., e não excederá a do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO INADIMPLEMENTO

8.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação escrita, com prova de recebimento, para que a parte inadimplente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa;

8.1.1. Se for apresentada defesa, a parte prejudicada deverá se manifestar sobre esta no mesmo prazo;

8.1.2. Quando a decisão motivada não acolher as razões da defesa, a parte inadimplente deverá regularizar a situação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação formal desse fato;

8.1.3. O descumprimento do subitem anterior poderá ensejar a rescisão do contrato, a critério da parte prejudicada, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis;

8.1.3.1. O atraso de pagamento por prazo superior a 90 (noventa) dias concede à ECT o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações ou rescindir o contrato conforme previsto no Artigo 78, da Lei 8.666/93.

8.1.4. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC Meta, ocorrida entre o dia seguinte ao vencimento da obrigação e o dia do efetivo pagamento, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e demais cominações legais, independentemente de notificação.

8.1.4.1. Neste caso, os encargos decorrentes do atraso de pagamento serão cobrados em fatura posterior.

8.1.5. Se permanecer inadimplente, a CONTRATANTE terá seu CNPJ inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, pela ECT, em obediência ao disposto na Lei 10.522 de 19 de julho de 2002;

8.1.5.1. Este dispositivo não se aplica aos “Órgãos Públicos Federais”.

8.1.6. Será de responsabilidade da CONTRATANTE as custas cartoriais, caso haja necessidade de a ECT recorrer ao mecanismo de “PROTESTO DE TÍTULO”, para reaver os seus valores devidos, por atraso no pagamento de faturas, podendo ser pagas diretamente nos cartórios ou ressarcidas à ECT se o pagamento das custas ocorrer de forma antecipada.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

9.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com prova de recebimento e aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias;

9.1.1.1. Quando a solicitação de rescisão ocorrer concomitantemente à formalização de contrato sucedâneo, com cota mínima igual ou superior, a rescisão poderá ocorrer na data da formalização do pedido, independente do aviso prévio a que se refere o subitem anterior.

9.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Oitava; e

9.1.3. na hipótese de ocorrer qualquer das situações e formas previstas no bojo dos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, obedecido ao disposto no subitem 8.1.;

9.2. Quando ocorrer interesse público, a ECT poderá rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 58, II, combinado com parágrafo 3º do artigo 62, do mesmo Estatuto Licitatório;

9.3. No caso de rescisão, fica assegurado à ECT o direito de recebimento dos valores correspondentes aos serviços prestados à CONTRATANTE e produtos adquiridos pela mesma até a data da rescisão, bem como à proporcionalidade das cotas mínimas contratadas, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste contrato.

9.4. Da mesma forma fica garantida à CONTRATANTE a devolução de seus objetos e valores devidos para repasse.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

10.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 – Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/14 – Aplicações Diretas

10.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. O presente contrato terá validade depois de aprovado pelos órgãos competentes da CONTRATANTE e da ECT.

11.2. A realização de licitação é inexigível com base no caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A ECT não se responsabiliza:



12.1.1. por valor incluído em objetos postados sem a respectiva declaração de valor;

12.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte da CONTRATANTE;

12.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não-realizados;

12.1.4. por objeto que, no todo ou em parte, seja confiscado ou destruído por autoridade competente, desde que haja comprovação documental;

12.2. A responsabilidade da ECT cessa, sem prejuízo do disposto no(s) respectivo(s) ANEXO(s), nas seguintes condições:

12.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário a quem de direito ou restituído à CONTRATANTE;

12.2.2. terminado o prazo para a reclamação, previsto em ANEXO, para cada serviço;

12.2.3. em caso fortuito ou de força maior (catástrofes naturais, revolução, motim, tumulto e qualquer outro movimento de natureza popular), regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.2.4. nos casos de paralisação da jornada de trabalho independentemente de sua vontade;

12.3. Em caso de extravio, perda ou espoliação de objetos postados sob registro, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor de indenização constante da Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais;

12.3.1. Esses valores serão pagos à CONTRATANTE, conforme previsto no subitem 6.7.1., Cláusula Sexta.

12.4. Não devem ser incluídos nos objetos postados, quando for o caso, materiais relacionados no Artigo 13 da Lei nº 6.538, de 22/06/1978, e na Lista de Objetos Proibidos da União Postal Universal - UPU;

12.4.1. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos recebidos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário;

12.4.1.1. Nos casos de objetos postados como Mala Direta Postal Especial - MDPE ou Mala Direta Postal Básica - MDPB o conteúdo poderá ser verificado a qualquer momento, sem a necessidade da presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário.

12.4.2. Após análise de viabilidade pela CONTRATADA, podem ser transportados pelos Correios materiais sujeitos a legislação específica, com formalização de Termo, Apenso ou documento congêneres.

12.5. As partes responderão pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, sendo que os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato ou de sua execução constituem ônus de responsabilidade exclusiva do respectivo contribuinte, conforme definido na legislação vigente.

12.5.1. Havendo imputação de responsabilidade tributária a uma parte em decorrência de fato cuja responsabilidade originária seja da outra parte, caberá a esta ressarcir àquela os valores efetivamente pagos.

12.5.2. Para efeito do ressarcimento exposto no subitem anterior, a obrigação será considerada direito líquido e certo, devendo ser realizada em 10 (dez) dias, contados da data da comprovação de recebimento da comunicação oficial do seu pagamento.

12.6. Em complementação à obrigatoriedade legal expressa nos artigos 5º e 6º, da Lei 6.538/78, as partes devem também guardar sigilo absoluto sobre informações proprietárias e confidenciais necessárias à prestação dos serviços ora contratados, quais sejam, documentos, informações e programas inerentes aos serviços contratados.

12.6.1. As informações proprietárias e confidenciais necessárias à prestação dos serviços ora contratados mencionadas no subitem anterior referem-se a planos de triagem de objetos, softwares de gerenciamento de postagem, soluções logísticas, dentre outras.

12.6.1.1. Quando houver necessidade de divulgação de qualquer uma dessas informações, por determinação de órgão competente para tal, a parte interessada deverá solicitar, previamente, autorização expressa à outra.

12.7. As disposições contratuais e de seu(s) respectivo(s) ANEXO(s) deverão ser interpretadas harmonicamente, considerando os procedimentos inerentes ao(s) serviço(s) prestado(s), assim como aos costumes e normas vigentes.

12.8. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes com a celebração de respectivo Termo Aditivo, se for o caso;

12.8.1. Alterações decorrentes de especificações da prestação de serviços e produtos, no(s) respectivo(s) Anexo(s) contratado(s) serão formalizadas por apostilamento, respeitando-se o disposto no Art. 55 da Lei 8666/1993.

12.9. Em caso de conflito quanto aos aspectos operacionais prevalecem as peculiaridades de cada serviço sobre os termos do presente contrato, estando as disposições previstas no(s) respectivo(s) ANEXO(S);

12.9.1. Havendo lacuna nos ANEXOS, serão aplicados os procedimentos gerais previstos neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Água Doce/SC, 26 de junho de 2015

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Novelli Sganzerla		Paulo Oliveira de Andrade
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Paulo Roberto Zucco
		Coordenador Regional de Negócios

TESTEMUNHAS:

Nome: Cristiano Savaris da Silva		Nome: Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95		CPF: 006.597.239-21

NÚMERO 01

FICHA RESUMO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS	DATA				
	12/06/2015				
CONTRATANTE	NÚMERO DO CONTRATO				
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE					
CÓDIGO ADM	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL				
	___/___/___ a ___/___/___				
CICLO DE FATURAMENTO (PERÍODO BASE)	VENCIMENTO DA FATURA				
Serviços prestados do dia 01 ao dia 31 do mês.	Dia 23 do mês seguinte ao da prestação do serviço (Período Base)				
ENTREGA DA FATURA	DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA				
DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA FATURA NO ENDEREÇO PRÉ-ESTABELECIDO	DATA LIMITE PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA NA INTERNET				
5 (cinco) dias úteis antes do vencimento da fatura.	10 (dez) dias antes do vencimento da fatura.				
Obs.: Na hipótese de haver atraso na disponibilização da fatura, o vencimento será prorrogado pelo número de dias do referido atraso.	Ficarão disponibilizadas no endereço <a href="http://www2.correios.com.br/produ-tos_servicos/sfc/default.cfm">http://www2.correios.com.br/produ-tos_servicos/sfc/default.cfm</a> as faturas (com código de barras) e os correspondentes extratos, contendo analiticamente os lançamentos que deram origem ao referido documento de cobrança.				
DR DE ORIGEM DO CONTRATO	ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO				
SC	GESUV				
FATURAMENTO					
[ ] DESCENTRALIZADO POR CENTRO DE CUSTO					
[ X ] CENTRALIZADO					
ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS					
SERVIÇOS CONTRATADOS (código/discriminação)	INÍCIO DO SERVIÇO	TÉRMINO DO SERVIÇO	PERIODICIDADE DA COTA MÍNIMA	COTA MÍNIMA EXCLUSIVA?	UNIDADE DE VIN-CULAÇÃO
Limites de Dimensões e Pesos				Não	Todas as AC's
Aquisição de Produtos				Não	Todas as AC's
Serviços Telemáticos				Não	Todas as AC's
Sedex 40096				Não	Todas as AC's
Pac - 41068				Não	Todas as AC's
Carta Comercial				Não	Todas as AC's
Remessa Local				Não	Todas as AC's
Caixa Postal				Não	Todas as AC's
Produção de Objetos				Não	Todas as AC's
Mala Direta Postal Domiciliária MDPD				Não	Todas as AC's
Mala Direta Postal Básica MDPB				Não	Todas as AC's
Correios Internacional				Não	Todas as AC's
Certificação Digital				Não	Todas as AC's Certificadoras

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Novelli Sganzerla		Paulo Oliveira de Andrade
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Paulo Roberto Zucco
		Coordenador Regional de Negócios

TESTEMUNHAS:

Nome: Cristiano Savaris da Silva		Nome: Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95		CPF: 006.597.239-21

**CONVOCAÇÃO**  
**CONVOCAÇÃO**

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) Gilvete Aparecida Rech, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de agente Operacional Manutenção e Limpeza para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 25 de junho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Gilvete Aparecida Rech

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 007/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 007/2015

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital de chamada pública n. 007/2015 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – 2º semestre de 2015, devendo ser entregue documentação e plano de vendas até o dia 31 de julho de 2015 às 13h30, junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322.

Água Doce, SC, 26 de junho de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 196/2015**

PORTARIA Nº 196/2015 de 26 de junho de 2015

“RETIRA GRATIFICAÇÃO POR ACÚMULO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Retirar gratificação por acúmulo de função da servidora MARILUCY SARE KUSMANN, servidora pública municipal ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrita no CPF nº 023.802.499-70, RG nº 11/R 3.427.088 matrícula nº 816.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 4º Registre –se e archive-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Prefeitura de Água Doce, 26 de junho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

**PORTARIA 197/2015**

PORTARIA Nº 197/2015 de 26 de junho de 2015

“RETIRA GRATIFICAÇÃO POR ACÚMULO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Retirar gratificação por acúmulo de função a servidora REGINA AMABILE VARASCHIN, servidora pública municipal ocupante do cargo de auxiliar administrativo, inscrita no CPF nº 594.853.539-87, RG nº 11/R 188917, matrícula nº 88.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 4º Registre –se e archive-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.



Prefeitura de Água Doce, 26 de junho de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

**PORTARIA 198/2015**

PORTARIA Nº 198/2015 de 26 de junho de 2015

“RETIRA GRATIFICAÇÃO POR ACÚMULO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Retirar gratificação por acúmulo de função a servidora EVARISTA BERNADETE TRENTTO, servidora pública municipal ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrita no CPF nº 028.865.979-10, RG nº 6.125.429 matrícula nº 751.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 4º Registre –se e arquite-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Prefeitura de Água Doce, 26 de junho de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

**PORTARIA 199/2015**

PORTARIA Nº 199/2015 de 26 de junho de 2015

“RETIRA GRATIFICAÇÃO POR ACÚMULO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Retirar gratificação por acúmulo de função do servidor BELMIR DOTTA, servidor público municipal ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, inscrito no CPF nº 294.882.229-72, RG nº 549.295, matrícula nº 21247.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 4º Registre –se e arquite-se na ficha funcional do servidor a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Prefeitura de Água Doce, 26 de junho de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº 055/2015

Convoca a 5ª conferência municipal de saúde.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial os poderes conferidos pela Lei Federal 8.142/90, bem como a contida no artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde, a se realizar no dia 09 de julho de 2015, em Antônio Carlos, com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro".

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Saúde será coordenada e presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 3º - O Regimento Interno da Conferência Municipal de Saúde será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e editado mediante Resolução do Conselho.

Artigo 4º - As despesas com a organização e realização da Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários consignados na Prefeitura Municipal.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data e sua publicação.

Antônio Carlos, 26 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 141/2014; Origem: Processo Licitatório nº 072/2014 – Tomada de Preço nº 06/2014. Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores de Antônio Carlos – IPREANCARLOS Contratada: SMI Prime - Consultoria de Investimentos Ltda.; Objeto: "Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo ministério da previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente web privativo ao instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da resolução do CMN 3.922/2010, na portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato, em conformidade com o termo de referencia anexo i e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos". Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 01 de julho de 2016. Valor do aditivo: R\$ 19.576,12 (dezenove mil quinhentos e setenta e seis reais e doze centavos)

Antônio Carlos, 29 de junho de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

### GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO 002/2015 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC

Cargo: Auxiliar de Manutenção e Conservação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	B	D	A	C	C	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	D	A	B	B	A	D	D	D

Boa Sorte.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0017/2015.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM PARA O CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 15/07/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 15/07/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 3535-6000.

Arroio Trinta - SC, 26 de junho 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO Nº. 043/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 09/07/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação, mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 26 de Junho de 2015.

Gisele Ferreira

Pregoeira

### DECRETO Nº. 290/2015

DECRETO Nº. 290/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO COM A UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 2.885.662,33 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj./Ativ. 1.006: Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Ensino Fundamental/Quadras Poliesportivas  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0096 (32) – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.885.662,33

Artigo 2º - Os créditos a que se refere o art. 1º. ocorrerão por conta do excesso de arrecadação do Termo de Compromisso/Convênio nº 34134/2014, firmado com a União através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, já creditados e a serem creditados no decorrer do corrente exercício na conta corrente nº 26.008-8/Convênio Escola FNDE Z-Sul, Agência 2.118-0, do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: As despesas por conta do crédito orçamentário de que trata o artigo 1º ficam condicionadas e limitadas aos recursos efetivamente arrecadados.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 26 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de junho de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

### EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 082/PMBR/2015; BEIRA MAR MONITORAMENTO LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços de monitoramento de alarme à distância para vigilância de Prédios Públicos pertencentes ao Município de Balneário Rincão – SC. No valor global de R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais). VIGENCIA: 12 (Meses); ASSINATURA: 09/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Itair Norbak Joris.

CONTRATO Nº. 083/PMBR/2015; TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELLI ME; OBJETO: Contratação da empresa especializada, para execução de 200 (duzentas) horas de suporte técnico, através de acesso remoto aos sistemas e banco de dados, já instalados e utilizados pelo município de Balneário Rincão – SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 040/PMBR/2015. No valor global de R\$ 26.040,00 (Vinte e seis mil e quarenta reais). VIGENCIA: 19 (meses); ASSINATURA: 17/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Renato Cardoso Leandro.

CONTRATO Nº. 084/PMBR/2015; ALTO GIRO MOTORS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de 02 (duas) motocicletas para atender as necessidades do Agrupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/PMBR/2015. No valor global de R\$ 32.320,00 (Trinta e dois mil trezentos e vinte reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 25/06/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilberto Pereira Cardoso.

**LEI Nº 208/2015**

LEI Nº 208/2015

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS é constituído por:

- I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II - receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município e Órgão da Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual;
- III - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;
- IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- VI - o valor das prestações recebidas a título de regularização fundiária;
- VII - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;
- VIII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados;

Art. 3º. As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V - aquisição de materiais para a construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- VII - outros programas e intervenção na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, órgão de orientação e controle de Gestão do FMHIS.

Art. 4º - A administração, movimentação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão feitas pelo Secretário Municipal de Assistência Social, juntamente com outro servidor designado, nomeado por Decreto Municipal.  
Parágrafo único: A gestão do FMHIS será exercida pelo Secretário de Assistência Social, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 5º - A presente Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de habitação de Interesse Social.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 25 de junho de 2015.

ANÍBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

**LEI Nº 209/2015**

LEI Nº 209/2015

ALTERA LEI 46/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Altera o artigo 2º da Lei para prorrogar os efeitos da Lei 46/2013 até 31 de dezembro de 2016.

Art 2º . Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º . Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 25 de junho de 2015.

ANÍBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

**LEI Nº 210/2015**

LEI Nº 210/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL BLOCO OS FORASTEIROS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Fica considerada de Utilidade Pública, a Associação Recreativa e Cultural Bloco Os Forasteiros, registrada na CNPJ 18.096.500/0001-34, com sede no Município de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Araranguá, nº 823, Centro, CEP: 88828-000.

Parágrafo único. A referida entidade foi fundada em 07 de dezembro de 2012 e devidamente registrada em 17 de janeiro de 2013, e se enquadra nas exigências das Leis específicas, em relação a suas finalidades sociais, recreativas, esportivas e culturais.

Art. 2º . Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 26 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 26 de junho de 2015.

ANÍBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014



# Barra Velha

## PREFEITURA

### PP 045/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 059/2015 - Pregão Presencial nº 045/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para aquisição utensílios domésticos, cama mesa e banho para o CEI Professora Nadida Michereff de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/07/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/07/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 26 de junho de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

### PP 046/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 060/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de informática para o CEI Professora Nadida Michereff de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/07/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 13/07/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 26 de junho de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 262

DECRETO N.º 262/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.104/2015, de 26 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
09-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
14-04.122.0003-1.002	1.002	Aquisição de Veículos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	69.000,00
24-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	31.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA 002

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O presente trabalho busca identificar o valor de mercado correspondente a uma área de terra com 9.995,00 m<sup>2</sup> (nove mil e novecentos e noventa e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

#### 1 - VISTORIA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

O desenvolvimento do Laudo de Avaliação envolveu vistoria ao local, investigando-se a situação do imóvel, bem como buscando dados sobre o mercado imobiliário local. O imóvel com 9.995,00 m<sup>2</sup> (nove mil e novecentos e noventa e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, localizado de frente para a Rua Francisco Karvat Sobrinho, no centro do Município de Bela Vista do Toldo – SC, sendo parte do imóvel matriculado sob o nº 13.158, do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Canoinhas – SC.

#### 2 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

O método adotado na avaliação do terreno foi o Método Comparativo de Dados de Mercado, tendo como base o preço médio.

Os dados foram coletados no mês de junho de 2015, portanto a determinação do valor do imóvel foi realizada tendo em vista esta data.

##### 2.1 - Determinações do modelo de regressão

As variáveis incluídas no modelo foram as seguintes:

a) VALOR TOTAL (VT): Valor do imóvel em Reais, em valores de junho de 2015;

b) ÁREA: área do terreno em m<sup>2</sup>;

c) LOCAL: variável qualitativa que indica a classificação do entorno do imóvel e sua condição no contexto do município.

**3 - CONCLUSÃO**

Concluindo este trabalho, deve ser reforçado o elemento principal apurado que é o valor de mercado pelo preço médio que é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), tendo como referencia monetária o mês de junho de 2015.

**4 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES****4.1 - CONCEITUAÇÃO**

Valor de Mercado: Esse valor exprime uma grandeza peculiar do bem. É à medida que o mercado lhe impõe como referência para uma eventual oportunidade de compra ou de venda através de uma escala de unidade monetária. Nesta ótica considera-se valor de mercado como valor nominal: ambos levam em conta o aumento de preços na economia (inflação), bem como sua eventual queda (deflação). São opostos ao valor real, pois este não leva em conta as variações citadas, mas somente os custos de produção de determinado produto.

**4.2 - METODOLOGIA:**

A avaliação foi elaborada utilizando o Método Comparativo de Preço de Mercado. Com visita in-loco do mesmo, comparando os preços das imobiliárias, chegou-se ao valor do imóvel utilizando para tanto o preço médio avaliado.

**5 - ANEXOS****01 – Pesquisa de Mercado – Avaliações Imobiliárias**

Bela Vista do Toldo – SC, 22 de junho de 2015.

ADAIANE DO PRADO MACHADO

Presidente da Comissão

SORLENE DA GLORIA VIEIRA SCHERMACK

Membro

JULIANE LECIN

Membro

**LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIARIA N° 001**

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O presente trabalho busca identificar o valor de mercado correspondente a uma área de terra com 1.183,44 m<sup>2</sup> (um mil, cento e oitenta e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), sem benfeitorias, situada nas proximidades do centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

**1 - VISTORIA E ANALISE DOS DOCUMENTOS**

O desenvolvimento do Laudo de Avaliação envolveu vistoria ao local, investigando-se a situação do imóvel, bem como buscando dados sobre o mercado imobiliário local. O imóvel com 1.183,44 m<sup>2</sup> (um mil, cento e oitenta e três metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), sem benfeitorias, localizado no perímetro urbano próximo ao centro do Município de Bela Vista do Toldo, sendo parte do imóvel matriculado sob o nº 29.623, do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Canoinhas – SC.

**2 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

O método adotado na avaliação do terreno foi o Método Comparativo de Dados de Mercado, tendo como base o preço médio.

Os dados foram coletados no mês de junho de 2015, portanto a determinação do valor do imóvel foi realizada tendo em vista esta data.

**2.1 - Determinações do modelo de regressão**

As variáveis incluídas no modelo foram as seguintes:

a) VALOR TOTAL (VT): Valor do imóvel em Reais, em valores do mês de junho de 2015;

b) ÁREA: área do terreno em m<sup>2</sup>;

c) LOCAL: variável qualitativa que indica a classificação do entorno do imóvel e sua condição no contexto do município.

**3 - CONCLUSÃO**

Concluindo este trabalho, deve ser reforçado o elemento principal apurado que é o valor de mercado pelo preço médio e comparado com os valores atribuídos pelo Código Tributário Municipal - Lei Complementar Municipal nº 388, de 20 de dezembro de 2004, que é o valor de R\$ 17.869,94 (dezessete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), tendo como referencia monetária o mês de junho de 2015.

**4 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES****4.1 - CONCEITUAÇÃO**

Valor de Mercado: Esse valor exprime uma grandeza peculiar do bem. É à medida que o mercado lhe impõe como referência para uma eventual oportunidade de compra ou de venda através de uma escala de unidade monetária. Nesta ótica considera-se valor de mercado

como valor nominal: ambos levam em conta o aumento de preços na economia (inflação), bem como sua eventual queda (deflação). São opostos ao valor real, pois este não leva em conta as variações citadas, mas somente os custos de produção de determinado produto.

#### 4.2 - METODOLOGIA:

A avaliação foi elaborada utilizando o Método Comparativo de Preço de Mercado. Com visita in-loco do mesmo, comparando os preços das imobiliárias, bem como, o valor atribuído pelo Código Tributário Municipal, chegou-se ao valor do imóvel utilizando para tanto o preço médio avaliado.

#### 5 - ANEXOS

##### 01 – Pesquisa de Mercado – Avaliações Imobiliárias

Bela Vista do Toldo – SC, 18 de junho de 2015.

ANDREIA CRISTINA DUMKE TISCZKA

Presidente da Comissão

ADAIANE DO PRADO MACHADO

Membro

SORLENE DA GLÓRIA VIEIRA SCHERMACK

Membro

### LEI MUNICIPAL Nº 1.104

LEI Nº 1.104/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

#### LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
09-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
14-04.122.0003-1.002	1.002	Aquisição de Veículos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	69.000,00
24-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	31.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 293**

PORTARIA Nº 293/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

“INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO – SC PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 67, inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária declarado de utilidade pública através do Decreto Municipal nº 255/2015, de 20 de maio de 2015, para fins de desapropriação.

Parágrafo Único: Para integrar e compor a Comissão instituída no caput do artigo 1º, ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais:

Presidente: ANDREIA CRISTINA DUMKE TISCZKA

Membro: ADAIANE DO PRADO MACHADO

Membro: SORLENE DA GLÓRIA VIEIRA SCHERMACK

Art. 2º. Compete a Comissão:

a) Promover a avaliação do imóvel declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável.

b) Os laudos deverão ser assinados pelos membros da Comissão.

Art. 3º. A emissão do Laudo de Avaliação elaborado pela Comissão será, prioritariamente, pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, sendo exigido a anexação das pesquisas de suporte, contendo a indicação das respectivas fontes de consulta, pesquisa de mercado com pelo menos 03 (três) laudos de avaliação imobiliária.

Parágrafo Único: Para fins da desapropriação será utilizado o preço médio de mercado, conforme laudos de avaliação, anexos.

Art. 4º. Os membros da Comissão não receberão nenhuma remuneração por parte deste Município.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 296**

PORTARIA Nº 296/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO – SC PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 67, inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária declarado de utilidade pública através do Decreto Municipal nº 175/2014, de 07 de julho de 2014, para fins de desapropriação.

Parágrafo Único: Para integrar e compor a Comissão instituída no caput do artigo 1º, ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais:

Presidente: ADAIANE DO PRADO MACHADO

Membro: SORLENE DA GLORIA SCHERMACK

Membro: JULIANE LECIN

Art. 2º. Compete a Comissão:

a) Promover a avaliação do imóvel declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial.

b) Os laudos deverão ser assinados pelos membros da Comissão.

Art. 3º. A emissão do Laudo de Avaliação elaborado pela Comissão será, prioritariamente, pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, sendo exigido a anexação das pesquisas de suporte, contendo a indicação das respectivas fontes de consulta, pesquisa de mercado com pelo menos 03 (três) laudos de avaliação imobiliária.

Parágrafo Único: Para fins da desapropriação será utilizado o preço médio de mercado, conforme laudos de avaliação, anexos.

Art. 4º. Os membros da Comissão não receberão nenhuma remuneração por parte deste Município.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 22 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



**RESOLUÇÃO DO CMDCA DE Nº 07/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

Resolução do CMDCA DE Nº 07/2015, de 26 de junho de 2015.

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA CONSELHEIRO TUTELAR – 2016/2020

CONFORME EDITAL Nº 01/2015

A presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, juntamente com a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º - Tornar público o resultado dos candidatos aptos a participarem do Processo de Escolha Unificado para Conselheiro Tutelar – 2016/2020 – Edital Nº 01/2015 do CMDCA de Bela Vista do Toldo/SC, conforme consta no ANEXO I.

Bela Vista do Toldo/ SC, 26 de junho de 2015.

MARIA TEREZA SCHIESSL ALVES SANTOS

Presidenta do CMDCA

**ANEXO I**  
**RELAÇÃO DE CANDIDATOS APTOS A PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR DE BELA VISTA DO TOLDO/SC**

Nº	NOME	Nº INSCRIÇÃO	RG
01	MARGARIDA APARECIDA DA ROCHA MIRANDA	001	4.455.189-4
01	LUCIANA MOCHINSKI BUENO DE OLIVEIRA	002	5.037.976
03	LEANDRA SCHIESSL IACHITZKI	003	5.432.560
04	SINÉZIO SCHIESSL	004	2.811.649
05	ROSANE MARKO GONÇALVES DO ROSÁRIO	005	1.456.036
06	KELLY CAROLINE LIETZ ALVES DAVID	006	4.073.053
07	CLARICE IARROCHESKI SAMPAIO	007	4.242.895
08	LUCIANE DE JESUS FERREIRA	008	4.439.937
09	EDENISE CORDEIRO VIEIRA	009	4.073.880
10	VALDECI DE FÁTIMA ROSA KATH	011	1.459.703
11	MARIA APARECIDA METZER KOGI	012	4.769.498
12	JUSSARA DE FÁTIMA DE LIMA	014	4.439.009

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA HABILITAÇÃO 50/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 50/2015.

DATA: 26/06/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:00 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA MAQUINA TRATOR ESTEIRA KOMATSU D41A..

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços - 50/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 156/2015. Aberta a sessão, verificou-se que conforme protocolo de recebimento foram convidadas ou retiraram o edital no Site da Prefeitura às seguintes empresas:

Participante	Representante
ZIPF PECAS E TRATORES LTDA	TAIWAN CARLOS ZIPF
TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	VILMAR FORRYTA
G. MAIOCHI & CIA LTDA	NÃO PARTICIPOU
MAIOCHI INST. E MONT. DE MAQ. E EQUIP. LTDA	CRISTIANO CARVALHO PUPO

Compareceram ao certame, protocolando os envelopes no setor de compras até o horário estipulado (09 horas) as empresas: MAIOCHI INST. E MONT. DE MAQ. E EQUIP. LTDA, TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA e ZIPF PECAS E TRATORES LTDA. Os demais convidados não compareceram, nem justificaram sua ausência. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos foram analisados e rubricados por todos os presentes, onde se verificou que todas as licitantes encontram-se em regularidade com o exigido, restando às mesmas HABILITADAS e os documentos integrados aos autos da licitação. As licitantes MAIOCHI INST. E MONT. DE MAQ. E EQUIP. LTDA, TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA e ZIPF PECAS E TRATORES LTDA, apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá gozar dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Colocada a palavra a disposição dos representantes dos licitantes presentes, os mesmos declinaram expressamente do direito de interpor recurso, autorizando a comissão de licitação a passar para a próxima fase da licitação com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
--------------------------	--------------------------	----------------------------

### ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 50/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 50/2015.

DATA: 26/06/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:28 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA MAQUINA TRATOR ESTEIRA KOMATSU D41A..

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 156/2015 e os representantes das licitantes já mencionados anteriormente, e após proferido o julgamento da fase de habilitação, o Presidente da Comissão procedeu à abertura dos envelopes nº 02, contendo as propostas de preços, sendo as propostas neles contida, verificadas e rubricadas por todos. Após analisar as propostas a proposta da empresa TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA, foi desclassificada devido a incoformidade com o edital no item 13. As demais propostas foram consideradas CLASSIFICADAS. Considerando-se o critério de julgamento de menor preço global, conforme definido no preâmbulo do edital, a Comissão de Licitação elaborou o QCP (quadro comparativo de preços). A Comissão de Licitações, considerando o QCP (quadro comparativo de preços), decide apontar a licitante MAIOCHI INST. E MONT. DE MAQ. E EQUIP. LTDA, como VENCEDORA do certame, totalizando R\$ 45.917,40 (quarenta e cinco mil novecentos e dezessete reais e quarenta centavos). A licitante TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA, deseja manifestar recurso e portanto, abre-se o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestação, as demais licitantes adjudicaram o direito de recurso. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a reunião, indo esta ata assinada pela comissão, onde, posteriormente será fixada no mural e estará disponível no endereço eletrônico da Prefeitura.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
--------------------------	--------------------------	----------------------------

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO TP 156/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COMUNICADO REFERENTE A TP 160/2015 PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas e participantes da TP 160/2015 PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação.

Sendo assim, a abertura da proposta das empresas habilitadas (PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA E CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA) dar-se-á no dia 30/06/2015, às 14:00 horas.

Nada mais a expor.

Biguaçu, 25 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COMUNICADO REFERENTE A TP 156/2015 PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas e participantes da TP 156/2015 PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação.

Sendo assim, a abertura da proposta das empresas habilitadas (PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA E CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA) dar-se-á no dia 30/06/2015, às 15:00 horas.

Nada mais a expor.

Biguaçu, 25 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 104/2015

DECRETO Nº 104/2015 DE: 29 DE JUNHO DE 2015.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 1.619/2001, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida na Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor MÁRCIO ROBERTO SOARES, a partir de 30/06/2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 1.619/2001, ao servidor MÁRCIO ROBERTO SOARES, detentor da matrícula funcional nº 8108, portador do CPF nº 691.460.989-68, inscrito no RG nº 2.504.899, PASEP nº 1229934991-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V – Servente, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 28,36% (vinte e oito vírgula trinta e seis por cento) de sua remuneração-de-contribuição, nos termos da metodologia de cálculo da Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo o total de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), que será pago mensalmente pelo PREVBI-GUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação com efeitos a partir de 30/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 42/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 42/2015

Em atenção à decisão proferida nos autos da impugnação de nº 6013/2015 PAAS interposta pela empresa Uni Equipamentos Médicos LTDA determinando novo descritivo para o item de nº 02 do presente edital, como também se viu a necessidade de publicação no Diário Oficial da União, altera-se o edital:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 42/2015 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO E CAPNÓGRAFO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/06/2015, às 13h59min do dia 30/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 30/06/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (30/06/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (30/06/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 42/2015 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO E CAPNÓGRAFO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 07/07/2015, às 13h59min do dia 20/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 20/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (20/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (20/07/2015) tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 42/2015 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
2	1,00	UN	321.118,83	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO PARA CIRURGIA OTORRINOLARINGOLÓGICA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ÓPTICA:OBJETIVA VARIÁVEL DE 200 À 415 MM, NO MÍNIMO SEM TROCA DE OBJETIVA; OCULAR DE 12,5X COM AJUSTE DE DIOPTRIA ENTRE +5/-8DPT ; SISTEMA DE ZOOM MOTORIZADO COM FATOR DE 1:6; TUBO BINOCULAR INCLINÁVEL DE 0 A 180 GRAUS E F=170 MM; POSSUIR DIAFRAGMA DE CAMPO LUMINOSO; ACIONADO POR PEDAL; JOYSTICK MULTIFUNÇÃO QUE POSSIBILITE NO MÍNIMO PARA AJUSTE DO FOCO, INTENSIDADE LUMINOSA E CONTROLE DO ZOOM; DIVISOR ÓTICO 50/50; POSSUIR ALOJAMENTO PARA OCULARES; DIVISOR DE LUZ COM BINÓCULO PARA SEGUNDO OBSERVADOR (CARONA) COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TUBO DE COOBSERVAÇÃO ESTEREOSCÓPICA; TRÊS EIXOS VARIÁVEIS COM GIRO DE IMAGEM TUBO BINOCULAR RETO; OCULAR BINOCULAR ÂNGULO GRANDE; ALOJAMENTO PARA OCULARES; DIVISOR DE RAIOS ILUMINAÇÃO: SISTEMA DE TRANSMISSÃO POR FIBRA ÓPTICA; CABO DE FIBRA ÓPTICA DE NO MÍNIMO 2,5M; FONTE DE LUZ FRIA COM LÂMPADA XÊNON DE NO MÍNIMO 180 W COM SISTEMA DE LÂMPADA RESERVA PARA TROCA RÁPIDA; ESTATIVA: TIPO: DE CHÃO COM RODÍZIOS E FREIOS ELETROMAGNÉTICOS; POSSUIR SISTEMA DE AMORTECEDORES; ACOPLAÇÃO ENTRE SISTEMA ÓTICO E ESTATIVA COMPATÍVEIS COM O MICROSCÓPIO COLUNA COM ROTAÇÃO DE 320 GRAUS, NO MÍNIMO, AO REDOR DE SEU EIXO; COMPRIMENTO DO BRAÇO POSSUIR DISPLAY LCD INTEGRADO NA ESTATIVA; SISTEMA DE FILMADORA DIGITAL: DIVISOR DE LUZ QUE PERMITA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO ADAPTADOR PARA CÂMERA DIGITAL NO MICROSCÓPIO, COMPATÍVEL COM O MODELO DE CÂMERA OFERTADO; FILMADORA DIGITAL COLORIDA 3CCD; VIDEO OBJETIVA COM F=60 MM COM ROSCA C-MONT MONO NTSC; SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE IMAGEM DIGITAL; MONITOR DE VÍDEO DE 19"; TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO COM O MICROSCÓPIO; ALIMENTAÇÃO: ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220 V / 60 HZ; ACESSÓRIOS: UM (01) CABO DE ALIMENTAÇÃO; UMA (01) LÂMPADA XÊNON 180W SOBRESSALENTE; PEDAL COM COMANDO DE FUNÇÕES, COM CABO DE NO MÍNIMO 6M; CAPA PARA ESTATIVA; CAPA ANTI-POEIRA PARA A ÓTICA NO MOMENTO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS DEVE SER APRESENTADO OS MANUAIS DE OPERAÇÃO E SERVIÇO EM LÍNGUA PORTUGUESA. O LICITANTE DEVE FORNECER TREINAMENTO ADEQUADO AOS USUÁRIOS, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

## LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 42/2015 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
2	1,00	UN	321.118,83	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO PARA CIRURGIA OTORRINOLARINGOLÓGICA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ÓPTICA: OBJETIVA VARIÁVEL DE 200 À 415 MM, NO MÍNIMO SEM TROCA DE OBJETIVA; OCULAR DE 12,5X COM AJUSTE DE DIOPTRIA ENTRE +5/-8DPT ; SISTEMA DE ZOOM MOTORIZADO COM FATOR DE 1:6; TUBO BINOCULAR INCLINÁVEL DE 0 A 180 GRAUS E F=170 MM; POSSUIR DIAFRAGMA DE CAMPO LUMINOSO; ACIONADO POR PEDAL; JOYSTICK MULTIFUNÇÃO QUE POSSIBILITE NO MÍNIMO PARA AJUSTE DO FOCO, INTENSIDADE LUMINOSA E CONTROLE DO ZOOM; DIVISOR ÓTICO 50/50; POSSUIR ALOJAMENTO PARA OCULARES; DIVISOR DE LUZ COM BINÓCULO PARA SEGUNDO OBSERVADOR (CARONA) COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TUBO DE COOBSERVAÇÃO ESTEREOSCÓPICA; TRÊS EIXOS VARIÁVEIS COM GIRO DE IMAGEM TUBO BINOCULAR RETO; OCULAR BINOCULAR ÂNGULO GRANDE; ALOJAMENTO PARA OCULARES; DIVISOR DE RAIOS ILUMINAÇÃO: SISTEMA DE TRANSMISSÃO POR FIBRA ÓPTICA; CABO DE FIBRA ÓTICA DE NO MÍNIMO 2,0M; FONTE DE LUZ FRIA COM LÂMPADA XÊNON DE NO MÍNIMO 180 W COM SISTEMA DE LÂMPADA RESERVA PARA TROCA RÁPIDA; ESTATIVA: TIPO: DE CHÃO COM RODÍZIOS E FREIOS ELETROMAGNÉTICOS OU MECÂNICO; ACOPLAÇÃO ENTRE SISTEMA ÓTICO E ESTATIVA COMPATÍVEIS COM O MICROSCÓPIO COLUNA COM ROTAÇÃO DE 300 GRAUS, NO MÍNIMO, AO REDOR DE SEU EIXO; SISTEMA DE FILMADORA DIGITAL: DIVISOR DE LUZ QUE PERMITA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO ADAPTADOR PARA CÂMERA DIGITAL NO MICROSCÓPIO, COMPATÍVEL COM O MODELO DE CÂMERA OFERTADO; FILMADORA DIGITAL COLORIDA 3CCD; VIDEO OBJETIVA COM F=60 MM COM ROSCA C-MONT MONO NTSC; SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE IMAGEM DIGITAL; MONITOR DE VÍDEO DE 19"; TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO COM O MICROSCÓPIO; ALIMENTAÇÃO: ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220 V / 60 HZ; ACESSÓRIOS: UM (01) CABO DE ALIMENTAÇÃO; UMA (01) LÂMPADA XÊNON 180W SOBRESSALENTE; PEDAL COM COMANDO DE FUNÇÕES, CAPA PARA ESTATIVA; CAPA ANTI-POEIRA PARA A ÓTICA NO MOMENTO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS DEVE SER APRESENTADO OS MANUAIS DE OPERAÇÃO E SERVIÇO EM LÍNGUA PORTUGUESA. O LICITANTE DEVE FORNECER TREINAMENTO ADEQUADO AOS USUÁRIOS, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

As demais informações constantes no Edital de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 26 de junho 2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde

**LEI COMPLEMENTAR 080/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 080/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015

cria vagas para o cargo efetivo de Auxiliar de Saúde I, Auxiliar de Serviços Gerais II (Copeira) no Anexo I do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta Grupo Ocupacional Operacional II - ANFC II - Atividades de Nível Fundamental I Completo, cria vagas para o cargo efetivo de Fiscal de Tributos I, cria vaga para o cargo de Fiscal de Obras, provenientes do concurso público do ano de 2000 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam criadas 03 (três) vagas no cargo efetivo de Auxiliar de Saúde I, constantes no Anexo I do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, Grupo Ocupacional Operacional II - ANFC II - Atividades de Nível Fundamental I Completo, da Lei Complementar 47 de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único: Para fins de remuneração e benefícios evolutivos previstos no Plano de Cargos e Salários, ficam assegurados os mesmos direitos aos candidatos aprovados no concurso público do ano 2000, para o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º - Fica criada 01 (uma) vaga no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II (Copeira), constante no Anexo I do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, Grupo Ocupacional Operacional II - ANFC II - Atividades de Nível Fundamental I Completo, da Lei Complementar 47 de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único: Para fins de remuneração e benefícios evolutivos previstos no Plano de Cargos e Salários, ficam assegurados os mesmos direitos aos candidatos aprovados no concurso público do ano 2000, para o cargo de Copeira.

Art. 3º - Ficam criadas 03 (três) vagas no cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, constantes na Lei Complementar 47, de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único: Para fins de remuneração e benefícios evolutivos previstos no Plano de Cargos e Salários, ficam assegurados os mesmos direitos aos candidatos aprovados no concurso público do ano 2000, para o cargo de Fiscal de Tributos I.

Art. 4º - Fica criada 01 (uma) vaga no cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, constantes na Lei Complementar 47, de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.



Parágrafo Único: Para fins de remuneração e benefícios evolutivos previstos no Plano de Cargos e Salários, ficam assegurados os mesmos direitos aos candidatos aprovados no concurso público do ano 2000, para o cargo de Fiscal de Obras.

Art. 5º - Após o cumprimento do estágio probatório, previsto na Constituição Federal, fica assegurado a todos os candidatos aprovados no concurso público realizado no ano de 2000, após a posse no respectivo cargo, os benefícios concedidos pela Lei Complementar 47, de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 080/2015, de 24/06/2015

Sancionada em 24/06/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

### **LEI Nº 3559/2015**

Lei nº 3559/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza a abertura de crédito adicional Especial.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), utilizando como fonte de recursos a anulação parcial de dotação, conforme abaixo especificado:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0101	CAMARA MUNICIPAL	500.000,00
0101.01	Legislativa	500.000,00
0101.01.031	Ação Legislativa	500.000,00
0101.01.031.0001	Gestão Administrativa Superior	500.000,00
0101.01.031.0001.1052	Construção da Sede da Câmara	500.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	500.000,00
	SOMA	500.000,00

#### **ANULAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0101	CAMARA MUNICIPAL	500.000,00
0101.01	Legislativa	500.000,00
0101.01.031	Ação Legislativa	500.000,00
0101.01.031.0001	Gestão Administrativa Superior	500.000,00
0101.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal	500.000,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
	SOMA	500.000,00

Art. 16º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3559/2015, de 24/06/2015

Sancionada em 24/06/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**REPUBLICAÇÃO PP 171/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
REPUBLICAÇÃO DO PP 171/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 171/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 10/07/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 10/07/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 26 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**REVOGAÇÃO CV 03/2015 FAMABI**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CV 03/2015 FAMABI

A Superintendente da FAMABI Senhora Andrea Felipe torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório CV003/2015-FAMABI, que tem como objeto "a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para calçamento da parte frontal da Lagoa do Amilton", uma vez que, por equívoco solicitou-se realização de obra que já foi executada e paga com multas ambientais.

Biguaçu, 26 de junho de 2015.

ANDREA FELIPE  
Superintendente da FAMABI

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.626/2015

DECRETO Nº 10.626, DE 11 DE MAIO DE 2015.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 589.267,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.122.0009.2304 – Manut. de Ações do Bem Estar Animal

Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 70.267,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.3.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.305.0009.2194 – Programas de DST/HIV/AIDS

Modalidade 3.3.90 (98) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Fonte de Recursos 0238.00066

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

#### 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.122.0009.2304 – Manut. de Ações do Bem Estar Animal

Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 70.267,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica

Modalidade 4.4.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 4.4.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.305.0009.2194 – Programas de DST/HIV/AIDS

Modalidade 4.4.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Fonte de Recursos 0238.00066

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.627/2015

DECRETO Nº 10.627, DE 11 DE MAIO DE 2015.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o artigo 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 764.000,00 (setecentos e sessenta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2170 – PAB – Est. Saúde Fam/Cofinanciamento

Modalidade 3.3.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0667.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – SAMU – Serv. Atend. Móvel de Urgência

Modalidade 3.3.90 (109) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0638.00057

Atividade 31.01.10.301.0009.2197 – Exec. Ação/Proj. de Convênios da União

Modalidade 3.3.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0633.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2229 – Prog. Inv. Rede Serv. Saúde Fundo/Fundo

Modalidade 4.4.90 (116) Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Fonte de Recursos 00638.00070

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de maio de 2015.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.657/2015

DECRETO Nº 10.657, DE 24 DE JUNHO DE 2015.  
O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA BLUMENAU GESTÃO E TRANSPARÊNCIA, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 10.280, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014, PASSA A SER REGIDO PELO PRESENTE DECRETO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o 75, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

#### DECRETA:

Art. 1º O Comitê Gestor do Programa Blumenau Gestão e Transparência, instituído pelo Decreto nº 10.280, de 14 de fevereiro de 2014, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG, passa a ser regido pelo presente Decreto.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor planejar, monitorar, coordenar e fiscalizar as ações desenvolvidas no Município de Blumenau para o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos governamentais destinados ao cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§1º As ações descritas no presente artigo integram a segunda geração do Pacote de Ações de Transparência e Controle Social, constituindo-se em dezesseis metas estratégicas a serem efetivadas pela Administração Municipal no biênio 2015/2016.

§2º O Plano de Trabalho do Comitê Gestor do programa Blumenau Gestão e Transparência é parte integrante do presente Decreto, na forma de anexo.

Art. 3º O Comitê será integrado pelos seguintes servidores públicos:

I – LEANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

II – THOMAS JEFERSON HAAG, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento de Governo, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

III – JÚLIO CESAR DE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

IV – JEAN HENRIQUE HAVENSTEIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Gabinete do Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito – GAPREF;

V – CARLOS EDUARDO KRAUS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito – GAPREF;

VI – MARIBEL GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM;

VII – JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;

VIII – IVO ALBERTO DICKMANN JUNIOR, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atendimento ao Empreendedor, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;

IX – RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, lotado na Procuradoria Geral do Município - PROGEM;

X – ANDERSON ROSA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

XI – ANA MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras e Licitações, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD.

Parágrafo único. A coordenação geral dos trabalhos do Comitê Gestor ficará sob responsabilidade do servidor designado no inciso I deste artigo, e a secretaria executiva a cargo da servidora designada no inciso II

deste artigo.

Art. 4º O Comitê Gestor reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, e extraordinariamente, quando convocado por seu coordenador geral.

Art. 5º Para o cumprimento de suas atribuições o Comitê Gestor poderá solicitar documentos aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 6º Os membros do Comitê Gestor não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os Decretos nº 10.280/2014, 10.401/2014, 10.465/2014, 10.499/2014, 10.551/2015 e 10.571/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.878/2015**

PORTARIA Nº 18.878, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA FERNANDO LEITE PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL PARA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS – CEGERD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 10.124, de 26 de setembro de 2013, e em atenção ao Memorando SEPLAN/GAD nº 087/2015, de 18/06/2015, resolve:

NOMEAR, para compor a Comissão Especial para Gestão de Riscos e Desastres Naturais – CEGERD de que trata o Decreto nº 10.124, de 26 de setembro de 2013:

FERNANDO LEITE, representante titular da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JEAN CARLOS NAUMANN, nomeado pela Portaria nº 17.933, de 01 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.879/2015**

PORTARIA Nº 18.879, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando GAC nº 034/2015, de 18/06/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

SAMANTA RODERS, representante titular da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos – ABLUDEF- categoria Entidades de Assistência Social, em substituição a SANDRO SANDRI, nomeado pela Portaria nº 18.824, de 08/06/2015;

MARILEI TERESINHA SCHREINER, representante titular do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de

Blumenau – categoria trabalhadores do SUAS, em substituição a ERICA LIDIA SCHMITT, nomeada pela Portaria nº 18.824, de 08/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.881/2015**

PORTARIA Nº. 18.881, DE 24 DE JUNHO DE 2015.  
DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 005/2014, QUE TRAMITOU PERANTE A 1ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 005/2014, resolve:

#### **DETERMINAR**

o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – Pad nº. 005/2014, instaurado por meio da Portaria nº. 28.837, de 20/11/2014, para apurar a responsabilidade disciplinar da servidora pública municipal K.C.S., matrícula 22188-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que tramitou perante a 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não restar nos autos provas que indiquem que a referida servidora tenha infringido os dispositivos contidos na denúncia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONVÊNIO Nº 021/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 021/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (FCB)  
E A SOCIEDADE DE AMIGOS DA BANDA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Objeto: Cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

ALTERAÇÃO: Altera-se a cláusula quarta do contrato primitivo (Dos recursos), bem como o plano de trabalho no item 04 – Cronograma de Execução, item 06 – Cronograma de Desembolso e item 07 – Plano de Aplicação de Recursos.

PRAZO DO CONVÊNIO: Renova-se para 01 de julho de 2015 até 30 de junho de 2016.

VALOR DO CONVÊNIO: Renova-se o valor para R\$ 28.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais) mensais, exceto os meses de setembro de 2015 e abril de 2016 em que os valores serão de R\$ 29.650,00 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 342.800,00 (trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos reais).

DATA: 17 de junho de 2015.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 002/2012**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/12  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de impressão, fotocopiagem e digitalização por meio de disponibilidade de equipamentos, softwares e suprimentos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 099/2011.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.396,00 (nove mil, trezentos e noventa e seis reais).

DATA: 29 de maio de 2015.

#### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 069/2012**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/12  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA AMCOM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de suporte e monitoramento do banco de dados oracle e suas aplicações.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-027/2012.

PREÇO: Renova o valor pago pelos serviços prestados, que se mantém em R\$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 44.160,00 (quarenta e quatro mil cento e sessenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 28 de maio de 2015 até 27 de maio de 2016.

DATA: 29 de maio de 2015.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 116/2013**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS ELLINGER LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 09-075/2013.

PREÇO: Renova o valor estimado pago pelos serviços que se mantém em R\$ 43.092,00 (quarenta e três mil e noventa e dois reais) os gastos mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 517.104,00 (quinhentos e dezessete mil e cento e quatro reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2015 até 31 de julho de 2016, nos termos da justificativa anexa ao processo em fls. 252.

DATA: 19 de junho de 2015.



**EXTRATO CONTRATO Nº 155/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 155/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de sanitários químicos para atender os eventos: Caminhada das Nascentes (Nova Rússia) – Item 01; Piquenique no Parque Ramiro Ruediger – Item 02; Desfile de 02 de Setembro – Item 03; Desfile de 07 de Setembro – Item 04; Caminhada na Vila (Vila Itoupava) – Item 05 e Reveillon 2016 - Item 06, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 027/2015.

PREÇO: R\$ 42.640,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais).

PRAZO: A partir de sua assinatura até 31 de janeiro de 2016.

DATA: 10 de junho de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 165/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 165/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte (via terrestre) e destino final dos resíduos Sêpticos do Serviço de Saúde conforme Projeto Básico e demais especificações constantes no edital - FMS/SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-035/2014.

PREÇO: R\$ 375.750,00 (trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de 01 de julho de 2015.

DATA: 16 de junho de 2015.

**EXTRATO TERMO RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 031/13**

EXTRATO-TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº. 031/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. SIGFRIDO BURKHARDT.

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ANDAR TÉRREO DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA, CONTENDO 257M<sup>2</sup>, LOCALIZADO NA RUA JOHANN G. HADLICH, N.º 263, BAIRRO PASSO MANSO, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO E.S.F. PAULO PEDRO MAYERLE I E II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-004/2013.

DATA: 19 de junho de 2016.

OBS: Fica rescindido a partir do dia 30 de março de 2015.

**CONTRATO Nº 2208/15; 5º TA CONTRATO Nº 118/2010; 5º TA CONTRATO Nº 119/2010; 1º ADITIVO CONTRATO Nº 2207/2014 E 1º ADITIVO CONTRATO Nº 130/2014 - SAMAE**

1) CONTRATO Nº 2208 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e MEGA ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI – ME

OBJETO: execução de coberturas metálicas para estacionamento de veículos (de pequeno, médio e grande porte) do SAMAE

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-2203/15 e disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações

PREÇO: R\$ 88.051,33 (oitenta e oito mil e cinquenta e um reais e trinta e três centavos)

PRAZO: 120 dias a contar de 22 de junho de 2015

DATA DA ASSINATURA: 15 de junho de 2015.

2) 5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 118 de 2010

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e HELENA SILVA DALPOSSO

OBJETO: Locação de terreno para a implantação de uma rede de água em Pead 60mm, ocupando uma área de 149,00m<sup>2</sup>.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 2.280,24 (dois mil duzentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)

PRAZO: prorrogado do dia de 1º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016

FUNDAMENTO LEGAL Dispensa nº. 08-073, de 1º de junho de 2010

DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2015.

3) 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2010

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ALZIRA ROCHA

OBJETO: Locação de terreno para a implantação de um booster, numa área de 25m<sup>2</sup>.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 3.052,68 (três mil e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos)

PRAZO: prorrogado do dia 1º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-074, de 1º de junho de 2010

DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2015.

4) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2207/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: serviços de implantação de sistema do esgotamento sanitário nas Ruas: Santa Maria, Roberto Bugmann e Amélia Patricia, Bairro: Progresso, Blumenau/SC,

VALOR DO ADITIVO: não se aplica – somente altera prazo

PRAZO: prorrogado pelo período de 10/04/2015 a 08/07/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preço nº. 02-2201 de 2014

DATA DA ASSINATURA: 09 de abril de 2015.

5) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e HABITARK ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: elaboração de projeto para implantação de um reservatório em aço vitrificado com base em concreto armado na Itoupava Central e a implantação de aproximadamente 400 metros de rede de adução em ferro fundido dúctil.

VALOR DO ADITIVO: acréscimo da quantia de R\$ 33.635,00 (trinta e três mil seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente a 24,05% do valor atualizado do contrato.

PRAZO: prorrogado pelo período de 12/06/15 a 11/12/15

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-007/14

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2015.

**PORTARIA Nº 5723/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5723/15

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ESPECIAL ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02-2203/2015

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Especial Encarregada de Acompanhar, Analisar e Julgar a Tomada de Preços 02-2203/2015, destinada a Contratação de empresa para Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a "AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA BLUMENAU /SC".

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como Presidente;

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Marcelo Torresani, cadastro 1636-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria Técnica, atuando como membro;

Fernanda Geisa Michel Brollo, cadastro 1886-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como membro;

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 22 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5724/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5724/15

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL ALTAIR ANTÔNIO ALVES BORGES COMO DEFENSOR DATIVO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Designar defensor dativo para o Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2014, com base no artigo 242, § 2º, da Lei Complementar Nº 660/07, alterada pela Lei Complementar Nº 951/2014, tendo em vista o Ofício Nº 002/2015/CPASD, expedido pela comissão processante, o servidor público autárquico municipal:

Altair Antônio Alves Borges, cadastro 1467-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na Gerência de Patrimônio, bacharel em Direito.

Samae, 28 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5725/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5725/15

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE: CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 186/1505, aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
1490-7	Ecio da Silveira	Técnico Eletricista	E	GT	01/05/2015
1259-9	Edilson Adir Carvalho	Guarda	I	GF	01/05/2015
1332-3	Roberto Altino Zimmerman	Guarda	I	GF	01/05/2015
987-3	Roberto Severiano Felski	Farmacêutico Bio-químico	M	GE	01/05/2015

Samae, 28 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5726/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5726/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO**

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação em Concurso, a candidata aprovada no Concurso Público Nº 001/2012:

ILEONI WEIGMANN VON DER HAYDE, nomeada pela Portaria nº 5713/15, de 29 de abril de 2015, para ocupar cargo de provimento efetivo de Advogada, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço

Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 12, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 170/1504, a contar desta data.

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5727/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5727/15

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

CLAITON SCHERER, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 195/1505.

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5728/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5728/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação em Concurso, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014:

CLAITON SCHERER, nomeado pela Portaria nº 5727/15, de 29 de maio de 2015, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 195/1505

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5729/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5729/15

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE À IVOLETE INÊS GIACOMINI WAGNER

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE

De acordo com os Artigos 1º e 2º, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 76/1994, de 09 de novembro de 1994 e Artigos 4º, 16 e 73 da Lei Complementar 308, que criou o Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISS-BLU e acordo firmado nos autos do Processo Judicial nº 0014146-91.2014.8.24.0008, à:

Ivolute Inês Giacomini Wagner, viúva do ex-servidor público municipal Ralf Otto Wagner, aposentado por tempo de serviço junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 30 de junho de 1994, no valor de R\$ 1.588,75 (um mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), cuja complementação equivale à diferença do valor dos proventos de aposentadoria que o ex-servidor receberia se vivo estivesse e o valor do benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observado o desconto de pensão alimentos, a contar de 27 de janeiro de 2014, em conformidade com o Processo Administrativo nº 409/1411 desta autarquia.

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5730/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5730/15

CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Licença para casamento com base no artigo 159, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a:

ROBSON MICHELMANN, cadastro nº 1753-1, servidor público autárquico municipal desde 20/01/2009, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA /ETE, lotado no Departamento Operações, conforme Processo Administrativo nº 160/1504.

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5731/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5731/15

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

De acordo com o Artigo 284, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 890/2013, o benefício do Auxílio Funeral, à:

Jurandir Correa de Lyra Júnior, CPF 022.566.789-46, pelo falecimento de Jurandir Correa de Lyra, servidor público autárquico municipal, aposentado, falecido em 21/05/2015, conforme Processo nº 184/1505.

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5732/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5732/15

CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

Adicional de Periculosidade de 30%, com base no Artigo 105, da Lei Complementar Nº 660/07, observado o Anexo 5, da NR 16, a partir de 01 de abril de 2015, aos servidores:

Cadas- tro	Servidor	Cargo
1992-5	Elieo Valmor da Costa	Agente de Obras
1997-6	Emanuel Oliveira de Quadros	Agente de Manutenção
1289-0	Enorivaldo Vicente	Guarda
1315-3	John Charles Spudeit	Agente de Saneamento
1999-2	Marcos Paes	Agente de Obras

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5733/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5733/15

CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

Adicional de Periculosidade de 30%, com base no Artigo 105, da

Lei Complementar Nº 660/07, observado o Anexo 3, da NR 16, a partir de 01 de maio de 2015, aos servidores:

Cadas- tro	Servidor	Cargo
2003-6	Alexandre Massaneiro	Agente de Vigilância
2015-0	Ana Carolina Pereira Wotmeyer	Agente de Vigilância
2011-7	Arcirio Cipriani	Agente de Vigilância
1988-7	Flavio Luiz Bertoldi	Agente de Vigilância
2013-3	Helane Aparecida Melo	Agente de Vigilância
2019-2	Juliano Ribeiro da Veiga	Agente de Vigilância
1987-9	Kadu Henrique Hildinger	Agente de Vigilância
2014-1	Larissa Regina Martendal	Agente de Vigilância
2008-7	Luis Fabiano Alves da Cunha	Agente de Vigilância
899-0	Almir Francisco de Oliveira	Guarda
1460-5	Almiro Michelmann	Guarda
574-6	Candido Martins	Guarda
1259-9	Edilson Adir Carvalho	Guarda
1098-7	Harald Teichrieb	Guarda
724-2	Ildebrando de Souza	Guarda
1122-3	Israel Melo Alencar	Guarda

Cadas- tro	Servidor	Cargo
768-4	João Ribeiro da Veiga	Guarda
759-5	João Tomé da Cunha	Guarda
1331-5	José Alfredo Zimmermann	Guarda
739-0	Osnildo de Sena	Guarda
1332-3	Roberto Altino Zimmermann	Guarda
1367-6	Rogério Luiz Zimmermann	Guarda

Samae, 29 de maio de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5734/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5734/15

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA**

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu artigo 4º, inciso III e Artigo 30-B, com nova redação pela Lei Complementar nº 479 de 29 de setembro de 2004, ao servidor:

Valdemar Paul, cadastro nº 1464-8, servidor público autárquico municipal desde 05/05/1998, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria Técnica, conforme Processo ISSBLU nº 01880/05/2015 e PA 203/1506.

Samae, 08 de junho de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 09/2015**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 09/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço ofertado por lote

OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral, gêneros alimentícios, produtos de limpeza e copos plásticos, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 09/06/2015 HORÁRIO: 10h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 – Material de Consumo.

O Edital retificado e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 horas às 19 horas, de 2ª a 6ª feira, através do telefone (47) 3231-1500 ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 26 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 103/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 103/2015 DE 24 JUNHO DE 2015.

INSTITUI O PROJETO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS PARA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Elisandra Ceschini Senhor, Secretária Municipal De Educação de Bom Jesus do Oeste- SC no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO: A necessidade de se estabelecer uma articulação maior da Educação com outras entidades, com objetivo de desenvolver atividades de valorizar e preservar a cultura étnica trazida pelos imigrantes alemães, italianos, poloneses e caboclos, buscando a socialização por meio da história, artesanato, gastronomia, canto e danças folclóricas e também, visa fortalecer no indivíduo o respeito ao próximo e o cooperativismo social do nosso município a fim de contribuir no desenvolvimento e crescimento da comunidade nos projetos de assistência social, saúde, educação e cultura para que possam colaborar de formas diversificadas para o êxito das atividades de construção e formação da consciência cidadã através de práticas pedagógicas que pretende possibilitar, ampliar, converter e enriquecer suas próprias histórias de vida.

O destaque do projeto serão os encontros, visitas e apresentações culturais, onde os beneficiários protagonizaram de forma lúdica diversas manifestações de suas culturas étnicas, onde também iram contribuir para a fundamentação teórica do Plano Municipal de Cultura que tem como objetivo instituir as políticas centradas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional fazendo-se necessário à elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento. Este projeto surgiu com intuito de promover novas reflexões acerca desta temática, mostrando toda a riqueza da cultural e da história de nosso município, resgatando valores, desconstruindo alguns conceitos da sociedade.

Por esse motivo faz-se necessário uma Professora com formação em Pedagogia efetiva na rede Municipal de Ensino para que possa desenvolver capacidades criativas individuais e grupais legitimando a credibilidade e o reconhecimento da responsabilidade de produzir mudanças sociais.

Além disso, as crianças e adolescentes, jovens, idosos e famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica submetidas às condições de injustiças, violências e exclusão social serão estimuladas na Convivência social no aconselhamento bem como, em atividades culturais que incentivam a valorização cultural étnica e pessoal contribuindo para o fortalecimento de um programa Inter setorial.

### RESOLVE

Art. 1º - Fica Instituído não âmbito da Secretaria Municipal o Projeto de Atividades Pedagógicas Culturais, que tem como base alcançar os objetivos elencados nos incisos deste artigo.

I.- Desenvolver atividades de valorização dos saberes tradicionais culturais e étnicos;

II.- Preservar o patrimônio material e imaterial através de mapeamento e registro cultural;

III.- Apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico.

IV.- Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das culturas locais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa.

V.- Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade bonjesuense, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização;

VI.- Desenvolver atividades junto aos beneficiários dos programas oferecidos pelo governo municipal, estadual e federal;

VII.- Potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

VIII.- Auxiliar na revisão e no desenvolvimento dos PPPs (Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino) e na organização das Diretrizes Educacionais do Município.

Art. 2º. - O Projeto de Atividades Pedagógicas Culturais é voltado ao atendimento de atividades educacionais e culturais, nos seguintes âmbitos:

I.- Programa CRAS - Centro de Referência da Assistência Social;

II.- Grupo de idosos;

III.- Associações de mães;

IV.- Associação cultural;

v.- Grupo de voluntárias;

VI.- Grupo de pais;

VII.- Alunos da educação Infantil com dificuldade de aprendizagem;

Art. 3º. - As atividades do Projeto de Atividades Pedagógicas Culturais, entre outras inerentes ao objeto, são as seguintes:

I.- Prestar apoio pedagógico a alunos com dificuldade de aprendizagem na educação infantil;

II.- Realização de palestras educativa aos pais ao que se refere ao processo de ensino e aprendizagem;

III.- Realizar pesquisa que construirá na elaboração do Plano Municipal de Cultura;

IV.- Visitas domiciliares afim de reconhecimento e levantamento de dados da cultura de cada localidade;

V.- Participação em encontros de idosos;

VI.- Atuar de forma preventiva, evitando que famílias tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco;

VII.- Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;

Art. 4º.- Na aplicação do Projeto de Atividades Pedagógicas Culturais, deverá ser observada a seguinte metodologia:

I.- Dialogar através de palestras com os pais ou responsáveis, sobre a importância da participação assídua e carinhosa na vida escolar de seus filhos para acompanhar e garantir o seu aprendizado;

II.- Envolver os grupos de idosos em datas comemorativas; organizando danças, peças teatrais, declamações valorizando a etnias de nosso município;



III.- Disponibilizar momentos de autoestima e beleza aos grupos de idosos, clube de mães e demais entidades.

IV.- Visitas domiciliares, conversas, apoio, motivação, observado e interagindo nas diferentes necessidades de cada um.

V.- Envolvimento em diferentes atividades relacionadas ao Departamento da Cultura.

VI.- Recepção e cadastramento das famílias em programas oferecidos no município.

Art. 5º. – As atividades do Projeto de Atividades Pedagógicas Culturais deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

a) 08:00 (oito) horas em atendimento ao CRAS e idosos;

b) 04:00 (quatro) horas em atividades culturais e pedagógicas;

c) 04:00 (quatro) horas em visitas domiciliares;

d) 04:00 horas para Planejamento das atividades.

Art. 6º. - Para atuar nesse projeto o profissional deverá ter habilidade mínima em Licenciatura em Pedagogia Séries Inicial ou Educação Infantil, ser servidor efetivo na rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único: A necessidade mínima para a aplicação do Projeto é de 20 (vinte) horas semanais disponíveis para trabalhar. Podendo aumentar conforme a necessidade.

Art. 7º. - As atividades propostas e as oficinas a serem realizadas serão avaliadas, tendo um olhar atento ao trabalho metodológico e o desenvolvimento das atividades propostas no projeto, para averiguação da efetividade das atividades implementadas e o seu resultado na disseminação pedagógica cultural.

Art. 8º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Bom Jesus do Oeste, 24 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

ELISANDRA CESCHINI SENHOR

Secretária Municipal de Educação

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**620.06.15 - P. DES. PROF. ANGELA M. OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 620/15 de 25.06.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Ângela Maria de Oliveira, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais no NAES, no período de 25 de junho com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
25 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**621.06.15 - P. DES. PROF. JAKSON A. GASPAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 621/15 de 25.06.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designa Jakson Antonio Gaspar, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 25 de junho com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
25 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**622.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSENILDA MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 622/15 de 26.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de junho de 2015, a funcionária Rosenilda Moretti, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **623.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA V. BRUDER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 623/15 de 26.06.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de junho com término no dia 08 de julho de 2015, a funcionária Maria Verônica Bruder, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **624.06.15 - P. COMISSÃO SINDICANCIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 624/14 de 26.06.15

Designa Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar responsabilidade dos fatos que ocasionaram o acidente no dia 24.06.2015 envolvendo o veículo Transit placa MJY-5008 de propriedade do Município com o veículo Scania/R 124GA4 X 2NZ, placa DBC 3497, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 136 da Lei Complementar 01/03 de 02 de dezembro de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Comissão de Sindicância para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, a fim de apurar responsabilidade dos fatos que ocasionaram o acidente no dia 24.06.2015 envolvendo o veículo Transit placa MJY-5008 de propriedade do Município com o veículo Scania/R 124GA4 X 2NZ, placa DBC 3497.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos servidores: Evaldo Gerber, Motorista, matrícula nº 3520-3, Andreia de Oliveira Deucher, Professora, matrícula nº 5827-0, Iris Kapitula Bosquetti, Assessora de Departamento, matrícula 10.571-6.

Art. 3º - A Presidência da Comissão de Sindicância ficará a cargo do servidor Evaldo Gerber.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
EDITAL Nº 01/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2015 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE Botuverá, publica a relação dos candidatos inscritos.

I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 01/2015, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Botuverá, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

- 1 -..Denise Sorer
- 2 -..Marisa Merizio Martinenghi .....
- 3 - Thais Juliana Ceolin Miguel .....
- 4 - .Arlete Maria Vicentini
- 5 - Valdirene Paulini
- 6 - .Airton José Maestri
- 7 - Morgana Giancesini
- 8 - Elezir Santos da Costa
- 9 - Lucimar Graf
- 10 - Juliana Fachi
- 11 - Taize Martinenghi
- 12 - Ana Paula Maestri
- 13 - Samara Bambinetti Maestri
- 14 - Vatuzy Paulini
- 15 - Adriano de Souza
- 16 - Angelita Paloschi
- 17 - Eliane Cristina Leoni Paloschi
- 18 - Diana Smanioto Lamim
- 19 - Ana Andreia Barbosa Arce

II - O cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 694/94 Resolução nº 01/2015 e Edital nº 01/2015, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 dias úteis, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.

III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CRAS, situada na Rua: João Morelli, nº 05

Botuverá, 26 de Junho de 2015.

Jussara de Oliveira Lussolli

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

### RESOLUÇÃO Nº 01 DE 26 DE JUNHO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 01 de 26 de JUNHO de 2015.

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Botuverá, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 694/94 (que dispõe sobre o Conselho Tutelar) e no seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1o. Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Botuverá.

Art. 2o. A Comissão Especial Eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros:

- a) Francine Pozzi, representante do Poder Público;
- b) Jussara O Lussolli, representante do Poder Público;
- c) Maicon Everton dos Santos representante do Poder Público;
- d) Marlene Merizio representante do Poder Público;
- e) Rivelino Hammers representante da Sociedade Civil;
- f) Deise Pavesi, representante da Sociedade Civil.
- g) Dalva Giancesini representante da sociedade civil.

§ 1º. Cabe à Comissão Especial Eleitoral, pelo voto da maioria de seus membros, eleger seu coordenador.

§ 2º. Não havendo definição por este critério, a Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Conselheiro mais antigo, dentre seus integrantes e, em caso de empate, o de maior idade.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 01/2015, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 26 de Junho de 2015.

Maicon Everton dos Santos

Vice Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1313/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1313/2015, de 20 de maio de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2335/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 32/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 03/04/2015 ( Paixão de Cristo), 21/04/2015 ( Tiradentes), e 01/05/2015 ( Dia do Trabalhador);

Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 20/04/2015;

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

Considerando, o acúmulo de serviço por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor VALDIR DOS ANJOS ANTÔNIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 170.364.808-07, RG nº 4.912.067-0, ocupante do cargo de Agente Serviços Especiais, mat. 67220.3-01 , lotado na secretária de Obras, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho datado de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese o indiciado: a) não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; b) é inassiduo e não cumpre com o horário; c) Não observa as normas legais e regulamentares; d) Não cumpre as ordens superiores; e) Não comunica à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço; f) ausenta-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato; g) Insuborninação grave em serviço. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, II, III, VI, VII, X, art. 175, incisos I, bem como art. 188, II, III, todos da Lei complementar 147/2009. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de maio de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### EXTRATO DO CONTRATO 076/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 076/2015

ESPÉCIE: Execução com fornecimento de material do projeto elétrico da garagem da Sede Administrativa do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 019/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.01.04.122.300.1193.4490519900000.60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 26//06/2015; VALOR: R\$ 28.500,00. CONTRATADA: Comercio de Material Elétrico São José Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

### EXTRATO DO CONTRATO 077/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 077/2015

ESPÉCIE: Execução com fornecimento de material do projeto de CFTV do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 019/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.01.04.122.300.1193.4490519900000.60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 26//06/2015; VALOR: R\$ 102.000,00. CONTRATADA: DV Tecnologia Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2015

PREGÃO nº 055/2015

Processo Licitatório nº 092/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação urbana e de prédios públicos. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/07/2015, às 08h30min.



Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 25/06/2015

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

### **LEI Nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015**

LEI nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Plano Municipal de Educação de Brusque, em consonância com a Lei Federal n. 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei Ordinária estabelece o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 anos e com vigência entre 2015 a 2025.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi elaborado em conformidade com os Planos Nacional de Educação-PNE e Estadual de Educação -PEE sob a coordenação da Comissão Municipal de Educação, instituída pela Portaria Nº 003/2015/SE, em parceria com Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e também com a participação da sociedade brusquense.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República, a Constituição do Estado de Santa Catarina, assim como a Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Brusque, com seus respectivos diagnósticos, eixos, metas, estratégias e recursos, conforme documento anexo.

Art. 5º Compete à Secretaria de Educação do Município de Brusque realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do PME, estabelecendo mecanismos necessários ao acompanhamento do cumprimento das metas constantes no mesmo.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do PME.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
------------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 197/2015**

PORTARIA Nº 197/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor Osmar da Silva, ocupante do cargo de Agente de Obras, devido ao falecimento de sua esposa ISAURA NUNES no dia 23 de junho de 2015, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2015 4 00040 191 0016234 60 no Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, à Rua Azambuja, 1089, bairro Azambuja, Brusque-SC

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 23/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 25 de junho de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
-------------------

Diretor Presidente SAMAE
-----------------------------

**ANEXO LEI Nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015****Prefeitura Municipal de Brusque****PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
BRUSQUE/SC  
2015 - 2025**

Documento aprovado pela Câmara Municipal de Brusque em 23/06/2015, sancionado pelo  
Prefeito em 24 de junho de 2015 pela Lei 3887/2015

**ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO**

Prefeito de Brusque

**IVANOR DE MENDONÇA**

Secretário Municipal de Educação

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

**COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRUSQUE, INSTITUÍDA PELA  
PORTARIA Nº 003/2015/SEME**

**COORDENADORA DA COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL**

Maristela Kuneski

**COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL**

Célia Ávila de Souza  
Darli de Amorim Zunino  
Heloisa Maria Wichern Zunino  
Jaqueline Peirão dos Santos  
Maicon Rodrigo Moresco  
Maristela Kuneski  
Monica Soares  
Orlando Borchardt  
Rosana Paza  
Vanderleia Ana Felisbino Mannrich

**COLABORADORES:**

Marcilene Pöpper Gomes  
Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Everaldo da Silva  
Heloisa Maria Wichern Zunino  
Fabiani Cristini Cervi Colombi  
Luiz Pedro Benvenutti  
Robson Zunino

**ORGANIZAÇÃO**

Marcilene Pöpper Gomes  
Rosana Paza

**REVISÃO:**

Orlando Borchardt

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

### APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 1º no qual reza que: “A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, é nisso que o Plano Municipal de Educação de Brusque foi pensado e construído, entendendo que o objetivo maior é a contribuição para a formação integral do ser humano.

Por se tratar de um Plano de Estado e não de governo, deseja-se superar a prática tão comum na educação brasileira, que é a da descontinuidade das propostas de trabalho a cada troca de governo, recomeçando a história sem considerar a história da educação do município e suas especificidades, desconsiderando as boas, por conseguinte, políticas educacionais. Tendo um Plano com força de lei, respeitado por todos, recupera-se o sentido da continuidade das políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 determina que os planos de educação se tornem leis com caráter autônomo, a partir do art. 214 que prevê:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) melhoria da qualidade de ensino;
- d) formação para o trabalho;
- e) promoção humanística, científica e tecnológica.

Nesse sentido, este Plano Municipal de Educação visa atender a essas exigências legais, bem como àquelas que constam na LDB.

Ressalta-se que este documento foi elaborado com base no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que, mais especificamente em seu Artigo 8º, determina que os estados e municípios construam seus planos de educação articulados com as diretrizes e metas do Plano Nacional; e também se levou em consideração a versão preliminar do Plano Estadual de Educação de 2014.

O diagnóstico da realidade educacional municipal, em todos os seus níveis e modalidades, foi construído com base na legislação vigente do município, em sites oficiais, nas ações da Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE), bem como com o que determina o Plano de Desenvolvimento da Educação do país, instituído com base no Plano de Metas

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

“Compromisso todos pela Educação”, e ainda com a CONAE 2014, que deliberou e apresentou um conjunto de propostas que subsidiará a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de aproximar nosso olhar investigativo entre as metas propostas do PNE com as ações de gestão que estão sendo desenvolvidas no município de Brusque. Importante destacar que o documento criado em 2014 pelo Congresso das Cidades também foi fonte de pesquisa para a realização do diagnóstico.

Para a elaboração deste documento, houve a liderança da Secretaria Municipal de Educação, envolvendo representantes que auxiliaram na articulação com todos os entes envolvidos na educação do município de Brusque, a Equipe Técnica, instituída pela Portaria Nº 003/2015/SEME.

As metas e estratégias contempladas no presente documento atendem igualmente às dez (10) diretrizes do Plano Nacional de Educação a saber:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Este documento foi elaborado com base em um cronograma organizado pela equipe técnica e pelos colaboradores, o qual envolveu momentos de encontros presenciais e discussões no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVEA MOODLE, bem como a respectiva disponibilização no site da Prefeitura Municipal de Brusque, para conhecimento e possíveis sugestões oriundas de toda a comunidade brusquense, oportunizando e assegurando a

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

legitimidade deste plano por meio da consulta pública e, logo em seguida, sistematizando o documento final do PME. Após essa etapa, o documento foi encaminhado ao Executivo Municipal para elaboração do Projeto de Lei, para posterior encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores para ser aprovado, retornando ao executivo para a sua sanção.

O Plano Municipal de Educação de Brusque preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação e, de forma resumida, tem como base os principais aspectos norteadores: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação.

O Plano Municipal de Educação de Brusque aponta para uma Educação Plena, que contribua para a formação integral dos seus cidadãos, com uma visão de mundo, que dará condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





# Prefeitura Municipal de Brusque

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>15</b>
<b>3 ASPECTOS POPULACIONAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>4 ASPECTOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) .....</b>	<b>46</b>
<b>6 VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>7 RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>58</b>
<b>8 EIXOS, METAS E ESTRATÉGIAS .....</b>	<b>63</b>
8.1 EIXO I: GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE ....	63
8.1.1 Meta 1: Universalização na Educação Infantil.....	63
8.1.2 Meta 2: Universalização no Ensino Fundamental.....	65
8.1.3 Meta 3: Universalização no Ensino Médio.....	68
8.1.4 Meta 5- Alfabetização.....	69
8.1.5 Meta 6- Educação em Tempo Integral .....	71
8.1.6 Meta 7- IDEB .....	72
8.1.7 Meta 9 – Elevação da taxa da alfabetização da população de 15 anos ou mais.....	76
8.1.8 Meta 10 - Matrícula de EJA na forma integrada à Educação Profissional .....	78
8.1.9 Meta 11: Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....	80
8.2 EIXO II: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE .....	81
8.2.1 Meta 4: Universalização na Educação Especial.....	81
8.2.2 Meta 8- Elevação Da Escolaridade Média População: 18 A 24 Anos.....	86
8.3 EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO .....	87
8.3.1 Meta 12: Matrícula na Educação Superior.....	87
8.3.2 Meta 13: Atuação de mestres e doutores no Ensino Superior .....	89
8.3.3 Meta 14: Matrícula de pós-graduação para formação de mestres e doutores.....	90
8.4 EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO .....	91
8.4.1 Meta 15: Formação específica de graduação .....	91
8.4.2 Meta 16: Formação em nível de pós-graduação .....	94

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

<b>8.4.3 Meta 17: Rendimento médio do profissional da educação .....</b>	<b>95</b>
<b>8.4.4 Meta 18: Plano de carreira .....</b>	<b>96</b>
<b>8.5 EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO .....</b>	<b>98</b>
<b>8.5.1 Meta 19: Gestão democrática .....</b>	<b>98</b>
<b>8.5.2 Meta 20: Financiamento da educação .....</b>	<b>99</b>
<b>9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução das populações no período de 1991 a 2010 .....	27
Tabela 2 - Populações por faixa etária e gênero em 2010 .....	30
Tabela 3 - População do município por faixa etária gênero e raça 2010.....	31
Tabela 4 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	32
Tabela 5 - evolução da matrícula inicial na Educação Infantil: creche, por dependência administrativa .....	34
Tabela 6 - Evolução da matrícula inicial na Educação Infantil: pré-escola, por dependência administrativa .....	36
Tabela 7 – Evolução da matrícula inicial no Ensino Fundamental – anos iniciais: 1º ao 5º ano, por dependência administrativa.....	37
Tabela 8 - Evolução da matrícula inicial no Ensino Fundamental – anos finais: 6º ao 9º ano, por dependência administrativa .....	39
Tabela 9 - Evolução da matrícula inicial na Educação Especial, por dependência administrativa .....	40
Tabela 10 - Evolução da matrícula inicial no Ensino Médio, por dependência administrativa.....	42
Tabela 11 - Evolução da matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos, por dependência administrativa .....	43
Tabela 12 - Evolução da matrícula inicial na Educação Profissional, por dependência administrativa .....	45
Tabela 13 - Evolução do IDEB projetado e observado nas escolas municipais: 4ª série / 5º ano .....	46
Tabela 14 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas municipais: 8ª Série / 9º Ano .....	48
Tabela 15 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas estaduais do município: 4ª Série / 5º ano .....	49
Tabela 16 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas estaduais do município: 8ª Série / 9º Ano.....	51
Tabela 17 - Evolução do FUNDEB .....	58
Tabela 18 - Evolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	59
Tabela 19 - Evolução do ICMS anual do município .....	60
Tabela 20 - Recursos aplicados na educação – 2011 a 2014.....	61

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de Educação Básica e de Ensino Superior .....	19
Quadro 2 -População urbana e rural do município por gênero em 2010.....	31
Quadro 3- Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e modalidade de ensino.....	33
Quadro 4 - Números de professores da rede municipal atuando na Educação Infantil em 2014 .....	52
Quadro 5 - Números de professores da rede municipal atuando no Ensino Fundamental em 2014 .....	53
Quadro 6 - Números de professores da rede municipal atuando no Ensino Médio em 2014 ..	54
Quadro 7 - Números de professores da rede municipal atuando na Educação de Jovens e Adultos em 2014.....	55
Quadro 8 - Números de auxiliares/assistentes educacionais da rede municipal atuando na Educação Infantil em 2014 .....	56

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional de Brusque no período de 1991 a 2010 .....	29
Gráfico 2 - População urbana e rural do município por gênero em 2010 .....	32
Gráfico 3 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Infantil: creche .....	35
Gráfico 4 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Infantil: pré-escola .....	36
Gráfico 5 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Fundamental – anos iniciais: 1º ao 5º ano .....	38
Gráfico 6 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Fundamental – anos finais: 6º ao 9º ano .....	39
Gráfico 7: Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Especial.....	41
Gráfico 8 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Médio .....	42
Gráfico 9 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação de Jovens e Adultos .....	44
Gráfico 10 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Profissional .....	45
Gráfico 11 - Evolução do IDEB observado das escolas municipais – 4ª Série / 5º Ano.....	47
Gráfico 12 - Evolução do IDEB observado das escolas municipais – 8ª série / 9º ano.....	48
Gráfico 13 - Evolução do IDEB observado das escolas estaduais do município - 4ª Série / 5º Ano .....	50
Gráfico 14 - Evolução do IDEB observado das escolas estaduais do município – 8ª Série / 9º Ano .....	51
Gráfico 15 - Professores da rede municipal 2014 – Educação Infantil .....	53
Gráfico 16 - Professores da rede municipal 2014 – Ensino Fundamental.....	54
Gráfico 17 - Professores da rede municipal 2014 – Ensino Médio .....	55
Gráfico 18: Professores da rede municipal 2014 – Educação de Jovens e Adultos .....	56
Gráfico 19: Auxiliares/Assistentes Educacionais da rede municipal 2014 – Educação Infantil .....	57
Gráfico 20: Evolução do FUNDEB – 2008-2014 .....	58
Gráfico 21: Evolução do FPM – 2008-2014 .....	59
Gráfico 22: Evolução do ICMS anual do Município – 2008-2014 .....	61
Gráfico 23: Evolução das despesas com educação – 2011 a 2014.....	62

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





# Prefeitura Municipal de Brusque

14

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação do município para os próximos dez anos é, sem dúvida, uma grande responsabilidade e um instigante desafio! Mas é também uma oportunidade de planejar a trajetória da educação de forma consciente e objetiva, em prol de uma sociedade ainda mais justa e igualitária!

Nesse viés, o Plano Municipal de Educação de Brusque é conceituado como o planejamento das políticas de educação para o município, fundamentado no Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014, bem como na Constituição Federal e na LDB.

O cenário brasileiro ainda vem apresentando dados históricos de desigualdade no que tange ao acesso, à permanência e à qualidade no percurso formativo das crianças e adolescentes em todas as modalidades de ensino. Por conseguinte, muito se tem para avançar nesse sentido quando, no Plano Nacional de Educação, se objetiva garantir o padrão de qualidade e equidade!

Acredita-se na possibilidade de avanços, e esta é, justamente, o objetivo deste documento:

- que possa planejar e também concretizar as metas e estratégias;
- que se apresentem alinhadas ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, contribuindo para superar este cenário de desigualdades educacionais.

O Plano Municipal de Educação, aqui descrito e refletido, resulta do trabalho coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, mais especificamente por uma Comissão Técnica, criada e constituída por uma portaria, que tem por objetivo propor momentos de discussões, sugestões e deliberações dos representantes de diversos setores da sociedade brusquense.

Importante ressaltar que, para a elaboração do documento, a Comissão Técnica Municipal buscou subsídios na legislação vigente, como já mencionado, nas orientações do Ministério da Educação – MEC, via documentos disponibilizados no site como orientação para os trabalhos nos municípios e na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Primeiramente foi necessário que a Comissão Técnica realizasse o levantamento de dados estatísticos educacionais, demográficos, sociais e econômicos, que resultaram na análise situacional do município e forneceram, assim, subsídios para a elaboração das metas e estratégias, atendendo às especificidades locais.

Com base nessa fundamentação, o documento aqui apresentado, deseja ser entendido como uma política de Estado, e não de governo, pois tem vigência de 2015 a 2025, e nele são

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

15

apresentados textos carregados de significados que retratam anseios por uma educação ainda mais qualificada. Para isso, apresenta um texto introdutório, pautado na análise situacional do município, seguido das metas e estratégias para a educação básica a fim de serem cumpridas pelo Município.

A análise situacional da educação de Brusque foi diagnosticada por meio de sites oficiais, da legislação em vigor e da realidade educacional, social, econômica e demográfica em que se apresenta o município. Para a ampla socialização deste documento, foi disponibilizado no site [www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br), o link Plano Municipal de Educação (versão preliminar), oportunizando a ampla divulgação e participação da comunidade brusquense.

Logo após a análise situacional, o documento apresenta as 20 metas e 277 estratégias, divididas em cinco eixos, a saber:

Eixo I: Garantia do direito à educação básica com qualidade;

Eixo II: Redução das desigualdades e valorização da diversidade;

Eixo III: Formação humanística, científica e tecnológica do município;

Eixo IV: Valorização do profissional da educação;

Eixo V: Gestão e financiamento.

Por fim, essas metas e estratégias compõem a proposta de planejamento para os próximos dez anos para a educação do município, reforçando que o cumprimento da execução dessas metas está articulado aos recursos financeiros do município e do governo federal.

## 2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Os dados estatísticos<sup>1</sup> e a tabela 1 demonstram o quanto Brusque cresceu nas últimas décadas. Constata-se que em 1980, Brusque possuía 41.224 habitantes; em 1991, passou para 57.971 com um crescimento de 40,62%. Nesse mesmo período, Santa Catarina crescia 25,20%. Em 1996, o n.º de habitantes saltou para 66.558 com um índice de crescimento de 14,81% (o 3º maior do Estado), enquanto SC crescia, no mesmo período 7,34%. Brusque está crescendo mais 3% ao ano, o dobro da média nacional. Em 2008, a população de Brusque era de 95 mil e, em 2010, 105.503 mil habitantes. Em 2012, Brusque atingiu o patamar de 112.763 habitantes, considerando-se uma cidade média (termo normalmente usado em urbanismo para designar cidades que abrigam de 100 mil a 300 mil habitantes), sendo a 11ª maior cidade em população,

<sup>1</sup>Fonte: algumas informações foram retiradas do texto Congresso da Cidade 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

16

com maior número de carros por habitantes, 2ª melhor cidade para se viver em Santa Catarina de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e 45ª no Brasil. Esse crescimento vem exigindo políticas públicas voltadas às necessidades reais desta população migratória multicultural, bem como daquela que aqui já residia. Este cenário demanda parcerias com outros entes federados para a ampliação do atendimento da população em idade escolar, seja em creches ou em outras modalidades de ensino.

A imigração crescente nos últimos anos é, sem dúvida, atraída pelos índices que Brusque conquistou referentes à oportunidade de escolarização, emprego, renda e formação profissional, conciliada a uma política de crescimento sustentável, ofertando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 0,795 segunda fonte IBGE/2010 (conforme tabela 5). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a da Educação (com crescimento de 0,119), seguida por Renda e por Longevidade.

A renda percapita média de Brusque cresceu 87,22% nas últimas duas décadas, passando de R\$596,58 em 1991 para R\$817,76 em 2000 e R\$1.116,93 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 37,07% no primeiro período e de 36,58% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar percapita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 0,49% em 1991 para 0,59% em 2000 e para 0,29% em 2010. Isso evidencia que a desigualdade diminuiu.

Brusque ocupava a 56ª posição em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, ou seja, 55 (0,99%) municípios estão em situação melhor e 5.509 (98,99%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 295 outros municípios de Santa Catarina, Brusque ocupa a 14ª posição, 13 (4,44%) municípios estão em situação melhor e 279 (95,22%) municípios estão em situação pior ou igual.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Brusque reduziu 35%, passando de 13,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 8,6 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 11,5 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A educação no Município de Brusque está pautada na Constituição Federal/1988, na LDB/1996 e no Plano Nacional de Educação/2014, com base na proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (2014) e nas Diretrizes Curriculares Municipais/Brusque(2010); e o sistema

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

17

de ensino se compõe pela rede municipal, estadual e particular, e também pelo Conselho Municipal de Educação e pela Lei Orgânica e a Lei do Sistema do Ensino.

A Lei Orgânica do Município é um documento que embasa a educação de nossa cidade, em especial, o artigo Art. 169. quando afirma que:

O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá as diretrizes deste Capítulo, e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos: I - plano diretor; II - plano de governo; III - lei de diretrizes orçamentárias; IV - plano plurianual; V - orçamento anual.

Portanto, o Plano Municipal de Educação de Brusque, para a garantia de sua execução, deve de estar alinhado também a esses importantes documentos que regem o planejamento das atividades em nosso município.

O Município conta com oitenta e cinco instituições de educação básica e cinco de ensino superior, conforme se ilustra no quadro 1 abaixo:

ESTADUAIS				
EEB Monsenhor Gregório Locks	Estadual	EF	EM	
EEB Osvaldo Reis	Estadual	EF	EM	
EEB Santa Terezinha	Estadual	EF	EM	
EEB Francisco de Araújo Brusque	Estadual	EF	EM	
EEB Dom João Becker	Estadual	EF	EM	
EEB Governador Ivo Silveira	Estadual	EF	EM	
EEB Feliciano Pires	Estadual	EF	EM	
EEB Pe Lux	Estadual	EF	EM	
EEB João XXIII	Estadual	EF	EM	
EEM Yvonne Olinger Appel	Estadual	EM		
CEJA de Brusque	Estadual	EJA		
MUNICIPAIS				
C.E.I. Adelina Zen	Municipal	EI		
C.E.I. Alberto Pretti	Municipal	EI		
C.E.I. Benta Vanolli	Municipal	EI		
C.E.I. Bisa Olga Fischer	Municipal	EI		
C.E.I. Circulo Bom Samaritano	Municipal	EI		
C.E.I. Emília Floriani de Oliveira	Municipal	EI		
C.E.I. Emília Floriani II (FIP)	Municipal	EI		
C.E.I. Hilda Anna Eccel	Municipal	EI		
C.E.I. Hilda Anna Eccel II	Municipal	EI		
C.E.I. Max Rodolfo Steffen	Municipal	EI		
C.E.I. Marli Teresinha Benvenuti Buss	Municipal	EI		
C.E.I. Paquetá	Municipal	EI		

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

18

C.E.I. Pe. Theodoro Becker	Municipal	EI		
C.E.I. Pequenos Pensadores	Municipal	EI		
C.E.I. Ponta Russa	Municipal	EI		
C.E.I. Prof.ª Augusta Knorring	Municipal	EI		
C.E.I. Prof.ª Helga Stoltenberg	Municipal	EI		
C.E.I. Prof.ª Noêmia Fialho	Municipal	EI		
C.E.I. Prof.ª Noêmia Fialho II	Municipal	EI		
C.E.I. Raio de Sol I	Municipal	EI		
C.E.I. Raio de Sol II	Municipal	EI		
C.E.I. Sofia Dubiella	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Ana	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Denise	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Laura	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Lisa	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Lourdes	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Norma	Municipal	EI		
C.E.I. Tia Trude	Municipal	EI		
C.E.I. Elsa Bodenmüller de Marchi	Municipal	EI		
C.E.I. Elsa Bodenmüller de Marchi II (CAIC)	Municipal	EI		
C.E.I. Vó Rosa Dallago	Municipal	EI		
E.E.B. João Hassmann	Municipal	EI	EF	EM
E.E.F. Alberto Pretti	Municipal	EF		
E.E.F. Angelo Dognini	Municipal	EF		
E.E.F. Cedro Alto	Municipal	EF		
E.E.F. Dr. Carlos Moritz	Municipal	EF		
E.E.F. Edith Gama Ramos	Municipal	EF		
E.E.F. Edith Krieger Zabel	Municipal	EF		
E.E.F. Lions Club Companheiro Oscar Maluche	Municipal	EF		
E.E.F. Nova Brasília	Municipal	EF		
E.E.F. Paquetá	Municipal	EF		
E.E.F. Pe. Carlos Fuzão	Municipal	EF		
E.E.F. Pe. Luiz Gonzaga Steiner	Municipal	EF		
E.E.F. Pe. Theodoro Becker	Municipal	EF		
E.E.F. Pe. Vendelino Wiemes	Municipal	EF		
E.E.F. Poço Fundo	Municipal	EF		
E.E.F. Ponta Russa	Municipal	EF		
E.E.F. Prefeito Alexandre Merico	Municipal	EF		
E.E.F. Prof. José Vieira Côrte	Municipal	EF		

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

19

E.E.F. Prof. <sup>a</sup> Adelina Zierke	Municipal	EF		
E.E.F. Prof. <sup>a</sup> Augusta Dutra de Souza	Municipal	EF		
E.E.F. Prof. <sup>a</sup> Augusta Knorring	Municipal	EF		
E.E.F. Prof. <sup>a</sup> Georgina de Carvalho Ramos da Luz	Municipal	EF		
E.E.F. Prof. <sup>a</sup> Isaura Gouvêa Gevaerd	Municipal	EF		
E.E.F. Rio Branco	Municipal	EF		
E.E.F. Rotary Club Companheiro Ayres Gevaerd	Municipal	EF		
EJA –Educação de Jovens e Adultos	Municipal	EJA		
<b>PRIVADAS</b>				
Colégio Cenecista Honório Miranda	Privada	EI	EF	EM
Colegio São Luiz	Privada	EI	EF	EM
SESC Centro de Atividades	Privada	EI	EF	
Colégio Cônsul Carlos Renaux	Privada	EI	EF	EM
Instituto Santa Inês	Privada	EE		
Centro Educacional Cultura LTDA.	Privada	EI	EF	
SENAC	Privada	EP		
SENAI	Privada	EP		
Curso e Colégio Energia	Privada	EM		
Centro de Educação Espaço da Criança	Privada	EI		
SESI Escola	Privada	EJA		
Lar Menino Deus	Privada	EE		
Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE	Privada	ES		
Faculdade do Vale do Itajai-Mirim - FAVIM	Privada	ES		
Faculdade São Luiz – FSL	Privada	ES		
Centro Educacional de Assessoria e Consultoria – CEVISAT/ UNINTER	Privada	ES		

Quadro 1 - Instituições de Educação Básica e de Ensino Superior

Fonte: <http://www.brusque.sc.gov.br/upload/conheca-brusque/2015>.

O índice médio de analfabetismo em Brusque está na faixa de 2,68%, conforme Fonte: SED – SC, 2010, considerado baixo comparado em nível nacional. Isso atende a uma das metas do Plano Nacional de Educação no que tange reduzir o índice de analfabetismo.

Ressalta-se que a política educacional do município de Brusque ainda está se constituindo e será edificada a partir da implementação do Plano Municipal de Educação, podendo baixar ainda mais esse percentual.

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos, indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

20

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 17,86% e no de período 1991 a 2000, 103,03%. A proporção de crianças entre 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, cresceu 10,26% entre 2000 a 2010; e 13,61% entre 1991 a 2000.

A proporção de jovens, entre 15 a 17 anos, com Ensino Fundamental completo, cresceu 16,53% no período de 2000 a 2010 e 64,48% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens, entre 18 a 20 anos, com Ensino Médio completo, cresceu 14,90% entre 2000 a 2010 e 135,68% entre 1991 a 2000.

Em 2010, 70,11% dos alunos de Brusque entre 6 a 14 anos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000, eram 73,02% e, em 1991, 63,23%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 40,69% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso.

Em 2000 eram 37,84% e, em 1991, 18,06%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 15,96% estavam cursando o ensino superior em 2010; 13,67% em 2000 e 6,02% em 1991. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso ao conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 59,10% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 38,80%, o ensino médio. Em Santa Catarina, 58,87% e 40,41%, respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade; e a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu em 3,57% nas últimas duas décadas.

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança, que inicia a vida escolar no ano de referência, tende a completar. Em 2010, Brusque tinha 10,18 anos esperados de estudo; em 2000, tinha 10,25 anos e em 1991, 10,75 anos. Já o Estado de Santa Catarina tinha 10,24 anos esperados de estudo em 2010; 10,13 anos em 2000 e 9,93 anos em 1991.

Os dados acima e o acréscimo da população no município, inflou o número de demanda para a educação infantil. Em consequência, observa-se igualmente um crescimento na oferta de vagas da Educação Infantil e para a Creche (0 a 3 anos) que, segundo os sites oficiais, atingiu, em 2014, a taxa de atendimento, ou seja, as matrículas na educação infantil (creche) do município aumentaram 56% nos últimos 5 anos, passando de 1.685 em 2010 para 2.634 em 2014, conforme tabela 7 e gráfico 3 que apresentam a evolução das matrículas da Educação Infantil (Creche) da rede municipal e privada de ensino do município de Brusque, conforme dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos. Dessa forma, Brusque atende à meta do Plano Nacional de Educação, estipulada em (50%).

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

21

Com relação ao atendimento da Educação Infantil (Pré-escola) da rede municipal e privada de ensino do município de Brusque, também houve um crescimento da oferta de vagas, conforme aponta a tabela 8 e o gráfico 4 que, segundo sites oficiais, no geral as matrículas na Educação Infantil (Pré-escola) do município aumentaram aproximadamente 14% nos últimos 5 anos, passando de 2.794 em 2010 para 3.172 em 2014, indicando estar Brusque bem próximo da universalização desse atendimento.

Como parâmetro para o desenvolvimento da educação, os municípios têm o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que foi criado pelo INEP em 2005, e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. A tabela 16 indica que o município de Brusque, no que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, tem alcançado bons indicadores no IDEB, com exceção do ano de 2013. Nos demais anos, o desempenho do município sempre tem ficado acima da projeção do Ministério da Educação (MEC). Já, segundo a Tabela 17, que aponta que o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino, o indicador de qualidade tem ficado abaixo da expectativa traçada pelo MEC.

Segundo a Tabela 18, o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino do município obtiveram melhora de 33,33%, ou seja, apresentaram IDEB favorável para os anos iniciais do Ensino Fundamental em todos os anos em que a avaliação foi realizada, pois o IDEB alcançado ficou sempre acima das projeções do MEC.

Já a Tabela 19 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino do município de Brusque entre 2005 a 2013. Importante observar que até o ano de 2011, as escolas da rede estadual de ensino de Brusque apresentavam IDEB superior ao projetado pelo Ministério da Educação, porém o último IDEB ficou aquém do projetado. A projeção para 2013 era de um IDEB de 4,9, contudo o que se observou foi 4,3, ficando 13,25% abaixo do esperado. Nota-se que tanto o IDEB dos anos finais das escolas da rede municipal de ensino quanto da estadual apresentam-se com um IDEB abaixo do esperado em 14% e 13,25% respectivamente, constituindo-se num desafio para esse segmento de ensino, impondo-se aos profissionais da educação criar estratégias que possam reverter esse quadro.

O Município tem se preocupado com o abandono e a distorção idade série, tanto que escolas estaduais como escolas municipais e privadas vêm oportunizando aperfeiçoamento constante aos professores e coordenadores pedagógicos, por meio da formação continuada e

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

22

reuniões pedagógicas, bem como os momentos do conselho de classe, para refletir e traçar ações pedagógicas que possam reverter o abandono e distorções idade série. Dessa forma, em 2013, segundo dados oficiais, atingiu-se um índice de 40,6% dos professores com pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu*, levando em conta que a meta nacional é de atingir 50%. Brusque está perto de concretizá-la.

Ao analisar a inclusão de pessoas com deficiência, Brusque tem apresentado diversas iniciativas em parceria com o governo federal, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo alguns polos constituídos em escolas por meio das salas multifuncionais e a contratação de profissionais para atuarem nessa área. Igualmente, tem se preocupado com a acessibilidade arquitetônica de suas escolas sendo muitas delas ampliadas, reformadas e/ou construídas na perspectiva da inclusão, apresentando, assim, uma taxa de atendimento crescente, conforme a Tabela 11 e o Gráfico 7, que apresentam a evolução das matrículas na Educação Especial das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque; e nos últimos 5 anos aumentaram em mais de 83% os casos; e em 2010 havia 330 matrículas e, em 2014, esse número aumentou para 605.

Ao analisar o ingresso de jovens no ensino médio, ensino técnico e ensino superior, Brusque registra uma oferta de vagas crescente ao longo dos anos, o que demonstra a preocupação do município com a formação humana, intelectual, técnica e profissional de sua população.

Em relação ao segmento de ensino, voltado à educação de jovens e adultos, o município apresenta uma taxa decrescente, o que indica consolidar uma política pública educacional eficiente para um público que durante uma parte de suas vidas foi forjada a ficar excluída da escola. Com essa atenção especial, oportuniza-se um aumento nos níveis de escolarização objetivando novas possibilidades de vida para esses estudantes, acenando para a empregabilidade e para almejar condição mais digna no mercado de trabalho, sinalizando, dessa forma, para a melhoria na qualidade de vida.

Para corrigir uma distorção que acontece há muito tempo em relação à valorização dos profissionais da educação, as políticas de valorização não podem deixar de associar formação, salários justos, carreira e desenvolvimento profissional. As condições de trabalho e salários justos e equivalentes ao de outras categorias profissionais de outras áreas que apresentam o mesmo nível de escolaridade e o direito ao aperfeiçoamento profissional contínuo por meio de programas de formação continuada de curta e longa duração, incluindo cursos *latu sensu*, devem ser assegurados.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

23

O Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, assegura, dentre os princípios norteadores da Educação Básica, a valorização dos profissionais da educação e a garantia do padrão de qualidade, traduzidos pela LDB (9394 /96, Título VI) em dispositivos que sinalizam para a progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais. A escola exitosa é aquela que “traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental” (BRASIL, 2013b, p. 57).

Observa-se, nos últimos anos, o esforço nacional, estadual e municipal na aplicação de leis, diretrizes e políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada, à carreira, à remuneração e às condições de trabalho dos profissionais de educação, com objetivo de atender suas necessidades e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de ensino. Um exemplo disso foi o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5/2010, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública, aplicadas aos profissionais descritos no Inciso III, do Artigo 61, da LDB.

É um avanço a aprovação da lei que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, Lei nº 11.738/2008, com o objetivo de propiciar maior isonomia profissional no país. Essa lei não dará conta, por si só, de solucionar questões históricas que perpassam a valorização desses profissionais, contudo, “sua implantação contribui, e muito, para que retornem aos quadros da educação pública milhares de professores que se afastaram para exercerem outras profissões mais atraentes do ponto de vista salarial e das condições de trabalho” (BRASIL, 2012a. p. 10). Desde 2011, Santa Catarina cumpre o piso nacional (Lei Complementar nº 539/2011), contudo muitos estados brasileiros ainda não o fazem. O município de Brusque cumpre o piso nacional.

As leis estaduais que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais, são:

- Lei nº 6.884/1986 – Estatuto do Magistério;
- Lei Complementar nº 1.139/1992 – Plano de Cargos e Salários;
- Lei Complementar nº 457/2009 – Altera o Progresso Funcional;
- Lei Federal nº 11.738/2008 – Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério;
- Lei Complementar nº 455/2009 – Complemento ao Piso Nacional;
- Lei Complementar nº 539/2011 – Garante o pagamento do Piso - Salarial para os profissionais do magistério;

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

24

- Decreto nº 602/2007 – Avaliação Especial de Desempenho;
- Decreto nº 915/2012 – Institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

O município de Brusque se assegura nas leis, abaixo citadas, que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais:

- Lei Complementar nº 147/2009 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 143/2009 – Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Municipais;
- Lei Complementar nº 146/2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério;
- Lei Federal nº 11.738/2008 – Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério;
- Lei Complementar nº 3425/2011 - Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério;
- Lei Complementar nº 209/2013 – alteração que trata da hora-atividade;
- Decreto nº 6287/2010 – Avaliação Especial de Desempenho.

Significativa foi a alteração do Art. 61 da LDBEN, pela Lei nº 12.014/2009, que define como profissionais da educação escolar básica: professores habilitados em nível médio ou superior, para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; trabalhadores, em educação, portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, com títulos de mestrado, ou doutorado, nas mesmas áreas; trabalhadores, em educação, portadores de diploma de curso técnico, ou superior, em área pedagógica ou afim.

Os quadros de 2 a 6 apresentam o número de profissionais da educação, atuando na educação básica do município em 2014, num total de 1221 profissionais.

A formação continuada é um direito dos profissionais e deverá estar citada no Estatuto do Magistério de cada rede de ensino. Nesse aspecto, destaca-se a importância das redes públicas possuírem um planejamento, possibilitando que o profissional docente usufrua de mecanismos que viabilizam seu acesso à ascensão profissional no que diz respeito à formação continuada e à evolução financeira da sua carreira, por meio de um Plano de Cargos, Carreira e Salários.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

25

Com relação à formação inicial docente, destaca-se o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR, cujo objetivo é fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que esses profissionais obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN e contribuam para a melhoria da educação básica oferecida no país.

É preciso garantir que o estatuto e o plano de carreira do município de Brusque garantam o que dispõe a LDB, Art.67: o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; o piso salarial profissional; progressão funcional (baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho); período reservado a estudos (planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho) e condições adequadas de trabalho, assegurando, dessa forma, a promoção efetiva da valorização dos profissionais da educação pública.

Segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Observa-se, ainda, que o Artigo 208, inciso V, prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A oferta à educação superior, nos termos do Artigo 43 da LDB, tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

26

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

De acordo com a categoria administrativa, as instituições podem ser públicas, vinculadas aos governos federal, estadual ou municipal, privadas ou comunitárias, com variados graus de abrangência e especialização.

Ressalta-se que, com fundamento no Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas especificidades acadêmicas, são credenciadas como Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

Quanto à formação, a educação superior abrange os cursos e programas dispostos no Artigo 44 da LDB:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Os cursos de graduação conferem diploma aos concluintes e podem ser:

- Bacharelados
- Licenciaturas
- Cursos superiores de tecnologia

Em Brusque, o ensino superior é ofertado nas seguintes instituições: ASSEVIM, UNIFEBE, Faculdade São Luiz, CEVISAT/ UNINTER, SENAI-SC Brusque.

Em Brusque não há oferta de programas de Mestrado e Doutorado. Em relação à oferta dos cursos de licenciatura, como ocorre nacionalmente, há uma baixa procura. Alia-se a essa

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

27

situação a carreira pouco atrativa, a falta de perspectiva profissional, as várias mazelas que ocorrem na educação brasileira.

Será preciso garantir, em regime de colaboração entre todos os entes federados, a articulação dos sistemas de ensino e a política de formação dos profissionais da educação, assegurando a todos formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciaturas nas áreas de conhecimento em que atuam.

Para concluir, observa-se que a Rede Municipal de Ensino de Brusque vem aumentando seu investimento na educação, conforme Tabela 27, pois, em 2014, os investimentos totais aumentaram aproximadamente 53%, contabilizando R\$ 59.830.55. Dessa forma, o diagnóstico ora aqui apresentado, por meio dos indicadores, revelam que Brusque está, acertadamente, articulado ao Plano Nacional de Educação, vislumbrando políticas públicas que oportunizam à população uma formação humana, técnica e profissional na busca constante pela qualidade de vida, priorizando a educação como um dos aspectos mais importantes na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária!

### 3 ASPECTOS POPULACIONAIS

#### EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 A 2010

TABELA 1: EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 A 2010

ANO	BRUSQUE	SANTA CATARINA	BRASIL
1991	57.971	4.541.994	146.825.475
1996	66.162	4.844.212	156.032.944
2000	76.058	5.356.360	169.799.170
2007	94.962	5.866.252	183.987.291
2010	105.503	6.248.436	190.755.799
2014*	.719	6.727.148	204.284.917

Tabela 1 - Evolução das populações no período de 1991 a 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico: 1991/2000/2010; e contagem populacional: 1996/2007.

Nota: Projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A tabela 1 apresenta a evolução da população do município de Brusque, do Estado de Santa Catarina e do país, de acordo com o Censo Demográfico e Contagem Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

28

Em 1991, o município de Brusque possuía 55.971 habitantes. Em 1996 passou a ter 66.162 habitantes, contabilizando um aumento populacional de 14%. No ano 2000, o município contava com 76.058 habitantes, ou seja, houve um aumento de 15% na sua população, comparado à última contagem populacional, realizada em 1996. Em 2007, Brusque possuía 94.962 habitantes, 25% a mais comparado a 2000. Em 2010 o crescimento do município foi de 11%, totalizando 105.503 habitantes. O IBGE estima que a população do município tenha atingido o patamar de 119.719, considerando um aumento de 13% se comparado ao último Censo Demográfico realizado em 2010.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

29

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE BRUSQUE NO PERÍODO DE 1991 A 2010

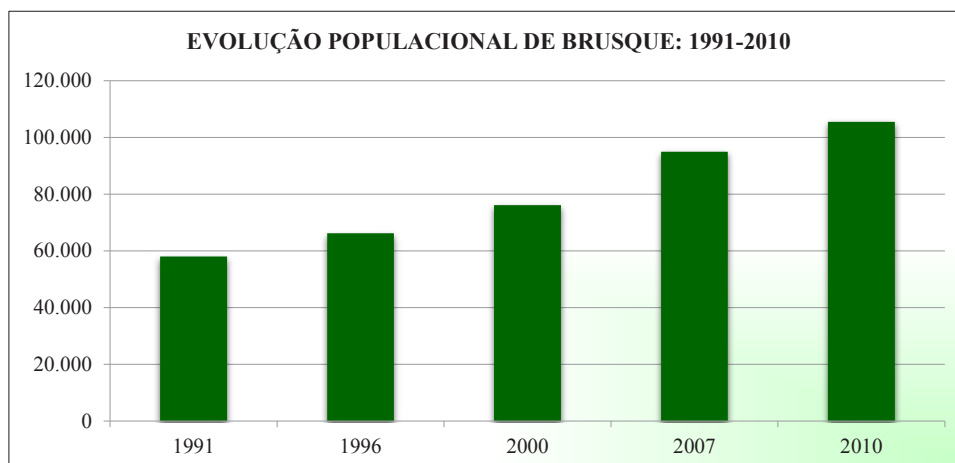


Gráfico 1 - Evolução populacional de Brusque no período de 1991 a 2010  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

O gráfico 1 apresenta a evolução da população do município de Brusque entre os anos de 1991 a 2010 (desconsiderada a projeção da população para o ano 2014).

### POPULAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

TABELA 2: POPULAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO EM 2010

IDADE	BRUSQUE		SANTA CATARINA		BRASIL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
0 a 4 anos	2.725	2.549	165.559	158.578	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	3.349	3.173	222.981	213.804	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	3.965	3.673	264.941	254.842	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	4.587	4.503	276.177	269.009	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	5.616	5.380	287.316	278.342	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	5.567	5.291	286.179	280.304	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	4.576	4.582	256.324	254.824	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	4.075	4.293	234.504	236.585	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	3.966	4.026	230.018	234.200	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	3.835	3.968	216.576	225.071	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	3.068	3.121	179.383	187.597	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	2.305	2.396	143.895	152.906	3.902.183	4.373.673

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

30

IDADE	BRUSQUE		SANTA CATARINA		BRASIL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
60 a 64 anos	1.572	1.807	106.909	116.561	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	941	1.137	73.382	83.975	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	675	941	52.332	64.645	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	433	708	32.789	45.583	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	276	482	18.552	29.628	668.589	998.311
85 a 89 anos	130	268	7.960	14.612	310.739	508.702
90 a 94 anos	26	97	2.517	5.149	114.961	211.589
95 a 99 anos	5	8	564	1.350	31.528	66.804
Mais de 100 anos	1	6	126	279	7.245	16.987

Tabela 2 - Populações por faixa etária e gênero em 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

A tabela 2 apresenta a população do município de Brusque, do Estado de Santa Catarina e do país de acordo com a faixa etária e gênero. O diagnóstico é a última informação oficial dessa natureza apresentada por um órgão oficial, e é de extrema importância para a elaboração de políticas públicas educacionais.

É possível comparar o número de matrículas nas várias modalidades de ensino de acordo com a faixa etária da população no ano de 2010.

### POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E RAÇA EM 2010

TABELA 3: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA GÊNERO E RAÇA  
EM 2010

IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	BRANCA	PRETA OU Parda	BRANCA	PRETA OU Parda	BRANCA	PRETA OU Parda
0 a 4 anos	3.065	424	2.681	523	5.746	947
5 a 9 anos	2.784	559	2.591	582	5.375	1.141
10 a 14 anos	3.368	573	3.158	463	6.526	1.036
15 a 19 anos	3.966	612	3.815	650	7.781	1.262
20 a 24 anos	4.606	990	4.436	920	9.042	1.910
25 a 29 anos	4.609	938	4.596	659	9.205	1.597
30 a 34 anos	3.901	675	4.030	546	7.931	1.221
35 a 39 anos	3.499	540	3.675	581	7.174	1.121
40 a 44 anos	3.479	487	3.670	356	7.149	843

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

31

IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	BRANCA	PRETA OU PARDA	BRANCA	PRETA OU PARDA	BRANCA	PRETA OU PARDA
45 a 49 anos	3.473	342	3.546	403	7.019	745
50 a 54 anos	2.602	253	2.820	174	5.422	427
55 a 59 anos	2.295	223	2.306	190	4.601	413
60 a 64 anos	1.409	116	1.784	112	3.193	228
65 a 69 anos	835	47	1.110	44	1.945	91
70 a 74 anos	564	72	884	37	1.448	109
75 a 79 anos	496	20	676	29	1.172	49
Acima de 80 anos	422	11	758	34	1.180	45

Tabela 3 - População do município por faixa etária gênero e raça 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

A tabela 3 apresenta a população do município de Brusque de acordo com o gênero, faixa etária e raça no ano de 2010. A informação referente à raça considera apenas as opções “branca” ou “preta ou parda”.

### POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO POR GÊNERO EM 2010

#### QUADRO 2: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO POR GÊNERO EM 2010

URBANA			RURAL		
HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
50.586	51.439	102.025	1.814	1.664	3.478

Quadro 2 - População urbana e rural do município por gênero em 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

32

### POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO POR GÊNERO EM 2010

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO POR GÊNERO EM 2010

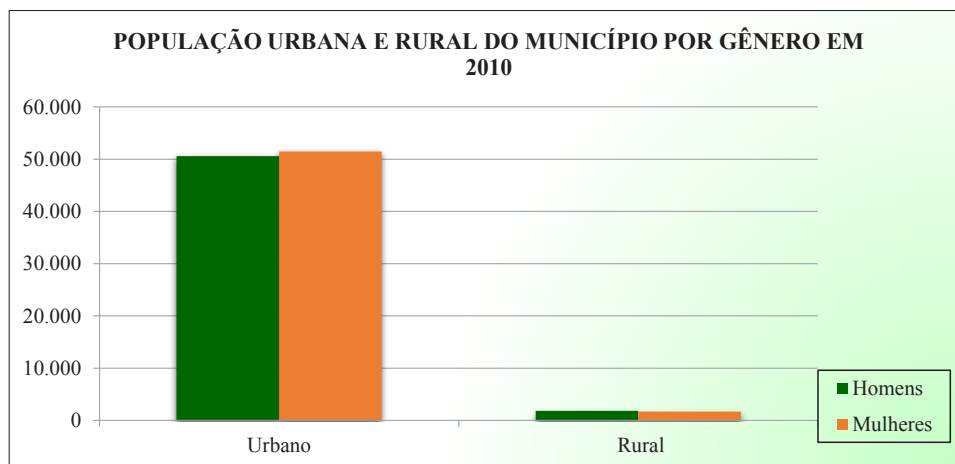


Gráfico 2 - População urbana e rural do município por gênero em 2010  
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

O quadro 2 e o gráfico 2 apresentam a população do município de Brusque no ano de 2010, por gênero, de acordo com o espaço onde habitam: urbano ou rural.

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

TABELA 4: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

ANO	IDH-M		
	RENDA	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO
1991	0,693	0,758	0,393
2000	0,744	0,854	0,588
2010	0,794	0,894	0,707

Tabela 4 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
Fonte: Programa das nações unidas para o desenvolvimento – Atlas Brasil 2013.

A tabela 4 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do município de Brusque, segundo estatísticas do Programa das Nações Unidas para o

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

33

Desenvolvimento. O IDH-M é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia em uma escala de 0 a 1; e quanto mais próximo do 1, maior o desenvolvimento humano.

Em 1991, o IDH-M da educação de Brusque era 0,393, sendo o IDH-M geral do município 0,591, deixando o município no 55º lugar no ranking nacional de cidades com melhores IDH-Ms. No ano de 2000, o IDH-M da educação do município passou a ser 0,588, aumentando em 50% o indicador. O IDH-M do município, por sua vez, passou a 0,720, aumentando em 20% e deixando o município na 52º no ranking nacional. Em 2010, o IDH-M da educação de Brusque aumentou 20%, alcançando o patamar de 0,707 e o IDH-M geral da cidade passou a ser 0,795, aumentando em 10%. Assim, Brusque passou a ocupar a posição de número 56º no ranking nacional.

A evolução no IDH-M da educação do município de Brusque, ocorrida nas últimas décadas, fizeram que a deficiência do indicador da área educacional em relação ao IDH-M geral do município fosse sanada. Isso reflete uma clara evolução na qualidade da educação do município.

#### 4 ASPECTOS EDUCACIONAIS

##### ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ENSINO

QUADRO 3: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ENSINO

MODALIDADE DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA
Educação Infantil	32	0	8
Ensino Fundamental	25	9	5
Ensino Médio	1	10	4
Educação Especial	0	0	2
Educação de Jovens e Adultos	1	1	1
Educação Profissional	0	0	2
Educação Indígena	0	0	0
Educação Superior	0	0	3

Quadro 3- Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e modalidade de ensino  
Fonte: Secretaria Estadual da Educação de Santa Catarina (SED-SC).

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

34

O quadro 3 apresenta as modalidades de ensino oferecidas pelos estabelecimentos de ensino das redes municipais, estaduais e privadas de ensino instaladas no município de Brusque, de acordo com dados da Secretaria Estadual da Educação de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Brusque.

A rede municipal de educação conta com um total de 58 instituições de ensino; compreendendo Centros de Educação Infantil (creche e pré-escola); Escolas de Ensino Fundamental; Escola de Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos.

Com um total de 11 instituições de ensino no município de Brusque, a rede estadual da educação oferta Ensino Fundamental; Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Já a rede privada de ensino de Brusque possui um total de 17 instituições de ensino, compreendendo Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; Centro de Educação de Jovens e Adultos, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior.

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 5: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
CRECHE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	1.105	0	580	<b>1.685</b>
2011	1.232	0	501	<b>1.733</b>
2012	1.366	0	579	<b>1.945</b>
2013	1.683	0	554	<b>2.237</b>
2014	2.222	0	412	<b>2.634</b>

Tabela 5 - Evolução da matrícula inicial na Educação Infantil: creche, por dependência administrativa  
Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

35

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
– EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE

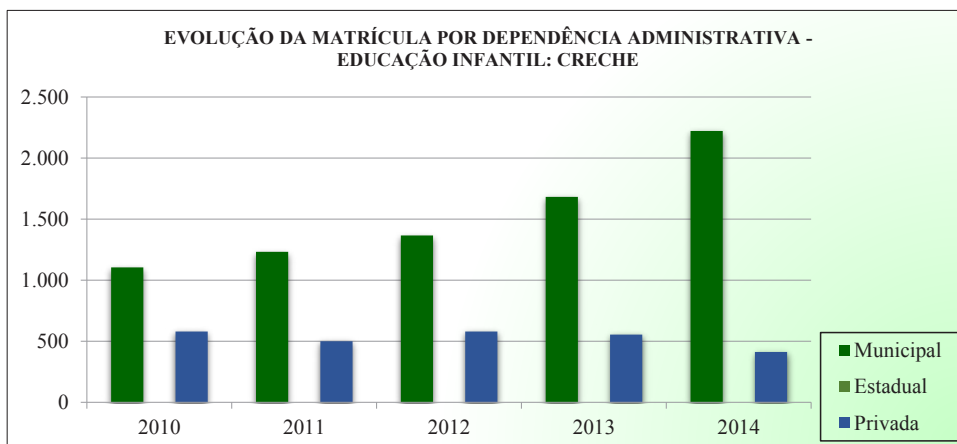


Gráfico 3 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Infantil: creche  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A Tabela 5 e o Gráfico 3 apresentam a evolução das matrículas da Educação Infantil (Creche) da rede municipal e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Por meio desses dados é possível verificar um constante aumento no número de matrículas na Educação Infantil (Creche) da rede municipal. Em 2010, o número de matrículas era 1.105 e, em 2014, passou a ser 2.222, contabilizando um aumento de 101%. Em contrapartida, na rede privada de ensino, o número de matrículas caiu de 580 em 2010 para 412 em 2014, somando uma queda de 7,1%.

No geral as matrículas na educação infantil (creche) do município aumentaram 56% nos últimos 5 anos, passando de 1.685 em 2010 para 2.634 em 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

36

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA,  
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 6: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.278	0	516	2.794
2011	2.227	0	586	2.813
2012	2.428	0	580	3.008
2013	2.423	0	646	3.069
2014	2.462	0	710	3.172

Tabela 6 - Evolução da matrícula inicial na Educação Infantil: pré-escola, por dependência administrativa  
Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
– EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA

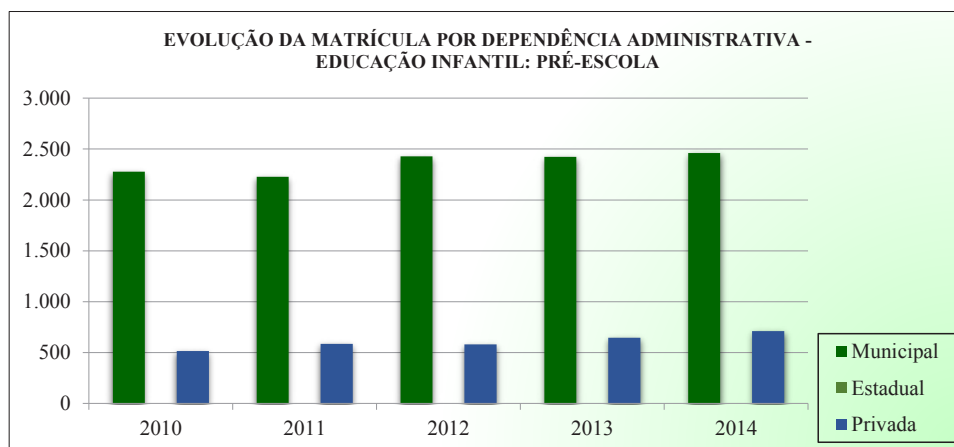


Gráfico 4 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Infantil: pré-escola  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 6 e o gráfico 4 apresentam a evolução das matrículas da Educação Infantil (Pré-escola) da rede municipal e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Os dados apontam para um aumento de 8% no número de matrículas nos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil (Pré-escola) do município, passando de 2.278 matrículas em 2010 para 2.462 em 2014. Já na rede privada esse aumento foi mais significativo chegando a 38%, saltando de 516 em 2010 para 710 matrículas em 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

37

No geral, as matrículas na Educação Infantil (Pré-escola) do município aumentaram aproximadamente 14% nos últimos 5 anos, passando de 2.794 em 2010 para 3.172 em 2014.

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: 1º AO 5º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 7: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: 1º AO 5º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.982	2.324	944	<b>6.250</b>
2011	3.572	3.011	1.082	<b>7.665</b>
2012	3.526	2.618	1.216	<b>7.360</b>
2013	3.702	2.727	1.295	<b>7.724</b>
2014	3.717	2.826	1.303	<b>7.846</b>

Tabela 7 – Evolução da matrícula inicial no Ensino Fundamental – anos iniciais: 1º ao 5º ano, por dependência administrativa

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

38

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
– ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: 1º AO 5º ANO

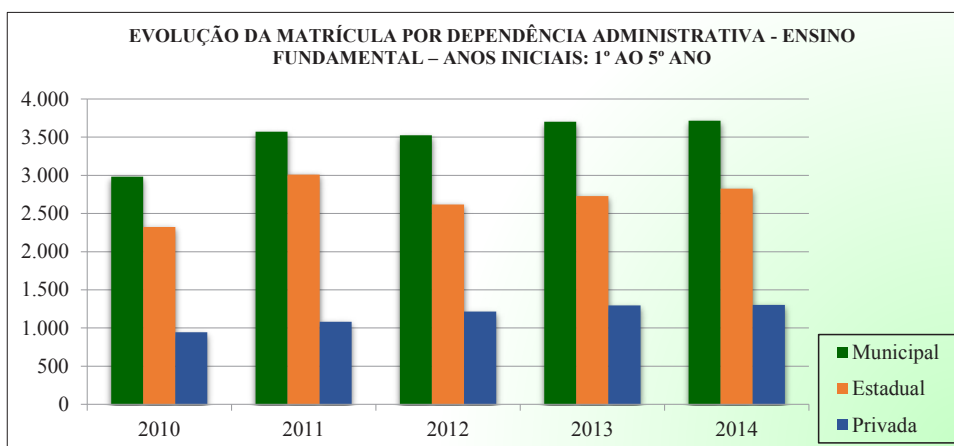


Gráfico 5 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Fundamental – anos iniciais: 1º ao 5º ano

Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 7 e o gráfico 5 apresentam a evolução das matrículas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Na rede municipal de ensino houve um aumento de aproximadamente 25% no número de matrículas, que passaram de 2.982 em 2010 para 3.717 em 2014. O mesmo ocorreu na rede estadual de ensino, onde as matrículas cresceram de 2.324 em 2010 para 2.826, contabilizando um aumento de aproximadamente 21%. O aumento na rede privada de ensino foi maior, chegando ao patamar de 38%, com 944 matrículas em 2010 para 1.303 em 2014.

Nos últimos 5 anos, as matrículas no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) aumentaram aproximadamente 26%, passando de 6.250 matrículas anuais em 2010 para 7.846 em 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

39

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS:  
6º AO 9º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 8: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL –  
ANOS FINAIS: 6º AO 9º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.805	3.174	779	<b>6.758</b>
2011	2.279	2.527	775	<b>5.581</b>
2012	2.375	2.618	789	<b>5.782</b>
2013	2.428	2.369	761	<b>5.558</b>
2014	2.228	2.304	770	<b>5.302</b>

Tabela 8 - Evolução da matrícula inicial no Ensino Fundamental – anos finais: 6º ao 9º ano, por dependência administrativa

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
– ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: 6º AO 9º ANO

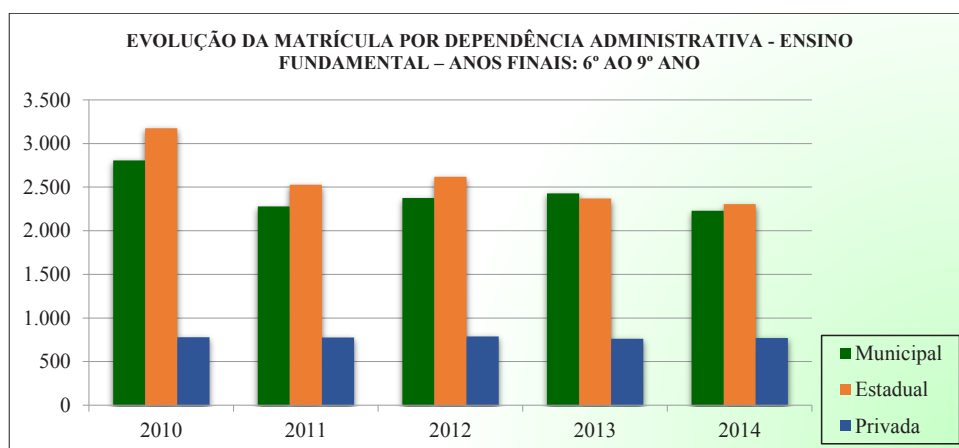


Gráfico 6 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Fundamental – anos finais: 6º ao 9º ano.

Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 8 e o gráfico 6 apresentam a evolução das matrículas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Analisando os dados da evolução de matrículas nos anos finais do Ensino

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

40

Fundamental, constata-se uma acentuada diminuição no número de matrículas nas redes municipal e estadual e uma estagnação nas matrículas da rede privada de ensino.

Na rede municipal as matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental caíram de 2.805 em 2010 para 2.228 em 2014, totalizando uma queda de aproximadamente 21%. O mesmo ocorreu na rede estadual de ensino, onde a queda no número de matrículas anuais se aproximou dos 28%, reduzindo de 3.174 em 2010 para 2.304 em 2014.

Na rede privada de ensino o número de matrículas anuais permaneceu praticamente estagnado, alternando de 779 em 2010 para 770 em 2014, tendo redução de pouco mais de 1% para menos.

Nos últimos 5 anos as matrículas no Ensino Fundamental (6º a 9º ano) caíram aproximadamente 22% no município de Brusque, reduzindo de 6.758 matrículas anuais em 2010 para 5.302 em 2014.

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 9: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	201	103	26	<b>330</b>
2011	290	74	28	<b>392</b>
2012	319	121	33	<b>473</b>
2013	285	199	50	<b>534</b>
2014	324	242	39	<b>605</b>

Tabela 9 - Evolução da matrícula inicial na Educação Especial, por dependência administrativa  
Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

41

### GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – EDUCAÇÃO ESPECIAL

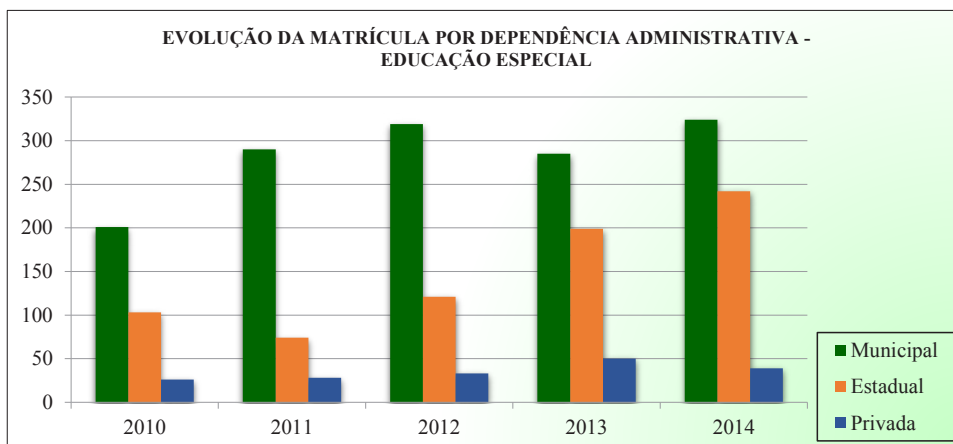


Gráfico 7: Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Especial  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014

A tabela 9 e o gráfico 7 apresentam a evolução das matrículas na Educação Especial das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Os dados apresentados demonstram o aumento no número de matrículas nos estabelecimentos que ofertam Educação Especial no município de Brusque. Em 2010 havia 201 matrículas, que cresceu para 324 em 2014, totalizando um aumento de mais de 61%. O mesmo ocorreu na rede estadual de ensino, onde as matrículas mais que dobraram, passando de 103 em 2010 para 242 em 2014, aumentando 135%.

A rede privada de ensino possui um número bem menor de matrículas na Educação Especial, porém nos últimos 5 anos elas aumentaram 50%, passando de 26 em 2010 para 39 em 2014.

Nos últimos 5 anos, as matrículas na Educação Especial do município aumentaram mais de 83%, sendo que em 2010 havia 330 matrículas e em 2014 esse número aumentou para 605.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

42

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 10: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	208	3.125	681	<b>4.014</b>
2011	180	3.071	690	<b>3.941</b>
2012	173	3.135	726	<b>4.034</b>
2013	155	3.399	724	<b>4.278</b>
2014	164	3.739	675	<b>4.578</b>

Tabela 10 - Evolução da matrícula inicial no Ensino Médio, por dependência administrativa  
Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – ENSINO MÉDIO

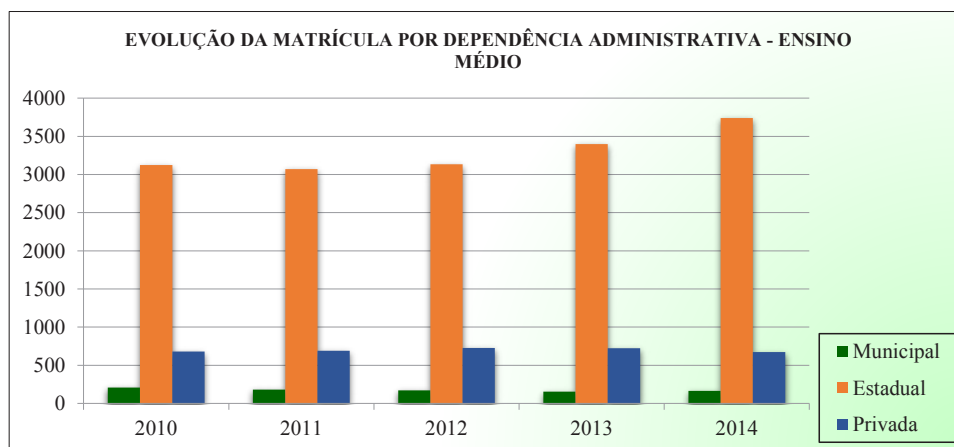


Gráfico 8 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Ensino Médio  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 10 e o gráfico 8 apresentam a evolução das matrículas no Ensino Médio das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

As matrículas no Ensino Médio no município se concentram nas escolas da rede estadual de ensino e na rede privada, ficando uma pequena parcela para o município de Brusque, que oferece essa modalidade de ensino em apenas uma escola.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

43

Na rede municipal de ensino havia 208 alunos matriculados no Ensino Médio no ano de 2010, reduzindo para 164 em 2014, uma queda de aproximadamente 22% no número de matrículas. Por outro lado, as matrículas na rede estadual de ensino aumentaram aproximadamente 20%, passando de 3.125 em 2010 para 3.739 em 2014.

Na rede privada de ensino percebe-se um aumento no número de matrículas nos anos de 2011, 2012 e 2013 e uma queda no ano de 2014. Não obstante, se compararmos as matrículas totais que havia em 2010 (681) e as de 2014 (675), o número total de matrículas praticamente permanece inalterado, tendo caído menos de 1%.

Em linhas gerais, nos últimos 5 anos, as matrículas no Ensino Médio no município de Brusque passaram de 4.014 em 2010 para 4.578 em 2014, aumentando 14%.

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 11: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	194	1.280	585	<b>2.059</b>
2011	200	1.038	629	<b>1.867</b>
2012	115	745	151	<b>1.011</b>
2013	146	596	748	<b>1.490</b>
2014	109	990	934	<b>2.033</b>

Tabela 11 - Evolução da matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos, por dependência administrativa  
Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

44

### GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

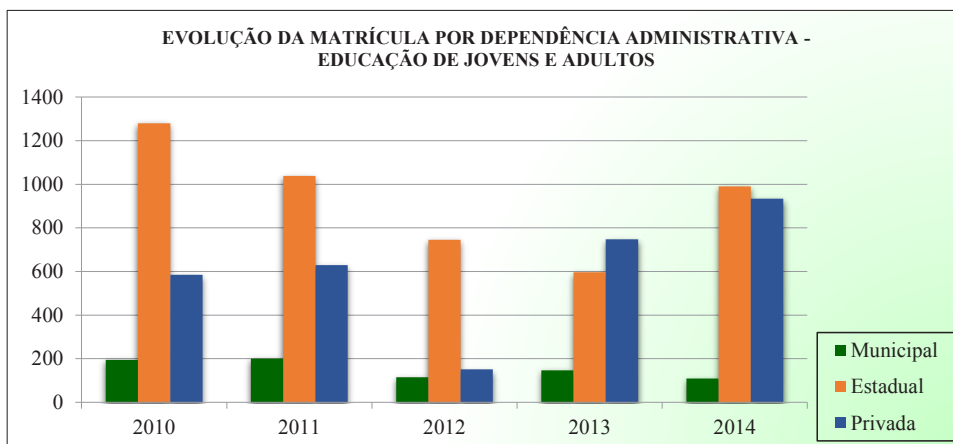


Gráfico 9 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação de Jovens e Adultos  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 11 e o gráfico 9 apresentam a evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA.) das redes municipal, estadual e privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Na rede municipal de ensino houve uma queda de aproximadamente 44% no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Em 2010, havia 194 e, em 2014, esse número reduziu para 109. O sistema estadual seguiu essa tendência com aproximadamente 33% de queda no número de matrículas, que reduziram de 1.280 em 2010 para 990 em 2014. Em contrapartida, na rede privada de ensino, o número total de matrículas aumentou aproximadamente 60% nos últimos 5 anos, passando de 585 para 934 em 2014.

De maneira geral, os dados apresentam uma oscilação nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos no município de Brusque, culminando na queda de pouco mais de 1% no número total de matrículas; e em 2010 havia 2.059 alunos nessa modalidade de ensino e, em 2014, esse número reduziu para 2.033.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

45

### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 12: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2010	0	0	608	<b>608</b>
2011	0	0	560	<b>560</b>
2012	0	0	690	<b>690</b>
2013	0	0	912	<b>912</b>
2014	0	0	938	<b>938</b>

Tabela 12 - Evolução da matrícula inicial na Educação Profissional, por dependência administrativa  
Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; E 2014.

GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

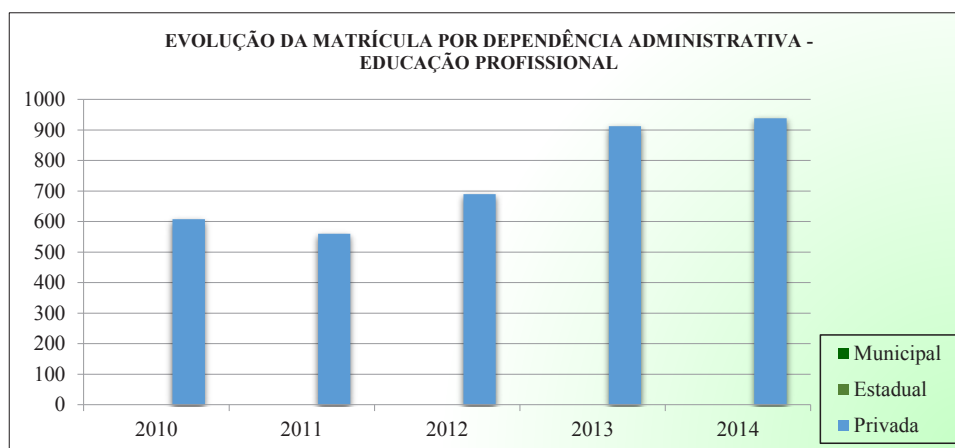


Gráfico 10 - Evolução da matrícula por dependência administrativa – Educação Profissional  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 12 e o gráfico 10 apresentam a evolução das matrículas na Educação Profissional da rede privada de ensino do município de Brusque, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica dos últimos 5 anos.

Os dados demonstram uma estabilidade nas matrículas até o ano de 2012 e um aumento significativo no ano de 2013, impulsionado pelo aumento de recursos financeiros para a Educação Profissional disponibilizado pelo governo federal por meio do Programa Nacional de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

46

Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Se compararmos o número de matrículas existentes no ano de 2010 (608) e o número de matrículas no ano de 2014 (938) houve um aumento de mais de 54% na oferta de Educação Profissional no município de Brusque.

### 5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: 4ª SÉRIE / 5º ANO

TABELA 13: EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: 4ª SÉRIE / 5º ANO

ANO	IDEB PROJETADO	IDEB OBSERVADO
2005	-	4,8
2007	4,8	4,9
2009	5,2	5,2
2011	5,6	5,9
2013	5,8	5,7
2015	6,1	-
2017	6,3	-
2019	6,5	-
2021	6,8	-

Tabela 13 - Evolução do IDEB projetado e observado nas escolas municipais: 4ª série / 5º ano

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DO IDEB OBSERVADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 4ª SÉRIE / 5º ANO

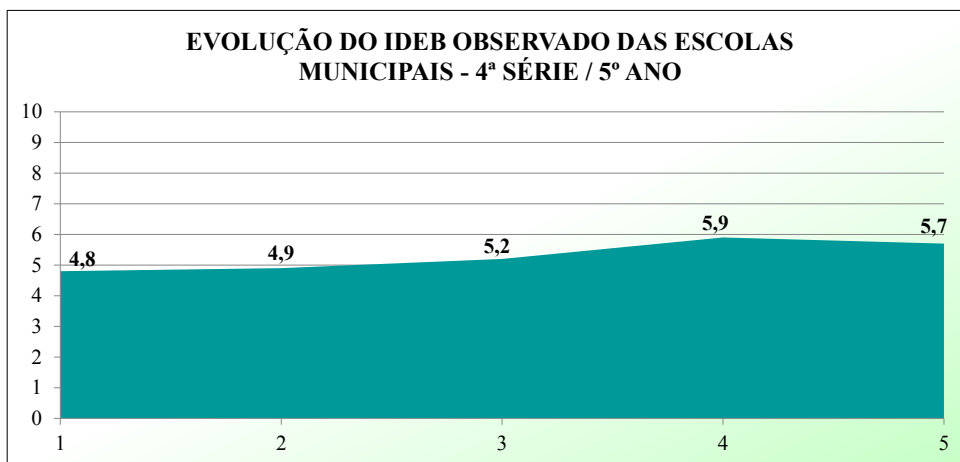


Gráfico 11 - Evolução do IDEB observado das escolas municipais – 4ª Série / 5º Ano

Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 13 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino do município de Brusque de 2005 a 2013. Da mesma forma, apresenta o IDEB projetado até o ano de 2021. O gráfico 11, por sua vez, apresenta apenas o IDEB observado até o ano de 2013 dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino de Brusque.

Por meio da análise dos dados é possível identificar que o município de Brusque tem alcançado bons indicadores no IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental, pois com exceção do ano de 2013, o desempenho do município sempre tem ficado acima da projeção do Ministério da Educação (MEC).

O IDEB mais recente alcançado pela rede municipal de ensino para os anos iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2013 foi 5,7; e a projeção do MEC era de 5,8, ou seja, 1,72% a menos do que o esperado. Não obstante, se compararmos ao IDEB retroativo ao ano de 2005, o desempenho melhorou 18,75%.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: 8ª SÉRIE / 9º ANO

48

TABELA 14: EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: 8ª SÉRIE / 9º ANO

ANO	IDEB PROJETADO	IDEB OBSERVADO
2005	-	4,1
2007	4,2	4,1
2009	4,3	4,3
2011	4,6	4,8
2013	5,0	4,3
2015	5,3	-
2017	5,6	-
2019	5,8	-
2021	6,1	-

Tabela 14 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas municipais: 8ª Série / 9º Ano

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DO IDEB OBSERVADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 8ª SÉRIE / 9º ANO

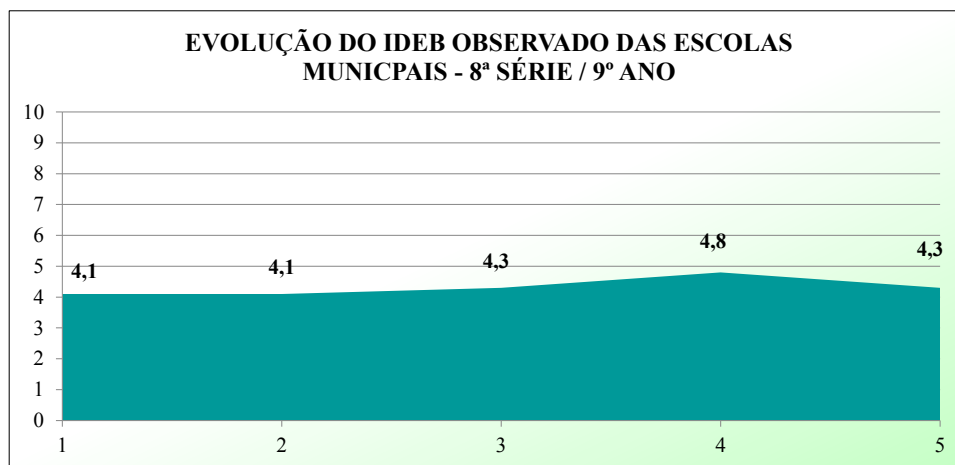


Gráfico 12 - Evolução do IDEB observado das escolas municipais – 8ª série / 9º ano

Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 14 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino do

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

49

município de Brusque de 2005 a 2013. Da mesma forma, apresenta o IDEB projetado até o ano de 2021. O gráfico 12, por sua vez, apresenta apenas o IDEB observado até o ano de 2013 dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino de Brusque.

Os dados disponibilizados pelo IDEB demonstram que o indicador de qualidade para os anos finais do Ensino Fundamental do município tem ficado abaixo da expectativa traçada pelo MEC. O município só obteve IDEB favorável no ano de 2009, ficando exatamente dentro da meta projetada de 4,3 e em 2011, quando o IDEB projetado era 4,6 e o município alcançou 4,8. O IDEB atual do município para os anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino de Brusque é 4,3; e o esperado era 5,0, ou seja, o desempenho está 14% abaixo do esperado.

Desde que o indicador foi criado, o IDEB das escolas da rede municipal de ensino para os anos finais do Ensino Fundamental pouco evoluiu, apresentando melhora de 4,88%.

### EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO: 4ª SÉRIE / 5º ANO

TABELA 15: EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO: 4ª SÉRIE / 5º ANO

ANO	IDEB PROJETADO	IDEB OBSERVADO
2005	-	4,8
2007	4,9	5,2
2009	5,2	5,4
2011	5,6	6,1
2013	5,8	6,4
2015	6,1	-
2017	6,3	-
2019	6,6	-
2021	6,8	-

Tabela 15 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas estaduais do município: 4ª Série / 5º ano

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

50

GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DO IDEB OBSERVADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO  
MUNICÍPIO – 4ª SÉRIE / 5º ANO

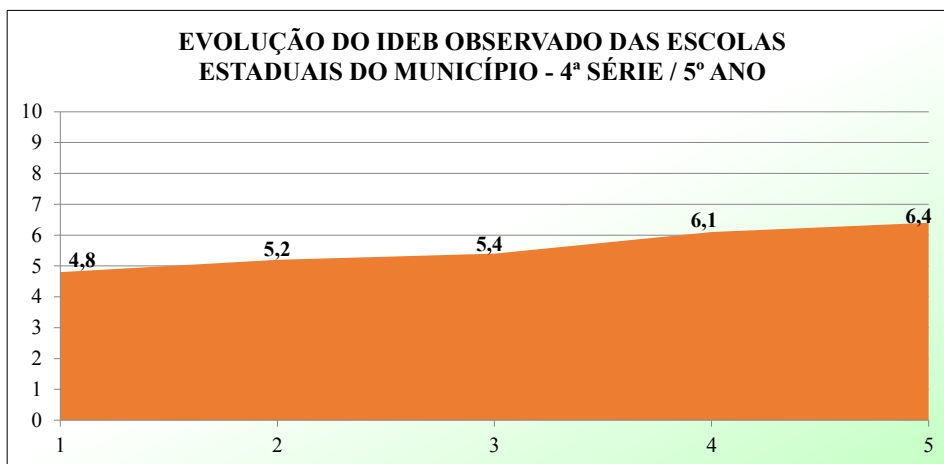


Gráfico 13 - Evolução do IDEB observado das escolas estaduais do município - 4ª Série / 5º Ano  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 15 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino do município de Brusque de 2005 a 2013. Da mesma forma, apresenta o IDEB projetado até o ano de 2021. O gráfico 13, por sua vez, apresenta apenas o IDEB observado até o ano de 2013 dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino de Brusque.

As escolas da rede estadual de ensino instaladas em Brusque apresentaram IDEB favorável para os anos iniciais do Ensino Fundamental em todos os anos em que a avaliação foi realizada. O IDEB alcançado ficou sempre acima das projeções do MEC. Em 2005 o IDEB observado era de 4,8; e em 2009 o indicador observado passou a ser 6,4, ficando 10,34% acima do projetado que era de 5,8.

Desde a primeira edição da avaliação, realizada em 2005, o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino do município obteve melhora de 33,33%.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

51

EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO  
MUNICÍPIO: 8ª SÉRIE / 9º ANO

TABELA 16: EVOLUÇÃO DO IDEB PROJETADO E OBSERVADO DAS ESCOLAS  
ESTADUAIS DO MUNICÍPIO: 8ª SÉRIE / 9º ANO

ANO	IDEB PROJETADO	IDEB OBSERVADO
2005	-	4,1
2007	4,1	4,7
2009	4,2	4,3
2011	4,5	4,9
2013	4,9	4,3
2015	5,3	-
2017	5,5	-
2019	5,8	-
2021	6,0	-

Tabela 16 - Evolução do IDEB projetado e observado das escolas estaduais do município: 8ª Série / 9º Ano  
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

GRÁFICO 14: EVOLUÇÃO DO IDEB OBSERVADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO  
MUNICÍPIO – 8ª SÉRIE / 9º ANO

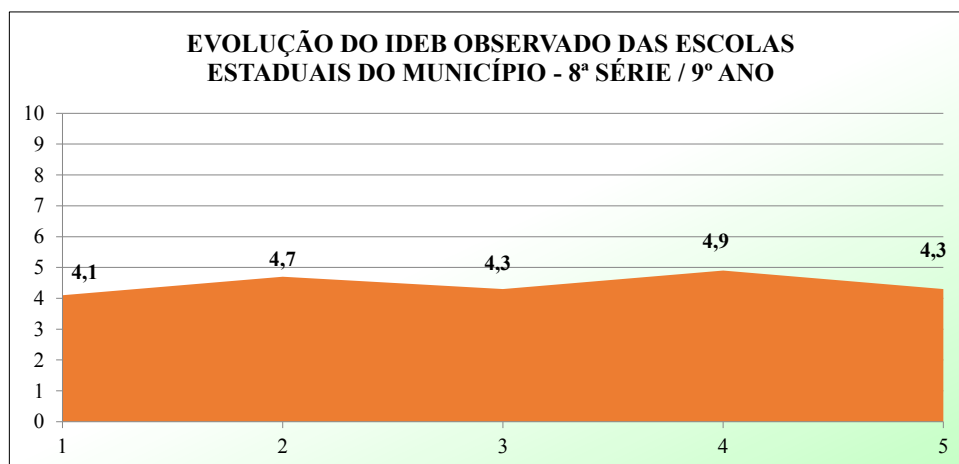


Gráfico 14 - Evolução do IDEB observado das escolas estaduais do município – 8ª Série / 9º Ano  
Fonte: Censo da Educação Básica 2010; 2011; 2012; 2013; e 2014.

A tabela 16 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino do município de Brusque de 2005 a 2013. Da mesma forma, apresenta o IDEB projetado até o ano

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

52

de 2021. Já o gráfico 14, apresenta apenas o IDEB observado até o ano de 2013, dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino de Brusque.

Até o ano de 2011, as escolas da rede estadual de ensino de Brusque apresentavam IDEB observado superior ao projetado pelo Ministério da Educação, porém o último IDEB observado ficou aquém do projetado. A projeção para 2013 era de um IDEB de 4,9, e o que se observou, foi 4,3, ficando 13,25% abaixo do esperado.

Não obstante, o baixo desempenho obtido na última avaliação da educação básica, o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual de ensino de Brusque evoluiu 4,87% desde a primeira avaliação realizada em 2005.

### 6 VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

#### NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2014

QUADRO 4: NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2014

CRECHE – DE 0 A 3 ANOS	PRÉ-ESCOLA – DE 4 A 5 ANOS
212	138

Quadro 4 - Números de professores da rede municipal atuando na Educação Infantil em 2014  
Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

53

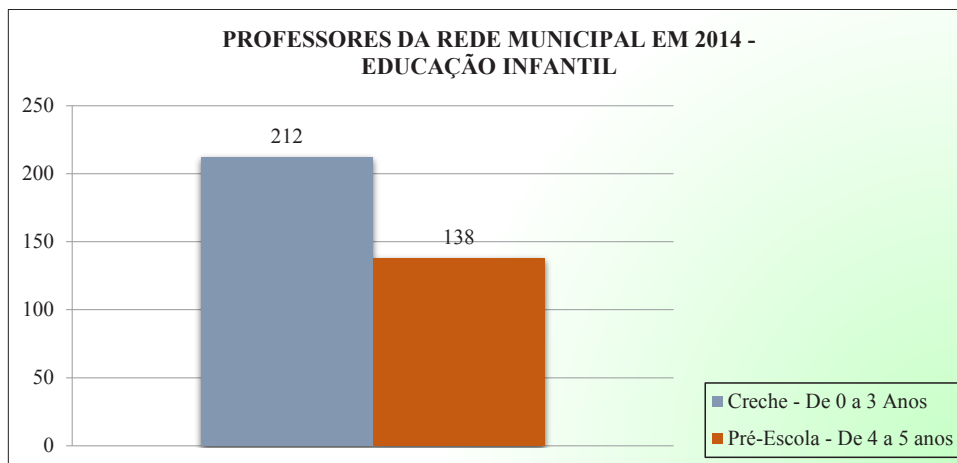
**GRÁFICO 15: PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL 2014 – EDUCAÇÃO INFANTIL**

Gráfico 15 - Professores da rede municipal 2014 – Educação Infantil

Fonte: Censo da Educação Básica 2014.

O quadro 4 e o gráfico 15 apresentam o número de professores que atuaram na Educação Infantil (creche e pré-escola) nas escolas da rede municipal de ensino do município de Brusque no ano de 2014. Ao todo atuaram 212 docentes nas creches de 0 a 3 anos e 138 na pré-escola de 4 a 5 anos.

Analisando o número de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na Educação Infantil, modalidade creche, no ano de 2014, o município de Brusque dispunha de um professor para cada 10,48 crianças, ao passo que na pré-escola, essa proporção atinge o número de um professor para cada 17,84 crianças.

### NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2014

**QUADRO 5: NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2014**

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
79	79	75	79	88	128	131	132	31

Quadro 5 - Números de professores da rede municipal atuando no Ensino Fundamental em 2014

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

54

GRÁFICO 16: PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL 2014 – ENSINO FUNDAMENTAL

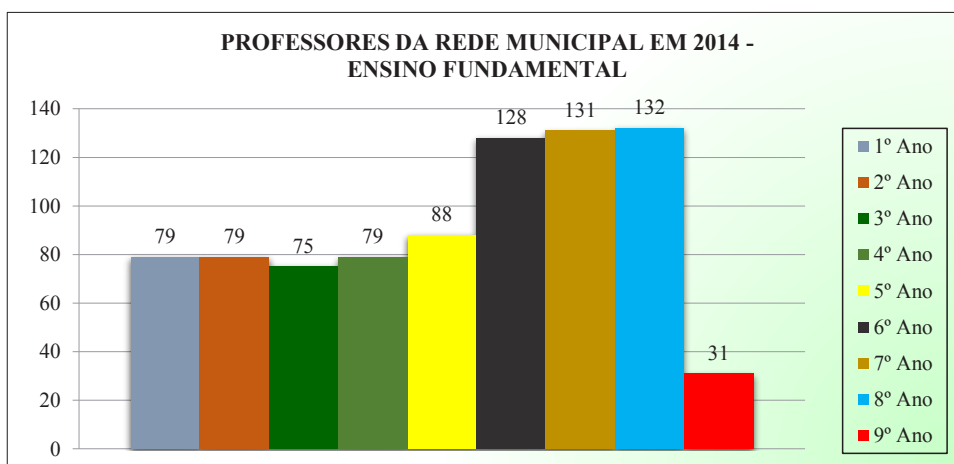


Gráfico 16 - Professores da rede municipal 2014 – Ensino Fundamental

Fonte: Censo da Educação Básica 2014.

O quadro 5 e o gráfico 16 apresentam o número de professores que atuaram no Ensino Fundamental nas escolas da rede municipal de ensino de Brusque no ano de 2014.

Ao todo atuaram no 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino de Brusque, 822 docentes. Comparando ao número de alunos matriculados no ano de 2014, a proporção era de um professor para cada 7,23 alunos.

### NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NO ENSINO MÉDIO EM 2014

QUADRO 6: NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NO ENSINO MÉDIO EM 2014

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
12	12	13

Quadro 6 - Números de professores da rede municipal atuando no Ensino Médio em 2014

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

55

GRÁFICO 17: PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL 2014 – ENSINO MÉDIO

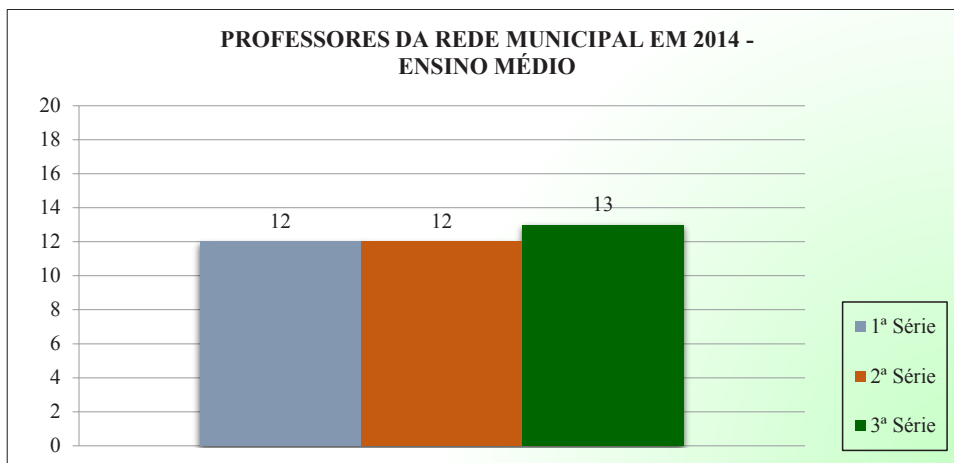


Gráfico 17 - Professores da rede municipal 2014 – Ensino Médio

Fonte: Censo da Educação Básica 2014

O quadro 6 e o gráfico 17 apresentam o número de professores que atuaram no Ensino Médio na Escola de Educação Básica João Hassmann, única escola da rede municipal de ensino de Brusque que oferece Ensino Médio.

Ao todo 37 professores atuaram no Ensino Médio da rede municipal de ensino no ano de 2014. Dessa forma, a proporção entre o número de matrículas e professores era de um professor para cada 4,43 alunos.

### NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 2014

QUADRO 7: NÚMEROS DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 2014

EJA. – ANOS INICIAIS	EJA. – ANOS FINAIS
2	10

Quadro 7 - Números de professores da rede municipal atuando na Educação de Jovens e Adultos em 2014.

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

56

GRÁFICO 18: PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL 2014 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

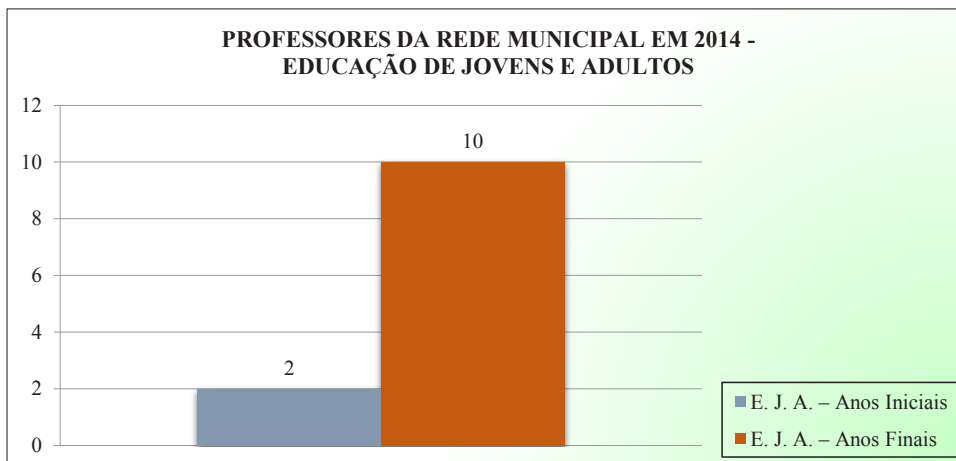


Gráfico 18: Professores da rede municipal 2014 – Educação de Jovens e Adultos

Fonte: Censo da Educação Básica 2014

O quadro 7 e o gráfico 18 apresentam o número de professores que atuaram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino de Brusque no ano de 2014.

Ao todo 12 professores atuaram na Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino de Brusque no ano de 2014. A proporção entre o número de matrículas e professores foi de um professor para cada 9,08 alunos.

### NÚMEROS DE AUXILIARES/ASSISTENTES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2014

#### QUADRO 8: NÚMEROS DE AUXILIARES/ASSISTENTES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL ATUANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2014

CRECHE – DE 0 A 3 ANOS	PRÉ-ESCOLA – DE 4 A 5 ANOS
155	54

Quadro 8 - Números de auxiliares/assistentes educacionais da rede municipal atuando na Educação Infantil em 2014

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

57

GRÁFICO 19: AUXILIARES/ASSISTENTES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL  
2014 – EDUCAÇÃO INFANTIL

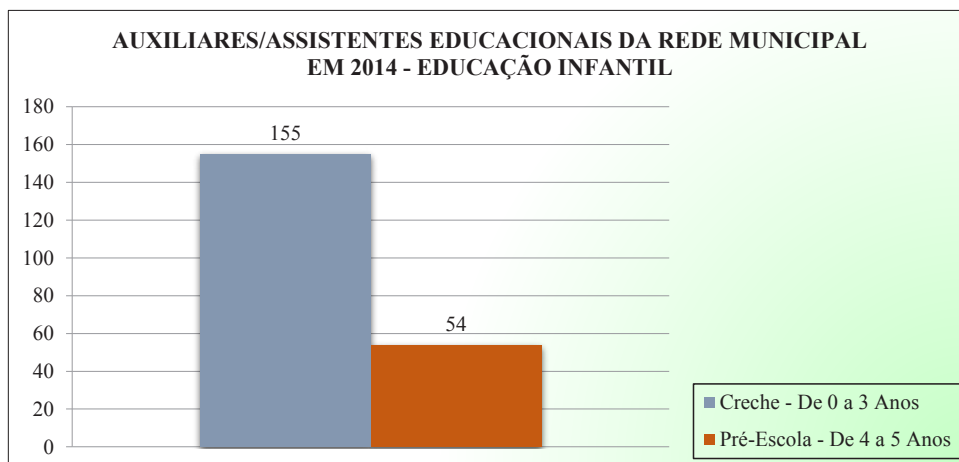


Gráfico 19: Auxiliares/Assistentes Educacionais da rede municipal 2014 – Educação Infantil  
Fonte: Censo da Educação Básica 2014

O quadro 8 e o gráfico 19 apresentam o número de auxiliares e/ou assistentes educacionais, que atuaram na Educação Infantil (creche e pré-escola) nas escolas da rede municipal de ensino do município de Brusque no ano de 2014. Ao todo atuaram 155 auxiliares e/ou assistentes educacionais nas creches de 0 a 3 anos e 54 na pré-escola de 4 a 5 anos.

Analisando o número de crianças de 0 a 3 anos matriculadas da Educação Infantil em creches no ano de 2014, o município de Brusque dispunha de um auxiliar e/ou assistente educacional para cada 14,34 crianças.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

58

### 7 RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO

#### EVOLUÇÃO DO FUNDEB

TABELA 17: EVOLUÇÃO DO FUNDEB

ANO	RECEITA	EVOLUÇÃO (%)
2008	R\$ 13.158.880,24	34,57%
2009	R\$ 15.890.181,78	20,76%
2010	R\$ 18.876.522,93	18,79%
2011	R\$ 23.695.150,71	25,53%
2012	R\$ 26.602.697,88	12,27%
2013	R\$ 31.347.810,77	17,84%
2014	R\$ 36.287.789,46	15,76%

Tabela 17 - Evolução do FUNDEB

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DO FUNDEB – 2008-2014

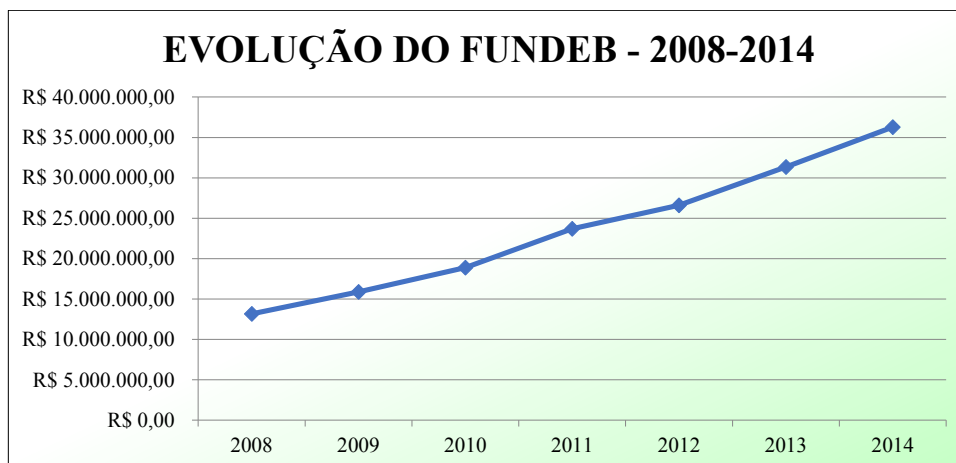


Gráfico 20: Evolução do FUNDEB – 2008-2014

Fonte: FUNDEB

A tabela 17 e o gráfico 20 apresentam a evolução dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados ao município de Brusque no período de 2008 a 2014.

Os dados demonstram a evolução gradativa dos recursos do FUNDEB, que no período cresceu em média 20,79% ao ano. Em 2014, o FUNDEB de Brusque contou com a quantia de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

59

R\$ 36.287.789,46, aproximadamente 176% a mais do que os R\$ 13.158.880,24 de 2008.

### EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

TABELA 18: EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

ANO	RECEITA	EVOLUÇÃO (%)
2008	R\$ 16.457.505,25	31,89%
2009	R\$ 15.484.925,50	-5,91%
2010	R\$ 17.670.941,83	14,11%
2011	R\$ 21.526.921,16	21,82%
2012	R\$ 22.149.258,65	2,89%
2013	R\$ 23.754.423,88	7,24%
2014	R\$ 27.051.328,41	13,88%

Tabela 18 - Evolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GRÁFICO 21: EVOLUÇÃO DO FPM – 2008-2014

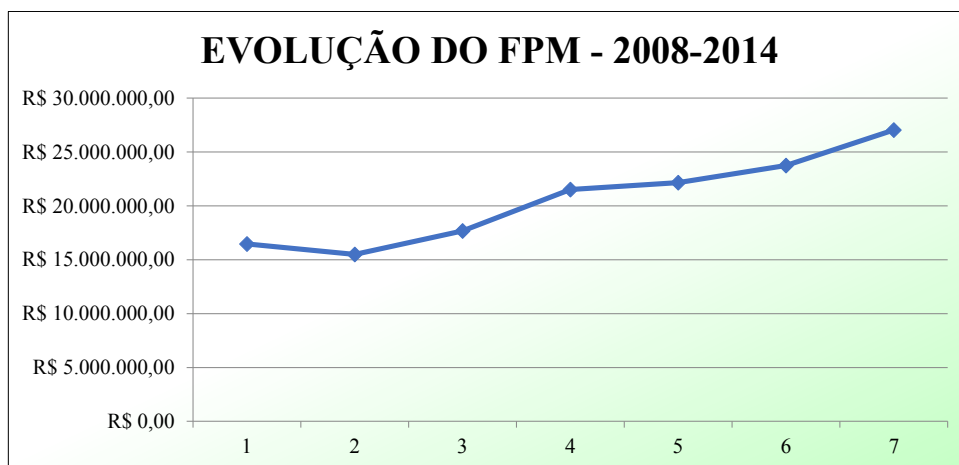


Gráfico 21: Evolução do FPM – 2008-2014

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A tabela 20 e o gráfico 21 apresentam a evolução dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), destinados ao município de Brusque no período de 2008 a 2014.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

60

valores do FPM destinados ao município de Brusque foram aumentando gradativamente ano a ano, com exceção do ano de 2009, quando houve uma queda de 5,91% nos valores repassados pela União ao município.

Em 2008, Brusque recebeu o montante de R\$ 16.457.505,25; e em 2014 recebeu R\$ 27.051.328,41, acumulando um aumento de aproximadamente 64% nos recursos do FPM.

### EVOLUÇÃO DO ICMS ANUAL DO MUNICÍPIO

TABELA 19: EVOLUÇÃO DO ICMS ANUAL DO MUNICÍPIO

ANO	RECEITA BRUTA	EVOLUÇÃO (%)	RECEITA LÍQUIDA	EVOLUÇÃO (%)
2008	R\$ 38.578.704,00	<b>32,87%</b>	R\$ 31.507.227,57	<b>30,20%</b>
2009	R\$ 43.317.177,72	<b>12,28%</b>	R\$ 34.653.742,20	<b>9,98%</b>
2010	R\$ 49.701.567,66	<b>14,74%</b>	R\$ 39.761.254,15	<b>14,74%</b>
2011	R\$ 58.076.673,53	<b>16,85%</b>	R\$ 46.461.338,89	<b>16,85%</b>
2012	R\$ 65.293.950,15	<b>12,43%</b>	R\$ 52.235.160,19	<b>12,43%</b>
2013	R\$ 71.992.631,93	<b>10,26%</b>	R\$ 57.594.105,55	<b>10,26%</b>
2014	R\$ 77.586.260,84	<b>7,77%</b>	R\$ 62.069.008,68	<b>7,77%</b>

Tabela 19 - Evolução do ICMS anual do município

Fonte: FECAM – Portal das Transferências Constitucionais de SC.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

61

GRÁFICO 22: EVOLUÇÃO DO ICMS ANUAL DO MUNICÍPIO – 2008-2014

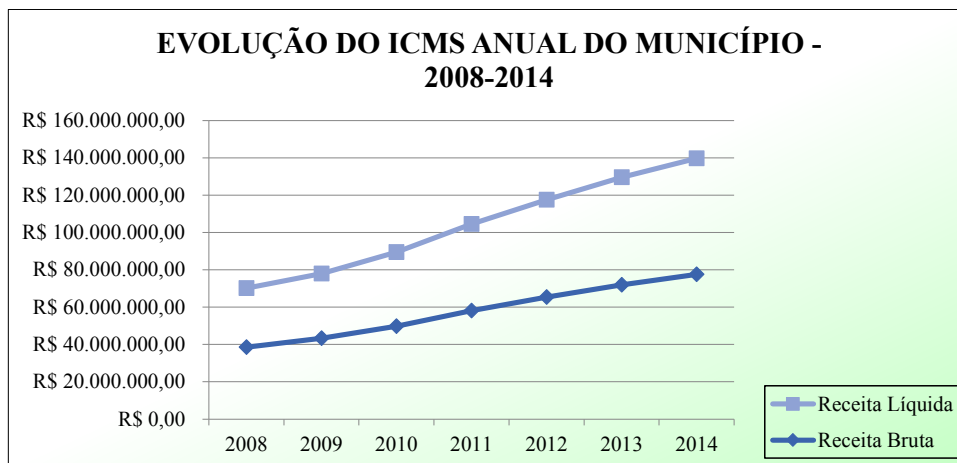


Gráfico 22: Evolução do ICMS anual do Município – 2008-2014

Fonte: FECAM – Portal das Transferências Constitucionais de SC

A tabela 19 e o gráfico 22 apresentam a evolução da receita bruta e líquida originária dos recursos do ICMS do município de Brusque, no período de 2008 a 2014.

Tanto a receita bruta quanto a receita líquida dos recursos do ICMS apresentam evolução gradativa nos últimos 7 anos. Em 2008, Brusque arrecadava R\$ 38.578.704,00 brutos de ICMS. Em 2014, esse valor saltou para R\$ 77.586.260,84, acumulando um aumento de 101% aproximadamente. Da mesma forma, a receita líquida do ICMS do município em 2008 era de R\$ 31.507.227,57, passando para R\$ 62.069.008,68 em 2014, totalizando um aumento de 97% aproximadamente.

### RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO – 2011 A 2014

TABELA 20: RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO – 2011 A 2014

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	OUTROS	TOTAL
2011	R\$ 11.292.993,65	R\$ 26.404.233,55	R\$ 997.591,43	R\$ 39.150.060,01
2012	R\$ 13.476.686,57	R\$ 30.500.322,07	R\$ 1.232.717,30	R\$ 45.209.725,94
2013	R\$ 17.627.583,47	R\$ 32.816.459,99	R\$ 2.195.558,86	R\$ 52.639.602,34
2014	R\$ 21.080.157,63	R\$ 36.065.708,77	R\$ 2.684.690,71	R\$ 59.830.557,11

Tabela 20 - Recursos aplicados na educação – 2011 a 2014

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

62

GRÁFICO 23: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO – 2011 A 2014

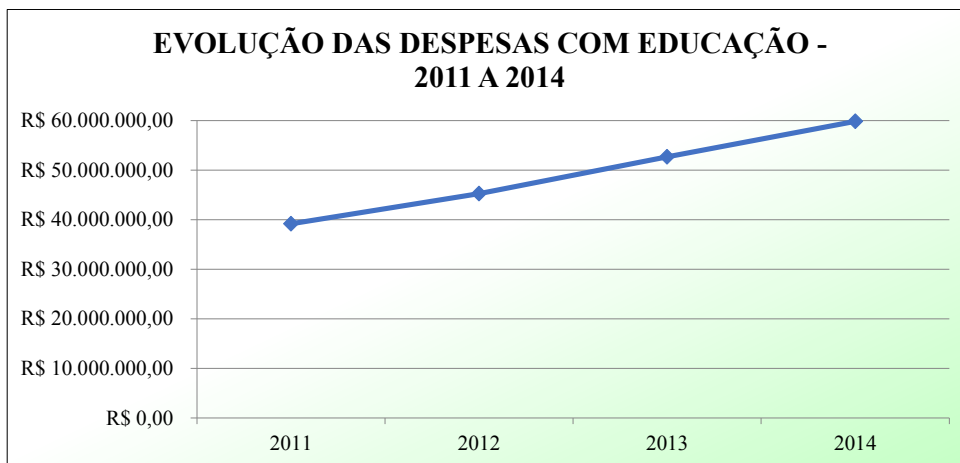


Gráfico 23: Evolução das despesas com educação – 2011 a 2014

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

A tabela 20 e o gráfico 23 apresentam a evolução dos investimentos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e em outros investimentos do município de Brusque nos últimos 4 anos.

Os dados apresentados pela Prefeitura Municipal de Brusque apontam o aumento gradativo nos investimentos na educação no município. Na Educação Infantil eram investidos em 2011 R\$ 11.292.993,65 ao ano; e em 2014 foram aplicados R\$ 21.080.157,63, contabilizando um aumento de aproximadamente 87% nos investimentos.

O mesmo ocorreu com os investimentos no Ensino Fundamental. No ano de 2011 foram investidos R\$ 26.404.233,55. Em 2014, o investimento foi de R\$ 36.065.708,77, totalizando um aumento de aproximadamente 37% comparado àquele ano.

O município de Brusque ainda realizou outros investimentos em educação no referido período. Em 2010, os valores investidos em outras áreas da educação alcançaram o montante de R\$ 997.591,43, saltando para R\$ 2.684.690,71, um aumento de mais de 169%.

Somados os investimentos totais em educação no município de Brusque em 2008, os valores chegaram a R\$ 39.150.060,01 e, em 2014, os investimentos totais aumentaram aproximadamente 53%, contabilizando R\$ 59.830,55.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

63

### 8 EIXOS, METAS E ESTRATÉGIAS

#### 8.1 EIXO I: GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE

##### 8.1.1 Meta 1: Universalização na Educação Infantil

**Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.**

##### Estratégias

1.1 Ampliar a oferta de vagas na educação infantil municipal mediante a reforma, ampliação e/ou construção de novas unidades, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente e segundo padrão nacional de qualidade, respeitando as normas de acessibilidade e as peculiaridades locais em regime de colaboração entre a União, o Estado e instituições privadas.

1.2. Viabilizar para que, até o final de 2015, a diferença entre as taxas de frequência das crianças aptas à Educação Infantil de até 3 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar percapita mais elevado e as do quinto de renda familiar percapita mais baixa, seja inferior da 10%.

1.3 Realizar periodicamente levantamento da necessidade por creche e pré-escola, como forma de planejar e verificar a viabilização de atendimento da demanda apresentada no município de acordo com o número de vagas oferecidas.

1.4 Publicar, em portal/site do município, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.5 Aderir aos programas nacionais para construção e ampliação de novas unidades, aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria das escolas públicas de educação infantil, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, e Programa de Atendimento à Infância - Próinfância, respeitando as normas de acessibilidade.

1.6 Implantar a avaliação da Educação Infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão,

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

64

os recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade, entre outros indicadores, levantando estratégias para melhoria, quando necessário.

1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública de forma progressiva.

1.8 Manter e ampliar parceria com entidades formadoras e instituições especializadas para a promoção de formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.9 Incentivar currículos e propostas pedagógicas capazes de congregar os avanços de pesquisas voltadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, no atendimento da população de 0 a 5 anos, viabilizando parcerias com entidades formadoras e instituições especializadas.

1.10 Favorecer e apoiar o atendimento da população do campo na Educação Infantil estimulando a assiduidade na frequência.

1.11 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta de atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.12 Manter programas de orientação e apoio às famílias, por meio de parcerias intersetoriais como: Saúde, Assistência Social, Promotoria Pública e Conselhos com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.13 Contemplar as especificidades da Educação Infantil na organização das creches e pré-escolas, garantindo atendimento da criança, de 0 a 5 anos, em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e, dessa forma, encaminhar articulação com a etapa escolar seguinte conforme proposta para a Educação Infantil da Rede Municipal de Brusque.

1.14 Apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial, dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.15 Promover a busca ativa de crianças, em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos de idade.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

65

1.16 Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de acordo com as vagas disponíveis no município.

1.17 Garantir a manutenção da qualidade e quantidade dos espaços internos e externos das instituições de Educação Infantil, considerando a diversidade de gênero, étnica e sociocultural.

1.18 Assegurar à criança, de até 12 anos, educação adequada à sua faixa etária, sendo vedado ministrar-lhes qualquer conteúdo sexual.

1.19 Assegurar ao adolescente, acima de 12 anos, educação adequada à sua faixa etária, sendo permitidos temas referentes à educação sexual somente após aprovado, o conteúdo e a metodologia de abordagem, pela Associação de Pais e Professores, em reunião prévia, registrada em ata, com vigência para o ano letivo a que se reunirem.

### 8.1.2 Meta 2: Universalização no Ensino Fundamental

**Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.**

#### Estratégias

2.1 Pactuar, entre a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Fortalecer mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do Ensino Fundamental visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à Infância, Adolescência e Juventude.

2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

66

com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Buscar as crianças e adolescentes fora da escola e realizar o acompanhamento do acesso e permanência, em parceria com as áreas de Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e do Adolescente e os conselhos municipais.

2.5 Utilizar tecnologias pedagógicas inovadoras que combinam, de maneira articulada, com a organização do tempo e atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

2.6 Assegurar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.7 Promover a interação das escolas com instituições como o conselho municipal de cultura e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 Promover ações para incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre escola e família, bem como instituir nas escolas datas festivas para o Dia das Mães e o Dia dos Pais.

2.9 Expandir o atendimento específico, sempre que houver demanda, para as populações do campo, bem como a formação de profissionais para atuação com essas populações.

2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.11 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo mostras e feiras culturais e fomentar a participação em concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional o desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.

2.13 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania e conselhos municipais, rede de apoio para atender o público da educação especial.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

67

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.

2.15 Manter a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente, com produtos da região.

2.16 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que asseguram a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.17 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas escolares, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como com profissionais especializados e buscar parceria para a implementação da biblioteca virtual, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.18 Desenvolver programas educacionais que promovem a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.19 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.20 Garantir a implementação da proposta curricular do município de Brusque de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.21 Viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

68

### 8.1.3 Meta 3: Universalização no Ensino Médio

**Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).**

#### Estratégias

3.1 Apoiar a política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas segundo a relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizam, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Pactuar, entre União e o Estado, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a interação das escolas com instituições, com o conselho municipal de cultura e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

3.4 Criar mecanismos para reduzir as disparidades entre estudantes com defasagem de aprendizagem oriundos do Ensino Fundamental.

3.5 Divulgar e estimular participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de forma a contribuir com a sua universalização.

3.6 Incentivar a expansão de matrículas gratuitas do ensino médio integrado à educação profissional com oportunidade de parcerias com o Sistema S e institutos federais.

3.7 Acompanhar o acesso e a permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

69

3.8 Identificar a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola e acompanhar o acesso e permanência, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e do Adolescente e os conselhos municipais.

3.9 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas científicas e culturais em parceria com o Sistema S e os Institutos Federais.

3.10 Possibilitar parceria com o Governo do Estado para ocupação racional dos estabelecimentos de ensino, de forma a ampliar o número de vagas no Ensino Médio.

3.11 Apoiar a implementação de políticas de prevenção contra a evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.12 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

### 8.1.4 Meta 5- Alfabetização

**Meta 5. Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.**

#### Estratégias

5.1 Garantir a alfabetização plena de todas as crianças por meio de processos pedagógicos, articulando a pré-escola e o primeiro ciclo do Ensino Fundamental com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico. Avaliar e monitorar anualmente o desenvolvimento dos alunos para garantir a alfabetização de todos até o final do 3º ano.

5.2 Estimular a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

5.3 Manter e aperfeiçoar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e as propostas pedagógicas, bem como o

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

70

acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Investir na oferta e no uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que favorecem a alfabetização e a aprendizagem dos alunos todavia sempre consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Assegurar a alfabetização de crianças do campo e populações itinerantes, orientando quanto à disponibilidade e emprego de materiais didáticos específicos e fomentando propostas político-pedagógicas que consideram e valorizam as identidades culturais, sempre que houver demanda.

5.7 Promover a formação continuada referente à alfabetização na perspectiva do letramento, e oferecer formação continuada específica aos professores e coordenadores pedagógicos, em parceria com entidades formadoras e instituições especializadas, contemplando as novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade, para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Manter incentivo à leitura em todos os anos do ciclo da alfabetização e criando projetos de incentivo à leitura.

5.11 Aderir aos Programas e Projetos do Ministério de Educação – MEC que favoreçam a alfabetização.

5.12 Planejar e garantir processos pedagógicos de alfabetização, na perspectiva do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, objetivando transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial e articulado.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

71

### 8.1.5 Meta 6- Educação em Tempo Integral

**Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica**

#### Estratégias

6.1 Instituir, com o apoio da União e do Estado, a reorganização dos espaços para atender os alunos do Ensino Fundamental em jornada ampliada (tempo integral), por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo não excedendo a 9h30min, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Estabelecer, em regime de colaboração, infraestrutura física adequada para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres, ou a crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir ao e manter, em regime de colaboração, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, com padrão arquitetônico estabelecidos em legislação vigente e segundo padrão nacional de qualidade respeitando as normas de acessibilidade e as peculiaridades locais e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, zoológico e parques para realização de atividades recreativas, esportivas, culturais e também ações de educação nutricional.

6.5 Firmar parceria com instituições públicas, privadas e entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, na oferta de atividades de extensão escolar, que fomentam a geração de conhecimento e o uso das tecnologias sociais.

6.6 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com atividades que respeitam e valorizam a cultura local, de acordo com a demanda.

6.7 Viabilizar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

72

e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, e como profissionais habilitados.

6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

### 8.1.6 Meta 7- IDEB

**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:**

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2
PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do Ensino Fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	6,1	6,3	6,5	6,8
Anos finais do Ensino Fundamental	5,3	5,6	5,8	6,1

### Estratégias

7.1 Dar continuidade na implementação, bem como a constante atualização das diretrizes curriculares já existentes nos sistemas de ensino, respeitando os direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

73

em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Cooperar na elaboração de indicadores de avaliação institucional do estado, com base no perfil do estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Qualificar o processo de avaliação institucional das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientam as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Executar e acompanhar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Utilizar os resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

7.7 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como no da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.8 Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo, pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do Município.

7.9 Colaborar para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.10 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o Ensino Fundamental e Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

74

métodos e propostas pedagógicas, com preferência para *software* livres e recursos educacionais abertos, bem como promover o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.11 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipal e Estadual de Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.12 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, que consideram tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.13 Universalizar, em colaboração com a União e o Estado, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década de vigência deste PME, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14 Manter ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.15 Garantir a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgoto sanitário e manejo dos resíduos sólidos, bem como garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e equipamentos e laboratórios e, em cada prédio escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.16 Participar, em regime de colaboração com o Governo Federal, do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais.

7.17 Disponibilizar, progressivamente, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando inclusive mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

75

7.18 Colaborar com a União e o Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.19 Informatizar a gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.20 Garantir políticas de prevenção contra a violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.21 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.22 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.23 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna da comunidade, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.24 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil despertando para o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e que se busque ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.25 Viabilizar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

76

7.26 Ampliar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.27 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.28 Auxiliar o Estado na elaboração do sistema estadual de avaliação da educação básica para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas.

7.29 Promover a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura.

7.30 Instituir políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.31 Potencializar os programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.32 Participar de programa nacional de formação de professores para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.

7.33 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.34 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.35 Articular com as entidades formadoras e instituições especializadas a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporam os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

### 8.1.7 Meta 9 – Elevação da taxa da alfabetização da população de 15 anos ou mais

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

77

**Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

### Estratégias

9.1 Manter a oferta de alfabetização na modalidade EJA, priorizando as localidades onde o analfabetismo se apresenta em índice mais elevado, assegurando não só o acesso como também a permanência dos alfabetizandos nos cursos de oferta para a alfabetização.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos, objetivando a permanência e conclusão dos educandos em seu processo de alfabetização e estudos.

9.5 Estabelecer mecanismos e incentivos que integram, em regime de colaboração, os sistemas de ensino e os segmentos empregadores, públicos e privados, a fim de promover e compatibilizar a jornada de trabalho dos trabalhadores com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.6 Estimular ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos por meio de articulação com a área da saúde.

9.7 Garantir, em articulação com as demais secretarias responsáveis pelo sistema prisional, a oferta de educação de jovens e adultos nas etapas do Ensino Fundamental, na modalidade presencial e/ou EaD, às pessoas privadas de liberdade, assegurando-se formação específica para os docentes e a implementação das diretrizes nacionais, em regime de colaboração.

9.8 Apoiar e estimular, em parceria com as entidades formadoras, projetos inovadores nas áreas da educação de jovens e adultos que visam ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes, realizando, anualmente, o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituem referências para os esforços nacional, estadual e municipal contra o analfabetismo.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

78

9.9 Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.10 Assegurar a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.11 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, a inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.12 Assegurar, por meio de ações nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de universalização da alfabetização, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, e à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento, sobre a velhice e do estatuto do idoso nas escolas.

9.13 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

### 8.1.8 Meta 10 - Matrícula de EJA na forma integrada à Educação Profissional

**Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) ou 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

#### Estratégias

10.1 Aderir ao e participar do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional (PROEJA) na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Incentivar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

79

jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulado à educação profissional em regime de colaboração.

10.5 Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, em colaboração com a esfera federal e estadual, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e à formação continuada dos docentes que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.8 Incentivar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuem para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.10 Garantir e efetivar, com qualidade, a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.11 Aderir a Programas Federais e Estaduais que garantem a alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.12 Implementar, em parceria com as entidades formadoras e instituições especializadas, por meio de pesquisa, reconhecimento dos saberes dos jovens e adultos

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

80

trabalhadores a serem considerados nos diálogos pedagógicos e nas articulações com os currículos dos cursos de formação para a educação profissional e nos cursos técnicos de nível médio.

### 8.1.9 Meta 11: Educação Profissional Técnica de Nível Médio

**Meta 11: Manter as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e promovendo a permanência e êxito dos alunos e a expansão dessa oferta no segmento público, ou em parceria com instituições privadas de ensino profissional.**

#### Estratégias

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Colaborar com a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino e na rede privada, com o apoio da União e do Estado.

11.3 Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado o padrão de qualidade.

11.4 Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.5 Incentivar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional a nível técnico nas instituições credenciadas.

11.6 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.7 Colaborar com a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

81

11.8 Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

11.9 Colaborar na elevação progressiva da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio.

11.10 Aderir a programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.11 Incentivar a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

11.12 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas nas entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

11.13 Cooperar com estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

### 8.2 EIXO II: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

#### 8.2.1 Meta 4: Universalização na Educação Especial

**Meta 4: Garantir a universalização do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com faixa etária de 4 a 17 anos na rede regular de ensino de Brusque.**

##### **Estratégias**

4.1 Garantir a Educação Inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o atendimento na rede regular e o atendimento educacional especializado, para pessoas com idade de 4 a 17 anos.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

82

atendimento educacional especializado, complementar e/ou suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o Censo Escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Implantar, implementar e manter, ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.4 Viabilizar atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

4.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

83

Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos. Estabelecer parcerias com entidades formadoras para formação continuada nessa área.

4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular, sob alegação de deficiência, e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.9 Fortalecer o acompanhamento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários(as) de programas de transferência de renda, com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requerem medidas de atendimento especializado.

4.12 Favorecer a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado,

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

84

segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 Fomentar indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, em consonância com PNE.

4.15 Apoiar iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.16 Incentivar a inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

4.17 Estabelecer parcerias com entidades formadoras e instituições especializadas para a oferta de formação continuada para o atendimento dos alunos público-alvo da educação especial.

4.18 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.19 Incentivar a criação de equipes de produção de materiais, recursos, equipamentos adaptados e serviços especializados, para todas as redes de ensino, em parceria com as entidades formadoras e com organizações civis de interesse público estabelecidas no município.

4.20 Oferecer atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino; educação bilíngue (libras/língua portuguesa) em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva e serviços de acessibilidade; assegurar formação continuada para os professores em parceria com entidades formadoras e a

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

85

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas; utilizar o esporte adaptado como ferramenta inclusiva, beneficiando a saúde física, mental e social; e promover parcerias para captação de recursos para desenvolvimento de projetos de inclusão.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

86

### 8.2.2 Meta 8- Elevação Da Escolaridade Média População: 18 A 24 Anos

**Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

#### Estratégias

8.1 Apoiar programas que desenvolvem metodologias capazes de priorizar acompanhamento aos estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais apontados pela meta.

8.2 Ampliar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associando esses programas às estratégias sociais que possam garantir a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Divulgar e apoiar a participação em exames de certificação de conclusão dos ensinos fundamentais e médios.

8.4 Incentivar a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Promover, em parceria com as áreas da saúde, assistência social, conselhos tutelares e Ministério Público, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados na meta, identificando motivos de afastamentos e colaborando com o sistema e rede de ensino na garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento.

8.6 Incentivar a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência.

8.7 Incentivar a redução das desigualdades regionais e étnico-raciais, por meio da garantia de acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior ofertada pelas esferas estadual e federal.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

87

8.8 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.9 Apoiar a educação da população considerada nessa meta, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários.

### 8.3 EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO

#### 8.3.1 Meta 12: Matrícula na Educação Superior

**Meta 12: Articular, com a União e o Estado, a manutenção e possível elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 45% (quarenta e cinco por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 45% (quarenta e cinco por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.**

#### Estratégias

12.1 Articular com a União e o Estado condições ainda mais favoráveis de capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Criação pelo Município de um Programa de Incentivo, em parceria com as Instituições de Educação Superior, visando à inserção e permanência dos alunos na educação superior, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

12.3 Realizar um mapeamento das demandas e ofertas de educação superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

88

profissionais em todas as áreas de conhecimento, levando em conta o aumento de ofertas de cursos noturnos.

12.4 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.5 Realizar parcerias e/ou convênios com as Instituições de Educação Superior para oferta de bolsas de estudos para graduação aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.6 Criar políticas de assistência estudantil para assegurar à população, considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação.

12.7 Apoiar, no âmbito de sua competência, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária em parceria com Instituições de Educação Superior, orientando sua ação, prioritariamente voltada para as áreas de grande pertinência social.

12.8 Asseverar, por meio de convênio entre Instituições de Educação Superior e empresas, a oferta de estágios como parte da formação na educação superior.

12.9 Estimular e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos, estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial, na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas na forma da lei municipal, estadual ou federal.

12.10 Assegurar as condições mínimas de acessibilidade nas Instituições de Educação visando o cumprimento da legislação.

12.11 Organizar, em parceria com Instituições de Educação Superior, um diagnóstico da vocação do Município, a fim de definir áreas estratégicas que auxiliam na articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais, adequando a formação de nível superior oferecida no Município.

12.12 Fortalecer programas criados por instituições de educação superior que visam à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, firmando convênios e criando redes de pesquisa, troca de informações e parcerias entre alunos e pesquisadores.

12.13 Elaborar um diagnóstico para mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

89

ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.14 Incentivar programas de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para cursos de graduação.

12.15 Participar, com a União e o Estado, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual, para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.16 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior.

12.17 Considerar as informações da política de avaliação da Educação Superior, levando em conta os dados estatísticos e indicadores qualitativos do Ministério da Educação fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) via Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

### 8.3.2 Meta 13: Atuação de mestres e doutores no Ensino Superior

**Meta 13: Articular, com a União e o Estado, a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores.**

#### Estratégias

13.1 Considerar a política de avaliação da Educação Superior que leve em conta os dados estatísticos e indicadores qualitativos do Ministério da Educação fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação (CPAs) das Instituições.

13.2 Incentivar a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

13.3 Acompanhar a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes– ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

90

13.4 Fomentar, em articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, visando a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 Fortalecer a parceria entre a União, Estado e as Instituições de Educação Superior na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

13.6 Promover, de forma articulada com a União e o Estado, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

### 8.3.3 Meta 14: Matrícula de pós-graduação para formação de mestres e doutores

#### Estratégias

**Meta 14: Fomentar, em parceria com a União e o Estado, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.**

14.1 Estimular as parcerias com as agências de fomento estaduais e federais para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.

14.2 Articular com os órgãos estaduais e federais competentes o financiamento estudantil por meio do FIES à pós-graduação *stricto sensu*.

14.3 Estabelecer parcerias com as agências de fomento estaduais e federais, de maneira a reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das pessoas com necessidades especiais, das populações do campo a programas de mestrado e doutorado.

14.4 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.5 Incentivar, em parceria com as Instituições de Educação Superior, a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular naqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências.

14.6 Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivam a internacionalização da pesquisa e da

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

91

pós-graduação catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.7 Estimular, em parceria com as Instituições de Educação Superior, o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação.

14.8 Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade.

14.9 Garantir a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

14.10 Adotar, em parceria com a União e o Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes, considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.11 Incentivar a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

14.12 Estimular e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei municipal, estadual ou federal.

14.13 Estimular o desenvolvimento de políticas por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, voltadas à equidade no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação.

### 8.4 EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

#### 8.4.1 Meta 15: Formação específica de graduação

**Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o município, no prazo de um ano da vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e II do caput do Art. 61 da Lei N 9394 de 20 de Dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área do conhecimento em que atuam.**

#### Estratégias

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

92

15.1 Em colaboração com a União e o Estado, desenvolver ações conjuntas com a finalidade de organizar a oferta de cursos de licenciatura, envolvendo as instituições públicas e comunitárias de ensino superior existentes no município.

15.2 Auxiliar na divulgação de programa permanente de iniciação à docência e formação continuada, para estudantes matriculados em cursos de licenciatura e profissionais da educação, a fim de qualificar a formação de profissionais para atuarem no magistério da educação básica.

15.3 Contribuir na divulgação da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas, em cursos de formação inicial e continuada, de profissionais da educação, e para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.

15.4 Implementar programas específicos para formação profissional da educação para escolas do campo e educação especial.

15.5 Apoiar a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação da área do saber e didática específica, e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, articulando-as com a base nacional comum dos currículos da educação básica de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2, 3.3 deste PME.

15.6 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação, entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

15.7 Incentivar cursos e programas especiais de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.8 Garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.9 Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.10 Apoiar a política nacional de formação continuada para os profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

93

15.11 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.12 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os componentes do processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.13 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos, para que os professores de idiomas, das escolas públicas de educação básica, realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.14 Desenvolver formação de docente para a educação profissional que valorize a experiência prática, por meio da oferta, nas redes de ensino de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

15.15 Incentivar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e à formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

94

### 8.4.2 Meta 16: Formação em nível de pós-graduação

**Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, no mínimo 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

#### Estratégias

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, por parte das instituições das redes de ensino superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.

16.2 Apoiar política municipal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica.

16.3 Criar e /ou Ampliar a oferta de incentivos de estudo para a pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.4 Apoiar a participação no programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.5 Contribuir para a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio de implementação de ações do plano nacional do livro e leitura e da instituição do programa nacional de disponibilização de recursos, para acesso a bens culturais pelo magistério público.

16.6 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

95

### 8.4.3 Meta 17: Rendimento médio do profissional da educação

**Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério, da rede pública de educação básica, assegurando, no prazo de 2 anos de existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do 6º ano de vigência deste plano.**

#### Estratégias

17.1 Atualizar o Plano de Cargos e Salários para os profissionais da educação, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho, em um único estabelecimento escolar.

17.2 Atualizar os planos de carreira para os profissionais da educação básica pública municipal, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal, e de acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.3 Atualizar o plano de carreira em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.4 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino, para subsidiar os órgãos na atualização dos planos de carreira.

17.5 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de coordenação pedagógica, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

17.6 Promover ações especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.7 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas comprovadamente excedentes e permanentes.

17.8 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

96

17.9 Valorizar os profissionais da educação da rede pública municipal de ensino, de forma a garantir, gradativamente, a equiparação salarial aos profissionais de outras categorias com formação equivalente.

17.10 Garantir a atualização e o cumprimento das diretrizes do Estatuto Estadual e Municipal do Magistério da rede pública de ensino

17.11 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

17.12 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

### 8.4.4 Meta 18: Plano de carreira

**Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira, para os profissionais da educação básica e superior pública, de todos os sistemas de ensino e para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal.**

### Estratégias

18.1. Estruturar a rede pública de ensino de educação básica de modo que, até o início do quinto ano de vigência deste PME, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

18.2 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3 Garantir a ascensão profissional por meio de cursos de pós-graduação e cursos de aperfeiçoamento e atualização comprovados mediante certificado ou diploma.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC





## Prefeitura Municipal de Brusque

97

18.4 Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

18.5 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes, e fomento à integração entre os Conselhos Escolares a nível municipal.

18.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização dessa participação.

18.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.8 Fortalecer a comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

18.9 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar, incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

18.10 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira.

18.11 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

18.12 Prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

98

### 8.5 EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO

#### 8.5.1 Meta 19: Gestão democrática

**Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**

#### Estratégias

19.1 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos Conselhos de Alimentação Escolar, dos Conselhos Regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de Políticas Públicas.

19.2 Estimular, na rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações.

19.3 Estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.4 Estimular a participação e a consulta de profissionais da Educação, de alunos e de seus familiares na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.

19.5 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

19.6 Garantir a participação de gestores das escolas municipais em programas de formação continuada.

19.7 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, a partir da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implantação.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

99

### 8.5.2 Meta 20: Financiamento da educação

**Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

#### Estratégias

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial, as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais assegurando o padrão de qualidade nacional.

20.2 Aperfeiçoar a destinação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

20.3 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que asseguram, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente, a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério Público, as Secretarias de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas do Estado.

20.5 Desenvolver estudos e acompanhamentos regulares dos investimentos e custos por estudante da educação básica em todos os níveis, etapas e modalidades.

20.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

100

20.7 Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art.211 da Constituição Federal, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, em material educacional, e a articulação do sistema estadual e municipal de educação, em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.8 Pleitear, com a União e o Estado, a complementação de recursos financeiros para o município caso não consiga atingir o valor do Custo Estudante Qualidade inicial – CAQi, e, posteriormente, do CAQ.

20.9 Acompanhar as discussões em torno da aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional.

20.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB com aperfeiçoamentos que aprofundam o regime de colaboração e a participação financeira da União, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211da Constituição Federal.

20.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que consideram a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º na Lei nº 13.005/2014.

20.12 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

20.13 Planejar e destinar recursos financeiros para as escolas municipais com a finalidade de atender às suas necessidades imediatas de aquisição de materiais e de manutenção e reparos de bens de natureza permanente.

20.14 Discutir e implantar práticas inovadoras e alternativas na manutenção e desenvolvimento do ensino, visando ao uso racional dos recursos disponíveis.

20.15 Aperfeiçoar mecanismos de atualização, controle e fiscalização de impostos municipais.

20.16. Viabilizar a criação de um Fundo de Amparo à Pesquisa, Inovação e Tecnologias Educacionais (“FAPITE”) que possibilite ao Município fomentar diretamente projetos que tenham relevância nesse aspecto.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

101

### 9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Plano Municipal de Educação – PME de Brusque prevê metas e estratégias para os próximos dez anos. Nesse sentido, faz-se necessário o acompanhamento e avaliação, durante a implantação e a respectiva implementação, pois se trata de um documento processual e, assim, passível de mudanças da realidade educacional, local, levando à necessidade de adotar-se medidas corretivas ou proceder a algumas adaptações daquelas já elencadas.

O acompanhamento e a avaliação devem ser realizados com o intuito de garantir o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas, pela comunidade brusquense, e para isso deverá ser instituído o Fórum Permanente de Educação, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de:

- a) participar da conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como participar da avaliação e acompanhamento do processo de implementação de suas deliberações;
- b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano;
- c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
- d) participar das articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual de Educação e do Fórum de Educação do Município;
- e) acompanhar, na Câmara Municipal, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

Dessa forma, acredita-se que sejam realizadas as devidas adequações, em tempo hábil para o cumprimento das metas e estratégias na efetivação das políticas públicas educacionais do município.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

102

### REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão democrática da escola cidadã**. In. Ceará. SEDUC. **Novos paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: edições. SEDUC, 2005, p. 27-46.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em: [file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_2013%20\(1\).p df](file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(1).pdf). Acesso em: 27 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da república. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Casa Civil, 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB no. 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Estudo sobre a lei do piso salarial**. Brasília: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação**. Documento - Referência. Brasília: MEC; FNE, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no. 8069 de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**.

BRUSQUE (SC). Prefeitura. **Lei Orgânica do Município de Brusque**. Câmara Municipal de Vereadores, 1990.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. Ensino Fundamental. - **Diretrizes**

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC



## Prefeitura Municipal de Brusque

103

**Curriculares Municipais para Educação Básica.** Brusque: Prefeitura Municipal/SEME, 2012.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. **Lei Complementar nº 146/2009** de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Brusque. Brusque: Prefeitura Municipal, 2009.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. **Lei nº 2420/00 de 05 de maio de 2000.** Cria o Sistema Municipal de Ensino do Município de Brusque – Disponível em: [www.brusque.com.br](http://www.brusque.com.br). Acessado em 15 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. **Congresso das Cidades.** Brusque: Prefeitura Municipal/SEME, 2014.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

**INEP – Portal INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso em: 28 maio 2015.

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 28 maio 2015.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007.

**PNE – Plano Nacional de Educação. Portal do Observatório do PNE.** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 28 maio 2015.

QEdU.org.br. **Dados do Ideb/Inep (2013).** Org. por Merrit (2014). Disponível em: [www.qedu.org.br/](http://www.qedu.org.br/) Acesso em: 30 maio 2015.

**SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação 2015 a 2024.** Versão Preliminar. Secretaria de Estado de Santa Catarina. Florianópolis: SED, 2014.

**SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 170/1998 – de 07 de agosto de 1998.** Procedência - VI Gestão democrática do ensino. Disponível em: [www.cee.sc.gov.br/](http://www.cee.sc.gov.br/). Acesso em: 28 maio 2015.

**SIMEC. Ministério da Educação. Indicadores demográficos e educacionais.** Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico>. Acesso em: 27 maio 2015.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela M. (Orgs.). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.

Praça das Bandeiras, 77- Centro - Fone: (47) 3251-1833 - 88350-051 - Brusque - SC

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.451

DECRETO Nº 6.451, de 26 de junho de 2015.

Convoca Fórum para eleição dos membros das entidades e organizações não governamentais, para composição do Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o "Fórum da Sociedade Civil de eleição das entidades e organizações não governamentais, para composição do Conselho Municipal do Idoso – Biênio 2015/2017", nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 1.953 de 14 de agosto de 2003, a ser realizado no dia 30 de julho de 2015, das 13h30min às 17h00, na Secretaria Municipal de Educação (Casa da Cultura), sito à Rua Curitibaanos, nº 600, neste município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 26 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.451 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO  
Biênio 2015/ 2017

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988 e Lei Municipal nº 3.231, de 19 de junho de 2015, CONVOCA as entidades e organizações não governamentais da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum de Eleição das Entidades Não Governamentais para compor o CMI – Biênio 2015/2017 que será realizado no dia 30 de julho de 2015.

Art. 1º - As entidades e organizações não governamentais que integrarão o Conselho Municipal do Idoso de Caçador, Biênio 2015/2017, conforme previsto no art. 3º caput, da Lei 3.231, se dará através de Fórum próprio e realizado no dia 30 de julho de 2015, das 13h30min às 17h00min, na Secretaria Municipal de Educação (Casa da Cultura), sito à Rua Curitibaanos, 600 - Centro, Caçador/SC.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios, no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

§ 2º - As entidades e organizações não governamentais, eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal do Idoso de Caçador, admitindo-se apenas uma recondução.

#### Dos Eleitores

Art. 2º - Terão direito a voto dois (02) representantes credenciados das entidades e organizações não governamentais, conforme artigo 4º deste edital, sendo que cada um terá direito a um (01) voto por segmento.

#### Das Vagas

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal do Idoso – CMI, para o Biênio 2015/2017, entidades e organizações não governamentais, distribuídos na seguinte classificação:

- Um representante de entidades do meio rural;
- Um representante indicado dentre os grupos de idosos;
- Um representante das entidades prestadoras de serviços.
- Um representante dos trabalhadores na área do idoso;
- Um representante de serviços e organizações de Assistência Social;
- Um representante de entidades que trabalham com idosos.

Dos documentos para inscrição de entidades e organizações candidatas:

Art. 4º - As entidades e organizações não governamentais, deverão se inscrever para participar do Fórum, apresentando um Ofício de preferência em papel timbrado da respectiva entidade ou organização, devidamente assinado por seu representante legal, contendo:

I- o interesse em concorrer a uma vaga no Conselho Municipal do Idoso-CMI;



II- o nome de 02 (dois) representantes que participarão da assembleia de eleição no dia do Fórum, com cópia do RG e CPF dos mesmos;  
III- o nome de um Titular e um Suplente caso a entidade ou organização seja eleita.

Art. 5º - Os documentos solicitados no Artigo 4º deste Edital deverão ser protocolados ou enviados pelo endereço eletrônico: [conselhos-municipais@cacador.sc.gov.br](mailto:conselhos-municipais@cacador.sc.gov.br) anexando o ofício referido no artigo anterior do dia 06 de Julho até o dia 10 de Julho de 2015 na Secretaria Executiva do CMI, sito à Rua Victor Batista Adami, 275- Centro – Caçador/SC, anexo ao CREAS, no período vespertino das 13h às 17h00.

Art. 6º - A publicação do presente edital estará disponível no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Da Análise das Entidades/Organizações Candidatas e Dos Recursos

Art. 7º - Recebidas as inscrições, a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento das inscrições para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital.

Art. 8º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada no dia 15 de Julho de 2015 no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e afixada na Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Idoso, cabendo recurso ao Conselho Municipal do Idoso até o dia 20 de Julho de 2015 no período vespertino das 13h às 17h00.

Art. 9º - No caso do não preenchimento das vagas para as representações, a vaga subsequente será a segunda mais votada das demais categorias.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 10 - O Fórum de Eleição das Entidades e Organizações não Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso será coordenado pela Comissão Eleitoral, composta por 05 (cinco) membros designados em reunião deste Conselho, conforme Ata nº 72, composta pelos seguintes membros: Sandra Spautz, Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio, Leoni Welicz, Susana Ribeiro e Elvira Kruger, tendo como Secretária Executiva Cristiani Baldicera Granenann.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do CMI, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades e Organizações não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 11 - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

a) Registrar a Ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;

b) Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 12 - Cabe ao presidente da Comissão eleitoral coordenar os trabalhos de realização do Fórum e da referida eleição.

Art. 13 - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha das Entidades e Organizações não Governamentais que comporão o CMI para o Biênio 2015/2017.

Art.14 - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 06 (seis) Entidades e Organizações não Governamentais para comporem o CMI no Biênio 2015/2017.

Da Proclamação dos Eleitos

Art.15 - Após a apuração dos votos, a presidente da comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades e organizações que irão compor o CMI no Biênio 2015/2017 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

Parágrafo Único. O resultado das eleições das entidades e organizações que comporão o CMI será publicado no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Das Disposições Finais

Art. 16 - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 17 - Os conselheiros que representam as entidades e organizações escolhidas para o CMI terão as seguintes responsabilidades:

I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício e extraordinárias, quando necessário;

II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 18 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição,

Caçador, 25 de junho de 2015.

Norma Eger Pontes

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

**PORTARIA Nº 25.620**

PORTARIA Nº 25.620, de 23 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64 e 65, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo – Professores e Especialistas - do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escola de lotação, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO ANTERIOR	NÍVEL – REFERÊNCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL - REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO	ESCOLA DE LOTAÇÃO
468	Adalberto Gomes Ribeiro	Professor de educação física	43/ B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/d	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10319	Adelina Salete Kowalczyk	Professor de Educação Infantil	33/ A	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3320	Adriana Aparecida DENIZ SANCHEZ	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
10537	Adriana Aparecida Zeni Bof	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
2532	Adriana Loss	Professor 1 a4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB MORADA DO SOL
6948	Adriana Loss	Professor 5 a 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB ALCIDES TOMBINI
6959	ADRIANA MOREIRA BAIRRO	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2680	Adriana Marliza Campos De Almeida	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	emeb irmão venâncio josé
10076	Adriana Regina Faoro	Professor Educação Infantil	33/E	Professor Educação Infantil	3/a	EMEB Pe. josé chamot
3288	Adriana Regina Faoro	Professor Educação Infantil	33/A	Professor Educação Infantil	3/A	EMEB Pe. josé chamot
523	Adriana Valeria Ceciliato Azambuja	Professor Educação Física	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/d	emeb alto bonito emeb alcides tombini
9878	Agnese Aparecida Filipini Chaves	Professor Educação Infantil	13/A	Professor Educação Infantil	1/A	emeb morada do sol
71	Airton Carlos Leite	Professor 1 a 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/a	emeb vereda dos trevos
802	Alda Pasquali Basqueira	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/c	emeb tabajara
6964	Alda Pasquali Basqueira	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	emeb tabajara
646	Aldo Marghotti	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/b	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1143	ALDONIR ANCIUTI	Professor 5 a 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA emeb pierina santin perret
10534	Alzira Salete Padilha	Professor 1 a 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
349	ANA MARIA MORETTI BORTOLON	PROFESSORA DE 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
3296	Ana Mara Soletti Rotta	Professor de Educação Física	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	emeb tabajara
968	Anastacia Oliveira Bernardo	Professor 1 a 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/b	emeb irmão venâncio josé
790	Andiara Zeni	Professor 1 a 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/d	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4275	Andrea Carla Comel	Professor Educação Infantil	33/D	Professor Educação Infantil	3/a	emeb esperança
6962	Andreia Ancutti	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	emeb irmão venâncio josé
10519	Andreia Ancutti	Professor 1 a 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	emeb irmão venâncio josé
10078	Andreia Dellai	Professor Educação Infantil	33/A	Professor Educação Infantil	3/A	cmei sonho encantado
7774	Andressa De Fatima De Bastiani	Professor De Educação Infantil	33/B	Professor Educação Infantil	3/a	cmei sininho
1841	Angela Maria Stavits	Administrador Escolar	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/b	emeb morada do sol

653	Angela Santin Machado	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	emeb alto bonito
1062	Angelica Moscheta Schneider	Professor Educação Infantil	13/F	Professor Educação Infantil	1/c	emeb profª maria luiza martins barbosa
1069	Antonio Getulio Ribeiro Dos Santos	Orientador Educacional	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/a	emeb pE. josé chamot
7779	Atilio Da Silveira De Oliveira	Professor 5 a 8	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	emeb pierina santin perret
804	Beatriz Aparecida Pereira	Professor 5 a 8	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/d	emeb alcides tombini
828	Bernadete Maria Ribeiro Dos Santos	Professor 1 a 4	32/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/a	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
565	CARLINHO JOSÉ BAZZEI	Professor 5 a 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB Henrique JULIO BERGER
1197	Carmelinda Rusczyk	Professor 1 a 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	emeb ulysses guimarães
783	Celso Vieiro	Professor 1 a 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/a	emeb morada do sol
2016	Cizete Catellan	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/b	emeb esperança
2127	Cizete Catellan	Supervisor Escolar	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/b	emeb pierina santin perret
3358	Clarice Hauffe	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	emeb pierina santin perret
535	Clarisse De Albuquerque Rodrigues	Professor 1 a 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/c	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3316	Claudete Aparecida Konflanz	Professor Educação Infantil	33/E	Professor Educação Infantil	3/a	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8953	Claudia Aparecida De Souza	Professor 5 a 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
126	Claudia Aparecida Maurilio	Professor 1 a 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/e	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ EMEB ALTO BONITO
129	Claudia Maria Bischoff	Orientador Educacional	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/b	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
399	Claudio Altair Cordeiro	Professor 5 a 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
280	Claudio Granja	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2946	Cleci Faganello	Orientador Educacional	33/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/a	emeb morada do sol
938	Clemare Aparecida Coelho	Professor 1 a 4	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/c	EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT
6965	Cloris De Fatima Casagrande	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB ESPERANÇA
4281	Cristiane Iracema De Lima	Professor 5 a 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
7776	Cristiano Hugo Ruch	Professor 5 a 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	emeb morada do sol
9074	Cristina Lazarotti	Professor 5 a 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
7773	Daniela Da Silva	Professor 5 a 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
8636	Daniele Jociane Fortunato	Professor de Educação Infantil	33/B	Professor de Educação Infantil	3/a	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
10538	Debora Jane Zarur	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT
1475	Denise Lourdes Da Luz	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
2916	Denise Loudes Da Luz	Professor 5 a 8	13/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/a	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6944	Dilma Bueno De Oliveira Gomes	Professor Educação Infantil	33/C	Professor Educação Infantil	3/a	emeb profª maria luiza martins barbosa
1268	Dirceu Ribeiro De Mello	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	emeb morada do sol
8660	Ecleides De Fatima Bleichuvel cruz	Professor 5 a 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	emeb profª maria luiza martins barbosa

4258	Edilene Kutcher Da Silva	Professor 5 a 8	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/b	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
858	Edilene Kutcher Da Silva	Professor 1 a 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/c	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1560	Edite Saletе Vеntz	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT
677	Elay Elisane Paloschi	Professor 1 a 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB ESPERANÇA
1132	Elenir Izabel Spezia Correia	Professor 1 a 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/d	emeb profª maria luiza martins barbosa
10718	Elenir Izabel Spezia Correia	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	emeb profª maria luiza martins barbosa
276	ELIANE BEATRIZ DUPONT MACHADO	PROFESSORA 1 A 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ
1561	Eliane Cavalheiro	Professor 1 a 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/b	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
265	Eliane CavIlIion Lapolli	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
381	Eliane Gonçalves Cordeiro	Professor 5 a 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/c	EMEB MORADA DO SOL
1719	Eliane Macedo Castilho	Professor 5 a 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
184	Eliane Terezinha Pellizzaro	Professor 1 a 4	43/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/e	EMEB TABAJARA
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/a	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
9073	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10081	ELISANDRA SCAPINELLI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCANTADO
3291	ELIZANGELA MITTANCK CAMARGO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
356	ELISETE RIBEIRO LOBAS	Professor 1 a 4	23/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/A	EMEB ESPERANÇA
6558	ELIZANGELA BARTEL WITTE	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
690	ELIZETE TEREZINHA VENTZ FURLAN	Professor 1 a 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10520	ELIZIANE APARECIDA BATTOCHIO PEGORARO	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
1059	EMA CRISTINA D` AGOSTINI	ORIENTADOR EDUCACIONAL	43/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/D	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
9874	EMANUELLE MARTINS DE SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3389	ERONILDES OLIVENICK PINTO	Professor 1 a 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
6951	FABIANE CONSTANTINI	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
2017	FATIMA HAMMES	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB CASTELHANO
3321	FATIMA HAMMES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB CASTELHANO
2128	FELIZARDA LEMOS FRANCO	Professor 1 a 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB ALTO BONITO
9147	FLAVIA BEIMS MOSTIACK	Professor 1 a 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
4263	FRANCIELLE MARIN MENZEL	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
527	GELCY ANA LAVA STANIESKI	Professor 1 a 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB TABAJARA
1088	GISELE ROSSI CANALLI BEHER	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10125	GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
1063	GLORIA RIBEIRO DOS SANTOS	Professor 5 a 8	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/C	EMEB MORADA DOS SOL
2917	GRECI SALETE COELHO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa

8952	HELTON CALISTO	Professor 5 a 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
217	HILDA APARECIDA PREVEDA	Professor 1 a 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB TABAJARA
2445	HILDEGART DAL PIZZOL	Professor 5 a 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
509	IDIANARA DE CASTRO VALENTINI	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ESPERANÇA EMEB TABAJARA
1801	IEDA APARECIDA BLEICHUVEL MOSCHETTA	SUPERVISOR ESCOLAR	43/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB ALTO BONITO
1202	IEDA MARA FERNANDES	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
275	ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS	Professor 1 a 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ
1007	ILZA WITTE ROSSA	PROFESSOR 1 A 4	32/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	emeb profª maria luiza martins barbosa
9024	IONE MARIA CHIARELLO	Professor 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
216	IRACI DOS SANTOS	Professor 1 a 4	23/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/E	EMEB VEREDA MDOS TREVOS
431	IRACY APARECIDA BERTI DA CRUZ	Professor 1 a 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	emeb profª maria luiza martins barbosa
147	IRES TERESINHA DA SILVA	Professor 1 a 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
421	IRIA JANETE KLABUNDE MONTEIRO	Professor 1 a 4	23/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB ALTO BONITO
148	ITAMARA DE OLIVEIRA	Professor 1 a 4	23/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
2008	IVONE DELLAI	Professor 1 a 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
1314	IVONE NIEWINSKI	Professor 5 a 8	43/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	4/A	EMEB ALTO BONITO
153	IVONETE APARECIDA DE AGOSTINI	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
626	IVONETE APARECIDA TOREZAN	Professor 5 a 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB ALTO BONITO EMEB PIERINA SANTIN PERRET
871	IVONETE FATIMA ARRUDA PIERDONA	Professor 1 a 4	23/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
4276	IZABEL CRISTINA SALAMONI DE ARAUJO	Professor 1 a 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
8949	JANAINA CARNEIRO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB ALTO BONITO
6954	JANAINA DEMIN	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
511	JANDIR BORTOTTO	Professor Educação Física	43/c	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/E	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
5687	JANE FOGAÇA VIEIRA	Professor 1 a 4	13/d	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB TABAJARA
2006	JANE FOGAÇA VIEIRA	Professor 1 a 4	13/f	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB TABAJARA
815	JANE MARISTELA DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB MORADA DO SOL
10518	JANE REGINA DALLAGNOL	Professor 1 a 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB . JOSÉ CHAMOT
1845	JANETE APARECIDA TARNIOWICZ	SUPERVISOR ESCOLAR	43/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/C	EMEB TABAJARA EMEB PIERINA SANTIN PERRET
180	JANETE TEREZINHA COLDEBELLA	Professor 1 a 4	31/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1250	JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPEL	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB TABAJARA
681	JANIO DE AZAMBUJA VIANA	Professor Educação Física	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALCIDES TOMBINI EMEB TABAJARA
4270	JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS	Professor 1 a 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA



2408	JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
829	JEANE APARECIDA COLDEBELLA	Professor DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3364	JEFERSON WITTE	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
6966	JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
1477	JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
3306	JOELMA ANA ANTUNES	Professor Educação Física	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3302	JOICE MARA SARI	Professor Educação Física	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
6968	JOSE DIAS LIMA	Professor 5 a 8	13/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
499	JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY	Professor 5 a 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
4585	JOZEANE ZANELLA CASSOL	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA

4259	JUCELAINE TEREZINHA PEREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
10291	JUCELAINE TOSATTI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB ALTO BONITO
2359	JULIANA PADILHA MAZZOTTI	Professor 1 a 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
4268	JULIANA VELASQUES FERREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
687	JUSSARA FONSECA	Professor 1 a 4	34/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1977	KARINE LIA BASSO	Professor 1 a 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB CASTELHANO
92	KATIA DENISE MELEK PREVEDO	PROFESSORA 1 a 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB HENRIQUE JULIO EMEB BERGER
161	LAIR DE FATIMA KLABUNDE	Professor 1 a 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB MORADA DO SOL
10533	LAISA TATIANE MARTINS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
10523	LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4280	LEANDRO JOSÉ MARTELLO	Professor de educação física	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
432	LENIRA DE CACIA CARNEIRO RUPPEL	Professor 1 a 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB MORADA DO SOL
10049	LUCELIA APARECIDA CARLIM	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
10528	LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO	Professor 1 a 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
1509	LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO

6969	LUCIANA GRANEMANN SOUZA TRAMONTINA	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
493	LUCIANE APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	Professor 1 a 4	23/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB TABAJARA
7775	LUCIANE CATARINA CARNEIRO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	CMEI SININHO
9871	LUCIANE DE ALMEIDA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4599	LUCIANE DO CARMO PADILHA	Professor 1 a 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8948	LUCIANE MARIA FERNANDES STRAUSS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3303	LUCIANE MARIA VIEIRA DE MEDEIROS	Professor Educação Física	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1236	LUCIANITA FURLANETTO	Professor 1 a 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT

1136	LUIZA SAMIRA FLORES ALVES	Professor 1 a 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB MORADA DO SOL EMEB TABAJARA
920	MARA TEREZINHA LIPKA	Professor 5 a 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL EMEB ALCIDES TOMBINI
598	MARCELE GUZELA	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
843	MARCIA INES GONÇALVES COR- DEIRO MELLO	Professor 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	3/C	EMEB MORADA DO SOL
2443	MARCIA REGINA CAREGNATO COLPINI	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
1066	MARCOS ADELMO DOS REIS	Professor Educação Física	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ULYSSES GUIMA- RÃES
4282	MARCOS RONALDO STEIN	Professor Educação Física	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
3612	MARDIORI BOSCARI	Professor Educação INFANTIL	33/D	Professor Educação INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3297	MARI APARECIDA CEOLLA BIELA	Professor EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	SME
5684	MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA	Professor 1 a 4	31/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2137	MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA	Professor 1 a 4	31/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/E	EMEB VEREDA DOS TREVOS
3295	MARIA BEATRIZ KONFLANZ	Professor 5 a 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10527	MARIA CELIA BADLHUK	Professor 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB COLÔNIA POLI- DORO
9209	MARIA CLARICE SARTURI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
3299	MARIA CLARICE SARTURI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
3317	MARIA DE LURDES SICKA FER- NANDES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
178	MARIA LIDIA VIEIRA DE MEDEI- ROS	Professor 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB MORADA DO SOL
8308	MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4283	MARIA SELOI SALAMONI GAZZI	Professor 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
583	MARICI MENEGAT FRANCO	Professor 1 A 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6957	MARILDE APARECIDA SCAPIN	Professor 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1471	MARILENE COELHO GONÇAVES	Professor 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA

326	MARILENE GIRARDI ESCHER	PROFESSORA 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER EMEB ULYSSES GUIMA- RÃES
6967	MARILENE PADILHA MEIRELES DA SILVA	Professor 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB CASTELHANO
596	MARILENE SALETE SETTI	Professor 1 A 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB TABAJARA
10517	MARILIA NEIS GODINHO	Professor 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMA- RÃES
1042	MARINEIS ANA DAMBROS CAS- TELANI	Professor 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
9877	MARINEZ PEREIRA	Professor 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2014	MARINEZ PEREIRA	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2577	MARINEZ STEFAN DE MELLO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/D	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	emeb profª maria luiza martins barbosa
10535	MARISA APARECIDA ALVES MOREIRA	Professor 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6963	MARISA LAPOLLI	Professor 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
10522	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	Professor 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	emeb profª maria luiza martins barbosa

8310	MARIZETE THEVES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SININHO
10526	MARIZETE ZAGO	Professor 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB MORADA DO SOL
824	MARLENE BAZIUK	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
833	MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJECCHOWSKI	Professor 1 A 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
187	MARTA MABONI ZANOTTI	Professor 1 A 4	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/C	EMEB ESPERANÇA EMEB WALSIN NUNES GARCIA
250	MAURO ROGERIO DOS REIS	Professor Educação Física	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/D	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
5700	MERILUCI TRENTTO	Professor 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
819	MERILUCI TRENTTO	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
522	MICHELLE DE SOUZA SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
4588	MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ	Professor Educação Física	13/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB MORADA DO SOL
9873	MIRIANE SINARA PRIES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
194	NEIDE TERESINHA PAACHEN DA ROSA	SUPERVISOR ESCOLAR	43/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	4/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
8512	NEIVA TERESINHA BOSCARI MAFFESONI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
9870	NELCI MONTEIRO DA SILVA FRANÇA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCAN-TADO
93	NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS	Professor 5 a 8	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	2/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
682	NEUSA TERESINHA PELEGRINI DE SOUZA	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1495	NILCE FAITA FORNARI	Professor 5 a 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1012	NILSE DE FATIMA NASCIMENTO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
526	NILVA CENDRON CZERNIAK	Professor 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET
9872	NOELI CAVALHEIRO WERNER	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1129	NOELI SANDRA DALLACOSTA	Professor 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ALTO BONITO
2015	ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2410	OLINDA SUZIN PARIZOTTO	Professor 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET
10524	OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA	Professor 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
724	ORLI RIBEIRO TIBES	Professor 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
6953	PAULO SÉRGIO DE MORAES	Professor 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
424	RAQUEL TEREZINHA MORONA	Professor 5 A 8	43/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3293	REJANE TEREZINHA FAEDO	Professor 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
256	RENATO VOGEL	Professor 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
4279	REVANIR ANCIUTTI	Professor Educação Física	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
457	RICARDO AZAMBUJA	Professor Educação Física	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/E	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT
951	RITA BEATRIZ FAVERO	Professor 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER



1112	RITA SCHUMANN	Professor 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
203	ROBERTO HUGO FERRAZ	Professor Educação Física	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
1071	ROMNEY RIEDI	Professor Educação Física	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
2002	ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ALTO BONITO
5686	ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA	Professor 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
3307	ROSANA APARECIDA MACEDO BARZOTTO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/B	EMEB ALTO BONITO
244	ROSANE BORTOLINI STEIN	Professor 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
558	ROSANE FONSECA	SUPERVISOR ESCOLAR	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
186	ROSANGELA APARECIDA BALCHAK	Professor 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2580	ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10521	ROSANGELA RIEDI	Professor 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1001	ROSELI SALETE FERENC	Professor 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
601	ROSEMARI MENEGAT DE PAULA	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2945	ROSILENE ZARDO	ADMINISTRADORA ESCOLAR	33/D	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
3318	ROSIMAR BORGES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8637	ROVENA SZYMKS RAMOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
427	ROZANGELA DE BASTIANI	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
4589	ROZANGELA PRETO VIVAN	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
701	RUTE ALVES PROENÇA	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL
5699	SANDRA ELISA MUNCINELLI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
6961	SANDRA MARA MOSCHETA DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
774	SANDRA MARIA FERREIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
8638	SANDRA REGINA DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
6955	SCHEILA BALBINOTTO ANCIUTI	Professor 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
528	SHIRLEY SCHIMITT	Professor 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
3557	SIDNEA DOMINIAK	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
595	SILESIA DE MENEZES VEIGA	Professor 5 A 8	13/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3304	SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB NOSSA SRA SALETE
917	SIMONE FIGUEIREDO DOS REIS	Professor Educação Física	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB VEREDA DOS TREVOS EMEB NOSSA SRA DA SALETE
542	SIMONE STELA CACHOEIRA	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB TABAJARA
1126	SOELI APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB TABAJARA EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA

4590	SOLANGE MARGARETH CAMPOS	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB NOSSA SRA SALETE
3125	SUZANA BEATRIZ SARI DOS REIS	SUPERVISOR ESCOLAR	33/E	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/C	EMEB TABAJARA
4267	TANIA GOMES DE ALMEIDA CRACCO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB pE. JOSÉ CHAMOT
10027	TATIANE APARECIDA POLO	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ALTO BONITO
719	TEREZINHA AUERBACH	PROFESSOR 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL
9875	TEREZINHA ANDRIGHETTI NAVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCAN-TADO
204	TEREZINHA APARECIDA FERREIRA BALDICERA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	43/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/D	EMEB VEREDA DOS TREVOS
6950	TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI	SUPERVISOR ESCOLAR	33/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
655	TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
2356	TEREZINHA ROSICLEIA KAMIENSKI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOZA
3359	VALMOR ARL	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
3319	VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1265	VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB MORADA DO SOL
923	VANESSA COELHO DE SOUZA MAFFESSONI	ORIENTADOR EDUCACIONAL	23/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/D	EMEB TABAJARA
8309	VANESSA SOUZA DA SILVA GILIOLI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SININHO
656	VANUSA ZART	PROFESSOR 1 A 4	34/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOSA
115	VARDELEI FURLAN	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
363	VENICE DE CARLI TOSATTI	PROFESSOR 1 A 4	43/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
654	VERA LUCIA BRAUN BERARDI	PROFESSOR 5 A 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4264	VERA LUCIA DE MOURA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
6960	VERA LUCIA MUCHINSKI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ESPERANÇA
864	VERA MARCIA WESTERLON DE OLIVEIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB CASTELHANO
283	VILSON MEIRELES DA SILVA	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1036	VIVIANE MAIRA PEREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	43/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/C	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
10525	WALDIR SHUPPEL	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUISA MARINS BARBOSA
127	ZULEIDE APARECIDA PICOLI RIBEIRO	PROFESSOR 1 A 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.620**

PORTARIA Nº 25.620, de 23 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64 e 65, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo – Professores e Especialistas - do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escola de lotação, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	CARGO ANTERIOR	NÍVEL – REFERÊNCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL - REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO	ESCOLA DE LOTAÇÃO
468	ADALBERTO GOMES RIBEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43/ B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/D	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10319	ADELINA SALETE KOWALCZIK	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33/ A	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3320	ADRIANA APARECIDA DENIZ SANCHEZ	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
10537	ADRIANA APARECIDA ZENI BOF	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
2532	ADRIANA LOSS	PROFESSOR 1 A4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB MORADA DO SOL
6948	ADRIANA LOSS	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALCIDES TOMBINI
6959	ADRIANA MOREIRA BAIRRO	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2680	ADRIANA MARLIZA CAMPOS DE ALMEIDA	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
10076	ADRIANA REGINA FAORO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
3288	ADRIANA REGINA FAORO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
523	ADRIANA VALERIA CECILIATO AZAMBUJA	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/D	EMEB ALTO BONITO EMEB ALCIDES TOMBINI
9878	AGNESE APARECIDA FILIPINI CHAVES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	EMEB MORADA DO SOL
71	AIRTON CARLOS LEITE	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB VEREDA DOS TREVOS
802	ALDA PASQUALI BASQUEIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB TABAJARA
6964	ALDA PASQUALI BASQUEIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
646	ALDO MARGHOTTI	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1143	ALDONIR ANCIUTI	PROFESSOR 5 A 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA EMEB PIERINA SANTIN PERRET
10534	ALZIRA SALETE PADILHA	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
349	ANA MARIA MORETTI BORTOLON	PROFESSORA DE 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
3296	ANA MARA SOLETTI ROTTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB TABAJARA
968	ANASTACIA OLIVEIRA BERNARDO	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
790	ANDIARA ZENI	PROFESSOR 1 A 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4275	ANDREA CARLA COMEL	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB ESPERANÇA
6962	ANDREIA ANCIUTTI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
10519	ANDREIA ANCIUTTI	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ

10078	ANDREIA DELLAI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCANTADO
7774	ANDRESSA DE FATIMA DE BASTIANI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SININHO
1841	ANGELA MARIA STAVIS	ADMINISTRADOR ESCOLAR	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB MORADA DO SOL
653	ANGELA SANTIN MACHADO	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
1062	ANGELICA MOSCHETA SCHNEIDER	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/F	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/C	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
1069	ANTONIO GETULIO RIBEIRO DOS SANTOS	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
7779	ATILIO DA SILVEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR 5 A 8	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
804	BEATRIZ APARECIDA PEREIRA	PROFESSOR 5 A 8	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/D	EMEB ALCIDES TOMBINI
828	BERNADETE MARIA RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSOR 1 A 4	32/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
565	CARLINHO JOSÉ BAZZEI	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1197	CARMELINDA RUSZYK	PROFESSOR 1 A 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
783	CELSO VIEIRO	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB MORADA DO SOL
2016	CIZETE CATELLAN	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ESPERANÇA
2127	CIZETE CATELLAN	SUPERVISOR ESCOLAR	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
3358	CLARICE HAUFFE	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
535	CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3316	CLAUDETE APARECIDA KONFLANZ	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8953	CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA	PROFESSOR 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
126	CLAUDIA APARECIDA MAURILIO	PROFESSOR 1 A 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ EMEB ALTO BONITO
129	CLAUDIA MARIA BISCHOFF	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
399	CLAUDIO ALTAIR CORDEIRO	PROFESSOR 5 A 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
280	CLAUDIO GRANJA	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2946	CLECI FAGANELLO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB MORADA DO SOL
938	CLEMARE APARECIDA COELHO	PROFESSOR 1 A 4	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
6965	CLORIS DE FATIMA CASAGRANDE	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ESPERANÇA
4281	CRISTIANE IRACEMA DE LIMA	PROFESSOR 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
7776	CRISTIANO HUGO RUCH	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
9074	CRISTINA LAZAROTTI	PROFESSOR 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
7773	DANIELA DA SILVA	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
8636	DANIELE JOCIANE FORTUNATO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
10538	DEBORA JANE ZARUR	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
1475	DENISE LOURDES DA LUZ	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
2916	DENISE LOUDES DA LUZ	PROFESSOR 5 A 8	13/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6944	DILMA BUENO DE OLIVEIRA GOMES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA

1268	DIRCEU RIBEIRO DE MELLO	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
8660	ECLIDES DE FATIMA BLEICHU-VEL CRUZ	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
4258	EDILENE KUTCHER DA SILVA	PROFESSOR 5 A 8	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
858	EDILENE KUTCHER DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1560	EDITE SALETE VENTZ	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
677	ELAY ELISANE PALOSCHI	PROFESSOR 1 A 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ESPERANÇA
1132	ELENIR IZABEL SPEZIA CORREIA	PROFESSOR 1 A 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
10718	ELENIR IZABEL SPEZIA CORREIA	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
276	ELIANE BEATRIZ DUPONT MACHADO	PROFESSORA 1 A 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ
1561	ELIANE CAVALHEIRO	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
265	ELIANE CAVILLION LAPOLLI	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
381	ELIANE GONÇALVES CORDEIRO	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL
1719	ELIANE MACEDO CASTILHO	PROFESSOR 5 A 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
184	ELIANE TEREZINHA PELLIZZARO	PROFESSOR 1 A 4	43/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB TABAJARA
3290	ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
9073	ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10081	ELISANDRA SCAPINELLI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCANTADO
3291	ELIZANGELA MITTANCK CAMARGO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
356	ELISETTE RIBEIRO LOBAS	PROFESSOR 1 A 4	23/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/A	EMEB ESPERANÇA
6558	ELIZANGELA BARTEL WITTE	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
690	ELIZETE TEREZINHA VENTZ FURLAN	PROFESSOR 1 A 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10520	ELIZIANE APARECIDA BATTOCHIO PEGORARO	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
1059	EMA CRISTINA D` AGOSTINI	ORIENTADOR EDUCACIONAL	43/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/D	EMEB WALISIN NUNES GARCIA
9874	EMANUELLE MARTINS DE SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3389	ERONILDES OLIVENICK PINTO	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
6951	FABIANE CONSTANTINI	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
2017	FATIMA HAMMES	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB CASTELHANO
3321	FATIMA HAMMES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB CASTELHANO
2128	FELIZARDA LEMOS FRANCIO	PROFESSOR 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB ALTO BONITO
9147	FLAVIA BEIMS MOSTIACK	PROFESSOR 1 A 4	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
4263	FRANCIELLE MARIN MENZEL	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
527	GELCY ANA LAVA STANIESKI	PROFESSOR 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB TABAJARA
1088	GISELE ROSSI CANALLI BEHER	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10125	GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA

1063	GLORIA RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSOR 5 A 8	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/C	EMEB MORADA DOS SOL
2917	GRECI SALETE COELHO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
8952	HELTON CALISTO	PROFESSOR 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
217	HILDA APARECIDA PREVEDA	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB TABAJARA
2445	HILDEGART DAL PIZZOL	PROFESSOR 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
509	IDIANARA DE CASTRO VALENTINI	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ESPERANÇA EMEB TABAJARA
1801	IEDA APARECIDA BLEICHUVEL MOSCHETTA	SUPERVISOR ESCOLAR	43/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB ALTO BONITO
1202	IEDA MARA FERNANDES	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
275	ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ
1007	ILZA WITTE ROSSA	PROFESSOR 1 A 4	32/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
9024	IONE MARIA CHIARELLO	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
216	IRACI DOS SANTOS	PROFESSOR 1 A 4	23/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/E	EMEB VEREDA MDOS TREVOS
431	IRACY APARECIDA BERTI DA CRUZ	PROFESSOR 1 A 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
147	IRES TERESINHA DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
421	IRIA JANETE KLABUNDE MONTEIRO	PROFESSOR 1 A 4	23/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB ALTO BONITO
148	ITAMARA DE OLIVEIRA	PROFESSOR 1 A 4	23/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
2008	IVONE DELLAI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
1314	IVONE NIEWINSKI	PROFESSOR 5 A 8	43/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	4/A	EMEB ALTO BONITO
153	IVONETE APARECIDA DE AGOSTINI	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
626	IVONETE APARECIDA TOREZAN	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB ALTO BONITO EMEB PIERINA SANTIN PERRET
871	IVONETE FATIMA ARRUDA PIERDONA	PROFESSOR 1 A 4	23/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
4276	IZABEL CRISTINA SALAMONI DE ARAUJO	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
8949	JANAINA CARNEIRO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB ALTO BONITO
6954	JANAINA DEMIN	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
511	JANDIR BORTOTTO	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/E	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
5687	JANE FOGAÇA VIEIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB TABAJARA
2006	JANE FOGAÇA VIEIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB TABAJARA
815	JANE MARISTELA DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB MORADA DO SOL
10518	JANE REGINA DALLAGNOL	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB . JOSÉ CHAMOT
1845	JANETE APARECIDA TARNIOWICZ	SUPERVISOR ESCOLAR	43/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/C	EMEB TABAJARA EMEB PIERINA SANTIN PERRET
180	JANETE TEREZINHA COLDEBELLA	PROFESSOR 1 A 4	31/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1250	JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPEL	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB TABAJARA
681	JANIO DE AZAMBUJA VIANA	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALCIDES TOMBINI EMEB TABAJARA



4270	JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
2408	JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
829	JEANE APARECIDA COLDEBELLA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3364	JEFERSON WITTE	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
6966	JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
1477	JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
3306	JOELMA ANA ANTUNES	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3302	JOICE MARA SARI	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
6968	JOSE DIAS LIMA	PROFESSOR 5 A 8	13/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
499	JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY	PROFESSOR 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
4585	JOZEANE ZANELLA CASSOL	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4259	JUCELAINE TEREZINHA PEREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
10291	JUCELAINE TOSATTI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB ALTO BONITO
2359	JULIANA PADILHA MAZZOTTI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
4268	JULIANA VELASQUES FERREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
687	JUSSARA FONSECA	PROFESSOR 1 A 4	34/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1977	KARINE LIA BASSO	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB CASTELHANO
92	KATIA DENISE MELEK PREVEDO	PROFESSORA 1 A 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB HENRIQUE JULIOEMEB BERGER
161	LAIR DE FATIMA KLABUNDE	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB MORADA DO SOL
10533	LAISA TATIANE MARTINS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
10523	LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4280	LEANDRO JOSÉ MARTELLO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
432	LENIRA DE CACIA CARNEIRO RUPPEL	PROFESSOR 1 A 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB MORADA DO SOL
10049	LUCELIA APARECIDA CARLIM	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
10528	LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
1509	LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
6969	LUCIANA GRANEMANN SOUZA TRAMONTINA	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
493	LUCIANE APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR 1 A 4	23/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB TABAJARA
7775	LUCIANE CATARINA CARNEIRO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	CMEI SININHO
9871	LUCIANE DE ALMEIDA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4599	LUCIANE DO CARMO PADILHA	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8948	LUCIANE MARIA FERNANDES STRAUSS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	13/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3303	LUCIANE MARIA VIEIRA DE MEDEIROS	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA

1236	LUCIANITA FURLANETTO	PROFESSOR 1 A 4	13/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
1136	LUIZA SAMIRA FLORES ALVES	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB MORADA DO SOL EMEB TABAJARA
920	MARA TEREZINHA LIPKA	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL EMEB ALCIDES TOMBINI
598	MARCELE GUZELA	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
843	MARCIA INES GONÇALVES CORDEIRO MELLO	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	3/C	EMEB MORADA DO SOL
2443	MARCIA REGINA CAREGNATO COLPINI	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
1066	MARCOS ADELMO DOS REIS	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
4282	MARCOS RONALDO STEIN	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
3612	MARDIORI BOSCARI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3297	MARI APARECIDA CEOLLA BIELA	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	SME
5684	MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA	PROFESSOR 1 A 4	31/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/D	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2137	MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA	PROFESSOR 1 A 4	31/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/E	EMEB VEREDA DOS TREVOS
3295	MARIA BEATRIZ KONFLANZ	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10527	MARIA CELIA BADLHUK	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB COLÔNIA POLIDORO
9209	MARIA CLARICE SARTURI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
3299	MARIA CLARICE SARTURI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
3317	MARIA DE LURDES SICKA FERNANDES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
178	MARIA LIDIA VIEIRA DE MEDEIROS	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB MORADA DO SOL
8308	MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4283	MARIA SELOI SALAMONI GAZZI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
583	MARICI MENEGAT FRANCO	PROFESSOR 1 A 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6957	MARILDE APARECIDA SCAPIN	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1471	MARILENE COELHO GONÇAVES	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
326	MARILENE GIRARDI ESCHER	PROFESSORA 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER EMEB ULYSSES GUIMARÃES
6967	MARILENE PADILHA MEIRELES DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB CASTELHANO
596	MARILENE SALETE SETTI	PROFESSOR 1 A 4	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB TABAJARA
10517	MARILIA NEIS GODINHO	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
1042	MARINEIS ANA DAMBROS CASTELANI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
9877	MARINEZ PEREIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2014	MARINEZ PEREIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2577	MARINEZ STEFAN DE MELLO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/D	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
10535	MARISA APARECIDA ALVES MOREIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
6963	MARISA LAPOLLI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
10522	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA



8310	MARIZETE THEVES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SININHO
10526	MARIZETE ZAGO	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB MORADA DO SOL
824	MARLENE BAZIUK	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
833	MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJEICCHOWSKI	PROFESSOR 1 A 4	34/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/D	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
187	MARTA MABONI ZANOTTI	PROFESSOR 1 A 4	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	2/C	EMEB ESPERANÇA EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
250	MAURO ROGERIO DOS REIS	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	43/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/D	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
5700	MERILUCI TRENTTO	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
819	MERILUCI TRENTTO	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
522	MICHELLE DE SOUZA SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SANTA CLARA
4588	MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	13/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB MORADA DO SOL
9873	MIRIANE SINARA PRIES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
194	NEIDE TERESINHA PAACHEN DA ROSA	SUPERVISOR ESCOLAR	43/F	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	4/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
8512	NEIVA TERESINHA BOSCARI MAFFESSIONI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
9870	NELCI MONTEIRO DA SILVA FRANÇA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCANTADO
93	NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS	PROFESSOR 5 A 8	23/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	2/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
682	NEUSA TERESINHA PELEGRINI DE SOUZA	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1495	NILCE FAITA FORNARI	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1012	NILSE DE FATIMA NASCIMENTO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
526	NILVA CENDRON CZERNIAK	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET
9872	NOELI CAVALHEIRO WERNER	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1129	NOELI SANDRA DALLACOSTA	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ALTO BONITO
2015	ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2410	OLINDA SUZIN PARIZOTTO	PROFESSOR 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/B	EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET
10524	OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
724	ORLI RIBEIRO TIBES	PROFESSOR 1 A 4	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
6953	PAULO SÉRGIO DE MORAES	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB MORADA DO SOL
424	RAQUEL TEREZINHA MORONA	PROFESSOR 5 A 8	43/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3293	REJANE TEREZINHA FAEDO	PROFESSOR 5 A 8	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
256	RENATO VOGEL	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
4279	REVANIR ANCIUTTI	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
457	RICARDO AZAMBUJA	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/E	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
951	RITA BEATRIZ FAVERO	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1112	RITA SCHUMANN	PROFESSOR 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER

203	ROBERTO HUGO FERRAZ	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
1071	ROMNEY RIEDI	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	13/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
2002	ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ALTO BONITO
5686	ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
3307	ROSANA APARECIDA MACEDO BARZOTTO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/B	EMEB ALTO BONITO
244	ROSANE BORTOLINI STEIN	PROFESSOR 5 A 8	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
558	ROSANE FONSECA	SUPERVISOR ESCOLAR	33/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
186	ROSANGELA APARECIDA BALCHAK	PROFESSOR 1 A 4	43/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/B	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
2580	ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO	SUPERVISOR ESCOLAR	13/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
10521	ROSANGELA RIEDI	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
1001	ROSELI SALETE FERENC	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
601	ROSEMARI MENEGAT DE PAULA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
2945	ROSILENE ZARDO	ADMINISTRADORA ESCOLAR	33/D	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/B	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA
3318	ROSIMAR BORGES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
8637	ROVENA SZYMKIS RAMOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET
427	ROZANGELA DE BASTIANI	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
4589	ROZANGELA PRETO VIVAN	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
701	RUTE ALVES PROENÇA	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL
5699	SANDRA ELISA MUNCINELLI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB TABAJARA
6961	SANDRA MARA MOSCHETA DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
774	SANDRA MARIA FERREIRA	PROFESSOR 1 A 4	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ALTO BONITO
8638	SANDRA REGINA DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB WALSIN NUNES GARCIA
6955	SCHEILA BALBINOTTO ANCIUTI	PROFESSOR 5 A 8	33/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
528	SHIRLEY SCHIMITT	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB ALCIDES TOMBINI
3557	SIDNEA DOMINIAK	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
595	SILESA DE MENEZES VEIGA	PROFESSOR 5 A 8	13/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
3304	SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB NOSSA SRA SALETE
917	SIMONE FIGUEIREDO DOS REIS	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB VEREDA DOS TREVOS EMEB NOSSA SRA DA SALETE
542	SIMONE STELA CACHOEIRA	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB TABAJARA
1126	SOELI APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR 1 A 4	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/B	EMEB TABAJARA EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4590	SOLANGE MARGARETH CAMPOS	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB NOSSA SRA SALETE
3125	SUZANA BEATRIZ SARI DOS REIS	SUPERVISOR ESCOLAR	33/E	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/C	EMEB TABAJARA
4267	TANIA GOMES DE ALMEIDA CRACCO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/D	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT

10027	TATIANE APARECIDA POLO	PROFESSOR 1 A 4	13/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB ALTO BONITO
719	TEREZINHA AUERBACH	PROFESSOR 5 A 8	33/F	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB MORADA DO SOL
9875	TEREZINHA ANDRIGHETTI NAVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SONHO ENCANTADO
204	TEREZINHA APARECIDA FERREIRA BALDICERA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	43/B	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/D	EMEB VEREDA DOS TREVOS
6950	TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI	SUPERVISOR ESCOLAR	33/C	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
655	TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ
2356	TEREZINHA ROSICLEIA KAMIENSKI	PROFESSOR 1 A 4	33/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOZA
3359	VALMOR ARL	PROFESSOR 5 A 8	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB ALTO BONITO
3319	VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/E	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1265	VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB MORADA DO SOL
923	VANESSA COELHO DE SOUZA MAFFESSONI	ORIENTADOR EDUCACIONAL	23/A	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1/D	EMEB TABAJARA
8309	VANESSA SOUZA DA SILVA GILIOLI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/B	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	CMEI SININHO
656	VANUSA ZART	PROFESSOR 1 A 4	34/B	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOSA
115	VARDELEI FURLAN	PROFESSOR 1 A 4	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/C	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT
363	VENICE DE CARLI TOSATTI	PROFESSOR 1 A 4	43/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	4/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
654	VERA LUCIA BRAUN BERARDI	PROFESSOR 5 A 8	33/E	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/A	EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4264	VERA LUCIA DE MOURA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	33/C	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/A	EMEB NOSSA SRA DA SALETE
6960	VERA LUCIA MUCHINSKI	PROFESSOR 1 A 4	33/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB ESPERANÇA
864	VERA MARCIA WESTERLON DE OLIVEIRA	PROFESSOR 1 A 4	13/D	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	1/A	EMEB CASTELHANO
283	VILSON MEIRELES DA SILVA	PROFESSOR 5 A 8	43/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	3/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1036	VIVIANE MAIRA PEREIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	43/A	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	3/C	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA
10525	WALDIR SHUPPEL	PROFESSOR 1 A 4	33/A	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/A	EMEB PROFª MARIA LUISA MARINS BARBOSA
127	ZULEIDE APARECIDA PICOLI RIBEIRO	PROFESSOR 1 A 4	43/C	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I	3/E	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.621**

PORTARIA Nº 25.621, de 23 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64, 65 e 73, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Secretário Escolar, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

**CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR – ANEXO III-A**

10542	ALEXANDRE MAICON DE LIMA	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	CMEI SANTA CLARA		
10826	ALINE DE MATOS ROESSLER	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	SME		
876	BARTIRA ELISA TOMAZINI	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/D	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/D	EMEB WAL SIN NUNES GARCIA		
800	ELIANE BORTOLINI	SECRETÁRIO ESCOLAR	44/B	SECRETÁRIO ESCOLAR	2/B	EMEB ALTO BONITO		
1200	CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/C	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER		
1230	CLEIDE FATIMA DARIZ	SECRETÁRIO ESCOLAR	44/B	SECRETÁRIO ESCOLAR	2/B	EMEB TABAJARA		
1942	DEBORA LIZ PADILHA FRANCO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/E	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/E	MEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA		
799	ELISANDRA APARECIDA GIACOMEL	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/F	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/F	EMEB NOSSA SRA SALETE		
122	EUNICE GODOY DOS SANTOS	SECRETÁRIO ESCOLAR	44/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	2/A	EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ		
592	EVA IDA LENZ BALATKA	SECRETÁRIO ESCOLAR	44/C	SECRETÁRIO ESCOLAR	2/C	EMEB ALCIDES TOMBINI		
10540	FRANCIELE PEREGO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA		
404	HILDA PARAVISI DE BORTOLO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/F	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/F	EMEB ALCIDES TOMBINI		
1966	IRACILDA MARIA NORA	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/B	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/B	EMEB MORADA DO SOL		
1507	IVONETE RUPPEL MELLO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/E	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/E	EMEB PE. JOSÉ CHAMOT		
9869	KARYANA ALVES DOS SANTOS	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA		
10539	LUCIMAR APARECIDA APPI	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	EMEB ESPERANÇA		
5059	MARCIA ALVES DE OLIVEIRA HAHN	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/D	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/D	EMEB MORADA DO SOL		
1238	MARCIO HENRIQUE COELHO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/E	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/E	EMEB PIERINA SANTIN PERRET		
2465	MARILUCY WIERZBICKI	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/B	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA		
3611	MARINES DE ALMEIDA MUSKOPF	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/C	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/C	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER		
10543	RAMIRES MAIR LOPES	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/A	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO		
7777	ROSANA KORMANN MARTINS DE OLIVEIRA	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/C	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/C	EMEB ULYSSES GUIMARÃES		
3784	SIMONE ALVES	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/C	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/C	EMEB ALTO BONITO		
672	SUELI TEREZINHA DE SOUZA PRESTES LEITE	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/E	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/E	EMEB VEREDA DOS TREVOS		
6734	TAISA BEATRIZ BASSO	SECRETÁRIO ESCOLAR	34/D	SECRETÁRIO ESCOLAR	1/D	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER		

Art. 2º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

**CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA – ANEXO III-A**

CÓDIGO	NOME	CARGO ANTERIOR	NÍVEL - REFERÊNCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL - REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO	ESCOLA DE LOTAÇÃO
1668	MARTA HELENA INEZ BECKER	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	24/A	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	2/A	EMEB ALCIDES TOMBINI
1800	GLAUCIR DAS GRAÇAS FERNANDES	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/E	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1/E	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER
1302	JOSE OSNI GUARIPUNA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/C	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1/C	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3357	NILZA DE SOUZA CARVALHO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	14/A	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1/A	EMEB HENRIQUE JULIO BERGER

Art. 3º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Creche e Berçário, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação

Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

**CARGO: AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO - ANEXO III-A**

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	CARGO ANTERIOR	NÍVEL - REFERÊNCIA ANTERIOR	CARGO ENQUADRAMENTO	NÍVEL - REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO	ESCOLA DE LOTAÇÃO
4272	ADRIANA KLEIN HUHN	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
4273	ANA MARIA MIOZZO VIDAL	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/B	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
3313	ANELY DE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/E	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10430	BRUNA STELLO PADILHA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10529	CLEIDE MARA NURILLES PIALA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
10530	CRISTINA DE CASTILHO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
11914	DIVA NEIDE PACHECO RODRIGUES	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
4274	ELISABETE RODRIGUES	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SININHO
10531	ESTER WOLFF FERREIRA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10532	FRANCIELE ESCHER	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3308	GIRCELA ANTUNES	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/E	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10432	GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10835	JUSSARA APARECIDA JOMBRA DURECK	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
10428	KARLA MARY BECHERT	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
10825	KEROLYN CRISTINA CORONADO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SININHO
3294	LILIA CAPELIN	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/E	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
3310	MARCIA ALVES RIBEIRO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/E	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
11912	MARCIA PIRES DE CAMARGO	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
3311	MARIA DE FÁTIMA JATOBA CRESTANI	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/D	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10824	MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
11913	MONALIZE SEIDEL	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB ULYSSES GUIMARÃES
10433	PAULA CRISTINA SANTORE	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
10434	RITA TEREZINHA GALVAN MORGENSEN	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
6946	SILMARA ADAMCZSKI	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/B	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SININHO
10431	SILVANA DALLA VECCHIA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA
11915	TANIA ELIZE KLABUNDE	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI ULYSSES GUIMARÃES
3312	VANDERLEIA DE CASSIA FERNANDES CAMPOS	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/A	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SININHO
6947	VENI APARECIDA DE MOURA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/C	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	CMEI SONHO ENCANTADO
4271	VERA LUCIA CASARA CELLA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/E	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/B	CMEI SONHO ENCANTADO
6945	ZELI MORAES DE SOUZA	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	21/C	AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO	1/A	EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76-2015 CC- 05-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76-2015 CC- 05-2015 - PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

EDITAL: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE DE GASES MEDICINAIS E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓ-  
LEO (GLP) E ELABORAÇÃO DE PROJETO DA RADIOPROTEÇÃO NA SALA DE RAIO-X, AMBOS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO –  
UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 30/07/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 30/07/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacaopmc@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacaopmc@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 26 de Junho de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22- 2015 – PR – 12-2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22- 2015 – PR – 12-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES, MATERIAIS E APARELHOS DESTINADOS AO LABORATORIO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/07/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/07/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 17 de junho de 2015.  
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO  
Secretaria de Saúde

### **RESOLUÇÕES NºS 03 E 04 CMI**

Resolução 03/2015 de 17 de junho de 2015

Dispõe sobre a convocação da Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.953, de 14 de agosto de 2003 que institui o Conselho Municipal do Idoso e Lei nº 2.804, de 13 de abril de 2011 que altera dispositivos da Lei 1.953.

CONSIDERANDO a Portaria nº 754 da Secretaria de Direitos Humanos, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para organização e realização das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos, e seu art. 3º que estabelece que as referidas Conferências sejam realizadas de 07 a 11 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução n. 001 de 17 de abril de 2015 expedida pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST/SC, o Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC definiu pela realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, em 1º e 2 de setembro de 2015 em Florianópolis, com o tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades", orientando-se com os seguintes eixos temáticos: I – Gestão (Programas, projetos, ações e serviços); II – Financiamento (Fundos da Pessoa Idosa e Orçamento Público); III – Participação (Política e Controle Social); IV – Sistema de Garantia de Direitos Humanos; e,

CONSIDERANDO a necessidade de convocação conjunta para a realização da Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa, pelo Presidente do Conselho Municipal dos direitos da pessoa Idosa e do Prefeito do Município sede da Conferência Regional, conforme previsto no art. 4º da Resolução n. 001/2015, da SST/SC, estes no uso de suas atribuições legais, RESOLVEM:

Art. 1º - Convocar a CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, com abrangência nos municípios da 10ª. Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Regional - SDR, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa realizar-se-á no dia 07 de julho de 2015 das 13h às 17horas, no Plenário Joaquim Scolaro, na Câmara Municipal de Caçador, situada na Rua Fernando Machado, n. 139, centro, em Caçador – Santa Catarina.

§ 2º - A Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa terá como Tema Central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades" e como eixos:

I – GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

II – FINANCIAMENTO.

III – PARTICIPAÇÃO.

IV – SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS.

Parágrafo único - Outros sub-eixos poderão ser adotados como os que traduzem as políticas setoriais de: Justiça, Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Habitação, Transporte, dentre outras, assim como o Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

Art. 2º – Instituir a Comissão Organizadora, Sandra Spautz Granemann, Beatriz Ribeiro dos Santos, Cristiani Baldicera Granemann como representantes Governamentais e Norma Eger Pontes, Elvira Kruger e Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio como representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo Único. Apoiarão a Organização da Conferência, a SDR de Caçador, Gabinete dos Prefeitos, Secretárias Municipais, Sindicatos, Associações e demais interessados.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 17 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto	Norma Eger Pontes
Prefeito Municipal de Caçador	Presidente do CMI

Resolução 04/2015 de 17 de junho de 2015

Dispõe sobre a criação da Comissão Organizadora da Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa

CONSIDERANDO a convocação da Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa, que se realizará em 7 de julho de 2015 em Caçador, Santa Catarina, no período das 13h às 17 horas, tendo como Tema Central "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades" e, conforme Resolução n. 001/2015 da SST/SC. A Gerente de Assistência Social, Trabalho e Habitação da Secretarias de Desenvolvimento Regional de Caçador em conjunto com a Coordenadora da Assistência Social da Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, no uso de suas competências e nas atribuições, em reunião realizada no dia 02 de junho de 2015, resolveram:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa, composta por: Instituir a Comissão Organizadora, Sandra Spautz Granemann, Beatriz Ribeiro dos Santos, Cristiani B. Granemann, representantes Governamentais e Norma Eger Pontes, Elvira Kruger, Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio como representantes da Sociedade Civil.

Art. 2º- A Comissão será presidida pela gerente da 10ª SDR, Sandra Spautz Granemann, e terá como competência:

I - Preparar e executar as Capacitações para realizações dos Encontros nas localidades, distritos, CRAS, CREAS, SMAS;

II - Orientar e acompanhar a realização e resultados dos Encontros nas Localidades, Distritos, CRAS, CREAS, SMAS;

III -Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal/Regional/Estadual dos direitos da pessoa idosa;

IV - Propor e encaminhar para aprovação da Plenária, materiais relativos a critérios de definição do número de Delegados(as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa;

V - Organizar e coordenar a Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa;

VI - Promover a integração com as Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes a Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa;

VII - Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

VIII - Manter os CMIs dos Municípios informados sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das Conferências dos direitos da pessoa idosa;

Art. 3º - Para operacionalização da Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

I. Federação Catarinense dos Municípios- FECAM

II. Secretarias de Desenvolvimento Regional -SDRs

III. Secretarias Executivas dos CMIs;

IV. Unidades da SMAS- CRAS e CREAS;

V. Secretarias Municipais da Saúde, Educação e Finanças;

VI. Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VII. Associações Comunitárias.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Regional dos direitos da pessoa idosa.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Caçador, 17 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto	Norma Eger Pontes
Prefeito Municipal de Caçador	Presidente do CMI

# Camboriú

## PREFEITURA

### LEI N.º 2.830/2015

LEI N.º 2.830/2015

Dispõe sobre o Programa de Pagamento Incentivado – PPI e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DO PROGRAMA DE PAGAMENTO INCENTIVADO – PPI

##### Seção I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa de Pagamento Incentivado – PPI, destinado a promover a liquidação de créditos tributários e não tributários vencidos perante a Fazenda Pública Municipal de Camboriú.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, créditos tributários e não tributários são valores inscritos em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial.

§ 1º Incluem-se neste programa os débitos objeto de parcelamento já realizado, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Caso exista defesa judicial, o sujeito passivo deverá desistir, expressamente e de forma irrevogável, da ação judicial proposta e renunciar a quaisquer direitos relativos à matéria cujo débito queira parcelar.

§ 3º A opção pelo Programa implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cuja suspensão será requerida ao juízo da causa pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 3º Para se beneficiar do Programa de Pagamento Incentivado - PPI no decorrer do exercício de 2015, o interessado deverá realizar sua adesão em até 90 (noventa) dias após a publicação da presente Lei.

Art. 4º O Programa de Pagamento Incentivado - PPI não permite o pagamento ou parcelamento de débitos de órgãos da administração pública direta, das fundações e das autarquias.

Parágrafo único. Coexistindo, em uma mesma cobrança, rubricas de receitas cujo parcelamento é permitido e em que ele é vedado, o pagamento poderá ser desmembrado, para os efeitos desta Lei.

Art. 5º O Programa de Pagamento Incentivado - PPI não gera crédito e não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

##### Seção II

##### Do Ingresso no PPI

Art. 6º O ingresso no Programa de Pagamento Incentivado - PPI dar-se-á por opção do sujeito passivo, que terá direito ao regime especial de consolidação e parcelamento de débitos.

§ 1º O pedido de parcelamento deverá ser formulado mediante requerimento do sujeito passivo, em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal de Finanças, ou por meio de seu sítio na internet.

§ 2º Existindo parcelamentos concedidos sob outras modalidades, cancelados ou não, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento e observando o prazo de 90 (noventa) dias para adesão.

§ 3º O parcelamento concedido nos termos desta Lei independerá de apresentação de garantias ou arrolamento de bens, ficando mantidos aqueles decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamentos, ação ou execução fiscal.

§ 4º O Poder Executivo poderá prorrogar, por até 90 (noventa) dias, mediante Decreto Municipal, o prazo fixado no artigo 3º desta Lei.

##### Seção III

##### Da Consolidação dos Débitos e dos Benefícios

Art. 7º A consolidação dos débitos para os efeitos desta Lei terá por base a data da formalização do pedido de pagamento à vista ou de parcelamento e resultará da soma dos valores:

I - do débito principal;

II - de atualização monetária;

III - da multa moratória;

IV - dos juros moratórios;

V - dos demais acréscimos legais.

§ 1º O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

§ 2º A consolidação e a opção na forma desta Lei não prejudica o lançamento de tributos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 8º O contribuinte que aderir ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI terá direito à remissão dos valores correspondentes à multa e juros moratórios e à anistia dos valores correspondentes penalidades pecuniárias, apurados até a data da consolidação, nas seguintes porcentagens:

FORMA DE PAGAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO	PERCENTUAL DE REMISSÃO E ANISTIA DOS JUROS E MULTA
À vista	100%
Até 03 (três) parcelas	80%
Até 06 (seis) parcelas	70%
Até 09 (nove) parcelas	60%



Até 12 (doze) parcelas

50%

§ 1º Os débitos ajuizados só gozarão dos privilégios constantes nesta Lei, após a comprovação, pelo contribuinte, do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

§ 2º Para a obtenção do benefício da anistia deverão ser objeto do pagamento, seja ele parcelado ou à vista, os débitos constituídos por ocasião da lavratura do respectivo auto de infração.

Art. 9º A quitação da primeira prestação do parcelamento implica na adesão ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI, com a expressa e irrevogável confissão de dívida e desistência de recursos administrativos.

#### Seção IV

##### Das Condições de Pagamento

Art. 10. O débito consolidado com os benefícios previstos nesta Lei poderá ser quitado à vista ou em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, devidamente atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Parágrafo único. O valor mínimo da parcela do débito objeto do PPI não poderá ser menor que R\$ 50,00 (cinquenta) reais para pessoa física e R\$ 100,00 (cem) reais para pessoa jurídica.

Art. 11. O pagamento da primeira prestação ou da parcela única deverá ser efetuado na data da adesão ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI.

Parágrafo único. No caso de parcelamento, o vencimento das parcelas subsequentes a primeira ocorrerá sempre a cada 30 (trinta) dias.

Art. 12. Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei.

Art. 13. Caso ocorra o pagamento de prestação em atraso, incidirão os acréscimos previstos no artigo 126 da Lei Complementar Municipal n.º 030/2010, sendo a atualização monetária realizada com base no índice IPCA e os juros com base no índice de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Art. 14. O Programa de Pagamento Incentivado - PPI será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e, em se tratando de débito com execução fiscal ou defesa ajuizada, será, obrigatoriamente, informada a Procuradoria-Geral do Município.

#### Seção V

##### Do Cancelamento do Parcelamento

Art. 15. O parcelamento será cancelado automática e definitivamente, nas seguintes hipóteses:

I - atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos da data do vencimento de qualquer parcela;

II - propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do Programa de Pagamento Incentivado - PPI;

III - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

IV - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do sujeito passivo optante, devidamente comprovado, após se exaurirem os prazos para a ampla defesa do contribuinte.

Art. 16. O cancelamento do parcelamento nos termos desta Lei independerá de notificação prévia e implicará na perda dos benefícios concedidos e no restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, na forma da legislação aplicável e, ainda:

I - na inscrição em dívida ativa e ajuizamento fiscal de débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas e, encontrando-se o débito em execução fiscal, em prosseguimento da respectiva ação, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

II - na autorização de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa referentes aos débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas, nos termos expressamente autorizados pelo parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal n.º 9.492/1997, com redação dada pela Lei Federal n.º 12.762/2012;

III - no leilão judicial ou na execução hipotecária dos bens que garantam os débitos parcelados.

#### CAPÍTULO II

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Chefe do Poder Executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.073 DE 25 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.073 DE 25 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.200,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.074 DE 25 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.074 DE 25 DE JUNHO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 9.069 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 9.069 de 25 de Junho de 2015, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.075 DE 25 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.075 DE 25 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000805, Registro no Sistema sob nº 955473, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais e noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, aprovada em 26º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012,

homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.957 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.957 DE 26 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, DANIELE COELHO, Matrícula Funcional nº 000585, Registro no Sistema Sob nº 954793, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 02 de Dezembro de 2009 á 02 de Dezembro de 2013 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
26 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.958 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.958 DE 26 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, EDELA FUCHNER, Matrícula Funcional nº 0221, Registro no Sistema sob nº 587801, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03 de Fevereiro de 2012 a 03 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A servidora gozará a Licença Prêmio no período de 23 de Junho de 2015 á 22 de Julho de 2015.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de Junho de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 26 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.959 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.959 DE 25 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BEATRIS KUIASKI, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Junho de 2015 á 13 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.960 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.960 DE 26 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, Matrícula Funcional nº 000764, Registro no Sistema sob nº 955371, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período de 15 de Junho de 2015 a 25 de Agosto de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 15 de Junho de 2015 a 30 de Junho de 2015; já o período de 01 de Julho de 2015 a 25 de Agosto de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 15 de Junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.961 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.961 DE 26 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 955678, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 12 de Junho de 2015 a 30 de Agosto de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 12 de Junho de 2015 a 26 de Junho de 2015; já o período de 27 de Junho de 2015 a 30 de Agosto de

2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 12 de Junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.962 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.962 DE 26 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, RITA DE CACIA PASCOAL SCHERNER, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional nº 000718, Registro no Sistema sob nº 955212, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 17 de Junho de 2015 a 17 de Julho de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 17 de Junho de 2015 a 01 de Julho de 2015; já o período de 02 de Julho de 2015 a 17 de Julho de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 17 de Junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PROCESSO ADMINISTRATIVO CONCURSO Nº 004/2015 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015**

ATO CONVOCATÓRIO PARA SELEÇÃO  
 POR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO  
 Concurso nº 004/2015  
 Processo Seletivo nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, torna público a realização de procedimento administrativo de concurso público para formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a provimento de cargos públicos efetivos e, no mesmo procedimento, de exame seletivo para a formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a designação à funções públicas, ambos indicados abaixo, tudo conforme os seguintes termos:

**1. FUNÇÕES PÚBLICAS****0.1 Denominação e Quantidade de Funções, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Designação:**

Código	Quantidade e Denominação de Função	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Designação
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Medico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico IV - Plantonista	Até 60h/semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para designação no prazo de validade do concurso				
11	Médico II (01 função)	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Ginecologista (01 função)	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina

\* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

\*\* A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

\*\*\* Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

0.2 Os aprovados no exame seletivo poderão ser convocados, no prazo de validade do certame, a celebrar contrato temporário pelo regime administrativo especial de que trata o art. 299 da Lei Complementar n. 006/2002.

0.3 As atribuições das funções públicas são as mesmas dos cargos públicos de idêntica denominação, consoante o item 2.4 deste edital.

**1 CARGOS PÚBLICOS****1.1 Denominação e Quantidade de Cargos, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Provimento:**

Código	Quantidade e Denominação de Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Provimento
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Medico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
11	Médico II	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Ginecologista	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina
32	Médico IV - Plantonista	Até 60h/semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para provimento no prazo de validade do concurso				
32	Médico IV - Plantonista (01 cargo)	Até 60h/semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina

\* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

\*\* A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

\*\*\* Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

1.2 Os aprovados no concurso poderão ser nomeados, no prazo de validade do certame, para prover cargo público pelo regime estatutário.

1.3 As atribuições dos cargos efetivos e das funções a eles correlatas constam do Anexo I do presente edital.

### 3. INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas de 26/06/2015 a 10/07/2015.

2.2 O pretendente deverá baixar o formulário de inscrição disponível no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>, preenchê-lo, assiná-lo, instruí-lo com os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral; e entregá-los no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, entre os dias 26/06/2015 a 10/07/2015, no horário de expediente (das 8h às 12h e das 13h às 17h).

2.2.1 É facultado aos pretendentes o envio eletrônico do formulário de inscrição bem como os documentos (Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral), devendo o candidato digitalizar em formato PDF e enviar para [folha@campoalegre.sc.gov.br](mailto:folha@campoalegre.sc.gov.br) das 0h00 do dia 26/06/2015 às 23h59 do dia 10/07/2015, caso em que será o único responsável pela consistência informática dos dados enviados.

2.3 A confirmação da inscrição enviada por email será confirmada com envio de email para o endereço eletrônico do pretendente.

2.4 A inscrição é gratuita.

2.5 A homologação das inscrições será divulgada unicamente em campo próprio no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>.

2.6 A inscrição depende da comprovação das seguintes condições:

2.6.1 Nacionalidade brasileira;

2.6.2 Maioridade;

2.6.3 Quitação eleitoral.

### 3 DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

3.1 Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) aos cargos e funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.2 Ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total dos cargos e funções descritos no edital e dos cargos que vierem a ser criados no prazo de validade do certame.

3.3 Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE; se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de cargos.

3.4 Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.5 Aos Candidatos PNE serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, caso em que tais condições deverão ser requeridas por escrito durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição.

3.6 O candidato PNE deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:

3.6.1 Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

3.6.2 Solicitação de prova especial, se necessário.

3.7 Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

3.8 Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.9 Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

### 4 MODALIDADE DE CERTAME

4.1 O parte referente ao concurso público do presente certame é unicamente de provas e a parte referente à exame seletivo, idem.

4.2 O certame não terá provas práticas.

### 5 DAS PROVAS

5.1 A prova é única, com 10 questões de múltipla escolha, cada uma delas valendo 1,00 (um) ponto, num total de 10 (dez) pontos.

5.2 O conteúdo programático da prova, para todos os cargos é aquele constante do Anexo II do presente edital.

6.3 As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

Cargos	Data	Horários
Médico I Médico II	26/07/2015	Abertura dos portões: 8h Fechamento dos portões: 8h15min Início da aplicação das provas: 8h30min Término das Provas: 10h

Médico III (Pediatria) Médico III (Ginecologista) Médico IV (Plantonista)	26/07/2015	Abertura dos portões: 10h Fechamento dos portões: 10h15min Início da aplicação das provas: 10h30min Término das Provas: 12h
--	------------	--

5.4 O candidato deverá portar obrigatoriamente um documento de identidade com foto (CNH, RG, passaporte ou registro no CRM) e uma caneta de tinta azul ou preta.

5.5 O candidato deverá responder às questões da prova fundado única e exclusivamente em seus conhecimentos previamente adquiridos, sendo vedado ao candidato qualquer tipo de conduta tendente a obter informações quanto ao conteúdo das questões da prova durante a realização da mesma.

5.6 As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato ou a consulta bibliográfica de qualquer espécie, bem como a utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas, telefone celular, tablets, notebook ou similares.

5.7 A infração dos dois itens anteriores, por qualquer meio, implica em imediata desclassificação.

5.8 Serão desclassificados os candidatos com nota inferior a 5,0 (cinco) pontos.

5.9 Os candidatos com nota superior à referida acima serão classificados em ordem decrescente, por cargo ou função.

5.10 A idade é o critério de desempate, preferindo-se os mais velhos.

5.11 O gabarito das provas será divulgado no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br> no dia subsequente à realização da prova.

## 6 RECURSOS

6.1 Caberá interposição de recurso devidamente fundamentado, perante a Comissão Examinadora, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

6.1.1 Edital de Deferimento das Inscrições;

6.1.2 Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficientes;

6.1.3 Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

6.1.4 Edital de Resultado Final das Provas Objetivas.

6.1.5 O recurso deverá ser corretamente preenchido conforme formulário modelo constante do Anexo IV, encaminhado para o endereço eletrônico [folha@campoalegre.sc.gov.br](mailto:folha@campoalegre.sc.gov.br) ou ainda, protocolado no Serviço de Protocolo deste Município, nos prazos estipulados neste edital ou edital específico.

6.2 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.3 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

6.4 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.5 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>.

## 7 REQUISITOS PARA INVESTIDURA

7.1 São requisitos básicos para investidura no cargo público:

7.1.1 Aprovação neste concurso público;

7.1.2 Pleno gozo dos direitos políticos;

7.1.3 Quitação Eleitoral;

7.1.4 Quitação com obrigações militares (se do sexo masculino);

7.1.5 Comprovação dos Requisitos para Designação e Requisitos para Provimento constante dos itens 01 e 02 deste edital (escolaridade, titulação e registro profissional);

7.1.6 Aprovação em exame médico pré-admissional;

7.1.7 Prestar declaração, sob as penas da lei, de não ter sido condenado por ato de improbidade, em decisão transitada em julgado, perda da função pública ou demissão no serviço público.

7.1.8 No caso de Candidato PNE – Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

## 8 PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME

8.1 O presente certame vale por dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

## 9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As informações sobre o presente certame serão prestadas pela Comissão Examinadora por meio do telefone (47) 3632-2266, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h.

9.2 São partes integrantes deste Edital:

9.2.1 Anexo I – Atribuições de Cargos;

9.2.2 Anexo II – Formulário de Inscrição;

9.2.3 Anexo III – Conteúdo Programático; e

9.2.4 Anexo IV – Formulário de Recurso.

Campo Alegre/SC, 22 de junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**Concurso nº 004/2015**  
**Processo Seletivo nº 002/2015**

**ATRIBUIÇÕES DE CARGOS**

**Médico I:** 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

**Médico II:** 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

**Médico III – Pediatra:** 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

**Médico III – Ginecologista:** 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

**Médico IV – Plantonista:** 1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57

**ANEXO II**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**Concurso nº 004/2015**  
**Processo Seletivo nº 002/2015**

**MODELO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SERVIÇO DE PESSOAL**  
**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**Concurso nº 004/2015**  
**Processo Seletivo nº 002/2015**

Nome completo (Sem abreviações)		
Nº do Documento de Identidade:	CPF	



Data de Nascimento	Estado Civil	
Endereço completo para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.):		
Nº	Apto.	Bairro
CEP	Cidade onde reside	Estado
Telefone	Email	
CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – PNE ( ) SIM. Qual a deficiência? _____ ( ) NÃO		
Inscrição para o cargo de: _____ (Médico I; Médico II; Médico III – Pediatra; Médico III – Ginecologista; ou Médico IV – Plantonista) Obs: A inscrição deverá ser para um ÚNICO cargo, caso o candidato queira se inscrever para mais de um cargo deverá fazer a inscrição em formulário separado. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no edital. Campo Alegre, ____/____/____. Assinatura do candidato: _____		

**Observação:**

- O candidato deverá apresentar juntamente com o formulário de inscrição, os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral.
- O candidato PNE, ainda deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:
- Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.
- Solicitação de prova especial, se necessário. ABAIXO MODELO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE PESSOAL  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Responsável

ANEXO III  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Concurso nº 004/2015  
Processo Seletivo nº 002/2015

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****Médico I:**

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficial; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

**Médico II:**

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficial; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da

saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

**Médico III (Pediatria):**

Mortalidade na infância Nutrição e seus desvios. Crescimento e desenvolvimento. Imunizações. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Diarreias. Distúrbios hidreletrolíticos e acidobásicos. Distúrbios metabólicos. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças respiratórias na infância; doenças alérgicas na infância. Cardiopatias congênitas. Doenças reumáticas. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar. Cetoacidose diabética. Anemias. Púrpuras e micoses colagenoses. Convulsão. Afecções do aparelho gênito urinário. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Mastratos. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

**Médico III (Ginecologista):**

Anatomia, embriologia e fisiologia; Propedêutica gineco/obstétrica; Más formações genitais; Alterações menstruais; Puberdade, climatério; Hemorragias uterinas; Doenças infecciosas e não infecciosas dos órgãos genitais e mama; Esterilidade; Incontinência urinária; Oncologia; Drogas e interações medicamentosas; Ciclo gravídico/puerperal normal e doenças correlatas; Distúrbios da hemocoagulação em obstetrícia; Anomalias congênitas; Distocias; Patologia do feto, R.N., placenta, membrana e cordão umbilical. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

**Médico IV (Plantonista)**

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

**ANEXO IV**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

**MODELO FORMULÁRIO DE RECURSO**

**MODELO 1 –**

**RECURSO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

**Identificação do candidato**

Nome: \_\_\_\_\_

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação de inscrições deferidas, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

MODELO 2  
RECURSO CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA  
PARA CANDIDATOS DEFICIENTES

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Concurso nº 004/2015  
Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: \_\_\_\_\_

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a condições especiais de prova para candidatos deficiente, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

MODELO 3  
RECURSO QUANTO AS QUESTÕES DA PROVA

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_  
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Concurso nº 004/2015  
Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: \_\_\_\_\_

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº \_\_\_\_\_, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

MODELO 4

RECURSO CONTRA GABARITO PRELIMINAR

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: \_\_\_\_\_

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº \_\_\_\_\_, do GABARITO PRELIMINAR, pelo(s) seguinte(s) motivos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

MODELO 5

RECURSO CONTRA RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: \_\_\_\_\_

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação do RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS, pelo(s) seguinte(s) motivos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 24/2015**

TOMADA DE PREÇO Nº 24/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/15

HOMOLOGAÇÃO: 26/06/15

CONTRATADO: KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEIER, SITUADO NA RUA JOÃO WATZKO

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.066,57 (dezessete mil e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)

DATA: 26/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 81/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 81/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 81/2015. Data de assinatura: 18/06/2015. Contratada: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA,, CNPJ n.º 82.729.773/0001-78. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS NO MOTOR DA VIATURA SIENA PLACA MIW-2941. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.240,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 98/2015, PREGÃO N.º PMC 62/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 82/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 82/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 82/2015. Data de assinatura: 22/06/2015. Contratada: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA,, CNPJ n.º 82.729.773/0001-78. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 22.866,50. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 83/2014, PREGÃO N.º PMC 59/2014 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 83/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 83/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 83/2015. Data de assinatura: 22/06/2015. Contratada: LOURIVAL PAUL-ME, CNPJ n.º 85.165.280/0001-40. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 31.601,20. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 83/2014, PREGÃO N.º PMC 59/2014 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 84/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 84/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 84/2015. Data de assinatura: 22/06/2015. Contratada: IHM AUTO MECANICA LTDA, CNPJ n.º 00.260.036/0001-04. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 31.086,30. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 83/2014, PREGÃO N.º PMC 59/2014 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 85/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 85/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 85/2015. Data de assinatura: 22/06/2015. Contratada: CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP, CNPJ n.º 72.135.908/0001-13. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 12.464,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 83/2014, PREGÃO N.º PMC 59/2014 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 86/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 86/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 86/2015. Data de assinatura: 24/06/2015. Contratada: ADRIANO KLOCK - ME, CNPJ n.º 18.706.306/0001-23. Objeto Contratado: CREDENCIAMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 4.800,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 114/2015, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 13/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 087/2015

DECRETO No 087, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Regulamenta a Lei no 3.170 de 13 de maio de 2015, que institui o Programa de Adoção de Equipamentos Públicos, de Esportes e Áreas Verdes - PAEP, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º As entidades da sociedade civil, as associações de moradores, as sociedades de amigos, clubes, ONGs, entidades beneficentes, APP de Escolas e as empresas (indústria, comércio, prestador de serviços), interessadas em participar do Programa de Adoção, Equipamentos Públicos, de Esportes e Áreas Verdes - PAEP, adotando os bens públicos descritos no Anexo Único do presente Decreto, deverão apresentar carta de intenção, indicando a área pública de seu interesse, perante a Comissão do PAEP, que será indicada pelo Chefe do Poder Executivo e composta pelos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura; e

IV - 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes.

§ 1º Caberá à Comissão do PAEP instruir o adotante com informações acerca da natureza da área pública e informações sobre seu estado de conservação, ficando sob responsabilidade da Comissão, a avaliação e aprovação da carta de intenção apresentada para posterior assinatura do Convênio e desenvolvimento do projeto.

§ 2º Deverão ser obtidas as prévias manifestações do Conselho Municipal de Política Cultural, quando se tratar de área tombada ou em processo de tombamento ou localizada na área envoltória de bem tombado, e do CONDEMAS, no caso de Área Verde, para posterior assinatura do Convênio e desenvolvimento do projeto.

Art. 2º Um ou mais adotantes e/ou interessados poderão adotar um bem público na sua totalidade ou em partes, desde que o projeto seja aprovado pela Comissão do PAEP.

Parágrafo único. Os adotantes da Praça Pedro Lelis da Rocha, Praça Achilles D'Agnoluzzo e Calçadão, deverão obrigatoriamente adotar concomitantemente uma Escadaria do Município de Capinzal.

Art. 3º Quando dois ou mais adotantes tiverem a intenção de adotar um único bem público na sua totalidade, a escolha do adotante deverá ser fundamentada, observando-se, pela ordem, os seguintes critérios:

I - natureza dos serviços propostos, contemplando:

a) adaptação do projeto:

1. às pessoas portadoras de necessidades especiais;

2. às pessoas idosas e às crianças;

b) maior quantidade de utilidades reversíveis ao patrimônio público;

c) menor prazo para a implementação do projeto e maior prazo de sua manutenção;

d) comprovação de efetiva participação da comunidade circunvizinha da área adotada no projeto;

e) destinação de área específica para recuperação da vegetação nativa;

II - menor número de placas publicitárias;

III - no caso de igual número de placas, o projeto com placas de menor dimensão;

IV - empresas e/ou entidades com maior tempo em atividade no Município de Capinzal.

Parágrafo único. No caso de empate, será realizado sorteio em data, hora e local divulgados no Mural Público do Município.

Art. 4º A cooperação será formalizada por meio de convênio, cujo termo será lavrado pela Procuradoria Municipal.

Parágrafo único. Os termos de convênio deverão conter cláusulas definindo a área, a descrição dos serviços a serem prestados, o prazo de duração, que não poderá exceder a 60 (sessenta) meses, o número e as dimensões das placas indicativas da cooperação permitidas, a proibição de transferência do termo a terceiros, a previsão de rescisão a qualquer tempo, motivada em razões de interesse público ou descumprimento do acordo, independentemente de prévia notificação e imediata retirada das placas, e outras que sejam necessárias à proteção do interesse público.

Art. 5º A colocação de placas indicativas da cooperação será permitida, observadas as seguintes condições:

I - em se tratando de Praças e Canteiros, será permitida a afixação de placas com dimensões máximas de até 0,60m de altura x 0,80m de largura;

II - em se tratando de Trevos e/ou Canteiros Centrais de Vias Públicas, será permitida a afixação de placas de até 0,60m de altura x 0,80m de largura, desde que não atrapalhe a visibilidade do trânsito, respeitando as normas da legislação vigente do Código Brasileiro de Trânsito.

III - em se tratando de Equipamentos Públicos de Esportes e Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, será permitida a afixação de placas de até 1,00m de altura x 3,00m de largura.

IV - em se tratando de Área Verde, será permitida a afixação de placas de até 0,80m de altura x 1,00m de largura.

V - a placa deverá fazer menção à cooperação, com os seguintes dizeres:

a) "Esta praça/praca de esportes/área verde foi adotada por .....", com as cores livres, podendo conter a razão social ou o nome fantasia, a logomarca, o endereço e o telefone do adotante, desde que não ultrapasse 80% (oitenta por cento) da dimensão da placa; e

b) "Prefeitura Municipal de Capinzal - Programa - Adote uma Praça", quando se tratar de praça pública, ou "Prefeitura Municipal de Capinzal - Programa Adote um Equipamento Público Esportivo", quando se tratar de praça de esportes, ou, ainda, "Prefeitura Municipal de Capinzal - Programa Adote uma Área Verde", no caso de áreas de preservação permanente.

VI - os equipamentos publicitários poderão ser luminosos ou iluminados, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, vedada a colocação de placas sobre os passeios de pedestres;

VII - os gastos com a instalação dos equipamentos publicitários e com o fornecimento de energia elétrica serão de responsabilidade da adotante.

Art. 6º Independentemente de iniciativa dos particulares, interessados e/ou adotantes, as Secretarias Municipais e a Comissão do PAEP poderão iniciar o processo, objetivando obter a cooperação para a conservação de áreas públicas, indicando a área, os serviços pretendidos e o número máximo de placas permitidas para o local, observadas as disposições deste decreto.

Art. 7º Encerrada a cooperação por decurso do prazo de vigência



ou por rescisão, qualquer benfeitoria dela decorrente integrará o patrimônio público, não tendo o adotante direito de retenção ou indenização a qualquer título.

Art. 11. Art. 8o Os serviços a serem realizados em razão do convênio deverão ser acompanhados, controlados e fiscalizados pela Comissão do PAEP, de modo que não venham a ser desvirtuados ou causar prejuízo ao interesse público.

Art. 9o As situações não dispostas neste decreto ficarão sob a responsabilidade, avaliação, análise, deliberação e aprovação da Comissão do PAEP.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em, 25 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### ANEXO ÚNICO

#### BENS PÚBLICOS A SEREM ADOTATOS

- I. Calçada do Centro da Cidade;
- II. Praça Pedro Lelis da Rocha;
- III. Praça Achilles D'Agnoluzzo;
- IV. Praça defronte a Delegacia, com escada;
- V. Parque de Exposições Domingos Pellizzaro;
- VI. Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito;
- VII. Canteiros e floreiras defronte ao Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli;
- VIII. Trevo defronte à BRF - Brasil Foods;
- IX. Trevo da Entrada para a Vila Sete de Julho;
- X. Trevo de Capinzal à Piratuba;
- XI. Escadaria da Rua Carmelo Zóccoli à Rua Frei Tito Olivetto;
- XII. Escadaria da Rua Luiz Faversoni à Rua Luiz Lancini;
- XIII. Escadaria "Orestes Francisco Antunes" situada na Rua Adelmo Biavatti, da Rua XV de Novembro à Rua Vereador Aparício Ribeiro;
- XIV. Escadaria da Rua Nereu Ramos à Rua Agenor Trancoso;
- XV. Escadaria "Ludovico Maestri", da Rua Nereu Ramos à Rua Leonardo Spadini;
- XVI. Escadaria do Acesso à Cidade Alta à Rua Máximo Toaldo, acima da Delegacia;
- XVII. Escadaria da Rua Rosa Ferro Viecceli, ao lado da Igreja Assembléia de Deus;
- XVIII. Escadaria da Rua José Cadorin à Rua Célio Rocha, próximo ao Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli;
- XIX. Escadaria da Rua dos Almeidas à Avenida José Leonardo Santos no Loteamento Fernanda.
- XX. Área Verde da Rua Hermes Sartori, na Vila Sezinando;
- XXI. Área Verde da Rua Alvice Caldart, no Loteamento Gomercinco Pedro Andrioni;
- XXII. Área Verde da Rua Lindamir Justina Vaccari, no Loteamento Jacob Dorini;
- XXIII. Área Verde da Rua Atilio Barison, no Loteamento Jacob Dorini;
- XXIV. Área Verde da Rua Ivo Giumbelli, no Loteamento Masson;
- XXV. Área Verde da Rua Batista Tonial, no Bairro São Cristóvão;
- XXVI. Área Verde do Acesso Cidade Alta, no Loteamento Colina, Bairro São Cristóvão;
- XXVII. Área Verde da Rua João Tonini, no Loteamento Colina, Bairro São Cristóvão;
- XXVIII. Área Verde da Rua Máximo Rosseti, no Loteamento Colina, Bairro São Cristóvão;

- XXIX. Área Verde da Rua Vilmar José Pereira, no Loteamento Colina, Bairro São Cristóvão;
- XXX. Área Verde da Rua João Batista Serena, no Loteamento Luiz Antonio MR, Bairro São Cristóvão;
- XXXI. Área Verde da Rua Danilo Galileu Cauduro Piccoli, no Loteamento Dona Alda, Bairro São Cristóvão;
- XXXII. Área Verde da Rua Maria Lúcia Toaldo, Loteamento Dona Alda, Bairro São Cristóvão;
- XXXIII. Área Verde da Rua Ermelinda D. Thomazoni, Loteamento Bairro Lar Imóveis, Bairro São Cristóvão;
- XXXIV. Área Verde da Rua José Leonardo Santos, Loteamento Vila Nova, no Bairro São Cristóvão;
- XXXV. Área Verde da Rua Adolfo Bazzi, Loteamento Vila Nova, no Bairro São Cristóvão;
- XXXVI. Área Verde da Rua Sady Domingos Brancher, Loteamento Arco Iris, no Centro;
- XXXVII. Área Verde da Rua Máximo Toaldo, no Centro;
- XXXVIII. Área Verde da Rua Célio Rocha, Loteamento Poggere, no Centro;
- XXXIX. Área Verde da Rua Vitório Bernardi, no Bairro São Cristóvão;
- XL. Área Verde da Rua Paulino Hermes Teixeira, no Bairro São Cristóvão;
- XLI. Área Verde da Rua Luiz Gonzaga Bettin, no Loteamento Bairro Lar Imóveis, no Bairro São Cristóvão;
- XLII. Área Verde da Rua Civiriano Lopes de Abreu, no Loteamento Bairro Lar Imóveis, no Bairro São Cristóvão;
- XLIII. Área Verde da Rua Ruites Valmir Andrioni, no Bairro São Cristóvão;
- XLIV. Área Verde da Rua Francisco Helt, no Loteamento Campioni, no Bairro São Cristóvão;
- XLV. Área Verde da Rua Domingos Omizollo, Centro.
- XLVI. Área Verde da Rua Cantídio da Silva Azevedo, no Loteamento Maximiliano Toaldo, Centro;
- XLVII. Área Verde da Rua Achilles D'Agnoluzzo, no Loteamento Santa Fé;
- XLVIII. Área Verde da Rua José Savi, no Loteamento Universitário;
- XLIX. Área Verde da Rua Alcino José da Silva, no Loteamento São Roque;
- L. Área Verde da Rua Laudo Viccari, no Loteamento São Roque;
- LI. Área Verde da Rua Pedro Paggi, no Loteamento Maiara;
- LII. Área Verde da Rua José de Jesus, no Loteamento Dona Mafalda, Centro;
- LIII. Área Verde da Rua Alexandre Zampieri, no Loteamento João Lanhj, no Bairro São Cristóvão;
- LIV. Área Verde da Rua Simão Pereira de Lima, no Loteamento José Varela, no Bairro São Cristóvão;
- LV. Área Verde da Rua José Névio Savi, no Loteamento Verdes Campos, no Bairro São Cristóvão;
- LVI. Área Verde da Rua José Leonardo Santos, Loteamento Vila Nova, no Bairro São Cristóvão;
- LVII. Área Verde da Rua Adelino Vandelino Redin, no Loteamento Verdes Campos, no Bairro São Cristóvão.

**Lei Complementar 184/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento no Município de Capinzal.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I  
DA FUNDAMENTAÇÃO****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação do Plano Diretor, são aplicáveis a toda a extensão territorial da Área Empresarial do Município, bem como ao seu entorno, numa distância de 500 (quinhentos metros).

Art. 2º O Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal é o instrumento básico da política de desenvolvimento empresarial do Município e integra o processo de planejamento municipal, estando previsto na alínea “b” do inciso II do artigo 2º da Lei nº 2.786/2007, que dispõe sobre a política de desenvolvimento econômico do município.

Parágrafo único. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal.

Art. 3º Integram o Plano Diretor, na condição de disciplinas subsidiárias, as seguintes leis:

I – Lei Orgânica do Município de Capinzal;

II – Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade;

III – Lei nº 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano;

IV – Plano Físico e Territorial Urbano do Município de Capinzal, composta pelo Código de Posturas, Lei do Parcelamento do Solo, Código de Obras e Lei do Plano;

V – Lei nº 2.786/2007 – Lei da política de desenvolvimento econômico, incentivos fiscais e estímulos econômicos;

VI - Decreto nº 183, de 4 de dezembro de 2014, que aprova o Regimento Interno da Área Empresarial do Município de Capinzal.

§ 1º Além das leis integrantes do Plano Diretor, já referidas nos incisos do caput, serão complementares ao Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal as legislações supervenientes que venham a ser aprovadas para fins de regulação do parcelamento e utilização do solo urbano para fins empresariais, desde que tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal.

§ 2º O Plano Diretor da Área Empresarial será gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico ou por outro órgão municipal que vier a sucedê-la em suas atribuições, acompanhados do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria Comércio e Turismo (INCOTUR).

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Art. 4º A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:

I – função social da cidade;

II – função social da propriedade;

III – sustentabilidade;

IV – gestão democrática e participativa.

Art. 5º A função social da cidade, no Município de Capinzal, corresponde ao direito à cidade, nele compreendidos os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade ao trabalho, à cultura e ao lazer.

Art. 6º Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:

I – intensidade de uso adequada à disponibilidade da infra-estrutura urbana empresarial de equipamentos e serviços, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado nesse Plano e na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo;

II – uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio cultural, histórico e arqueológico;

III – aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança, adequados aos fins empresariais da área ao qual pertence.

Art. 7º Para os fins desse Plano Diretor e da legislação pertinente, considera-se sustentabilidade o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art. 8º A gestão democrática incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.

**CAPÍTULO III  
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR DA ÁREA EMPRESARIAL**

Art. 9º O Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal é o instrumento básico da política de desenvolvimento empresarial, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, visando à orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento às aspirações da comunidade, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições que se instalarão na Área Empresarial, na qualidade de Comodatários, e o Poder Público Municipal, através da Prefeitura Municipal de Capinzal, na qualidade de Comodante.

Art. 10. São objetivos gerais do Plano Diretor da Área Empresarial de Capinzal:

I – orientar a política de desenvolvimento dos Comodantes, considerando os condicionantes ambientais e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural, social e econômico da região e do Município, para o fim de fomentar a atividade econômica empresarial de forma sustentável;

II – garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda, com o desenvolvimento da atividade econômica na condição de força geradora do ciclo de economia local;

III – garantir a função social da propriedade urbana para fins empresariais, que prevalece sobre o exercício do direito de propriedade individual;

IV – promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano;

V – assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo ocorra de forma planejada e participativa;

VI – estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação, implementação e avaliação das políticas

públicas;

VII – garantir a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico;

VIII – garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana;

IX – prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

X – permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade.

Art. 11. Os objetivos do Plano Diretor serão atendidos com base na implementação de políticas setoriais integradas para ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

## TÍTULO II

### DAS DIRETRIZES SETORIAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

##### DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Art. 12. A política de promoção do desenvolvimento empresarial de Capinzal terá por fim a proteção do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 13. Na política de desenvolvimento social e econômico devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I – fortalecer e atrair novos setores empresariais para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional, estimulando o fortalecimento das cadeias produtivas do Município;

II – criar a política de incentivo à implantação de indústrias;

III – incentivar o empreendedorismo, a partir da identificação de vazios econômicos no município, através de ferramentas de geografia de mercado;

IV – consolidar o setor industrial do município como espaço físico, disciplinando a ocupação e a expansão deste;

V – fortalecer as atividades comerciais do município através da estruturação e consolidação do centro empresarial tradicional;

VI – apresentar alternativas ao micro e pequeno empresário de como explorar seu nicho de mercado de forma racional, ambientalmente correta e lucrativa;

VII – incentivar o ensino e a pesquisa, promovendo planos conjuntos com instituições de ensino superior da região.

Art. 14. Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar a atividade empresarial como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município visando a ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos da atividade empresarial para o Município, aumentando a taxa média de permanência das empresas no município, bem como o lapso de existência das empresas.

Art. 15. Para a promoção da atividade empresarial no Município devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I – otimizar o aproveitamento econômico do potencial empresarial do Município, como fonte de empregos e geração de renda;

II – consolidar a atividade empresarial situando-a, preferencialmente, geograficamente na Área Empresarial.

#### CAPÍTULO II

##### DA POLÍTICA SOCIAL DE FOMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Art. 16. Para fins de integração e fundamentação da Política Social

de Fomento da Atividade Empresarial, o Plano Diretor Empresarial deverá ser complementado anualmente com:

I – diagnóstico das condições empresariais no Município;

II – cadastro das áreas de risco ocupadas na atividade empresarial do Município;

III – identificação das demandas empresariais por região do município e natureza das mesmas;

IV – objetivos, diretrizes e ações estratégicas para a Política Municipal de Fomento da Atividade Empresarial definida nesta Lei;

V – definição de metas de atendimento da demanda, com prazos, priorizando as áreas que se encontrem mais carentes.

#### CAPÍTULO III

##### DA MOBILIDADE URBANA

Art. 17. Mobilidade urbana é o conjunto de políticas de transporte e circulação que visam a proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação das pessoas e das mercadorias, orientada para a inclusão social, atendendo, dentro do presente Plano Diretor, aos interesses específicos da atividade empresarial a ser realizada na Área Empresarial do Município.

Art. 18. O Sistema de Mobilidade Urbana é integrado pelo sistema viário e pelo transporte municipal, que devem articular as diversas partes do Município.

Art. 19. O Sistema Viário é constituído pela infra-estrutura física das vias e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais.

Parágrafo único. O Sistema Viário Municipal e suas diretrizes serão objeto de lei específica, que deverá integrar este Plano Diretor da Área Empresarial em um prazo de até 2 (dois) anos.

Art. 20. O Sistema de Transporte Municipal é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de mercadoria, abrigos, estações de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Art. 21. São objetivos do Sistema de Mobilidade Urbana:

I – priorizar a acessibilidade de pedestres, pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, ao transporte motorizado;

II – viabilizar o acesso ao transporte público para toda a população;

III – priorizar o transporte coletivo sobre o individual;

IV – reduzir a necessidade de deslocamentos dentro do município;

V – melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança internacional definidos pela comunidade técnica;

VI – promover a distribuição dos equipamentos em consonância com as demandas localizadas;

VII – adequar o sistema viário ao transporte coletivo;

VIII – promover a inclusão do Centro do município ao Núcleo Empresarial que se instalará na Área Empresarial Municipal.

#### TÍTULO III

##### DOS INSTRUMENTOS DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

#### CAPÍTULO I

##### DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 22. O ordenamento territorial consiste na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, no âmbito da Área Empresarial, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano empresarial e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

## CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 23. Para os fins do presente Plano Diretor, objetivando a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento empresarial municipal, serão utilizados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I – Instrumentos de planejamento:

- a) Plano Diretor Municipal;
- b) Plano Plurianual;
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Lei de Orçamento Anual;
- e) Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município;
- f) Lei de Parcelamento do Solo do Município;
- g) Código de Obras e Edificações;
- h) Código de Posturas;
- i) Planos de desenvolvimento econômico e social;
- j) Planos, programas e projetos setoriais;
- k) Programas e projetos especiais de urbanização;
- l) Instituição de unidades de conservação;
- m) Zoneamento Ecológico-Econômico;
- n) Sistema de Mobilidade Urbana;

II – Instrumentos jurídicos e políticos:

- a) Desapropriação;
- b) Servidão administrativa;
- c) Limitações administrativas;
- d) Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
- e) Instituição de unidades de conservação;
- f) Instituição de zonas especiais de interesse social;
- g) Concessão de direito real de uso;
- h) Concessão de uso especial para fins de moradia;
- i) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- j) Usucapião especial de imóvel urbano;
- k) Direito de superfície;
- l) Direito de preempção;
- m) Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- n) Transferência do direito de construir;
- o) Operações urbanas consorciadas;
- p) Regularização fundiária;
- q) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- r) Referendo popular e plebiscito;
- s) Legitimação de posse;

III – Instrumentos tributários e financeiros:

- a) Tributos municipais diversos;
- b) Taxas e tarifas públicas específicas;
- c) Contribuição de Melhoria;
- d) Incentivos e benefícios fiscais, de acordo com a Lei Municipal 2.786/2007;
- e) Doação de imóveis em pagamento da dívida;

IV – Instrumentos jurídico-administrativos:

- a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
- b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
- c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta;

V – Instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Conselhos municipais;
- b) Fundos municipais;
- c) Gestão orçamentária participativa;
- d) Audiências e consultas públicas;
- e) Conferências municipais;
- f) Iniciativa popular de projetos de lei;
- g) Referendo Popular e Plebiscito;

VI – Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo de impacto

de vizinhança (EIV).

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

§ 2º Os incentivos e benefícios fiscais citados no inciso III, alínea "d", do artigo supra, deverão se dar através de requerimento acompanhado dos seguintes documentos e informações:

I – estudo mercadológico: avaliação de ofertas e demandas, preços vigentes e projeção de preços e comportamento dos consumidores;

II – projetos arquitetônicos e demais projetos de engenharia;

III – os recursos a serem aplicados e as suas fontes;

IV – cronograma de implantação;

V – dados sobre a manutenção e/ou geração de empregos diretos ou indiretos e o incremento de renda;

VI – faturamento projetado;

VII – cópia dos atos constitutivos registrados na Junta Comercial e das respectivas inscrições, sendo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (CCICMS);

VIII – Licença ambiental emitida pelo órgão fiscalizador estadual ou municipal, se este oferecer os serviços, em se tratando de indústria ou prestadora de serviços já instalada e funcionando ou projeto ambiental específico, em se tratando de empresa nova; e

IX – Certidões negativas de débitos relativas à fazenda nacional, estadual, municipal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) referentes às empresa e de seus sócios.

Art. 24. Constituem objetivos gerais do ordenamento territorial do presente Plano Diretor da Área Empresarial:

I – Definir o perímetro urbano da Área Empresarial, com os seguintes desmembramentos:

a) Área Diretamente Afetada – ADA;

b) Área de Influência Direta – AID;

c) Área de Influência Indireta – AII;

II – organizar o controle do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas empresariais;

III – definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinadas atividades empresariais;

IV – definir diretrizes viárias;

V – qualificar os usos que se pretendem induzir ou restringir na Área Empresarial;

VI – combater e evitar a poluição e a degradação ambiental.

## CAPÍTULO III DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE DAS EDIFICAÇÕES

Art. 25. Permanece a legislação vigente, que poderá ser revisada em lapso temporal não superior a 1 (um) ano, por membros integrantes dos órgãos que compõem os instrumentos de democratização da gestão pública.

§ 1º Fica definido que o recuo frontal de cada edificação deve ser de 05 (cinco) metros, espaço este, para área de estacionamento de veículos de pequeno porte.

§ 2º Para cada empresa instalada, a mesma deverá ajustar área para Carga e Descarga de caminhões e carretas se necessário, dentro do terreno da própria empresa.

## CAPÍTULO IV DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 26. A instalação de obra ou atividade, potencialmente geradora de grandes modificações no espaço urbano e meio ambiente da Área Empresarial, dependerá da aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico devendo estar de acordo com a legislação vigente e pertinente para cada atividade.

Parágrafo único. Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte, a Junta de Avaliação, que se recomenda ser formada



por membros integrantes dos órgãos instrumentos de democratização da gestão social, dará parecer fundamentado acerca da atividade que se pretende instalar no local.

Art. 27. As atividades plenamente permitidas para instalação da Área Empresarial são:

I - atividades plenamente permitidas, submetidas a licenciamento ambiental ou à dispensa de licenciamento ambiental, pelo órgão ambiental estadual ou municipal com poder de fiscalização:

a) uso 1 (comércio atacadista):

1. armazéns gerais de estocagem;
2. distribuidoras;

b) uso 2 (comércio e serviços especiais):

1. revendas de caminhões e máquinas pesadas;
2. terminal Rodoviário;

c) uso 3 (infraestrutura):

1. antenas de Telefonia e outras, passíveis de análise e autorização pela Junta de Avaliação;

d) uso 4:

1. indústria de aparelhos e equipamentos elétricos, eletrônicos e de comunicação com exceção de pilhas baterias e acumuladores;
2. fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados à produção de papel ou papelão;
3. fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral (confeção);
4. fabricação de artigos de vestuário, artefatos de tecidos e acessórios de vestuário (confeção);
5. fabricação de massas alimentícias, doces em geral e produtos de padaria;
6. editoras e gráficas;
7. fabricação de produtos de perfumaria;
8. fabricação de velas;
9. vidraçaria e esquadrias;
10. funilaria;

II – atividades permissíveis, sujeitas a licenciamento ambiental específico para sua instalação e operação:

a) uso 5 (atividades de nível de incômodo 2):

1. fabricação de máquinas e artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação (metal-mecânica);
2. fabricação de máquinas e artigos de metal sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação (metal-mecânica);
3. fabricação de artigos de madeira para uso residencial, comercial ou industrial (fábrica de móveis e artigos do mobiliário);
4. fabricação de carrocerias, tanques e caçambas para caminhões;
5. fabricação de estruturas metálicas;
6. fabricação de artefatos de cimento/concreto;
7. lavanderia industrial;
8. fiação e tecelagem – sem tingimento;
9. ferro velho.”

Art. 28. As formas, os prazos, os elementos e demais requisitos que deverão estar contidos no licenciamento ambiental específico, para cada instalação ou atividade, ou grupo de instalações ou atividades, serão estabelecidos por Decreto.

Art. 29. Os órgãos competentes da Prefeitura, bem como a Junta de Avaliação, poderão definir outros tipos de estudos, caso a situação assim o exigir.

Art. 30. O Poder Executivo, baseado no Estudo de Impacto de Vizinhança, poderá negar autorização para realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às suas expensas, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade, tais como:

I – ampliação das redes de infra-estrutura urbana;

II – área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário

para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III – ampliação e adequação do sistema viário, transportes e trânsito;

IV – proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V – qualquer outra medida que seja do entendimento da municipalidade.

Art. 31. A elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança Ambiental não substitui o licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental requeridos nos termos da legislação ambiental, e deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – uso e ocupação do solo;

III – valorização imobiliária;

IV – impactos nas áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V – equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI – equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII – sistema de circulação e transporte, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII – poluição sonora, atmosférica e hídrica;

IX – ventilação e iluminação;

X – vibração;

XI – periculosidade (e segurança);

XII – riscos ambientais;

XIII – impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 32. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança, que ficarão disponíveis para consulta, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis após a publicação de aviso de seu recebimento, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

Art. 33. O órgão responsável pelo exame do licenciamento ambiental específico poderá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, para a qual serão especialmente convocados os moradores que possam ser afetados pelo empreendimento ou atividade a que se refere o licenciamento ambiental específico.

Art. 34. A empresa, órgão ou pessoa que descumprir as determinações desta Lei e iniciar empreendimento ou atividade, será notificado a paralisar as obras, sob pena de aplicação de multa diária, no valor determinado pelo órgão notificante, enquanto não o fizer. Parágrafo único. A obra só poderá ser reiniciada, após o cumprimento do disposto nesta Lei e obtiver manifestação favorável dos moradores afetados.

## CAPÍTULO V

### DAS MEDIDAS MITIGATÓRIAS E PREVENTIVAS

#### SEÇÃO I

#### DAS LICENÇAS PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO

Art. 35. Deverá proceder à qualquer instalação e operação de atividade empresarial, no âmbito da Área Empresarial de Capinzal, a solicitação, à SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia concessionária do sistema de águas do município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de Laudo de Viabilidade contendo a disponibilidade de conexão de água e volume médio mensal a ser utilizado pela empresa em sua atividade empresarial.

## SEÇÃO II DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA E DA COLETA DE RESÍDUOS

Art. 36. É obrigatória a instalação de cisternas e tecnologia de redução de consumo e reuso de água aos empreendimentos que solicitarem sua instalação e operação na Área Empresarial.

Art. 37. O Poder Público, através da Secretaria competente, é obrigado a realizar coleta de resíduos sólidos de Classe II, ao menos 3 (três) vezes por semana, em horários preferencialmente noturnos. § 1º Ao Poder Público incumbe a responsabilidade de manter recipientes para armazenamento dos resíduos Classe II, nas vias públicas da Área Empresarial, em número proporcional a, no mínimo, 1 (um) recipiente a cada 3 (três) empresas instaladas na via pública. § 2º A coleta dos resíduos de Classe I é de integral responsabilidade da Empresa instalada dentro da Área Empresarial.

## SEÇÃO III DA POLUIÇÃO

Art. 38. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade uma certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

- I – tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;
- II – zona e categoria de uso do local;
- III – horário de funcionamento do estabelecimento;
- IV – capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
- V – níveis máximos de ruídos permitidos;
- VI – laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;
- VII – descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
- VIII – declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Art. 39. Os limites máximos permissíveis de ruídos que poderão ser causados na Área Empresarial, na Área Diretamente Afetada (ADA), serão os seguintes:

Zona de Uso	Diurno	Vespertino	Noturno
ZI (Zona Industrial)	70 dB (A)	60 dB (A)	55 dB (A)

Parágrafo único. Para fins de aplicação da tabela acima declinada, ficam definidos os seguintes horários:

- I – diurno: compreendido entre 7h e 19h;
- II – vespertino: compreendido entre 19h e 22h;
- III – noturno: compreendido entre 22h e 7h.

Art. 40. Os limites máximos permissíveis de ruídos que poderão ser causados na Área de Influência Direta da Área Empresarial, serão os seguintes:

Zona de Uso	Diurno	Vespertino	Noturno
Zona Residencial (ZR)	60 dB (A)	55 dB (A)	50 dB (A)
Zona Agropecuária (ZA)	55 dB (A)	50 dB (A)	45 dB (A)

Parágrafo único. Para fins de aplicação da tabela acima declinada, ficam definidos os seguintes horários:

- I – diurno: compreendido entre 7h e 19h;
- II – vespertino: compreendido entre 19h e 22h;
- III – noturno: compreendido entre 22h e 7h.

Art. 41. Para os fins de atendimento dos parâmetros de segurança, em relação à poluição sonora, deverão ser adotadas, como medidas gerais de prevenção:

- I – insonorização de locais onde o ruído é significativo (uso de resguardos);

II – uso de painéis absorventes no revestimento de determinados locais;

III – insonorização dos locais de trabalho em relação ao exterior;

IV – substituição de equipamentos ou componentes a fim de reduzir os níveis de ruído;

V – utilizar máquinas e equipamentos que produzam menos ruídos ou enclausuramento dos mesmos, bem como planejar cronograma de manutenção das mesmas;

VI – uso de amortecedores em equipamentos ruidosos;

VII – caminhões com catalisadores para minimizar emissão;

VIII – plantio de árvores nos arredores para diminuir a propagação de poluentes;

IX – preferenciar as atividades no horário comercial.

Art. 42. A legislação específica embasará os procedimentos relativos à vibrações, periculosidade, efluentes, poluição hídrica e atmosférica, estando sujeitos à fiscalização do órgão fiscalizador competente.

## SEÇÃO IV DA ENERGIA ELÉTRICA

Art. 43. A instalação da rede pública na Área Empresarial é de responsabilidade do Poder Público municipal.

Art. 44. A compensação financeira descrita no artigo 37 da presente Lei Complementar, poderá ser estendida às empresas que utilizarem equipamentos e iluminação que diminua ou afete consideravelmente o consumo da energia elétrica.

Art. 45. A empresa que solicitar instalação e operação na Área Empresarial deverá apresentar projeto elétrico de acordo com as normas e diretrizes da CELESC, com prévia anuência da referida autarquia.

## SEÇÃO V DAS TELECOMUNICAÇÕES

Art. 46. É dever do Poder Público buscar a melhoria do sinal de celular na Área Empresarial.

## SEÇÃO VI DA SAÚDE

Art. 47. Fica autorizado, pela presente norma, o Poder Público Municipal, a destinar área específica de uso comum de ambulâncias e outros equipamentos móveis de saúde para atendimentos de urgência e emergência.

Art. 48. Fica autorizado o Poder Público Municipal a implantar o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) nas proximidades do empreendimento e dos novos loteamentos existentes na Área de Influência Direta – AID, a fim de atender as necessidades básicas de saúde dos trabalhadores da Área Empresarial e dos loteamentos vizinhos.

## SEÇÃO VII DA EDUCAÇÃO

Art. 49. Fica autorizado o Poder Público Municipal a instalar Creche Municipal nos arredores da Área Empresarial e da Área de Influência Direta – AID, a fim de atender as necessidades básicas da educação infantil da Área Empresarial e loteamentos vizinhos.

## SEÇÃO VIII DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

Art. 50. A Área Empresarial de Capinzal, a Área Diretamente Afetada (ADA), o entorno da Área Empresarial, a Área de Influência

Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII) são compostas pelos seguintes equipamentos urbanos:

I – circulação e transporte:

- a) estacionamento;
- b) logradouros públicos;

II – cultura e religião:

- a) cemitério;
- b) templo (igreja);

III – esporte e Lazer:

- a) clube;
- b) estádio;
- c) ginásio de esportes;

IV – infraestrutura:

- a) sistema de comunicação:
  - 1. correios;
  - 2. rádio e televisão;
  - 3. telefonia;
- b) sistema de energia elétrica;
- c) sistema de saneamento:
  - 1. abastecimento de água;
  - 2. esgotamento pluvial;
  - 3. limpeza urbana;
- d) segurança pública e proteção - Corpo de Bombeiros;
- e) abastecimento:
  - 1. armazém, silo;
  - 2. posto de abastecimento de combustíveis;
  - 3. supermercado;
- f) administração pública - Sede dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- g) assistência social:
  - 1. centro social, comunitário;
  - 2. creche;
- h) educação:
  - 1. escola;
  - 2. escola técnica;
  - 3. universidade;
- i) saúde – Unidade Básica de Saúde;
- j) centro de reabilitação de doenças laborais.

#### TÍTULO IV

#### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA

##### CAPÍTULO I

##### DOS OBJETIVOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA EMPRESARIAL

Art. 51. A gestão urbana é um processo que tem como objetivo, nortear e monitorar, de forma permanente e democrática, o desenvolvimento empresarial de Capinzal, em conformidade com as determinações do Plano Diretor, dos demais instrumentos de política urbana e do planejamento municipal.

Art. 52. A gestão se dará em consonância com as prerrogativas da democracia representativa e participativa, envolvendo o poder executivo, legislativo e a sociedade civil organizada.

Art. 53. No processo de gestão participativa, o poder público municipal exercerá o papel de:

- I – indutor, catalisador e mobilizador da fomentação empresarial;
- II – articulador e coordenador, em assuntos de sua competência, da ação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais concernentes à atividade empresarial;
- III – fomentador do desenvolvimento das atividades empresariais do município;
- IV – incentivador da organização da sociedade civil, na perspectiva de ampliação dos canais de participação do empresariado municipal; e
- V – coordenador do processo de formulação de planos, programas e projetos para o desenvolvimento empresarial.

##### CAPÍTULO II

##### DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 54. O Sistema de Planejamento e Gestão Empresarial compreende os canais de participação da sociedade na formulação de estratégias e gestão municipal da política empresarial.

Art. 55. O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal tem como principais objetivos:

- I – garantir a eficácia, eficiência e efetividade da gestão na melhoria da qualidade de vida dos empresários municipais;
- II – garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor da Área Empresarial, na formulação e aprovação dos programas e projetos para a implementação e na indicação das necessidades de detalhamento, atualização e revisão do mesmo;
- III – garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política empresarial municipal, de forma continuada, permanente e dinâmica.

##### SEÇÃO I

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Art. 56. O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo é o órgão de aconselhamento das políticas e diretrizes para o aumento da atividade empresarial.

Parágrafo único. O INCOTUR terá como atribuição prioritária: garantir, dentro do Plano de Desenvolvimento Empresarial, a organização da comunidade de empresários em consonância com as diretrizes emanadas do Plano Diretor de Capinzal.

##### SEÇÃO II

##### DAS ATRIBUIÇÕES DO INCOTUR NA ÁREA EMPRESARIAL

Art. 57. O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo tem como principais atribuições na Área Empresarial:

- I – examinar a viabilidade dos requerimentos de instalação e operação de empresas na Área Empresarial;
  - II – estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor do Condomínio Empresarial;
  - III – estabelecer o destino das verbas advindas da aplicação dos instrumentos previstos no Plano Diretor da Área Empresarial.
- Parágrafo único. O Fundo Municipal do Plano Diretor da Área Empresarial, criado com esta lei, tem caráter permanente.

##### SEÇÃO III

##### DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Art. 58. O Executivo manterá atualizado um Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal de Atividade Empresarial, produzindo os dados necessários, com a frequência definida.

§ 1º O Sistema de Informações Municipais deve conter os dados sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros dados da Área Empresarial, de relevante interesse para o Município.

§ 2º O Sistema de Informações Municipais deve, progressivamente, dispor os dados de maneira georreferenciada e em meio digital.

§ 3º O Sistema tem como objetivo fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor da Área Empresarial.

##### CAPÍTULO III

##### DO FUNDO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DA ÁREA EMPRESARIAL

Art. 59. Fica criado o Fundo Municipal do Plano Diretor, constituído



de recursos provenientes de:

- I – recursos próprios do Município;
- II – dotações orçamentárias da União ou do Estado do Santa Catarina a ele destinados;
- III – empréstimos de operações de financiamento internos ou externos;
- IV – transferências de instituições privadas;
- V – transferências de entidades internacionais;
- VI – transferências de pessoas físicas;
- VII – acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VIII – receitas provenientes de Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso na Área Empresarial;
- IX – receitas provenientes da Concessão do Direito de Superfície na Área Empresarial;
- X – rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;
- XI – doações;
- XII – outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

Art. 60. A liberação de recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor será feita através do Gestor do Fundo.

Art. 61. Os recursos destinados ao Fundo Municipal do Plano Diretor deverão ser utilizados na consecução das diretrizes e objetivos elencados neste Plano Diretor e aplicados prioritariamente em infra-estrutura e equipamentos públicos.

Art. 62. Os recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor poderão ser aplicados diretamente pelo Município ou repassados a outros fundos e agentes públicos ou privados, mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo.

#### CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

Art. 63. De acordo com aos princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor da Área Empresarial assegura a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, na perspectiva da formulação, implementação, gestão participativa, fiscalização e controle social, mediante os seguintes instrumentos:

- I – debates, audiências e consultas públicas;
- II – conferências;
- III – conselhos;
- IV – estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;
- V – projetos e programas específicos;
- VI – iniciativa popular de projetos de lei;
- VII – orçamento participativo;
- VIII – assembleias de planejamento e gestão territorial.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico juntamente com a Secretaria de Planejamento são instrumentos de planejamento permanente, incumbidos das revisões, adaptações, correções das metas, planos e projetos previstos no Plano Diretor.

Art. 64. Além dos instrumentos previstos nesta Lei Complementar, o Poder Público Municipal poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Art. 65. A participação de toda população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público Municipal.

Art. 66. A informação acerca da realização dos Debates, Conferências, Audiências Públicas e Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial serão garantidas por meio de veiculação nas rádios e jornais locais, podendo ainda, serem utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

#### TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. O Executivo, após a promulgação desta Lei Complementar, deverá dar provimento às medidas de implementação das diversas diretrizes que a integram, bem como de instituição dos instrumentos previstos, respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos para cada caso.

Art. 68. No prazo máximo de 2 (dois) anos após a promulgação desta Lei, deverá o Plano Diretor da Área Empresarial Municipal de Capinzal ser avaliado quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes e instrumentos e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do município, procedendo-se às atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

Art. 69. Os projetos de parcelamento do solo e de obras, aprovados nos termos da legislação anterior à vigência desta Lei Complementar, perderão sua validade se não tiverem iniciada sua execução no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, considera-se iniciada a execução quando parte significativa do projeto já estiver realizada, como as fundações, nas obras, e a abertura das vias de circulação, nos loteamentos.

Art. 70. Fica alterada a redação da alínea "a", do inciso II, do art. 6, da Lei nº 2.786, de 14 de dezembro de 2007, que passa a vigor com a seguinte redação:

"art. 6º...

II - ...

a) concessão de direito real de uso de imóveis com ou sem benfeitorias, inclusive infraestrutura e instalações, pelo prazo de dez (10) anos, podendo ser prorrogado por outros cinco (5)."

Art. 71. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 72. Revoga-se a Lei Complementar nº 181, de 10 de junho 2015.

Capinzal, em 25 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PMC ERRATA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0124/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0074/2015****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 1771, página 124, do dia 26/06/2015, no Aviso de Licitação, referente ao Processo Licitatório nº 0124/2015 Pregão Presencial 0074/2015;

Onde se lê:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 26/06/2015.

Leia-se:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 09/07/2015.

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0125/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0075/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0125/2015

Pregão Presencial Nº 0075/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço gráfico (impressão) do livro intitulado "Capinzal Cidade do Meu Coração", de acordo com os quantitativos e as características indicadas. Com Recursos da MAESA e Municipais.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 10/07/2015, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 29 de junho de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PORTARIA 516/2015**

PORTARIA Nº 516, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1037/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional ao servidor Hilton de Vargas, matrícula nº 329193/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, nível 79, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 79, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 518/2015**

PORTARIA Nº 518, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1260/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Ana Paula Tedesco Nora, matrícula nº 326526/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 519/2015**

PORTARIA Nº 519, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1249/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Jessica Alves, matrícula nº 329800/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 520/2015**

PORTARIA Nº 520, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1248/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Gisele Siepmann, matrícula nº 329002/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 521/2015**

PORTARIA Nº 521, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1252/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Rosangela Francisca Serpa, matrícula nº 332950/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 522/2015**

PORTARIA Nº 522, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1255/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Lucimara de Lima, matrícula nº 323934/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 523/2015**

PORTARIA Nº 523, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1254/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Claudia Aparecida da Silva, matrícula nº 322067/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 524/2015**

PORTARIA Nº 524, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1253/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Silvana Aparecida Antunes, matrícula nº 333352/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 525/2015**

PORTARIA Nº 525, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1154/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Nercy Rodrigues da Silva, matrícula nº 316539/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 526/2015**

PORTARIA Nº 526, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1122/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Derci Schmidt Soares Machado de Mello, matrícula nº 322288/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 527/2015**

PORTARIA Nº 527, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1265/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Luci Salete Furtado Maciel, matrícula nº 313599/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 528/2015**

PORTARIA Nº 528, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 143/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Rocyana Brandão, matrícula nº 332828/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças



**portaria 529/2015**

PORTARIA Nº 528, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 198/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Rocyana Brandão, matrícula nº 332828/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 530/2015**

PORTARIA Nº 530, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 227/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Gabriela Conceição Soccol, matrícula nº 328855/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I

da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 531/2015**

PORTARIA Nº 531, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Janete Lucia Bevilacqua, matrícula nº 323241/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/24/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/24/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0222/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Confeção de Paredes em gesso acartonado, instalação de forro em gesso estruturado, fornecimento e instalação de tabicas, portas internas e divisórias leves em PVC.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 10 de julho de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 29 de junho de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

CONTRATO: 99/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2015

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, brasileira, Prefeita Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administradora/Contratante, e a empresa:

OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ: 01627484/0001-66, sito à RUA FELIPE SCHMITD 2070 – CENTRO - CAPINZAL, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. EDICARLOS POGGERE, inscrita pelo CPF: 018631599-67, residente e domiciliado em CAPINZAL.

#### 1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REPERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII.

#### 2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

#### 2.2 - DOS ITENS

#### 3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar os itens nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

3.2 – Entregar os produtos e Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado;

3.3 – Entregar somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

3.4 -Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

3.5 -Entregar os produtos e serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente, de acordo com a proposta apresentada.

2.6 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de vinte e quatro horas.

2.7 Entregar e/ou prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

2.8 - Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

2.9 Cumprir todas as exigências contidas no item 7 (DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA) do edital de Registro de Preços, sob Pregão

Presencial 34/2014 – Proc: 52/2014.

#### 4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

#### 5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o objeto requisitado em até 1 dia útil do recebimento da requisição (A.F) de Prestação de Serviços.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos (quando for o caso), bem como dos serviços que prestarem.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

#### 6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos será efetuado até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

#### 7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**8. DAS SANÇÕES**

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9. VIGÊNCIA**

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 26/06/2015 à 26/06/2016.

**10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

**11. DESPESA**

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2015:

PROJETO/ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
-------------------	--------------------

25 3.3.90.00.00.00.00.00.0002	SECRETARIA DE CIDADE E MEIO AMBIENTE
26	
4.4.30.00.00.00.00.00.0002	

**12. RESCISÃO**

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

**14. DO FORO**

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 26 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITA MUNICIPAL  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

\_\_\_\_\_  
PREGOEIRA  
LARISSA FABIANE DE OLIVEIRA

\_\_\_\_\_  
MEMBRO EQUIPE DE APOIO  
DANILO DA SILVA

\_\_\_\_\_  
MEMBRO EQUIPE DE APOIO  
JEAN RIBEIRO

\_\_\_\_\_  
JOÃO GUILHERME BISCARO  
ASSESSOR JURIDICO  
OAB/SC 28375  
DETENTOR:

\_\_\_\_\_  
OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA – EPP  
EDICARLOS POGGERE

\_\_\_\_\_  
FISCALIZADORES DO CONTRATO:

\_\_\_\_\_  
MARCIANO SANTOS DA SILVA  
SECRETARIO DA CIDADE E MEIO AMBIENTE

\_\_\_\_\_  
CELIO FERRI  
CHEFE DE GABINETE



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/ FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.  
Assinatura: 17/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 24.922,50 (vinte e quatro mil novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/ FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.  
Assinatura: 17/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 41.250 (quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: INNO INFORMÁTICA LTDA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do sul.  
Assinatura: 24/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 42.640,00 (quarenta e dois mil seiscentos e quarenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul .  
Assinatura: 24/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 79/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: ANGELO DEMO - ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.  
Assinatura: 24/06/2015  
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.  
Valor: R\$ 37.485,00 (trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de uma Motocicleta nova, com baú e capacetes para uso do setor de fiscalização de Obras e posturas conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/07/2015.

Abertura: dia 17/07/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 26 de Junho de 2015.

MAURI MARAN

Secretária Municipal de Urbanismo e Obras

### **AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

Pregão Presencial Nº 67/2015 - PMC

AVISO DE SUSPENSÃO

Objeto: Aquisição de plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais, a ser instalada na Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Comunicamos às licitantes que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO temporariamente em face à Impugnação ao Edital. Assim que o processo for concluído, publicaremos novas datas e prazos.

Concórdia, SC, 26 de junho de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 510/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 510/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ADEMIR DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, ao servidor ADEMIR DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio

– período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 511/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 511/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora HAIDE GOSSENHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Escrivário, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2001 a 11 de março de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 512/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 512/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CELIO MAIER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, ao servidor CELIO MAIER, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 7 de janeiro de 2007 a 6 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 513/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 513/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2015, à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 514/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 514/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora FERNANDA VERONESE KLEIN.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de julho, agosto e setembro de 2015, à servidora FERNANDA VERONESE KLEIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 36684-07, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 515/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 515/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANA MARIA POLINA MOY.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora ANA MARIA POLINA MOY, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 93084-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 516/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 516/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VERO-  
NICA SALETE BORTOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora VE-  
RONICA SALETE BORTOLI, ocupante do cargo de Agente de Servi-  
ços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assidui-  
dade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo  
efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de maio de  
2010 a 1º de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 517/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 517/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DE-  
NISE BRUSCO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2015, à servidora DE-  
NISE BRUSCO, ocupante do cargo de Escrevente, 1 (um) mês de  
licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia,

equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio  
– período aquisitivo de 19 de abril de 2010 a 18 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 518/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 518/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Altera expressão constante do art. 1º do Decreto nº 228/2011, de  
28 de fevereiro de 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, e considerando a CI DRH 379/2015, de 27  
de maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão “1º de março de 2011” para: “11  
de abril de 2011”, constante no art. 1º do Decreto nº 228/2011,  
de 28 de fevereiro de 2011, que nomeia ELIAMARA DA COSTA no  
cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 519/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 519/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Nomeia ADRIAN CHRISTHOFFER STEIL no cargo de Encarregado  
da Seção de Educação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212,  
de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADRIAN CHRISTHOFFER STEIL,  
para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Educação So-  
cial – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania

e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 5979

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.979, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, “e”, c/c o disposto no art. 5º, “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 450,00m², necessária para abertura de rua, ligando os Loteamentos Merlo e Portinari, de propriedade de Dilvana Rita Tafarel Sandrin, caracterizada como: lote urbano nº 27, da quadra “K”, do Loteamento Portinari, sem benfeitorias, situado na Rua “H”, Bairro Parque de Exposições, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 16.649, Livro nº 2 – “BS”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a IX Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar a IX Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de discutir, no âmbito da região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, as políticas públicas de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º A Conferência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 8 de julho de 2015, das 13h30min às 17h, no Auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, localizado na Rua João Zanardi, 330, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na AMAUC, situada na Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3482-3500.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 11º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 11 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.  
Vigência : Início: 17/06/2015 Término: 09/09/2016  
Assinatura : 17/06/2015  
Valor R\$ : 22.947,86 (Vinte e Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001



**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 120/2015 -PMC**

Contrato Nº : 120/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : acréscimo/supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALVEMAR ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2015

Objeto : a) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou estruturas pré-moldadas de concreto, para construção de 3 (três) Galpões e estrutura para caixa d'água em regime de empreitada global (material e mão de obra);b) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou irrigação e drenagem para construção de cisterna, em regime de empreitada global (material e mão de obra);2.1.1. As obras deverão ser executadas no Parque de Exposições, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D e E do Edital.

Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 07/08/2015

Assinatura : 24/06/2015

Valor Acrescido R\$: 32.765,18 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais e Dezoito Centavos)

Valor Suprimido R\$: R\$1.500,00(um mil e quinhentos reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2015-PMC**

Contrato Nº : 185/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 26/2015

Objeto : Locação de um imóvel, com 301,61m², localizado na Rua do Comércio, nº 408, Centro, neste Município, onde já se encontra instalada a Secretaria Municipal de Agricultura.

Vigência : Início: 20/06/2015 Término: 20/07/2015

Assinatura : 19/06/2015

Valor R\$: 2.912,15 (Dois Mil, Novecentos e Doze Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903910000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2015-PMC**

Contrato Nº : 186/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GENTE SEGURADORA S.A

Licitação : Pregão Presencial 55/2015

Objeto : Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 30/06/2016

Assinatura : 22/06/2015

Valor R\$: 39.800,00 (Trinta e Nove Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 22 - 04.001.2009.333903969000000.01800000

Dotação : 34 - 05.001.2010.333903969000000.01000001

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903969000000.01010000

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903969000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903969000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903969000000.01000001

Dotação : 141 - 09.001.2034.333903969000000.01000001

Dotação : 143 - 09.001.2035.333903969000000.01000001

Dotação : 146 - 09.002.2605.333903969000000.01000001

Dotação : 153 - 10.001.2036.333903969000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903969000000.01000001

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903969000000.01000001

Dotação : 265 - 15.001.2203.333903969000000.01000001

Dotação : 274 - 15.001.2204.333903969000000.01000001

Dotação : 292 - 17.001.2451.333903969000000.01000001

Dotação : 309 - 18.001.2501.333903969000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2015-PMC**

Contrato Nº : 187/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação :

Objeto : Prestação de serviços comunicação (Rádio) interna para a Expo Agro 2015, evento será realizado entre os dias 22 a 26 de julho no Parque Municipal de Exposições Atílio Fontana.

Vigência : Início: 22/06/2015 Término: 20/10/2015

Assinatura : 22/06/2015

Valor R\$: 3.970,00 (Três Mil e Novecentos e Setenta Reais)

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2015-PMC**

Contrato Nº : 188/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO DOS GAITEIROS COMPASSO CONCÓRDIA

Licitação :

Objeto : Prestação de serviços artísticos para show da Associação dos Gaiteiros Compasso Concórdia para o lançamento da Expo Agro, a ser realizado no dia 30 de junho de 2015, na Assembleia Legislativa, localizada em Florianópolis, SC.

Vigência : Início: 22/06/2015 Término: 21/08/2015

Assinatura : 22/06/2015

Valor R\$: 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais)

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2015-PMC**

Contrato Nº : 189/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 64/2015

Objeto : Contratação de serviço para retirada, montagem, ajuste e calibração da bomba hidráulica e de aquisição de peças para conserto de sistema hidráulico de escavadeira Hidráulica New Holland E 135 BSR, Código Patrimonial PMC 641, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 23/08/2015

Assinatura : 24/06/2015

Valor R\$: 56.211,05 (Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Onze Reais e Cinco Centavos)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2015-PMC

Contrato Nº : 190/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CONCRETETEL CONCRETO DE EDIFICAÇÕES LTDA - FILLIAL 2

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 27/2015

Objeto : Aquisição de concreto usinado 20 MPA bombeado, para conserto dos danos causados pela chuva na barragem de contenção de cheias, localizada no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 23/08/2015

Assinatura : 24/06/2015

Valor R\$: 66.800,00 (Sessenta e Seis Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903051000000.01000001

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 46/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 46/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CONSELHO COMUNITÁRIO DE BARRA DO TIGRE, inscrito no CNPJ sob nº 80.630.866/0001-15, com sede em Barra do Tigre, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor LEONIR JOSE SCHUMACHER.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 80.000,00.

PRAZO: Até 25 de outubro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2015.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 698

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 698, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza concessão de incentivos econômicos à Cooperativa de Transporte de Cargas do Estado de Santa Catarina – COOPERCARGA, inscrita no CNPJ sob nº 81.800.849/0001-41, incentivos econômicos, na forma a abaixo:

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à Cooperativa de Transporte de Cargas do Estado de Santa Catarina – COOPERCARGA, inscrita no CNPJ sob nº 81.800.849/0001-41, incentivos econômicos, na forma a abaixo:

- I – 200 (duzentas) horas-máquina de trator de esteira;
- II – 200 (duzentas) horas-máquina de retroescavadeira;
- III – 300 (trezentas) horas-máquina de caminhão basculante;
- IV – 50 (cinquenta) horas-máquina de rolo compactador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### LEI ORDINARIA Nº 4764

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.764, DE 25 DE MAIO DE 2015.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.537, de 24 de junho de 2013, que autoriza o Município receber, em doação, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.537, de 24 de junho de 2013, que autoriza o Município receber, em doação, área de terras, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, a área de terras de 515,10m2, ocupada pelo traçado da Rua Leônidas Fávero, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.017 e 1.018, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 22.968,15m2, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.968, Livro nº 2 – “AX”, de propriedade de EMILIA IVONE PETROLI.

Parágrafo único. A área de terras de 515,10m2, descrita no caput deste artigo, possui as seguintes medidas e confrontações: ao noroeste, na extensão de 13,00m, em linha reta contínua, com a Rua Leônidas Fávero; ao sudeste, na extensão de 13,31m, em linha reta contínua, com a Rua Leônidas Fávero; ao nordeste, na extensão de 38,20m, em linha reta contínua, com área remanescente 01, da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 39,15m, em linha reta contínua, sendo 21,48m, com área remanescente 02, da proprietária, e 17,67m, com a Rua “A”, do Loteamento Ângelo Sacomori.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa



**LEI ORDINARIA Nº 4766**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.766, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2016.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/1988, c/c o disposto no art. 103, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Concórdia para o exercício de 2016, compreendendo:

- I – prioridades e metas da Administração Municipal;
- II – estrutura e organização dos orçamentos;
- III – diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV – disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – disposições sobre despesas com pessoal;
- VI – disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII – disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal são as constantes nos Anexos I a XII desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo II desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, o Anexo II desta Lei, no que se refere à:

- I – ampliação ou diminuição das metas propostas;
- II – adequação da denominação dos programas, das ações, dos produtos e das unidades de medida;
- III – transferência de ações entre programas.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º O Anexo II – Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

§ 5º Havendo variação da receita, positiva ou negativa, em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

§ 6º Em não se efetivando as operações de crédito definidas no Anexo V e o Resultado Nominal previsto no Anexo III, ambos da Lei nº 4.675, de 22 de julho de 2014 – LDO para 2015, poderá ser ajustado mediante decreto, as metas de resultado nominal e primário para 2016.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, Autarquia, Fundos e Fundações e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial, discriminar e denominar nos projetos/atividades os investimentos relacionados à contribuição de melhorias e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e anexos definidos pela legislação vigente.

§ 1º O orçamento da Autarquia, que acompanha o orçamento geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os Fundos e as Fundações Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e as despesas a eles vinculadas.

Art. 5º A mensagem que encaminhará o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações.

**CAPÍTULO III****DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para o exercício de 2016 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos 3 (três) exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos I e II desta Lei poderão ser atualizados na elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos”, “inversões financeiras” e “serviços de terceiros”, de cada Poder.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo XI desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2016 conterá reserva de contingência, limitada a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, como: sentenças judiciais, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até 30 (trinta) dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2016 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos financeiros à organizações da sociedade civil, será realizada com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para o exercício de 2016 poderá conter autorização para:

I – abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro da mesma categoria econômica e do mesmo programa, por decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias;

III – realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 21. Durante a execução orçamentária do exercício de 2016, o

Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, “e” e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até 15 de outubro de 2015, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício de 2016, conforme determina o art. 100, § 5º, da CF/1988, discriminada por entidade da Administração, especificando:

I – número da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo de causa julgada;

IV – data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V – nome do beneficiário;

VI – valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para o exercício de 2016, para pagamento de precatórios que se enquadrem na situação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/1988 será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I – nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 200 (duzentos) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

II – os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em 2 (duas) parcelas iguais e anuais sucessivas;

III – os juros legais, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios, será efetuada nos termos dos parágrafos 5º e 12 do art. 100 da CF/1988.

§ 3º No momento da expedição do precatório, dele deverá ser abastido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial (§ 9º, do art. 100, da CF/1988), devendo para tanto, a Secretaria Municipal de Finanças, informar à Assessoria Jurídica o valor a ser compensado.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam ao menos 1 (uma) das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, as Unidades da Administração Pública Direta e a Secretaria Municipal de Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de

precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos aos limites da Resolução nº 43/2001 e alterações, do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito no exercício de 2016 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/1988 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/1988 fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, pelas Unidades e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive Autarquia e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo poder público, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LRF.

Parágrafo único. Fica autorizada, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 230, de 30 de abril de 2002, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, da Autarquia e das Fundações Públicas Municipais, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da Administração Direta e Indireta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31. No exercício de 2016, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário Municipal de Administração.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/1988 e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores, prevista no art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra para execução de funções e atividades finalísticas do ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Executivo, Fundos, Autarquia

e Fundações ou, ainda, atividades próprias da Administração Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado por lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LRF.

§ 1º O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, observará a previsão do Código Tributário Municipal, art. 161.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em 6 (seis) parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

§ 3º Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da UFIR Municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LRF, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo X desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LRF.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 106, § 1º, II, da Lei Orgânica Municipal, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a

todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

nº 8.666/1993.

Art. 40. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2015, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais, objetos de alienação.

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios com as entidades definidas no art. 15 desta Lei, com o Governo Federal e Estadual, por intermédio dos órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto no art. 10, III, da Lei Orgânica Municipal e no § 2º do art. 116 da Lei Federal

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

## LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO III LDO

### ANEXO III

#### METAS FISCAIS – RESULTADO NOMINAL

Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 2015	R\$ 2016	R\$ 2017	R\$ 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I )	34.719.626,56	14.918.117,40	11.694.200,30	9.046.611,50
DEDUÇÕES (II)	1.000.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Ativo Disponível	1.500.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	-500.000,00	-50.000,00	-50.000,00	-50.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	33.719.626,56	14.768.117,40	11.544.200,30	8.896.611,50
Receita de Privatizações (IV)	0	0	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	33.719.626,56	14.768.117,40	11.544.200,30	8.896.611,50
RESULTADO NOMINAL		-18.951.509,16	-3.223.917,10	-2.647.588,80

### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Os dados sobre o saldo da dívida consolidada foram projetados considerando o estoque da dívida, contratada e a contratar, menos as amortizações programadas.

2. No ativo financeiro, não foram considerados os recursos do Regime Próprio de Previdência, em razão da sua finalidade específica de pagamento de benefícios previdenciários.



**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO IV LDO****ANEXO IV****METAS FISCAIS – RESULTADO PRIMÁRIO**

Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

ESPECIFICAÇÃO	R\$	R\$	R\$
	2016	2017	2018
Receitas Correntes (I)	202.940.865,00	213.087.908,25	223.742.303,67
(-) Aplicações Financeiras(II)	(5.614.605,00)	(5.895.335,25)	(6.190.102,01)
Receitas Fiscais Correntes III = (I-II)	197.326.260,00	207.192.573,00	217.552.201,66
Receitas de Capital (IV)	11.168.200,00	11.726.610,00	12.312.940,50
(-) Operações de Crédito (V)	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimo (VI)	-	-	-
(-) Alienação de Ativos (VII)	(330.000,00)	(346.500,00)	(363.825,00)
Receita Fiscais de Capital VIII=(IV-V-VI-VII)	10.838.200,00	11.380.110,00	11.949.115,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) <sup>1</sup> = (III+VIII)	208.164.460,00	218.572.683,00	229.501.317,16
Despesas Correntes (X) <sup>2</sup>	196.439.597,50	205.361.577,37	215.622.156,25
(-) Juros e Encargos da Dívida (XI)	(1.050.000,00)	(1.102.500,00)	(1.157.625,00)
Despesas Fiscais Correntes (XII)=(X-XI)	195.389.597,50	204.259.077,37	214.464.531,25
Despesas de Capital (XIII)	25.782.802,50	27.071.942,63	28.425.539,76
(-) Amortização da Dívida (XIV)	(1.800.000,00)	(1.890.000,00)	(1.984.500,00)
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII-XIV)	23.982.802,50	25.181.942,63	26.441.039,76
Reserva de Contingência (XVI)	212.600,00	223.230,00	234.391,50
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)	219.585.000,00	229.664.250,00	241.139.962,51
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	(11.420.540,00)	(11.091.567,00)	(11.638.645,35)

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO**

1. Os dados da receita foram extraídos das metas fiscais de receitas, deduzidas as contribuições para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

2. Os dados de despesas foram extraídos das metas fiscais de despesas, acrescidos do superávit financeiro previsto para o exercício de 2015 de R\$ 1.000.000,00, que serão utilizados na execução da despesa do exercício de 2016, e Superávit Financeiro de R\$ 150.000,00, para os anos seguintes.

**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO IX LDO****ANEXO IX****METAS FISCAIS****RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO IPRECON**

Art. 4º, § 2º, IV, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

DESCRIÇÃO	VALOR
SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31/12/2014	
Ativo Financeiro***	78.099.688,76
Passivo Financeiro	42.525,43
Superávit Financeiro	78.057.163,33
SITUAÇÃO PERMANENTE EM 31/12/2014	
Ativo Permanente	544.777,35
Passivo Permanente	87.606.877,40
Déficit Permanente*	87.062.100,05
RESULTADO PATRIMONIAL EM 31/12/2014	
Soma do Ativo***	78.644.466,11
Soma do Passivo	87.649.402,83
Passivo Real à Descoberto**	9.004.936,72

\* Valor Relativo a Déficit do cálculo atuarial que terá sua execução até 2088.

\*\* Em 2014, através da Lei Municipal nº 4.700, de 21 de outubro de 2014, o Município de Concórdia reconheceu o Déficit Atuarial com RPPS, no valor de R\$ 17.377.233,97. O valor será repassado ao RPPS em 420 meses e contabilizado quando da atualização do Cálculo Atuarial, início de 2015.

\*\*\* A provisão para perdas em investimentos, no valor de R\$ 6.487.500,42, é uma exigência do TCE-SC e é lançada de acordo com o cenário econômico do momento, bastante volátil. No entanto, não há evidências concretas de que o valor seja efetivamente utilizado, o que pode mudar significativamente o resultado patrimonial.

SITUAÇÃO ATUARIAL
A situação atuarial está expressa, conforme exigência legal, em relatório anexo.

## LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO V LDO

### ANEXO V

#### METAS FISCAIS – MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS (SALDOS)		
	2016 – R\$	2017 – R\$	2018 – R\$
1. PASEP - Parcelamento de acordo com a MP nº 38, de 14/05/2002.	1.129.420,60	1.093.420,60	1.057.420,60
2. Financiamento BADESC	5.569.525,49	3.504.198,29	1.601.801,03
3. Financiamento BNDES	2.164.351,26	1.274.197,75	890.153,51
4. Financiamento PAC 2	6.054.820,05	5.822.383,66	5.497.236,36
TOTAL	14.918.117,40	11.694.200,30	9.046.611,50

### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Para definição dos valores da Dívida Pública para os exercícios de 2016 a 2018, foram considerados os saldos devedores de 31 de dezembro de 2014, e as operações de créditos previstas para serem realizadas.

## LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO VI LDO

### ANEXO VI

#### AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 4º, § 2º, I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

#### METAS FISCAIS 2014

Item	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Variação (%)
Receita <sup>1</sup>	207.361.400,00	214.821.355,42	3,60%
Despesa <sup>2</sup>	207.361.400,00	196.259.549,35	-5,35%
Resultado Nominal <sup>3</sup>	8.639.111,00	-4.386.591,05	-150,78%
Resultado Primário <sup>3</sup>	-17.441.864,00	973.037,78	-105,58%
Dívida Fundada <sup>3</sup>	17.059.111,00	11.407.236,10	-33,13

1 Conforme previsto no desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, (art. 13 – Lei 101/00).

2 Conforme previsto no cronograma mensal de desembolso (art. 8º - Lei 101/00).

3 Previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

1. Em análise do cumprimento das Metas Fiscais, verifica-se:

2. Em relação ao previsto, a execução da receita, aumentou 3,60%, enquanto a despesa diminuiu 5,35%.

3. Relativamente aos Resultados Nominal, Primário e Dívida Fundada, os resultados alcançados demonstram o cumprimento com folga do previsto na LDO para o exercício em análise.

## LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO VII LDO

### ANEXO VII

#### METAS FISCAIS

#### METAS E RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO MUNICIPAL

Art. 4º § 2º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

#### VALORES CORRENTES

ITEM	2012	2013	2014	2015			
	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	PREVISTO
RECEITA TOTAL	140.965.000	158.566.409,30	160.199.430,00	178.275.170,17	207.361.400,00	214.821.355,42	231.200.000,00
DESPESA TOTAL	140.965.000	145.521.072,95	160.199.430,00	160.553.973,07	207.361.400,00	196.259.549,35	231.200.000,00
RESULTADO NOMINAL	760.000,00	1.017.888,04	915.000,00	-1.092.074,69	8.639.111,00	-4.386.591,05	18.510.515,56
RESULTADO PRIMÁRIO	-1.032.000,00	3.586.144,45	-3.284.088,00	11.989.273,15	-17.441.864,00	973.037,78	-19.203.270,40
DÍVIDA FUNDADA	3.460.000,00	1.216.420,60	1.300.000,00	3.669.697,06	17.059.111,00	11.407.236,10	34.719.626,56

DÍVIDA FLUTUANTE		3.856.425,77		5.282.854,00		15.408.259,70	
------------------	--	--------------	--	--------------	--	---------------	--

## VALORES CONSTANTES

ITEM	2016	2017	2018
RECEITA TOTAL	221.435.000,00	232.506.750,00	244.132.087,50
DESPESA TOTAL	221.435.000,00	232.506.750,00	244.132.087,50
RESULTADO NOMINAL	-18.951.509,16	-3.223.917,10	-2.647.588,80
RESULTADO PRIMÁRIO	-11.420.540,00	-11.091.567,00	-11.638.645,35
DÍVIDA FUNDADA	14.918.117,40	11.694.200,30	9.046.611,50

**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO VIII LDO**

## ANEXO VIII

## METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 4º, § 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS		
	2012	2013	2014
ATIVO REAL LÍQUIDO	121.267.848,11	87.339.802,57	99.712.600,06
PASSIVO REAL DESCOBERTO	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	121.267.848,11	87.339.802,57	99.712.600,06

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS		
	2012	2013	2014
Receita de Alienação + Rendimentos	366.300,63	170.254,99	297.757,89
Aquisição de Equipamentos	366.300,63	170.254,99	297.757,89

**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO X LDO**

## ANEXO X

## DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Renúncia de Receita em 2016

	R\$
1. Incentivos Fiscais (Leis Complementares nº 253/2002 e 378/2004)	280.000,00
2. Outras Isenções Tributárias (Novas isenções com amparo na Legislação Tributária – CTM etc.)	250.000,00
3. Desconto para pagamento de tributos em parcela única	500.000,00
4. Remissões e Anistias	120.000,00
Total	1.150.000,00

A demonstração acima contempla apenas os novos benefícios a serem concedidos no exercício de 2016, na forma da legislação municipal, observada, em qualquer caso, a Lei Complementar Federal nº 101/2000. Ficam ressalvados os benefícios tributários historicamente ocorrentes, como, por exemplo, a isenção de IPTU aos aposentados, nas condições previstas no Código Tributário Municipal (CTM).

Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2016

	R\$
1. Aumento da arrecadação	0,00
2. Margem bruta (aumento da arrecadação)	0,00

## Observações:

1 – Não houve a ocorrência de aumento de arrecadação da previsão da receita para 2016, em comparação com a receita orçada na LOA de 2015.

2 – Fica ressalvada a expansão com base na redução permanente da despesa, a ser demonstrada, caso a caso, na forma do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.



**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO XI LDO****ANEXO XI****RISCOS FISCAIS**

Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

IDENTIFICAÇÃO	R\$	R\$	R\$
	2016	2017	2018
1. Desapropriação de terrenos para espaços esportivos / construção de prédios municipais	214.200,00	227.115,00	245.280,00
2. Processos em fase de execução	1.030.320,00	1.112.745,60	1.112.745,60
3. Intempéries	649.110,00	681.500,00	700.875,00
4. Despesas de manutenção da estrutura administrativa orçada a menor ou não orçada	681.555,00	714.000,00	771.120,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.575.185,00</b>	<b>2.735.360,60</b>	<b>2.830.020,60</b>

Providências para neutralização/atenuação dos riscos fiscais:

- acompanhamento sistemático dos itens orçamentários pertinentes aos riscos eleitos acima;
- readequação das despesas para o restante do exercício, reduzindo-as proporcionalmente ao prejuízo fiscal estimado/constatado;
- revisão dos cronogramas de desembolso, para apropriação das providências do item anterior;
- limitação de empenho de conformidade com o disposto no art. 8º desta Lei;
- revisão dos benefícios tributários em vigor.

**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO XII LDO****ANEXO XII****OBRAS EM ANDAMENTO E CUSTOS PROGRAMADOS****PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**I – OBRAS EM ANDAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

IDENTIFICAÇÃO	VALOR – R\$
Pavimentação Asfáltica de Ruas	1.000.000,00
Construção ou reformas de unidades escolares	200.000,00
Construção ou reformas de unidades de saúde	200.000,00
Construção de passeios e muros de contenção	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.430.000,00</b>

**II – DESPESA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – 2016**

UNIDADE	VALOR – R\$
Câmara de Vereadores	37.800,00
Secretaria Municipal de Administração	120.225,00
Secretaria Municipal de Educação	1.191.750,00
Secretaria Municipal de Saúde	141.750,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	155.400,00
Secretaria Municipal de Transportes	340.620,00
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras	143.850,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação	325.500,00
Fundação Municipal de Cultura	60.585,00
Fundação Municipal de Esportes	24.675,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.542.155,00</b>

**LEI ORDINARIA Nº 4767**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.767, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

Institui a Semana Municipal da Marcha para Jesus no Município de Concórdia e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Marcha para Jesus no Município de Concórdia.

Parágrafo único. A semana que trata o caput deste artigo será comemorada, a cada ano, na semana que inclui o segundo domingo do mês de junho até o sábado seguinte.

Art. 2º O Município poderá realizar ações para integrar os municípios, através da promoção de palestras, atividades de lazer, cultura e cidadania objetivando a conscientização e esclarecimento da população quanto à importância de Jesus em nossas vidas.

Parágrafo único. O Município poderá buscar apoio para a realização, das ações que trata o caput deste artigo, do Poder Judiciário, das instituições de ensino, das instituições religiosas e de assistência social, bem como das empresas e entidades prestadoras de serviço da sociedade Concordeense, com o intuito de ampliar e fortalecer as atividades relacionadas à Semana da Marcha para Jesus.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4771**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.771, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênios com Entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I – Associação de Moradores da Linha Ipiranga, inscrita no CNPJ sob nº 07.234.080/0001-99, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Ipiranga e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – Associação Unidos de Linha São Brás, inscrita no CNPJ sob nº 06.216.809/0001-31, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – Associação Comunitária de Alto Periquito, inscrita no CNPJ sob nº 03.186.175/0001-23, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Periquito e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais);

IV – Clube de Mães Coração de Maria, inscrito no CNPJ sob nº 86.800.653/0001-70, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro das Nações e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

V – Clube de Mães Buscando Amizade, de Linha Gasperini, inscrito no CNPJ sob nº 80.638.794/0001-52, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VI – Associação de Agroturismo Caminho da Roça, inscrita no CNPJ sob nº 05.582.664/0001-20, objetivando a conjunção de esforços para incentivo e difusão do turismo rural em Concórdia, podendo o Município participar como valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VII – Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS, inscrita no CNPJ sob nº 82.810.920/0001-30, objetivando a conjunção de esforços para o incentivo e difusão do consumo da carne suína, mediante a transmissão do primeiro Leilão de Suínos, ao vivo, pela TV Brasileira – Canal Rural, podendo o Município participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais);

VIII – Associação de Moradores de Alto Suruvi, inscrita no CNPJ sob nº 01.657.119/0001-02, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Suruvi e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

IX – Associação de Moradores de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob nº 06.241.497/0001-16, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Juscelino e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

X – Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, objetivando a conjunção de esforços para auxiliar nos eventos voltados à população, relativos às comemorações do aniversário de 80 anos do Hospital São Francisco, entidade que acompanha o desenvolvimento do Município, responsável pelo atendimento à saúde dos cidadãos

concordienses e região, podendo o Município participar com o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);

XI – Associação de Mulheres Senhoras do Lar, inscrita no CNPJ sob nº 80.631.161/0001-12, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

XII – Paulino Futebol Clube, inscrito no CNPJ sob nº 72.308.133/0001-30, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Paulino e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

XIII – Associação de Moradores Novo Horizonte, inscrita no CNPJ sob nº 15.664.629/0001-03, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores dos Loteamentos Novo Horizonte, Balbinot, Jardim Ângela, Aliança, Vila Nova e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

XIV – Sociedade Esportiva e Recreativa Lider, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.276/0001-91, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar como valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

XV – Clube de Mães Rainha de Maio, inscrito no CNPJ sob nº 80.623.085/0001-01, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Kaiser e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

XVI – Associação de Mulheres Sagrada Família de Pinheiro Preto, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.079/0001-79, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinheiro Preto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

XVII – Grupo de Idosos Unidos do Nazaré, inscrito no CNPJ sob nº 00.972.175/0001-60, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Nazaré e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, a celebrar convênio com as seguintes entidades:

I – Associação de Moradores e Agricultores de Linha Sertão, inscrita no CNPJ sob nº 05.457.474/0001-80, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linhas

Sertão e população em geral, melhor qualidade de vida, através do saneamento básico, mediante melhorias na rede de água, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – Associação Catarinense de Criadores de Bovinos – ACCB, inscrita no CNPJ sob nº 10.398.111/0001-51, objetivando a conjunção de esforços para a efetivação da exposição de Gado Leiteiro, durante a realização da EXPO AGRO, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Art. 3º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia – APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, objetivando a conjunção de esforços para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, mediante a realização do serviço de atendimento especializado a famílias com pessoas portadoras de deficiência com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, podendo o FMAS participar com o valor de R\$ 55.345,92 (cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Art. 4º Fica o Município, pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, autorizado a celebrar convênio com o Esporte Clube Canarinho, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, objetivando a conjunção de esforços para a realização do Projeto Esporte como Ferramenta de Inclusão, Bem-Estar Físico e Social, visando proporcionar condições adequadas à prática social, educacional e esportiva, através da melhoria na qualidade do atendimento para crianças e adolescentes do Município de Concórdia, SC, podendo o FIA participar com o valor de R\$ 19.922,76 (dezenove mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos).

Art. 5º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, autorizado a celebrar convênio com a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 78.510.377/0001-88, objetivando a conjunção de esforços para manutenção das atividades da entidade, propiciando atendimento e auxílio na prevenção do câncer de mama e do colo de útero, no tratamento e recuperação de mulheres mastectomizadas, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 6º Fica a Fundação Municipal de Esportes – FMEC, autorizada a celebrar convênio com as seguintes entidades:

I – Associação Atlético Esporte para Todos, inscrita no CNPJ sob nº 80.623.374/0001-00, objetivando a conjunção de esforços para o incentivo e difusão das diversas modalidades de esportes no Município, podendo a FMEC participar como valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – Associação Concordeense de Basquetebol – ACOB, inscrita no CNPJ sob nº 074.467.252/0001-74, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município em competições na modalidade de basquetebol, como Jogos Abertos de Santa Catarina, jogos regionais, estaduais Taça Santa Catarina de Basquetebol, podendo a FMEC participar como o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – Associação dos Pais e Amigos do Basquete – APAB Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.083/0001-88, objetivando o incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de Basquetebol como Jogos Abertos de Santa Catarina, jogos regionais, estaduais e Taça Santa Catarina de basquetebol, podendo a FMEC participar como valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

IV – Clube Esporte Espetacular de Tiro, Caça e Pesca, inscrito no

CNPJ sob nº 01.619.120/0001-34, objetivando o incentivo e formação de novos atletas e representação do Município em diversas modalidades em competições de nível Municipal, Regional, Estadual e nos Jogos Abertos de Santa Catarina, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

V – União Futebol Clube, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.672/0001-51, objetivando a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

VI – Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto, inscrita no CNPJ sob nº 13.277.180/0001-03, objetivando o incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a realização da Copa Distrital de Planalto, podendo a FMEC participar como valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 7º Fica a Fundação Municipal de Cultura – FMC, autorizada a celebrar convênio com a Associação Orfeônica Santa Cecília, inscrita no CNPJ sob nº 83.222.513/0001-74, objetivando a conjunção de esforços visando apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

Art. 8º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 9º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de junho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

#### **PORTARIA Nº 100/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 100/2015, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMURB 208/2015, protocolizada em 29 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o senhor MAURI MARAN, Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 101/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 101/2015, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 128, II e § 2º, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, nas Leis nºs. 3.255, de 18 de abril de 2001 e alterações e 4.590, de 29 de outubro de 2013, e no Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 14/2014, de 10 de fevereiro de 2014, celebrado entre a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC e o Município de Concórdia.

RESOLVE :

Art. 1º Ceder o servidor GILVAN PAZZINI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, 35 (trinta e cinco) horas semanais, para desempenhar suas funções na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, com ônus da remuneração ao Município, até 19 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 102/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 102/2015, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Diretoria de Compras, na CI nº 127/2015, protocolizada em 5 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora LOANE APARECIDA RISSI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cadastro de Empresas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 103/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 103/2015, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º A alínea "a" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 183/2013, de 20 de dezembro de 2013 e alteração, que instauram Sindicância, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora ARLENE MARIA PIGATTO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

a) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND, ocupante do cargo de Especialista em Educação;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 104/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 104/2015, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 55/2015, de 12 de março de 2015, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora CLAUDIANE SUNTI DO PRADO, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso I do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;" (NR)

II – fica alterada a expressão: "inciso I do art. 123", para: "inciso I do art. 163".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 105/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 105/2015, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 12/2015, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- a CI DRH 416/2015, de 8 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO CARPI, ocupante do cargo de Agente de Obras, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 106/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 106/2015, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando as CIs DRH nºs. 417 e 418/2015, protocolizadas em 8 de junho de 2015, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido aos servidores abaixo relacionados:

I – GILMAR ANTONIO PIVA, ocupante do cargo de Agente de Obras;

II – MARLENE APARECIDA GOMES SONNTAG, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 107/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 107/2015, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013 e considerando:

- o disposto no item 11.9 do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2014, de 8 de abril de 2014, que prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo;

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do referido Edital.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 1 (um) ano, a partir de 16 de junho de 2015, o prazo de validade do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 108/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 108/2015, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	91383-01	Clarice Maria Vogt Cenci	Professor, código 10.10
2	91383-03	Clarice Maria Vogt Cenci	Professor, código 10.12
3	56308-02	Daniela Magedanz	Professor, código 10.12
4	88455-00	Liane Maria de Carli Petry	Professor, código 10.10
5	88455-03	Liane Maria de Carli Petry	Professor, código 10.12
6	95176-01	Lilian Cecchet	Professor, código 10.12
7	100293-02	Rozemeri Aparecida Santos Munaretto	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 109/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 109/2015, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 930, protocolizada em 8 de junho de 2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a servidora DILCE HERCI KRAUSE HAUPT, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 110/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 110/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento), sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, pós-graduação, na área específica de atuação:

I – IRENE ELAINE SAATKAMP, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 77127-05;

II – ROSANGELA TERESINHA FRACASSO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 71633-10;

III – SUZANA CRISTINA FLECK, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 75167-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 111/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 111/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMURB 235/2015, protocolizada em 15 de junho de 2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar o servidor LAUDIR PALLAS, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cemitérios, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO I LDO**

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 1 / 9

Conta	Valor
4000000000000000 - Receita orçamentária	238.264.100,00
4100000000000000 - Receitas correntes	219.769.965,00
4110000000000000 - Receita tributária	29.104.200,00
4111000000000000 - Impostos	23.950.000,00
4111200000000000 - Imposto sobre o patrimônio e a renda	11.950.000,00
4111202000000000 - Imp. s/ propriedade predial territorial urbana - IPTU	6.300.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	3.780.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	1.575.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	945.000,00
4111204000000000 - Imp.s/ a renda e proventos de qualquer natureza	2.150.000,00
4111204310000000 - Irrf retido nas fontes - trabalho	2.000.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.200.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	500.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	300.000,00
4111204340000000 - Irrf retido nas fontes - outros rendimentos	150.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	90.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	37.500,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	22.500,00
4111208000000000 - Imp. s/trans.inter vivos de bens imóveis - ITBI	3.500.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.100.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	875.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	525.000,00
4111300000000000 - Impostos s/ a produção e a circulação	12.000.000,00
4111305000000000 - Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	12.000.000,00
4111305010000000 - Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	12.000.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	7.200.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	3.000.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	1.800.000,00
4112000000000000 - Taxas	4.005.000,00
4112100000000000 - Taxas pelo exercício do poder de polícia	3.095.000,00
4112117000000000 - Taxa fiscalizacao vigilância sanitária	380.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	380.000,00
4112125000000000 - Tx.lic.func.estabelecimento de comércio, ind. e prest.serviços	2.250.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.250.000,00
4112129000000000 - Taxa de licença para execução de obras	65.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	65.000,00
4112132000000000 - Taxa aprovação de projeto de construção civil	400.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	400.000,00
4112200000000000 - Taxas pela prestação de serviços	910.000,00
4112221000000000 - Taxas de serviços cadastrais	640.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	640.000,00
4112290000000000 - Taxa de limpeza pública	70.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	70.000,00
4112299000000000 - Outras taxas de prestação de serviços	200.000,00
4112299000010000 - Outras Taxas de Prestação de Serviço	200.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	200.000,00
4113000000000000 - Contribuições de melhoria	1.149.200,00
4113004000000000 - Cont.melh. p/ pavimentação e obras complementares	1.149.200,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.149.200,00
4120000000000000 - Receita de contribuições	6.604.860,00
4121000000000000 - Contribuições sociais	4.004.860,00
4121029000000000 - Contribuição regime próprio previdência do servidor	2.004.860,00
4121029070000000 - Contribuição servidor ativo civil p/ RPPS	2.000.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	2.000.000,00
4121029090000000 - Contribuição servidor inativo civil p/ RPPS	3.240,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	3.240,00
4121029110000000 - Contribuição pensionista civil p/ RPPS	1.620,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	1.620,00
4121099000000000 - Outras contribuições sociais	2.000.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	2.000.000,00
4123000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	2.600.000,00
01080000 - Contribuição - COSIP	2.600.000,00
4130000000000000 - Receita patrimonial	6.137.605,00
4131000000000000 - Receitas imobiliárias	115.000,00
4131100000000000 - Aluguéis	75.000,00
4131100099000000 - Outras receitas de alugueis	75.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	75.000,00





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 2 / 9

Conta	Valor
41319000000000 - Outras receitas imobiliárias	40.000,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS	40.000,00
41320000000000 - Receitas de valores mobiliários	5.614.605,00
41325000000000 - Remuneração de depósitos bancários	1.735.400,00
41325010000000 - Remuneração depósitos de recursos vinculados	642.900,00
41325010200000 - Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fundeb	200.000,00
01180000 - Transferencias do FUNDEB 60%	168.000,00
01190000 - Transferencias do FUNDEB 40%	32.000,00
41325010300000 - Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-saúde	166.700,00
41325010301000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - SAMU	1.500,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	1.500,00
41325010302000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - a	80.000,00
01380002 - Atenção Básica	80.000,00
41325010303000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - M	50.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	50.000,00
41325010305000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - a	5.000,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	5.000,00
41325010307000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - M	200,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	200,00
41325010309000 - Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-vig	30.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	30.000,00
41325010900000 - Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-cide	500,00
01070000 - Contribuição - CIDE	500,00
41325019900000 - Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	275.700,00
413250199000100 - Rec.de Rem.de Outros Dep.banc.rec.vinc. Salário Educação	20.000,00
01360000 - Salário Educação	20.000,00
413250199000300 - Rec.de Rem.de Outros Dep.banc.rec.vinc.- PNAE/PNAC	100,00
01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	100,00
413250199000400 - Rec.de Rem.de Outros Dep.banc.rec.vinc.- PNATE	200,00
01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	200,00
413250199000600 - Rec.de rem.de outros dep.banc.rec.vinc.rec.	85.000,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	85.000,00
413250199000700 - Rec.derem.deoutrosdep.banc.rec.vinc- COSIP	75.000,00
01080000 - Contribuição - COSIP	75.000,00
413250199000800 - Rec.rem.dep.banc.de Rec.vinc.- Conv. União	10.800,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	10.000,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	800,00
413250199000900 - Rec.rem.dep.banc.de Rec.vinc.- Conv. Estado	2.600,00
01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	2.600,00
413250199001000 - Rec.rem.dep.banc.rec.vinc-conv.trans.pmc	15.000,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	15.000,00
413250199001200 - Rec.rem.dep.banc.rec. Vinc.-conv. Estado	1.000,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	1.000,00
413250199001300 - Rec. de Remun.dep.banc.condecon	8.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	8.000,00
413250199001400 - Rec.rem.dep.banc.rec.vinc-conv.trans.Polícia Civil	10.000,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	10.000,00
4132501990011000 - Rec.rem.dep.banc.rec.vinc-conv.trans.Polícia Militar	5.000,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	5.000,00
413250199030000 - Rec.rem.outros Dep.banc.rec.vinc. - PETI	600,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	600,00
413250199040000 - Rec.rem.outros Dep.banc.rec.vinc. - PAEFI	4.600,00
01350003 - PAEFI	4.600,00
413250199050000 - Rec.rem.outros Dep.banc.rec.vinc. - Fnas	13.000,00
01350004 - PAIF	3.800,00
01350005 - IGD-SUAS	400,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	4.300,00
01350007 - Programa ACESSUAS	2.900,00
01350008 - Criança e Adolescente	1.600,00
413250199060000 - Rec.rem.outros Dep.banc.rec.vinc. - Ass.	3.500,00
01610001 - Benefícios Eventuais	150,00
01610002 - Básica Custeio	660,00
01610003 - CREAS	1.380,00
01610004 - ABRIGO	1.310,00
413250199070000 - Rec.rem.outros Dep.banc.rec.vinc. - IGS-BF	1.300,00
01350009 - Bolsa Família	1.300,00
413250199090000 - Rec. Rem. Outros Dep.banc. Vinc - Fundo Especial do Petróleo	20.000,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	20.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL811101-482-NDXVAE-166270818 - Emitido por: HILDA CAMINI

09/04/2015 09:20



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 3 / 9

Conta	Valor
413250200000000 - Remuneração depósito de recursos não vinculados	1.092.500,00
413250201000000 - Receita remuneração de depósito de poupança	9.000,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	9.000,00
413250299000000 - Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	1.083.500,00
413250299000001 - Rem. Dep. Rec. Nao Vinc.outros	997.800,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	922.600,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	500,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	50.000,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	2.500,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS	4.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	15.800,00
02060001 - FIA Demais Recursos	1.800,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	350,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	250,00
413250299000002 - Remun. Dep. Recur. Nao Vinculados-aliena	8.400,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	7.000,00
02880000 - Aliações de Bens destinados a Programas de Saúde	900,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	500,00
413250299000003 - Rem. Dep. Rec. Nao Vinc-outros	76.300,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	16.300,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	60.000,00
413250299000004 - Remun.dep.recur.nao Vinculado- Alineacao	1.000,00
01870000 - Alineacao de Bens Prog.educacao Basica	1.000,00
413280000000000 - Remuneração investimentos regime próprio previdência - RPPS	3.879.205,00
413281000000000 - Remuneração investimentos RPPS - renda fixa	3.100.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	3.000.000,00
02050000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	100.000,00
413282000000000 - Remuneração investimentos RPPS - renda variável	699.205,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	699.205,00
413283000000000 - Remuneração investimentos RPPS - fundos imobiliários	80.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	80.000,00
413300000000000 - Receita de concessões e permissões	408.000,00
413330000000000 - Receita de concessões e permissões -direito de uso bens públicos	408.000,00
413339000000000 - Outras receitas de concessões e permissões - direito de uso dos bens públicos	8.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	8.000,00
41333900010000 - Outras receitas de concessões e permissões - direito de uso dos bens públicos -	400.000,00
Vinc 1000001	
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	400.000,00
414000000000000 - Receita agropecuária	15.000,00
414900000000000 - Outras receitas agropecuárias	15.000,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	15.000,00
416000000000000 - Receita de serviços	2.851.100,00
416001300000000 - Serviços administrativos	30.000,00
416001301000000 - Serviços de inscrição de concursos públicos	30.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.000,00
416001700000000 - Serviços agropecuários	45.000,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	45.000,00
416001900000000 - Serviços recreativos e culturais	60.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	60.000,00
416003100000000 - Tarifa e adicional sobre tarifa aérea	15.000,00
416003102000000 - Adicional sobre tarifa aeroportuária	15.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	15.000,00
416004300000000 - Serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos	2.600.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.600.000,00
416004600000000 - Serviços de cemitério	18.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	18.000,00
416009900000000 - Outras receitas de serviços	83.100,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	80.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	2.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	1.100,00
417000000000000 - Transferências correntes	168.802.718,00
417200000000000 - Transferências intergovernamentais	167.280.718,00
417210000000000 - Transferências da união	78.481.418,00
417210100000000 - Participação na receita da união	29.003.000,00
417210102000000 - Cota-parte do fundo participação dos municípios-fpm (alínea b cf/88 - 22,05%)	29.000.000,00
417210102010000 - Cota-parte Fundo Partic Municípios-fpm	29.000.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	17.400.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	7.250.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL811101-482-NDXVAE-166270818 - Emitido por: HILDA CAMINI

09/04/2015 09:20





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 4 / 9

Conta	Valor
417210102010000 - Cota-parte Fundo Partic Municípios-fpm	29.000.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	4.350.000,00
417210105000000 - Cota-parte do imposto s/ propriedade territorial rural - ITR	3.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.800,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	750,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	450,00
417212200000000 - Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4.900.000,00
417212211000000 - Cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos	4.500.000,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	4.500.000,00
417212270000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	400.000,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	400.000,00
417213300000000 - Transferência de recursos sistema único de saúde - SUS	38.231.168,00
417213300010000 - Piso de Atencao Basica Fixo - Pab Fixo	2.027.088,00
417213300010100 - Piso de Atenção Básica Fixo - Pab Fixo -	1.667.088,00
01380002 - Atenção Básica	1.667.088,00
417213300010200 - Piso Atb - Pab Fixo - Farmácia Básica	360.000,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	360.000,00
417213300020000 - Programa de Saúde da Família - PSF	800.000,00
01380002 - Atenção Básica	800.000,00
417213300030000 - Pacs - Agentes Comunitários de Saúde	900.000,00
01380002 - Atenção Básica	900.000,00
417213300050000 - Farmacia Basica	4.851.000,00
417213300050300 - Faec/Sia Mamografia p/ Rastreamento - RCA-RCAN	90.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	90.000,00
417213300058000 - RAUE - Rede de Atenção de Urgência e Emergência	4.761.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	4.761.000,00
417213300070000 - Saúde Bucal	214.080,00
01380002 - Atenção Básica	214.080,00
417213300080000 - Transferência de Alta e Media Complexidade	23.206.800,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	23.206.800,00
417213300100000 - Programa Nacional Hiv Aids Outras Dsts	75.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	75.000,00
417213300190000 - Ações Estratégicas Terapia Renal Substit	1.070.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	1.070.000,00
417213300300000 - Transferência Rec. Fundo Nacional de Saúde	265.000,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	265.000,00
417213300320000 - CEO MS Centro Especialidades Odontológica	158.400,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	158.400,00
417213300340000 - Ações Estruturantes Vigilância Sanitária	25.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	25.000,00
417213300370000 - Transplante de Órgãos e Tecidos	30.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	30.000,00
417213300390000 - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	213.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	213.000,00
417213300400000 - Piso Estrategico-gerenciamento de Risco de VS - ANVISA	15.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	15.000,00
417213300430000 - Faec-mac Política Nacional Cirurgias Eletivas	50.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	50.000,00
417213300450000 - Faec Cirurgia Orofaccional	5.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	5.000,00
417213300460000 - Faec-aih Transplantes	50.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	50.000,00
417213300480000 - Pmaq Programa de Melhoria do Acesso e da	636.000,00
01380002 - Atenção Básica	636.000,00
417213300520000 - Teto Municipal Rede Brasil sem Miséria	646.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	646.000,00
417213300530000 - Rede Viver sem Limites - CEO	26.400,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	26.400,00
417213300540000 - Incentivo Proj.vig. Promoção Viol e Aci	10.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	10.000,00
417213300550000 - Incentivo Qualif.ações da Dengue	10.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	10.000,00
417213300570000 - Teto Municipal Rede Saúde Mental - MAC	411.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	411.000,00
417213300580000 - Teto Municipal Rede Cegonha	844.400,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	844.400,00
417213300590000 - UPA - Unidade de Pronto Atendimento	950.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	950.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL81101-482-NDXVAE-166270818 - Emitido por: HILDA CAMINI

09/04/2015 09:20



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 5 / 9

Conta	Valor
417213300610000 - Academias da Saúde	72.000,00
01380002 - Atenção Básica	72.000,00
417213300620000 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	174.000,00
01380002 - Atenção Básica	174.000,00
417213300630000 - EMAD - Equipe Multi Profissional de Atenção Domiciliar	364.000,00
01380002 - Atenção Básica	364.000,00
417213300640000 - Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde	10.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	10.000,00
417213300650000 - FNS-Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde SUS-Parte Anvisa-PISO	43.000,00
FIXO de Vigilância Sanitária.	
01380004 - Vigilância em Saúde	43.000,00
417213300670000 - Incentivo as ações de Vig.Prev.e Cont. das DST/AIDS e Hepatite Virais (PVVS).	79.000,00
01380004 - Vigilância em Saúde	79.000,00
417213400000000 - Transferências e recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	842.000,00
417213400030000 - Pse Mc Def Emde Apae	70.000,00
01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	70.000,00
417213400070000 - Fmas Pfmc - PAEFI	150.000,00
01350003 - PAEFI	150.000,00
417213400080000 - Fmas Igdbf - Bolsa Familia	60.000,00
01350009 - Bolsa Família	60.000,00
417213400090000 - Cras Paif	144.000,00
01350004 - PAIF	144.000,00
417213400120000 - Igd - Suas	16.000,00
01350005 - IGD-SUAS	16.000,00
417213400130000 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	160.000,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	160.000,00
417213400140000 - Programa Acessuas Trabalho	110.000,00
01350007 - Programa ACESSUAS	110.000,00
417213400150000 - FMASPAI Criança e Adolescente	60.000,00
01350008 - Criança e Adolescente	60.000,00
417213400160000 - FMAS ACEPETI	72.000,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	72.000,00
417213500000000 - Transferências de recursos do fnde	4.345.250,00
417213501000000 - Transferências do salário-educação	2.990.000,00
01360000 - Salário Educação	2.990.000,00
417213502000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pdde	3.850,00
01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	3.850,00
417213503000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnae	950.600,00
01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	950.600,00
417213504000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnate	255.800,00
01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	255.800,00
417213599000000 - Outras transferências diretas do fnde	145.000,00
417213599020000 - Transf. diretas do FNDE - PAR	145.000,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	145.000,00
417213600000000 - Transferência financeira do ICMS desoneração - lc n.º 87/96	160.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	96.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	40.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	24.000,00
417219900000000 - Outras transferências da união	1.000.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.000.000,00
417220000000000 - Transferências dos estados	57.349.300,00
417220100000000 - Participação na receita dos estados	54.982.500,00
417220101000000 - Cota-parte do ICMS	42.832.500,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	25.699.500,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	10.708.125,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	6.424.875,00
417220102000000 - Cota-parte do IPVA	11.500.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	6.900.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	2.875.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	1.725.000,00
417220104000000 - Cota-parte do IPI s/ exportação	650.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	390.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	162.500,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	97.500,00
417223300000000 - Transferências de recursos do estado para programas de saúde	2.366.800,00
417223300010000 - Transferência Assistência Farmacêutica Básica	311.000,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	311.000,00



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 6 / 9

Conta	Valor
417223300040000 - SES/ Inc. Oxigênio Terap. Domiciliar -	25.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	25.000,00
417223300050000 - Ceo Ses - Centro de Especialidade Odonto	155.000,00
01380002 - Atenção Básica	155.000,00
417223300060000 - Ses - Cirurgias Eletivas	150.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	150.000,00
417223300070000 - Ses Samu	100.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	100.000,00
417223300080000 - Ses Diabetes	35.000,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	35.000,00
417223300100000 - Ses Gestão Plena	10.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	10.000,00
417223300110000 - Ses - Incentivo Hospitalar	654.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	654.000,00
417223300140000 - Ses/Cofinanciamento ATB.	310.800,00
01380002 - Atenção Básica	310.800,00
417223300160000 - Ses Terapia Renal	250.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	250.000,00
417223300200000 - Ses/quebra de Fluxo das Internações	60.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	60.000,00
417223300220000 - Ses - Cirurgias Oftalmológicas	30.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	30.000,00
417223300230000 - Adicional IAC/ SES	16.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	16.000,00
417223300240000 - SES/Transplantes.	10.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	10.000,00
417223300260000 - SES/Incentivo Financeiro Exames Diversos.	250.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	250.000,00
417240000000000 - Transferências multigovernamentais	31.450.000,00
417240100000000 - Transferências recursos do FUNDEB	31.450.000,00
01180000 - Transferencias do FUNDEB 60%	28.648.231,00
01190000 - Transferencias do FUNDEB 40%	2.801.769,00
417600000000000 - Transferências de convênios	1.522.000,00
417620000000000 - Transferências dos estados/df e suas entidades	1.482.000,00
417620200000000 - Transferências de convênios dos estados destinados a programas de educação	1.280.000,00
01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.280.000,00
417629900000000 - Outras transferências de convênios dos estados	202.000,00
417629900940000 - FEAS - Fmas/Básica/Custeio	55.000,00
01610002 - Básica Custeio	55.000,00
417629900950000 - Feas / Benefícios Eventuais	12.000,00
01610001 - Benefícios Eventuais	12.000,00
417629900970000 - Conv. Creas Estado	69.000,00
01610003 - CREAS	69.000,00
417629900980000 - Conv. Estado - Alta Complex - Abrigo	66.000,00
01610004 - ABRIGO	66.000,00
417630000000000 - Transferências de convênio dos municípios e suas entidades	40.000,00
417639900000000 - Outras transferências de convênio dos municípios	40.000,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	20.000,00
01800000 - Outras Especificações	20.000,00
419000000000000 - Outras receitas correntes	6.254.482,00
419100000000000 - Multas e juros de mora	2.351.382,00
419110000000000 - Multas e juros de mora dos tributos	148.000,00
419113800000000 - Multas e juros de mora do IPTU	28.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	16.800,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	7.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	4.200,00
419114000000000 - Multa e juros de mora - ISS	100.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	60.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	25.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	15.000,00
419119900000000 - Multas e juros de mora de outros tributos	20.000,00
419119901000000 - Multas e juros mora de outros tributos	20.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	20.000,00
419120000000000 - Multas e juros de mora das contribuições	6.800,00
419129900000000 - Multas e juros de mora de outras contribuições	6.800,00
419129901000000 - Multas e juros de mora de outras contribuições	6.800,00
419129901010000 - Multas e juros de mora de outras contribuições	6.800,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	4.800,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL81101-482-NDXVAE-166270818 - Emitido por: HILDA CAMINI

09/04/2015 09:20





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 7 / 9

Conta	Valor
419129901010000 - Multas e juros de mora de outras contribuições	6.800,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	2.000,00
419130000000000 - Multa e juros de mora dívida ativa dos tributos	510.000,00
419131100000000 - Multas e juros de mora - IPTU	100.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	60.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	25.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	15.000,00
419131300000000 - Multas e juros de mora - ISS	230.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	138.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	57.500,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	34.500,00
419139900000000 - Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributos	180.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	180.000,00
419150000000000 - Multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas	69.982,00
419159900000000 - Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas	69.982,00
419159901000000 - Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas - principal	69.982,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	69.982,00
419180000000000 - Multas e juros de mora de outras receitas	200,00
419189900000000 - Outras multas e juros de mora	200,00
419189900000001 - Outras Multas e Juros de Mora	200,00
02000000 - Recursos Ordinarios	200,00
419190000000000 - Multas de outras origens	1.616.400,00
419191500000000 - Multas previstas na legislação de trânsito	1.435.000,00
419191500010000 - Multas de Infração de Transito - Convenio	430.000,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	139.750,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	139.750,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	150.500,00
419191500020000 - Multas de Infração de Transito - Radar e	800.000,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	196.000,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	196.000,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	408.000,00
419191500030000 - Multas de Infração de Transito - Área Azul	180.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	180.000,00
419191500040000 - Multas de Infração de Transito - Renainf	25.000,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	25.000,00
419192700000000 - Multas e juros previstos em contratos	90.100,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	90.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	100,00
419195000000000 - Multas por autos de infração	48.000,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	45.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	3.000,00
419199900000000 - Outras multas	43.300,00
419199900030000 - Multas por Infração da Lei da Infância e	6.000,00
02060001 - FIA Demais Recursos	6.000,00
419199900990000 - Outras Multas	37.300,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	37.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	300,00
419200000000000 - Indenizações e restituições	2.106.100,00
419210000000000 - Indenizações	300.000,00
419219900000000 - Outras indenizações	300.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	299.000,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	1.000,00
419220000000000 - Restituições	1.806.100,00
419220100000000 - Restituições de convênios	800,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	800,00
419221000000000 - Compensações financeiras regime geral e próprio de previdência do servidor	390.000,00
419221001000000 - Compensações financeiras entre RGPS x RPPS - principal	390.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	390.000,00
419229900000000 - Outras restituições	1.415.300,00
419229900020000 - Outras Restituições	710.300,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	67.500,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	640.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	1.500,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	100,00
01380002 - Atenção Básica	100,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	1.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	100,00





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 8 / 9

Conta	Valor
419229900030000 - Outras Restituições - IPRECON	5.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	5.000,00
419229900040000 - Outras Restituições - FUMAS (Dependentes)	700.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	700.000,00
419300000000000 - Receita da dívida ativa	1.343.000,00
419310000000000 - Receita da dívida ativa tributária	1.150.000,00
419311100000000 - Receita da dívida ativa - IPTU	260.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	156.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	65.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	39.000,00
419311300000000 - Receita da dívida ativa - ISS	380.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	228.000,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	95.000,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	57.000,00
419319800000000 - Receita da dívida ativa das contribuições de melhoria	160.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	160.000,00
419319900000000 - Receita da dívida ativa de outros tributos	350.000,00
419319901000000 - Receita da dívida ativa de outros tributos - principal	350.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	350.000,00
419320000000000 - Receitas da dívida ativa não tributária	193.000,00
419329900000000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	193.000,00
419329901000000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas -principal	193.000,00
419329901010000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas - PMC	180.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	180.000,00
419329901020000 - Receita Divida Ativa não Tributária - FUMDEAGRO	13.000,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	13.000,00
419900000000000 - Receitas diversas	454.000,00
419900200000000 - Receita de ônus sucumbência de ações judiciais	10.000,00
419900202000000 - Receita de ônus de sucumbência	10.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	10.000,00
419909900000000 - Outras receitas	444.000,00
419909900010000 - Outras Receitas - Fia	54.000,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	54.000,00
419909900020000 - Receitas Soc. Corpo de Bomb. Voluntarios	350.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	350.000,00
419909900050000 - Outras Receitas - Pagamento a Maior de Dívida Ativa	20.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	20.000,00
419909900060000 - Outras receitas correntes - diversas	20.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	15.000,00
02000000 - Recursos Ordinarios	5.000,00
420000000000000 - Receitas de capital	11.168.200,00
422000000000000 - Alienação de bens	330.000,00
422100000000000 - Alienação de bens móveis	290.000,00
422150000000000 - Alienação de veículos	230.000,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	230.000,00
422190000000000 - Alienação de outros bens móveis	60.000,00
422190000000002 - Alineação de Outros Bens Moveis - Ed	20.000,00
01870000 - Alineacao de Bens Prog.educacao Basica	20.000,00
422190000000003 - Alienação de Outros Bens Moveis - Saúde	40.000,00
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	40.000,00
422200000000000 - Alienação de bens imóveis	40.000,00
422250000000000 - Alienação de imóveis urbanos	40.000,00
422250000010000 - Alienação de imoveis urbanos - Vinc. 289000	40.000,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	40.000,00
424000000000000 - Transferências de capital	10.838.200,00
424200000000000 - Transferências intergovernamentais	6.230.000,00
424210000000000 - Transferências da união	5.170.000,00
424219900000000 - Outras transferências da união	5.170.000,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	5.170.000,00
424220000000000 - Transferências dos estados	1.060.000,00
424229900000000 - Outras transferências dos estados	1.060.000,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	1.060.000,00
424700000000000 - Transferências de convênios	4.608.200,00
424710000000000 - Transf. convênio da união e suas entidades	4.518.200,00
424710100000000 - Transferências de convênios da união - SUS	2.199.000,00
424710100000001 - Transferências de Conv. da União Sus	140.000,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	140.000,00





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 9 / 9

Conta	Valor
424710100000005 - Academia de Saúde	280.000,00
01380002 - Atenção Básica	280.000,00
424710100000006 - ESF Estratégia da Saúde da Família	1.143.000,00
01380002 - Atenção Básica	1.143.000,00
424710100000007 - PMAQ - Programa Nacional de Melhoria de Acesso a Qualidade	636.000,00
01380002 - Atenção Básica	636.000,00
424710200000000 - Transf. convênios da união destinados a programas de educação	2.319.200,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	2.319.200,00
424720000000000 - Transferência de convênios dos estados/df e suas entidades	90.000,00
424729900000000 - Outras transferências de convênio dos estados/df	90.000,00
424729900970000 - Convenio Creas - Estado	46.000,00
01610003 - CREAS	46.000,00
424729900980000 - Convenio Estado Alta Complexidade Abrigo	44.000,00
01610004 - ABRIGO	44.000,00
470000000000000 - Receitas correntes intra-orçamentárias	7.325.935,00
472000000000000 - Receita de contribuições - intra-orçamentárias	5.925.935,00
472100000000000 - Contribuições sociais - intra-orçamentárias	5.925.935,00
472102900000000 - Contribuições previdenciárias do regime próprio	4.010.935,00
472102901000000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil	2.990.000,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	2.990.000,00
472102903000000 - Contribuição patronal de servidor inativo civil	4.842,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	4.842,00
472102905000000 - Contribuição patronal de pensionista civil	2.421,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	2.421,00
472102913000000 - Contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial	1.013.672,00
02030000 - Contribuicao para RPPS	1.013.672,00
472109900000000 - Outras Contribuições Sociais	1.915.000,00
472109900010000 - Contribuição Patronal Servidores Ativos	1.700.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	1.700.000,00
472109900020000 - Contribuição Patronal Pensionistas	30.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	30.000,00
472109900030000 - Contribuição Patronal Aposentados	140.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	140.000,00
472109900040000 - Contribuição Patronal Auxílio Doença	35.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	35.000,00
472109900050000 - Contribuição Patronal Maternidade	10.000,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	10.000,00
479000000000000 - Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	1.400.000,00
479400000000000 - Rec. decorrentes aportes periódicos p/ amortização déficit atuarial RPPS	1.400.000,00
479400100000000 - Receitas decorrentes de aportes p/ amortização déficit atuarial RPPS	1.400.000,00
02050000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	1.400.000,00
900000000000000 - (r) Deduções da receita	(16.829.100,00)
910000000000000 - (r) Deduções da receita corrente	(16.829.100,00)
917000000000000 - (r) Dedução da receita de transferências correntes	(16.829.100,00)
917200000000000 - (r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais	(16.829.100,00)
917210000000000 - (r) Dedução da receita de transferências da união	(5.832.600,00)
917210100000000 - (r) Dedução da receita de participação na receita da união	(5.800.600,00)
917210102000000 - (r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	(5.800.000,00)
917210102010000 - (r)ded. da Rec.do F.de Part.dos Mun-fpm	(5.800.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(5.800.000,00)
917210105000000 - (r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	(600,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(600,00)
917213600000000 - (r) Dedução da receita do ICMS desoneração - Ic 87/96	(32.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(32.000,00)
917220000000000 - (r) Dedução da receita de transferência dos estados	(10.996.500,00)
917220100000000 - (r) Dedução da receita de transferência dos estados	(10.996.500,00)
917220101000000 - (r) Dedução da receita do ICMS	(8.566.500,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(8.566.500,00)
917220102000000 - (r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA	(2.300.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(2.300.000,00)
917220104000000 - (r) Dedução da receita do IPI - exportação	(130.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	(130.000,00)
<b>Total:</b>	<b>221.435.000,00</b>

LEI ORDINARIA Nº 4766 ANEXO II LDO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Planejamento e Orçamento

Anexo II - Prioridades e Metas

Entidade: Consolidado

Ano da LDO: 2016

Pág 1 / 88



PROGRAMA DE GOVERNO:  
0001 - Ação Legislativa - Câmara Municipal de Vereadores

OBJETIVOS:  
Apreciar proposições em geral; apurar fatos determinados; exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e do Poder Público Municipal; desempenhar as demais prerrogativas constitucionais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2001 - Manutenção das Atividades Legislativas.	Unidade	Requisições	100,0000	3.331.248,12	-
TOTAL DO PROGRAMA:				3.331.248,12	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 2 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0002 - Apoio Administrativo - GP**

**OBJETIVOS:**

Prover o Gabinete do Prefeito e suas Assessorias, com recursos e meio necessários a implementação e gastos dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		Unidade	Requisições	200,0000	2.316.453,69	-
					2.316.453,69	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>2.316.453,69</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0003 - Planejamento e Orçamento - GP**

**OBJETIVOS:**

Promover a implantação, e acompanhamento das peças orçamentárias, PPA, LDO e LOA, integrando Planejamento, Orçamento e Gestão, formalização de projetos para captação de recursos e reformulação, implantação e acompanhamento do Programa Orçamento Participativo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2003 - Manutenção da Assessoria de Planejamento e Orçamento		Unidade	Requisições	100,0000	113.870,87	-
					113.870,87	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
		TOTAL DO PROGRAMA:			113.870,87	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0004 - Comunicação - GP**

**OBJETIVOS:**

Difundir informações e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, tornando o governo absolutamente transparente e garantindo a publicidade dos atos oficiais.  
Promover campanha de conscientização para captação de águas da chuva. (Emenda Aditiva nº 5 do Vereador Rogério Luciano Pacheco).

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2004 - Manutenção da Assessoria de Comunicação Social	Unidade	Requisições	100,0000	1.152.839,62	-
				1.152.839,62	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:				1.152.839,62	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0005 - Serviços Jurídicos - GP**

**OBJETIVOS:**

Defender os interesses do Município no contencioso administrativo e judicial a prestar assessoria jurídica a Administração Municipal.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2005 - Manutenção da Assessoria Jurídica	Unidade	Requisições	100,0000	71.169,29	-
TOTAL DO PROGRAMA:				71.169,29	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				-	-



PROGRAMA DE GOVERNO:  
0006 - Investimentos Gerais - GP

OBJETIVOS:

Proporcionar a Administração Superior os bens e equipamentos necessários para o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento da comunidade, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001 - Modernização e Organização Administrativa - GP	Unidade	Requisições	120,0000	95.188,93	-
TOTAL DO PROGRAMA:				95.188,93	-





**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 7 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
0007 - Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito

**OBJETIVOS:**

Prover o Gabinete do Vice-prefeito com recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2006 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito		Unidade	Requisições	45,00000	299.600,00	-
					299.600,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>299.600,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HIL DA CAMINI

26/05/2015 10:16

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0008 - Gestão, Transparência e Eficácia - Manutenção das Atividades da SEMAD**

**OBJETIVOS:**

Estruturar a SEMAD com recursos e meios necessários para oportunizar a articulação, implementação e gestão dos seus projetos e das demais Unidades Administrativas do Município.  
Otimizar a prestação de serviços e garantir a eficiência e eficácia no atendimento ao usuário do serviço público.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2007 - Manutenção das Atividades - Meio da SEMAD.		Unidade	Requisições	200,0000	4.546.046,54	-
					4.351.046,54	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					195.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>4.546.046,54</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0009 - Afirmção da Política de Gestão Humana - SEMAD**

**OBJETIVOS:**

Estimular o servidor público municipal, em todos os aspectos do desenvolvimento humano, especialmente técnico, emocional e social.  
Promover integração das unidades administrativas do Poder Executivo Municipal.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2009 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos - SEMAD:	Unidade	Requisições	100,0000	94.771,33	-
				94.771,33	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:				94.771,33	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 10 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Manutenção do Procon - SEMAD.**

**OBJETIVOS:**

Buscar meios para assegurar os direitos do consumidor e prestar serviços de qualidade ao cidadão.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2009 - Manutenção das Atividades do Procon - SEMAD		Unidade	Requisições	50,0000	20.000,00	-
					20.000,00	01800000 - Outras Especificações
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>20.000,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0011 - Investimentos Gerais - SEMAD**

**OBJETIVOS:**  
Estruturar as Unidades administrativas com equipamentos e locais adequados, para desempenho de um trabalho com qualidade para a população.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1002 - Modernização e Organização Administrativa - SEMAD		Unidade	Requisições	50,0000	9.477,13	-
					9.477,13	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>9.477,13</b>	<b>-</b>



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 12 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0012 - Manutenção das Atividades - FMDD - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos**

**OBJETIVOS:**

Ressarcir e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor a bens e direitos difusos e coletivos no âmbito do Município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2045 - Manutenção das Atividades do FMDD		Unidade	Requisições	60,0000	45.500,00	-
					45.500,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>45.500,00</b>	<b>-</b>

**IPM - Informática Ltda**

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



Pág 13 / 88

**OBJETIVOS:**  
Proporcionar aos servidores do FUMAS, as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2351	Manutenção das Atividades - Meio do FUMAS	Unidade	Requisições	150,0000	160.000,00	-
					160.000,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS
TOTAL DO PROGRAMA:					160.000,00	-

26/05/2015 10:16





**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0014 - Investimento Gerais- FUMAS**

**OBJETIVOS:**

Proporcionar a estrutura física e equipamentos para o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento dos servidores e dependentes usuários, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1351 - Modernização e Organização Administrativa do FUMAS	Unidade	Requisições	100,0000	49.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				49.000,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0015 - Assistência Médica aos Servidores Municipais - FUMAS.**

**OBJETIVOS:**  
Proporcionar assistência médica, hospitalar e ambulatorial para os Servidores Municipais e seus dependentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED. Requisições	META	VALOR	RECURSOS
2603 - Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar - FUMAS	Unidade		250,0000	5.100.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				5.100.000,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS
				5.100.000,00	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0016 - Apoio Administrativo - SEMUF**

**OBJETIVOS:**

Prover a Secretaria Municipal de Finanças com informações e meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2010 - Manutenção das Atividades - Meio da SEMUF		Unidade	Requisições	200,0000	1.528.100,00	-
					1.528.100,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>1.528.100,00</b>	<b>-</b>



Pág 17 / 88

**OBJETIVOS:** Proporcionar à secretaria condições de desenvolver serviços de qualidade ao público em geral e às demais secretarias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1003 - Modernização e Organização Administrativa - SEMUF		Unidade	Requisições	100,00000	20.000,00	-
					20.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>20.000,00</b>	<b>-</b>

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0018 - Apoio Administrativo - SEMED**

**OBJETIVOS:**

Prover a Secretaria Municipal de Educação com recursos e meio necessário a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2012 - Manutenção das Atividades - Meio da SEMED		Unidade	Requisições	250,0000	2.550.170,00	-
					2.550.170,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>2.550.170,00</b>	-

MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



PROGRAMA DE GOVERNO:

0019 - Garantia de acesso, da permanência e da conclusão do Ensino Fundamental - SEMED.

OBJETIVOS:

- Manter e aperfeiçoar as ações da merenda escolar.
- Elevar o atendimento escolar por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão do ensino Fundamental, nas suas etapas e modalidades de ensino.
- Ampliar a estrutura física e de recursos didático-pedagógicos das unidades escolares do ensino fundamental.
- Manter e aperfeiçoar os serviços de transporte escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2013 - Ações da Administração Escolar- SEMED		Unidade	Requisições	300,0000	6.451.481,00	-
					5.133.663,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
					1.317.818,00	01190000 - Transferencias do FUNDEB 40%
2014 - Ações de Merenda Escolar - SEMED		Unidade	Requisições	100,0000	550.700,00	-
					150.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					400.700,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC
2015 - Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB		Unidade	Requisições	200,0000	22.389.537,00	-
					21.189.537,00	01180000 - Transferencias do FUNDEB 60%
					1.200.000,00	01190000 - Transferencias do FUNDEB 40%
2016 - Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED		Unidade	Requisições	300,0000	3.321.450,00	-
					2.600.000,00	01360000 - Salário Educação
					3.850,00	01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
					170.000,00	01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE
					145.000,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE
2017 - Ações de Ensino Fundamental - SEMED		Unidade	Requisições	100,0000	402.600,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação
					750.000,00	-
					750.000,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
TOTAL DO PROGRAMA:					33.463.168,00	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0020 - Fortalecer o Ensino Superior Gratuito no Município - SEMED**

**OBJETIVOS:**

Apoiar financeiramente e logisticamente a implantação do Ensino Superior gratuito (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS).  
Articular a oferta de cursos de licenciatura com instituições públicas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1006 - Apoio Financeiro e Logístico para o Ensino Superior - SEMED		Unidade	Requisições	100,0000	1.000,00	-
					1.000,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
					<b>1.000,00</b>	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>						



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Planejamento e Orçamento

Anexo II - Prioridades e Metas

Entidade: Consolidado

Ano da LDO: 2016



PROGRAMA DE GOVERNO:

0021 - Garantia de acesso e permanência - Educação Infantil - SEMED

OBJETIVOS:

Elevar o atendimento na Educação Infantil por meio da promoção do acesso e da permanência.

Ampliar e qualificar a estrutura física e de recursos didático-pedagógicos para a Educação Infantil.

Manter e aperfeiçoar as ações da merenda escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2018 - Ações de Educação Infantil para os CMEIs - SEMED		Unidade	Requisições	500,0000	8.180.312,00	-
					2.939.667,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
					4.864.694,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%
					215.951,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%
2019 - Ações de Merenda para os CMEIs - SEMED		Unidade	Requisições	100,0000	160.000,00	01360000 - Salário Educação
					680.000,00	-
					300.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					380.000,00	01370002 - Programa Nac. Alim. Escolar - PNAE/PNAC
2608 - Ações de Educação Infantil para Pré-escola - SEMED					4.287.550,00	-
					1.425.550,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
					2.762.000,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%
					100.000,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%
2609 - Ações de Merenda para Pré-escola - SEMED					310.000,00	-
					140.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					170.000,00	01370002 - Programa Nac. Alim. Escolar - PNAE/PNAC
					TOTAL DO PROGRAMA:	



Pág 22 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0022 - Educação especial - SEMED**

**OBJETIVOS:**

Construir uma política de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2021 - Ações da Educação Especial - SEMED		Unidade	Requisições	60,0000	400,00	-
					400,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>400,00</b>	<b>-</b>



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 23 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0023 - Educação de Jovens e Adultos - SEMED**

**OBJETIVOS:**

Resgatar alunos que não tiveram oportunidade escolar com menor e maior idade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2604	Ações da Educação de Jovens e Adultos - SEMED	Unidade	Requisições	50,0000	400,00	-
					400,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>400,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0024 - Ensino Médio - SEMED**

**OBJETIVOS:**  
Assegurar as condições de acesso, permanência e terminalidade ao aluno do Ensino Médio.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2011 - Ações do Ensino Médio - Convênios - SEMED		Unidade	Requisições	150,0000	966.000,00	-
					86.000,00	01370003 - Programa Nac.Apóio ao Transporte - PNATE
					880.000,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação
TOTAL DO PROGRAMA:					966.000,00	-



PROGRAMA DE GOVERNO:  
0025 - Investimentos Gerais - SEMED

OBJETIVOS:  
Garantir a Administração o desenvolvimento das metas e ações para atendimento da comunidade, com qualidade e transparência, observada a legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1004 - Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED	Unidade	Requisições	350,0000	890.000,00	-
				250.000,00	01360000 - Salário Educação
				640.000,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE
1005 - Modernização e Organização Administrativa - SEMED	Unidade	Requisições	200,0000	21.000,00	-
1007 - Modernização e Organização Administrativa - CMEIs - SEMED	Unidade	Requisições	100,0000	21.000,00	01870000 - Alineacao de Bens Prog.educacao Basica
				1.730.000,00	-
				50.000,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação
				1.680.000,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE
TOTAL DO PROGRAMA:				2.641.000,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0026 - Apoio Administrativo - SEMADRA**

**OBJETIVOS:**  
Prover as Unidades Administrativas da Municipalidade com recursos e meio necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2022 - Manutenção das Atividades - Meio da SEMADRA.		Unidade	Requisições	200,0000	2.413.318,59	-
					2.394.118,59	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					19.200,00	01080000 - Contribuição - COSIP
TOTAL DO PROGRAMA:					2.413.318,59	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0027 - Promoção da Produção Vegetal - SEMADRA**

**OBJETIVOS:**  
Repasse de recurso para melhorar as condições ambientais e gerar renda através da população agrícola.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2023 - Ações da Promoção da Produção Vegetal - SEMADRA		Unidade	Requisições	100,0000	62.686,14	-
					62.686,14	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:					62.686,14	-





**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0028 - Promoção da Produção Animal - SEMADRA.**

**OBJETIVOS:**  
Repasse de recursos para a promoção de melhoramento genético, proporcionando maior produtividade e visando a sustentabilidade da atividade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2024 - Ações da Promoção da Produção Animal - SEMADRA.		Unidade	Requisições	150,0000	428.070,20	-
					428.070,20	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					<b>428.070,20</b>	-
TOTAL DO PROGRAMA:						



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 29 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0029 - Abastecimento - SEMADRA.**

**OBJETIVOS:**

Agregar valor a produção e gerar emprego no meio rural, bem como aumentar a arrecadação de tributos no Município provenientes da Agropecuária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2025 - Ações de Abastecimento na Agricultura - SEMADRA.		Unidade	Requisições	150,0000	117.170,36	-
					117.170,36	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>117.170,36</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 30 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
0030 - Extensão Rural - SEMADRA

**OBJETIVOS:**

Recuperar e manter a fertilidade dos solos aptos para todas as atividades agrícolas.  
Repasse de recursos para promover a infraestrutura necessária as propriedades rurais.  
Instalação de Silos para armazenamento de grãos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2026 - Ações da Extensão Rural - SEMADRA	Unidade	Requisições	200.000,00		3.856.133,20	-
					3.576.133,20	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					180.000,00	01340000 - Transferências de Convênios - União
					70.000,00	01640001 - Transferências de Convênios - Estado
					30.000,00	01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>3.856.133,20</b>	-

**Emenda Aditiva nº 1 – Vereador Mauro Mendes**

Nº Ação	Nome da Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta
2026-A	Aquisição de áreas de terras para instalação de silos para armazenamento de grãos	Áreas de terras	m²	100.000

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0031 - Investimentos Gerais - SEMADRA.**

**OBJETIVOS:**

Proporcionar a Administração o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento da comunidade, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1008 - Modernização e Organização - SEMADRA.		Unidade	Requisições	150,0000	140.604,43	-
					140.604,43	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>140.604,43</b>	<b>-</b>

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0032 - Apoio administrativo - FUMDEAGRO**

**OBJETIVOS:**  
Prover o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, com recursos e meio necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2301 - Manutenção das Atividades - Meio do FUMDEAGRO		Unidade	Requisições	50,0000	13.000,00	-
					13.000,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO
				<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>	<b>13.000,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0033 - Promoção da Produção Animal - FUMDEAGRO**

**OBJETIVOS:**  
Capacitação de agricultores visando ao melhoramento da atividade pecuária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2302 - Ações da Produção Animal - FUMDEAGRO		Unidade	Requisições	50,0000	8.500,00	-
					8.500,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO
TOTAL DO PROGRAMA:					8.500,00	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 34 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0034 - Abastecimento - FUMDEAGRO**

**OBJETIVOS:**

Agregar valor a produção e gerar emprego no meio rural, bem como aumentar a arrecadação de tributos no Município, provenientes da agropecuária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2303 - Ações de Abastecimento - FUMDEAGRO		Unidade	Requisições	100,0000	40.000,00	-
					40.000,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>40.000,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16





**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0035 - Extensão Rural - FUMDEAGRO**

**OBJETIVOS:**

Repasse de recursos para promover a infraestrutura necessária as propriedades rurais.  
Estudo de viabilidade e implantação do Programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). (Emenda Aditiva nº 2 do Vereador Marcos Antônio Dartora).

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2304 - Ações da Extensão Rural - FUMDEAGRO		Unidade	Requisições	150,0000	73.585,18	-
					58.585,18	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					15.000,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO
TOTAL DO PROGRAMA:					73.585,18	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0036 - Saneamento Básico Rural - FUMDEAGRO**

**OBJETIVOS:**  
Melhorar o meio ambiente através do saneamento básico rural proporcionando a melhor qualidade de vida.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301 - Ações do Saneamento Básico Rural - FUMDEAGRO		Unidade	Requisições	100,0000	58.585,18	-
					58.585,18	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:					58.585,18	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0037 - Manutenção Modernização e Organização Administrativa - SEMURB**

**OBJETIVOS:**  
Atender as necessidades Administrativas, atendimento aos servidores, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2027 - Manutenção Modernização e Organização Administrativa - SEMURB		Unidade	Requisições	20,0000	5.542.569,29	-
					5.485.569,29	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					57.000,00	01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
					TOTAL DO PROGRAMA:	



Pág 38 / 88

**OBJETIVOS:**  
Manter a qualidade de vida através o ordenamento territorial.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2028 - Ações de Ordenamento Territorial - SEMURB		Unidade	Requisições	50,0000	35.952,82	-
					35.952,82	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>35.952,82</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0039 - Serviços Urbanos - SEMURB.**

**OBJETIVOS:**  
Manutenção e melhorias nos logradouros públicos, equipamentos, bens móveis Imóveis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2029 - Ações dos Serviços Urbanos - SEMURB		Unidade	Requisições	300,0000	3.897.051,03	-
					2.247.051,03	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					1.650.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
TOTAL DO PROGRAMA:					3.897.051,03	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0040 - Saneamento Básicos Urbano - SEMURB**

**OBJETIVOS:**  
Limpeza Urbana.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2030 - Ações de Saneamento Urbano - SEMURB		Unidade	Requisições	250,0000	3.145.871,45	-
TOTAL DO PROGRAMA:					3.145.871,45	-

**Emenda Aditiva nº 4 – Vereador Rogério Luciano Pacheco**

Nº Ação	Nome da Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta
2030-A	Aquisição de lixeiras destinadas para o lixo tóxico	Lixeiras	Unidade	150



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0041 - Trânsito e Mobilidade Urbana - SEMURB**

**OBJETIVOS:**

- Garantir a segurança e mobilidade dos pedestres.
- Manutenção das atividades do Departamento de Trânsito.
- Melhorar, ampliar e modernizar o transporte coletivo urbano.
- Melhorar o fluxo de pedestres e veículos, garantindo a segurança.
- Otimizar o fluxo de veículos nas principais vias da cidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2031 - Ações de Sinalização Urbana - SEMURB	Unidade	Requisições	400,0000	803.464,08	-
				179.764,08	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				136.300,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar
				138.300,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil
				349.100,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:				803.464,08	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0042 - Infraestrutura Urbana - SEMURB**

**OBJETIVOS:**

- Continuidade das atividades de manutenção dos serviços urbanos.
- Melhorar a qualidade de vida da população urbana.
- Implantar e melhorar acessos sobre os rios e córregos.
- Proporcionar espaços de lazer a população.
- Proporcionar a adequada iluminação de vias e acessos públicos e atender as necessidades de ampliação de rede.
- Proporcionar opção de deslocamento aéreo para a comunidade.
- Promover a melhoria na iluminação da Praça Dogelo Goss. (Emenda Aditiva nº 6 do Vereador Rogério Luciano Pacheco).

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009 - Modernização Urbanística - SEMURB	Unidade	Requisições	500,0000	12.326.745,31	-
				1.025.845,31	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				450,00	01070000 - Contribuição - CIDE
				250.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
				10.000,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
				5.000.000,00	01340000 - Transferências de Convênios - União
				416.300,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo
				4.544.150,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira
				1.000.000,00	01640001 - Transferências de Convênios - Estado
				80.000,00	01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>12.326.745,31</b>	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0043 - Apoio Administrativo - SEDES**

**OBJETIVOS:**

Prover a Secretaria Municipal de Desenv. Social, Cidadania e Habitação com recursos e meios necessários a implementação de gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2032 - Manutenção das Atividades - Meio da SEDES		Unidade	Requisições	250,0000	4.233.270,00	-
					4.167.970,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					65.300,00	01080000 - Contribuição - COSIP
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>4.233.270,00</b>	<b>-</b>

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0044 - Ações da Assistência Social - SEDES**

**OBJETIVOS:**

Promoção da cidadania dos usuários; prevenção a violação de direitos; valorização histórico-cultural, emancipação da mulher e melhoria na qualidade de vida tanto da mulher, como do idoso do Município de Concórdia.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2033 - Ações da Assistência Social - SEDES		Unidade	Requisições	150,0000	400.000,00	-
					400.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					<b>400.000,00</b>	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>						



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0045 - Assistência Social a Criança e ao Adolescente - SEDES**

**OBJETIVOS:**  
Garantir a prevenção as situações de risco e violação de direitos ou reinserção social quando do rompimento ou fragilização dos vínculos familiares da criança e do adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED. Requisições	META	VALOR	RECURSOS
2034 - Ações de Assistência a Criança e ao Adolescente - SEDES.	Unidade		150,0000	5.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				5.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				5.000,00	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0046 - Assistência Comunitária - SEDES**

**OBJETIVOS:**

Possibilitar a organização e estruturação comunitária, visando o resgate cultural, desenvolvendo a participação social; promover a valorização da mulher; prestar assistência em caráter de emergência e de promoção social para cidadãos carentes.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2035 - Ações de Assistência Comunitária - SEDES		Unidade	Requisições	250,0000	601.000,00	-
					601.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>	<b>601.000,00</b>	<b>-</b>



PROGRAMA DE GOVERNO:  
0047 - Investimentos Gerais- SEDES

OBJETIVOS:  
Proporcionar a administração o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento da comunidade, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1010 - Modernização e Organização Administrativa - SEDES	Unidade	Requisições	100,0000	119.280,00	-
				79.280,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				40.000,00	01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
TOTAL DO PROGRAMA:				119.280,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0048 - Habitação Urbana e Rural - FMHIS**

**OBJETIVOS:**

Fornecer materiais de construções para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, na realização de reformas e adequações em suas residências. Auxiliar as famílias em situação de emergência, em função de intempéries climáticas, incêndio ou insalubridade habitacional e também aquelas em situação de risco social, com direitos ameaçados ou violados.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2252 - Ações das Habitações Rurais - FMHIS	Unidade	Requisições	100,0000	50.000,00	-
				50.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
2253 - Ações das Habitações Urbanas - FMHIS	Unidade	Requisições	150,0000	174.000,00	-
				130.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				44.000,00	01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS
TOTAL DO PROGRAMA:				224.000,00	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0049 - Apoio Administrativo - FMHIS**

**OBJETIVOS:**

Propiciar ao Fundo os meios e condições necessárias a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2605 - Manutenção das Atividades - Meio do FMHIS		Unidade	Requisições	100,0000	148.600,00	-
					148.600,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>148.600,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0050 - Apoio Administrativo - SEDET.**

**OBJETIVOS:**  
Atender as necessidades administrativas, atendimento aos servidores e manutenção de bens móveis e imóveis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2036 - Manutenção das Atividades - Meio da SEDET.		Unidade	Requisições	150,0000	432.288,64	-
					426.288,64	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					6.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
TOTAL DO PROGRAMA:					432.288,64	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0051 - Promoção Industrial e Comercial - SEDET**

**OBJETIVOS:**

Desenvolver ações para a implantação modernização e manutenção de indústrias em Concórdia.  
Fomentar projetos que promovam o Comércio e a prestação de serviços, tomando Concórdia um pólo regional nestes quesitos.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2037 - Ações da Produção Industrial - SEDET	Unidade	Requisições	300,0000	1.843.661,41	-
				1.843.661,41	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
2038 - Ações da Promoção Comercial e Serviços - SEDET	Unidade	Requisições	250,0000	981.074,32	-
				981.074,32	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:				2.824.735,73	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0052 - Atividades Voltadas ao Turismo e Eventos - SEDET**

**OBJETIVOS:**  
Tornar Concórdia referência em turismo cultural, eventos, negócios, agro ecoturismo e turismo Rural.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2039 - Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo - SEDET		Unidade	Requisições	400,0000	1.067.845,74	-
					888.445,74	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					179.400,00	01080000 - Contribuição - COSIP
	TOTAL DO PROGRAMA:				1.067.845,74	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0053 - Investimentos Gerais - SEDET**

**OBJETIVOS:**  
Proporcionar a Administração desenvolvimento de trabalho qualificado, para atendimento da comunidade de maneira transparente, observando a legislação vigente.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1012 - Modernização e Organização Administrativa da SEDET		Unidade	Requisições	150,0000	47.694,89	-
					47.394,89	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					300,00	01080000 - Contribuição - COSIP
					TOTAL DO PROGRAMA:	



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0054 - Apoio Administrativo - SEMUT**

**OBJETIVOS:**  
Prover a Secretaria Municipal de Transportes com recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programa finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2040 - Manutenção das Atividades Meio da SEMUT		Unidade	Requisições	250,0000	3.021.240,00	-
					2.980.740,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					40.500,00	01080000 - Contribuição - COSIP
					TOTAL DO PROGRAMA:	

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0055 - Transporte Rodoviário - SEMUT**

**OBJETIVOS:**  
Manter pontes bueiros e pontilhões sempre em boas condições de uso.  
Manter a frota de máquinas e veículos sempre em boas condições de uso para dar manutenção na malha viária Municipal.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2041 - Ações do Transporte Rodoviário - SEMUT		Unidade	Requisições	30,0000	2.629.910,00	-
					2.629.910,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL DO PROGRAMA:					2.629.910,00	-





PROGRAMA DE GOVERNO:

0056 - Investimento Gerais - SEMUT

OBJETIVOS:

Proporcionar qualidade de vida a população e servidores do Município, atendimento a comunidade de maneira transparente, observada a legislação vigente. Execução da pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a BR-153 até a sede da comunidade de Pinhal. (Emenda Modificativa nº 10 dos Vereadores: Edilson Massocco, Artêmio Ortigara, Dirceu Biondo, Marilane Fiametti Stuari e Jaderson Miguel Prudente).

Contratação do projeto técnico para pavimentação do trecho compreendido entre a sede do distrito de Engenho Velho até a sede da comunidade de Terra Vermelha. (Emenda Modificativa nº 10 dos Vereadores: Edilson Massocco, Artêmio Ortigara, Dirceu Biondo, Marilane Fiametti Stuari e Jaderson Miguel Prudente).

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013 - Modernização e Organização do Transporte - SEMUT	Unidade	Requisições	100,0000	1.922.409,02	-
				1.852.409,02	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				70.000,00	01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
TOTAL DO PROGRAMA:				1.922.409,02	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 57 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0057 - Serviços da Dívida Interna - Encargos Especiais**

**OBJETIVOS:**

Disponer dos recursos necessários para saldar os compromissos da dívida interna do Município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2042 - Ações da Dívida Interna - Encargos Especiais		Unidade	Requisições	75,0000	2.850.000,00	-
					2.850.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>2.850.000,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0058 - Outros Encargos Especiais - Encargos Especiais**

**OBJETIVOS:**  
Disponibilizar recursos para outras despesas dos Encargos Especiais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2043 - Ações de Outros Encargos Especiais.		Unidade	Requisições	55,0000	6.383.855,00	-
					4.260.955,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					1.400.000,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
					50,00	01070000 - Contribuição - CIDE
					27.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
					204.450,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar
					207.450,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil
					239.400,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
					3.700,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo
					40.850,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira
TOTAL DO PROGRAMA:					6.383.855,00	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 59 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0059 - Defesa Civil - Encargos Especiais**

**OBJETIVOS:**

Prevenir e minimizar desastres; socorrer e assistir as populações afetadas; reconstruir e recuperar cenários danificados.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2044 - Ações de Defesa Civil - Encargos Especiais.		Unidade	Requisições	100,0000	948.893,20	-
					948.893,20	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>948.893,20</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



Pág 60 / 88

**OBJETIVOS:**  
Prover o Fundo Municipal de Saúde com recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2101 - Manutenção das Atividades - Meio do FMS		Unidade	Requisições	200,0000	2.455.847,00	-
					2.455.847,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>2.455.847,00</b>	<b>-</b>



PROGRAMA DE GOVERNO:

0061 - Atenção Básica - FMS

OBJETIVOS:

Prover ações na área da saúde, no âmbito individual e coletivo, que abranjam a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. E desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. E o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilidade, da humanização, da equidade e da participação social; Busca a promoção de da saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer as possibilidades de viver de modo saudável.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2102 - Ações de Atenção Básica - FMS	Unidade	Requisições	350,0000	23.156.730,00	-
				15.829.633,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde
				229.657,00	013800001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU
				6.097.440,00	013800002 - Atenção Básica
				1.000.000,00	013800003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar
TOTAL DO PROGRAMA:				23.156.730,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0062 - Ação de Média e Alta Complexidade - FMS**

**OBJETIVOS:**

Poder ações e serviços que visam a atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento; Também propiciar um conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2103 - Ações de Média e Alta Complexidade - FMS		Unidade	Requisições	350,0000	36.457.120,00	-
					3.355.177,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde
					56.943,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU
					33.045.000,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar
	TOTAL DO PROGRAMA:				36.457.120,00	-





PROGRAMA DE GOVERNO:  
0063 - Vigilância Sanitária - FMS

OBJETIVOS:

Prover ações de combate à dengue; à malária e outras doenças transmitidas por vetores; na prevenção e controle de doenças imunopreveníveis, como o sarampo, gripe e rotavírus; no controle de zoonoses e na vigilância de doenças emergentes, no combate à tuberculose, hanseníase, hepatites virais, DST e Aids. Além disso, a SVS coordena o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e ações de Vigilância Ambiental e Vigilância de Agravos de Doenças não Transmissíveis e seus fatores de risco.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2104 - Ações de Vigilância em Saúde - FMS	Unidade	Requisições	200,0000	902.000,00	-
				510.000,00	013800004 - Vigilância em Saúde
				392.000,00	020000000 - Recursos Ordinarios
TOTAL DO PROGRAMA:				902.000,00	-

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0064 - Assistência Farmacêutica - FMS**

**OBJETIVOS:**  
Aquisição de medicamentos para atender a demanda da farmácia básica, e dos programas de DST e AIDS.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2105 - Assistência Farmacêutica - FMS	Unidade	Requisições	2.580,0000	3.351.728,00	-
				1.265.000,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde
				1.334.628,00	01380002 - Atenção Básica
				676.000,00	01380005 - Assistência Farmacêutica Básica
				35.200,00	01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional
				40.900,00	02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde
TOTAL DO PROGRAMA:				3.351.728,00	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0065 - Investimentos Gerais - FMS**

**OBJETIVOS:**

Dotar o FMS de equipamentos e material permanentes necessários ao desenvolvimento das metas e ações para atendimento da comunidade, com qualidade e transparência.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2106 - Modernização e Organização Administrativa do FMS		Unidade	Requisições	100,0000	1.000,00	-
					1.000,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde
					<b>1.000,00</b>	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>						



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0066 - Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

**OBJETIVOS:**  
Prevenção a violação de direitos e garantia da proteção integral a criança e ao adolescente, como sujeitos em desenvolvimento.  
Incentivar as entidades a desenvolverem programas e projetos que visam a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2152 - Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA.	Unidade	Requisições	100,0000	279.400,00	-
				217.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				7.800,00	02060001 - FIA Demais Recursos
				54.350,00	02090000 - FIA Imposto de Renda
				250,00	02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
TOTAL DO PROGRAMA:				279.400,00	-

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0067 - Apoio Administrativo - FMAS**

**OBJETIVOS:**  
Prover o Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2201 - Manutenção das Atividades - Meio do FMAS	Unidade	Requisições	400,0000	310.950,00	-
				221.100,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				16.400,00	01350005 - IGD-SUAS
				61.300,00	01350009 - Bolsa Família
				12.150,00	01610001 - Benefícios Eventuais
TOTAL DO PROGRAMA:				310.950,00	-



PROGRAMA DE GOVERNO:

0068 - Proteção Social Básica - FIMAS

OBJETIVOS:

Atendimento integral as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e benefícios socio-assistenciais; famílias que atendam aos requisitos de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros e pessoas com deficiência e/ou idosos que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2202 - Proteção Social Básica - Cras - FIMAS	Unidade	Requisições	500,0000	1.380.660,00	-
				900.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				147.800,00	01350004 - PAIF
				164.300,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos
				112.900,00	01350007 - Programa ACESSUAS
				55.660,00	01610002 - Básica Custeio
TOTAL DO PROGRAMA:				1.380.660,00	-



PROGRAMA DE GOVERNO:

0069 - Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS - FMAS

OBJETIVOS:

Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; Incluir as famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família. Contribuir para a prevenção e reparação de danos e da incidência de violação de direitos.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2203 - Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS	Unidade	Requisições	500,0000	467.580,00	-
				54.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				70.000,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD
				72.600,00	01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI
				154.600,00	01350003 - PAEFI
				116.380,00	01610003 - CREAS
TOTAL DO PROGRAMA:				467.580,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0070 - Proteção Social especial de Alta Complexidade - ABRIGO - FMAS**

**OBJETIVOS:**  
Desenvolver ações de acolhimento institucional, de famílias e ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2204 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade - ABRIGO		Unidade	Requisições	100,0000	607.910,00	-
					435.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					61.600,00	01350008 - Criança e Adolescente
					111.310,00	01610004 - ABRIGO
					TOTAL DO PROGRAMA:	





**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0071 - Apoio Administrativo - FMC**

**OBJETIVOS:**

Prover a Fundação Municipal de Cultura de recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2401 - Manutenção das Atividades - Meio da FMC		Unidade	Requisições	400,0000	1.235.860,00	-
					1.161.260,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					62.300,00	01170000 - Contribuicao - Cosip
					12.300,00	02000000 - Recursos Ordinarios
TOTAL DO PROGRAMA:					1.235.860,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0072 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Município - FMC**

**OBJETIVOS:**  
Conservar preservar o patrimônio cultural do Município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2402 - Ações do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural - FMC		Unidade	Requisições	75,0000	9.960,00	-
					9.960,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					<b>9.960,00</b>	-
TOTAL DO PROGRAMA:						



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0073 - Difusão Cultural do Município de Concórdia - FMC**

**OBJETIVOS:**

Incentivo a produção, difusão, fruição e circulação, dos bens culturais, a fim de consolidar a identidade do Município, no Estado e no país; Incentivar o interesse público pelas artes; Fomentar a pesquisa e a formação do conhecimento na área cultural; Ampliar as atividades de arte e cultura relacionadas ao universo escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2403 - Ações da Difusão Cultural - FMC		Unidade	Requisições	75,0000	521.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:					521.000,00	-

**Emenda Aditiva nº 3 – Vereador Rogério Luciano Pacheco**

Nº Ação	Nome da Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta
2403-A	Repasse de Recursos a Associação Orfeônica Santa Cecília	Recursos Financeiros	Unidade	1

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0074 - Investimento Gerais - FMC**

**OBJETIVOS:**

Estimular e fomentar a instalação, a manutenção e atualização de equipamentos culturais, dotando-os de ambientes mais atrativos e de dispositivos técnicos e tecnológicos adequados à produção, difusão, preservação e intercâmbio artístico e cultural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1401 - Modernização e Organização Administrativa da FMC	Unidade	Requisições	75,0000	90.000,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>90.000,00</b>	<b>01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura</b>
					-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0075 - Apoio Administrativo - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Propiciar a Fundação os meios e condições necessárias a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2451 - Manutenção das Atividades - FMEC		Unidade	Requisições	800,0000	1.490.960,00	-
					1.310.960,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					180.000,00	01080000 - Contribuição - COSIP
TOTAL DO PROGRAMA:					1.490.960,00	-

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0076 - Desporto de Rendimento - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Melhorar o desempenho do atleta de rendimento para participar em competições oficiais, representando o Município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2452 - Ações do Desporto e Rendimento - FMEC		Unidade	Requisições	500,0000	2.011.109,00	-
					2.011.109,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>2.011.109,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0077 - Desporto Comunitário - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Contribuir para a inserção social, melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, através da prática esportiva e do lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais, diminuindo assim a exclusão social de jovens e adolescentes e intensificando a prática desportiva da Melhor Idade e portadores de deficiência.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC		Unidade	Requisições	20,0000	368.100,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:					368.100,00	-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0078 - Investimentos Gerais - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Proporcionar a estrutura física e de equipamentos necessárias para o desenvolvimento de um trabalho qualificado, visando o atendimento da comunidade de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1451 - Modernização e Organização Administrativa da FMEC	Unidade	Requisições	70,0000	10.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				10.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					-





**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0079 - Centro de Convivência - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Dotar o Centro de Convivência da estrutura física necessária para o desenvolvimento de um trabalho qualificado no atendimento da comunidade de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1453 - Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência - FMEC		Unidade	Requisições	100,0000	200.000,00	-
					200.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					<b>200.000,00</b>	-
TOTAL DO PROGRAMA:						

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0080 - Centro de Convivência - FMEC**

**OBJETIVOS:**

Prover o Centro de Convivência com recursos e meios necessários a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2454 - Manutenção do Centro de Convivência - FMEC		Unidade	Requisições	100,0000	295.231,00	-
					234.931,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					60.300,00	02000000 - Recursos Ordinarios
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>295.231,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0081 - Apoio Administrativo - FUMDEMA**

**OBJETIVOS:**  
Prover a Fundação com os recursos e meios necessário a implementação e gestão dos programas finalísticos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2501 - Manutenção das Atividades-meiio da FUMDEMA		Unidade	Requisições	100,0000	559.000,00	-
					555.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					4.000,00	02000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				559.000,00	-	



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 82 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0082 - Educação e Qualidade Ambiental - FUMDEMA**

**OBJETIVOS:**

Melhorar o meio ambiente através da promoção de meios que permitam a execução e exemplificação de atividades ambientais corretas, em locais públicos e/ou de uso coletivo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2503 - Melhoria Amb. com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEIMA		Unidade	Requisições	15,0000	445.160,00	-
					445.160,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>445.160,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0083 - Investimentos Gerais - FUMDEMA**

**OBJETIVOS:**

Investimentos em bens móveis e imóveis, que visem proporcionar a administração o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento da comunidade, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1501 - Modernização e Organização Administrativa da FUMDEMA		Unidade	Requisições	6.0000	10.500,00	-
					10.000,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
					500,00	02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas
TOTAL DO PROGRAMA:					10.500,00	-



Pág 84 / 88

**OBJETIVOS:**  
Gerenciar e manter as atividades do Instituto, visando os programas fins.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2601 - Manutenção das Atividades- Meio do IPRECON		Unidade	Requisições	100,0000	1.145.000,00	-
						02000000 - Recursos Ordinários
						02030000 - Contribuicao para RPPS
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>						<b>1.145.000,00</b>
						-



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0085 - Previdência Básica e do Regime Estatutário - IPRECON**

**OBJETIVOS:**  
Assegurar a manutenção da assistência previdenciária prevista na Lei Complementar 164/99, e suas alterações., bem como demais legislação vigente do MPS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2602 - Manutenção de Assistência Previdenciária - IPRECON		Unidade	Requisições	100,0000	10.500.000,00	-
					9.000.000,00	02030000 - Contribuicao para RPPS
					1.500.000,00	02050000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
TOTAL DO PROGRAMA:					10.500.000,00	-



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016

Pág 86 / 88

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0086 - Investimento Gerais - IPRECON**

**OBJETIVOS:**

adquirição de equipamentos e material permanente que visem proporcionar a Administração do Instituto o desenvolvimento de um trabalho qualificado para atendimento dos segurados, de maneira transparente, observada a legislação vigente.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1601 - Modernização e Organização Administrativa do IPRECON		Unidade	Requisições	100.00000	50.000,00	-
					50.000,00	02030000 - Contribuicao para RPPS
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>					<b>50.000,00</b>	<b>-</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL821101-482-DKRHFU-170334962 - Emitido por: HILDA CAMINI

26/05/2015 10:16



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2016



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0087 - Manutenção das Atividades do FUMDECON.**

**OBJETIVOS:**

Desenvolver ações para implantação, expansão, modernização e manutenção de empresas de todos os segmentos, objetivando o desenvolvimento econômico do Município de Concórdia.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2606 - Ações da Produção Industrial - FUMDECON				26.500,00	-
2607 - Ações da Produção Comercial e Serviços - FUMDECON.				26.500,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
				26.500,00	-
				26.500,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>53.000,00</b>	<b>-</b>



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0999 - Reserva de Contingência**

**OBJETIVOS:**  
Reserva de Contingência

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999 - Reserva de Contingência.	Unidade	Requisições	100,0000	212.600,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				212.600,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS:				221.435.000,00	-

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 310/2015

DECRETO N. 310/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família ao Servidor Municipal, Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 311/2015

DECRETO Nº 311/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido, a partir de 24/06/2015, o Sr. EDER CARLOS RETORE, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 312/2015

DECRETO N. 312/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2014 a 05/02/2015, que serão gozadas a partir de 06/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO

Ciente em:\_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

### DECRETO N. 313/2015

DECRETO N. 313/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JOÃO DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 24/09/2014 a 23/09/2015, que serão gozadas a partir de 01/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JOÃO DO ROSÁRIO

Ciente em:\_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

**DECRETO N. 314/2015**

DECRETO N. 314/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder à Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/10/2013 a 05/10/2014, que serão gozadas a partir de 15/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

**DECRETO N. 315/2015**

DECRETO N. 315/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. THAISE MÁRCIA FIDELIS ANA PAULA BREANCINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 22/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 22/2015

PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 15/2015 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, alterando-se data e hora de abertura da licitação, onde se lê: "06/07/2015, às 14:30 horas", passa a ser lido: "09/07/2015, às 10:00 horas".

Correia Pinto, 29 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

### EXTRATO CONTRATO - PROC 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contratos nº 269,270,271,272,273,274,275,276,277, 278,279,280,281,282,283,284,285,286,287,288,289,290,291,292, 293,294,295,296,297,298,299,300,301,302,303/2015

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 16/2015

Objeto: CHAMAMENTO PUBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresas:

ALINE RODRIGUES MADRUGA

CNPJ: 063.085.179/41

ISONETE FRANÇA RODRIGUES WOLF

CNPJ: 032.030.319-57

RAUL BITENCOURT

CNPJ: 334.662.529-91

LILIANE DAS NEVES GONÇALVES FERREIRA

CPF: 045.612.319-94

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

CNPJ: 12.720.068/0001-24

ROSEMERI RODRIGUES MADRUGA DE SOUZA

CPF: 843.972.249-04

LUCIA FATIMA MARANHO

CPF: 625.572.469/72

ROSELENE A RODRIGUES MADRUGA

CPF: 845.970.469/68

JOAO MARIA PAES DA SILVA

CPF: 893.023.709-68

IZALTINO FELIPE DA SILVA

CPF: 029.316.039-29

CLEBER DA SILVA SOUZA

CPF: 038.393.489-35

ALCIDES NETO DE SOUZA

CPF: 439.652.619-91

WILSON FRANÇA RIBEIRO

CPF: 434.422.349/72

JULIANO DINIZ ALVES

CPF: 055.518.649-37

ANTENOR ALUISIO EHREMBRINK

CPF: 712.868.880-34

ELIETE DOS SANTOS

CPF 047.659.609-27

ISAIAS SILVA SOUZA

CPF 019.280.939-30

FLARES JEAN RODRIGUES DE SOUZA

CPF 084.733.849-54

ISAURO NETO DE SOUZA

CPF 518.207.819-68

JANDIRA RIBEIRO PEREIRA SE SOUZA

CPF 048.355.259-30

IZAEL DA SILVA SOUZA

CPF 024.592.559-77

JOAO SENEM

CPF 400.869.259-20

SIDINEY DA SILVA SOUZA

CPF 066.959.339-79

IVONE SALETE R DOS SANTOS

CPF 046.244.229-29

SILVIA DOS SANTOS BITENCOURT

CPF 045.519.179-40

ALEXANDRE PUPO DE GOUVEA

CPF 016.110.839-31

RITA BATISTA DA SILVA F LOURENÇO

CPF 027.943.779-06

ELESSANDRO PEREIRA DIAS

CPF 023 717 839-78

ERISVALDO MARTINS DE MACEDO

CPF 816.925.609-72

GILSON ANTUNES DA SILVA

035.824.629-60

LURDES P ALBERTI

CPF 987.393.529-00

VERONICE MARCIA A CARLESSO

CPF 765.176.919-87

Correia Pinto/SC 24 de Junho de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 3405/2015

PORTARIA Nº 3405/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO ENCARGO DE MEMBRO DE COMISSÃO PROCESSANTE E/OU SINDICANTE À SERVIDORA ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a gratificação pelo encargo de membro de Comissão Processante e/ou Sindicante no âmbito do Município de Corupá, a fim de apurar eventuais faltas funcionais de servidores públicos, à servidora ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, atual vogal da Comissão de Processo Administrativo e Sindicância Administrativa.

Art. 2º - Nos termos da Lei n. 2.185/2015, em função do cargo de vogal que ocupa a servidora na referida Comissão, concede-se o percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o salário mínimo vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3406/2015

PORTARIA Nº 3406/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO ENCARGO DE MEMBRO DE COMISSÃO PROCESSANTE E/OU SINDICANTE À SERVIDORA DARCI RUTSATZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a gratificação pelo encargo de membro de Comissão Processante e/ou Sindicante no âmbito do Município de Corupá, a fim de apurar eventuais faltas funcionais de servidores públicos, à servidora DARCI RUTSATZ, atual vogal da Comissão de Processo Administrativo e Sindicância Administrativa.

Art. 2º - Nos termos da Lei n. 2.185/2015, em função do cargo de vogal que ocupa a servidora na referida Comissão, concede-se o percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o salário mínimo vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3407/2015

PORTARIA Nº 3407/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO ENCARGO DE MEMBRO DE COMISSÃO PROCESSANTE E/OU SINDICANTE À SERVIDORA SIRLENE MARIA MORAIS MORAES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a gratificação pelo encargo de membro de Comissão Processante e/ou Sindicante no âmbito do Município de Corupá, a fim de apurar eventuais faltas funcionais de servidores públicos, à servidora SIRLENE MARIA MORAIS MORAES, atual presidente da Comissão de Processo Administrativo e Sindicância Administrativa.

Art. 2º - Nos termos da Lei n. 2.185/2015, em função do cargo de presidente que ocupa a servidora na referida Comissão, concede-se o percentual de 15% (quinze por cento) aplicado sobre o salário mínimo vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA CBUQ, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS NA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/07/2015. A partir das 14:00 horas do dia 09/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

#### I - Objeto

1.1 - AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA CBUQ, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS NA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

- O objeto deverá ser colocado a disposição no município de Curitibanos.

#### 1.2 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Previsto pelo Artigo 15 da Lei 8.666/93, regulamentado através do Decreto nº 7.892/2013.

#### II - Dotação orçamentária

2.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta de Dotações próprias do orçamento da Prefeitura do ano de 2015, até o valor máximo por item descrito no anexo I, e de acordo com as especificações orçamentárias previstas no parecer contábil em anexo.

#### III - Participação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

#### IV - Impugnação ao ato convocatório

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Departamento de Licitações de Curitibanos, situado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860 em Curitibanos.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio

de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;

c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

#### V - Proposta

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta

Departamento de Licitações de Curitibanos

Pregão nº 132/2015

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ;
- b) número do Pregão;
- c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do produto cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- d) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

#### VI - Habilitação

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 – Habilitação

Departamento de Licitações de Curitibanos

Pregão nº 132/2015

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país,



quando a atividade assim o exigir.

#### 6.5 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### VII - Sessão Pública do Pregão

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

#### Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, expedida com no máximo 30 dias antes da abertura do processo licitatório.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

#### Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

7.7 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação.

7.8 As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 7.7, desde que, cumprido o disposto no item 7.3 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.

#### Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.9 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

#### Seleção das propostas para a etapa de lances

7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as

menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

#### Etapa de lances orais

7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.18 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.18.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.18.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.18.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.19 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.20 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

#### Habilitação

7.21 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.22 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.23 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.24 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.24.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.



7.24.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.24.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### Recurso

7.25 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.26 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.27 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.28 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Curitiba, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.29 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do prego.

#### VIII - Adjudicação e Homologação

8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4 O Município de Curitiba, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomarà a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

#### IX - Contrato

9.1 O Município de Curitiba disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo II deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

#### X - Entrega e pagamento

10.1 A Contratada disporá do prazo de até 4 (quatro) dias úteis para entregar o objeto, contados da solicitação do Departamento Competente;

10.2 A entrega do objeto deste edital será feita na forma prevista na minuta do contrato em anexo.

10.3 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela Contratada no prazo de 02 (dois) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### XI - Penalidades

11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e, será descredenciado nos sistemas de informações publicando a decisão em jornal de circulação municipal, estadual e diário oficial, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 1,00% (um por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Curitiba.

11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### XII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA FORMALIZAÇÃO.

12.1 - O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma e nas condições previstas neste Edital.

12.2 - A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 1 (um) ano;

12.3 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento

vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar fornecer o material pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

12.4 - A Administração Municipal convocará formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços;

12.5 - No ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da Ata, para que o fornecedor possa avaliar a possibilidade de formalização do compromisso.

12.6 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração registrará os demais licitantes, na

ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

### XIII - Disposições finais

13.1 Os itens vencedores de cada fornecedor sempre que solicitado por esta municipalidade deverá encaminhar amostra do produto.

13.2 No ato da entrega dos itens vencedores o Adjudicatário deverá cumprir integralmente a descrição prevista no edital de chamamento sob pena de rescisão imediata e multa de 5% sob o valor do contrato, na forma da legislação vigente.

13.3 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

13.4 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

13.5 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.6 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.7 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.8 No interesse da Município de Curitiba, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

13.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.10 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3245-7200, nos dias úteis, em horário das 13:00hs às 19:00horas.

13.11 - Faz parte deste Edital:

a) Anexo I - Minuta de Contrato

13.12 - E, para que ninguém alegue ignorância foi o presente Edital afixado no mural da Prefeitura Municipal de Curitiba oficializado através do Decreto No. 2142 de 12.08.93, junto a Portaria da Prefeitura Municipal, e publicado em resumo no site da Prefeitura Municipal de Curitiba e no Diário Oficial dos Municípios. Curitiba, 26 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 26 de Junho de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 132/2015

Aos dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 132/2015, registrar

os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.2 O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA CBUQ, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS NA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**  
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba,

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa  
detentora dos preços registrados

MINUTA DE CONTRATO  
TERMO DE CONTRATO Nº

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO E**

Pelo presente instrumento particular de contrato de compra e venda que fazem a Prefeitura Municipal de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado, com sede inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Presencial nº 132/2015, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA CBUQ, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS NA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO** de entrega do presente contrato é a contar da assinatura deste termo, com término previsto para 1 (um) ano.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato

estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento da Prefeitura previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 132/2015 conforme descrito abaixo:

A Prefeitura pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$

a serem pagos avista nas terças e quintas-feiras, após a entrega dos materiais e solicitação do Departamento competente, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 132/2015.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: A Prefeitura efetuará o pagamento dos materiais mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este

CONTRATO;

III. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

**CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO**

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que contera necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES**

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a



administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

**CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO**

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a

termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e Edital de pregão presencial nº 132/2015.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA- FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba,

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Contratada

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba,

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

## **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 131/2015**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 131/2015

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROLONGAMENTO DA REDE ELÉTRICA DA AVENIDA FREI ROGÉRIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 14/07/2015, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 14/07/2015, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 26 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, vem por meio deste, CONVOCAR aos interessados, inscritos e aprovados no Processo Seletivo nº 001/2015, para a realização da 2ª CHAMADA para a escolha de vagas, a qual se dará conforme abaixo:

A escolha de vagas acontecerá:

- Dia 03 de julho de 2015 (sexta-feira);

- Às 08h e 30 min. na Sala de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira-SC, localizada na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro.

Dionísio Cerqueira-SC, 26 de junho de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATOS E ADITIVOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 048/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Davi Casagrande –ME.

Objeto Contratação de empresa para fornecimento de serviços e materiais para execução da praça poli esportiva como parte do PTAI. conforme contrato de repasse 375.300-54/2011-0 MTUR/CAIXA.. Origem: Processo 043/2013 Modalidade: TP nº 043/2013. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 033/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Davi Casagrande –ME.

Objeto Contratação de empresa para implantação de praça no PTAI - parque turístico ambiental da integração - 4ª etapa conforme contrato de repasse nº 1002560-58/2012 MTUR/CAIXA convenio 780649/2012.. Origem: Processo 029/2014 Modalidade: TP nº 029/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SETIMO TERMO ADITIVO CONTRATO: 050/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Davi Casagrande –ME.

Objeto Fornecimento de materiais e instalação de iluminação pública parque turístico ambiental da integração. Dionísio Cerqueira SC.- PTAI -conforme projeto e memorial descritivo Origem: Processo 048/2012 Modalidade: Concorrência nº 048/2012. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

DÉCIMO TERMO ADITIVO CONTRATO: 082/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Construtora Oliveira Ltda.

Objeto Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a construção da terceira etapa do. projeto turístico ambiental da integração – PTAI - sendo; aterro para regularização de área, construção de muros de pedras, pavimentação em piso cimentado estampado, construção de deck, mirante e mirante atracadouro. Origem: Processo 116/2011 Modalidade: Concorrência nº 116/2011. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 040/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pain Construções Instalações e Comércio Ltda.

Objeto Contratação de empresa para ampliação e adaptação das instalações do frigorífico do P.A Tracutinga - obra de construção civil

Origem: Processo 024/2014 Modalidade: Concorrência nº 024/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 041/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pressures Soluções Hidráulicas Ltda.

Objeto Contratação de empresa para ampliação e adaptação das instalações do frigorífico do P.A Tracutinga - instalações hidráulicas e gases especiais. Origem: Processo 024/2014 Modalidade: Concorrência nº 024/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015 Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 030/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: JCV Construções e Incorporação Ltda.

Objeto Contratação de empresa para construção de quadra de esportes da Linha Campinho, interior de Dionísio Cerqueira SC.

Origem: Processo 025/2014 Modalidade: TP nº 025/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 031/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: JCV Construções e Incorporação Ltda.

Objeto Contratação de empresa para construção de quadra de esportes da Linha Gaúcha, interior de Dionísio Cerqueira SC Origem: Processo

027/2014 Modalidade: TP nº 027/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO: 088/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: JCV Construções e Incorporação Ltda.

Objeto Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a construção do centro de comercialização de produtos dos agricultores rurais.. Conforme contrato de repasse 772381/2012 MDA/PRONAT/CAIXA processo nº 0389698-40/2012

Origem: Processo 124/2013 Modalidade: TP nº 124/2013. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 064/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: JCV Construções e Incorporação Ltda.

Objeto Contratação de empresa para implantação de complexo esportivo do Bairro Três Fronteiras. Origem: Processo 062/2014 Modalidade: TP nº 062/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 062/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pedreira Marmeleiro Ltda.

Objeto Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Frederico Lanzer, Ervino Sha-roong, Mario Claudio Turra, Jose Fugiatto, Avenida Arthur Wantcher, Avenida Pedro Johann do Distrito de Idamar.

Origem: Processo 061/2014 Modalidade: TP nº 061/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/07/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 060/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Gaia Rodovias Ltda.

Objeto Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Leoberto Leal, Felipe Schimidt, Cabo João Loureiro, Dom Pedro I e Avenida Adelino Mangini....Origem: Processo 052/2014 Modalidade: TP nº 052/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/07/2015. Dionísio Cerqueira 26/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 046/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.257.200/0001.40, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado por KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa FARMÁCIA NONES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.974.353/0001-57, situado à Rua ADERBAL RAMOS DA SILVA, 321, CENTRO cidade de DOUTOR PEDRINHO-SC – CEP: 89.126-000, neste ato representado pelo SR. ERASMO NONES, CPF sob nº 624.280.559-68 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 22/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA OU DROGARIA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTENCIA SOCIAL OU BENEFICIADAS POR DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, ESCOLHIDA PELO CRITÉRIO DE MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABCFARMA VIGENTE, conforme características e quantidades descritas abaixo, numa quantidade de até 200 (duzentas) unidades de cada medicamento, limitado ao valor global máximo estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o exercício 2015.

1.2 - O CONTRATADO deverá possuir ou instalar estabelecimento (farmácia) ou posto permanente de entrega na área urbana do Município de Doutor Pedrinho, para evitar a necessidade de grandes deslocamentos pelos usuários e facilitar a retirada direta e imediata dos medicamentos autorizados e/ou subsidiados.

1.3 – A forma de fornecimento será parcelada, durante a vigência deste instrumento, e mediante ordem de fornecimento individual para cada usuário beneficiado.

1.4 – O percentual de desconto ofertado ficou em:

Item	Quant. máxima	Und	Descrição	Percentual de Desconto Ofertado
01	200	und	Medicamentos ÉTICOS relacionados na Revista ABCFARMA, para entrega à população usuária da Secretaria de Saúde.	10%
02	200	und	Medicamentos GENÉRICOS relacionados na Revista ABCFARMA, para entrega à população usuária da Secretaria de Saúde.	15%
03	200	und	Medicamentos SIMILARES relacionados na Revista ABCFARMA, para entrega à população usuária da Secretaria de Saúde.	10%

1.5 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 22/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

1.6 - O presente contrato, assim como a licitação da qual decorreu, não abriga o MUNICÍPIO a adquirir todos os produtos e nas quantidades físicas e/ou financeiras licitadas, sendo autorizado o fornecimento de acordo com as necessidades apuradas no período de vigência do contrato e em conformidade com disponibilidade financeira da municipalidade, observadas as quantidades licitadas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do Município de Doutor Pedrinho, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33903202 –MEDICAMENTOS

1020000 – Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

1670300 – FARMACIA BÁSICA ESTADUAL

1380800 – FARMACIA BÁSICA FEDERAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor global deste contrato é de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o presente exercício.

3.2 - O pagamento será efetuado no final de cada mês, observando que as notas deverão ser entregues até o 20º dia do mesmo, a partir do recebimento dos objetos mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura acompanhada da respectiva ORDEM DE COMPRA devidamente atestada pela Secretária requisitante e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital.

3.3 - Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

3.4 - Para facilidade de pagamento, a CONTRATADA deverá indicar o número de sua conta bancária, nome do banco e agência.

3.5 - O MUNICÍPIO pagará somente o que for entregue e mediante apresentação da nota fiscal acompanhada das autorizações de fornecimento, e a comprovação de fornecimento ao usuário beneficiado

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.7 - Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.

3.8 - Não haverá reajuste dos valores deste instrumento (redução do percentual de desconto registrado).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - Os medicamentos serão entregues imediatamente aos usuários no balcão da CONTRATADA, mediante a apresentação de receita médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e nas condições estipuladas no Edital e seus Anexos, em dias úteis no horário de expediente.

4.2 - A CONTRATADA deverá possuir ou instalar estabelecimento (farmácia) ou posto permanente de entrega na área urbana do MUNICÍPIO, para evitar a necessidade de grandes deslocamentos pelos usuários e facilitar a retirada direta e imediata dos medicamentos autorizados e/ou subsidiados.

4.3 - A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/cupom para cada autorização de compra expedida pela Secretaria de Saúde.

4.4 - O usuário beneficiado deverá assinar a nota fiscal/cupom atestando o recebimento dos medicamentos autorizados.

4.5 - Os medicamentos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.6 - Fica aqui estabelecido que os medicamentos serão recebidos:

- a) provisoriamente pelos usuários beneficiados, para efeito de posterior verificação da conformidade do medicamento com os termos da licitação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e preço do medicamento, e sua consequente aceitação.

4.7 - Se a substituição dos objetos/medicamentos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato ou em Lei.

4.8 - O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência tem início na data de assinatura deste instrumento estendendo-se até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar imediatamente a partir da assinatura deste instrumento, mediante a emissão e apresentação da(s) respectiva(s) ordem(ns) de fornecimento.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto ser dividido em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir o MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total contratado;



- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta vencedora;  
f) Fornecer o objeto com boa qualidade, com validade não inferior ao período de tratamento designado em receituário pelo médico e dentro dos padrões exigidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO de Doutor Pedrinho e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado do contrato, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.  
II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saude e Assistencia Social do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 02 de JUNHO de 2015.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO  
ERASMO NONES

Testemunhas:

Nome: EDIR ANA FRAINER MAZZI

Nome: JOÃO OSLIN ODORIZZI

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 047/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa G.MAIOCHI E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.091.974/0001-18, situado à Rua ROD BR 280, KM 58, Nº 13354, CENTRO - cidade de GUARAMIRIM, SC, CEP: 89.270-000, neste ato representado pelo SR. AILTON MAIOCHI, CPF sob nº 219.040.229-87 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 24/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA MOTONIVELADORA, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca do Produto Cotado	Preço R\$	
					Unitário	Total
2	60	UND	LÂMINA MOTONIVELADORA: 13 FUIROS, 3/4 RETA. DIMENSÕES: 1823,00 X 200,00 X 19,00 (MM) TIPO DE AÇO: ACT - ALTO TEOR DE CARBONO DUREZA: 270 A 300 HB	RCP	349,99	20.999,40
Total Geral R\$	20.999,40					

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 24/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

04 - SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS  
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS  
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
33903999 - MATERIAL DE CONSUMO-OUTROS  
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento, inclusive que, acaso surjam dúvidas sobre o tipo de aço do produto fornecido ou sua dureza, o MUNICÍPIO poderá solicitar laudo técnico de compatibilidade das lâminas com o solicitado no edital, com ônus para a fornecedora (CONTRATADA).

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:**

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 24hrs (vinte e quatro horas) para entrega das lâminas solicitadas, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.2 - Excepcionalmente, em caso de urgência (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar o item diretamente na sede da empresa vencedora, mediante desconto correspondente no preço.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 09 de JUNHO de 2015.

MUNICÍPIO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

G.MAIOCHI E CIA LTDA  
AILTON MAIOCHI

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 048/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa JULIO SILVESTRI FILHO-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.608.150/0001-50, situado à Rua LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS, 1050 – SALA 01 – HUMAITÁ DE CIMA, CEP: 88.708-250, cidade de TUBARÃO, SC, neste ato representado pelo SR. JULIO SILVEIRA FILHO, CPF sob nº 912.281.669-00 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 24/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA MOTONIVELADORA, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca do Produto Cotado	Preço R\$	
					Unitário	Total
01	60	UND	LÂMINA MOTONIVELADORA: 13 FUIROS, 5/8 CURVA. DIMENSÕES: 1823,00 X 200,00 X 19,00 (MM) TIPO DE AÇO: ACT – ALTO TEOR DE CARBONO DUREZA: 270 A 300 HB	METISA	349,90	20.994,00
Total Geral R\$	20.994,00					

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 24/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS  
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS  
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
33903999 – MATERIAL DE CONSUMO-OUTROS  
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento, inclusive que, acaso surjam dúvidas sobre o tipo de aço do produto fornecido ou sua dureza, o MUNICÍPIO poderá solicitar laudo técnico de compatibilidade das lâminas com o solicitado no edital, com ônus para a fornecedora (CONTRATADA).

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 24hrs (vinte e quatro horas) para entrega das lâminas solicitadas, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.2 - Excepcionalmente, em caso de urgência (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar o item diretamente na sede da empresa vencedora, mediante desconto correspondente no preço.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:**

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 09 de JUNHO de 2015.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

\_\_\_\_\_  
JULIO SILVESTRI FILHO  
JULIO SILVESTRI FILHO-ME

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 049/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa EUPHORIA CONCEPT COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.946.607/0001-39, situado à Rua BELO HORIZONTE, Nº 36 – SALA 01 – BAIRRO: TAPAJÓS cidade de INDAIAL, SC – CEP: 89.130-000 neste ato representado pelo SR. ALFONSO FELIPONI, CPF sob nº 614.439.139-87 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 25/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS PARA AS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES, EDUCADORES INFANTIS E AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DESTES INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. - SC, conforme segue:

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO OFERTADO R\$	MARCA OFERTADA	
				UNITÁRIO	TOTAL	
01	01	UNID	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS PARA AS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES, EDUCADORES INFANTIS E AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS	19.998,00	19.998,00	OBW

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 25/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL  
01 – DIVISÃO DA EDUCAÇÃO  
2008 – MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
33903023 – UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS  
1620100 – Salário Educação  
1010000 – Receitas de Impostos - Educação

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O valor deste contrato é conforme lista de itens acima citada (1.1), totalizando o preço de R\$ 19.998,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais).



3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos materiais licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento se dará na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO – Rua Brasília, 02 – centro – Doutor Pedrinho/SC.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - A licitante vencedora disporá do prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos para entrega dos materiais solicitados, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.  
OBS: A AMOSTRA DO PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM ATÉ 05 DIAS CONSECUTIVOS, APÓS EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO DE AMOSTRA.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, segurança e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia e originalidade do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Educação do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 15 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
ALFONSO PELIPONO  
EUPHORIA CONCEPT COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 050/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.260.864/0001-42, situado à Rua APARECIDA, 313 – BAIRRO SALTO DONNER, cidade de DOUTOR PEDRINHO/SC, CEP: 89.126-000 neste ato representado pelo SR. RONI DALABRIDA, CPF sob nº 027.330.879-32 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 23/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO A FAMÍLIAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO PARA O ANO DE 2015 - SC, conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMA- TIVO MÁXIMO	PREÇO COTADO	PRODUTO COTADO		
				Unitário	Total	Unitário	Total	Marca
1	180	UND	CESTAS BÁSICAS, contendo os itens abaixo:	68,09	12.256,20	63,00	11.340,00	-
1.1	1,0	PCT	ARROZ TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO (embalagem com 5 kg)	9,11	9,11	9,11	9,11	BELCHIOR
1.2	1,0	LIT	ÓLEO DE SOJA (embalagem com 900 ml).	3,55	3,55	3,20	3,20	CONCORDIA
1.3	1,0	PCT	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO (embalagem com 500 g).	7,08	7,08	4,90	4,90	CREMOSO
1.4	1,0	KG	FEIJÃO, CLASSE PRETO, TIPO I (embalagem com 1 kg).	4,16	4,16	3,90	3,90	URBANO
1.5	1,0	LAT	Leite em pó integral instantâneo, embalagem com 400 g.	7,09	7,09	6,90	6,90	AURORA



1.6	1,0	KG	SAL REFINADO, IODADO (embalagem com 1 kg).	1,22	1,22	1,20	1,20	ROTA DO SOL
1.7	1,0	CX	SABÃO EM PÓ 1kg	5,70	5,70	4,89	4,89	TIXAN
1.8	1,0	KG	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PARAFUSO (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	4,71	4,71	4,30	4,30	ROSANE
1.9	1,0	PT	MARGARINA 65% DE LIPÍDIOS (embalagem com 500 g ).	4,08	4,08	3,90	3,90	DORIANA
1.10	1,0	PT	DOCE DE FRUTAS, SABOR BANANA, MORANGO E/OU ABÓBORA COM COCO (embalagem com 400 g).	2,45	2,45	2,40	2,40	DOCAL
1.11	1,0	PCT	AÇÚCAR REFINADO (embalagem com 5 kg).	9,28	9,28	9,20	9,20	ALTO ALEGRE
1.12	1,0	PCT	FARINHA DE TRIGO, TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (embalagem com 5 kg).	9,66	9,66	9,10	9,10	OXFORD

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 23/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 2022– MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL  
 33903203 – GENEROS ALIMENTICIOS  
 1000000 – Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ 63,00 (SESSENTA E TRÊS REAIS), por cesta básica, totalizando um montante máximo para 180 (cento e oitenta) cestas básicas de R\$ 11.340,00 (ONZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega das cestas básicas licitadas, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

PRAZO PARA A ENTREGA: 05 dias a contar da expedição da ordem de fornecimento.

A ENTREGA SE DARÁ NA RESIDÊNCIA DO MUNÍCIPE QUANDO ELE ESTIVER A UMA DISTÂNCIA MÁXIMA DE ATÉ 1 KM DO SUPERMERCADO, DO OUTRA FORMA A RETIRADA FICARÁ POR SUA RESPONSABILIDADE.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - O início do fornecimento deve se dar em até 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem de fornecimento.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, segurança e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia e originalidade do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Educação do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 18 de JUNHO de 2015.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
RONI DALABRIDA  
COML. DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA-EPP

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 051/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.209.146/0001-16, situado à Rua MIRADOR, 55 – SALA 04, ANDAR 01, CENTRO, cidade de PRESIDENTE GETULIO, SC – CEP: 89.150-000 neste ato representado pelo SR. NILCELIO MARCELINO, CPF sob nº 028.208.379-05, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 027/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assessoria e suporte técnico e administrativo especializados, para acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas: administrativa, financeira, contábil, patrimonial, orientações de ordem operacional das rotinas administrativas/financeiras, conforme Anexo I do Edital da Licitação nº 027/2015.

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 027/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

1.3 - O presente contrato, assim como a licitação da qual ocorreu, não abriga o MUNICÍPIO à autorizar ou solicitar sua execução integral (nas quantidades e prazos licitados).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

01 - ADMINISTRACAO E FINANÇAS

2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

33903999 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA

1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O valor mensal para prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde a R\$ 3.700,00, (três mil e setecentos reais), totalizando um valor global de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais) para o período contratado.

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de tributos e encargos de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada por agente do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

4.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo, conforme artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 – O agente do MUNICÍPIO encaminhará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a eventual alteração de dias para atendimento in loco, bem como com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas os questionamentos e consultas relacionados aos serviços contratados.

4.3 - Os serviços consultivos deverão ser executados na sede (Prefeitura) do MUNICÍPIO, com atendimento presencial em dia útil determinado (em horário comercial), bem como utilizando recursos de comunicação à distância (telefone, fax, email, etc).

4.4 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de seus técnicos ao local da prestação dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

a) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

a) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com agilidade, pontualidade e boa qualidade técnica, dentro dos padrões exigidos,

inclusive atentando para os prazos legais e regulamentares a serem observados pelo MUNICÍPIO para cumprimento de obrigações ou envio de informações e documentos aos órgãos de controle;

f) Aceitar que sejam prestados os serviços do objeto de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso ou defeito na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso ou defeito na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

7.1.2.1 - A multa por qualquer atraso no cumprimento de obrigações legais e regulamentares ou na remessa de informações aos órgão de controle por culpa do não comparecimento semanal da assessoria no Município para suporte direto, por falta de resposta ou solução de dúvidas, consultas ou questionamentos feito pelos agentes da municipalidade, ou por omissão ou erro cometido pelos profissionais destacados para prestação dos serviços, será de 10% (dez por cento) sobre o valor devido pelo serviço a ser executado (valor global do contrato).

7.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço prestado, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

7.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA NONA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

9.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária de Administração e Finanças do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 19 de Junho de 2015.

HARTWIG PERSUHN  
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

NILCELIO MARCELINO  
PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA

Testemunhas:

João Oslin Odorizzi

Edir Ana Frainer Mazzi

# Ermo

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 093, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 093, de 26 de junho de 2015.

Concede Licença à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença, à Servidora MARIANA PEREIRA POSSAMAI DELLA, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 26 de junho de 2015 e seu término em 25 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de junho de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 094, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 094, de 26 de junho de 2015.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2015 de 14 de abril de 2015 e a Homologação dos aprovados em 02/06/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ADEVALDO IGNESEI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Operador de Equipamentos II com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de junho de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### **EXTRATO CONTRATO\_ 00192015 - LILIANA - CURSOS INFORMÁTICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0019/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Liliana Katzer Sprigico

Objeto: Contratação de horas aula de informática para o programa de convivência e fortalecimento de vínculos.

Valor: R\$ 29.337,60 (vinte e nove mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.520/02 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **EXTRATO CONTRATO\_ 00702015 - MIGUEL A. MACEDO - LAVAGEM VEÍCULOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0070/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Miguel Antunes de Macedo Me

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos da prefeitura de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0045/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0021/20105.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

### **EXTRATO CONTRATO\_00492015 - MIGUEL A. MACEDO - LAVAGEM VEICULOS SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0049/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Miguel Antunes de Macedo Me

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos para o FMS.

Valor: R\$ 24.930,00 (vinte e quatro mil novecentos e trinta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### **EXTRATO DE 1 EDITAL\_ REG DE PREÇOS - MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR**

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0034/2015

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0011/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 10/07/2015 às 09h00min

Data da abertura: 10/07/2015 às 09h15min



Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2015.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### **EXTRATO DE 1 EDITAL\_REG PREÇOS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EDUCAÇÃO**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0026/2015  
Processo licitatório nº: 0050/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de equipamentos e utensílios domésticos para a secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Data do Recebimento: 09/07/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 09/07/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de junho de 2015.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### **RETIFICAÇÃO DE 1 EDITAL MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES  
AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL 0025/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0049/2015.

O MUNICÍPIO de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 0025/2015, que trata da “AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E REDE MUNICIPAL DE ENSINO”, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Fica alterado o item 35 do ANEXO I do edital.

#### **ONDE LE-SE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
35	Caderno de escrever brochura 48 folhas 201mm x 146mm	UND	5,00		1,25	

#### **LEIA-SE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
35	Caderno de escrever brochura 48 folhas 201mm x 146mm	UND	5.000		1,25	

AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PERMANECEM INALTERADAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Permanecem inalteradas as demais clausulas.

Faxinal dos Guedes, 25 de junho de 2015.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/FMA/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 01/2015 FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2015 – FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 13/03/2016

2ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 41/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 13/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 24/03/2016

2ª Publicação.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 37/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.149,00 (três mil cento e quarenta e nove reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 13/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 38/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.938,00 (hum mil novecentos e trinta e oito reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 13/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 41/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.339,98 (um mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 13/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 42/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS VOOS LTDA - ME

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 4.796,60 (quatro mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).



VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 13/FMS/2015  
DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 46/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – MEDIS COMERCIAL ODONTO MÉDICA LTDA EPP

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30,00 (trinta reais).  
VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 13/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 085/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – ATEKY INFORMATICA EIRELI  
OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do Município de Forquilha  
VALOR – R\$ 73,20 (setenta e três reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO – 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015  
DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 86/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 88/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 1.704,00 (hum mil, setecentos e quatro reais).  
VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 89/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP

OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 3.982,37 (três mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos).  
VIGÊNCIA – 31/12/2015  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 90/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do

Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 1.078,50 (hum mil setenta e oito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 91/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – WZ MULTIESPORTES LTDA ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais educativos e esportivos para atividades escolares, a fim de atender as necessidades das unidades de ensino do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 3.131,50 (três mil cento e trinta e um reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (82).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 88/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 16/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 16/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 133/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA.

DO OBJETO – contratação de empresa especializada para construção do Centro Cultural de Forquilha, com área de 514,53 m², localizado na Avenida Professor Eurico Back, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, por meio do Processo nº. 01400.030780/2014-14, Proposta Siconv 001026/2013 e Convênio nº. 782460/2013 celebrado entre esta municipalidade e o Ministério da Cultura.

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução do contrato 133/PMF/2014 de 13/03/2015 para 11/07/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 09/10/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 13 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 47/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 47/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 37/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COLOMBO RETRO TERRA LTDA

DO OBJETO – Aquisição de materiais (posto em obra) para realização de Terraplanagem do Centro de Eventos na Avenida Professor Eurico Back, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra;

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 37/PMF/2015 de 15/06/2015 para 14/08/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 12/11/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 08/PMF/2015**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 08/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/PMF/2015

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo a aquisição de estação total eletrônica e software de topografia, através de empresas do ramo pertinente, a fim de atender as necessidades do setor de engenharia e cadastro municipal do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: No dia vinte e seis do mês de junho de dois mil e quinze, reuniram-se a Pregoeira, sua equipe correspondente e assessoria técnica para reavaliação do edital de Pregão Presencial nº. 97/2015 e seus anexos em função de nova impugnação ao edital. A fim de realizar julgamento mais criterioso dos alegações e revisar a especificação do objeto estes decidiram por revogar o processo licitatório em questão para posteriormente, lançar um novo processo adequado às necessidades da Prefeitura Municipal de Forquilha.

Forquilha/SC, 26 de junho de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira Municipal

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003\_2015 FMS**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0023/2015 - FMS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2015 – FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2015-FMS, visando a despesa com palestra a ser ministrada no dia 03/07/2015, no Clube Flor de Maçã, durante a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo, com o Tema "SAÚDE PÚBLICA QUE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO". Contratada: IDECCA – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA CORPORATIVA ALESSIUS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.520.692/0001-15 Valor e pagamento: R\$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais) até 15.07.2015. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 26 de junho de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0082\_2015-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0082/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma impressora multifuncional colorida abastecida com garrafas de tinta para uso da Secretaria de Educação; Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 10.07.2015; Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 26 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0083\_2015-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0083/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais para reparação de Fanfarra Escolas do projeto Contra Turno, para os alunos dos Centros de Educação Municipal Fundamental São Sebastião, São Miguel, Eurico Pinz e Nações; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 13.07.2015; Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 26 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

### **CONTRATO.479.2015**

CONTRATO N.º: 479/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: LUANA PADILHA DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 30 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

### **CONTRATO.480.2015**

CONTRATO N.º: 480/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MARISA RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

### **CONTRATO.481.2015**

CONTRATO N.º: 481/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

### **CONTRATO.482.2015**

CONTRATO N.º: 482/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ANDREIA NUNES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.483.2015**

CONTRATO N.º: 483/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: MARCIA ALVES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.484.2015**

CONTRATO N.º: 484/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-MANUT.ATIV.ESPORT-SUP. PEDAG.  
CONTRATADO: RAFAEL SAVIAN FERNANDES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 04 de maio de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR  
CARGA HORÁRIA: 27 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.297,35 (um mil duzentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos).

**CONTRATO.485.2015**

CONTRATO N.º: 485/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: ADRIANA APARECIDA MACHADO  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.486.2015**

CONTRATO N.º: 486/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: SEBASTIAO DE OLIVEIRA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.487.2015**

CONTRATO N.º: 487/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: CLAUDIO RODRIGUES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.488.2015**

CONTRATO N.º: 488/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: JOAO NELSON SIQUEIRA ALVES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.489.2015**

CONTRATO N.º: 489/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).



**CONTRATO.490.2015**

CONTRATO N.º: 490/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.491.2015**

CONTRATO N.º: 491/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.492.2015**

CONTRATO N.º: 492/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: FRANCIELE FELIZ VARELA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.493.2015**

CONTRATO N.º: 493/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.494.2015**

CONTRATO N.º: 494/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: DAIANE DANIELE DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.495.2015**

CONTRATO N.º: 495/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 06 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.496.2015**

CONTRATO N.º: 496/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 06 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.497.2015**

CONTRATO N.º: 497/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: CARMEN TEREZINHA MARI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 06 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.498.2015**

CONTRATO N.º: 498/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LEILA DE BASTIANI CONTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.499.2015**

CONTRATO N.º: 499/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JAIR ALVES CARDOSO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 07 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.500.2015**

CONTRATO N.º: 500/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JOAO DE PROENÇA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.501.2015**

CONTRATO N.º: 501/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELIAS CARREIRO MORELO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.502.2015**

CONTRATO N.º: 502/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CONTRATADO: DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de abril de 2015 até 07 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.503.2015**

CONTRATO N.º: 503/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: OLIVINO MORAIS DE SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de abril de 2015 até 30 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: OPERADOR DE MAQUINAS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.488,36 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

**CONTRATO.504.2015**

CONTRATO N.º: 504/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de abril de 2015 até 09 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.505.2015**

CONTRATO N.º: 505/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MARINARA PITTOL

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.506.2015**

CONTRATO N.º: 506/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ROSMARI DE FATIMA CAMARGO GARCIA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.507.2015**

CONTRATO N.º: 507/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IZABEL CRISTINA PEREIRA MARTINS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.508.2015**

CONTRATO N.º: 508/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: THAIS DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.509.2015**

CONTRATO N.º: 509/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: IVONE BORGES DE MATTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.510.2015**

CONTRATO N.º: 510/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: TANIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.511.2015**

CONTRATO N.º: 511/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: CAMILA RODRIGUES NATALIO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de abril de 2015 até 14 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.512.2015**

CONTRATO N.º: 512/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: EDMILSON CAMARGO ROQUE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de maio de 2015 até 30 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e nove centavos).

**CONTRATO.513.2015**

CONTRATO N.º: 513/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SIMONE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA ROSA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).



**CONTRATO.514.2015**

CONTRATO N.º: 514/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de maio de 2015 até 03 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.353,04 (um mil trezentos e cinquenta e tres reais e quatro centavos).

**CONTRATO.515.2015**

CONTRATO N.º: 515/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PEDRO JOSE FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de maio de 2015 até 04 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MOTORISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.082,43 (um mil oitenta e dois reais e quarenta e tres centavos).

**CONTRATO.516.2015**

CONTRATO N.º: 516/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de maio de 2015 até 03 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.517.2015**

CONTRATO N.º: 517/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: SILVIA PALHANO RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de maio de 2015 até 03 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.518.2015**

CONTRATO N.º: 518/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - CRAS

CONTRATADO: LEIRI ALVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.519.2015**

CONTRATO N.º: 519/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: EDNILSON FIGUEIREDO FRANCA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de maio de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.520.2015**

CONTRATO N.º: 520/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MONICA GONCALVES DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de maio de 2015 até 03 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.521.2015**

CONTRATO N.º: 521/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ANA CAROLINA VICENTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 07 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 35 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.681,75 (um mil seiscentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).

**CONTRATO.522.2015**

CONTRATO N.º: 522/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.523.2015**

CONTRATO N.º: 523/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: JANILDES PIRES RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de maio de 2015 até 10 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.524.2015**

CONTRATO N.º: 524/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ROSENI DE ALMEIDA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.525.2015**

CONTRATO N.º: 525/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.526.2015**

CONTRATO N.º: 526/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.527.2015**

CONTRATO N.º: 527/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: PATRICIA CORDEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.528.2015**

CONTRATO N.º: 528/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: DANIELI DALAGNOL

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.529.2015**

CONTRATO N.º: 529/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LANA OLIVEIRA DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de maio de 2015 até 19 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.530.2015**

CONTRATO N.º: 530/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: SOLANGE GRANEMANN PRESTES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.531.2015**

CONTRATO N.º: 531/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: MARCIA TEREZINHA HUNING

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.532.2015**

CONTRATO N.º: 532/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ELIZETE DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.533.2015**

CONTRATO N.º: 533/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: ARNALDO DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 19 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,78 (um mil quatorze reais e setenta e oito centavos).

**CONTRATO.534.2015**

CONTRATO N.º: 534/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: ANA PAULA MEIRELES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.535.2015**

CONTRATO N.º: 535/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO E À DISPOSIÇÃO

CONTRATADO: NELCI RIBEIRO CHAVES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.536.2015**

CONTRATO N.º: 536/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DAIANE DOS SANTOS CRESTANI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.537.2015**

CONTRATO N.º: 537/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ZILDA APARECIDA ROSA BUENO DOS REIS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.538.2015**

CONTRATO N.º: 538/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JUCIELI MARTA NOGUEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.539.2015**

CONTRATO N.º: 539/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELAINE TEREZINHA RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.540.2015**

CONTRATO N.º: 540/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-MANUT.ATIV.ESPORT-SUP. PEDAG.

CONTRATADO: SIMONE APARECIDA DOMINGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 13 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 624,65 (seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

**CONTRATO.541.2015**

CONTRATO N.º: 541/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTRATADO: PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 4.735,66 (quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

**CONTRATO.542.2015**

CONTRATO N.º: 542/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ADRIANA APARECIDA GOMES DE CAMPOS RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 19 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 912,95 (novecentos e doze reais e noventa e cinco centavos).

**CONTRATO.543.2015**

CONTRATO N.º: 543/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: DAIANE FALETTI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.544.2015**

CONTRATO N.º: 544/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: GREICE MARTINS GONCALVES KLEINUBING

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.545.2015**

CONTRATO N.º: 545/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).



**CONTRATO.546.2015**

CONTRATO N.º: 546/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: JULIANO ELSINGA COROLESQUI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.547.2015**

CONTRATO N.º: 547/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: LUANA BUSSATTO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.548.2015**

CONTRATO N.º: 548/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SCHEILLA ALVES DOS SANTOS BARRETO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.549.2015**

CONTRATO N.º: 549/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ISAMARA VICENTE WEBER PINTO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de junho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.550.2015**

CONTRATO N.º: 550/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: JOSE DE FREITAS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.551.2015**

CONTRATO N.º: 551/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de junho de 2015 até 06 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.552.2015**

CONTRATO N.º: 552/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO E À DISPOSIÇÃO

CONTRATADO: PAOLA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 08 de junho de 2015 até 08 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.553.2015**

CONTRATO N.º: 553/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: LEONILCE CARMEN LANZARINI LONGHI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de junho de 2015 até 08 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 18 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 864,90 (oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).

**CONTRATO.554.2015**

CONTRATO N.º: 554/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CONTRATADO: ELIANE MELO RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de junho de 2015 até 08 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.555.2015**

CONTRATO N.º: 555/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CONTRATADO: MARILIA DE BAIROS CERON

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de junho de 2015 até 08 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.556.2015**

CONTRATO N.º: 556/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de junho de 2015 até 24 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.557.2015**

CONTRATO N.º: 557/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELISANGELA DA COSTA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de junho de 2015 até 01 de outubro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.558.2015**

CONTRATO N.º: 558/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: KELLY MORAES ANTUNES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de junho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.559.2015**

CONTRATO N.º: 559/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: JOANIR FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e nove centavos).

**CONTRATO.560.2015**

CONTRATO N.º: 560/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de junho de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.561.2015**

CONTRATO N.º: 561/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: CARLOS EDUARDO PROENCIO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.562.2015**

CONTRATO N.º: 562/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: MIGUEL OTAVIO HUNING  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.563.2015**

CONTRATO N.º: 563/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: GILCEU DIAS MACHADO  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.564.2015**

CONTRATO N.º: 564/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS  
CONTRATADO: ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.565.2015**

CONTRATO N.º: 565/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: TACIANE MITTANCK FANTIN  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: FARMACÊUTICO- ACT  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.353,05 (um mil trezentos e cinquenta e três reais e cinco centavos).

**CONTRATO.566.2015**

CONTRATO N.º: 566/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE  
CONTRATADO: JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF82\_DOM**

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF82  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISTA PARA PRÁTICA DE SKATE, COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 468,75 M², A SER EDIFICADA SOBRE O LOTE Nº 02 DA QUADRA 06 NA AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, CENTRO, NESTA CIDADE, DE ACORDO COM OS MEMORIAIS E PROJETOS (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 89.991,03 (OITENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E UM REAIS E TRÊS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 26.06.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 26.06.2015 A 23.11.2015. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0110/2015 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2015. RECURSOS: 03.0292 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 26 DE JUNHO DE 2015  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO

**EXTRATO EDITAL ACT - MEDICO CLINICO GERAL**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0016 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Médico Clínico Geral. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 29 de junho até 10 de julho de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento,



Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1371/2015**

PORTARIA Nº 1371, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NEIDE APARECIDA TIEQUIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.094.309-02, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1372/2015**

PORTARIA Nº 1372, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0011 de 17 de abril de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLARICE MARIA ANGOLE-RI, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1373/2015**

PORTARIA Nº 1373, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGÉLICA PINHEIRO POLAQUINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.391.449-02, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 14 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1374/2015**

PORTARIA Nº 1374, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 1344/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 1344, de 25 de junho de 2015, que prorrogou o contrato da servidora NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.033.639-92, passando a ser o término da prorrogação do contrato em 27 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 1344, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1375/2015**

PORTARIA Nº 1375, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF82, Processo Administrativo Licitatório nº 0110/2015, Tomada de Preços nº 0009/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de uma pista para prática de skate, com área a ser construída de 468,75 m², a ser edificada sobre o Lote nº 02 da Quadra 06 na Avenida Rio Grande do Sul, centro, nesta cidade, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## REC.FEDERAIS 29.06.2015

### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
15.06.2015	FNS	PAB	75.391,33

Secretaria de Finanças

**DECRETO Nº 128/2015****DECRETO Nº 128, DE 26 DE JUNHO DE 2015.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0009, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0009, de 13 de abril de 2015, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Ficam convocados os candidatos classificados para realização de prova prática, no dia 30/06/2015 (terça-feira), nos termos do Edital n. 0009/2015, nos seguintes dias, horários e local:

**I – CÓDIGO 1 (OPERADOR DE MÁQUINAS – RETROESCAVADEIRA):**

Data: 30 de junho de 2015 (terça-feira).

Horário: 13:45: hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: – Secretaria Infra Estrutura Urbana e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, localizadas na Avenida Adalberto Schmidt Burda, s/n., Bairro São José, Fraiburgo, SC.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 26 DE JUNHO DE 2015.

**IVO BIAZZOLO**

Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0009 DE 13 DE ABRIL DE 2015**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Retroescavadeira**

***Critérios de Desempate***

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	0	0	NÃO	22/11/1995
0	3	0	NÃO	04/04/1960
0	0	2	NÃO	02/03/1973

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	GILSON BEAL	11	0
2	1	ALTAIR ALVES RODRIGUES	3	0
3	2	CIDINEI MARCONDES	2	0

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2015  
PMG E FMS

Ata nº. 027/2015; Processo nº. 018/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ALCI N. BECKER & CIA LTDA - EPP; ALV INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA; ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP; DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA; DUCA MOVEIS LTDA - EPP; IND. E COMER. DE MOVEIS LACHI LTDA - EPP; SCHOOL SHOP MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de mobiliário, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Valor: R\$225.305,28 (duzentos e vinte e cinco mil trezentos e cinco reais com vinte e oito centavos); Data da Assinatura: 20/05/2015.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº06 AO CONTRATO Nº45/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº 45/2012; Processo nº. 104/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: M & L EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA - EPP. CNPJ: 10.789.611/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 45/2012 por mais 06 (seis) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 01/06/2015.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº06 AO CONTRATO Nº54/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº 54/2012; Processo nº. 126/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: M & L EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA - EPP. CNPJ: 10.789.611/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 54/2012 por mais 06 (seis) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 01/06/2015.

### PORTARIA Nº 515/2015

PORTARIA Nº 515, DE 24 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício nº. 088/2015 reporta denúncias referentes ao atraso na entrega de materiais referente à Autorização de Fornecimento nº 1014/2015, solicitou instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da empresa TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA., CNPJ 79.905.071/0001-93, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício nº. 088/2015.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores RAFAEL DE SOUZA, LUCIANA MACHADO TEIXEIRA E SIMONE VERA WOLFF para sob a presidência do primeiro, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 24 de junho de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 041/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de Fluossilicato de Sódio e Cloro Granulado, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades do Sistema Municipal de Abastecimento de Água da Secretaria de Saneamento Ambiental.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 09/07/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 25 de junho de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 040/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de materiais de construção, ferramentas e matérias diversos de manutenção, com entrega de acordo com as necessidades da administração municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 13/07/2015 as 08:30 horas.

FASE DE LANCES VERBAIS: 15/07/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 25 de junho de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 101/2015

PORTARIA Nº. 101, de 26 de junho de 2015.  
DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 073/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

#### RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Técnico em Enfermagem, a Senhora Jeneci Aparecida Luiz da Silva, CPF nº 976.790.209-06, RG nº 6.782.135 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, por 220 horas mensais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Técnico, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 26 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 93/2015

PORTARIA Nº. 093, de 18 de junho de 2015  
”DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE POSSE DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

Considerando, art. 15, Parágrafo 5º do LC 001/98;

Considerando, os termos da Portaria nº 073, de 05 de Maio de 2015, que dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada em concurso público;

Considerando, que a candidata Jeneci Aparecida Luiz da Silva, nomeada para o cargo de Técnico em Enfermagem, apresentou a documentação exigida dentro do prazo estipulado pela municipalidade;

Considerando, que avaliação médica oficial foi realizada na candidata no dia 17/06/2015, tendo o laudo sido encaminhado em 18 de junho de 2015 ao Departamento de Recursos Humanos, conforme Comunicação Interna nº 022/2015, expedida pelo Técnico em Segurança do Trabalho;

Considerando, que após a avaliação médica, toda a documentação exigida na posse deve, obrigatoriamente, ser submetida à análise da Controladoria Interna do Município, conforme Decreto nº 076/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por 10 (dez) dias a posse da Senhora JENECI APARECIDA LUIZ DA SILVA, CPF nº 976.790.209-06, RG nº 6.782.135, nomeada através da Portaria 073 de 05 de maio de 2015, para o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 18 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 99/2015**

PORTARIA Nº. 099, de 24 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 082/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora Sandra Regina Flor Possamai, CPF nº 632.910.619-34, RG nº 1.869.233 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Operacional I, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 24 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PARECER FINAL**

PARECER FINAL DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer final às Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2016, e dá outras providências.

#### **I – RELATÓRIO**

O projeto apresenta-se formalmente correto e apto a ser votado, atendendo o disposto no Regimento Interno, art. 149, caput e parágrafos.

A audiência pública foi realizada em conjunto com poder Executivo.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Projeto encontra-se formalmente correto e não foram apresentadas emendas ou retificações.

#### **III – VOTO DO RELATOR**

O Relator, Vereador Célio Luiz Budal, vota pela aprovação do projeto.

#### **IV – PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Orçamento, em sessão realizada no dia 23/06/2015, opinou, por unanimidade, pela aprovação do projeto sem emendas ou retificações.

Estiveram presentes os(as) senhores(as) vereadores(as) Célio Luiz Budal, Oziel Fernandes Mattos e Helena Aparecida Costa Chaves.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.

Oziel Fernandes Mattos  
Presidente

Célio Luiz Budal Relator	Helena Aparecida Costa Chaves Membro
-----------------------------	---



# Gaspar

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 04/2015.

Aprova o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Sistema Único da Assistência Social Federal, o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Gaspar referente ao ano de 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS), de Gaspar, em Plenária Extraordinária, realizada dia 25 de junho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1648/97, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e

#### CONSIDERANDO:

- Considerando a reunião extraordinária do CMAS do dia 25/06/2015;
- Considerando a PNAS;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Ação/2015 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Especial de Média Complexidade e Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de junho de 2015.

Eloiza C. Probst

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

### RESOLUÇÃO Nº 05/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 05, de 25 de junho de 2015.

Aprova a execução física e financeira dos recursos repassados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar no ano de 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS de Gaspar/SC, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

#### CONSIDERANDO:

- ☐ A Política Nacional de Assistência Social de 2004;
- ☐ LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- ☐ A exigência da legislação específica para repasse de recursos;
- ☐ Considerando a reunião extraordinária do CMAS do dia 25 de junho de 2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a execução Física e Financeira do ano de 2014 dos recursos repassados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Gaspar.

Parágrafo Único: O montante repassado ao município de Gaspar/SC pelo MDS é de R\$ 765.613,23 (setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e vinte e três centavos), do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS é de R\$ 285.507,18 (duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sete reais e dezoito centavos), sendo que a contrapartida do município foi de R\$ 4.897.521,60 (Quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta centavos)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 25 de junho de 2015.

ELOIZA C. PROBST

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Governador Celso Ramos

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2015

Aviso de Dispensa de Licitação 07/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

Processo Licitatório nº 007/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL COM INSERÇÕES QUINZENALMENTE DE UM ANUNCIO INFORMATIVO DE 1/4 (UM QUARTO) DE PÁGINA PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES PARA A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

DO PRAZO: Até 31/12/2015.

Governador Celso Ramos, 26 de Junho de 2015.

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

### EXTRATO DE CONTRATO 02/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 2/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: OZIAS DEODATO ALVES JUNIOR – ME (JORNAL BIGUAÇU),

Objeto: Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviços pela CONTRATADA para prestar serviços de publicidade institucional da CONTRATANTE

PRAZO: 29/06/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.90.39.88.00.00.00

Governador Celso Ramos, 29 de Junho 2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

## Grão Pará

## PREFEITURA

## DECRETO DF 033/2015 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 000033/15 de 10 de Junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002002/15 de 3 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO</b>	
<b>04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.002-0000 - Aplicacoes Diretas	235.450,00
<b>07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO</b>	
<b>07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO</b>	
(127)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0000 - Aplicacoes Diretas	130.000,00
<b>10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
<b>10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
(251)4.4.90.00.00.00.00.00.1.012-0000 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(252)4.4.90.00.00.00.00.00.1.012-0089 - Aplicacoes Diretas	70.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>485.450,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>	
<b>03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	
(005)3.3.50.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	41.000,00
(008)4.4.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	8.500,00
(011)4.4.90.00.00.00.00.00.2.005-0000 - Aplicacoes Diretas	5.250,00
<b>03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA</b>	
(014)4.4.90.00.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	5.300,00
<b>04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO</b>	
<b>04.02 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO</b>	
(015)4.4.90.00.00.00.00.00.1.018-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
<b>04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
(028)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(031)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(035)3.3.90.00.00.00.00.00.2.009-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
<b>05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL</b>	
<b>05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL</b>	
(045)4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0089 - Aplicacoes Diretas	70.000,00
<b>06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
<b>06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0001 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(057)4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.400,00
(102)3.3.90.00.00.00.00.00.2.019-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(104)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(117)3.3.90.00.00.00.00.00.2.023-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
<b>08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO</b>	
<b>08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO</b>	
(140)4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(142)3.1.71.00.00.00.00.00.2.048-0000 - Transf. a Consórcios Públicos	4.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000033/15 de 10 de Junho de 2015**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO****08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO**

(143)3.3.71.00.00.00.00.00.2.048-0000 - Transferências a Consórcios Públicos 2.000,00

**11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

(155)4.6.90.00.00.00.00.00.0.001-0000 - Aplicacoes Diretas 90.000,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(166)4.4.90.00.00.00.00.00.1.010-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

(179)3.3.90.00.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

(183)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

(186)4.4.90.00.00.00.00.00.2.046-0000 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

**15.03 - DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

(191)3.3.90.00.00.00.00.00.2.047-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

**Total Anulação: 485.450,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Junho de 2015.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 10 de Junho de 2015.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO DF 034/2015 - ORÇAMENTO****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000034/15 de 26 de Junho de 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	
<b>14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA</b>	
(028)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0158 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>20.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	
<b>14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA</b>	
(030)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0158 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
<b>Total Anulação:</b>	<b>20.000,00</b>

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Junho de 2015.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Junho de 2015.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 85.2015 PMGBA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

PROCESSO Nº 85/2015 HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS, DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL, FACILITANDO O TRABALHO A SER DESENVOLVIDO E APLICADO PELOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DAS IMPRESSÕES.

-----  
CONTRATADO: PROGERAÇÃO INFORMATICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.079,00 (um mil e setenta e nove reais)

-----  
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais)

=====

# Guaramirim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 499/2015**

DECRETO Nº. 499/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 16.320,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 16.320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4227/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3339300000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	16.320,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3337100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	16.320,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
PrefeitoDenilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO Nº. 500/2015**

DECRETO Nº. 500/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 235.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4228/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças



04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0126	Tecnologia da Informação
04.001.0004.0126.0004	Administração geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das Atribuições de Apoio Administrativo
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urban0
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urban0
05.001.0004	Administração
05.001.0004.0121	Planejamento e Orçamento
05.001.0004.0121.0004	Administração geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento Urbano
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	235.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## EDITAL PROCESSO SELETIVO 032015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 03/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, através da Secretaria Municipal de Saúde, fixa normas para realização do processo seletivo simplificado para provimento de cargos em caráter temporário, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, no Artigo 2º, inciso V, da Lei 049/2013, com as alterações da Lei 075/2014, bem como demais disposições legais cabíveis, incluindo a Lei Complementar Municipal 16/2007.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este edital, e executado pela Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria nº381/2015, publicado em 15/05/2015 no DOM/SC edição nº 1743 da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

1.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e para as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, indicadas no Anexo I deste Edital, o qual contém os empregos, quantidade de vagas por emprego, salários mensais, jornada de trabalho e pré-requisitos;

1.3 A descrição e as atividades típicas dos empregos estão relacionadas no Anexo II deste Edital;

1.4 Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar Municipal 049/2013 e Lei Complementar Municipal 16/2007;

1.5 Será devido a todos os profissionais contratados o pagamento do Vale Alimentação em cartão de R\$ 400,00(Quatrocentos reais) para 40 horas semanais e R\$ 200,00 (Duzentos reais) para 20 horas semanais.

1.6 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) no "link" Concursos e Processos Seletivos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo serão conforme abaixo discriminado:

2.1.1 O período das inscrições será das 09h:00 às 12h:00 e das 13h:00 às 16h:00 de 11/06/2015 a 10/07/2015, no horário oficial de Brasília, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Henrique Friedmann nº. 415 – Centro, Guaramirim/SC, serão gratuitas e estão condicionadas à entrega da documentação comprobatória.

2.1.2 A Ficha de Inscrição poderá ser impressa através do Edital (anexo V), ou ser retirada na Secretaria Municipal de Saúde.

### 3. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos gerais para a inscrição no Processo Seletivo os seguintes:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

c) Quitação eleitoral

d) Quitação com o serviço militar (masculino)

### 4. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO:

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade;

b) Fotocópia do CPF;

c) Ficha de Inscrição devidamente preenchida.

4.2 No caso das fotocópias, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original respectivo, para que possa ser confrontada com a fotocópia e evidenciada a autenticidade da mesma. Também poderão ser apresentadas fotocópias autenticadas em Cartório.

4.3 O candidato portador de deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a provável causa da deficiência.

4.4 No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

### 5. DAS PROVAS

5.1 Será aplicada prova objetiva, abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS	PROVAS ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
Objetiva	Português	05	Classificatória
	Conhecimentos Específicos	15	Classificatória e Eliminatória

5.2 A prova objetiva será realizada no dia 18/07/2015, com início às 08:30h e terá duração de 03h30min (três horas e trinta minutos).

5.3 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.4 Para a realização da prova que será na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua: Henrique Friedmann, 415 - Centro, Guaramirim (SC), os candidatos deverão apresentar documento de identificação com foto, original e comprovante de inscrição.

5.5 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identificação original com foto, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.6 Os candidatos deverão ingressar na sala de realização da prova até às 08h15 min (oito horas e quinze minutos).

5.7 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés, óculos de sol e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de

eliminação do candidato do Processo Seletivo.

5.8 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala.

5.9 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita.

5.10 Será atribuída nota 0 (zero) as respostas de questões que contenha(m):

a) emenda (s) e/ou rasuras, ainda que legível (eis);

b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.11 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregá-la ao fiscal juntamente com o cartão resposta, caso não entregue poderá ser penalizado, ter sua prova anulada e ser eliminado do processo seletivo.

5.12 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.13 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar a sua prova e retirar-se do local simultaneamente.

5.14 O gabarito preliminar da prova será divulgado no "site" [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 20/07/2015.

5.15 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

5.16 Os prazos dos recursos das diferentes etapas deste processo seletivo estão discriminados no Calendário Oficial do Processo Seletivo (anexo IV).

## 6. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez pontos) tendo peso de 0,20 as questões de português e 0,60 as questões de conhecimento específico.

6.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 5,0.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada função;

7.2 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (Art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);

b) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Possuir maior idade.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do Processo Seletivo deverão ser encaminhados e protocolados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em formulário específico conforme anexo VI tendo 2 dias úteis para fazê-lo conforme cronograma constante no anexo IV endereçado para a Comissão Organizadora.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo por uma das vias a seguir:

a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído no Setor de Protocolo da Secretaria de Saúde do Município de Guaramirim situada à Rua Henrique Friedmann, n.º 415, Centro, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

## 9. PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 A lista classificatória resultante do Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua homologação, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas no Edital e para a formação de reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital;

10.2 Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários;

10.3 O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo;

10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

10.7 Ao Prefeito Municipal de Guaramirim caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br);

10.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado;

10.9 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Guaramirim o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

10.10 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

10.11 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.12 Aos candidatos classificados será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

10.13 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinados para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

10.14 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos abaixo discriminados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- a) 01 foto 3x4;
- b) Atestado Médico Admissional (agendado pelo setor);
- c) Carteira de Trabalho Original;
- d) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- e) Fotocópia do CPF;
- f) Fotocópia do Título de Eleitor;
- g) Fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- h) Fotocópia da Certidão de Filhos menores de 21 anos;
- i) Fotocópia de Reservista (Masculino);
- j) Fotocópia da Carteira de Habilitação (Opcional);
- k) Fotocópia Autenticada do Diploma de conclusão do curso Superior em Medicina;
- l) Quitação eleitoral;
- m) Negativa de antecedentes criminais estadual e federal;
- n) Quitação do serviço militar (Masculino);
- o) Registro no órgão fiscalizador da profissão;
- p) Comprovante de quitação de anuidade do Conselho Regional de Medicina – CRM.
- q) Cartão Nacional do SUS

10.15 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos citados acima pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, certidão que ateste que o candidato está desvinculado ou desativado de qualquer outra Estratégia Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

10.16 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo.

10.17. As contratações serão realizadas pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo haver prorrogação nos termos do parágrafo único, do artigo 4º, da Lei 49/2013.

10.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo.

Guaramirim (SC), 26 de junho de 2015

Jair Tomelin  
Secretário Municipal de Saúde

Lauro Frohlich  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### EMPREGO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Empregos de Nível Superior:

Emprego	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
Enfermeiro ESF	01	4.827,94	40 horas	Ensino superior em Enfermagem, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão
Médico Clínico Geral	01	5.469,04	20 horas	Ensino superior em Medicina, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão
Médico ESF	01	13.055,76	40horas	Ensino superior em Medicina, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

#### ANEXO II

#### ATRIBUIÇÕES

##### ENFERMEIRO ESF

Descrição do Cargo: Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem; solicitar exames complementares; realizar ações de saúde em diferentes ambientes e quando necessário no domicílio, promover a humanização do atendimento de enfermagem; se necessário realizar reuniões com a comunidade.

Atividades Típicas:

- a) Realizar atividades educativas coletivas;
- b) Organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares;
- c) Planejamento, organização coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;
- d) Consultoria, e auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
- e) Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;
- f) Participação no planejamento, execução e avaliação do programa da saúde;
- g) Assistência de enfermagem à gestante, parturiente;
- h) Realizar pesquisas que visem o desenvolvimento do PSF no Município;

i) Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

#### MÉDICO CLÍNICO GERAL

Descrição do Cargo: Desenvolver atividades de execução especializada, abrangendo o serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva correlacionadas aos programas desenvolvidos na Secretaria Municipal de Saúde.

##### Atividades Típicas:

- a) Realizar atividades educativas coletivas;
- b) Fazer análise, exame físico e seguimento dos pacientes;
- c) Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
- d) Solicitar exames complementares;
- e) Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;
- f) Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
- g) Realizar tratamentos específicos de rotina, urgência e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário;
- h) Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional;
- i) Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;
- j) Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhorias da assistência global;
- k) Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;
- l) Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

#### MÉDICO ESF

Descrição do Cargo: Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; encaminhar aos serviços de maior complexidade quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento por meio de um sistema de acompanhamento e referência; solicitar exames complementares; humanização do atendimento à saúde, consultas médicas; identificar fatores de riscos, fazer visitas domiciliares e reuniões com comunidade.

##### Atividades Típicas:

- a) Realizar atividades educativas coletivas;
- b) Fazer análise, exame físico e seguimento dos pacientes;
- c) Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
- d) Solicitar exames complementares;
- e) Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;
- f) Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
- g) Cumprir normas e regulamentos da Saúde;
- h) Buscar a humanização do atendimento à saúde;
- i) Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

#### ANEXO III

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**PORTUGUÊS:** Compreensão e interpretação de texto; Coesão e coerência de textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Pontuação; Classes gramaticais e variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal.

##### CONHECIMENTO ESPECÍFICO

**ENFERMEIRO ESF:** Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional – análise crítica. Código de Ética – análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais – elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos – recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe – dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem – teoria e prática. Consulta de enfermagem. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao auto-cuidado: promoção e prevenção da saúde.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL:** Legislação do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde. Princípios de Infecção Hospitalar, Higiênização das Mãos, Infecção Nosocomial do Trato Urinário, Trato Respiratório, Sistema Vascular, Infecções de Feridas, Isolamento, Insuficiência Cardíaca Congestiva, Acidente Vascular Cerebral, Diabetes Mellitus Tipo I e II, Cetoacidose Diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Doenças Pulmonares (asma brônquica, pneumonias, tuberculose), Doenças Gastroenterológicas (esofagite, gastrite, úlcera péptica, hepatites, pancreatite), Doenças Renais, Doenças Endócrinas, doenças do Sistema Nervoso, Doenças Psiquiátricas, Doenças da Pele, Doenças do Sangue, Doenças Infecciosas, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Doenças Reumatológicas, Alergia e Imunologia



**MÉDICO ESF:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas, doenças venosas e arteriais periféricas; Doenças pulmonares: asma brônquica, pneumonias; tuberculose, doenças pulmonares crônicas de natureza obstrutiva e restritiva; Doenças gastroenterológicas: esofagite, gastrite, duodenite, úlcera péptica, síndromes diarreicas, hepatite, pancreatite, litíase biliar, parasitoses intestinais; Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, síndrome nefrótica, síndrome nefrítica aguda, infecção urinária, nefrolitíase; Doenças endócrinas: diabetes melito, doenças da tireóide, insuficiência adrenal, dislipidemias, obesidade, síndrome metabólica; Doenças do sistema nervoso: infarto e hematoma cerebral, meningites e meningoencefalites, neurocisticercose, epilepsia, cefaléia, coma, vertigem; Doenças psiquiátricas: transtornos do humor, transtornos de pânico e agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia; Doenças da pele: infecções cutâneas, eczemas, micoses superficiais, dermatovirose, dermatozoonoses, dermatoses pré-cancerosas e neoplasias malignas; Doenças do sangue: anemias, plaquetopenias, trombocitose, leucemias, leucopenia e agranulocitose, anticoagulação; Doenças infecciosas: doenças sexualmente transmissíveis, toxoplasmose, leptospirose, tétano, dengue, equinostomose mansônica, malária; Doenças reumatológicas: artrites infecciosas, artrite gotosa, artrite reumatóide, doenças do tecido conjuntivo, fibromialgia, osteoporose; Alergia e imunologia: rinite, urticária, alergias alimentares, dermatite atópica, anafilaxia.

## ANEXO IV

## CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO

Data	Descrição	Local
02/07/2015 a 31/07/2015	Inscrições dos Candidatos e Recebimento da Documentação exigida no Edital;	Secretaria Municipal de Saúde
05/08/2015	Divulgação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
04/08/2015 e 07/08/2015	Recursos sobre as Inscrições;	Secretaria Municipal de Saúde
11/08/2015	Homologação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
15/08/2015	Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim
17/08/2015	Divulgação do Gabarito;	Site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
18/08/2015	Resultado PRELIMINAR	Site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
19/08/2015 e 20/08/2015	Recursos sobre a Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde
21/08/2015	Resultado Final	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>

## ANEXO V

## FICHA DE INSCRIÇÃO

(Apresentar formulário preenchido no ato da Inscrição)

Inscrição nº \_\_\_\_\_

Via Candidato

Data da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Telefone ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Ass. Candidato:

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Inscrição nº \_\_\_\_\_

Via Secretaria de Saúde

Data da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Telefone ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Ass. Candidato:

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ANEXO VI – MODELO DE RECURSO

SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 003/2015

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

MOTIVO: \_\_\_\_\_

(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)

DEFERIDO ( ) SIM ( ) NÃO

INDEFERIDO ( ) SIM ( ) NÃO

Guaramirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

ASSINATURA DO CANDIDATO

**LEI Nº. 4226/2015**

LEI Nº. 4226/2015

Denomina Posto de Saúde do Bairro Guamiranga.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de Maria Caetana Francisca Rosa, o Posto de Saúde localizado no Bairro Guamiranga, mais precisamente nas proximidades da Praça da Figueira.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4227/2015**

LEI Nº. 4227/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 16.320,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 16.320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3339300000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	16.320,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças



04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3337100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	16.320,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4228/2015

LEI Nº. 4228/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 235.000,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0126	Tecnologia da Informação
04.001.0004.0126.0004	Administração geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das Atribuições de Apoio Administrativo
3339000000000000	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urban0
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urban0
05.001.0004	Administração
05.001.0004.0121	Planejamento e Orçamento
05.001.0004.0121.0004	Administração geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento Urbano
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	235.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 434/2015**

PORTARIA Nº. 434/2015

Altera membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, nomeados pela Portaria nº. 420/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Altera inciso IV da Portaria nº. 420/2014, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, e passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV – representante das entidades organizadas

Titular: Altair Soares da Silva	Titular: Dagmar Engelmann Rohrig
Suplente: Janete Ribeiro Gonçalves	Suplente: Odair Devigilli”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 435/2015**

PORTARIA Nº. 435/2015

Instaura e Constitui Comissão de Sindicância Administrativa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 51 da Lei Complementar nº. 007/2001, com o inciso VI e § 4º do art. 3º da Lei nº. 3530/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Sindicância Administrativa para apurar a responsabilidade referente à falta de pagamento do aluguel do terreno da EMEF Dorvalino Felippi e PE Senhor Bom Jesus.

Art. 2º. Designar, em cumprimento ao disposto no artigo anterior, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa composta pelos servidores Simone Dalsoquio, Luciene Martins Franco e Eunice Prusse.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela servidora Simone Dalsoquio.

Art. 3º. A Comissão ora constituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 436/2015**

PORTARIA Nº. 436/2015

Retorna de licença saúde Juraci Maria da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Juraci Maria da Silva, na função de Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 20 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## CAMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

### PORTARIA LEGISLATIVA Nº 10/2015

PORTARIA LEGISLATIVA nº 010 /2015

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 34.º e seus Incisos do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos recursos) relativo ao Edital de Concurso Público nº 001/2015 da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS   Modalidade A	Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
	7	80025	Jaqueline Leticia Stalter	27/04/1994	6,30	1,00	1,00	8,30	1º
	10	79028	Lucia Collmam Tortora	12/01/1992	5,95	1,40	0,60	7,95	2º
	4	78998	Vandrea Aparecida Vieira	13/11/1982	6,30	0,80	0,80	7,90	3º
	8	79292	Tania Salete Gialazzi	23/05/1966	5,95	0,80	0,80	7,55	4º
	6	79031	Claudete Schonhalz	30/08/1991	5,25	1,40	0,60	7,25	5º
	5	79457	Salete Tomiozzo	15/06/1990	5,60	0,80	0,80	7,20	6º
	11	79284	Caroline Mortari	24/09/1994	4,90	1,20	0,80	6,90	7º
	2	78974	Janize Ev Behne Tibola	22/07/1994	4,55	0,80	0,60	5,95	8º
	3	79298	Sueli Pires	05/12/1964	4,20	0,80	0,60	5,60	9º
AUXILIAR LEGISLATIVO   Modalidade A	9	79816	Regina Severgnini Dalmagro	19/03/1965	3,50	0,60	1,00	5,10	10º
	Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
	14	78933	Franciane Baseggio	03/03/1986	6,30	1,60	0,80	8,70	1º
	49	78869	Poliana Venturini Della Flora	20/12/1994	6,30	1,60	0,80	8,70	2º
	40	78854	Fabiana Gusen	03/01/1982	5,95	1,20	1,00	8,15	3º
	17	78662	Fernanda Bosa	28/03/1990	4,90	1,60	0,60	7,10	4º
	47	78859	Ivanor Rauber	18/11/1983	4,55	1,60	0,80	6,95	5º
	29	79735	Kamille Rosenbach	15/10/1992	4,55	0,80	0,80	6,15	6º
	32	79168	Rosinha Schein	13/11/1984	5,25	0,40	0,40	6,05	7º
	19	80007	Aline Rubert	22/06/1989	3,85	1,40	0,80	6,05	8º
	33	78899	Ana Paula Bogorni	04/04/1992	4,20	1,20	0,60	6,00	9º
	39	80031	Fernanda Seibel	03/04/1993	4,55	1,00	0,40	5,95	10º
	12	79984	Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	4,55	0,80	0,60	5,95	11º
	38	80152	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	3,85	1,20	0,80	5,85	12º
	28	78833	Julio Eduardo Lemes Muhl	13/03/1993	4,20	0,80	0,80	5,80	13º
	44	77732	Daniela Alves Righi	29/05/1995	4,20	0,80	0,60	5,60	14º
	36	79822	Cheila Vanessa Back	09/06/1993	4,20	0,60	0,80	5,60	15º
	16	79545	Guilherme Stefanello	17/08/1994	3,85	1,00	0,60	5,45	16º
	26	77701	Luana Kuhn	24/01/1994	4,20	0,40	0,80	5,40	17º
	43	78901	Andreise Schepke	19/04/1988	3,15	1,60	0,60	5,35	18º
	35	79008	Deisi Teloeken	27/10/1993	3,50	1,00	0,60	5,10	19º
	34	78939	Carine Ines Pelisser	06/01/1995	3,85	0,80	0,40	5,05	20º
	42	79039	Douglas Tortora	11/10/1990	3,15	1,20	0,60	4,95	21º
	13	78699	Everton Luis Simon Engel	08/04/1993	3,15	1,00	0,80	4,95	22º

18	78888	Carla Marcon	04/03/1991	3,50	1,40	0,00	4,90	23º
24	78331	Leticia Carossi	28/09/1991	3,50	0,80	0,40	4,70	24º
31	79740	Marqueli Petry Weber	21/10/1995	3,50	0,80	0,40	4,70	25º
37	80092	Daniela Johner Fogiato	01/09/1986	3,50	0,60	0,60	4,70	26º
41	79459	Carla Ines Thessing	27/01/1976	2,80	0,40	0,80	4,00	27º
TÉCNICO EM CONTABILIDADE   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
54	79303	Keli Fatima Griebler	20/02/1994	5,25	1,40	1,00	7,65	1º
55	78184	Marcos Vinicius Redel	02/12/1992	4,90	1,40	1,00	7,30	2º
52	78941	Edemar Luiz Griebler	07/05/1988	4,55	1,40	1,00	6,95	3º
64	79194	Tais Regina Sasso	29/05/1993	4,55	1,40	1,00	6,95	4º
63	79175	Cheila Maria Muller	29/12/1992	5,25	0,80	0,80	6,85	5º
65	79310	Kelly Cristina Favretto Acorsi	01/03/1993	4,20	1,40	1,00	6,60	6º
62	78839	Daiane Sehnem	27/08/1987	4,55	1,00	0,40	5,95	7º
53	79486	Ilceo Bariviera	05/03/1959	3,50	1,40	1,00	5,90	8º
51	79360	Rodrigo Vintancourt Lopes	16/09/1989	3,50	1,40	0,80	5,70	9º
58	78898	Tatiane Kremer	01/12/1986	3,15	1,20	1,00	5,35	10º
50	78848	Daiana Aline Da Silva	24/01/1993	3,85	0,60	0,40	4,85	11º
60	79656	Jaqueline Aparecida Santin	04/01/1978	2,80	1,20	0,80	4,80	12º
61	78836	Janice Ines Riffel	07/10/1984	2,80	1,20	0,80	4,80	13º
57	78864	Carla Teresinha Kaiser	24/06/1989	2,45	0,60	1,00	4,05	14º
TESOUREIRO   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
66	79165	Rodrigo Andre Lunkes	17/02/1989	4,55	1,00	0,80	6,35	1º
67	79291	Walter Luiz Steffens	22/07/1951	4,20	1,20	0,60	6,00	2º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrárias.

Guarujá do Sul/SC, em 24 de junho de 2015.

Alcione Roberto Straub  
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Mônica Regina Taube  
1º Secretária

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 763/2015

PORTARIA Nº 763/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao servidor DEOCLIDES FERREIRA GOMES (Matr. 185), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "M", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 26 de junho de 2015 a 25 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2817/2015

DECRETO Nº 2.817, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
HOMOLOGA 1ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando a sentença judicial dos autos n. 00000074-07.2014.8.24.0071 que determinou que à Administração Pública deverá reeditar o ato administrativo, apurando informações juntamente com quem de fato acompanhou o período apurado, ou seja, referente a primeira etapa do estágio probatório do servidor Waldemar Cordeiro;

#### DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 1ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório do Servidor Público Waldemar Cordeiro, admitido por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2012, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 058, de 01 de abril de 2014, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. Fica anulada a 1ª etapa de estágio probatório do servidor, homologada pelo Decreto nº 2.525, de 05 de agosto de 2013.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional do servidor a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JUNHO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Administração e da Fazenda



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO TP 010 - 2015 PMI - PAV. RUA LEOBERTO LEAL

PROCESSO Nº. 180/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2015 Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REUBARBANIZAÇÃO DA RUA LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 348155-25/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 15/07/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/07/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
Ilhota, 29 de junho de 2015.

# Imarui

## PREFEITURA

### LEI Nº. 1.875, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº. 1.875, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL TERRA FORTE ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO PARA OS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o serviço de transporte de calcário para os produtores Rurais de Imaruí do local de origem até a sua propriedade mediante prévio pagamento pelo transporte de calcário, através do Programa Municipal Terra Forte.

Parágrafo único. O serviço a que se refere o art. 1º será prestado para os produtores que possuírem bloco de nota do produtor, e que tenham qualquer movimentação nos últimos 12 meses.

Art. 2º O valor a serem cobrados por cada frete de carga de calcário transportada será de 40 (quarenta) UFM.

Art. 3º A solicitação dos serviços deverá ser realizada na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuária ou em outro local por esta indicada, que verificará a possibilidade da execução do serviço.

Parágrafo único. Havendo possibilidade de execução do serviço a Secretaria de Desenvolvimento e Pecuária emitirá autorização e encaminhará o requerente ao Setor Competente para emitir a guia de recolhimento do respectivo valor.

Art. 4º A efetivação dos serviços ficará condicionada à disponibilidade financeira e de maquinário da Secretaria competente, além das seguintes condições:

I – Comprovação do recolhimento aos cofres do Município dos valores devidos; e

II – Observância de ordem cronológica de pagamentos, sendo atendido o primeiro a recolher a taxa e assim sucessivamente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 26 de junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### PORTARIA GP Nº406/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 406/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LUTGAR JOÃO RIBEIRO do Cargo de Professor de Educação Infantil, de acordo com a carta de concessão do INSS de aposentadoria.

Imaruí, 12 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 12/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

### PORTARIA GP Nº 399/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 399/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

KARIM BACHA do Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde Professor em Saúde do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

### PORTARIA GP Nº 400/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 400/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Diretor Geral de Informática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

SERGIO LUIZ ALBINO JUNIOR do Cargo de Diretor Geral de Informática, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em

01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 401/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 401/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

LUCIMAR DE SOUSA VIEIRA com CPF: 715.946.209-20 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horaria de 20h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M José Tomás Ribeiro Pref. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 069/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 402/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 402/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROSA FAUST com CPF: 083.695.559-50 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horaria de 20h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M Pref. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 069/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 403/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 403/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Coordenador de Comunicação Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SERGIO LUIZ ALBINO JUNIOR com CPF: 097.602.409-80 para exercer o Cargo de Coordenador de Comunicação Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 02 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 404/2015 DE 08 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 404/2015, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

WESLEN CASTRO DE RESENDES do Cargo de Professor de Matemática, com carga horária de 20h semanais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 071/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 08 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 407/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 407/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LUCIANE DE CARVALHO do Cargo de Agente Educador, do Quadro

Geral da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 074/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 16 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 408/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 408/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Designa Servidor Municipal com Função Gratificada.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 035, de 04 de abril de 2014, que altera o anexo III da lei Nº 1028 de 24 de janeiro de 2005, resolve:

DESIGNA:

SANDRA MIRIAN OLIVEIRA DA SILVA, para atuar no setor de vacinação da unidade central, de acordo com a C. I nº 098/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 16 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 16/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 409/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 409/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ANE CAROLINE WESTRUP com CPF: 096.722.519-12 para exercer o Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M Prof. Larice Cavalcante Caldas, conforme a C.I nº 075/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 410/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 410/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MIRIA DA SILVA DE CARVALHO do Cargo de Professor de Educação Infantil do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I. nº 077/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 25 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 25/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 411/2015 DE 26 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 411/2015 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO com CPF: 078.289.969-26 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 30h semanais, com regência de Classe para C. E. I Carlos Gomes, conforme a C.I nº 077/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 26 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 26/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº405/2015 DE 08 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 405/2015 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015 e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

JÉSSICA GONÇALVES DA ROSA com CPF: 080.268.069-05 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horaria de 20h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M Pref. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 071/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 08 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/GGP Nº 378/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 378, de 26 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servidores por Término de Contrato, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, os(as) abaixo relacionados(as), admitidos(as) para exercerem os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Adelpho José Pamato	Auxiliar de Serviços	004.183.009-17	30/06/2015
Juliana da Silva Ignácio	Engenheira Agrônoma	047.294.089-93	30/06/2015
Luciene Martins	Engenheira Química	754.554.479-04	30/06/2015
Marcos José de Paula Morim Filho	Agente Administrativo	054.450.229-94	30/06/2015
Michele Dias Anastácio	Assistente Administrativa	094.664.779-86	30/06/2015
Paulo Sérgio Sell	Operador de Máquinas	315.120.382-53	30/06/2015
Rosani Calônico	Telefonista Central	704.898.409-06	30/06/2015
Thiago Figueiredo Alves	Fiscal de Tributos	074.876.589-10	30/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de junho de 2015.

Imbituba SC, 26 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

# Iomerê

## PREFEITURA

### **INEXIGIBILIDADE Nº 10/2015**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de divulgação de evento de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: RÁDIO TROPICAL FM LTDA - ME.

Valor: R\$ 1.348,00 (um mil trezentos e quarenta e oito reais).

Iomerê, 26 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal



**HOMOLOGAÇÃO ESTRUTURA FESTA**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 27/2015 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 35/2015 Processo de Licitação: 35/2015 Data do Processo: 26/05/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 35/2015  
b ) Licitação Nr.: 27/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 24/06/2015  
e ) Data da Adjudicação: 24/06/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE GERADOR E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E LIMPEZA NO ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.

					(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (2847)</u></b>					
1 LOCAÇÃO DE GERADOR	UN	1,00	0,0000	3.500,00	3.500,00
Total do Fornecedor:					3.500,00
Total Geral:					3.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 24 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO ESTRUTURA FESTA**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2015 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 34/2015 Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 25/05/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 34/2015  
b ) Licitação Nr.: 26/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/06/2015  
e ) Data da Adjudicação: 23/06/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, TENDAS, CAMARINS, STAND E GRADE DE CONTENÇÃO.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>SILVA &amp; DALMOLIN PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME (4738)</u></b>						
7	GRADE DE BARRICADE DE CONTENÇÃO	UN	300,00	0,0000	9,00	2.700,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.700,00</b>
<b><u>STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA (4739)</u></b>						
2	CAMARIM	UN	3,00	0,0000	899,00	2.697,00
3	TENDAS 10x10m	UN	15,00	0,0000	635,00	9.525,00
4	TENDAS 5x5m	UN	4,00	0,0000	300,00	1.200,00
5	STAND 12x4M	UN	1,00	0,0000	560,00	560,00
6	STAND 3x2M	UN	1,00	0,0000	1.200,00	1.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>15.182,00</b>

Iomerê, 23 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 26/2015 - PR**

Processo Administrativo: 34/2015  
Processo de Licitação: 34/2015  
Data do Processo: 25/05/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****TATIANA BEAL DARIVA ME (1605)**

1 BANHEIROS QUÍMICOS	UN	34,00	0,0000	304,90	10.366,60
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>10.366,60</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>28.248,60</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 23 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ipumirim

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 151 DE 26 DE JUNHO DE 2015

Altera vagas, cria cargos, atribuições e níveis do Anexo II e III, da Lei Complementar 02/2002 que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim-SC.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona de promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Altera número de vagas e atribuição do Cargo de Escrivário, atribuições do cargo de Tesoureiro e dos Agentes de Vigilância Sanitária e Altera Níveis do Anexo II – do Grupo “A” – Serviços Administrativos da Lei Complementar 002/2002, que passam a fazer partes dos respectivos Anexos.

Art. 2º - Altera Níveis, Cria o Cargo de Engenheiro Florestal, altera número de vagas do cargo de Nutricionista no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Anexo II e altera anexo III – Quadro de habilitação Profissional e Atribuições do Cargo do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental e Enfermeira do - Grupo “B” – Serviço Técnicos Profissionais da Lei Complementar 002/2002.

Art. 3º - Altera número de vagas do Cargo de Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica e Altera Níveis do Anexo II – do Grupo “C”- Serviços Operacionais do Quadro de Provimento Efetivo da Lei Complementar 002/2002, que passam a integrar o Anexo II.

Art. 4º - Altera Níveis do Anexo II – do Grupo “D”- Serviços Gerais do Quadro de Provimento Efetivo da Lei Complementar 002/2002, que passam a integrar o Anexo II.

Art. 5º - Fica excluído o Nível/Remuneração do Cargo de Técnico Contábil, Constante do Anexo II – Cargos de Provimento Efetivo – Grupo B – Serviços Técnicos Profissionais da Lei Complementar nº 02/2002 – Que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim – SC. (vetado)

Art. 6º - Ficam alterados os Níveis dos Cargos de Técnico Contábil de 150 para CE 110 e de Tesoureiro de 130 para CE 80. (vetado)

Art. 7º - a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 26 de Junho de 2015

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

### ANEXO II

#### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### GRUPO “A” – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS
Agente de Vigilância Sanitária	AVS	40 horas	070	02
Agente de Vigilância Sanitária	AVS	40 horas	120	01
Almoxarife	ALM	44 horas	070	01
Agente de Recursos Humanos	ARH	35 horas	080	01
Atendente de Consultório Dentário	ATENODONTO	40 horas	020	02
Auxiliar Administrativo	AADM	35 horas	050	15
Auxiliar de Bibliotecária	ABIB	35 horas	050	01
Auxiliar de Creche	ACRE	40 horas	030	18
Escrivário	ESC	35 horas	080	03
Fiscal	F	35 horas	050	01
Fiscal de Obras	FO	35 horas	050	01
Secretário de Escola	SECESC	40 horas	050	04
Tesoureiro	T	35 horas	100	01
Técnico de Compras	TECCO	35 horas	090	01
Técnico de Informática	TECIN	35 horas	080	01
Técnico CRAS	TECCRAS	40 horas	050	01
Técnico CRAS	TECCRAS	40 horas	050	01

### ANEXO II

#### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### GRUPO “B” – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CARGO	ABREV. DO CARGO	CARGA HOR. SEMANAL	NÍVEL	VAGAS
Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	AVEA	40 horas	070	01
Assistente Social	AS	40 horas	130	02
Auxiliar de Enfermagem	AENF	40 horas	080	09
Bioquímico	BIOQ	40 horas	130	01
Advogado	ADVO	20 horas	180	01
Cadastrista	CAD	35 horas	130	01
Contador	C	35 horas	150	01
Enfermeira	ENF	40 horas	180	03
Engenheiro Civil	ENGC	20 horas	100	01
Arquiteto e Urbanista	ARQ	30 horas	170	01
Engenheiro Agrônomo	ENGA	40 horas	130	01
Farmacêutico	FARMA	40 horas	130	01
Fisioterapeuta	FISIO	40 horas	130	01
Fisioterapeuta	FISIO	20 horas	100	02
Fonoaudiólogo	FONO	15 horas	100	02
Médico	MED	40 horas	190	03
Médico Veterinário	MEDV	40 horas	130	02
Odontólogo	ODONTO	20 horas	140	03
Odontólogo 40 horas	ODONTO	40 horas	187	02
Psicólogo 20 horas	PSI	20 horas	080	01
Psicólogo	PSI	40 horas	130	02
Técnico Agrícola	TA	40 horas	060	03
Técnico Contábil	TC	35 horas	150	01
Técnico do Controle Interno	TCI	35 horas	160	01
Monitor Desportivo	MODES	40 horas	100	02
Nutricionista	NUTRI	40 horas	110	02
Engenheiro Florestal	ENGF	40 horas	100	01

## ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
GRUPO C – SERVIÇOS OPERACIONAIS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS
Motorista	MOT	44 horas	040	30
Operador de Máquinas Agrícolas e Similares	OPMEAS	44 horas	060	04
Operador de Motoniveladora	OPM	44 horas	060	03
Operador de Pá Carregadeira e Rolo Compactador Motorizado	OPC	44 horas	060	02
Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica	OPR	44 horas	060	07
Operador de Trator de Esteiras	OPTE	44 horas	060	02

## ANEXO II

## CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

## GRUPO D – SERVIÇOS GERAIS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS
Carpinteiro	CARP	44 horas	030	01
Mecânico	MEC	44 horas	110	01
Pedreiro	PED	44 horas	030	04
Servente	SER	44 horas	020	25
Zeladora	ZEL	40 horas	010	27

## ANEXO III

QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO  
GRUPO "A" – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Agente De Vigilância Sanitário - AVS	Conclusão do 2º grau, com conhecimento de português, suficiente para elaborar relatórios de fiscalização e notificações e auto de infração e, conhecimento de Legislação Sanitária, Postura e Códigos de obras e demais normas do Município, Estado e União que tratam de Vigilância Sanitária e curso de capacitação em ações básicas de vigilância sanitária com carga horária mínima de 120 horas	Fiscalizar o cumprimento das normas municipais e demais normas sanitárias vigentes aos estabelecimentos comerciais, indústrias e prestadores de serviços, bem como negócios eventuais e ambulantes. Intimar, notificar e, se for o caso, autuar os infratores das obrigações sanitárias, de postura, e das demais normas municipais. Promover a apreensão de gêneros alimentícios posto à venda, produzida, estocada, remédios e demais produtos similares para consumo da população que não satisfaçam os requisitos de higiene, prazo de validade e demais normas sanitárias, lavrando-se o respectivo termo de Apreensão e de Embargo. Desenvolver e executar tarefas correlatas ao sistema de fiscalização municipal, dentro de suas atribuições Constitucionais e Normas Municipais. Responsabilidade pela emissão e acompanhamento de serviços fúnebres bem como a emissão de documentos inerentes a atividade. Realizar fiscalizações e prestar plantão em finais de semana.

Agente de Vigilância Sanitária	Curso Superior em Ciências Biológicas ou Medicina Veterinária e registro no respectivo órgão fiscalizador	Fiscalizar o cumprimento das normas municipais e demais normas sanitárias vigentes aos estabelecimentos comerciais, indústrias, prestadores de serviços, bem como negócios e eventuais ambulantes. Intimar, notificar e, se for o caso autuar os infratores das obrigações sanitárias de postura e demais normas municipais. Promover a apreensão de todos os produtos colocados a venda ou produzidos que não atendam as normas sanitárias vigentes. Ser responsável pelo setor de vigilância do Município. Responsabilidade pela emissão e acompanhamento de serviços fúnebres bem como a emissão de documentos inerentes a atividade. Realizar fiscalizações e prestar plantão em finais de semana.
--------------------------------	---	--

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Tesoureiro – TES	Nível superior com formação em Bacharel nas áreas de Economia, Administração e Contabilidade.	Proceder o recebimento, guarda e movimentação dos valores e títulos do Município ou entregues para fins de consignação, caução e fianças. Efetuar diariamente, o recebimento e conferência das receitas arrecadadas. Efetuar o pagamento da despesa de acordo com as disponibilidades de recursos. Manter rigorosamente em dia, controle dos saldos das contas de estabelecimento de créditos, movimentadas pelo Município, por seu intercâmbio. Registrar em livros, fichas ou processos eletrônicos próprios, títulos e valores sob sua guarda. Providenciar as restituições de cauções ou fianças após liberadas pela autoridade competente. Realizar, acompanhar e organizar Prestações de Contas de recursos recebidos e concedidos e manter a guarda dos documentos sob sua responsabilidade. Preparar diariamente o boletim de movimento, encaminhando-os ao setor de contabilidade com os respectivos comprovantes de processos e conciliações bancárias. Executar todas as demais tarefas correlatas as atividades de tesoureiro.

Escriturário – ESC	Conclusão do 2º Grau, conhecimento de português, matemática e conhecimento básico de operador de computador.	<p>Executar trabalhos de média complexidade de escritório, compreendidos em rotinas preestabelecidas e que possam ser prontamente atendidas; atender ao público, obter informações de fontes determinadas e fornecê-las aos interessados, extrair certidões, elaborar contratos e editais.</p> <p>Promover a realização de licitação para compras e aquisições, autorizações, permissões ou concessões, e para tais atividades, na forma prevista na legislação pertinente;</p> <p>Elaborar e publicar na forma da lei, edital de chamamento de fornecedores, bem como elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do município.</p> <p>Elaborar os editais de licitações, nos termos da legislação vigente, com base nas requisições efetuadas pelos setores da Administração.</p> <p>Responder pelos serviços da JSM, INCRA e Depto Cultural</p> <p>Executar outras e quaisquer tarefas correlatas ao cargo.</p>
--------------------	--	---

## ANEXO III

QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO  
GRUPO "B" – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Agente de vigilância Epidemiológica e Ambiental - AVEA	Possuir nível médio, diploma ou certificado de auxiliar de enfermagem, que tenham concluído o curso de auxiliar de enfermagem regular ou equivalente, ou realizado curso supletivo ou exames de suplência, com registro no COREN.	<p>Exercer atividade média, através de controle de vetores, organização das atividades de campo, como visitas básicas com objetivo de impedir reprodução de focos, desenvolvimento de atividades educativas, realização de pesquisas larvária, eliminação de criadouros, executar tratamento fecal e perifecal complementar com aplicação de larvicida autorizados conforme orientação técnica efetuar relatório de notificações, investigar e coletar material para exames e encaminhar para laboratórios para análises, realizar bloqueios e demais atividades correlatas com conformidade com a legislação de vigilância epidemiológica e ambiental à nível médio de execução.</p> <p>Realizar fiscalizações e prestar plantão em finais de semana.</p>
Enfermeira – ENF	Habilitação de grau superior, à nível de graduação, obtida em curso de Enfermagem ou Enfermeira Obstétrica, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN	<p>Desenvolvimento de todas as atividades de enfermagem, sem exceção, cabendo-lhe privativamente a direção e organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação de instituições de saúde e serviços de assistência de enfermagem, e, ainda, cuidados diretos a pacientes graves e cuidados de enfermagem em maior complexidade e outras atividades afins.</p> <p>Atender normativas expedidas pelo respectivo Conselho Profissional, inclusive a responsabilidade técnica exigida para o desenvolvimento das ações da saúde.</p>
CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES



Engenheiro Florestal – ENG	Habilitação em grau superior, nível de graduação, obtida em curso de Engenharia Florestal	Desenvolvimento de atividades na área de educação ambiental, rural e ecoturismo, incentivar as ações de preservação da biodiversidade da fauna e flora, gerenciar processos de exploração que preserve os recursos naturais e recuperação de áreas degradadas. Elaborar e promover projetos de reflorestamento das espécies arbóreas nativas e exóticas. Atuar na área de licenciamento ambiental, realizar e fiscalizar projetos de exploração sustentável de recursos florestais, corte e vegetação nativa. Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar, avaliar e fiscalizar estratégias para projetos e tecnologias em Silvicultura, levantamento, planejamento de custo na área florestal e implantação de inventários florestais, manejo. Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar, avaliar e elaborar projetos para captação de recursos na área ambiental, com estratégias para utilização e uso de recursos hídricos e manejo de Bacias Hidrográficas. Prestação de serviços burocráticos junto ao IBAMA e FATMA e assistência técnica para indústrias e agricultores para adequação ambiental de propriedades rurais. Elaboração de projetos florestais e acompanhamento de plantio pelos produtores rurais. Licenciamentos ambientais. Possuir especialidade em georreferenciamento.
Agente de vigilância Epidemiológica e Ambiental - AVEA	Possuir nível médio, diploma ou certificado de auxiliar de enfermagem, que tenham concluído o curso de auxiliar de enfermagem regular ou equivalente, ou realizado curso supletivo ou exames de suplência, com registro no COREN.	Exercer atividade média, através de controle de vetores, organização das atividades de campo, como visitas básicas com objetivo de impedir reprodução de focos, desenvolvimento de atividades educativas, realização de pesquisas larvária, eliminação de criadouros, executar tratamento fecal e perifecal complementar com aplicação de larvicida autorizados conforme orientação técnica efetuar relatório de notificações, investigar e coletar material para exames e encaminhar para laboratórios para análises, realizar bloqueios e demais atividades correlatas com conformidade com a legislação de vigilância epidemiológica e ambiental à nível médio de execução. Realizar fiscalizações e prestar plantão em finais de semana.

**PORTARIA Nº.301/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

REVOGA PORTARIAS QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

**R E V O G A**

Art. 1º - Ficam revogadas as seguintes portarias que concederam Gratificação de Função, conforme abaixo relacionadas

Cadastro	Nome do servidor	Nº.Portaria
019	CLAUDIOMIR ANTONIO ACCADROLI	215/2013
075	LAUDECIR FRANCIO	212/2013
087	MARILEI SALETE FRIGERI CARPINELLI	209/2013
1727	JANIEL GIRON	238/2013
1728	MARCIA BARON SERAFIN	239/2013
2015	MIRELE ANDREIA FRIGERI	350/2014

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Junho de 2015.

Ipumirim - SC, 25 de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.302/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2.015.**

REDUZ PORCENTAGEM DE PORTARIAS QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

**R E V O G A**

Art. 1º - Ficam reduzidas porcentagens das seguintes portarias que concederam Gratificação de Função, conforme abaixo relacionadas

Cadastro	Nome do servidor	Nº.Portaria	DE %	PARA %
0046	HEDIO MEINE	268/2015	100%	70%
0492	JUCILENE GOLDONI CALIARI	212/2013	100%	70%
1676	MOIRA COMBOSKI	208/2013	60%	30%

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Junho de 2015.

Ipumirim - SC, 25 de Junho de 2.015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 36/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de julho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de equipamentos, para premiação, conforme lei municipal nº 1.840 de 17 de maio de 2015. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 26 de junho de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## HOSPITAL Bom Jesus

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2015.  
CREDENCIAMENTO N.º 03/2015.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 29/06/2015 a 29/06/2016, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Prestação de Serviços Médicos para atendimentos a pacientes internados pelo SUS. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário 08:00 as 12:00 hrs e das 13:00 horas as 17:00 hrs, sita a Rua Paraná, n.º 168, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251122, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS  
Presidente do HMBJ

# Itá

## PREFEITURA

### LEI N. 2.400/2015

Lei nº 2.400/2015, de 26 de junho de 2015

“Autoriza a Concessão de Auxílio Financeiro a Sociedade Esportiva Penharol de Linha Cruzeiro e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro, mediante celebração de convênio, com a Sociedade Esportiva Penharol, entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Linha Cruzeiro, interior, neste Município de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.208/0001-11, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem aplicados em reformas, adequação e manutenção do centro comunitário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 26 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 2.401/2015

Lei nº 2.401/2015, de 26 de junho de 2015

“Autoriza a Concessão de Auxílio Financeiro a Associação Esportiva e Recreativa Céu Azul e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro, mediante celebração de convênio, com a Associação Esportiva e Recreativa Céu Azul, entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Linha Pindorama, interior do Município de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 86.263.720/0001-65, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem aplicados em reformas, adequação e manutenção do centro comunitário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 26 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 2.402/2015

Lei nº 2.402/2015, de 26 de junho de 2015

“Autoriza a Concessão de Auxílio Financeiro a Associação Esportiva e Recreativa Amizade de Linha Alvorada e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro, mediante celebração de convênio, com a Associação Esportiva e Recreativa Amizade de Linha Alvorada, entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Linha Alvorada, interior do Município de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 04.997.582/0001-83, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem aplicados em reformas, adequação e manutenção do centro comunitário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 26 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 2.403/2015

Lei nº 2.403/2015, de 26 de junho de 2015

“Autoriza a Concessão de Auxílio Financeiro a Associação dos Servidores Públicos do Município de Itá - SERVITA e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro, mediante celebração de convênio, com a Associação dos Servidores Públicos do Município de Itá - SERVITA, entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na sede do Município de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 80.633.993/0001-78, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem aplicados em reformas, adequação e manutenção das instalações da entidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 26 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### **LEI N. 2.404/2015**

LEI Nº 2.404/2015, 26 de Junho de 2015.

**AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, gratuitamente, à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITÁ, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n. 20.834.012/0001-29, com sede neste município de Itá, SC, os seguintes bens imóveis:

I – Lote urbano n. 01 (um), parte integrante do lote rural n. 71 (setenta e um), da Colônia Uvá, com área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, sito à margem da SC 465, nesta cidade, com as confrontações constantes da matrícula n. 1.242, Livro n. 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Itá – SC.

II – Lote urbano n. 02 (dois), parte integrante do lote rural n. 71 (setenta e um), da Colônia Uvá, com área de 5.504,638m<sup>2</sup> (cinco mil, quinhentos e quatro vírgula seiscentos e trinta e oito metros quadrados), sem benfeitorias, sito à margem da SC 465, nesta cidade, com as confrontações constantes da matrícula n. 1.243, Livro n. 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC.

Art. 2º A finalidade da presente cessão de uso é a construção do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Itá, SC.

Art. 3º A cessão de uso terá prazo de até 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período, mediante acordo das partes.

Art. 4º A cessão se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento, e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista nesta Lei.

Art. 5º Cumpridas às obrigações constantes nesta Lei e no Termo de Cessão fica autorizado o município a efetuar a doação dos imóveis descritos no artigo 1º desta Lei, a Associação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 26 de Junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 33/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NÚCLEOS DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR, CENTRO DE ALIMENTAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	JANETE MELCHIORETTO SILVA
MENDONÇA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LACI JOANA DE MENDONCA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	4, 5, 6, 7, 9, 11, 15, 16, 17, 19, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35 e 36	R\$ 197.637,00

MENDONÇA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1, 2, 3, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 33	R\$ 217.453,50
---------------------------------------	--	----------------

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas as empresas ofertantes dos menores preços, a Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 26 de junho de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro		ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA Membro		MENDONÇA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA LACI JOANA DE MENDONCA
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. JANETE MELCHIORETTO SILVA		

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2482/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2482/2015

Data: 25 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal 559/2014 – LOA 2015, E Lei Municipal nº 593/2015, de 23 de junho de 2015,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, conforme segue: Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

012036100212091 Folha de Pagamento dos Profissionais da



## Secretaria

33190 Aplicações Diretas (324) DR 10100 .....	R\$ 150.000,00
012036100212095 Manutenção do Ensino Fundamental	
33390 Aplicações Diretas (361) DR 23600 .....	R\$ 508.990,00
33390 Aplicações Diretas (479) DR 63600 .....	R\$ 112.860,00
012036100212096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental	
33190 Aplicações Diretas (357) DR 21800 .....	R\$ 1.000.000,00
33190 Aplicações Diretas (478) DR 30100 .....	R\$ 380.000,00
33190 Aplicações Diretas (480) DR 10100 .....	R\$ 1.574.485,00
Total das Suplementações .....	R\$ 3.726.335,00

## Anulações

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
08.01 Departamento de Esporte	
027081200161011 Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av das Nações	
34490 Aplicações Diretas (425) DR 30000 .....	R\$ 380.000,00
10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA	
10.01 Departamento de Turismo	
02306950006.1018 Construção, Ampliação e Manutenção de Estruturas Turísticas	
33390 Aplicações Diretas (55) DR 10000 .....	R\$ 20.000,00
34490 Aplicações Diretas (140) DR 10000 .....	R\$ 154.790,00
02306950006.2051 Manutenção do FUNDETUR	
33390 Aplicações Diretas (88) DR 10000 .....	R\$ 10.000,00
34490 Aplicações Diretas (175) DR 10000 .....	R\$ 15.000,00
02306950006.2054 Realização e Apoio a Eventos Turísticos	
33390 Aplicações Diretas (90) DR 10000 .....	R\$ 22.000,00
10.02 Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	
01805410007.1022 Desassoreamento e Dragagem de Rios	
33390 Aplicações Diretas (57) DR 10000 .....	R\$ 4.900,00
01805410007.1044 Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós	
34490 Aplicações Diretas (386) DR 10000 .....	R\$ 3.500,00
01805410007.2056 Manutenção do FMMA	
33390 Aplicações Diretas (92) DR 10000 .....	R\$ 20.000,00
01805410007.2060 Projetos Integrados de Educação Ambiental	
33390 Aplicações Diretas (94) DR 10000 .....	R\$ 7.000,00
01805410007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental	
33390 Aplicações Diretas (99) DR 10000 .....	R\$ 10.000,00
10.03 Departamento de Cultura	
01303920008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura	
34490 Aplicações Diretas (186) DR 10000 .....	R\$ 7.900,00
01303920008.2071 Escola de Diversidade Cultural	
33390 Aplicações Diretas (104) DR 10000 .....	R\$ 4.900,00
13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

## 13.01 Ensino Fundamental

012036100212056 Construção / Ampliação e Reformas	
34490 Aplicações Diretas (350) DR 10100 .....	R\$ 135.655,00
34490 Aplicações Diretas (363) DR 23600 .....	R\$ 5.000,00
34490 Aplicações Diretas (428) DR 63600 .....	R\$ 112.860,00
012036100212095 Manutenção do Ensino Fundamental	
33390 Aplicações Diretas (338) DR 10100 .....	R\$ 621.850,00
012036100212159 Convênio de Educação Ambiental c/ Reserva Volta Velha	
33350 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (331) DR 10100 .....	R\$ 100.000,00
13.02 Ensino Infantil	
012036500211032 Construção / Ampliação e Reformas	
34490 Aplicações Diretas (352) DR 10100 .....	R\$ 304.990,00
34490 Aplicações Diretas (364) DR 23600 .....	R\$ 503.990,00
012036500212101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil	
33190 Aplicações Diretas (358) DR 21800 .....	R\$ 1.000.000,00
13.04 Ensino Médio	
012036200222163 Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos	
33350 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (320) DR 10000 .....	R\$ 132.000,00
34450 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (323) DR 10000 .....	R\$ 150.000,00
Total das Anulações ... ..	R\$ 3.726.335,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2483/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2483/2015

Data: 25 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso IV da Lei Municipal 559/2014 – LOA 2015,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação referente à DR 10.800 – COSIP, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme segue:  
Suplementação

#### 11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos	
01504520009.2081 Rede Pública de Iluminação	
34490 Aplicações Diretas (214) FR 10800 .....	R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Itapoá (SC), 25 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2484/2015 CRIA COMISSÃO PARA REVISÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2484/2015

Data: 25 de junho de 2015

#### **CRIA COMISSÃO PARA REVISÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS.**

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO, a planta Genérica de Valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana do Município, tendo como objetivo determinar o valor venal dos imóveis, utilizando como BASE DE CÁLCULO para o lançamento: Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de bens imóveis de direitos reais a eles relativos (ITBI) e Contribuição de Melhoria, conforme disposto no Código Tributário do Município;

CONSIDERANDO, os valores fixados devem ser condizentes com a atual situação econômica diante da nova realidade do mercado imobiliário do município que sofreu alterações ao longo desses anos, no qual a última atualização da Planta Genérica foi efetuada no ano de 2002;

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação e Revisão da Planta Genérica de valores dos imóveis existentes no Município, para apuração do valor venal, que servirá de base de cálculo para lançamento do IPTU – Exercício 2016, composta pelos seguintes membros:

§ 1º – 03 (tres) Representantes das entidades ligadas ao Mercado Imobiliário e Engenharia Civil.

I – 02 (dois) Representante da Associação de Corretores de Imóveis de Itapoá – ACITA;

a-) Paulo Rodolfo Mertens;

b-) Carlos Azevedo Filho.

II – 01 (um) Representante do Centro de Engenheiros e Arquitetos de Itapoá – CEAI;

a-) Fabiano Cândido da Silva.

§ 2º – 04 (quatro) Representantes dos órgãos competentes da Administração Municipal:

I – 01 (um) Representante da Secretaria de Administração e Finanças;

a-) Valério Pacheco.

II – 01 (um) Representante do Órgão Tributário;

a-) Amarildo José Zagonel.

III 01 (um) Representante da Secretaria de Planejamento e Urbanismo;

a-) Márcio Roberto Gonzatto.

IV - 01 (um) Representante da Procuradoria do Município;

a-) Izabel Correa da Silva

Art. 2º - Fica designado como presidente da comissão o representante do Órgão Tributário.

Art. 3º - Os membros da comissão deverão apresentar relatório no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - Poderá o PRESIDENTE da COMISSÃO, visando a cumprir o prazo estipulado no art. 3º, bem como reunir condições de trabalho aos membros desta comissão, requisitar equipamentos e apoio dos servidores municipais lotados nos diversos órgãos do município, que tenham afinidades com os trabalhos a serem desenvolvidos, mediante simples solicitação ao secretário da respectiva pasta. Parágrafo Único: A Comissão se auto regulamentará quanto ao seu funcionamento e demais deliberações.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2485/2015 INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA – PSD Nº 34/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2485/2015

Data: 26 de junho de 2015

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA – PSD Nº 34/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de setembro de 2014,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica instituída comissão para condução de Processo de Sindicância Administrativa – PSD nº 34/2015, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será constituída pelos seguintes servidores:

a. Sandra Regina Fernandes da Silva .....  
.....Presidente

b. Priscila de Araújo Carneiro .....  
..... Membro

c. Izabel Correia da Silva .....  
..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar denúncia de infração aos artigos 151 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, pelo servidor Paulo José Hening, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de enfermeiro.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2486/2015 INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA – PSD Nº 35/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2486/2015

Data: 26 de junho de 2015

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA – PSD Nº 35/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de setembro de 2014,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica instituída comissão para condução de Processo de Sindicância Administrativa – PSD nº 35/2015, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será constituída pelos seguintes servidores:

a. Sandra Regina Fernandes da Silva .....  
.....Presidente  
b. Priscila de Araújo Carneiro .....  
..... Membro  
c. Izabel Correia da Silva .....  
..... Membro  
§ 1º Caberá à Comissão apurar denúncia de infração aos artigos 151 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, pelo servidor Milton Dias, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de enfermeiro.  
§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.  
§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 26 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**RH - PORTARIA Nº 1371/2015**

PORTARIA Nº 1371/2015.  
De: 03 de junho de 2015.

**ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)**

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 40 para 30 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.192,93, do (a) servidor(a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 30HS, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1372/2015**

PORTARIA Nº 1372/2015  
De: 03 de junho de 2015.  
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 028/2015 da Secretaria de Educação,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MANFRED CROSS, matrícula 603724, na função de PROF. N.H. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1373/2015**

PORTARIA Nº 1373/2015.  
De: 03 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) ADLINEZ JHENIFER QUINTILIANO, matrícula 722243, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1374/2015**

PORTARIA Nº 1374/2015.  
De: 03 de junho de 2015.

Revoga Portaria que dispõe sobre Progressão Automática ,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1292/2015, que dispõe sobre Progressão Automática, do(a) Servidor(a) JULIANA YUMI MORI GALLEAS, matrícula 1211048, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1375/2015**

PORTARIA Nº 1375/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1475/2015, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1376/2015**

PORTARIA Nº 1376/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1471/2015, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula 781134, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1377/2015**

PORTARIA Nº 1377/2015.

De: 03 de junho de 2015.

**ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)**

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 20 para 40 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.364,88, do (a) servidor(a) EDINEI JOSÉ MARTINI, matrícula 622346,

investido (a) no cargo de PROFESSOR I, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1378/2015**

PORTARIA Nº 1378/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA LAZARETTI, matrícula 1256092, investido (a) na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1379/2015**

PORTARIA Nº 1379/2015.

De: 03 de junho de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1629/2014, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) NÁDEA DA GRAÇA SILVA, matrícula 616303, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1380/2015**

PORTARIA Nº 1380/2015.

De: 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NÁDEA DA GRAÇA SILVA, matrícula nº 616303, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

1º membro: Marciane Rech

2º membro: Valdirene Souza

3º membro: Maria Aparecida de Souza da Silva

4º membro: Patrícia Medeiros

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1381/2015**

PORTARIA Nº 1381/2015.

De: 03 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) DYANA ERCILIA BERNARDINO, matrícula 11641290, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1382/2015**

PORTARIA Nº 1382/2015.

De: 03 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) MARGARETE FROZZA MERTZ, matrícula 11629606, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1383/2015**

PORTARIA Nº 1383/2015.

De: 03 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) PATRÍCIA PERPETUA GUEDES, matrícula 11637366, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1384/2015**

PORTARIA Nº 1384/2015.

De: 05 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ARITANA KLUCK DA SILVA, matrícula 607584, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1385/2015**

PORTARIA Nº 1385/2015.

De: 05 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DEBORA NIEDZWIESCKI, matrícula 607843, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1386/2015**

PORTARIA Nº 1386/2015.

De: 08 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria

Municipal de Educação, do (a) servidor (a) CLAUDIO VELOSO DE ALMEIDA, matrícula 767689, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1387/2015**

PORTARIA Nº 1387/2015.

De: 08 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) GABRIELA INES KUMMER, matrícula 1200461, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1388/2015**

PORTARIA Nº 1388/2015

De: 08 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de junho de 2015 a 27 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) IZABEL CORREIA DA SILVA, matrícula 3263, investido (a) no cargo de PROFESSOR, na Procuradoria Jurídica, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1389/2015**

PORTARIA Nº 1389/2015

De: 08 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de junho de 2015 a 07 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) IRENE FRANCO S. BARBOSA DOS SANTOS, matrícula 602655, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1390/2015**

PORTARIA Nº 1390/2015

De: 08 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de junho de 2015 a 27 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) CLAUDIO EDUARDO CIPRIANO, matrícula 619027, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1391/2015**

PORTARIA Nº 1391/2015

De: 08 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de junho de 2015 a 27 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) MARISTELA DE SOUZA, matrícula 623270, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1392/2015**

PORTARIA Nº 1392/2015

De: 08 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de junho de 2015 a 27 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) AMARILDO DA SILVA, matrícula 624535, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1393/2015**

PORTARIA Nº 1393/2015

De: 10 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 025/2015 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). RAFAEL ALVES

DOS SANTOS, matrícula 11641789, na função de MECÂNICO DE VEÍCULO PESADO, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1394/2015**

PORTARIA Nº 1394/2015.

De: 11 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DANIELE CORREIA DA SILVA, matrícula 1283154, investido (a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1395/2015**

PORTARIA Nº 1395/2015.

De: 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Permuta, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Por meio de Permuta com a Servidora PRISCILA DE SOUZA SILVA, fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NÁDEA DA GRAÇA SILVA, matrícula 616303, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no E.S.F. Itapema do Norte – Departamento de Saúde - Secretaria de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 11 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1396/2015**

PORTARIA Nº 1396/2015.

De: 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Permuta, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Por meio de Permuta com a Servidora JANAYNA GOMES SILVINO, fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PRISCILA DE SOUZA SILVA, matrícula 1183710, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no Departamento de Saúde - Secretaria de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 11 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1397/2015**

PORTARIA Nº 1397/2015.

De: 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Permuta, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Por meio de Permuta com a Servidora NÁDEA DA GRAÇA SILVA, fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANAYNA GOMES SILVINO, matrícula 576271, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, no Pronto Atendimento 24hs – Departamento de Saúde - Secretaria de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 11 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1398/2015**

PORTARIA Nº 1398/2015

De: 14 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:



ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 14 de junho de 2015 a 13 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) JOSÉ LUIZ REIS SOUZA, matrícula 3271, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 14 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1399/2015**

PORTARIA Nº 1399/2015.

De: 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 15 de junho de 2015 à 14 de julho de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 571520, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1400/2015**

PORTARIA Nº 1400/2015.

De: 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 15 de junho de 2015 à 14 de julho de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) ELISETE BUDAL ARINS, matrícula 604011, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1401/2015**

PORTARIA Nº 1401/2015

De: 15 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 029/2015 da Secretaria de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SILMARA APARECIDA DA SILVA, matrícula 11616296, na função de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1402/2015**

PORTARIA Nº 1402/2015

De: 15 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 024/2015 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ROSELINI CARDOSO REIS, matrícula 11641509, na função de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1403/2015**

PORTARIA Nº 1403/2015

De: 15 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 020/2014 da Secretaria de Saúde,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). IGOR MORELLE PINHEIRO OLIVEIRA, matrícula 11635940, na função de MÉDICO P.S.F., na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1404/2015**

PORTARIA Nº 1404/2015

De: 15 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de junho de 2015 a 04 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) RODE ESTER PESSANHA, matrícula 606758, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1405/2015**

PORTARIA Nº 1405/2015

De: 15 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de junho de 2015 a 14 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) PRISCILA DE SOUZA SILVA, matrícula 1183710, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1406/2015**

PORTARIA Nº 1406/2015

De: 16 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 059/2014 da Secretaria de Assistência Social,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DANIELE CORREIA DA SILVA, matrícula 1283154, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1407/2015**

PORTARIA Nº 1407/2015.

De: 16 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) RODRIGO DE ASSUMÇÃO, matrícula 1262548, investido (a) na função de MÉDICO PSF, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 1408/2015**

PORTARIA Nº 1408/2015

De: 16 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUIZ HENRIQUE NUNES DA SILVA, matrícula 1232240, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 16 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1409/2015**

PORTARIA Nº 1409/2015.

De: 17 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

LILIAN GOMES SILVA, matrícula 619612, ocupante do cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para a referência Nível I - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1410/2015**

PORTARIA Nº 1410/2015.

De: 17 de junho de 2015.

Dispõe sobre Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Transferência, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- fica lotado (a) por meio de Transferência, o (a) Servidor (a) ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte Extensão Jaguaruna – Departamento de Saúde - Secretaria de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 17 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1411/2015**

PORTARIA Nº 1411/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Transferência, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- fica lotado (a) por meio de Transferência, o (a) Servidor (a) DANIELE SANTOS KUROBA, matrícula 1154362, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, no Pronto Atendimento 24hs – Departamento de Saúde - Secretaria de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1412/2015**

PORTARIA Nº 1412/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ABRAÃO PUZAK, matrícula 726281, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1413/2015**

PORTARIA Nº 1413/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, investido (a) no cargo de TÉCNICO

EM INFORMÁTICA I, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1414/2015**

PORTARIA Nº 1414/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CARINA ZARANSKI TABORDA, matrícula 1232037, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1415/2015**

PORTARIA Nº 1415/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula 781134, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1416/2015**

PORTARIA Nº 1416/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSI CRISTINA S. RODRIGUES DE BAIRRO, matrícula 606839, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1417/2015**

PORTARIA Nº 1417/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LIZ MARY HENK, matrícula 605476, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO I, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1418/2015**

PORTARIA Nº 1418/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 740225, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Departamento de Educação – Secretaria

de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1419/2015**

PORTARIA Nº 1419/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, matrícula 575437, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1420/2015**

PORTARIA Nº 1420/2015.

De: 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VERA LÚCIA SOARES, matrícula 607487, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, no Departamento de Educação – Secretaria de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1421/2015**

PORTARIA Nº 1421/2015.

De: 21 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANDERSON WEBER, matrícula 7072, ocupante do cargo de MOTORISTA, para a referência Nível III - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1422/2015**

PORTARIA Nº 1422/2015

De: 22 de junho de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 029/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ELIANE DUBIELA PERES DA SILVA, matrícula 1291173, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1423/2015**

PORTARIA Nº 1423/2015.

De: 22 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) NÍVEA MARIA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 11638893, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.



ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1424/2015**

PORTARIA Nº 1424/2015.  
De: 22 de junho de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) JOSELMA DAS GRAÇAS N. G. MIQUELASSO, matrícula 11641347, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1425/2015**

PORTARIA Nº 1425/2015  
De: 22 de junho de 2015.  
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) VALÉRIO PACHECO, matrícula 1511, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1426/2015**

PORTARIA Nº 1426/2015  
De: 22 de junho de 2015.  
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) VALENTIM PACHECO, matrícula 2674, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras de Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1427/2015**

PORTARIA Nº 1427/2015  
De: 22 de junho de 2015.  
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) SOLANE GODETI ZAGONEL, matrícula 602396, investido (a) no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1428/2015**

PORTARIA Nº 1428/2015  
De: 22 de junho de 2015.  
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) PEDRO SÉRGIO DE

OLIVEIRA, matrícula 622370, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1429/2015**

PORTARIA Nº 1429/2015

De: 22 de junho de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, ao (a) servidor (a) MARISA DA SILVA SARAI-VA PINTO, matrícula 626120, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1430/2015**

PORTARIA Nº 1430/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro constatado na Portaria nº 1363/2015, de 03 de junho de 2015, da servidora THAYS NASCIMENTO VIEIRA.

Retifica-se:

ARTIGO 1º - Onde lê-se:

1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira  
2º membro: Solange Maria Cavaleiro  
3º membro: Rosangela Lirani Madureira  
4º membro: Janine Cristina Rodrigues

Leia-se:

1º membro: Fátima Cristina de Araújo Pereira  
2º membro: Ana Cláudia Oliveira Jacinto  
3º membro: Maristela Franz Perrony Fontana  
4º membro: Rosana Maria Brauer

ARTIGO 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1431/2015**

PORTARIA Nº 1431/2015.

De: 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula nº 1213369, no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, os seguintes Membros:

1º membro: Fátima Cristina de Araújo Pereira  
2º membro: Cenita Schizzi Dani  
3º membro: Liz Mary Henk  
4º membro: Vanilda de Souza

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1432/2015**

PORTARIA Nº 1432/2015.

De: 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula nº 781134, no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, os seguintes Membros:

1º membro: Fátima Cristina de Araújo Pereira  
2º membro: Cenita Schizzi Dani  
3º membro: Liz Mary Henk  
4º membro: Vanilda de Souza

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1433/2015**

PORTARIA Nº 1433/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Revoga Portaria que dispõe sobre Lotação de servidor,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas  
atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 0890/2015, que dispõe  
sobre Lotação de servidor, do(a) Servidor(a) MARLI TEREZINHA  
ZAMBONIN, matrícula 2828, investido(a) no cargo de AGENTE AD-  
MINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores  
Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1434/2015**

PORTARIA Nº 1434/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, confor-  
me Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas  
atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARLI TEREZINHA  
ZAMBONIN, matrícula 2828, investido (a) no cargo de AGENTE  
ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças  
– Departamento de Administração, com carga horária de 20hs, in-  
tegrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Itapoá, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1435/2015**

PORTARIA Nº 1435/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Revoga Portaria que concede Progressão Vertical por Nova  
Titulação ao Servidor(a) ,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas  
atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1305/2015, que concede  
Progressão Vertical por Nova Titulação, do(a) Servidor(a) JULIANA  
YUMI MORI GALLEAS, matrícula 1211048, investido(a) no cargo  
de SUPERVISOR ESCOLAR I, integrante do plano de carreira dos  
Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1436/2015**

PORTARIA Nº 1436/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de  
Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas  
atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) ser-  
vidor (a) ANA LUIZA VALENTE DE OLIVEIRA, matrícula 656194,  
ocupante do cargo de PSICÓLOGO I, para a referência Nível VII  
- B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº  
186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-  
cação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1437/2015**

PORTARIA Nº 1437/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de  
Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas  
atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) ser-  
vidor (a) SINILDO BAUMEL, matrícula 604232, ocupante do cargo

de OPERADOR DE MÁQUINAS, para a referência Nível III - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1438/2015**

PORTARIA Nº 1438/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) CELSO CUNICO, matrícula 623326, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, para a referência Nível III - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1439/2015**

PORTARIA Nº 1439/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ALEX WILL, matrícula 610089, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, para a referência Nível III - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1440/2015**

PORTARIA Nº 1440/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) PRISCILA DE SOUZA SILVA, matrícula 1183710, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, para a referência Nível V - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1441/2015**

PORTARIA Nº 1441/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ELTON LUIS PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula 1213539, ocupante do cargo de VETERINÁRIO I, para a referência Nível VII - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1442/2015**

PORTARIA Nº 1442/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ANGÉLICA REGINA HUCHAK SOUZA, matrícula 735485,

ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, para a referência Nível II - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **RH - PORTARIA Nº 1443/2015**

PORTARIA Nº 1443/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1213652, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **RH - PORTARIA Nº 1444/2015**

PORTARIA Nº 1444/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, ocupante do cargo de PROFESSOR I 30HS, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **RH - PORTARIA Nº 1445/2015**

PORTARIA Nº 1445/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **RH - PORTARIA Nº 1446/2015**

PORTARIA Nº 1446/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **RH - PORTARIA Nº 1447/2015**

PORTARIA Nº 1447/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) NANCY DA SILVA ARAÚJO, matrícula 619817, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1448/2015**

PORTARIA Nº 1448/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1449/2015**

PORTARIA Nº 1449/2015.

De: 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I - B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1450/2015**

PORTARIA Nº 1450/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1213652, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1451/2015**

PORTARIA Nº 1451/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, ocupante do cargo de PROFESSOR II 30HS, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1452/2015**

PORTARIA Nº 1452/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação,

ao(a) servidor(a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1453/2015**

PORTARIA Nº 1453/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1454/2015**

PORTARIA Nº 1454/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) NANCY DA SILVA ARAÚJO, matrícula 619817, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1455/2015**

PORTARIA Nº 1455/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 1456/2015**

PORTARIA Nº 1456/2015.

De: 22 junho de 2015.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 CONTRATAÇÃO DA DUPLA RAIZ E SERTÃO PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 26 DE JULHO DE 2015, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 04/2015

Processo:56/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 25 Inciso III da Lei Federal 8.666/93 que formalizou Inexigibilidade de Licitação nº 04/2015, Processo nº56/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: JORGE PADILHA DOS SANTOS, CNPJ 20.221.912/0001-09. Objeto: CONTRATAÇÃO DA DUPLA RAIZ E SERTÃO PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 26 DE JULHO DE 2015, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ituporanga, 26 de junho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Joaçaba

## PREFEITURA

**EXTRATO PL 70/2015/PMJ - TP 14/2015/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015/PMJ

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação de eventos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 15/07/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 15/07/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 26 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

**PORTARIA N.º 4444**

PORTARIA Nº 4.444 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) DIEGO DA SILVEIRA PADILHA das funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 01 de junho de 2015, para atuar na oficina de tênis de mesa na EM Anita Lopes Vieira conforme memorando 153/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4445**

PORTARIA Nº 4.445 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 18/06/2015, do(a) Sr.(a) DANIELI SCHLMMER, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4446**

PORTARIA Nº 4.446 DE 24 DE JUNHO DE 2015

"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA POR JUSTA CAUSA o(a) Senhor(a) MICHELE DA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007, em especial por determinação acatada pelo Sr. Prefeito Municipal diante do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 1.071/2013 de 03 de junho de 2013.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 4447**

PORTARIA Nº 4.447 DE 24 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 14 de dezembro de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO GEWEHR, para exercer o cargo de Farmacêutico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 008/2014/FMS, conforme memorando nº 391/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4448**

PORTARIA Nº 4.448 DE 26 DE JUNHO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 26/06/2015, do(a) Sr.(a) LUCIANE BORGES DO AMARAL das funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4449**

PORTARIA Nº 4.449 DE 26 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11

de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 4.223/2015 com a finalidade de que se apure possível infração disciplinar por parte do servidor GUSTAVO MORELATO BENATO em relação a denúncia formalizada, bem como, parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4450**

PORTARIA Nº 4.450 DE 26 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). MONICA PATRICIA BOSSACRO SARTORI, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.882 de 19 de junho de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4451**

PORTARIA Nº 4.451 DE 26 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). FERNANDO DA SILVA, Operador de Máquinas, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.894 de 22 de junho de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Operador de Máquinas Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4452**

PORTARIA Nº 4.452 DE 26 DE JUNHO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). SIDIRLEI DOS ANJOS, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.743 de 03 de junho de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4453**

PORTARIA Nº 4.453 DE 26 DE JUNHO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). CANDICE CRISTINA STUMPF, Fonoaudióloga, em função da titulação de Mestrado, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.853 de 17 de junho de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Fonoaudióloga Nível C-VIII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4454**

PORTARIA Nº 4.454 DE 26 DE JUNHO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). IVETE KARCH, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.673 de 29 de maio de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4455**

PORTARIA Nº 4.455 DE 26 DE JUNHO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). MARISTELA BRANCO DE MIRANDA, Técnico de Administração, em função da titulação de Ensino Superior, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.730 de 03 de junho de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Técnico de Administração Nível B-VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO 0018/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0026/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2015

PROTOCOLO JHL 1685/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0018/2015 – Licitação 0026/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de material de PVC ocre, para execução de redes de esgoto do SIMAE no exercício de 2015.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 10/07/2015, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/07/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 29/06/2015 a 10/07/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 29 de Junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

# José Boiteux

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATORIO 31/2015 AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 13/07/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NOVA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 26 de Junho de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 99/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GIZELE DA SILVA ME inscrita no CNPJ n.º 13.839.796/0001-12, com sede Rua Pedro Nerio Schiwinden, 507 – Vargem dos Pinheiros – Santo Amaro da Imperatriz/SC CEP 88.140-000

Contrato, em decorrência do Processo 255/2014, Correlato ao Pregão Presencial 94/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

De acordo com solicitação efetuada pela empresa n. 5418/2015, com anuência da Secretaria da fazenda n. 144/2015 e com Parecer Jurídico n. 1120/2015 Favorável, ADITA-SE o valor inicial do contrato, passando de R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos) para R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 23 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 110/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0110/2014 PML- 3º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04 com sede a Rua Frei Rogério, 11 CEP 88504-140 – Centro, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Jacir Stringhini, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

fica prorrogado até 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem

inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 23 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 293/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 293/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BETEL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 04.560.191/0001-05, sediada a Rua Campos Sales, 784, sala 02 – Boa Vista – São José do Rio Preto/SP, CEP 15.025-600.

Contrato, de acordo com parecer Jurídico (PROGEM) Nº 863/2015, e nos termos do Art. 24, IV da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 188/2015, correlato a Dispensa de Licitação nº 69/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para Prestação de serviços de Conserto, com substituição de Componentes necessários da estação meteorológica de superfície – SEM, do Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, na Rua Paulo Kauling, BR 282, KM 04 – Bairro Vila Mariza, no município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

3.2 De Entrega(s): em até 10 dias da(s) data(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no Aeroporto Federal Antonio Correia Pinto de Macedo, na Rua Paulo Kauling, BR 282 KM 04, Bairro Vila Mariza, no Município de Lages;

3.3 De Execução: da(s) data(s) da(s) assinatura(s) do Contrato(s) em até 15 dias;

3.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do contrato.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.900,00 (catorze mil e novecentos reais).

Lages, 09 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 294/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 294/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA FONTANA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida a Rua Eng. Paulo ribeiro, 505 – Área Industrial, Lages/SC, CEP 88514-010.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 07 (sete) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 14.000,00(quatorze mil reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**PP 79-2015 PML RERRATIFICADO, PP 88-2015 PML E TP 10-2015 SEMASA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 79-2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Materiais Para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 10/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$704.873,00

Modalidade: PP 88-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção de Motosserras, Podadores e Roçadeiras.

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 10/07/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$105.880,00

Modalidade: TP 10-2015 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços “por hora cheia trabalhada,” de Retroescavadeira e Mini Carregadeira.

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 14/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 63.673,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



# Laguna

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 2840/15

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

PROCESSO: Nº 3677/2015, de 12/06/2015. PARTES: Município de Laguna/SC e empresa PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.146.871/0001-80, OBJETO: fornecimento de 25 (vinte e cinco) Brinquedotecas para os Centros de Educação Infantil e Pré-escolares da rede municipal de ensino. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09 – Poder Executivo. Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esportes. Projeto/Atividade: 2.047 – Manutenção da Educação Infantil. Elemento da Despesa: 458-3.3.90.30.00.00.00.0080 – Material de Consumo ..... R\$213.750,00. Bloqueio – 174 de 31/03/2015. Presidente da Comissão Licitação. Laguna/SC, 26 de junho de 2015.

Presidente da Comissão.

### RESCISÃO CONTRATOS 007/14 E 008/14

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO AMIGÁVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGUNA E A EMPRESA CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA.

MUNICÍPIO DE LAGUNA, devidamente inscrito no CNPJ/MF Nº82.928.706/0001-82, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente representada por seu Prefeito EVERALDO DOS SANTOS, com sede na rua Oswaldo Cabral, nº140, cento, Cep:88.790-000, nesta cidade de Laguna/SC;

CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº77.578.623/0001-70, com sede na Rua Fernando Simas, nº1222, Mercês, Curitiba/PR, Cep:89.030-42, representada por WILSON WIECK, CPF Nº015.394.668-76, RG Nº1.017.912.5;

As pessoas acima especificadas resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, referente aos contratos administrativos nºs.07/2014 E 008/2014, com amparo no artigo 79, inciso II, da lei nº8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável dos Contratos Administrativos nºs.07/2014 e 008/2014, a contar da presente data, firmado entre o MUNICÍPIO DE LAGUNA e a empresa CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA, conforme dispõe o artigo 79, inciso II, da Lei nº8.666/93, cumulado c a Cláusula Décima Quarta, item II, do respectivo contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Rescisão

A partir da presente data, ficam rescindidos os contratos em epígrafe; por conseguinte, o MUNICÍPIO DE LAGUNA e a empresa CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA, ficam isentos de qualquer vínculo em relação a direitos e obrigações, haja vista a supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento de Rescisão Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo também assinadas, para todos os efeitos legais e de direito.

Laguna, 26 de maio de 2.015.

EVERALDO DOS SANTOS  
PREFEITO

WILSON WIECK  
P/EMPRESA

#### TESTEMUNHAS:

GELSON LUIZ DE SOUZA  
PROCURADOR DE CONTRATOS

LEANDRO SCHIEFLER BENTO  
PROCURADOR GERAL



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.872/2015

LEI Nº 1.872/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 (dez) anos a partir da aprovação da presente Lei, conforme Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Município, em articulação com a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º - O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º - A primeira avaliação realizar-se-á no primeiro ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes.

Art. 3º - Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Os Poderes Municipais, Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de ação 2015, instrumento de planejamento das ações de co-financiamento do Governo Federal.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de junho, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 965, de 26 de março de 1996 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller– CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º Após análise e deliberação em Plenária, aprovar o Plano de ação 2015, instrumento de planejamento das ações co-financiadas do Governo Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller, 25 de junho de 2015.

Heloisa Spindola Leal

Presidente do CMAS

# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML Nº 102.15

CONTRATO PML Nº 102/2015

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERS-MANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e ANTONINHO BRAGAGNOLLO, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 196.443.619-20, residente e domiciliado na Linha Barra do Estreito, no Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015 mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo de Licitação nº 049/2015 Dispensa de Licitação nº 010/2015, chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Alface	Un	150,00	1,62	243,00
Batata Inglesa	Kg	200,00	3,45	690,00
Cebola	Kg	100,00	4,23	423,00
Cenoura	Kg	50,00	3,42	171,00
Feijão Preto	Kg	80,00	4,04	323,20
Laranja	Kg	75,00	2,50	187,50
Melancia	Kg	500,00	1,99	995,00
Vagem	Kg	20,00	5,70	114,00
Batata doce	Kg	150,00	3,74	561,00
Beterraba	Kg	25,00	3,35	83,75
Chicória	Kg	15,00	2,42	36,30
Mandioca	Kg	100,00	4,60	460,00
Repolho	Kg	75,00	2,45	183,75
Rúcula	Kg	50,00	2,97	148,50
Brócolis	Mc	100,00	4,10	410,00
Couve flor	Kg	100,00	4,40	440,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 5.470,00 (cinco mil quatrocentos e setenta reais).

2.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4. O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5. No valor mencionado no item 2.1 estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00



Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- c) Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

ANTONINHO BRAGAGNOLLO  
CONTRATADO

## TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

**CONTRATO PML Nº 103.15**

CONTRATO PML Nº 103/2015

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERS-MANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e IVETE MARIA ANDRES KAFFER, brasileira, casada, agricultora familiar, inscrita no CPF/MF sob nº 015627479-59, portadora da cédula de identidade nº 11/R 2.146.941 SSP/SC, residente e domiciliada no Município de Tangará/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo de Licitação nº 049/2015 Dispensa de Licitação nº 010/2015, chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Bolacha de coco	Kg	100,00	14,42	1.442,00
Bolacha de champagne	Un	100,00	14,42	1.442,00
Bolacha da Vovó	Kg	100,00	14,42	1.442,00
Macarrão Colonial	Kg	100,00	8,20	820,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

2.1. Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 5.146,00 (cinco mil cento e quarenta e seis reais).

2.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4. O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5. No valor mencionado no item 2.1 estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

**CLÁUSULA QUINTA**

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de

sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- c) Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IVETE MARIA ANDRES KAFFER

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------



**CONTRATO PML Nº 104.15**

CONTRATO PML Nº 104/2015

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERS-MANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e JOSÉ LUIZ DEZANET, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 780.707.409-49, residente e domiciliado na Linha Barra do Estreito, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Bergamota	Kg	300,00	2,75	825,00
Laranja	Kg	75,00	2,50	187,50
Mandioca	Kg	250,00	4,60	1.150,00
Feijão preto	Kg	120,00	4,04	484,50
Milho para pipoca	Kg	50,00	3,53	176,50
Alface	Un	150,00	1,62	243,00
Chicória	Un	20,00	2,42	48,40

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 3.115,20 (três mil cento e quinze reais e vinte centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

**CLÁUSULA QUINTA**

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

**CLÁUSULA SEXTA**

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2. Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- c) Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1. O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JOSÉ LUIZ DEZANET

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

#### CONTRATO PML Nº 105.15

CONTRATO PML Nº 105/2014

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS



DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado Rua Beno Dresch, s/n Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 501.241.459-49, residente e domiciliado na Linha Limeira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015 mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos,, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Frango colonial	Kg	200,00	6,92	1.384,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 1.384,00 ( hum mil trezentos e oitenta e quatro reais).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA OITAVA**

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

**CLÁUSULA NONA**

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

**CONTRATO PML Nº 106.15**

CONTRATO PML Nº 106/2014

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e MARILDE DAGOSTIN, brasileira, agricultora familiar, inscrita no CPF/MF sob nº 933.213.339-53, residente e domiciliada na Linha Grafunda, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015 seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de

agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Alface	Kg	100,00	1,62	162,00
Bergamota	Kg	100,00	2,75	275,00
Feijão Preto	Kg	100,00	4,04	404,00
Laranja	Kg	100,00	2,50	250,00
Mandioca (descascada e lavada)	Kg	100,00	4,60	460,00
Repolho	Kg	50,00	2,45	122,50

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 1.673,50 ( um mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato

for omissão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARILDE DAGOSTIN

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### CONTRATO PML Nº 107.15

CONTRATO PML Nº 107/2014

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e MAURO HECKLER, brasileiro, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 018.497.299-05, residente e domiciliado na Linha do Salto, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abobrinha	Kg	30,00	3,21	96,30
Alface	UN	200,00	1,62	324,00
Beterraba	Kg	25,00	3,35	83,75
Brócolis	UN	100,00	4,10	410,00

Chicora	MC	15,00	2,42	36,30
Couve-flor	Kg	100,00	4,40	440,00
Couve-folha	Kg	50,00	2,80	140,00
Chuchu	Kg	50,00	3,00	150,00
Mandioca	Kg	150	3,70	555,00
Milho verde	UN	500,00	2,00	1.000,00
Repolho	Kg	75,00	2,45	183,75
Tempero verde	MC	100,00	2,05	205,00
Vagem	Kg	30,00	5,70	171,00
Pao de açúcar	UN	30,00	2,18	65,40
Mandioca	Kg	150,00	4,60	690,00
Morango	Kg	30,00	15,25	457,50
Abobora	Kg	30,00	2,97	89,10
Cebola	Kg	100,00	4,23	423,00
Laranja	Un	50,00	2,50	125,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 5.090,10 (cinco mil e noventa reais e dez centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela



fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MAURO HECKLER

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### CONTRATO PML Nº 108.15

CONTRATO PML Nº 108/2015

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000 de ora em diante denominado CONTRATANTE e VERONICE MARCIA ALBERTI CARLESSO, brasileira, maior e capaz, agricultora familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 765.176.919-87, residente e domiciliado a Linha São Paulinho, no Município de Tangará/SC, CEP 89.642-000 doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049.15 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010.15 CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Chamamento público 002/2015, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
-----------	------	--------	----------------------	-------------------

Doce de frutas (uva)	Un	24,00	11,90	285,60
Doce de frutas (morango)	Kg	24,00	11,90	285,60

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 571,20 (quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação – Outras despesas correntes

Dotação - 3.3.90.00.00

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica - Infantil

Atividade - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica -Fundamental CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- c) Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/201, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA



11.1. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VERONICE MARCIA ALBERTI CARLESSO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### DECRETO 2059

DECRETO Nº 2059 de 26 de junho de 2015

“ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 8.411,30 (oito mil e quatrocentos e onze reais e trinta centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuídos à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.01.15.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 3.12 - S.F.Multas de Trânsito ..... R\$ 8.411,30

Detalhamento: 012 - Multas de Trânsito

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0222015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 022/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 25 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENENTE	LUIS CHIESA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES CONVENIADA	CONVENIADA
---	--	------------

### **PL 053/2015 - PP 034/2015 - COPIADORAS/IMPRESSORAS - PML**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 053/2015 - PML

Pregão Presencial nº 034/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a serviço de locação de impressoras/copiadoras a fim de suprir as necessidades da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 09 de julho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10mim do dia 09 de julho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

# Macieira

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ ATAS DE RP Nº 11/2015, 12/2015 E 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0027/2015.

Pregão Presencial nº 0017/2015.

Registro de Preços nº 0007/2015.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Macieira, conforme especificações do edital e seus anexos.

Vigência: Até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogada.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

Contratada: AUTO POSTO RODAGEM LTDA - ME

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REGISTRADO
06	01	Tambor de 180 kg	Graxa lubrificante para múltipla aplicação auto-motivas a base de lítio grau NLGI-2.	LUBRAX	R\$ 1.290,00
12	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 40, API GL-5	LUBRAX	R\$ 196,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

Contratada: GUSTAVO RAHMEIER EPP

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REGISTRADO
02	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante para transmissão 85W140 Classificação API GL-5.	AGECOM	R\$ 204,50
03	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante multifuncional para transmissão de tratores API GL-4.	AGECOM	R\$ 212,00
10	01	litro	Óleo lubrificante multiviscoso á base sintética API SN SAE 15W40.	BR	R\$ 19,30
14	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 10W30, API GL-5,	AGECOM	R\$ 215,00
16	01	01 litro	Óleo para motores 2 tempos á gasolina refrigerados a ar. API TC	AGECOM	R\$ 12,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

Contratada: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REGISTRADO
01	01	BALDE de 20 litros	Óleo lubrificante para motores a diesel viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação API CG- 4/SJ.	AGECOM	R\$ 183,90
04	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante para caixa de direção hidráulica e transmissões automáticas, ATF DEXRON III, tipo A.	LUBRAX	R\$ 239,00
05	01	Frascos de 500 ml	Fluido de freio com qualidade DOT 4, recomendado para sistema hidráulico de freio e embreagem.	HI TECH	R\$ 14,15
07	01	Tambor de 200 litros	Detergente neutro, para aplicações em geral, produto para remover sujeiras, manchas, graxas, gorduras, óleo do chassi e carrocerias.	LG	R\$ 285,00
08	01	Tambor de 200 litros	Detergente de alumínio para lavagem de motores, furgões, chassis de veículos.	LG	R\$ 285,00
09	01	Tambor de 200 litros	Detergente desengraxante para limpeza pesada de chassis, motores e peças.	LG	R\$ 285,00
11	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante para direção hidráulica, SAE 30, classificação API CF-4.	INCOL	R\$ 190,00
13	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 80W, para engrenagens API GL-4	AGECOM	R\$ 164,00
15	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante 46 DIN	AGECOM	R\$ 166,00
17	01	01 litro	Aditivo para radiadores	LUBRAX	R\$ 9,43

Macieira, 26 de junho de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Mafra

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL Nº 4126/2015

LEI MUNICIPAL Nº 4.126, de 26 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DE LISTAGENS DE PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS COM ESPECIALISTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar por meio eletrônico e com acesso irrestrito, bem como nas unidades de saúde do município, as listagens dos pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde do Município de Mafra - SC.

Parágrafo Único A divulgação deverá garantir o direito de privacidade dos pacientes, sendo divulgado apenas o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS.

Art. 2º Todas as listagens serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir rigorosamente a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, assim atestados por profissional competente.

Art. 3º As informações a serem divulgadas devem conter:

- I. A data de solicitação da consulta, do exame ou da intervenção cirúrgica;
- II. Aviso do tempo médio previsto para atendimento aos inscritos;
- III. Relação dos inscritos habilitados para o respectivo exame, consulta ou procedimento cirúrgico;
- IV. Relação dos pacientes já atendidos, através da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde - CNS.

Art. 4º As informações disponibilizadas deverão ser especificadas para o tipo de exame, consulta ou cirurgia aguardada e abranger todos os candidatos inscritos nas diversas unidades de saúde do município, entidades conveniadas ou qualquer outro prestador de serviço que receba recursos públicos municipais.

Art. 5º Publicada as informações, a listagem será classificada pela data de inscrição, separando os pacientes inscritos dos já beneficiados, sem qualquer tipo de restrição permitindo acesso universal, na forma do regulamento.

Art. 6º Todas as unidades de saúde do município ficam obrigadas a tornar pública, a cada mês, a quantidade de pacientes atendidos, a movimentação do número de inscrições das listagens e a situação atual de cada paciente em relação à sua respectiva lista.

Art. 7º O Poder Executivo deverá divulgar os dados de produção e de filas de todos os procedimentos agregados pela cidade pelas coordenadorias de saúde e pelas supervisões técnicas de saúde mensalmente.

Parágrafo Único Os dados dos exames individuais deverão ser publicados quinzenalmente.

Art. 8º Fica desde já autorizada a alteração da situação do paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de gravidade do estado clínico.

Art. 9º Os recursos e instalações do sistema público de saúde no município serão utilizados para atender os candidatos regularmente inscritos em lista de espera.

Art. 10 É de responsabilidade da equipe da unidade de saúde à qual o paciente está vinculado a manutenção ou a execução do

mesmo na respectiva listagem.

Art. 11 A inscrição em listagem de espera não confere ao paciente ou à sua família o direito subjetivo à indenização se a consulta, o exame ou a cirurgia não se realizar em decorrência de alteração justificada da ordem previamente estabelecida.

Art. 12 Para comprovação do tempo de espera pelo paciente escrito na listagem correspondente, o mesmo receberá, no ato da solicitação da consulta, exame ou cirurgia, um protocolo de inscrição, independentemente de solicitação, onde deverá constar impresso mecanicamente, a numeração própria, a sua posição na respectiva listagem e as informações necessárias para consultá-la.

Art. 13 Fica a cargo do Poder Executivo a criação de um serviço gratuito para consulta telefônica às listagens referidas na presente lei, tendo por base o número do protocolo de inscrição referido no artigo anterior.

Art. 14 O Poder Executivo realizará periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência desta Lei.

Parágrafo Único Deverão as unidades de saúde do município fixar em local visível os tópicos principais desta Lei, como: número da Lei, possibilidades de alteração da situação do paciente inscrito e informações necessárias para consultar as listagens.

Art. 15 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 26 de junho de 2015.

VER<sup>a</sup> MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA  
Presidente em Exercício da Câmara Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO 11/2015\_ FMS PP**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Retificação de Edital  
Processo Licitatório nº 11/2015 - Pregão Presencial –  
Menor Preço por Item

Objeto: Fornecimento de solução de tecnologia da informação para gestão de saúde pública, compreendendo licenças de uso de software temporárias e não exclusivas, prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do software, migração de dados oriundos de software legado, treinamento, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva do software, conforme especificação do edital,

O Município de Maracajá – SC, através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, torna público a Retificação do Pregão Presencial nº 11/2015, como segue:

O Edital e Anexo foram alterados devido a incorreções.

O novo Edital e Anexo estão disponíveis no site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Entrega dos envelopes: até as 09:45 horas do dia 09/07/2015  
Abertura da Sessão: a partir das 10:00 horas do dia 09/07/2015.  
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 h e das 13:30 hs as 17:00 hs, em dias úteis ou no site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).  
Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

Maracajá, 26 de junho de 2015.

VILMAR LEANDRO

Gestor do FMS

### **DECRETO LEGISLATIVO 012/2015**

DECRETO Nº 12 DE 04 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdecir Idalino Stefeneti, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, que no dia 04 de junho de 2015 é feriado religioso de "CORPUS CHRISTI", conforme o Artigo 2º, da Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995;

CONSIDERANDO, que é usual a administração municipal instituir Ponto Facultativo no dia posterior de "CORPUS CHRISTI", concedendo aos seus servidores a oportunidade das comemorações Religiosas;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, no dia 04 de junho de 2015, feriado religioso de CORPUS CHRISTI, durante todo o expediente.

Parágrafo único - No dia 08 de Junho de 2015 o expediente retornará a sua normalidade das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, 04 de Junho de 2015.

Valdecir Idalino Stefeneti

Presidente

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 04 de Junho de 2015.

Roldinei Dasoler da Silva

Secretário

### **RESULTADO DA HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO 15/2015 - TP**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento da Documentação de Habilitação.

Tomada de Preço nº 15/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento da Documentação de Habilitação do Processo Licitatório nº 15/2015 – Tomada de Preço, referente a Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Maracajá(SC) na atividade institucional.

A Comissão decidiu por unanimidade pela HABILITAÇÃO das empresas participantes: SHOPPING DE IDEIAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA CNPJ Nº 04.640.992/0001-72, CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITARIA LTDA, CNPJ Nº 04.410.887/0001-47. Por atenderem todos os quesitos do edital. .

Maracajá/SC, 26 de junho de 2015.

Karine dos Santos Marques.

Presidente da Comissão de Licitação

# Maravilha

## PREFEITURA

**Decreto nº 62/2015**

DECRETO N. 062, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.736/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de adequar o Edital em relação ao disposto na Lei Complementar Federal n. 123/2006;

Considerando a impugnação interposta pela Empresa Santa Lúcia Produtos para Saúde EIRELI ME;

Considerando a impugnação interposta pela Empresa Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda;

Considerando que não existiu situação jurídica consolidada, pois, não será realizada a Sessão Pública, sendo esta marcada para o dia 26 de junho de 2015.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a anulação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório n. 2.736/2015, o qual tinha como objeto o registro de preços de consultório odontológico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

**Decreto nº 64/2015**

DECRETO Nº 64, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Concede pensão à viúva de servidor municipal falecido e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme artigos 213 e 215 da Lei Complementar nº 003, de 19 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida pensão à viúva Ilse Maria Guerra, pelo falecimento do servidor público municipal aposentado Laurindo Guerra.

Art. 2º A pensão de que trata o presente Decreto será paga com recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 5 de junho de 2015.

Maravilha - SC, 26 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### **LICITAÇÃO 41.2015 - PP 33.2015 - SERVIÇOS DE BORRACHARIA**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2015 - MULTIENTIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL – REG. DE PREÇOS Nº. 33/2015

O Município de Massaranduba, torna público de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL/MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL - BORRACHARIA, ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 09/07/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 09/07/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 26 de Junho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE - Prefeito

SUZANE E. F. REINKE – Secretária e Gestora da Saúde

ANNA K. R. FRANZ – Secretária e Gestora da Ass. Social



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO N° 008/2015 AO CONTRATO N° 102/2011

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 008/2015 (Prorrogação de prazo)

Contrato n.º. 102/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.

Vigência Início: 02/05/2015 Término: 28/10/2015

Data da assinatura: 06 de abril de 2015.

### EXTRATO ADITIVO N° 009/2015 AO CONTRATO N° 102/2011

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 009/2015 (Reequilíbrio Econômico e Financeiro)

Contrato n.º. 102/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.

Valor do Reequilíbrio Econômico e Financeiro: R\$ 39.266,04

Data da assinatura: 24 de junho de 2015.

### PORTARIA N.º 241/2015

PORTARIA n.º 241/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita CLARISSE GIANIZZELLA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 191/2015.

Meleiro, 26 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 16/2015 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015 - FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório n. 192/2014 – Pregão nº 07/2014  
Contratada: POSTO MODELO LTDA  
Valor: R\$ 24.219,56

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, Márcia Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato com a empresa Posto Modelo Ltda, objetivando a aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel) par veículos da frota da secretaria municipal de saúde do município de Modelo, sendo:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
2	OLEO DIESEL S10	POSTO MODELO	lts	3.200,00	2,811	8.995,20
3	GASOLINA COMUM	POSTO MODELO	lts	4.720,00	3,2255	15.224,36

Modelo (SC), 12 de Junho de 2015.  
MARCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora FMS

### PORTARIA Nº 085/2015

PORTARIA Nº 085/2015 de 22.06.2015.

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE, A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE CONVERTIDO EM PECÚNIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

CONSIDERANDO a necessidade de redução nas despesas com vistas a se manter investimentos necessários à manutenção dos serviços públicos, bem como visando adequar as despesas com pessoal à realidade das receitas municipais em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF,

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas para redução nas despesas de custeio necessárias a adequar a atual capacidade financeira do município,

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica estabelecido que o pagamento de conversão em dinheiro do Prêmio Assiduidade, a que fazem jus os servidores municipais, de conformidade com as disposições da Lei Municipal 1513/02, será autorizado somente para os requerimentos com solicitação de pagamento até 30 de setembro de 2015.

Parágrafo Único: A concessão do Prêmio Assiduidade requerido após a data de que trata o caput deste artigo, observadas as disposições legais, serão incluídos para pagamento a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Aos requerimentos protocolados, a partir de 01 de outubro de 2015, poderá ser concedido o gozo de 30 dias de Prêmio Assiduidade como licença ou a Licença Prêmio, somente nos casos em que não houver a necessidade de contratação de pessoal, salvo as licenças já requeridas e autorizadas até esta data.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 22 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

# Navegantes

## PREFEITURA

### DECRETO 336 NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

#### DECRETO N.º 336 DE 19 DE JUNHO DE 2015 NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-D3) a senhora Márcia Fernandes Rodrigues.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

#### DECRETO N.º 337 DE 22 DE JUNHO DE 2015 EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Tecnologia da Informação o senhor Antônio Augusto da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

#### DECRETO N.º 338 DE 22 DE JUNHO DE 2015 NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico I o senhor Antônio Augusto da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

#### DECRETO N.º 339 DE 22 DE JUNHO DE 2015 EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica III a senhorita Janaina Terezinha Weber.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

DECRETO N º 340 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Indústria e Comércio a senhorita Janaina Terezinha Weber.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

DECRETO N º 341 DE 22 DE JUNHO DE 2015

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Seção a senhora Maria Benedita Corrêa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

DECRETO N º 341 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Maria Benedita Corrêa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 342 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente do IPTU o senhor Hercílio André da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 343 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,  
**DECRETA:**

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Chefe de Seção o senhor Hercílio André da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 344 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,  
**DECRETA:**

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Carlos Eduardo de Melo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 345 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Fiscalização Externa de Obras o senhor Carlos Eduardo de Melo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 346 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor Edgar Fidgleski.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 347 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Edgar Fidgleski.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 348 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Secretário de Escola CEI EJA (SESC-4) o senhor Tiago Romão Ferreira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 349 DE 22 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Fiscalização de Obras o senhor Tiago Romão Ferreira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação



tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 350 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-3) a senhora Maria Solange Pereira Fornari.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 351 DE 22 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-7) a senhora Maria Solange Pereira Fornari.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N.º 353 DE 23 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II, A PEDIDO, a senhora Acioli Vilma Leite.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---



**DECRETO N º 355 DE 24 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor João Martins.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2015.

.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N º 356 DE 24 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor de Políticas da Criança e do Adolescente o senhor Luiz Antônio Patino.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2015.

.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

**DECRETO N º 357 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Administração e Logística, A PEDIDO, a senhora Benilde Perão.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

**DECRETO N º 358 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
**DECRETA:**

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Administração e Logística a senhora Silvana Maria Mendes Francisco.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.  
 Silvana Maria Mendes Francisco  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

## LEI 2994 ERRATA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

LEI N.º 2994 DE 18 DE MAIO DE 2015  
 ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2227 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009  
 O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:  
 Art. 1.º O inciso VIII do art. 1.º da lei nº 2227 de 23 de outubro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:  
 "Art. 1.º - Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar à União os seguintes imóveis remanescentes do Termo de Convênio nº 022/96/0034, firmado entre a Prefeitura de Navegantes e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO:  
 (...)  
 VIII - Um TERRENO representado pelo lote nº 02 da quadra "5" do loteamento "Vila Paraná", situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana desta cidade e Comarca de Navegantes - SC., com área de 390,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE a OESTE com a 1ª Avenida Radial Norte Sul, sem denominação oficial, 13,00 metros; FUNDOS ao LESTE com terras de Empreendimentos Narciso Ltda. (lote nº 05), mede 30,00 metros, EXTREMA ao SUL e ao NORTE com terras de Empreendimentos Narciso Ltda. (lote nº 1 e 3) respectivamente, terreno este que dista ao sul 12,00 metros da Rua Comandante Pedro Floriano dos Santos. Imóvel registrado sob número de matrícula 7.277, no "LIVRO 02 - REGISTRO GERAL", do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes - SC e desapropriado em favor do Município de Navegantes - pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.102.855/0001-50 - com sede em Navegantes - SC na Rua João Emílio nº 100, Centro.  
 (...).  
 Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei nº 2227 de 23 de outubro de 2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.  
 Roberto Carlos de Souza  
 PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.  
 Benilde Perão  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 01 LICENÇAS-PRÊMIO

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

PORTARIA N.º 1 DE 5 DE JANEIRO DE 2015  
 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Ilva Maila dos Santos Gaya, ocupante do cargo de Jornalista do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 3/2/2015, restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2001 a 2006.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.  
 Roberto Carlos de Souza  
 PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.  
 Benilde Perão  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

PORTARIA N.º 2 DE 5 DE JANEIRO DE 2015  
 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Altevir da Conceição, ocupante do cargo de Auxiliar de Fiscal de Tributos do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 3/2/2015, referentes aos 30 (trinta) dias restantes deste período.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2001 a 2006.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 3 DE 5 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Carlos Eduardo de Thales Gaya Müller, ocupante do cargo de Engenheiro do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/1/2015 a 4/2/2015, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2004 a 2009.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 7 DE 5 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Sileide Mafra, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 3/2/2015, restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2007 a 2012.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 8 DE 5 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Marileuza Bárbara dos Santos Reiser, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 3/2/2015, referentes aos 30 (trinta) dias restantes deste período.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2009 a 2014.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 9 DE 5 DE JANEIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Marinice Coelho da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 4/4/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2008 a 2013.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 23 DE 9 DE JANEIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor João Batista da Silva, matrícula 84001, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/1/2015 a 4/4/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2004 a 2009.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE JANEIRO DE 2015.**

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 31 DE 12 DE JANEIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Luiz Carlos de Souza Elias, ocupante do cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 12/1/2015 a 11/4/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2001 a 2006.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 119 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**



I CONCEDER licença-prêmio à servidora Verônica de Araújo Barreto, ocupante do cargo de Assistente Social do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/2/2015 a 5/3/2015, referente aos 30 dias restantes deste período.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2005 a 2010.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 736 DE 4 DE MARÇO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Ederson Dias Victor, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 2/3/2015 a 30/5/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2005 a 2010.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 755 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Hercílio André da Silva, ocupante do cargo de Motorista do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 2/3/2015 a 30/5/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2010 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1120 DE 23 DE MARÇO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Priscila Janaína Pierre, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 20/3/2015 a 17/6/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2009 a 2014.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
---

PORTARIA N° 1240 DE 7 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Ava Ioná Lopes, ocupante do cargo de Escriturária do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/4/2015 a 4/7/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2009 a 2014.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
---

PORTARIA N° 1241 DE 7 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Luiz Gilmar dos Anjos, ocupante do cargo de Fiscal de Obras do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/4/2015 a 5/5/2015, restando 60 dias para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2006 a 2011.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
---

PORTARIA N° 1283 DE 10 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Vera Lúcia Fernandes Brugnago, ocupante do cargo de Atendente de Posto de Saúde do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 1º/4/2015 a 29/6/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2010 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1284 DE 10 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Estanislau Genésio de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Complementares do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/4/2015 a 4/7/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2002 a 2007.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1285 DE 10 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Iraí da Silveira, ocupante do cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/4/2015 a 4/7/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2010 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1329 DE 13 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Belmira Maria Martins Otoboni, ocupante do cargo de Atendente de Posto de Saúde do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 8/4/2015 a 7/5/2015, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2007 a 2012.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N.º 1518 DE 8 DE MAIO DE 2015

DETERMINA RETORNO DE SERVIDORA EM GOZO DE LICENÇA -PRÊMIO AO TRABALHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I DETERMINAR o retorno, ao trabalho, da servidora Ava Ioná Lopes Porto, efetiva no cargo de Escriturária, a partir de 6/5/2015, a qual estava em gozo de licença-prêmio.



II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

PORTARIA N.º 1522 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Jucildo Guilherme dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/5/2015 a 1º/8/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2001 a 2006.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

PORTARIA N.º 1527 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor Adalberto da Silva, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/5/2015 a 1º/8/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2009 a 2014.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

PORTARIA N.º 1528 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor José Evangelista das Chagas, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/5/2015 a 1º/8/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2008 a 2013.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1529 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Marilandi Marin, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/5/2015 a 2/6/2015, totalizando 30 dias, restando 60 (sessenta) para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2010 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.**

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1752 DE 16 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Ana Maria da Silva Costa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 1º/6/2015 a 30/6/2015, totalizando 30 dias, restando 60 (sessenta) para gozo posterior.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2004 a 2009.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 1º/6/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.**

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1813 DE 26 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora Alessandra Müller, ocupante do cargo de Técnico em Computação do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/7/2015 a 3/10/2015.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 2001 a 2006.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/7/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.**

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 1651 CONTRATAÇÃO E EXONERAÇÃO DE ACTS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1651 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Carla Sacavem Alves da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir do dia 18/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1652 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Daniele Alencar de Lima da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir do dia 8/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1653 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Susana Teixeira da Silva Rodrigues da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir do dia 4/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1654 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Teresa Schroeder da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir do dia 8/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1655 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR o servidor Eduardo Meissner Guedes Pinto da função de Médico Clínico Geral com 40 horas semanais a partir do dia 3/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1656 DE 8 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR o servidor Apolo Marques de Amorim da função de Vigia a partir do dia 28/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 28/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1709 DE 11 DE JUNHO DE 2015  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 o senhor Rafael Marchand para exercer a função de Motorista Socorrista do SAMU no período de 1º/6/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1710 DE 11 DE JUNHO DE 2015  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 a senhora

Gerusa Coelho Vaz Meurer para exercer a função de Médica Clínica Geral com 20 horas semanais no período de 1º/6/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1731 DE 12 DE JUNHO DE 2015

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, A PEDIDO, o servidor João Carlos Pereira da função de Agente de Serviços Gerais ACT a partir de 12/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1740 DE 15 DE JUNHO DE 2015

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 o servidor Alysson Douglas Fernandes para exercer a função de Leiturista ACT no período de 15/6/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1753 DE 16 DE JUNHO DE 2015

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 005/2014 a servidora Raquel Amaral para exercer a função de Instrutora de Corte de Cabelo ACT no período de 15/6/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--



**PORTARIA 1804 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Rosineide Oliveira Costa Santos da função e Monitora da Área Azul ACT, A PEDIDO, a partir de 1º/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1810 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Maria Júlia Plotegher da função de Agente Comunitária de Saúde ACT a partir de 19/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/7/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1811 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Salete Carvalho da função de Agente de Serviços Gerais ACT a partir de 15/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/7/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 1812 DE 26 DE JUNHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora Casturina Aparecida Paulista Bryk da função de Vigia ACT a partir de 10/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 10/7/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1813 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Rosângela da Silva Wolff na função de Agente Comunitária de Saúde ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1814 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Maria Júlia Plotegher na função de Agente Comunitária de Saúde ESF ACT pelo período de 1º/7/2015 a 19/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1815 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Ana Paula Knak na função de Agente de Serviços Gerais ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1816 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Catia Magali dos Passos



na função de Agente de Serviços Gerais ACT pelo período de 1º/7/2015 a 16/9/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1817 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação da senhora Salete Carvalho na função de Agente de Serviços Gerais ACT pelo período de 1º/7/2015 a 15/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1818 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação da senhora Cintia Maria Zerger na função de Enfermeira ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1819 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação da senhora Marluza Trevisan na função de Enfermeira ESF ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1820 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Mirela Marcia Azevedo na função de Enfermeira PSF ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1821 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Mariellen Araldi na função de Farmacêutica ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1822 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação dos senhores Patrícia Beraldo de Faria, Alysson Douglas Fernandes, Hugo Anselmo Vitolo, Jan Pierre Henckel, Jeferson Gabriel André, Maria Aparecida Almeida Mousquer e Paulo dos Santos Maciel na função de Leiturista DAE ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1823 DE 26 DE JUNHO DE 2015

**PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I PRORROGAR a contratação da senhora Gersa Coelho Vaz Murer na função de Médica Clínica Geral ACT com 20 horas semanais pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA 1824 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação do senhor Gilberto Silva na função de Médico Clínica Geral ACT com 40 horas semanais pelo período de 1º/7/2015 a 2/9/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA 1825 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação do senhor Rafael Marchand na função de Motorista Socorrista do SAMU pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA 1826 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação do senhor Robson Luiz Gastaldi na função de Motorista Socorrista do SAMU pelo período de 1º/7/2015 a 1º/10/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1827 DE 26 DE JUNHO DE 2015

#### PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação da senhora Julia Graziela Bittencourt Ledra na função de Nutricionista ACT pelo período de 1º/7/2015 a 31/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

#### PORTARIA 18 LICENÇAS MATERNIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 18 DE 9 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Maria Audenora da Silva Carneiro, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde, no período de 6/1/2015 a 4/7/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 6/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 44 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Gilvania Catia Paim de Sá, ocupante da função de Técnica de Enfermagem, no período de 9/1/2015 a 7/7/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 48 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Melyna Fischer Izidoro de Oliveira, ocupante da função de Odontóloga, no período de 12/1/2015 a 10/7/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 516 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Taiana Wanderherz, ocupante da função de Secretária Escolar, no período de 9/2/2015 a 70/8/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 517 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Ronese Roncálio, ocupante do cargo de Atendente de Posto de Saúde, no período de 22/1/2015 a 20/7/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/1/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 871 DE 9 DE MARÇO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Ana Paula Marchesana da Silva, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 11/2/2015 a 9/8/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/2/2015.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N° 1089 DE 20 DE MARÇO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Uarichsisfrance Ribeiro Sant'Ana, ocupante do cargo de Atendente de Posto de Saúde, no período de 19/3/2015 a 14/9/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N° 1318 DE 10 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Ariane de Almeida Savaris, ocupante do cargo de Médica ESF, no período de 26/3/2015 a 21/9/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N° 1388 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Caroline Urbano Silva, ocupante do cargo de Odontóloga ESF, no período de 16/4/2015 a 12/10/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 16/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1519 DE 8 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Joselia Pereira, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 4/5/2015 a 30/10/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1551 DE 15 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Bethina Caliri Beck, ocupante do cargo de Psicóloga do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 5/5/2015 a 31/10/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1578 DE 21 DE MAIO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Edkeyt Eufrásio de Andrade Cardoso ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 18/5/2015 a 13/11/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1713 DE 11 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA



O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - **CONCEDER** licença-maternidade à servidora Adriana Goulart Pontes, ocupante da função de Agente Pública Municipal II do quadro de servidores da municipalidade, no período de 20/5/2015 a 15/11/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/5/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N° 1777 DE 22 DE JUNHO DE 2015

**CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
**RESOLVE:**

I - **CONCEDER** licença-maternidade à servidora Julia Graziela Bitencourt Ledra, ocupante da função de Nutricionista ACT do quadro de servidores da municipalidade, no período de 11/6/2015 a 7/12/2015.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/6/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 204 LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

PORTARIA N° 204 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

**INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I **INTERROMPER**, A PEDIDO, a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor João Rafael da Silva Neto Delgado, Médico Neurologista com 20 horas semanais, que retornará aos trabalhos a partir de 9/2/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/2/2015.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

PORTARIA N° 205 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

**PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I **PRORROGAR** a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor Nelson de Almeida, ocupante do cargo de Vigia, no período de 15/2/2015 a 15/2/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo

a 15/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 947 DE 12 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno, ao trabalho, A PEDIDO, do servidor Rodolfo Francisco Couto Filho, Técnico em Serviços Complementares, que estava em licença para tratamento de assuntos particulares.

II O retorno aludido no item I dar-se-á a partir de 10 de março de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 961 DE 13 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS

## PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora Silvana Adriano Francez, Técnica de Enfermagem ESF, no período de 2/3/2015 a 2/3/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1204 DE 1.º DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora Neusa Maria Vieira, Auxiliar de Enfermagem, no período de 6/4/2015 a 6/4/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1.º DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1.º de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1286 DE 10 DE ABRIL DE 2015

**DETERMINA RETORNO DE SERVIDORA DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I DETERMINAR o retorno, ao trabalho, da servidora Ruth Koehler, Atendente de Posto de Saúde, que estava em licença para tratamento de assuntos particulares.

II O retorno aludido no item I dar-se-á a partir de 1º de abril de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1335 DE 14 DE ABRIL DE 2015

**DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I DETERMINAR o retorno, ao trabalho, A PEDIDO, do servidor Valdecil Lourenço Inocêncio, Vigia, que estava em licença para tratamento de assuntos particulares.

II O retorno aludido no item I dar-se-á a partir de 8 de abril de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1376 DE 17 DE ABRIL DE 2015

**DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I DETERMINAR o retorno, ao trabalho, do servidor Hercílio André da Silva, Motorista, que estava em licença para tratamento de assuntos particulares.

II O retorno aludido no item I dar-se-á a partir de 15 de abril de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1473 DE 28 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS

## PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora Maieivi Ramos, Guarda Municipal de Trânsito, no período de 4/5/2015 a 4/5/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1501 DE 5 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor Nelson Cândido da Silva, Agente de Serviços Gerais, no período de 4/5/2015 a 4/5/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1516 DE 8 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora Marinice Coelho da Silva, Auxiliar de Enfermagem, no período de 5/5/2015 a 5/5/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1751 DE 16 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor Sullivan George Savaris, Médico Ortopedista, no período de 10/6/2015 a 10/2/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

## PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1814 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor Dorival Borges de Oliveira, Pedreiro, pelo período de 2/8/2015 a 2/8/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA



# Nova Trento

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2015 (MAGISTÉRIO)

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2015

CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme solicitação e justificativa constante no Ofício nº 165/2015, de 26 de junho de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Professor de Ciências, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 576,04;
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 389,76;
- c) Carga Horária: 10h / Semanais;
- d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis;
- e) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Processo Seletivo nº 003/2015;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Artes, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
- c) Carga Horária: 15h / Semanais;
- d) Lotação: Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro;
- e) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Processo Seletivo nº 003/2015;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Geografia, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
- c) Carga Horária: 15h / Semanais;
- d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba;
- e) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Processo Seletivo nº 003/2015;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Educação Infantil, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 2.304,18;
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 1.559,04;
- c) Carga Horária: 40h / Semanais;
- d) Lotação: Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro;
- e) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Processo Seletivo nº 003/2015;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I e II), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 29 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:00h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante de Residência;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;

- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Atestado de Frequência Semestral Faculdade (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma Escolar Ensino Médio (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado/ Doutorado);
- Cópia de Certificados (Capacitação/ Aperfeiçoamento);
- Certidão de Tempo de Serviço;

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), conforme critérios das tabelas abaixo, sendo considerado válido para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos a partir do ano de 2012:

#### TABELA DE PONTUAÇÃO PARA HABILITADOS

Pós-graduação	Pontuação
Especialização na área/disciplina específica	5,0
Especialização na área da Educação	3,0

#### TABELA DE PONTUAÇÃO PARA NÃO HABILITADOS

Fase do Curso de Graduação	Pontuação
Acadêmico a partir do 8º semestre	5,0
Acadêmico do 7º semestre	4,5
Acadêmico do 6º semestre	4,0
Acadêmico do 5º semestre	3,5
Acadêmico do 4º semestre	3,0
Acadêmico do 3º semestre	2,5
Acadêmico do 2º semestre	2,0
Acadêmico do 1º semestre	1,5
Licenciatura plena em outras áreas da Educação	1,0

#### TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200	Acima de 201h
Pontos	1,0	2,0	3,0

#### TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 20 meses	21 a 40	Acima de 41 meses
Pontos	1,0	1,5	2,0

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 30 de junho de 2015, às 17:30h, no mural da Secretaria Municipal de Educação do Município, no site oficial da Prefeitura ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 26 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)  
HABILITADOS



## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 014/2015

Nº de Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento pela Prefeitura) Nome do Candidato: Cargo:

RG: Data de Nasc.: Sexo M ( ) F ( )

CPF: Título Eleitoral:

Estado Civil: E-mail:

Endereço: Bairro:

Município: Estado: Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data: Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d

Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós -Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

## Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 014/2015

Número da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

## (ANEXO I)

## NÃO HABILITADOS

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 014/2015

Nº de Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento pela Prefeitura) Nome do Candidato: Cargo:

RG: Data de Nasc.: Sexo M ( ) F ( )

CPF: Título Eleitoral:

Estado Civil: E-mail:

Endereço: Bairro:

Município: Estado: Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data: Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d

Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_



O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Fase do Curso de Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição
Chamamento Público nº 014/2015
Número da Inscrição: _____/_____
Nome do(a) Candidato(a):
Cargo:
Local e Data:
Assinatura do Candidato

### CONTRATO Nº 074/2015

CONTRATO Nº 074/2015

Origem: Processo Nº 066/2015 – Pregão Presencial nº 042/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME, Rua Luiz Daros, 59, Besenelo, Nova Trento-SC, CNPJ Nº 08.332.974/0001-84. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio-fio no pátio do Ginásio Inácio Gullini, via de acesso as canchas de bocha municipais, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão. O valor total é de R\$ 5.915,00 (Cinco mil novecentos e quinze reais). Prazo de execução: 60 (sessenta) dias.

Nova Trento, 26 de junho de 2015.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

Edital de Processo Seletivo nº 003/2015

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.533 de 21 de outubro de 2014, torna pública a necessidade de contratação temporária de profissionais para ocuparem os cargos do quadro de pessoal que compõe a ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, pelo que publica o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, com inscrições abertas no período de 29 de junho á 27 de julho de 2015, no horário das 08h30min às 17h00min no prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC.

#### 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O critério de seleção se dará com base na avaliação das notas obtidas nas provas.

1.2 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no mural de avisos da Prefeitura e no site [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br), sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional. O presente edital e seu resultado final do processo também serão publicados no DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

1.3 O processo destina-se a seleção de profissionais para cargos constantes no quadro de pessoal que compõem a Estrutura Administrativa Municipal, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.553/2014 que rege a contratação de pessoal por tempo determinado.

1.4 A contratação obedecerá ao período máximo de 06 (seis) meses para os cargos de: Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Motorista III e Vigia.

1.5 A contratação obedecerá ao prazo máximo correspondente ao tempo de afastamento (do servidor efetivo) ou no caso de vacância, o prazo máximo será de 12 (doze) meses, em ambos os casos limitado ao período letivo remanescente no ano de 2015, prorrogável por até mais 12 (doze) meses, a contar do início do ano letivo para os cargos de: Atendente de Creche e Motorista de Transporte Escolar, Professor Ciências, Professor "Contação de História", Professor de Educação Infantil, Professor Habilitado de Educação Física – Atuar no Projeto PAF Olímpico do Sesi e Professor Habilitado de Educação Física (Basquetebol) – atuar no núcleo da Federação Catarinense, Professor de Geografia, Professor de Língua Portuguesa

1.6 A contratação obedecerá ao prazo máximo correspondente ao tempo de afastamento autorizado, limitado a 06 (seis) meses, prorrogável por mais 06 (seis) meses ou, sendo o caso de vacância, o prazo máximo é de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 meses para os cargos: Auxiliar de Enfermagem HIC, Enfermeiro (a) HIC, Farmacêutico (a), Médico (a) Especialista(Ginecologia), Médico (a) Especialista (Psiquiatria), Nutricionista HIC e Técnico (a) de Enfermagem HIC;

1.7 A contratação obedecerá ao período de máximo de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses para o cargo de: Médico (a) Plantonista HIC.

1.8 Os contratos de trabalho poderão ser rescindidos antes desses prazos, em virtude da realização de um novo Concurso Público.

1.9 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

#### 2- DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO Profissional.

2.1 Os candidatos para os cargos objeto do presente edital concorrerão às vagas oferecidas, conforme quadros constantes do Anexo 04,

que faz parte integrante deste edital.

### 3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas por meio de formulário próprio a ser preenchido pessoalmente pelo candidato, das 08h30min às 17h00min no prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Santo Inácio, Praça del Comune, 126 – Centro – Nova Trento/SC, no período de 29 de junho a 27 de julho de 2015.

3.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento integral do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer cópias dos documentos a seguir:

I - Carteira de Identidade;

II- Cartão do CPF;

III- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IV- Certificado de Reservista (masculino);

VII- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

VIII- Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental;

IX- Diploma de Conclusão do Ensino Superior;

X- Diplomas/Certificados de Pós-Graduação: stricto sensu (doutorado), stricto sensu (mestrado), lato sensu ou especialização.

### 4- DO PROCESSO SELETIVO, DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

4.1.1 A seleção dos candidatos no Processo Seletivo se efetivará mediante processo específico que se constituirá em prova objetiva e prova de títulos para os cargos de nível superior.

4.1.2 DA PROVA OBJETIVA: As provas objetivas se constituirão de questões de múltipla escolha, sendo calculada de acordo com a tabela abaixo:

a) Alfabetizado e/ou Ensino Fundamental incompleto – Para os cargos de Atendente de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Motorista de Transporte Escolar, e Vigia, a prova objetiva conterà 40 questões com 10 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

b) Ensino Fundamental Completo – Para os cargos de Auxiliar de Enfermagem e Motorista III, a prova escrita objetiva conterà 40 questões com 10 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

c) Nível Médio Completo - Para o cargo de Técnico em Enfermagem HIC: a prova escrita objetiva conterà 40 questões com 10 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

d) Nível Superior Completo - Para os cargos de Enfermeiro (a) HIC, Farmacêutico (a), Médico (a) Especialista (Ginecologia), Médico (a) Plantonista, Médico (a) Especialista (Psiquiatria), Nutricionista HIC (que requerem prova de títulos) a prova escrita objetiva conterà 40 questões com 10 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0

Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,4	4,0
Total	40	---	8,00

4.1.3 As provas de Língua Portuguesa e Matemática visam aferir as noções básicas relacionadas diretamente com a escolaridade exigida;

4.1.4 As provas de Conhecimentos Gerais visam aferir os conhecimentos generalizados sobre atualidades.

4.1.5 As provas de Conhecimentos Específicos visam aferir os conhecimentos generalizados sobre as noções básicas relacionadas com a formação específica relativa a cada cargo.

4.1.6 As provas serão constituídas de 40 questões objetivas, de múltipla escolha, com quatro (04) alternativas cada de "A a D", sendo que, somente uma alternativa estará correta com relação ao enunciado da referida questão.

4.1.6 As provas objetivas serão realizadas por todos os candidatos inscritos, no dia 02 de agosto do ano de 2015, das 09h00min às 12h00min, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, na Rua Francisco Dalsenter, nº 36, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC.

4.1.7 Na data prevista para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, munido de documento hábil de identificação (original) com foto e com a ficha de inscrição, e de pelo menos, uma caneta esferográfica, de cor azul ou preta.

4.1.8 Não serão admitidos no local de prova os candidatos que:

- Se apresentarem após o horário estabelecido para o início do exame
- Não se identificar nos termos descritos no item 4.1.7, sendo eliminados do certame.
- Também não será permitido o acesso ao local da prova com equipamento eletrônico (celular, pager, tablet, etc).

4.1.9 Serão considerados como documentos de identificação hábil: Cédula de Identidade (R.G.), a Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto) e carteira de trabalho.

4.1.10 Após a fase de recursos na data de 07 de agosto do corrente ano será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

#### 4.2.1 DA PROVA DE TÍTULOS

4.2.1.1 Para os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo, haverá PROVA DE TÍTULOS.

4.2.1.2 Todos os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo deverão apresentar os títulos para concorrer a esta etapa.

4.2.1.3 A prova de títulos será realizada no ato da inscrição, de 29 de junho a 27 de julho de 2015.

#### 4.2.2 DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS

4.2.2.1 A prova de títulos consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Valor
a.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de atuação;	0,80
b.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de atuação;	0,70
c.	Certificado de pós-graduação lato sensu ou especialização (com carga horária mínima de 360 horas) na área de atuação – apenas um certificado;	0,50
	Total máximo de pontos	2,00

4.2.2.2 Somente será considerado válido 1 (um) título, quando apresentados 2 (dois) ou mais da mesma pontuação.

4.2.2.3 O (s) título (s) deverá (ão) ser apresentado(s) em cópia autenticada em serventia pública (cartório), ou apresentados no local cópia e original para serem conferidos e somente serão aceitos se concluídos até a data da inscrição.

4.2.2.4 Não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

4.2.2.5 Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público, privado ou estágios.

#### 4.2.3 – DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:

4.2.3.1 Os títulos serão entregues pelo próprio candidato no ato da inscrição, de 29 de junho a 27 de julho de 2015.

4.2.3.2 O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando e a apresentação do título original.

4.2.3.3 Juntamente com os títulos, deverá ser apresentada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo anexo 5 deste Edital, escolhidos e preenchido pelo próprio candidato; fica desde já claro que o inscrito não opinará sobre a escolha de títulos. Esta relação será preenchida em duas vias; destas, uma será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo encarregado pelo recebimento e a outra será encaminhada à Comissão do processo seletivo. Nesta relação deverão ser encaminhados apenas os títulos listados para entrega.

4.2.3.4 Os títulos devem ser apresentados na ordem em que estiver listado o anexo 5.

4.2.3.5 Cópias de títulos não serão aceitos sem autenticação ou sem a apresentação dos originais.

4.2.3.6 Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

4.2.3.7 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

4.2.3.8 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento

de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do concurso.

4.2.3.9 Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

## 5- DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A média final dos candidatos que se submeterem a prova de títulos será obtida pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva e a pontuação da prova de títulos, ou seja:

$NF = \{(PPE + PPT)\}$ , onde PPE é Pontos Prova Escrita e PPT é Pontos da prova de títulos.

5.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva.

5.3 Os candidatos classificados serão convocados obedecendo à ordem decrescente de pontos.

## 5.4 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.4.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios legais:

a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);

b) Maior idade;

c) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;

d) o que possuir maior número de dependentes;

e) Sorteio.

## 6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos, a serem conferidos no momento da contratação:

I- Classificação no Processo Seletivo;

II- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados a data da contratação;

III- Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

IV- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;

V- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

VI- Inscrição no PIS/PASEP;

VII- Declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, considerando-se o limite máximo de 60 horas mensais de serviços prestados em qualquer esfera da administração pública).

VIII- Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;

IX- Certidão de não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da inscrição através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum.

6.2 O vínculo principal será objeto de contrato administrativo próprio, que conterà todas as condições para o exercício das funções.

## 7- DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos nas seguintes fases:

I- Da classificação parcial;

7.2 O recurso da classificação parcial deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal entre os dias 05 e 06 de agosto/julho de 2015;

7.3 O candidato que desejar impetrar recurso deverá fazê-lo mediante requerimento individual, conforme anexo 05 deste Edital

7.4 O prazo para julgamento dos recursos pela Comissão do processo seletivo será de 2 (dois) dias úteis.

7.5 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e serão respondidos caso a caso, individualmente.

7.6 Os recursos serão respondidos caso a caso e encaminhados a Comissão Municipal que informará individualmente cada candidato sobre a decisão de seu recurso.

7.7 Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.8 No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.9 Julgados os recursos, o processo seletivo será homologado em definitivo pelo Prefeito Municipal.

## 8- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses ou até a realização do concurso público.

8.2 A aprovação no processo seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá à estrita ordem de classificação durante o prazo de validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do Edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

8.3 A chamada dos aprovados se dará na ordem de classificação pelos órgãos e meios oficiais de publicidade, sendo de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para os chamados se apresentarem ao trabalho.

8.3.1 Fica desde já claro que é responsabilidade do candidato manter seus telefones e endereço atualizados junto a esta prefeitura, além de acompanhar os meios já definidos aqui para publicação de informações.

8.4 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

- 8.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive nos regulamentos editados e leis em vigor.
- 8.6 Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise de recursos, bem como deliberar sobre os casos omissos e ou situação peculiares.
- 8.7 Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.
- 8.8 Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento/SC, 26 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

#### Anexo 01

##### Formulário de inscrição

Ficha de Inscrição			
Estado de Santa Catarina			
Município de Nova Trento			
Prefeitura Municipal de Nova Trento			
Inscrição para Processo Seletivo nº 003/2015/PMNT			
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)			
Nome do (a) Candidato(a):			
Cargo:			
Identidade (RG):	Data de Nasc: ____ / ____ / 19____	Sexo M ( ) F ( )	
CPF nº	Título Eleitoral nº		
Estado Civil	E-mail:		
Endereço	Bairro		
Município	Estado	Fone:	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.			
Local e Data:			
Assinatura do Candidato			

#### Via Prefeitura

\* .....

Ficha de Inscrição			
Estado de Santa Catarina			
Município de Nova Trento			
Prefeitura Municipal de Nova Trento			
Inscrição para Processo Seletivo nº 003/2015/PMNT			
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)			
Cargo:			
Nome do(a) Candidato(a):			
Local e Data:			
Assinatura do Candidato			

#### Via Candidato

##### Anexo 02

##### Formulário de inscrição - PROFESSOR NÃO HABILITADO

Ficha de Inscrição			
Estado de Santa Catarina			
Município de Nova Trento			
Prefeitura Municipal de Nova Trento			
Inscrição para Processo Seletivo nº 003/2015/PMNT			
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)			
Nome do (a) Candidato(a):			
Cargo: Professor Não Habilitado em			
Identidade (RG):	Data de Nasc: ____ / ____ / 19____	Sexo M ( ) F ( )	
CPF nº	Título Eleitoral nº		

Estado Civil	E-mail:	
Endereço	Bairro	
Município	Estado	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:		
Assinatura do Candidato		

## Via Prefeitura

\* .....

Ficha de Inscrição
Estado de Santa Catarina
Município de Nova Trento
Prefeitura Municipal de Nova Trento
Inscrição para Processo Seletivo nº 003/2015/PMNT
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)
Cargo: Professor não habilitado em
Nome do(a) Candidato(a):
Local e Data:
Assinatura do Candidato

## Via Candidato

## Anexo 03

## cronograma

Datas	Etapas
Em 23/06/2015	Publicação do Edital
De 29/06 a 27/07/2015	Período para Inscrições
29/07/2015	Divulgação da Lista de Inscritos
02/08/2015	Aplicação da Prova Objetiva
Em 04/08/2015	Divulgação da Classificação Parcial
05/08/2015 e 06/08/2015	Recurso da Classificação Parcial
Em 07/08/2015	Divulgação da classificação final e homologação

## Anexo 04

## Quadro de cargo e vagas

Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições	Vencimento	Insalubridade
Atendente de Creche	04	40h	Alfabetizado, com no mínimo a 4ª série do 1º grau completo	Atribuições de executar atividades próprias de creche como a limpeza e higiene das crianças e do ambiente, alimentação e outras atividades afins.	R\$ 1.000,00	---
Auxiliar de Serviços Gerais	02	40h	Alfabetizado, com no mínimo a 4ª série do 1º grau completo e 6 meses de experiência em atividade similar.	Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura, ou serviços de copa, cozinha, merendeira, bar, preparos e distribuição de merendas escolar e serviços gerais de apoio administrativo.	R\$ 1.000,00	---
Auxiliar de manutenção e Conservação	02	40h	Alfabetizado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Executar serviços de limpeza de ruas, praças, cemitérios, etc.</li> <li>- Executar serviços de ajardinamento, plantio de mudas e manutenção de praças, parques e ruas.</li> <li>- Executar pequenos serviços de reparação de calçamento e calçadas;</li> <li>- Executar serviços de coleta de lixo;</li> <li>- Executar outros serviços inerentes ao cargo e solicitados pelos órgãos superiores.</li> </ul>	R\$ 1.000,00	---



Auxiliar de Enfermagem HIC	02	40h	Ensino Fundamental completo e Registro no Conselho	Desenvolver, com os ACS – Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos ACS no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as visitas domiciliares e consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas que compreendem os ciclos de vida, como gestação, criança, adolescente, adulto e idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; exercer outras tarefas afins; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos; realizar ações de educação em saúde nos grupos prioritários e as famílias em situação de risco.	R\$ 1.300,00	40%
Enfermeiro HIC	04	40h	Superior completo com Registro no Conselho	Coordenar e superintender todos os serviços de enfermagem da unidade; Distribuir os serviços aos técnicos em enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos; Determinar a escala de plantão do setor de enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência; Responder administrativamente pela enfermagem da unidade; Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem; Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público. Atribuições da Lei nº 503, de 16/03/2011.	R\$ 2.400,00	40%
Farmacêutico (a)	01	40h	Curso superior específica e Inscrição no conselho Profissional competente	Desenvolver as atividades de gestão e infraestrutura de serviços farmacêuticos, preparo, distribuição, dispensação e controle de medicamentos e produtos para a saúde; Otimização da terapia medicamentosa; Informação sobre medicamentos e produtos para a saúde, ensino, educação permanente e pesquisa; montagem e implantação de novos métodos de análises, execução de análises clínicas, análises hematológicas e produtos dietéticos, produção de medicamentos e controle de qualidade.	R\$ 2.400,00	40%
Médico Especialista (Ginecologia)	01	20h	Curso Superior na Área de Medicina, com especialização em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).	- Atender consultas de ginecologia e obstetrícia (pré natal e doenças da mulher em geral); - Colher material para exame (preventivo de câncer); - Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer outras atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do CRM.	R\$ 4.500,00	---

Médico Especialista (Psiquiatria)	01	20h	Curso Superior na área de Medicina, com Especialização em Psiquiatria e registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).  Efetuar acompanhamento clínico (ambulatorial e hospitalar) de pacientes portadores de doenças infecciosas e/ou parasitárias causadas por vírus e/ou bactérias; Realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a doenças infecciosas e/ou parasitárias; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; Emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; Manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e evolução da doença; Prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; Coletar e avaliar dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico-preventivo voltado para a comunidade em geral. Requisito: Idade: de 18 a 70 anos.	R\$ 4.500,00	---
--------------------------------------	----	-----	---	--------------	-----

Médico Plantonista - HIC	04	12h	<p>Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.</p>	<p>I - Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes, tanto adultos quanto pediátricos (em caso de não haver médicos especialista em pediatria), em demanda espontânea, cuja origem seja variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; II - Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definido pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco;</p> <p>III - Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão; IV - Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado), bem como contatar com a Central de Regulação Médica, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências; V - Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos no âmbito do território do município, bem como no âmbito regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; VI - Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar, bem como garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; VII - Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário e pela direção do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição; VIII - Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte; IX - Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência; X - Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; XI - Exercer plantões conforme escala elaborada pela direção do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de acordo com as necessidades da casa de saúde, podendo a prestação de serviços ser diurna, noturna, finais de semana e feriados XII - Obedecer ao Código de Ética Médica e aos regulamentos municipais atinentes ao exercício do cargo. Atribuições da Lei Complementar nº 619 de 27/09/2013.</p>	R\$ 829,44	20%
-----------------------------	----	-----	--	--	------------	-----

Motorista III	05	40h	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D” ou superior.	<p>Conduzir veículos automotores, caminhões, ambulâncias, ônibus, micro ônibus, carreta articulada, destinados ao transporte de passageiros e cargas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;</li> <li>- manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;</li> <li>- fazer reparos de emergência;</li> <li>- zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;</li> <li>- encarregar-se do transporte e da entrega de correspondência ou de pacotes, pequenas cargas que lhe forem confiadas;</li> <li>- promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;</li> <li>- verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;</li> <li>- providenciar a lubrificação quando indicada;</li> <li>- verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus;</li> <li>- auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio e macas;</li> <li>- proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;</li> <li>- auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;</li> <li>- tratar os passageiros com respeito e urbanidade;</li> <li>- manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;</li> <li>- executar outras tarefas afins.</li> </ul>	R\$ 1.400,00	---
Motorista de Transporte Escolar	02	40h	Alfabetizado, com no mínimo a 4ª série do 1º grau completo e carteira nacional de habilitação profissional “D”.	<p>Dirigir automóveis, camionetas e ônibus no transporte escolar, mediante itinerários específicos, zelando pelo conforto e segurança dos alunos e pela limpeza, higiene e conservação dos veículos.</p>	R\$ 1.400,00	---
Professor de Ciências (E.M.E.B. Prof. Francisco João Valle)	01	10h	Licenciatura Plena em Ciências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 576,04	

Professor de artes (C.M.E. I. Padre Rossi)	01	15h	Licenciatura Plena em Artes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 864,06	
Professor (a) "Con- tação de História" (E.M.E.B. Aguti)	01	10h	Licenciatura Plena em Pedagogia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 576,04	

Professor (a) em Educação Infantil	01	40h	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 2.304,18	
Professor de Educação Física – Atuar no Projeto PAF Olímpico do SESI	01	20h	Ensino Superior em Educação Física com registro no CREF	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais.</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 1.152,09	---
Professor de Educação Física (Basquetebol) –atuar no núcleo da Federação Catarinense	01	10h	Ensino Superior em Educação Física com registro no CREF	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais.</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 576,04	---

Professor de Geografia (E.M.E.B João Bayer Sobrinho)	01	15h	Licenciatura Plena em Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 864,06	---
Professor de Língua Portuguesa (E.M.E.B. Prof. Francisco João Valle)	01	20h	Licenciatura Plena em Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;</li> <li>- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;</li> <li>- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;</li> <li>- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;</li> <li>- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;</li> <li>- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</li> <li>- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;</li> <li>- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;</li> <li>- Atualizar-se em sua área de conhecimento;</li> <li>- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;</li> <li>- Zelar pela aprendizagem do aluno;</li> <li>- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;</li> <li>- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);</li> <li>- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;</li> <li>- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;</li> <li>- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;</li> <li>- Zelar pela disciplina e pelo material docente;</li> <li>- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.</li> </ul>	R\$ 1.152,09	



Técnico de Enfermagem HIC	11	40h	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho	Receber e acomodar convenientemente os doentes recebidos pela portaria, nas enfermarias, quartos e apartamentos, conforme o caso; Lançar logo após a entrada do enfermo, os dados na ficha e paleta de enfermaria, bem como no competente livro registro; Acompanhar os médicos por ocasião das visitas, executando suas ordens e instruções, relativas aos cuidados e tratamento dos doentes a seu cargo; Zelar pela limpeza e higiene dos doentes, das enfermarias, dos quartos e apartamentos; Ministrar medicamentos e efetuar curativos sob ordens médicas; Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público.	R\$ 1.300,00	40%
Nutricionista HIC	01	40h	Curso Superior em Nutrição registro no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN).	Compor equipe multidisciplinar/profissional para cuidar de pacientes diabéticos, hipertensos e portadores de outras doenças crônico-degenerativas, orientando-as quanto à importância de dieta adequada; - Trabalhar junto ao setor de vigilância epidemiológica, promovendo atividades para minimizar o grau de desnutrição infantil no Município; - Supervisionar e elaborar cardápios nas unidades municipais de observação (SAMMDU, etc.); - Supervisionar a merenda escolar, contribuindo para melhoria de sua qualidade; - Participar do planejamento da aquisição de produtos para a merenda escolar, além de acompanhar as licitações ligadas a este aspecto; - Supervisionar e orientar o armazenamento dos alimentos no depósito geral; - Assessorar o Conselho de Alimentação Escolar, participando de suas reuniões; - Promover atividades para reciclagem do pessoal envolvido diretamente com a estocagem e preparação da merenda escolar, além de palestras e cursos voltados para dirigentes escolares, supervisores escolares/orientadores educacionais, professores e outros interessados em alimentação escolar e temas afins; - Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer demais atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do respectivo Conselho Regional de classe. Requisito: - Idade: de 18 a 70 anos	R\$ 2.400,00	40%
Vigia	02	40h	Alfabetizado, com no mínimo a 4ª série do 1º grau completo.	Executar serviços específicos de vigilância noturna, protegendo o patrimônio público municipal.	R\$1.000,00 + Adicional noturno	---

## TABELA DE REMUNERAÇÕES

Habilitação	Nível	Carga Horária	Remuneração R\$
Habilitados (Licenciatura Plena)	III	40 horas semanais	R\$ 2.304,18
Não Habilitados	-	40 horas semanais	R\$ 1.559,04

Obs.: Para carga horária menor o valor a ser pago, será fracionado de acordo com o número de horas do contrato.  
Pré requisito para Professor não habilitado: Ensino Médio Completo.

## ANEXO 05

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS  
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO EM DUAS VIAS)

EDITAL 003/2015

## DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Número da Inscrição: Cargo:

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Concurso 003/2015 do Município de Nova Trento/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas.  
Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

Tipo do título	Descrição do Título	Instituição Minis- trante	Carga Ho- rária	Data de Conclusão	Pontuação
a) Certificado de pós-gradua- ção stricto sensu (doutorado) na área do respectivo cargo					
b) Certificado de pós-gradua- ção stricto sensu (mestrado) na área do respectivo cargo					
c) Certificado de pós-gradu- ação lato sensu ou especiali- zação (360 horas) na área do respectivo cargo					
Total de Pontos					

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do candidato

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura do responsável pelo recebimento

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, em 02 (duas) vias, entregar no local da prova acompanhados dos títulos, conforme Edital. (\*) Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

ANEXO 06

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL 003/2015

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso: 1 – Contra o edital 2 – Contra indeferimento de inscrição 3 – Contra Inscrição 4 – Contra questão da prova 5 - Contra o Gabarito preliminar 6 – Contra a Pontuação Prova 7 – Contra classificação preliminar 8 – Outros
	1 – Deferido 2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação:	

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

### RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2015

HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio-fio no pátio do Ginásio Inácio Gullini, via de acesso as canchas de bocha municipais, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ nº 08.332.974/0001-84) – Valor Total R\$ 5.915,00 (Cinco mil novecentos e quinze reais);

Nova Trento/SC, 26 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/7

**Processo Nº.: 61/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2015**

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2015, Processo Licitatório nº. 61/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10402	C.A. CONSTRUCAO LTDA - EPP	
10360	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME	5, 6
10006	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME	
9816	JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	1, 2, 3, 4
9782	PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	
8103	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
C.A. CONSTRUCAO LTDA - EPP	15.155.845/0001-23	RUDINEY DE BARROS	061.114.639-85
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME	20.455.070/0001-41	RENNAN CLEITON MARTINATTI	336.242.338-82
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME	07.475.564/0001-20		
JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	16.978.577/0001-02	LUIZ CARLOS HILLESHEIN	029.805.239-33
PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	01.262.927/0001-62	BRUNO DE OLIVEIRA DUARTE	080.680.559-59
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	04.563.256/0001-68	MARCIO RODRIGUES XAVIER	954.044.650-34

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9816 - JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO	HRS.		6.000,000	27,9609	167.765,50
2	SERV. DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE DE PEDREIRO	HRS.		5.000,000	17,9749	89.874,50
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CARPINTEIRO	HRS.		4.000,000	27,9610	111.844,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**Página: 2/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015**Fornecedor: 9816 - JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERV. DE MÃO DE OBRA DE PINTOR	HRS.		6.000,000	27,9610	167.766,00

**Fornecedor: 10360 - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	SERV. DE MÃO DE OBRA DE JARDINEIRO	HRS.		1.500,000	17,8241	26.736,10
6	ROÇADOR DE TERRENO	HRS.		1.000,000	24,8139	24.813,90

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 24 de Junho de 2015.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI**  
**PREFEITO**

**Empresas Participantes:**

C.A. CONSTRUCAO LTDA - EPP	CNPJ: 15.155.845/0001-23
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA - ME	CNPJ: 20.455.070/0001-41
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME	CNPJ: 07.475.564/0001-20
JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 16.978.577/0001-02
PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	CNPJ: 01.262.927/0001-62
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	CNPJ: 04.563.256/0001-68

# Orleans

## PREFEITURA

### 2.620

LEI N. 2.620 DE 23 DE JUNHO DE 2015

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, encaminha a Câmara de Vereadores Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação.

Art. 1º O Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no documento serão cumpridas no prazo de vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no documento deverão ter como referência – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência do PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no documento.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere esta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição

Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, o Estado, e o Município atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto do documento, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no documento do PME não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a

avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 23 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria municipal de Administração, aos vinte três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 19 DE 27 DE MAIO DE 2015.

Senhor Presidente,  
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, tenho a satisfação de encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plano Municipal de Educação foi elaborado para os próximos dez anos, com a participação de representantes de todas as redes de ensino e tem por finalidade delinear as diretrizes, metas e estratégias de curto, médio e longo prazo, para promoção e gestão da educação do município, das mudanças e/ou inovações necessárias de acordo com a realidade do nosso Município. O planejamento evita a improvisação, contribui para o enfrentamento da descontinuidade das políticas públicas.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo votado e aprovado conforme determina os o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

Orleans/SC, em 27 de maio de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

## 2.621

LEI Nº 2.621 DE 23 DE JUNHO 2015.

“CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder reposição salarial no percentual de 1% (um por cento) às categorias dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas da Administração Pública Direta, Autárquica (SAMAE), Fundações, Conselho Tutelar, Cargos Comissionados e Magistério Público Municipal, exceto os servidores já beneficiados com a Lei n. 2.602, de

24 de abril de 2015 e com a Lei n.º 2.604, de 24 de abril de 2015.

Art.2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário,

Orleans/SC, em 23 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria municipal de Administração, aos vinte três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretario de Administração Interino.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N º 022 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Senhora Presidente,  
Senhores (as) Vereadores (as),

Encaminhamos para apreciação e posterior aprovação desta Casa, o anexo Projeto de Lei que CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Conforme acordado em Assembléia com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, encaminhamos em anexo o presente projeto de Lei que tem por objeto conceder reposição salarial no percentual de 1% (um por cento) às categorias dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas da Administração Pública Direta, Autárquica (SAMAE), Fundações, Conselho Tutelar, Cargos Comissionados e Magistério Público Municipal, exceto os servidores já beneficiados com a Lei n. 2.602, de 24 de abril de 2015.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado, em Regime de Urgência, conforme autorizam os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente,

Orleans/SC, em 11 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

## 3.850 -

DECRETO N. 3.850 DE 10 DE JUNHO 2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.592

de 23 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar na seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de educação  
2.014 – Manutenção do ensino infantil  
F.R. - 01.0078 – FNDE – Apoio as Creches  
3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 2.978,00

TOTAL R\$ 2.978,00

Art. 2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o provável excesso de arrecadação, nas seguintes fontes de recursos:

F.R. 01.0078 – FNDE -Apoio as creches R\$ 2.978,00

TOTAL R\$ 2.978,00

Art.3º Este Decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC 10 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

### 3.852

DECRETO N. 3.852 DE 24 DE JUNHO DE 2015

"CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Prefeito Municipal de Orleans, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 24 de julho de 2015, no Centro do Convivência da Terceira Idade Emília Debiasi Pinter, sito a Rua Capitão Galdino Guedes, 210 – Bairro Barro Vermelho, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 24 de junho de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

CARLOS ALBERTO BUSSULO

Presidente do CMAS

### 3.853

DECRETO Nº 3.853 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, considerando as necessidades e o interesse público da Administração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis ao Município, os bens móveis abaixo listados, para fins de alienação:

DESCRIÇÃO

- 01 (um) veículo Fiat/Uno Mille Fire Flex, placa MCQ 0445, ano/modelo 05/06, cor branca, combustível gasolina, RENAVAM 858685965, quatro portas;

- 01 (um) veículo Fiat/Strada Fire, placa MCE 8393, ano/modelo 2004, cor branca, combustível gasolina, RENAVAM 827530404, duas portas;

- 01 (um) vassoura mecânica, modelo CMV. VC2200, combustível diesel, cor amarela, ano de fabricação 1997;

- 01 (um) veículo VW/Fusca, placa LZH 7949, ano/modelo 93/94, cor branca, combustível gasolina, RENAVAM 549911987;

- 01 (um) veículo Fiat/Uno Mille Fire Flex, placa MFV 5159, ano/modelo 07/08, cor branca, combustível álcool-gasolina, RENAVAM 949875368, quatro portas;

-01 (um) veículo Fiat/Strada Fire, placa MCO 4563ano/modelo 2004/2004, cor branca, combustível gasolina, RENAVAM 853529043;

- 01 (uma) motocicleta Honda/CG 125 Titan KS, placa MCG 7972, ano/modelo 2002, cor vermelha, combustível gasolina, RENAVAM 776827464;

- 01 (uma) motocicleta Honda/CG 125 Titan KS, placa MBP 2763, ano/modelo 2002, cor azul, combustível gasolina, RENAVAM 781937191;

- 01 (uma) motocicleta Honda/CG 125 Titan KS, placa MBP 2923, ano/modelo 2002, cor azul, combustível gasolina, RENAVAM 781940354;

- 01 (um) veículo M.Benz 1313, tipo caminhão basculante, placa LYQ 5098, ano/modelo 1986, cor branca, combustível diesel, RENAVAM 549874089, sem caçamba;

- 01 (uma) retroescavadeira, modelo 416D, Cartepillar, nº 305-4D, cor amarela;

- 01 (uma) retroescavadeira, modelo 416E, Cartepillar, nº 305-4C, cor amarela;

- 01 (uma) patrôla, modelo 120H Cartepillar, nº 5FM00851, ano 1987, cor amarela;

- 01 (uma) carregadeira, modelo W20E, ano 1997, cor amarela;

- 01 (uma) caçamba, cor branca, capacidade de 7m³;

- 02 (duas) cadeiras odontológicas, Marca/Modelo Suprema Atlante.



Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 24 de Junho de 2015; 130º ano da Fundação e 101º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

Orleans, 24 de Junho de 2015; 130º ano da Fundação e 101º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

### 3.854

DECRETO Nº 3.854 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

CRIA A COMISSÃO DE VISTORIA, AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, considerando as necessidades e o interesse público da Administração e, considerando ainda o disposto no artigo 17, inciso II e artigo 53 da Lei nº 8.666/93, bem como do artigo 95, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Vistoria, Avaliação e Alienação de Bens Móveis do Município de Orleans.

Art. 2º A comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, será formada pelos seguintes servidores:

Guido Jorge Pedone Pizzolatti

Delson Lotin

Juscelino Niero

Parágrafo Único. A Comissão será presidida pelo Senhor Guido Jorge Pedone Pizzolatti.

Art. 3º Os bens a serem alienados são os declarados inservíveis para o Município, conforme Decreto nº 3.853/2015, de 24 de junho de 2015.

Art. 4º O valor mínimo dos bens a serem alienados será determinado pela Comissão de Vistoria, Avaliação e Alienação de Bens Móveis, embasado em laudo de avaliação expedido por empresas, com atividade na área comercial de automóveis, caminhões e/ou equipamentos da região.

Art. 5º O pagamento do bem adquirido deverá ser em moeda corrente nacional, ou por cheque nominal à vista, expedido para pagamento na Praça de Orleans/SC.

Parágrafo Único. Os bens adquiridos por meio de cheque serão liberados somente após a efetiva compensação do mesmo.

Art. 6º Os recursos arrecadas com a Alienação dos Bens Móveis descritos no Decreto nº 3.853/2015 serão utilizados única e exclusivamente na aquisição de bens de capital.

Art. 7º O processo de alienação será realizado por meio de Leiloeiro Oficial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 0059

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO CONTRATO Nº0059/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) Objeto: contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA . Valor total registrado R\$: 1.960,00. Data da assinatura: 22/06/2015. Prazo de vigência até 31/12/2015. Ouro Verde, 22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 0030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0030/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Medicamentos e fraldas pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC, conforme especificações no edital. Entrega dos Envelopes: Até as 08h20min dia 10/07/2015. Início da sessão Pública. Às 08h25min dia 10/07/2015. Obt. informações Secre. Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 26 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.



# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 111/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º111/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSTRUTORA TS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução e drenagem, pavimentação com paver e sinalização da Rua Joana D'Arc, localizado no Bairro Jardim Eldorado – Palhoça/SC. VALOR: R\$ 109.240,28 (cento e nove mil duzentos e quarenta reais e vinte o oito centavos). DATA: 11/06/2015.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 125/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para sinalização e pavimentação com blocos intertravados (paver) da Rua Aristides Francisco de Mello no bairro Aririú; pavimentação, drenagem e sinalização com blocos intertravados (paver) da Rua José Macário Cardoso no bairro Jaqueira; pavimentação, drenagem e sinalização com blocos intertravados (paver) da Rua David José dos Santos (trecho 01) no bairro São Sebastião. VALOR: R\$ 418.227,32 (quatrocentos e dezoito mil e duzentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos). DATA: 23/06/2015.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 126/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA – SAMAE

CONTRATO N.º126/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada incluindo mão de obra com fornecimento de todo material para drenagem da Rua Pedro Antonio de Abreu no bairro Barra do Aririú. VALOR: R\$ 19.138,01 (dezenove mil cento e trinta e oito reais e um centavo). DATA: 23/06/2015.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 128/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º128/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada em eventos, sonorização, iluminação, visando atender aos eventos da Secretaria de Educação para 2015. VALOR: R\$ 28.090,00 (vinte e oito mil e noventa reais). DATA: 24/06/2015.

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 129/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º129/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEDRO MANOEL BRUCHADO ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada em decoração de eventos, visando atender aos eventos da Secretaria de Educação para 2015. VALOR: R\$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais). DATA: 24/06/2015.

### PREGÃO PRESENCIAL 95 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº95/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 95/2015, no dia 10 de julho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº95/2015 tem como objeto a aquisição de extintores para a Secretaria de Assistência Social e para os programas (CRAS, CREAS, SCFV, POP, Conselho Tutelar, Casa Lar e Idoso), através do Sistema de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 26 de junho de 2015. A Pregoeira.

### RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 084/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 24 de junho de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de peças e equipamentos para manutenção de Ar Condicionado para contratações futuras, no Sistema Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 09 de junho de 2015. PREGOEIRA.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 13/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de materiais esportivos para uso nas diversas atividades esportivas realizadas nas escolas do município de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 10h00min do dia 14/07/2015. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 14/07/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 26 de junho de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 13/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses pretendendo a contratação de empresa para fornecimento de toner e cartuchos de tintas novos, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 14/07/2015.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 14/07/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 26 de junho de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 12/2015

Ata nº 12/2015; Processo nº 031/2015; Objeto: o registro de preço na aquisição de veículo, equipamentos e materiais permanentes para uso na Unidade Básica de Saúde Lucia Elena dos Santos no município de Paulo Lopes. Conforme quantidade, especificações. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor contratado: R\$ 1.359,06 (um mil trezentos e cinquenta e nove reais e seis centavos); COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, valor contratado: R\$ 6.298,00 (seis mil duzentos e noventa e oito reais); CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME, valor contratado: R\$ 18.764,52 (dezoito mil setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos); BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, valor contratado: R\$ 2.499,28 (dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos); ROSSATO & BERTHOLD LTDA, valor contratado: R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais); BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, valor contrato: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA ME, valor contrato: R\$ 5.054,23 (cinco mil e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos); C D C DA SILVA COSTA EIRELI EPP, valor contratado: R\$9.691,00 (nove mil seiscentos e noventa e um reais); IMAGEM INFORMÁTICA LTDA, valor contratado: R\$ 2.187,00 (dois mil cento e oitenta e sete reais); T K.C.R.S COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP, valor contratado: R\$ 1.818,00 (um mil oitocentos e dezoito reais); MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, valor contratado: R\$ 187,99 (cento e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos); ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME, valor contratado: R\$ 1.764,00 (um mil setecentos e sessenta e quatro reais); Data da Assinatura: 22 de junho de 2015.

# Penha

## PREFEITURA

**2769**

PLAN

LEI Nº 2769/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Penha, constante no documento anexo, com duração de dez anos a partir da data da publicação desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no artigo 2º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

§ 1º As metas previstas no Anexo Único integrante desta lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do Plano Municipal de Educação de Penha/2015-2025, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

§ 2º As metas previstas no Anexo Único integrante desta lei referenciarão-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, no censo demográfico e nos censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

§ 3º As estratégias definidas no Anexo Único integrante desta lei não excluem a adoção de medidas visando formalizar a cooperação entre os entes federados.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Educação de Penha/2015-2025:

I. erradicação do analfabetismo;

II. universalização do atendimento escolar;

III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV. melhoria da qualidade da educação;

V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX. valorização dos profissionais da educação;

X. promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. O Município de Penha, em articulação com a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no terceiro ano de vigência desta Lei, por meio do Conselho Municipal de Educação de Penha em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

§ 3º As alterações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Penha, deverão estar alinhadas com as determinações das metas e estratégias nacionais definidas no Plano Nacional de Educação em vigor.

§ 4º O Município de Penha deverá promover, em colaboração com o Estado de Santa Catarina e a União, a realização de, pelo menos, 2 (duas) Conferências de Educação da Cidade até o final da década, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração do próximo Plano Municipal de Educação de Penha (2025-2035).

Art. 4º. Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º. Os Poderes Municipais, Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 26 de junho de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

## ANEXO ÚNICO

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	07
LISTA DE GRÁFICOS .....	09
LISTA DE FIGURAS .....	10
1. INTRODUÇÃO .....	11
2. O MUNICÍPIO DE PENHA .....	13
2.1 PERFIL HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PENHA .....	13
2.2 PERFIL POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE PENHA .....	15
2.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PENHA .....	17
2.4 PERFIL EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE PENHA .....	20
META 1 .....	22
ESTRATÉGIAS DA META 1 .....	24
META 2 .....	28
ESTRATÉGIAS DA META 2 .....	31
META 3 .....	36
ESTRATÉGIAS DA META 3 .....	39
META 4 .....	41
ESTRATÉGIAS DA META 4 .....	43
META 5 .....	48
ESTRATÉGIAS DA META 5 .....	49
META 6 .....	51
ESTRATÉGIAS DA META 6 .....	52
META 7 .....	54
ESTRATÉGIAS DA META 7 .....	56
META 8 .....	63
ESTRATÉGIAS DA META 8 .....	64
META 9 .....	66
ESTRATÉGIAS DA META 9 .....	68
META 10 .....	70
ESTRATÉGIAS DA META 10 .....	71
META 11 .....	73
ESTRATÉGIAS DA META 11 .....	74
META 12 .....	76
ESTRATÉGIAS DA META 12 .....	79
META 13 .....	82
ESTRATÉGIAS DA META 13 .....	83
META 14 .....	86
ESTRATÉGIAS DA META 14 .....	89
META 15 .....	91
ESTRATÉGIAS DA META 15 .....	94
META 16 .....	94
ESTRATÉGIAS DA META 16 .....	95
META 17 .....	96
ESTRATÉGIAS DA META 17 .....	96
META 18 .....	97
ESTRATÉGIAS DA META 18 .....	98
META 19 .....	101
ESTRATÉGIAS DA META 19 .....	102
META 20 .....	105
ESTRATÉGIAS DA META 20 .....	109
REFERÊNCIAS .....	113

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

1. INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que destaca no artigo 2º, determinação para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem em consonância com o nacional, os planos decenais correspondentes.

O Plano Municipal de Educação (PME) caracteriza-se por ser um plano global da educação, por isso necessita de articulação dos diversos setores da administração pública e da sociedade na sua discussão e elaboração a fim de se alcançar o ideal de educação para todos, incluindo crianças, jovens e adultos do município.

O plano não é um documento declarativo, nem tampouco uma carta de intenções elaborada pelos responsáveis políticos do município com fins explicitamente temporais. Trata-se da construção de um projeto que visa à integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de ensino, em diferentes níveis e modalidades, de um recurso que favoreça a relação da Secretaria Municipal da Educação e a comunidade.

Somente com a colaboração de todos, foi garantida a transparência da tomada de decisões sobre o plano, cuja intencionalidade é constantemente redefinida pela relação de reciprocidade. Com efeito, trata-se de um plano que se fez pela participação efetiva de todos os segmentos da sociedade civil, comunitários, professores, sindicatos, poder público, executivo, legislativo e judiciário, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Diante destes pressupostos o município de Penha buscou sua adaptação, estabelecendo a necessidade do Plano Municipal de Educação e sendo sua elaboração atribuída da Comissão de Elaboração e Sistematização do Plano Municipal de Educação, instituída por meio do decreto municipal nº 2.276 de 23 de março de 2015, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Essa elaboração coletiva, com a participação de diferentes setores da sociedade e mediante posições diversificadas, garantiu que esse Plano Municipal de Educação resultasse em um documento síntese de posições consensuais da Comissão de Elaboração e Sistematização do Plano Municipal de Educação em parceria com a comunidade escolar por meio das reuniões técnicas para promoção das discussões das várias etapas da elaboração do documento. Essa forma de elaboração contém uma possibilidade maior não só de representar as variadas concepções dos participantes como também um maior compromisso com sua execução.

A adequação do Plano Municipal de Educação representa um grande avanço, não só pelo seu processo de elaboração como também pelo tempo previsto para sua implantação, que é de dez anos. Um plano decenal de educação representa grande conquista da área educacional e tem como prioridades:

- Elevar a escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais;
- A democratização da gestão do ensino público;
- A garantia do acesso e a permanência, com sucesso dos alunos na escola;
- A garantia da educação básica obrigatória a todas as crianças de 4 a 17 anos, assegurando sua conclusão;
- A garantia da educação de jovens e adultos aos que não tiveram acesso à escola na idade própria e que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio, incluindo a erradicação do analfabetismo através da alfabetização de jovens e adultos;
- A ampliação do atendimento na Educação Infantil;
- A valorização dos profissionais de educação;
- Favorecer o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência.

Sendo assim, para sua execução é imprescindível o regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha. Para culminar o envolvimento dos diferentes setores sociais na elaboração e adequação do Plano Municipal de Educação, o documento será encaminhado para a Câmara Municipal de Vereadores para aprovação legal e partirá para a sanção do Poder Executivo, selando assim também o compromisso com a sua implantação.

## 2. O MUNICÍPIO DE PENHA

### 2.1. PERFIL HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PENHA

Penha está localizada no Litoral Norte do Estado de Santa Catarina distante aproximadamente 120 km da capital Florianópolis. A maior parte de sua área territorial de 62.08 km² são planícies dispostas numa média de 20 metros acima do nível do mar pontuadas de morros que quase circundam sua área limítrofe.

Os sambaquis e oficinas líticas são testemunhas de uma longa história da presença humana na região. Há pelo menos 1.500 anos datam registros do homem do sambaqui e guaranis que mostram provas dum adensamento populacional indígena entre a barra do Rio Itajaí-açu a São Francisco do Sul.

A tribo carijó que ocupava o território de onde hoje é Cananéia/São Paulo até a lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul, foi quem testemunhou a chegada dos colonizadores europeus no século XVII, e foram os europeus que os eliminaram, escravizaram ou afugentaram. Sendo que, já no século XVIII, os carijós tinham a sua extinção anunciada.

Sinais de colonização europeia na região de Itapocorói datam em torno dos idos de 1700. O marco histórico foi a petição feita a Cúria do Rio de Janeiro, por autoria de Bento da Silva Veloso e Tomé da Silva, referente a construção de uma capela em honra a São João Batista, documento este datado de 27 de abril do ano 1759.

A capela foi centro de um povoado que crescia lentamente dedicando-se basicamente a pesca e agricultura, quando em 1.777, uma esquadra espanhola invade e toma a Vila de Desterro pondo em fuga o governo português, na pessoa do coronel Pedro Antônio da Gama Freitas e sua guarda. Sob a tutela dos espanhóis e a favor de seus próprios interesses ficam as armações destinadas à pesca da baleia e seu beneficiamento. Os portugueses para não perder negócio tão lucrativo se puseram a procurar outro local na costa catarinense que servisse para tal empreendimento. O local escolhido por ser seguro e bem abrigado do vento sul, foi a Enseada do Itapocorói para onde se dirigiram homens livres e escravos das armações ocupadas pelos espanhóis.

Em torno da capela de São João Batista, surgiram grandes edificações e o desenvolvimento da Armação do Itapocorói chamou a atenção dos núcleos de povoamento vizinhos: São Francisco e Desterro, tornando-se ponto atrativo para trabalho bem como ponto de comercialização para barcos que faziam o comércio entre os dois centros que viram nos colonos da região uma nova clientela.

O Arraial de Itapocorói e mais tarde em 1815, Curato, tornou-se centro comercial e religioso da vasta orla que abrangia a área entre o Rio Itapocu e a Enseada das Garoupas, chegando a exercer influência para além destes limites.

Com a diminuição da pesca, causada pela pesca predatória, já observada por Saint'Hilaire em 1820, e a dificuldade política de administrar



as armações começa a se apregoar a extinção das mesmas, pondo fim a mais um ciclo econômico do Brasil Colônia.

Em 1.825, a construção da Capela de Nossa Senhora da Penha, evidencia o surgimento de outra comunidade emergente, esta localizada na extrema norte da Praia de Itapocorói, próxima a foz do Rio Iriri e Rio Piçarras. Esse novo núcleo urbano se estendia esporadicamente pelas margens dos rios e seus afluentes assim também pelo Rio Gravatá até a Praia de Itajaí, e ao norte ao largo da Praia de Piçarras e Itajuba. Formando-se aí um arraial cuja atividade central era a lavoura.

As duas comunidades tornavam-se cada vez mais díspares: a de Nossa Senhora da Penha crescia, abrigando pessoas financeiramente mais estáveis baseando-se mais sobre a agricultura do que a pesca adequando-se a um trabalho metódico e produtivo; enquanto a Armação decaía com a dependência da pesca periódica e incerta.

Os de que dela dependiam foram se dispersando para o interior e os que ali ficaram passaram a trabalhar nas terras de Luís Rodrigues Pereira que comprou as terras da armação baleeira dedicando-se principalmente no cultivo da mandioca, cana-de-açúcar e café, engenho de farinha, de açúcar e alambique de aguardente como casa de secos e molhados, assim, de certa forma, recaindo também em bases agrícolas, o que faz com que o fim da Armação baleeira tenha tido pouca influência sobre o desenvolvimento do Distrito de Itapocorói, já que em 1839, o distrito foi considerado suficientemente povoado para ser elevado a categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocorói, com sede as margens da foz do Rio Iriri visto que a Armação, núcleo mais antigo se afigurava como uma empresa o que hoje se entenderia por fazenda marinha e não um núcleo urbano.

Os limites da Freguesia se estendiam do Rio Itapocu ao Norte, do Rio Gravatá ao Sul e Oceano Atlântico a leste e a Serra Geral a Oeste.

Em 21 de junho de 1958, Penha é elevada a categoria de Município desmembrando-se de Itajaí com efetiva instalação em 19 de julho do mesmo ano.

Economicamente o município recém-formado experimenta um forte impulso econômico na atividade pesqueira refletida pelas fábricas de beneficiamento pesqueiro a Krause, a Weg, Hemmer e que logo encontram sua decadência nas décadas seguintes.

Nos idos da década de 1970, vê surgir paulatinamente outra função econômica – o turismo – motivada por sua bela paisagem litorânea, famílias tradicionais vendem suas terras a beira mar cedendo a crescente especulação imobiliária e dá espaço a crescente faixa de casas de veraneio que começam a ocupar a orla.

Figura 1– Atrativos turísticos de Penha/SC. Fonte:Prefeitura de Penha/2015

## 2.2. PERFIL POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE PENHA

Os dados do Censo 2010 apontam o município de Penha com 25.141 habitantes. Os dados do censo produzido pelo IBGE, ainda mostram que 50,13% são mulheres e 49,87% são homens, 91,74% residem na área urbana e 8,26% residem na área rural do município.

Figura 2– Foto aérea de Penha/SC. Fonte: Prefeitura de Penha/2015

O município vem recebendo um grande contingente de migrantes que faz sua população disparar. Constatase pelos números das estimativas populacionais do IBGE que, na última década registrou-se um crescimento populacional na ordem de 36,38%, o que significa, em números absolutos que, entre os anos de 2006 e 2014, 7.662 novos moradores, vieram para o município, significando um crescimento anual de 957 pessoas.

Atualmente, registra-se 28.718 moradores no município de Penha. O gráfico identifica a evolução populacional nos últimos anos e permite registrar o desafio que educação tem de se adequar anualmente para atender a crescente demanda em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, uma vez que, a grande maioria desses novos moradores, depende dos serviços públicos para ter acesso a muitos dos direitos fundamentais do cidadão.

Gráfico 1– Evolução Populacional de Penha. Fonte: IBGE

## 2.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PENHA

Sua função econômica gira em torno do turismo de veraneio cuja atração são suas belíssimas praias unido ao turismo de entretenimento cujo foco é o Parque Beto Carrero World, maior parque de diversões da América Latina e o sexto maior do mundo.

Figura 3– Imagens de Penha/SC. Fonte:Prefeitura de Penha/2015

Junto a isto, na área do setor extrativista pesqueiro surge a maricultura, mais especificamente a miticultura, com apoio de estudos e pesquisas do Centro de Pesquisa Experimental da UNIVALI instalado no município.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2009 o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 129,8 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 8ª posição relativa no ranking nacional.

No mesmo ano, Penha aparece na 86ª posição do ranking estadual, respondendo por 0,19% da composição do PIB catarinense.

No comparativo da evolução do PIB ao longo do período de 2002 a 2009, o município apresentou um crescimento acumulado de 160,13%, contra um aumento estadual de 132,91%. Os dados referentes à evolução do PIB no município estão apresentados na figura a seguir.

Tabela 1– PIB a preços correntes de Penha, com posição regional e estadual - 2002 a 2009. Fonte: IBGE

O município de Penha, em 2009, possuía um PIB per capita da ordem de R\$ 11.331,55, colocando-o na 249ª posição do ranking estadual. No período de 2002 a 2009, o PIB per capita do município apresentou evolução de 117,75% contra 110,42% da média catarinense.

Segundo os dados do Censo 2010, o município de Penha possuía a incidência de 0,5% da população com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, 3,3% com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e 15,8% da população com renda familiar per capita de até 1/4 salário mínimo.

O Atlas Brasil 2013, do PNUD, mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,743, considerado alto. Este índice pontua o desempenho dos municípios com relação a renda, longevidade e educação, com base no Censo 2010. Segundo o Atlas Brasil 2013, Penha teve um crescimento no seu IDHM de 50,71% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima

da média de crescimento estadual (42,54%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 49,31% entre 1991 e 2010.

A análise do IDH de Penha ainda mostra que o município recebeu nota 0,640 no quesito educação, que é considerada média.

No ranking nacional o município figura na posição nº 695. Entre os municípios catarinenses em 115º lugar impulsionado, especialmente, pelo critério da longevidade seguido do critério de renda.

A figura a seguir permite constatar que o município apresenta índices superiores ao do país, porém, precisa melhorar para se equiparar aos números do Estado de Santa Catarina que figura no ranking nacional como o segundo melhor IDH do Brasil.

Gráfico 2– Comparativo da evolução do IDHM de Penha. Fonte: Atlas Brasil

Através do Censo 2010 (IBGE, 2010) identifica-se que 3,54% da população ainda é analfabeta.

#### 1.5. PERFIL EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE PENHA

A educação no município de Penha desenvolveu-se, em consonância com a história brasileira, tendo passado por várias formas de organização social, política, econômica e cultural.

Nesse movimento histórico, como todas as esferas municipais, em muitas situações, Penha foi espectador de programas educacionais, implementando as orientações federais sem autonomia para mudá-las.

Atualmente, com as determinações legais vigentes, o município conquistou o espaço de gerir a educação, optando por estabelecer esse trabalho sobre quatro pilares básicos:

I- Democratização do acesso e da permanência do aluno na escola;

II- Democratização da gestão escolar;

III- Qualidade social da educação

IV- Valorização dos profissionais e trabalhadores da educação

Esses aspectos possibilitam o acompanhamento sistemático do processo de ensino e de aprendizagem, da relação aluno – professor, da (co) participação escola/comunidade e da gestão escolar.

A Secretaria Municipal de Educação ao acreditar que o desenvolvimento do potencial que o município possui tem como alicerce a educação, busca efetivar ações substanciais nessa área, e pretende, com o Plano Municipal de Educação, viabilizar que isso ocorra no próximo decênio. A educação no Município é atendida em 29 Unidades Escolares públicas, privadas e filantrópicas, localizadas nas áreas urbanas, assim distribuídas:

- 03 Grupos Escolares (dois Grupos Escolares ocupam o mesmo espaço físico temporariamente devido a um sinistro);
- 07 Escolas Básicas;
- 07 Escolas Municipais;
- 01 Escola de Educação de Jovens e Adultos;
- 06 Centros Municipais de Educação Infantil;
- 01 Centro de Educação Privado;
- 01 Associação de Pais e Amigos Excepcionais;
- 01 Creche Municipal;
- 01 Creche Comunitária;
- 01 Centro Municipal de Educação Infantil Filantrópico conveniado.

A tabela abaixo destaca a evolução das matrículas da educação básica em Penha. Constata-se que há regularidade nas matrículas, porém, o quantitativo de docentes tem registro crescente de 2007 até o ano de 2014.

ANO	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULAS	DOCENTES	TURMAS
2007	27	6.477	259	302
2008	26	6.331	253	298
2009	25	6.656	242	304
2010	27	6.931	286	293
2011	27	7.171	314	297
2012	29	7.267	322	327
2013	29	7.033	365	318
2014	29	6.857	390	323

Tabela 2 – Indicadores da educação básica em Penha. Fonte: Inep

O município de Penha tem como prioridade atender as exigências de educação, garantindo o acesso, o regresso e a permanência nas unidades escolares, procurando de forma eficiente reduzir a exposição dos alunos às situações de risco, de desigualdade, de discriminação e de outras vulnerabilidades sociais e procurando a redução de índices de evasão e de não acesso escolar.

Para tanto, tem por subsídio os marcos legais Sistema Municipal de Educação e Estatuto do Magistério e Plano de Carreira, bem como os Conselhos Municipais vinculados à educação.

#### META 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação.

O município de Penha precisa ainda ampliar o atendimento junto às crianças de 4 e 5 anos para um percentual de mais 22,1%. Levando-se em consideração o atendimento registrado no município em 2014, verifica-se que será necessário ainda ampliar a oferta para mais 160



vagas até o ano de 2016.

Figura 4– Meta nacional 1 – Parte 1. Fonte: MEC

Analisando os dados municipais de matrícula das crianças nessa faixa etária, no ano de 2015 até o mês de maio, segundo fontes da Secretaria Municipal de Educação de Penha, a oferta de matrículas registra 770 crianças. Ou seja, o município de Penha já alcançou em um ano mais 6,5%, ficando como desafio ainda, a ampliação da rede escolar para a faixa de 4 e 5 anos no percentual de 15,6%.

No que se refere ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, identifica-se que a taxa atual de atendimento dessa faixa etária nas redes pública e privada de ensino no município de Penha, alcança o percentual de 32,5%, ou seja, precisa-se garantir a abertura anual de 10 novas vagas para chegar a meta nacional que pressupõe o atendimento de, ao menos, 50% da população nessa faixa etária.

Figura 5– Meta nacional 1 – Parte 2. Fonte: MEC

No que se refere a formação docente dos profissionais que atuam junto a Educação Infantil no município de Penha, é possível observar na tabela abaixo, que há um percentual considerável de profissionais que tem somente o ensino médio.

Ano	Ensino Funda- mental	Ensino Médio - Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Superior				
2007	1%	1	18,6%	18	16,5%	16	63,9%	62
2008	0%	0	14%	15	22,4%	24	63,6%	68
2009	0%	0	19,8%	20	18,8%	19	61,4%	62
2010	0,7%	1	19,7%	27	33,6%	46	46%	63
2011	0,7%	1	16,4%	22	29,1%	39	53,7%	72
2012	0%	0	3,4%	5	26,7%	39	69,9%	102
2013	0,6%	1	8,1%	13	31,3%	50	60%	96

Tabela 3– Docentes da Educação Infantil, por formação em Penha. Fonte: Inep

São profissionais contratados em caráter temporário, em formação de curso superior e, que determinam a necessidade de abertura de concurso público para essa faixa etária.

Um dado relevante no que se refere a oferta de Educação Infantil é que Penha oferece educação em tempo integral na ordem de 73,4% para esse nível de ensino segundo o Inep. Vale ainda ressaltar que todo esse atendimento se dá na rede pública municipal de ensino. 100% da oferta ocorre na área urbana do município.

Ano	Total	
2011	70,1%	812
2012	75,5%	966
2013	73,4%	948

Tabela 4 – Porcentagem de matrículas em tempo integral na Educação Infantil. Fonte: Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 1

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano Municipal de Educação, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3(três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3.1 Assegurar o atendimento para crianças de pais que trabalham no período de recesso escolar com a colônia de férias.

1.3.2 Planejar a colônia de férias com estrutura e recursos necessários ao atendimento.

1.3.3 Assegurar o direito da criança ao convívio familiar no período de férias dos pais.

1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4.1 Mapear demanda das famílias através de questionários, enquetes populares, comunicados internos, assembleias e Fórum.

1.4.2 Estabelecer parcerias com outros órgãos públicos: Promotoria Pública, Conselho Tutelar, Assistência Social, COMED, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Educação, APPs e outros.

1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos em parceria com a União e o Estado de Santa Catarina, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5.1 Garantir a construção e ampliação de novas instituições de Educação Infantil em parceria com a União e o Estado de Santa Catarina conforme o crescimento populacional anual.

1.5.2 Assegurar recursos financeiros para a manutenção bimestrais conforme a necessidades de cada instituição de ensino.

1.5.2.1 Criar equipe de manutenção de serviços gerais (pedreiro, eletricista, encanador, pintor e outros), para manutenção periódica das instituições de Ensino.

1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação e COMED, a ser realizada anualmente, com base em parâmetros nacionais e indicadores de qualidade, a fim de aferir e melhorar infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7 Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.7.1 Articular parcerias para ofertas de matrículas através de convênios com instituições beneficentes certificados pelo COMED e setores da educação.

1.8 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.10 Fomentar o atendimento às populações do campo, pescadores artesanais e comunidades itinerantes, na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia.

1.11 Priorizar o acesso à Educação Infantil fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.11.1 Implantar, para atendimento no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, um centro especializado para atendimento educacional para alunos com necessidades educacionais especiais.

1.11.2 Promover o atendimento especializado nas instituições de ensino, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

1.11.3 Criar o atendimento especializado nas instituições de ensino nas áreas de: psicologia, fonoaudiologia e nutricionista, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

1.12 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade por meio de regime de colaboração visando ao atendimento das crianças matriculadas no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

1.13 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso dos estudantes de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

1.14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14.1 Garantir que as unidades de educação infantil recebam os relatórios atualizados das famílias beneficiadas desses programas.

1.15 O Município de Penha, com a colaboração da União e o Estado de Santa Catarina, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.15.1 Assegurar após o levantamento da demanda que seja efetuado a matrícula conforme o número de alunos por turma.

1.16 Viabilizar o acesso à Educação Infantil em tempo integral e ou parcial, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.17 Implementar espaços lúdicos de interatividade tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.17.1 Garantir áreas de atividades físicas e espaços de esportes nas unidades de educação infantil.

1.17.2 Implantar o atendimento na área tecnológica nas unidades de Educação Infantil.

1.18 Garantir que todas as unidades tenham atendimento especializado nas áreas de: gestão, administração, supervisão e orientação educacional.

## META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.

Para o atendimento a primeira parte da meta 2 que solicita a universalização do atendimento a faixa etária de 6 a 14 anos, constata-se que o município de Penha, com o percentual de 97,6% está próximo do atendimento da meta, necessitando ainda ampliar a oferta para mais 2,4% da população nessa faixa etária, ou seja, abrir mais 82 vagas segundo o número total de matrículas identificadas no censo escolar de 2014.

Figura 6— Meta Nacional 2. Parte 1. Fonte: MEC

Analisando os dados municipais de matrícula das crianças nessa faixa etária, no ano de 2015 até o mês de maio, segundo fontes da Secretaria Municipal de Educação de Penha e Gerência Regional de Educação, além das escolas particulares, a oferta de matrículas registra 4.280 estudantes matriculados nas duas etapas do ensino fundamental.

No que se refere a segunda parte da meta nacional, observa-se que o município de Penha tem o desafio de ampliar o atendimento nessa faixa etária da população, ou seja, pessoas com 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, na ordem de 21,2%.

Figura 7— Meta Nacional 2. Parte 2. Fonte: MEC

Verificando as taxas de aprovação do ensino fundamental, observa-se uma taxa total de 91,1%. É maior nos anos iniciais com taxa total de 96,8%; nos anos finais essa taxa baixa para 83,3%.

As escolas das redes públicas têm taxa menor de aprovação. E, dentre as escolas públicas, as da rede estadual apresentam menor taxa

de aprovação, porém, a taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental na rede municipal de ensino é menor com taxa total de 78,8%.

Gráfico 3– Taxa total de aprovação no Ensino Fundamental de Penha/2014. Fonte: Inep

Em Penha verifica-se, segundo dados do Inep, que a taxa total de reprovação do ensino fundamental é de 8,7%. É cinco vezes maior a taxa de reprovação dos anos finais em relação aos anos iniciais, sendo 16,2% junto aos estudantes de 6º ao 9º anos e 3,1%, junto aos estudantes de 1º ao 5º anos.

Constata-se ainda que não há reprovação nas escolas particulares, e que os anos finais da rede municipal de ensino é maior em relação as turmas da rede estadual, excetuando-se o 9º ano, cuja taxa de reprovação é de 10,6%, enquanto na rede municipal de ensino é de 5,9%.

Gráfico 4– Taxa total de reprovação no Ensino Fundamental de Penha/2014. Fonte: Inep

As taxas de abandono são menores em relação às taxas de reprovação, porém, há que se destacar uma taxa total de 0,2%. Essa taxa é de 0,5% nos anos finais do Ensino Fundamental, cujo índice é mais acentuado no 8º ano dos anos finais da rede municipal de ensino que atinge o índice de 3,7%.

Gráfico 5– Taxa total de abandono no Ensino Fundamental de Penha/2014. Fonte: Inep

Verifica-se que taxa total de distorção idade-série no Ensino Fundamental de Penha é de 14,4%. Quando se analisa a taxa por etapa do Ensino Fundamental, constata-se que a taxa dos anos finais é preocupante e chega ao índice de 24,3%; superior três vezes a taxa dos anos iniciais que é de 7,8%.

Ao observar as taxas por ano/série é possível constatar que a turma com maior taxa de distorção idade/série é 6º ano da Rede Municipal de Ensino que atinge assustadora taxa de 40,7%.

Gráfico 6– Taxa de distorção idade/série - Ensino Fundamental/dependência administrativa de Penha/2014. Fonte: Inep

Entre as redes de ensino, observa-se que as maiores taxas estão na Rede Municipal, excetuando-se o 9º ano dos anos finais, cuja taxa é maior na Rede Estadual de Ensino.

As análises de dados registrados nesse documento dão conta que o maior desafio de Penha junto ao atendimento ao Ensino Fundamental, é a reprovação, especialmente, na Rede Municipal de Ensino, aonde se pode constatar que há um índice de reprovação de 5,9% nos anos iniciais e 10,6% nos anos finais.

No que se refere ao total de estudantes do Ensino Fundamental no âmbito do município, verifica-se que os anos iniciais atendem a 60,04% de todas as matrículas desse nível de ensino. Constata-se na tabela abaixo que a Rede Municipal de Ensino atende 74,96% desses estudantes.

Dependência	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental– 2014	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Estadual	463	826
Municipal	1533	529
Privada	49	6
Total	2045	1361

Tabela 5– Matrícula do Ensino Fundamental em 2014, por dependência administrativa. Fonte: Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 2

2.1 Providenciar estudos no sentido de quantificar a demanda de estudantes no Ensino Fundamental a fim de ampliar o atendimento às crianças de 6 a 14 anos, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

2.1.1 Regularizar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, até o final da vigência deste plano, em 90%, o fluxo escolar, implementando políticas que garantam o direito ao Ensino Fundamental, reduzindo a reprovação, enfrentando os fatores que provocam a evasão e garantindo, enfim, efetiva aprendizagem e desenvolvimento humano.

2.2 Pactuar entre a União, o Estado de Santa Catarina e os Municípios que compõem a região da AMFRI, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.3 Providenciar estudos para quantificar a necessidade de reforço escolar e atendimento educacional especializado (AEE) para estudantes do Ensino Fundamental com a finalidade de implantar projetos que atendam estas especificidades.

2.3.1 Garantir, no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, as necessidades previstas no item anterior, com profissionais habilitados para tal, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

2.3.2 Assegurar a recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de estudantes com déficit de rendimento escolar a ser previsto no Projeto Político Pedagógico das escolas pertencentes a cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, através do apoio pedagógico e o atendimento de AEE.

2.4 Fortalecer, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

- 2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades com vulnerabilidade social.
- 2.7 Disciplinar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 2.8 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.
- 2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos.
- 2.9.1 Assegurar a participação efetiva da comunidade na gestão das escolas, por intermédio de conselhos escolares ou órgãos equivalentes, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.
- 2.9.2 Incentivar momentos de integração por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- 2.10 Garantir o atendimento específico às populações do campo, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.
- 2.11 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 2.12 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.
- 2.13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo às habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional.
- 2.13.1 Garantir a previsão no calendário escolar anual das atividades esportivas e desportivas que fazem parte do calendário do município.
- 2.14 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal e estadual de ensino para atender o público da educação especial.
- 2.14.1 Implementar, através da Coordenação do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, a partir da vigência desse Plano Municipal de Educação, projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com ênfase nas questões de higiene, educação sexual, gravidez na adolescência, drogas, saúde bucal entre outros.
- 2.15 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.
- 2.15.1 Desenvolver parcerias com órgãos públicos e privados para disponibilizar aos educandos o transporte escolar gratuito, inclusive no atendimento de aulas extraclasse.
- 2.16 Assegurar a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da agricultura familiar e ou da região da AMFRI.
- 2.17 Viabilizar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.
- 2.18 Implementar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, em todas as unidades escolares, bibliotecas, biblioteca virtual, com equipamentos, espaços adequados, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.
- 2.19 Oferecer, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, assegurando o transporte escolar dos educandos.
- 2.20 Otimizar, em regime de colaboração com todas as esferas do poder público, programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.
- 2.21 Garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando igualdade de condições para acesso e permanência no Ensino Fundamental.
- 2.22 Garantir a implementação de proposta pedagógica no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.
- 2.23 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha, a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.
- 2.23.1 Estabelecer critérios de avaliação a fim de verificar a possibilidade da inclusão de determinadas síndromes severas que precisam de um acompanhamento adequado e que atendam as necessidades específicas.
- 2.24 Definir até o 2º (segundo) ano de vigência desse Plano Municipal de Educação, dispositivo que trata do número de estudantes por turma, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta educação básica em Penha.

### META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Para o atendimento da primeira parte da meta 3 do Plano Nacional de Educação, observa-se que o município de Penha ainda precisa atender 19,4% da população de 15 a 17 anos no ensino médio até 2016; atualmente, observa-se um índice de 80,6%. Para se alcançar a segunda parte da meta que pressupõe elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% será necessário um crescimento anual de 4,7% nas taxas de matrículas, perfazendo um total de 9,4% até o final da vigência do Plano de Educação de Penha.

Segundo o Censo de 2010, a população de 15 a 17 anos em Penha registra 1.266 pessoas. Consta-se total de desequilíbrio entre os moradores das áreas urbana e rural do município e são distribuídas segundo a localização da seguinte forma:

Gráfico 7– Localização das Escolas de ensino médio em Penha. Fonte: Inep



Quando se observa a matrícula dos estudantes, constata-se que a oferta de ensino médio é exclusivamente na área urbana de Penha. A taxa total de aprovação no ensino médio é 78,8%. Ao analisar as taxas por turma nesse nível de ensino constata-se que a menor taxa de aprovação ocorre no 1º ano (72,7%), seguido do 2º ano (80,6%) e a maior taxa de aprovação ocorre no 3º ano com taxa de aprovação de 88,1%.

Inversamente às taxas de aprovação no ensino médio, a reprovação tem maior incidência no 1º ano atingindo a taxa de 22% enquanto no 2º ano é de 12,2%, e no 3º ano a taxa de reprovação é de 10,3%. Chama a atenção, a taxa de reprovação no 1º ano, uma vez que resulta na soma das turmas de 2º e 3º anos. São índices altos que somam a taxa total de 16,3%.

As taxas de abandono totalizam 4,9% no ensino médio de Penha. O abandono acontece em todas as turmas do ensino médio e o maior índice registra-se no 2º ano, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 8– Taxa total de abandono no ensino médio em Penha. Fonte: Inep

A taxa total de distorção idade/série no ensino médio de Penha é de 17,7%. O gráfico a seguir apresenta as taxas por série.

Gráfico 9– Taxa Distorção Idade-Série ensino médio em Penha/2014. Fonte: Inep

Em 2013, o País registrou 29,5% dos estudantes matriculados no ensino médio com distorção idade-série. Na Região Sul esse percentual cai para 22,6% e em Santa Catarina é igual a 16,4%, portanto as taxas apresentadas no município de Penha chamam a atenção e preocupam uma vez que só o 1º ano apresenta taxa equivalente de todo o sul do país como se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 10– Taxas totais de distorção idade/série por dependência administrativa. Fonte: Inep

Um fato que reforça a preocupação com o ensino médio é que analisando a trajetória das taxas de distorção idade/série, constata-se que há uma constância nas taxas o que leva a concluir que pouco se fez efetivamente até o momento para dirimir a situação que desqualifica as aprendizagens e distancia o município de elevar as taxas de escolarização para essa faixa da população.

Gráfico 11– Evolução da taxa de distorção idade/série no ensino médio de Penha. Fonte: Inep

As taxas de abandono e reprovação permitem constatar que os dois são fatores que contribuem para a elevação das taxas de distorção idade/série, porém, no 1º ano o índice mais impactante é a reprovação e o no 2º ano, o fator de maior impacto é o abandono.

Outro fator importante a ser destacado nesse diagnóstico é que o percentual de estudantes do ensino médio que estudam no período diurno em Penha é maior que o período noturno, porém, há que se destacar que os estudantes que tem saído do período vespertino nos últimos anos parecem ter migrado para o ensino noturno tem aumentado o percentual de estudantes nesse período como se comprova na tabela que segue.

ANO	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO			
2007	33%	290	11,7%	103	55,3%	486
2008	35,8%	318	10,7%	95	53,5%	476
2009	37,5%	353	11%	104	51,5%	485
2010	49,5%	498	9,6%	97	40,9%	412
2011	53%	581	10,4%	114	36,6%	401
2012	58,2%	678	6,4%	74	35,5%	413
2013	54,6%	704	3,2%	41	42,2%	544

Tabela 6– Distribuição dos estudantes do ensino médio por período. Fonte: Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 3

3.1 Cumprir as diretrizes elaboradas pelas instâncias Federal e Estadual, respectivamente.

3.2 Acompanhar as determinações dos pactos realizados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do art. 7º da Lei Nacional nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Estimular a “Escola Aberta” como espaço de divulgação de conhecimento, cultura e prática desportiva junto aos estudantes do ensino médio em Penha.

3.4 Apoiar e estimular programas em busca da diminuição dos índices de distorção idade/série junto a todas as turmas de ensino médio.

3.5 Dentro da esfera municipal, promover a universalização do ensino médio, conforme determinado pelas diretrizes emitidas pelo Governo Federal.

3.6 Estimular a promoção da expansão de matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades regionais e com especial atenção às minorias sociais e populações em situação de vulnerabilidade social.

3.7 Acompanhar e colaborar com o monitoramento para garantia do acesso e permanência escolar em instituições da rede oficial de ensino dos beneficiários de programas sociais do Governo Federal e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

3.8 Fomentar a promoção da busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola em articulação com os serviços de: assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude em conformidade com o determinado pelo Governo Federal.

3.9 Promover e estimular a participação em programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, dentro do âmbito municipal, em conformidade com as diretrizes do Governo Federal.

3.10 À medida que se diagnostique a necessidade, incentivar a promoção do redimensionamento da oferta de vagas para o ensino médio diurno e noturno, bem como a oferta de escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda.

3.11 Apoiar a promoção da busca de alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade do ensino, aos jovens oriundos de

famílias que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.12 Estabelecer parcerias para a realização de ações que promovam a igualdade, com vistas a minimizar situações de exclusão social e consequentemente de evasão escolar.

3.13 Estimular no ambiente escolar a participação de crianças e adolescentes em Olimpíadas e Cursos de áreas científicas e tecnológicas.

#### META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Em 2013, o Estado de Santa Catarina registrou 22.398 matrículas de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na educação básica: 1.554 matrículas na zona rural e 20.844 na zona urbana.

Destas matrículas, 94,1% estão em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA, representando um avanço significativo na garantia dos direitos dessa população. Além disso, a rede pública de ensino é majoritária na oferta.

O município de Penha precisa ampliar o atendimento da modalidade da educação especial em 11,7%.

Figura 8– Indicador da Meta 4. Fonte: MEC

Registram-se em 2013, 86 matrículas de pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação incluídas na educação básica em Penha. A distribuição das matrículas se dá em todos os níveis e modalidades de ensino.

A tabela abaixo indica que nos quatro últimos anos analisados houve o maior percentual de atendimento junto as classes comuns do ensino regular em todas as redes de ensino.

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns			
	%	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula
2007	0%	0	79,2%	61	20,8%	16
2008	0%	0	63,5%	54	36,5%	31
2009	0%	0	0%	0	100%	30
2010	0%	0	4,7%	2	95,3%	41
2011	0%	0	5,3%	4	94,7%	71
2012	0%	0	4,3%	4	95,7%	90
2013	0%	0	3,5%	3	96,5%	83

Tabela 7 – Distribuição da oferta de educação especial em Penha. Fonte: MEC/Inep

No que se refere a oferta alunos constata-se que o maior número de oferta se dá na rede municipal de ensino que tem o maior número de matrículas na Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais.

Observa-se que 100% das salas de recursos multifuncionais estão na área urbana do município e, a situação das salas de recursos multifuncionais em Penha se apresenta da seguinte forma:

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso			
	%	Total	%	Total	%	Total
2009	0%	0	0%	0	0%	0
2010	0%	0	0%	0	0%	0
2011	7,4%	2	3,7%	1	3,7%	1
2012	10,3%	3	6,9%	2	3,4%	1
2013	6,9%	2	6,9%	2	0%	0

Tabela 8– Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso em Penha. Fonte: MEC/Inep

Também se constata que há variedade de deficiências atendidas na educação especial de Penha. O destaque é para a deficiência intelectual que mantém constância nos últimos anos, como se pode verificar na tabela a seguir.

Ano	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Deficiência auditiva	Surdo cegueira	Deficiência intelectual	Deficiência física	Deficiência múltipla	Transtorno global do desenvolvimento	Altas habilidades/superdotação										
2009	0%	0	0%	0	50%	1	0%	0	0%	0	65,2%	15	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
2010	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	40,9%	9	0%	0	0%	0	50%	2	0%	0
2011	50%	1	50%	4	0%	0	33,3%	1	0%	0	42,6%	20	27,8%	5	60%	6	33,3%	2	0%	0

2012	50%	1	28,6%	2	33,3%	1	33,3%	1	0%	0	46,4%	26	29,4%	5	55,6%	5	57,1%	4	0%	0
2013	0%	0	50%	2	0%	0	25%	1	0%	0	45,5%	25	6,3%	1	0%	0	71,4%	5	0%	0

Tabela 9– Deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em Penha. Fonte: MEC

Analisando os dados municipais de matrícula da educação especial (alunos de Escolas Especiais, classes especiais e incluídos), no ano de 2014 até o mês de maio, segundo fontes do Inep, a oferta de matrículas registra 100 crianças.

Educação Especial (alunos de Escolas Especiais, classes especiais e incluídos)								
Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Educação Profissional Nível Técnico	EJA Fundamental	EJA Médio
Estadual	0	0	11	10	10	0	0	1
Municipal	0	8	25	23	0	0	6	0
Privada	0	4	2	0	0	0	0	0

Tabela 10– Número de alunos matriculados na educação especial: Fonte: Inep/2014

Ou seja, o município de Penha já alcançou o percentual de 95,46%, ficando como desafio ainda, a ampliação da rede escolar no percentual de 4,54%.

#### ESTRATÉGIAS DA META 4

4.1 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade de Atendimento Educacional Especializado, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.2 Promover, no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, doenças raras, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3 Assegurar ao longo deste Plano Municipal de Educação, o funcionamento, manutenção e implantação de salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.4.1 Proporcionar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, formação especializada aos profissionais que atuam na educação especial.

4.5 Criar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, um polo com equipe multifuncional especializada para atender aos educandos e orientar o trabalho nas salas de recursos multifuncionais, bem como, desenvolver pesquisas e prestar assessoria aos professores e a comunidade.

4.6 Manter e ampliar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Art. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.8 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Estabelecer parcerias para incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos



estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Apoiar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens, adultos e APAEs das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Oferecer, no âmbito de cada sistema de ensino, atendimento educacional especializado, identificado por meio de procedimento educacional específico de cada rede de ensino, aos alunos com deficiências físicas, intelectuais e sensoriais, alunos com transtornos globais do desenvolvimento, aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição, ainda, alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

4.14 Estabelecer ações intergovernamentais para definir indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.15 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação e Mestrado, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.19 Garantir que as escolas de educação básica, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.20 Desenvolver e consolidar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

4.21 Ampliar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.22 Disponibilizar, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta essa modalidade de educação em Penha, recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

## META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Penha já atingiu a meta referente a alfabetização até os 08 de anos de idade, ou seja, já atingiu 44,5% de taxa de alfabetização em leitura, 30,1% na escrita e 33,3% em matemática, entre as crianças que concluem o 3º ano do Ensino Fundamental, segundo os dados de 2012 do MEC.

A avaliação do gráfico constata que a maior média de notas em Penha, se dá na proficiência de leitura com média total de 48,6% no nível 3. A menor média de notas também está na proficiência de escrita no nível 4.

Gráfico 12– % dos níveis de Proficiência em Penha – ANA/2013. Fonte: MEC/Simec

Observa-se no gráfico acima que a Rede Municipal de Ensino tem melhor desempenho em leitura e escrita. Em Matemática há leve vantagem para a Rede Estadual de Ensino. Constata-se ainda que em leitura os melhores percentuais estão no nível 3.

Os resultados por unidade escolar estão especificados nas tabelas abaixo:

Tabela 11– Resultados da ANA/2013. Fonte: SIMEC

## ESTRATÉGIAS DA META 5

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

5.2 Criar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação nacionais periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando

medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, com recursos educacionais abertos.

5.5 Propiciar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Assegurar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento, de acordo com a identidade cultural de cada comunidade.

5.7 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre Instituições de Ensino Superior e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Criar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

5.10 Efetivar, no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, programas de incentivo à leitura, em parceria com os sistemas de ensino que atuam em Penha.

#### META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos alunos da educação básica.

Os dados de Penha sobre a meta 6 que se refere a oferta de educação em tempo integral são bem favoráveis. Os percentuais municipais são superiores aos sugeridos no Plano Nacional de Educação, uma vez que o município oferta educação em tempo integral em 79,2% das unidades escolares, segundo dados do Censo Escolar de 2013.

O município está 29,2% acima da meta nacional no que se refere a quantidade de escolas com matrícula de estudantes com, pelo menos, 7 horas em atividades escolares.

Porém, quando a meta determina que haja 25% de estudantes com jornada mínima de 7 horas de atividades escolares ao dia, Penha indica um percentual de 20,9%; ou seja, precisa-se ainda, alcançar o percentual de 4,1% de estudantes em tempo integral até o final da vigência do Plano Municipal de Educação.

Ao observar o percentual de oferta da educação em tempo integral por dependência administrativa, constata-se que as escolas das redes públicas apresentam uma tímida evolução e, as escolas particulares reduziram a oferta de educação em tempo integral em mais de 50% em três anos.

Gráfico 13– Educação em Tempo Integral por dependência administrativa. Fonte: Inep

Dados do Inep indicam que as escolas que ofertam atividades em tempo integral estão distribuídas entre os níveis da Educação Infantil – com mais evidência para a etapa de creche e, Ensino Fundamental tanto nos anos iniciais como finais, com equilíbrio de oferta entre essas etapas. Não há oferta de tempo integral para os estudantes do ensino médio o que determina ser esse nível de ensino o grande desafio da meta 6 na próxima década.

#### ESTRATÉGIAS DA META 6

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

6.2 Instituir, em regime de colaboração com a União, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir em regime de colaboração com a União, elaborando no prazo de validade deste Plano Municipal de Educação, padrões mínimos de infraestrutura, necessários à melhoria da qualidade da educação básica que abranjam espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança, temperatura ambiente, instalações sanitárias e para higiene, espaços para a prática da cultura corporal (danças, esportes e outros), biblioteca e merenda escolar; adaptação dos edifícios escolares para o atendimento aos alunos com deficiência, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos, serviço de reprodução de textos, laboratórios, salas ambientes, telefone, informática e equipamento multimídia para o ensino.

6.4 Articular, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, as unidades de ensino com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica em cada sistema de ensino, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.7 Atender às escolas do campo, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta gradativa de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.8 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, gradativamente a educação em tempo integral para pessoas com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.9 Adotar medidas gradativas, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, para otimizar o tempo de permanência dos estudantes nas unidades de ensino, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.10 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

#### META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Observa-se que, com relação ao Ideb no Brasil, os anos iniciais tiveram superação das metas, com menor índice de melhora nas escolas particulares.

No que se refere aos anos finais, nenhuma das redes de ensino alcançou as metas estabelecidas para serem alcançadas em 2013.

Tabela 12– Quadro comparativo do Ideb por dependência administrativa. Fonte: Inep.

Ao verificar a meta nacional e cruzar os dados com os índices de Penha, constata-se que a nota do Ideb, apresenta melhor resultado nos anos iniciais nas duas redes de ensino.

Porém, ao analisar os resultados do Ideb dos anos finais constata-se que a Rede Estadual de Ensino junto tem melhor desempenho. Vale ainda ressaltar que o resultado dos anos finais do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino decaiu em 2013.

Gráfico 14– Comparativo por rede de ensino das notas do Ideb. Fonte: Inep

No que se refere a porcentagem de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado na Prova Brasil, Penha apresenta um quadro evolutivo dos percentuais, chegando a quase 60% em Português, porém em Matemática, registra-se queda de percentual no ano de 2013 como se observa na tabela a seguir:

ANO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
2005	19%	10,2%
2007	32%	25,8%
2009	33,1%	32,9%
2011	57,1%	51,3%
2013	56,2%	46,7%

Tabela 13– Pontuação acima do nível considerado adequado na Prova Brasil – 5º ano. Fonte: Inep

No que se refere a porcentagem de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado na Prova Brasil Penha apresenta um quadro que evolui, porém, apresenta discrepâncias entre as disciplinas de Português que evolui gradativamente mesmo sem ter atingido ainda 50% dos estudantes.

O grande desafio é a disciplina de Matemática que apresenta percentuais que oscilam negativamente nos resultados das avaliações e ainda não conseguiram voltar aos 10%, alcançados em 2009 indicando que Penha necessita empreender esforços pedagógicos para melhor atender a essa etapa da escolarização.

ANO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
2005	12,6%	5,6%
2007	16,0%	9,8%
2009	22,1%	10,3%
2011	24,0%	8,7%
2013	26,7%	7,9%

Tabela 14– Pontuação acima do nível considerado adequado na Prova Brasil – 9º ano. Fonte: Inep

#### ESTRATÉGIAS DA META 7

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que:

7.2.1) No quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de

aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.2.2) No último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, todos os estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, no prazo de 3 anos, em colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e os Municípios da AMFRI, um conjunto Municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Assegurar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, o processo contínuo de autoavaliação das Unidades de Ensino, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar, durante todo o prazo de vigência desse Plano Municipal de Educação, Planos de Ações Articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.6 Utilizar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio e os resultados das avaliações nacionais nas escolas e redes de ensino que ofertam educação básica em Penha, para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

7.7 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.8 Articular as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, as diferenças entre as médias dos índices das Unidades Escolares do Município.

7.9 Divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino do Município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, e a transparência e o acesso público às informações.

7.10 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.11 Incentivar o desenvolvimento, a seleção, a certificação e a divulgação de tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.12 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.13 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.14 Universalizar, em colaboração com a União, Estado de Santa Catarina e o Município de Penha até o quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.15 Garantir a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos oriundos da União, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.16 Executar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.17 Assegurar a todas as escolas públicas municipais de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos; garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.18 Aderir em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.19 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre a União, Estado de Santa Catarina e o Município de Penha para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive à internet.

7.20 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.21 Participar em regime de colaboração com a União, o Estado de Santa Catarina e os Municípios da AMFRI, na elaboração dos parâmetros de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.22 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.23 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura da paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.24 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito de cada



sistema de ensino que atua em Penha.

7.25 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, que os currículos escolares contenham conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.26 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, quando necessário, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade, na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.27 Desenvolver, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.28 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.29 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.30 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.31 Estabelecer, no prazo de três anos a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.32 Implantar, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.33 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.34 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.35 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

7.36 Promover ações em regime de colaboração com as esferas do poder público, a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.37 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos Projetos Político-Pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.38 Reestruturar e aprimorar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, o Ensino Fundamental e ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.39 Garantir, técnica e financeiramente, no prazo de 3 anos a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, à gestão escolar/APP e Conselho Escolar mediante transferência mensal direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.40 Estimular a articulação entre instituições de Ensino Superior, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

#### META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo o MEC/Inep, Penha precisa adequar a escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos em 3,2 anos. Resultado preocupante se levar em conta os resultados de municípios vizinhos em que a média fica entre 2 e 2,5 anos.

Nos últimos 7 anos a Educação de Jovens e Adultos de Penha que atende aos segmentos populacionais considerados, com defasagem idade-série, constata-se que houve gradativa queda nas matrículas, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 15– Matrículas na EJA de alunos de 18 a 29 anos. Fonte: MEC/Inep

Ainda com base no MEC/Inep, constata-se que a adequação da escolaridade dos jovens e adultos, considerando a localidade precisa ser de aproximadamente 4,4 anos para atender a segunda parte da meta 8 desse Plano Municipal de Educação.

A tabela abaixo revela que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos de Penha são moradores da área urbana.

Ano	Urbana	Rural
2007	470	0
2008	527	0

2009	671	0
2010	698	0
2011	706	0
2012	560	0
2013	442	0

Tabela 15– Estudantes da EJA de Penha segundo a localização. Fonte: MEC/Inep

Também é grande o desafio de atender a meta no que se refere a adequação da escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos entre a parcela dos 25% mais pobres. A necessidade é de adequar a escolaridade em mais 4,3 anos.

Entre a população negra de Penha com defasagem idade/série e com idade entre 18 e 29 anos há a necessidade de atender mais 13,1% para que a escolaridade mínima, exigida nacionalmente, alcance 100% dessa população.

Os dados do censo escolar entre os anos de 2007 e 2013 revelam que boa parte da população escolar não declara cor e raça; porém, constata-se discreta diversidade etnicorracial e, portanto, necessidade de indicação de estratégias para o atendimento a essa faixa da população.

MATRÍCULAS DE EJA EM PENHA POR COR/RAÇA						
Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	170	295	3	2	0	0
2008	197	321	4	4	1	0
2009	222	437	4	8	0	0
2010	257	425	4	12	0	0
2011	283	397	5	21	0	0
2012	242	295	5	18	0	0
2013	197	229	4	12	0	0

Tabela 16– Matrículas de EJA em Penha por cor/raça. Fonte: MEC/Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 8

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, observando as especificidades dos segmentos populacionais considerados, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

8.2 Favorecer a participação em exames de certificação e conclusão do Ensino Fundamental e Médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.3 Ampliar oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.4 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de absenteísmo, em colaboração com o Estado de Santa Catarina e o Governo Federal para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.5 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

8.6 Estabelecer parceria com o Estado de Santa Catarina e o Governo Federal para a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens com atividades ligadas à área marítima, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

## META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

No que se refere à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até o final da vigência do Plano Municipal de Educação, constata-se que Penha, já superou a meta nacional atingindo em 2013 quando o percentual de alfabetização junto a população de 15 anos ou mais de idade, alcançou 96,5%, segundo dados do Inep.

No que se refere a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, constata-se que a média de Penha também está acima da meta nacional do Plano Nacional de Educação e acima dos percentuais do Estado de Santa Catarina e da região do Vale do Itajaí, superando a meta proposta em 11,2%. Porém, não é a totalidade o que indica que há sim, que se planejar ações para alcançar 100% da taxa de alfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Os dados de matrícula da Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino de Penha revelam que maior parcela dos estudantes dessa modalidade de ensino tem entre 18 e 29 anos, porém, há também muitos estudantes adultos com idade entre 30 e 59 anos como revela a tabela abaixo.

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	1.032	152	461	392	27
2008	1.042	109	527	395	11
2009	1.244	168	671	400	5
2010	1.317	154	698	457	8
2011	1.370	176	706	479	9
2012	1.170	162	560	436	12
2013	893	120	442	325	6

Tabela 17– Matrículas da EJA na Rede Pública de Ensino de Penha. Fonte: MEC/Inep

Em 2013 registra-se redução total de 13,46% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos e se constata que a redução acontece junto a todas as faixas etárias que são público alvo dessa modalidade de ensino. Por faixa etária a redução do atendimento se registra com os seguintes percentuais:

Gráfico 16– % de redução das matrículas de EJA em Penha. Fonte: Inep

A menor redução acontece entre os estudantes com idades entre 18 e 29 anos. Porém, há que se destacar que entre os estudantes com idade até 17 anos o percentual de redução ficou somente em 21%; o que revela que ainda precisa haver maior regularidade e controle da distorção idade/série entre os estudantes do ensino fundamental e médio.

Os dados ainda revelam que 26,5% dos estudantes dessa modalidade de ensino utilizam transporte escolar e verifica-se que a oferta da EJA para o Ensino Fundamental e Médio, ocorre com 51,5% estudando no período diurno e 48,5% período noturno. Entre as etapas do ensino fundamental e médio por turno constata-se a matrícula por turno da seguinte forma:

Gráfico 17– Oferta de EJA em Penha por turno em 2013. Fonte: Inep

A taxa de analfabetismo em Penha, a partir do censo de 2010, é de 4,06%, sendo minimamente maior entre os homens com taxa de 4,06% contra 4,05% entre as mulheres.

## ESTRATÉGIAS DA META 9

- 9.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.
- 9.3 Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha em parceria com organizações da sociedade civil.
- 9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.
- 9.5 Aderir ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.
- 9.6 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.
- 9.7 Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.
- 9.8 Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos.
- 9.9 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 9.10 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.
- 9.11 Ampliar, reelaborar e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.
- 9.12 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.
- 9.13 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades, interesses e especificidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.
- 9.14 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade, incluindo os bairros isolados, para garantir e ampliar políticas públicas que oportunizem o acesso e a permanência a jovens, adultos, idosos e entidades que atendam grupos que estejam privados da inserção social desta modalidade da educação básica.
- 9.15 Realizar fóruns e/ou seminários para levantamento, avaliação e divulgação de experiências em Educação de Jovens e Adultos, bem como para avaliação dos programas de EJA, assegurando o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação, a partir do primeiro ano deste plano, com, pelo menos, uma periodicidade anual.

## META 10



Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente em Santa Catarina. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Na rede pública, o total de matrículas na Educação Profissional tem aumentado, contudo, quando analisado por forma de articulação e dependência administrativa, constata-se oscilações entre os anos observados. O mesmo ocorre com as escolas particulares que, no entanto, de 2012 para 2013, apresentou um crescimento significativo, bem superior ao da rede pública, entende-se que isto tenha relação, em parte, pela parceria do poder público (federal e estadual) com o Sistema S e escolas privadas. Isto é resultado de um programa nacional em que são oferecidas matrículas gratuitas para o estudante devidamente matriculado no ensino médio da rede pública.

Em relação à Meta 10 do Plano Municipal de Educação que determina a oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional, constata-se que Penha está com um percentual de 0%. A Educação de Jovens e Adultos está voltada apenas para a educação básica e não Profissionalizante.

Essa meta é para Penha um desafio tão grande quanto para todo o país. Teremos que oportunizar educação profissional aos estudantes; o que será um fato novo haja vista que nunca houve a oferta dessa modalidade de ensino no âmbito do município por nenhuma rede de ensino ou instituição particular.

## ESTRATÉGIAS DA META 10

10.1 Aderir, participar e oportunizar parcerias com o Programa Nacional de Integração da educação básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Apoiar o fomento para a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes (na modalidade: presencial e semipresencial), inclusive na modalidade de educação distância para marítimos e caminhoneiros.

10.4 Estabelecer parcerias para ampliar as oportunidades profissionais dos Jovens e Adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.

10.5 Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Reestruturar o currículo da Educação de Jovens e Adultos, voltado para a diversidade, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses educandos.

10.7 Estimular a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8 Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.

10.9 Propiciar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.10 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.

10.11 Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrado à educação profissional.

10.12 Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível e médio.

10.13 Expandir as matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

## META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada da seguinte forma:

Gráfico 18– Matrículas da Educação Profissional de Ensino Médio em 2013. Fonte: Inep

É o Estado da Região Sul com menor número de matrículas nesta modalidade. As escolas particulares de Santa Catarina são detentoras de 56,7% do total de matrículas e se observa que por dependência administrativa a organização no âmbito do Estado se faz da seguinte forma:

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA EM 2013	
Matrículas da Educação na Rede Estadual	13.951

Matrículas da Educação na Rede Federal	12.392
Matrículas nas Escolas Particulares	34.519

Tabela 18– Matrículas da Educação Profissional em Santa Catarina em 2013. Fonte: Inep

As matrículas estão distribuídas em 191 unidades escolares, sendo 73 estaduais, 30 federais e 88 particulares. 18 dessas escolas são localizadas em áreas rurais.

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente no Estado. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o ensino médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Em Penha não há atendimento nessa modalidade de ensino tornando a meta 11 um grande desafio para a educação pública no âmbito do município no próximo decênio.

## ESTRATÉGIAS DA META 11

11.1 Apoiar a promoção de políticas públicas de expansão das matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

11.2 Apoiar e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas de oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.

11.3 Incentivar a realização de políticas públicas de expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade conforme as diretrizes do Governo Federal.

11.4 Apoiar a oferta, dentro das peculiaridades de cada instituição educacional, de expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio regular e de Educação Jovens e Adultos.

11.5 Incentivar a promoção da oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.6 Estabelecer parcerias para ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

11.7 Acompanhar a determinação das instâncias superiores no sentido de expandir a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida em instituições privadas de educação superior.

11.8 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada.

11.9 Apoiar, conforme as diretrizes do Governo Federal, a promoção da expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.10 Apoiar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com necessidades educativas especiais.

11.11 Apoiar a proposta das instâncias superiores de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública Federal e Estadual.

11.12 Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.13 Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades etnicorraciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

11.14 Apoiar a consulta aos dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

## META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Santa Catarina contabilizou, a partir do Censo do Ensino Superior de 2012, o seguinte quadro de oferta no âmbito estadual:

Gráfico 19– Organização Acadêmica do Ensino Superior em Santa Catarina, 2012. Fonte: INEP

Dentre as 99 Instituições de Ensino Superior, 81,8% pertencem ao setor privado. Ou seja, a grande maioria dos catarinenses precisa arcar com os custos da formação em nível acadêmico.

Gráfico 20– Matrículas do Ensino Superior por dependência Administrativa/SC. Fonte: Inep.

Da população matriculada no Ensino Superior em 2012, a maioria (56,2%) está na faixa etária recomendada para este nível de ensino (18 a 24 anos), representando 158.793 jovens. Das 1.418 matrículas de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a maioria tem deficiência física (449) e baixa visão (416).

Das matrículas nos cursos de graduação 53,7% são do setor privado e 46,3% da rede pública. Ressalta-se ainda que 23,1% dos cursos são ofertados na modalidade presencial e 76,9% na modalidade a distância; além disso, dos cursos de graduação presenciais e a distância, 67,5% são de bacharelado, 17% de licenciatura e 15% de tecnólogo.

Gráfico 21– Matrículas por Cursos no Ensino Superior SC. Fonte: Inep

No que se refere à procedência das matrículas para os cursos de Ensino Superior, observa-se que 49% das matrículas são de escolas públicas, 24% das matrículas são de escolas privadas e 27% das matrículas não tem procedência informada.

Gráfico 22– Procedência das matrículas do Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

Outro dado relevante a ser considerado é que 67% das matrículas de ensino superior são feitas no período noturno e destas, 31% são nas escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

Gráfico 23– Matrículas por período no Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

O aumento no total de matrículas da graduação é um indicativo de que está ocorrendo a expansão da oferta e mais pessoas estão tendo acesso ao ensino superior. Porém, mesmo considerando tais avanços o ensino superior, assim como a educação básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes.

Em Santa Catarina, dentre os desafios a serem alcançados está a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, até o final da vigência deste Plano.

Figura 9– Taxa de Escolarização do Ensino Superior - População entre 18 e 24 anos/SC/2013.

Considerando que a taxa bruta de matrícula no ensino superior é igual a 37,7%, Santa Catarina supera, proporcionalmente, os percentuais do Brasil (30,2%) e da Região Sul (36,8%). Além disso, seguindo a tendência do total de matrículas, tem conseguido aumentar este percentual gradativamente. Mesmo com algumas oscilações no percurso, aumentou 12,3 pontos percentuais em 12 anos (comparativo de 2012 com 2001).

Contudo, para atingir a meta de 55%, não basta repetir o feito dos últimos anos, serão necessários maiores esforços e investimentos, uma vez que terá que aumentar 17,3 pontos percentuais até o final da vigência deste Plano.

Com relação à taxa líquida de matrícula no Ensino Superior, Santa Catarina também apresenta percentuais maiores que o Brasil (15,4%) e a Região Sul (20,1%), cerca de 22,5%.

Por conta dos problemas de fluxo escolar apresentados na educação básica e devido a outras dificuldades enfrentadas pela população vulnerável para ingressar no Ensino Superior, a taxa líquida de matrícula está muito distante do ideal e seu crescimento está longe de ser linear.

Figura 10– Escolarização Líquida do Ensino Superior entre a População entre 18 e 24 anos - SC/2013

Para chegar a uma taxa líquida de 40% da população de 18 a 24 anos de idade no Ensino Superior, será necessário definir estratégias e ações que envolvam todos os níveis de ensino, voltados para a correção da distorção idade/série e, sobretudo, para as oportunidades de acesso e permanência na escola de educação básica e no Ensino Superior.

## ESTRATÉGIAS DA META 12

12.1 Propor a oferta de ensino superior no município a partir de parcerias.

12.1.1 Realizar a manutenção das instalações, conforme as ações relacionadas no item 12.1.

12.1.2 Formalizar estruturas e conselhos municipais com vistas à elaboração de políticas públicas educacionais, especificamente no que diz respeito ao acompanhamento da oferta do ensino superior.

12.2 Mediante parceria com Institutos Federais de Ensino, propor a abertura de Polos com oferta de cursos em nível Pós-Médio e de formação Tecnológica, com ênfase em atividades industriais, fabris, de fomento ao turismo e pesqueiras, evidenciando a vocação local.

12.3 Estimular, dentro da busca pela educação superior, a formação de licenciados visando suprir a necessidade de profissionais com formação de qualidade atuando neste segmento.

12.3.1 Divulgar possibilidades de acesso ao ensino gratuito e de qualidade, a exemplo da Plataforma Freire.

12.3.2 Sugerir a implantação de teste vocacional antes de encaminhar candidatos ao ensino superior para a formação em Licenciatura.

12.4 Informar aos discentes sobre programas sociais e meios de acesso e permanência no ensino superior garantido a todos, através de programas e ações governamentais.

12.4.1 Estimular a participação em olimpíadas educacionais como forma de incentivo à vivência das Ciências de distintas áreas de conhecimento e cultura geral, prestação de serviço voluntário e serviços comunitários.

12.4.2 Fomentar a prática de ações inclusivas no cotidiano escolar com vistas ao desenvolvimento de boas práticas sociais e do sentimento de igualdade, respeitadas as peculiaridades e limitações do outro.

12.5 Priorizar as ações que contemplem função social e aplicação nas comunidades, ao se considerar que a base da educação superior se sustenta no ensino, pesquisa e extensão.

12.6 Oferecer vagas para a Prática Supervisionada em cursos de educação superior nas diversas áreas de conhecimento nas Instituições Educacionais das redes oficiais de ensino que atuam em Penha.

12.7 Proporcionar aos grupos em situação de vulnerabilidade social, acesso aos programas sociais oferecidos pelas diferentes esferas governamentais, a exemplo das bolsas e demais benefícios.

12.8 Acompanhar o estabelecimento de ações que garantam condições de acessibilidade nas Instituições de educação superior, com amparo legal em conformidade com a União.

12.9 Apoiar a adequação de estudos e pesquisas que considerem as necessidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária, a partir do diagnóstico das necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

12.10 Estimular a participação em programas educacionais extraclasse como forma de oferecer um diferencial, visando uma formação além do oferecido nos bancos escolares em nível básico e/ou superior.

12.11 Estimular, dentro da busca pela educação superior, a formação de Licenciados visando suprir a necessidade de profissionais com formação de qualidade atuando neste segmento.

12.11.1 Divulgar possibilidades de acesso ao ensino gratuito e de qualidade, a exemplo da Plataforma Freire.

12.12 Contribuir na difusão e utilização dos acervos digitais de referências, como suporte ao material de consulta, garantindo a acessibilidade e fomentando a pesquisa.

## META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

De maneira geral a porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior de Santa Catarina atinge a média de 60,6%. Também é possível constatar no quadro abaixo que há uma elevação gradual nesse percentual geral:

Ano	Total
2002	52,9
2003	56,5
2004	54,7
2005	57,2
2006	57,7
2007	58,8
2008	60,6
2009	61,6
2010	63,8
2011	65,5
2012	68,9
2013	69,5

Tabela 19– % total de mestres e doutores no Ensino Superior/SC/2013. Fonte: Inep

Quando se observa a formação de professores por organização acadêmica, constata-se que a menor média decenal de mestres e doutores está nos Centros universitários com percentual de 49,11%. A tabela abaixo ainda indica que a maior média é das universidades com percentual de 64,5%.

Ano	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
2002	54,1	37,6	50,1	12,2
2003	58,5	41,4	53,5	37,2
2004	56,8	43	54,4	37,7
2005	60,9	39	54,4	41,4
2006	62,4	42,7	52,7	39
2007	64,8	43,3	54,2	33,2
2008	66	49,6	50	55,3
2009	66,7	47,9	51,9	73,5
2010	68,6	51,3	54	79,6
2011	70,1	58,6	53,8	82,9
2012	73	66	55,5	86,1
2013	72,7	69	55,6	85,3

Tabela 20 – % total de mestres e doutores por organização acadêmica no Ensino Superior/SC/2013. Fonte: Inep

Quando se observa o percentual de mestres e doutores nas redes de ensino constata-se que em Santa Catarina as instituições públicas de ensino superior contabilizam 73,6% da formação prevista no Plano Nacional de Educação; o percentual total nas instituições privadas é de 62,6%. Fazendo o recorte específico de doutores o percentual é de 26,5%.

No que se refere a taxa de conclusão nas instituições de ensino superior, observa-se no gráfico a seguir que a taxa de conclusão é maior nas escolas públicas. Outro fator importante é constatar a queda da taxa de conclusão nas instituições privadas de Ensino Superior.

Gráfico 24– Taxa de conclusão nas Instituições de Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 13

13.1 Acompanhar o estabelecimento das diretrizes nacionais que dizem respeito ao aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão, conforme determinação das instancias superiores.

13.2 Estimular a participação os exames nacionais de avaliação do Ensino Básico – Prova Brasil e ENEM, visando uma familiaridade com os processos seletivos similares em nível superior, ENADE e SINAES.

13.3 Acompanhar a realização de processos de avaliação institucional, nos moldes da Educação Superior com vistas ao aperfeiçoamento pessoal, tendo como princípio a Matriz SWOT – ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou ambiente), usada como base para gestão e planejamento estratégico.

13.4 Acompanhar os índices de Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, com vistas ao fomento do processo ensino aprendizagem.

13.5 Participar ativamente das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária de modo a contribuir para a elevação da qualidade de ensino das Instituições de Ensino Superior.

13.6 Acompanhar as alterações nos processos de ingresso à Educação Superior a partir das diretrizes e determinações das instâncias superiores.

13.7 Articular com a União e Estado, a abertura de mais vagas e regionalização da oferta da educação universitária.

13.8 Estimular a continuidade dos estudos ao nível universitário, especialização e altos estudos (Stricto Sensu) com vistas à elevação dos

resultados obtidos a partir do processo ensino aprendizagem.

13.9 Contribuir na formação inicial e continuada de profissionais técnico-administrativos da educação superior, a medida que for solicitado e oportunizado.

#### META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Outro desafio do Ensino Superior é a meta de elevar sua qualidade e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 80%, sendo, do total, no mínimo, 40% doutores, até o final da vigência deste Plano.

Figura 11– Títulos de Mestrado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

Atualmente, Santa Catarina conta com 16.802 funções docentes em efetivo exercício no Ensino Superior. Deste total, 7.254 possuem mestrado e 4.324 possuem doutorado.

Gráfico 25– Habilitação dos Professores no Ensino Superior SC/2013. Fonte: Inep

O total de mestres e doutores (11.578) representam 68,9% do total de funções docentes em exercício. Opercentual de mestres e doutores em exercício no Ensino Superior vem apresentando evolução crescente, sendo que de 2011 para 2012 houve aumento significativo de 3,4 pontos percentuais.

Figura 12– Títulos de Doutorado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

#### ESTRATÉGIAS DA META 14

14.1 Apoiar e incentivar os docentes a participação dos processos de seleção em busca financiamento educacional e concessão de bolsas de estudos.

14.2 Buscar adequação dos cursos de Pós-Graduação Stricto sensu oportunizados pelo Governo Federal de modo que sejam dirigidos às necessidades específicas de cada caso.

14.3 Apoiar a elaboração de políticas públicas que venham ao encontro das propostas das instâncias superiores de redução das desigualdades das minorias sociais para oferta de formação e qualificação profissional.

14.4 Apoiar, mediante convênios com Instituições Públicas de Ensino Superior a abertura de Polos para a criação de turmas de cursos para formação em nível de Especialização Stricto sensu.

14.5 Observar a gestão de acervos digitais de forma a promover uma otimização deste recurso como suporte teórico na formação e qualificação profissional.

14.6 Estimular a participação em cursos de Especialização Stricto Sensu considerando a necessidade de profissionais no âmbito municipal, independente da questão de gênero.

14.7 Estimular a participação em grupos de pesquisas acadêmicas e aquelas voltadas ao mercado de trabalho de modo a fomentar o crescimento do conhecimento científico.

14.8 Apoiar a oferta do o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão, ofertados pelo Governo Federal.

14.9 Acompanhar a gestão dos investimentos de instâncias superiores nas pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.

14.10 Estimular os docentes vinculados à Rede Oficial de Ensino a buscar qualificação profissional em nível de Especialização Stricto Sensu.

14.11 Apoiar a proposta das instâncias governamentais superiores no fomento ao crescimento científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs.

14.12 Apoiar a oferta de pesquisa científica e inovação, promovendo a formação de recursos humanos em busca do aproveitamento da diversidade regional.

14.13 Estimular no âmbito municipal, a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

14.14 Participar das políticas públicas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.15 Promover a oferta de bolsas de estudos de Especialização para professores e demais profissionais da educação básica da Rede Oficial de Ensino em âmbito municipal.

14.16 Favorecer o ingresso e permanência em programas de financiamento estudantil em seus diversos níveis às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

14.17 Promover o desenvolvimento e participação em de projetos de pesquisa, com especial enfoque às políticas públicas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

14.18 Promover o desenvolvimento e participação em de projetos de pesquisa e elaboração de políticas públicas educacionais, com especial enfoque a formação docente.

14.19 Promover a participação em pesquisas voltadas ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados de tais trabalhos.

#### META 15



Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ao longo dos anos Penha apresenta certa estabilidade nos percentuais de professores da educação básica com curso superior. Nos últimos 07 anos a média é de 69,11% dos professores com curso superior; desses são 65% com licenciatura e apenas 4,3% sem licenciatura. Em 2013 os percentuais são de 67,8% dos professores com curso superior, 63% com licenciatura e 4,8% sem licenciatura, porém, há que se registrar que esse último percentual diminuiu em relação ao ano de 2010 que chegou a registrar o percentual de 5,40%.

Gráfico 26 – Formação dos professores da educação básica em Penha. Fonte: Inep

Os dados ainda revelam que os professores do Ensino Fundamental são os que mais têm Ensino Superior com percentual de 72,4%. Os professores da Educação Infantil são 61,3% e os do ensino médio atingem o baixo percentual de 71,4%. Chama ainda a atenção o percentual de professores atuantes no ensino médio com somente o curso de ensino médio e que atingem o percentual de 26%. Maiores detalhes observa-se no gráfico a seguir:

Gráfico 27– Formação dos professores por nível de ensino em Penha. Fonte: MEC/Inep

Os Anos Finais do Ensino Fundamental tem menor média de professores com licenciatura na área em que atuam. Atingem a um percentual de 22,5% enquanto o ensino médio atinge 38%.

Ao observar os percentuais por disciplina, no Ensino Fundamental verifica-se que a disciplina de Artes tem baixo percentual de professores licenciados para ministrar essa área de conhecimento e, Língua Estrangeira apresenta o maior percentual de professores com licenciatura na área em que atuam seguido das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que apresentam percentuais em 23,3%.

DISCIPLINAS	Com licenciatura na área em que atuam
Língua Portuguesa	23,3%
Matemática	23,3%
História	22,2%
Geografia	14,8%
Ciências	20,7%
Educação Física	45%
Artes	9,1%
Língua Estrangeira	26,3%

Tabela 21– Licenciatura Ensino Fundamental por área de ensino/2013. Fonte: MEC/Inep

Com relação aos professores do ensino médio, ao observar os percentuais por disciplina, verifica-se que as disciplinas de Física é a que tem percentual zero de professores com licenciatura na área que atuam apesar de 100% terem curso superior.

A disciplina de Língua Estrangeira e Língua Portuguesa figuram entre as que têm o maior percentual de professores licenciados para ministrar essas áreas de conhecimento.

DISCIPLINAS	Com licenciatura na área em que atuam
Língua Portuguesa	58,3%
Matemática	28,6%
História	50%
Geografia	30%
Química	16,7%
Física	0%
Biologia	50%
Filosofia	37,5%
Educação Física	54,5%
Artes	18,2%
Língua Estrangeira	62,5%

Tabela 22– Licenciatura ensino médio por área de ensino/2013. Fonte: MEC/Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 15

15.1 Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado de Santa Catarina e os Municípios da AMFRI, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2 Implantar programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da educação básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.2.1 Garantir os programas de formação em exercício, para que assegurem a todos os trabalhadores em educação a possibilidade de adquirir qualificação, conforme legislação educacional.

15.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a profissionais da educação matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo

devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.4 Instituir, consolidar e ampliar, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, com participação dos municípios da AMFRI.

15.5 Aderir programas específicos de formação, à nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, educação especial e, grupos historicamente excluídos.

15.6 Incentivar a articulação do Estado de Santa Catarina com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do discente.

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.8 Aderir a outros programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.9 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.10 Estimular a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.11 Assegurar oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.11.1 Assegurar um mínimo de 80 horas de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, considerando o planejamento, paradas pedagógicas e grupos de estudos.

15.12 Garantir a aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, que inclua a educação das relações universais e das desigualdades, bem como os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes das redes públicas que atuam na EJA inclusive na integrada à educação profissional.

15.13 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.14 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.14.1 Oportunizar a participação em programa federal a concessão de bolsas de estudo para que os professores das diversas áreas do conhecimento das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países nos quais possam contemplar tais áreas.

15.15 Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos Profissionais da educação básica Municipal, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

#### META 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Penha ainda precisa atingir os percentuais estipulados para a meta 16. Atualmente são 36,4% dos professores da educação básica com pós-graduação. Faltam 13,4% até o final da década para que todos os professores que estão na educação básica tenham cursos de pós-graduação.

Constata-se que em 2013, há 0,5% de professores com doutorado, 0,8% dos professores são mestres e 36,3% são especialistas.

Gráfico 28– % de professores com pós-graduação em Penha. Fonte: MEC/Inep

O gráfico acima permite constatar que o maior percentual de professores com pós-graduação são profissionais atuantes na Rede Municipal de Ensino. Dentre as etapas da escolarização, os anos finais do Ensino Fundamental são os que atingem o maior percentual de profissionais com pós-graduação.

#### ESTRATÉGIAS DA META 16

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.

16.2 Consolidar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, política de formação em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras.

16.3 Criar um programa permanente definido em legislação, inclusive formas e prazos do afastamento dos professores e profissionais da educação básica, para cursar mestrado e/ou doutorado no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

16.4 Garantir e consolidar, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos, em âmbito nacional e internacional.

16.5 Ampliar e garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.6 Estimular, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

#### META 17



Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.

Conforme tabela abaixo, a média dos últimos 7 anos de professores que atuam em uma única escola é de 67,29%. Em duas escolas são 26,53% e em três estabelecimentos de ensino são 6,20%.

Constata-se, porém, que o percentual de professores que atua em 3 ou mais estabelecimentos de ensino em 2013, reduziu em relação ao ano de 2012.

QUADRO DE PROFESSORES DE PENHA POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE TRABALHAM						
Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos			
	%	Total	%	Total	%	Total
2007	63,8%	173	26,6%	72	9,6%	26
2008	62,5%	177	29%	82	8,5%	24
2009	58,8%	164	35,1%	98	6,1%	17
2010	66,7%	218	26%	85	7,3%	24
2011	70,6%	228	25,7%	83	3,7%	12
2012	72,6%	252	23,1%	80	4,3%	15
2013	76%	294	20,2%	78	3,9%	15

Tabela 23 – Professores por quantidade de escolas que trabalham. Fonte: Inep

## ESTRATÉGIAS DA META 17

17.1 Garantir, no âmbito de cada sistema público de ensino que atua em Penha, já no primeiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, criação de grupo de estudo com a representação de todos os segmentos da educação e do Conselho Municipal de Educação para a análise e revisão do Estatuto dos Profissionais da Educação e Plano de Carreira e Remuneração.

17.2 Realizar, no âmbito de cada sistema público de ensino que atua em Penha, concursos públicos para suprir as áreas defasadas com professores habilitados e reduzir o número de contratos temporários no prazo de três anos.

## META 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O município de Penha tem plano de carreira vigente para os profissionais do magistério público revisado pela última vez no ano de 2015; e, nos últimos anos tem garantido a aplicação dos recursos do Fundeb para o pagamento dos professores como prevê a lei nº 11.494/2007. Para o atendimento do artigo 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundeb e que determina a aplicação dos percentuais, cujo valor mínimo é de 60% dos valores do Fundef/Fundeb na remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Penha, verifica-se oscilação nos últimos anos, porém, sempre garantindo investimentos percentuais acima do mínimo de 60% para a remuneração do magistério, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 29– Investimento do FUNDEB em Penha. Fonte: FNDE/Siope

Observa-se que no ano de 2007 houve um aumento significativo no percentual de aplicação do Fundeb na Remuneração dos Profissionais do Magistério, mas que veio a decair nos anos seguintes.

A tabela abaixo constata que a Rede Municipal de Ensino tem um percentual superior ao da Rede Estadual no que se refere ao total de ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Constata-se ainda o registro da gradativa redução de professores efetivos nos anos de 2011, 2012 e 2013, junto a Rede Estadual de Ensino.

ANO	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL			
2011	48%	155	47,2%	111	52,5%	52
2012	38,9%	135	39,9%	97	37,9%	44
2013	37,5%	145	40,6%	110	32,5%	40

Tabela 24– Total de Professores efetivos em Penha. Fonte: MEC/Inep

Por meio da análise da tabela abaixo, constata-se ainda que em 2014, segundo dados do Censo Escolar, a melhor média de professores com curso superior é do ensino médio e, a mais carente é da modalidade de educação especial. A Rede Estadual de Ensino tem a melhor média de professores com curso superior nos níveis e modalidades de ensino que oferta.

REDE	PER-CENTUAL DE FUNÇÕES DO-CENTES COM CURSO SUPERIOR POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO									
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial				
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
Total	58,9	52,9	60,8	71	66,9	72,2	77,2	--	72	50
Público	58,9	51,7	61,6	72	68,3	72,3	77,2	--	72	--
Estadual	--	--	--	82,8	76,3	85	77,2	--	42,9	--
Municipal	58,9	51,7	61,6	65,5	65,4	57,7	--	--	83,3	--
Privada	60	100	33,3	33,3	33,3	66,7	--	--	--	50

Tabela 25– Funções docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino. Fonte: Inep/2014

## ESTRATÉGIAS DA META 18

18.1 Realizar anualmente, no mês de janeiro a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública municipal, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei 11.738/2008.

18.2 Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica atuantes em Penha, a fim de equiparar a 60%(sessenta por cento) ao final do 4º (quarto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

18.3 Garantir condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

18.4 Implantar ações, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

18.5 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

18.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes junto as redes públicas de ensino que ofertam educação básica em Penha.

18.7 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.8 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

18.9 Prever, no plano de carreira dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, incentivo para qualificação profissional, em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.10 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha;

18.11 Promover a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação do sistema público municipal que possibilitem a atualização do plano de carreira.

18.12 Implementar no plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica municipal, o gradual cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

18.13 Garantir, no plano de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de suporte pedagógico, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

18.14 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes dos Estatutos Estadual e Municipal do Magistério das redes públicas de ensino.

18.15 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação das redes públicas que ofertam educação básica em Penha.

18.16 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério das redes públicas de ensino que ofertam educação básica em Penha.

#### META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Um aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Em Santa Catarina não há um levantamento preciso sobre as formas de investidura desta função na rede pública. No entanto, os questionários da Prova Brasil/SAEB de 2011, respondidos pelas escolas públicas, indicam que apenas 3,2% realizam eleições para escolha de diretor no Estado.

A aprovação do Decreto nº 1.794/2013, que dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e Profissional na rede pública estadual, representa um avanço significativo, pois é um instrumento legal possibilitador de mudança de paradigma de gestão nas escolas da rede estadual, valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa.

Para isso, o Plano de Gestão Escolar é um documento fundamental no sentido de planejar a priori a gestão, de submetê-lo à apreciação da comunidade em processo democrático de escolha de direção da escola. Em razão do seu curto tempo de vigência, não é possível gerar indicadores específicos que permitam afirmar o tamanho de tal avanço.

Na Rede Municipal Ensino de Penha, a escolha da direção das unidades escolares ainda precisa aprimorar os critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, uma vez que não tem documento próprio regulamentando o processo de gestão democrática no âmbito do sistema de ensino, porém, há que se destacar que há um projeto de lei que pretende implantar no sistema municipal de ensino de Penha, condições gerais para atuar na gestão das Unidades Escolares e Grupos Escolares Municipais, conforme descreve-se a seguir:

- a) DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR - com licenciatura em Nível Superior na área de Educação, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério, com uma vaga de 40 horas por Unidade Escolar com até 100 alunos, para administrar as atividades da escola, promover a coordenação pedagógica nas salas de aula, seguindo orientação e coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
  - b) DIRETOR DE GRUPO ESCOLAR: com licenciatura em Nível Superior na área de Educação, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério com uma vaga de 40 horas por Grupo Escolar, para administrar as atividades da escola, promover a coordenação pedagógica nas salas de aula, seguindo orientação e coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
  - c) DIRETOR DE ESCOLA BÁSICA: com licenciatura em Nível Superior na área de Educação, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério, com uma vaga de 40 horas por Escola Básica, para administrar as atividades da escola, promover a coordenação pedagógica nas salas de aula, seguindo orientação e coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
  - d) DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- com licenciatura em Nível Superior na área de Educação, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério, com uma vaga de 40 horas por Centro de Educação Infantil, para administrar as atividades da unidade escolar, promover a coordenação pedagógica nas salas de aula, seguindo orientação e coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
  - e) DIRETOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - com licenciatura em Nível Superior na área de Educação, com exercício efetivo de no mínimo 1 (um) ano consecutivo no magistério, com uma vaga de 40 horas por Unidade Escolar, para administrar as atividades da escola, promover a coordenação pedagógica nas salas de aula, seguindo orientação e coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
- Em relação aos Conselhos Municipais de Educação, as pesquisas de 2011 do IBGE apontaram que estes figuram em 293 municípios catarinenses.

Em Penha a estrutura dos instrumentos de Gestão Democrática conta com Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, além das Associações de Pais e Professores. Para a rede Estadual de Ensino acrescenta-se o Conselho Escolar.

#### ESTRATÉGIAS DA META 19

19.1 Adequar legislação para a nomeação dos diretores de escola, respeitando a legislação nacional, criando critérios técnicos de mérito e desempenho, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

19.1.1 Garantir que os cargos de diretor de escola sejam ocupados por pessoas formadas na área de licenciatura, que tenham, no mínimo três anos de efetivo trabalho na rede de ensino em que atua.

19.2 Participar dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.3 Fortalecer o Fórum Permanente de Educação com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como acompanhar a execução desse Plano Municipal de Educação.

19.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.5 Implantar e fortalecer os conselhos escolares e demais conselhos municipais controle social de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional.

19.6 Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos Projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

19.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

19.7.1 Consolidar e fortalecer o Conselho Municipal de Educação como órgão autônomo (com dotação orçamentária, autonomia financeira e de gestão), plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com função deliberativa, normativa e fiscalizadora.

19.7.2 Monitorar e dar visibilidade as ações planejadas pelas comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR).

19.7.3 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Professores e Conselho Municipal de Educação (COMED) viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos

responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

19.7.4 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

19.7.5 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação, no âmbito de cada sistema de ensino que atua em Penha.

#### META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Em Santa Catarina, a aplicação dos recursos financeiros da rede estadual de ensino apresentou variação significativa, comportando-se conforme a arrecadação de impostos nos anos específicos, demonstrando um crescimento constante, superior à inflação e ao crescimento do PIB, exceto em 2009, ano em que a economia teve uma leve desaceleração, com crescimento do PIB insignificante.

A implantação do FUNDEB, em 2008, figurou como indicativo de mudança no cenário da educação, onde se constata um crescimento constante de investimentos no ensino médio e na educação especial, enquanto o Ensino Fundamental tem se mantido estabilizado, por força da migração das matrículas para a rede municipal.

Outro ponto a destacar, nos últimos anos, foi o aumento dos investimentos em Educação Superior.

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Geral	324,6	352,4	69,8	85,8	97,3	111,9	141,2	191,2	205,5
Assistência Comunitária	X	X	X	X	X	X	X	X	0,3
Educação Básica	X	X	X	X	X	X	X	477,9	389,5
Educação de Jovens e Adultos	37,1	31,8	40,9	42,5	38,7	46,1	41,2	49,4	53,9
Educação Especial	32,3	41,2	50,7	66,5	71,4	75,1	99,2	126,9	148,0
Educação Infantil	23,6	28,4	29,1	31,4	6,6	10,0	12,3	14,8	14,8
Ensino Fundamental	802,1	798,5	731,5	977,0	1.029,3	1.158,8	1.212,7	1.021,8	1.018,8
Ensino Médio	135,2	181,6	210,2	268,8	311,6	355,2	454,1	511,2	557,0
Ensino Profissional	6,6	3,4	6,9	3,1	2,8	7,6	23,1	27,3	13,1
Educação Superior	145,9	133,7	155,1	179,8	200,0	236,4	289,5	300,1	332,9

Tabela 26– Demonstrativo de despesas da educação por subfunção (em milhões de reais) – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal.

Os valores dos montantes do FUNDEB em Santa Catarina demonstram que, em valores nominais, o Estado tem contribuído com valores superiores aos seus retornos, sendo que a perda de receita com a redistribuição aos municípios corresponde a 29% do que é aplicado.

Anos de Referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Contribuição FUNDEF/FUNDEB	0,61	0,68	0,76	0,80	0,99	1,29	1,51	1,81	2,10	2,26	2,48
Retorno FUNDEF/FUNDEB	0,50	0,55	0,61	0,63	0,85	1,08	1,26	1,46	1,68	1,71	1,75
Resultado Líquido FUNDEF/FUNDEB	- 0,11	- 0,13	- 0,15	- 0,17	- 0,14	- 0,21	- 0,26	- 0,35	- 0,43	- 0,55	- 0,73

Tabela 27 – Demonstrativos das receitas destinadas diretamente à Educação (Em Bilhões) – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal

Entre as receitas e despesas da educação da rede estadual no ano de 2013, destaca-se o pagamento de despesas de pessoal ativo e encargos sociais, que é bastante elevado.

RECEITAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
RECEITAS DO FUNDEB Ano de 2013	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
15- RECEITAS DESTINADAS/FUNDEB	2.468.771.930,00	2.493.861.087,00	0,00	2.476.834.450,20	99,31
15.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.1 - 4))	2.078.536.887,80	2.099.178.211,00	0,00	2.112.912.185,25	100,65
15.2- Receita Resultante do ITCD Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.2)	25.055.705,00	25.055.705,00	0,00	27.827.952,62	111,06
15.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.3 - 5))	120.396.983,40	124.844.818,00	0,00	120.328.738,87	96,38

15.4- Cota - Parte FPE Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	197.679.102,40	197.679.102,00	0,00	170.546.686,33	86,27
15.5- ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	11.917.378,00	11.917.378,00	0,00	10.504.581,73	88,14
15.6- Cota - Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de (2.3 - 6))	35.185.873,40	35.185.873,00	0,00	34.714.305,40	98,65
16- RECEITAS RECEBIDAS/FUNDEB	1.940.443.205,00	.940.443.205,00	10,00	1.754.496.141,32	90,41
16.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.914.722.606,00	1.914.722.606,00	0,00	1.745.715.086,05	91,17
16.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.720.599,00	25.720.599,00	0,00	8.781.055,27	34,14
17- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (16.1 - 15)	-554.049.324,00	-579.138.481,00	0,00	-731.119.364,15	126,24

Tabela 28– Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - Santa Catarina. Fonte:ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO\_Estadual\_42\_1\_2013.pdf

DESPESAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
DESPESAS DO FUNDEB Ano de 2013	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDA- DAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre(e)	% (f) = (e/d)x100
18- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉ- RIO	1.210.502.011,00	1.541.594.841,53	0,00	1.451.558.448,18	94,15
18.1- Com Ensino Fundamental	908.621.556,00	1.033.024.107,67	0,00	963.595.818,46	93,27
18.2- Com Ensino Médio	301.880.455,00	508.570.733,86	0,00	487.962.629,72	95,94
19- OUTRAS DESPESAS	493.812.286,00	415.631.753,83	0,00	286.099.469,75	68,83
19.1- Com Ensino Fundamental	362.813.256,00	235.391.863,05	0,00	167.441.273,97	71,13
19.2- Com Ensino Médio	130.999.030,00	180.239.890,78	0,00	118.658.195,78	65,83
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (18 + 19)	1.704.314.297,00	1.957.226.595,36	0,00	1.737.657.917,93	88,78

Tabela 29– Demonstrativo das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - Santa Catarina. Fonte:ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO\_Estadual\_42\_1\_2013.pdf

Constata-se que a implantação do Piso Nacional do Magistério, por meio da lei federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 afetou significativamente a folha de pagamento dos professores em relação ao FUNDEB, sendo que passou de um comprometimento de 69% em 2010 para 94% em 2013 no que refere aos pagamentos dos profissionais do magistério.

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES ATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE ESTADUAL – SC	VALOR ANO	%
FUNDEB 2010	R\$ 1.460,56	
Folha de Pagamento 2010	R\$ 1.007,09	69
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 453,47	
FUNDEB 2011	R\$ 1.677,50	
Folha de Pagamento 2011	R\$ 1.215,76	72
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 461,74	
FUNDEB 2012	R\$ 1.707,02	
Folha de Pagamento 2012	R\$ 1.574,05	92
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 32,97	
FUNDEB 2013	R\$ 1.747,98	
Folha de Pagamento 2013	R\$ 1.646,14	94
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 101,84	

Tabela 290– Pagamento dos Professores Ativos da educação básica – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal.

Observa-se na tabela abaixo que, em relação aos recursos financeiros da Rede Municipal de Ensino de Penha, que houve variação no valor do repasse do Fundeb nos últimos dez anos, porém, apesar das oscilações registra-se variação positiva de 19,24%.

Constata-se que o ano de 2014 registrou o menor percentual de aumento dos recursos, resultando em 8,10% sobre o ano imediatamente anterior. Em 2008, Penha registrou o maior aumento percentual em relação ao ano imediatamente anterior.

ANO	VALOR FUNDEF/FUNDEB ANO	% ACRÉSCIMO AO ANO
2004	R\$ 1.909.772,86	
2005	R\$ 2.392.568,01	25,28%



2006	R\$ 2.620.066,03	9,50%
2007	R\$ 3.282.433,73	25,28%
2008	R\$ 4.352.338,76	32,59%
2009	R\$ 5.226.477,14	20,08%
2010	R\$ 6.434.030,19	23,10%
2011	R\$ 8.149.488,12	26,66%
2012	R\$ 9.434.643,36	15,76%
2013	R\$11.278.167,37	19,53%
2014	R\$12.191.766,86	8,10%
2015	R\$ 12.895.240,81	5,77%

Tabela 301 – Projeção do FUNDEF/FUNDEB de Penha. Fonte: Tesouro Nacional

Esse cenário se dá em virtude das matrículas da educação básica nas etapas do Ensino Fundamental e modalidades de ensino ofertadas no âmbito da rede municipal de ensino que na década tiveram um aumento percentual na ordem de 26,06% em Penha.

O mesmo fator positivo observado na evolução dos recursos do Fundeb observa-se nos valores relativos ao Salário Educação. Na década entre os anos de 2005 e 2015 a evolução dos recursos financeiros ficou em torno de 25,10%.

ANO	VALOR SALÁRIO EDUCAÇÃO/ANO	% ACRÉSCIMO AO ANO
2004	R\$ 173.477,37	
2005	R\$ 287.455,87	65,70%
2006	R\$ 420.098,73	46,14%
2007	R\$ 445.324,58	6,00%
2008	R\$ 478.029,02	7,34%
2009	R\$ 500.678,71	4,73%
2010	R\$ 596.273,05	19,09%
2011	R\$ 771.810,70	29,44%
2012	R\$ 920.834,24	19,30%
2013	R\$ 1.137.688,76	23,54%
2014	R\$ 1.294.215,38	13,75%
2015	R\$ 1.825.944,96	41,08%

Tabela 31– Repasse Salário Educação de Penha. Fonte:FNDE

A queda mais significativa foi registrada no ano de 2009, cujo percentual de acréscimo do valor do Salário Educação atingiu o índice de 4,73% conforme se pode constatar na tabela acima. O maior aumento registrou-se em 2005 quando o percentual atingiu 65,70%.

A frota do transporte escolar de Penha transporta diariamente, segundo dados do Inep em 2014, 1.336 estudantes. 33,3% são estudantes da Rede Municipal de Ensino e 66,16% são estudantes da Rede Estadual de Ensino. Os dados permitem afirmar de 19,48% de todos os estudantes matriculados nas escolas das redes públicas de Penha, utilizam diariamente o transporte escolar.

Outro destaque importante a ser feito nesse diagnóstico é que 95,28% dos estudantes das redes públicas de ensino são estudantes das áreas urbanas de Penha.

A tabela abaixo identifica as unidades escolares e o total de estudantes por dependência administrativa e por localização que utilizam diariamente o transporte escolar em Penha.

UNIDADE ESCOLAR	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL		
	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana
EBM João Antônio Pinto	0	31	0	0
EBM João Batista da Cruz	6	123	1	0
EBM Rubens João de Souza	13	70	0	0
EEB Antônio Rocha Andrade	0	0	0	99
EEB Manoel Henrique de Assis	0	0	36	378
EEB Prof Edith Prates Gonçalves	0	0	0	27
EEB Prof. João Batista Paiva	0	0	5	338
EIM Horacina Soares Francisco	0	4	0	0
GEM Antônio José Tiago	0	138	0	0
GEM Laci Simão Correa	2	65	0	0

Tabela 323 – Transporte Escolar por Escola/2014. Fonte:<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br>

## ESTRATÉGIAS DA META 20

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2 Cooperar, com a União e o Estado de Santa Catarina, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da

arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.2.1 Acompanhar e fiscalizar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 171, da Constituição Estadual.

20.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

20.3.1 Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com vistas a uma ação integrada entre os entes federal, estadual e municipal, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste Plano Municipal de Educação.

20.3.2 Assegurar o efetivo repasse desses recursos vinculados à MDE para o órgão responsável pela educação do município.

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, bem como a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

20.4.1 Incentivar ações do Tribunal de Contas, Ministério Público de Santa Catarina, da Procuradoria-Geral do Estado, dos Conselhos Municipais, dos sindicatos, das organizações não-governamentais e da população em geral para que exerçam a fiscalização necessária ao cumprimento das metas contidas neste Plano Municipal de Educação;

20.5 Desenvolver, com apoio da contabilidade da Secretaria da Fazenda no âmbito de cada esfera do poder que oferta educação básica em Penha, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

20.5.1 Empreender ações que obriguem a União a calcular o valor mínimo para o custo-aluno, para efeito de suplementação dos fundos estaduais, rigorosamente de acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

20.6 Orientar o orçamento do estado e do município, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, bem como alocar, no prazo de três anos, em todos os níveis e modalidades de ensino de sua responsabilidade, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente;

20.6.1 Empreender e garantir ações políticas no intuito de contribuir para a alteração da lei de responsabilidade fiscal, de modo a flexibilizar as restrições do crescimento dos gastos com o pessoal da educação, facilitando a ampliação do atendimento da Educação Infantil e Fundamental;

20.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

20.8 Acompanhar e assegurar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal.

20.9 Acompanhar, fiscalizar a elaboração e aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional para efetiva aplicação e cumprimento, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

20.9.1 Priorizar a criação de um banco de dados no município que centralize as informações sobre o movimento escolar da rede pública e privada;

20.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

20.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

20.11.1 Implementar no prazo de (01) um ano da vigência desse plano, grupo de estudo com a representação de todos os segmentos da educação e do Conselho Municipal de Educação para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento do Magistério, no âmbito de cada rede pública de ensino que atua em Penha.

20.11.2 Disponibilizar recursos que garantam a formação continuada dos trabalhadores em educação.

20.11.3 Garantir recursos e políticas que assegurem a inclusão nos sistemas de ensino.

20.12 Buscar, junto à União e o Estado a complementação de recursos financeiros quando não for atingido o valor do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

20.13 Garantir o efetivo repasse dos recursos vinculados à MDE para o órgão responsável pela educação do município, por meio do alinhamento do PME, PNE e PEE, e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e Município, e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, do Estado e do Município em todos os níveis, etapas e modalidades de Ensino.

20.13.1 Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

20.14 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

20.15 Fixar e garantir um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.



BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, MEC. Ideb, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL, MEC. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 07 de abril de 2010. Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br).

BRASIL, MEC/INEP - Censo da educação básica. INEP/MEC, 2014.

Sites:

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO>

<http://www3.tesouro.gov.br/estados/municipios>

<http://painel.mec.gov.br>

<http://www.fnde.gov.br/pls/simad>

### **CONTRATO Nº 106/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 29/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 18/2015 -PMP CONTRATADA: SUPRIMOVÉIS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 3.433,90 (três mil, quatrocentos e trinta e três reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 107/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 29/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 18/2015 -PMP CONTRATADA: GISIANE MATILDE VIEIRA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 2.664,00 (dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 108/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 29/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 18/2015 -PMP CONTRATADA: NELITA GOMES FARIAS EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 109/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 29/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 18/2015 -PMP CONTRATADA: ALA COMERCIO LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 2.212,00 (dois mil, duzentos e doze reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

**CONTRATO N° 110/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO N° 110/2015 – PMP

Processo Licitatório n°. 29/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial n°. 18/2015 -PMP CONTRATADA: IVANETE FÁTIMA LERIN ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 10.380,00 (dez mil, trezentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

**ERRATA 02 PP15/2015 - PMP**

ERRATA AO EDITAL

Nº. 02

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SER UTILIZADOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Onde se Lê:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	TOTAL
(...)					
55	Reservatório de água potável com capacidade de 1000 litros de fibra de vidro com tampa.	Unidade	08	318,52	2.548,16
56	Reservatório de água potável com capacidade de 2000 litros de fibra de vidro com tampa.	Unidade	05	711,50	3.557,50
110	Cimento CP IV 32. Saco de 50Kg	Saca	850	28,13	23.910,50
141	Tijolo maciço com padrão da ABNT de 19cm de comprimento x 09 de largura x 7,5 cm de altura.	Unidade	31.000	0,50	15.500,00

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	TOTAL
(...)					
55	Reservatório de água potável com capacidade de 1000 litros com tampa, confeccionada em polietileno conforme normas da ABNT.	Unidade	08	318,52	2.548,16
56	Reservatório de água potável com capacidade de 2000 litros com tampa, confeccionada em polietileno conforme normas da ABNT.	Unidade	05	711,50	3.557,50
110	Cimento CP II. Saco de 50Kg	Saca	850	28,13	23.910,50
141	Tijolo maciço com padrão da ABNT de 19cm de comprimento x 09 de largura x 7,5 cm de altura. Aceita-se tal item medindo 19x9x5,3.	Unidade	31.000	0,50	15.500,00

Ficam inalterados os demais itens e cláusulas do presente edital.

Por se tratar de alterações que não trazem prejuízos às propostas, visto que os itens alterados possuem um valor de mercado equivalente ou até mesmo inferior aos itens anteriores, não será prorrogado a data do certame.

Penha (SC), 26 de junho de 2015.

DANIELE S. DE S. LUNGE

Secretária de Administração

**PP13/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015– FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER COFFE BREAK PARA EVENTOS REALIZADOS PELA EQUIPE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 09/07/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/07/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 26 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 041/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16/07/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 041/2014, visando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 16/07/2015, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 26 DE JUNHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 042/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 14/07/2015, licitação modalidade Pregão Presencial nº 042/2015, visando contratação de profissionais técnicos para prestar serviços nas oficinas do CRAS -PAIF, nas áreas de: Pintura em Tecido e Patchwork.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 14/07/2015, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562200, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 26 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 4.216, DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4.216, DE 20 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 12.670,00 (Doze mil, seiscentos e setenta reais) no Município de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0136

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária, no valor de R\$ 12.670,00 (Doze mil, seiscentos e setenta reais) no Município de Pinheiro Preto conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0136

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2015, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

IDENTIFICAÇÃO (nº inscrição no concurso)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
000.300.008-27	ANDREIA ELIZA BORTOLOZO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares caso houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de junho de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 235, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 235, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 040/2015 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO ter sido efetuado novo planejamento, a fim de reduzir custos, e, então, não haverá necessidade de aquisição na quantia inicialmente prevista,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 040/2015, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Pomerode

### SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 15/2015

SAMAE POMERODE – (Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto)

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 17/2015 - PREGÃO N.º 15/2015 TIPO ELETRÔNICO

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE REPARADOR DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO.

Local: O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 12h00min do dia 09/07/2015

Início da sessão de disputa de Preços: 14h00min do dia 09/07/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços eletrônicos: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) e site do SAMAE POMERODE [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) pelo email: [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou ainda no Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 e informações pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 25 de Junho de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 467/2015

DECRETO Nº 467/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. DIEINI RIBEIRO, Matrícula 1176, ocupante do cargo de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2014 a 04 de maio de 2015, para serem gozadas de 05 de maio de 2015 a 03 de junho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 468/2015

DECRETO Nº 468/2015, DE 07 DE MAIO DE 2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 15 de junho de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 469/2015

DECRETO Nº 469/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. ELIANE AGOSTINI MOREIRA, Matrícula 6234, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 08 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 470/2015

DECRETO Nº 470/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ELIANE TEREZINHA LAMP GOLONI, Matrícula 1278, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestados médicos é de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 08 de maio de 2015, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 471/2015**

DECRETO Nº 471/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015  
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, matrícula 6243, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 17 de maio de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 472/2015**

DECRETO Nº 472/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015  
"DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA AS PESSOAS ATINGIDAS PELO TORNADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica delegada a competência ao Coordenador da Defesa Civil Municipal Sr. ROBSON ACUNNHA, matrícula n. 1566, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DA DEFESA CIVIL e ao Sr. WELKER CARLOS VASEN, matrícula 1598, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR para assinar as Declarações de Residência, conforme modelo sugerido pela Caixa Econômica Federal para as pessoas atingidas pelo tornado no município de Ponte Serrada.

Art. 2º - As declarações de residência serão fornecidas para as pessoas que residem na área atingida pelo tornado, mas não possuem comprovante de residência em seu nome e que estejam interessadas em receber o FGTS.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 474/2015**

DECRETO Nº 474/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015  
"NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. – Fica nomeada a Sr. ISIS FAVERO, RG nº. 5.413.623 e CPF nº. 087.888.269-37, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 475/2015**

DECRETO Nº 475/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. ALICE CRISTINA FROZZA, Matrícula 5778, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 11 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 476/2015**

DECRETO Nº 476/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização ao servidor Sr. ERICO ALCIRO BERTOL, matrícula 5810, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, nível “516”, referencia “A”, passando – o para o nível “520” referencia “F”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 477/2015**

DECRETO Nº 477/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. JEQUELIA DIAVÃO BERTOL, matrícula 5816, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, nível “516”, referencia “A”, passando – o para o nível “520” referencia “F”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 478/2015**

DECRETO Nº 478/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. LIZETE DE MARTINI FACHINELLO, matrícula 886, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, nível “516”, referencia “A”, passando – o para o nível “520” referencia “F”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 479/2015**

DECRETO Nº 479/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrentes de participação em cursos de capacitação profissional na área de atuação a servidora Sra. LIZETE DE MARTINI FACHINELLO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, nível “520”, referencia “F”, passando – o para o nível “521” referencia “E”, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 480/2015**

DECRETO Nº 480/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. JANICE DE FÁTIMA FARIAS, Matrícula 5697, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 481/2015**

DECRETO Nº 481/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015

**"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. JOSIANI SCHERNOSKI DOS SANTOS, matrícula 6325, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 06 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 485/2015**

DECRETO Nº 485/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

**"ALTERA CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora será responsável pelo Programa Oficina Horta Escolar.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. CAMILA LUCIMARA VIEIRA, Matrícula 1546, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o término do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 486/2015**

DECRETO Nº 486/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

**"ALTERA CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora, será 2º professora do aluno Thomas Theilor Cassiano Gonçalves da EBBM Antonio Paglia.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. MARIA PAULA SOUZA FILIPINI DEMARCHI, Matrícula 6320, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o término do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 487/2015**

DECRETO Nº 487/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA ASSISTENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Sr. ADENILDO DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade n. 5.563.038 e do CPF 071.031.859-64, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE, Padrão "CC", Nível "06", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 488/2015**

DECRETO Nº 488/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 23 de maio de 2015, o Sr. JESUEL DENIZ PAGNONCELLI, matrícula 757, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 489/2015**

DECRETO Nº 489/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. RENATO HARMATA DOS SANTOS, Matrícula 5717, ocupante do cargo de AGENTE DE INFORMATICA, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 490/2015**

DECRETO Nº 490/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015

"EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de maio de 2015, a pedido, a Sra. MARISTELA SALINI KLEIMPAUL, matrícula 1585, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 492/2015**

DECRETO Nº 492/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. FABRICIA PECIN FRITSCH, Matrícula 1529, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em



anexo, a contar do dia de hoje.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 493/2015**

DECRETO Nº 493/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA DE OLIVEIRA LAMP, Matrícula 173, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 25 de maio de 2015 a 23 de junho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 494/2015**

DECRETO Nº 494/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. ROBERTA MARIA WRUBEL, Matrícula 5762, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 15 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 497/2015**

DECRETO Nº 497/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015

“EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de maio de 2015, a pedido, o Sr. VALDOMIRO ACUNHA, matrícula 6306, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 498/2015**

DECRETO Nº 498/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE LUIZA CELESTRINO, ocupante do cargo de FISCAL DA VIGILANCIA SANITARIA, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 30% (trinta por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 499/2015**

DECRETO Nº 499/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a aposentadoria por tempo de contribuição;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 29 de maio de 2015, a Servidora Pública Municipal Sra. IDA REGINA COSTA FRANCESCHI, matrícula 55, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 500/2015**

DECRETO Nº 500/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015

"EXONERA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 29 de maio de 2015, a pedido, o Sr. MARIO RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, com 40:00 horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 503/2015**

DECRETO Nº 503/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, Matrícula 1561, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 01 de Junho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 504/2015**

DECRETO Nº 504/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Servidora Pública Municipal Sra. JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN, matrícula 6318, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 19 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 505/2015**

DECRETO Nº 505/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. VANIA GALON DOS SANTOS, Matrícula 6159, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, para serem gozadas de 04 a 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 506/2015

DECRETO Nº 506/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. MARCIA DOS SANTOS, matrícula 6050, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 484/2015

DECRETO Nº 484/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 27 de maio de 2015, a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA LUZIA MAIA, matrícula 6182, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 06 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### EXTRATO 24/2015 FMS

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 024/2015FMS Dispensa de Licitação nº 003/2015FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE JOGOS DE LENÇÓIS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: WALTER FAVERO ME

Endereço: Ponte Serrada- Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ 73.462.780/0001-65

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 2.940,00 (Dois mil novecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: de 26 de Junho á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 26 de junho de 2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 56/2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 056/2015 Dispensa de Licitação nº 010/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DA CANÇÃO DE PONTE SERRADA - SERTANEJO E POPULAR FECAPS REALIZADO DE 24 E 25 DE JULHO DE 2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: ALERT SEGURANÇA LTDA

Endereço: Concórdia – Santa Catarina CEP: 89700-000

CNPJ 10.743.962/0001-94

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 3.625,00 (Três mil seiscentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: de 26 de Junho á 30 de agosto de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 26 de junho de 2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR 179/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 179/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NORMAS ADOTADAS PARA PAGAMENTO DE VALORES A SERVIDOR PÚBLICO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 10.028/2000, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a dívida existente do servidor público Ivonir Coronetti, proveniente do pedido de revisão de triênios, no valor de R\$ 19.791,33 (dezenove mil setecentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - A dívida de que trata o artigo anterior fica reconhecida e consolidada, eis que devidamente comprovada através do requerimento protocolado sob nº 067/2013, do parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica Municipal e cálculos elaborados pela Gestora de Recursos Humanos, todos em anexos.

Art. 3º - A negociação da dívida com o credor poderá ser efetuada em tantas quantas parcelas se julgar necessário, limitando em 15



(quinze) meses.

Art. 4º - O Município poderá negociar descontos com o credor.

Art. 5º - Para quitação das dívidas que se enquadrarem nesta Lei, observar-se-á o princípio da economicidade, da moralidade, impessoabilidade e ainda o interesse público, devidamente justificado.

Art. 6º - O credor que se encontrar inadimplente com o Município, para valer-se dos benefícios desta Lei, deverão, antes, quitar os débitos, inclusive pela via de compensação.

Art. 7º - Para adimplemento da dívida, de que trata o art. 1º da presente, serão utilizados recursos da dotação orçamentária vigente, de forma que a sua realização não comprometa o equilíbrio das contas públicas do exercício em curso.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá baixar normas para regulamentar a presente, bem como para dirimir dúvidas quanto sua interpretação.

Art. 9º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da lei.

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 003/2015 - AMASPU

Extrato de Contrato 003/2015 – AMASPU  
Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Luiz Kaminski ME.  
Objeto: Aquisição de material de expediente.  
Valor Total: R\$ 4.919,30 (quatro mil novecentos e dezenove reais e trinta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 001/2015, Leis 10.520/2002 e 8.666/93.  
Porto União SC, 25 de junho de 2015.  
Margareth Flissak.  
Presidente AMASPU  
Luiz Kaminski ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 023/2015 - FAS

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 023/2015 - FAS  
Partes: Município de Porto União e Funerária e Floricultura Nova Evangélica Ltda – ME.  
Objeto: Prestação de serviços de auxílio funeral, abrangendo urnas adultas e infantis, preparação do corpo, serviço de traslado, aviso de rádio e ornamentação simples.  
Valor Total: R\$ 13.320,00 (Treze mil trezentos e vinte reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 008/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 23 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Funerária e Floricultura Nova Evangélica Ltda – ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 114/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 114/2015  
Partes: Município de Porto União e Roque Correa – MEI.  
Objeto: Contratação de um artista para executar a obra artística composta de uma Estátua de Cristo, com quatro metros de altura a ser instalada no local denominado "Morro da Cruz".  
Valor Total: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).  
Vigência: 15 de agosto de 2015.  
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 007/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 17 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Roque Correa – MEI.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 115/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 115/2015  
Partes: Município de Porto União e Alison Omar Abbas – EPP.  
Objeto: Locação de imóvel tipo barracão com 900,00m² (novecentos metros quadrados) para funcionamento da Associação dos Agentes Recicladores de Porto União – ASSARPU.  
Valor Mensal: R\$ 2.602,50 (dois mil seiscentos e dois reais e cinquenta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Dispensa de Licitação 010/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 18 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Alison Omar Abbas – EPP.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 116/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 116/2015  
Partes: Município de Porto União e V. A. Budal – ME.  
Objeto: Contratação de empresa para revelação de 30 (trinta) fotos digitais no tamanho 15x21cm, coloridas em papel fotográfico, brilhante, referente ao desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", conforme convênio FUNASA.  
Valor Total: R\$ 60,00 (sessenta reais).  
Vigência: até 31 de dezembro de 2015.  
Base legal: Dispensa de Licitação 011/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 19 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
V. A. Budal – ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 117/2015

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 117/2015  
Partes: Município de Porto União e José Bochnia Junior.  
Objeto: Contratação de empresa para produção de vídeo profissional, referente ao desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", conforme convênio FUNASA.  
Valor Total: R\$ 4.060,00 (quatro mil e sessenta reais).  
Vigência: até 31 de dezembro de 2015.  
Base legal: Dispensa de Licitação 012/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 19 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
José Bochnia Junior.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 118/2015**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 118/2015

Partes: Município de Porto União e Ivo Pasternak – MEI.

Objeto: Contratação de empresa para realização de 20 (vinte) horas de som móvel de rua para divulgação referente ao desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", conforme convênio FUNASA.

Valor Total: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Dispensa de Licitação 013/2015, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Ivo Pasternak – MEI.

Contratada

dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1700 – Fundo Municipal de Educação

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 29

Complemento 33903947 – Serviços de Comunicação em Geral

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, incisos II e V da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 23 de junho de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 644/2015

**EXTRATO DE CONTRATO 044/2015 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 044/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

Objeto: Fornecimento de passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação de Porto União.

Valor Total: R\$ 28.200,00 (Vinte oito mil e duzentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2015 – Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

Contratada

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2015 - EDUCAÇÃO**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 013/2015 - EDUCAÇÃO

Dispensa de Licitação n.º 001/2015

Caracterização da Situação: O município necessita contratar serviços de acesso à internet, para o Núcleo de Educação Jangada do Sul, uma vez que em 17/03/2014 foi lançado o processo licitatório 024/2014 para contratação de empresas para instalação de internet no referido Núcleo, porém não houve interessados em cotar este ponto.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet no Núcleo de Educação Jangada do Sul, com velocidade de 2,0 MB.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Cleber Luciano dos Anjos - ME, inscrito no CNPJ 02.409.078/0001-90, visto que foi a que manifestou interesse em atendimento ao ponto.

Do Preço: Será efetuado o pagamento no valor de R\$ 100,00 (cem reais) referente a ativação e instalação do ponto de internet e o valor mensal de R\$ 64,90 (sessenta e quatro reais e noventa centavos).

Do Período de Contratação: Será contratado pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2015 - FUNREBOM**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 012/2015 - FUNREBOM

Dispensa de Licitação n.º 001/2015

Caracterização da Situação: o Município necessita contratar empresa para prestação de serviço de Manutenção no Sistema Telefônico e Sistema de Segurança por Câmeras das Instalações do Corpo de Bombeiros de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa para prestação de serviço de Manutenção no Sistema Telefônico e Sistema de Segurança por Câmeras das Instalações do Corpo de Bombeiros de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa M.P. BOGUT & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ 09.358.640/0001-42, visto que é o menor valor proposto, dentre os orçamentos apresentados, anexos junto ao processo.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), totalizando o valor de R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1600 – FUNREBOM

Unidade 1601 – FUNREBOM

Atividade 2040 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade 3390-100 Aplicações Diretas

Cód 01

Complemento 33903999 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 23 de junho de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 644/2015

**PORTARIA N.º 526/2015 - RH**

PORTARIA Nº 526, de 12 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Luana Aparecida Pacheco das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 527/2015 - RH**

PORTARIA Nº 527, de 16 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de junho a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Iara Aparecida Simões Stein, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar desenvolvendo atividades pedagógicas extraclasse para alunos em tempo integral.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município,

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 528/2015 - RH**

PORTARIA Nº 528, de 16 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 11 de junho a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora contratada Luana Thaisa Portella, para mais 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em virtude do pedido de rescisão de contrato de Juliana Savi que estava em vaga vinculada da professora Vilma Terezinha Bulek que passou a atuar junto a Biblioteca do Núcleo Educacional e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2015.

Porto União, SC em 16 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 529/2015 - RH**

PORTARIA Nº 529, de 18 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o retorno às atividades laborais, do servidor Silvio Cohls de Amorin, que se encontrava afastado para tratamento de saúde, conforme perícia médica;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de José Maurício da Silva das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 009/2015 – FAS  
Pregão Presencial 008/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Funerária e Floricultura Nova Evangélica Ltda – ME.

Porto União SC, 22 de junho de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DE 048 À 063

DECRETO Nº 048/2015 de 11/05/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo em Exercício, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
Funcional: 17.512.0049.2.048 Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico - Urbano	
(170) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas .....	
R\$ 239.050,00	
Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	
Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM	
Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem	
(96) 3.3.90.00.00.00.00.00.0186 - Aplicações Diretas .....	
R\$ 13.000,00	

TOTAL .....  
..... R\$ 252.050,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 049/2015 de 18/05/2015.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. JAIME CAMPOS DE ANDRADE, situado à Rodovia BR 470, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 5.134.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS

ÁREA ESCRITURADA – 6.629,26 m2 MAT. 5.134

Limites e Confrontações:

0.1. – Área n.º 01 = 1.989,70 m2. A DESMEMBRAR  
FRENTE: em 40,50 m.com a Rodovia BR 470;  
FUNDOS: em 40,00 m. com terras da area remanescente;  
LADO DIREITO: em 42,52 m. com terras da area 02;  
LADO ESQUERDO: em 52,90 m. com terras da área remanescente.  
Terreno em nível

0.2. – Área n.º 02 = 2.804,50 m2. A DESMEMBRAR  
FRENTE: em 53,80 m. com com a Rodovia BR 470;  
FUNDOS: em 29,00 m. com terras da area remanescente;  
LADO DIREITO: em 65,30 m. com terras do Hospital Annegret Neitzke;  
LADO ESQUERDO: em 66,90 m. Sendo 42,52 m com terras da área 01 e 24,40 m com a área remanescente.  
Terreno em nível

0.3. – Área n.º 03 = 1.835,05 m2 - REMANESCENTE  
FRENTE: em 7,60 m. com a Rodovia BR 470;  
FUNDOS: em 71,40 m. com terras de Aroldo Baada;  
LADO DIREITO: em 05 linhas a 1 em 52,90 m.a 2 em 40,00 m com terras da area 01 a 3 em 24,40 m a 4 em 29,00 m com terras da area 02 e a 5 em 14,60 m com terras do Hospital Annegret Neitzke;  
LADO ESQUERDO: em 88,90 m com terras de Vilmar Tischner.  
Terreno com 05 % de aclividade.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 5.134, com uma área total de 6.629,26m² (seis mil e seiscentos e vinte e nove metros e vinte e seis décimos quadrados), de propriedade do Sr. JAIME CAMPOS DE ANDRADE, inscrito no CPF 006.100.498-75, residente e domiciliado no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 18 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 050/2015 de 18/05/2015.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0025.2.036 – Manutenção das Transferências do SUS – Atenção Básica  
(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.000,00



Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

# 11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.2.036 – Manutenção das Transferências do SUS – Atenção Básica

(15) 4.4.90.00.00.00.00.0134.– Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 18 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 051/2015 de 18/05/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo em Exercício, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(96) 3.3.90.00.00.00.00.0186 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 42.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 42.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 052/2015 de 18/05/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo em Exercício, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.594/15 de 05/04/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO
Funcional: 04.122.0009.2.003 Manutenção da Secretaria de Administração

(192) 3.3.93.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 5.160,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Unidade: 02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA

Funcional: 04.122.0009.2.006 Manutenção do Depto de Tributação, Fiscalização e Topografia

(193) 3.3.93.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 8.040,00

TOTAL .....  
..... R\$ 13.200,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal Em Exercício

DECRETO Nº 053/15 de 18/05/2015

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo em Exercício, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(136) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar

Unidade: 01 Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar

Funcional: 06.181.0031.2.039 Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar

(148) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(133) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar

Unidade: 01 Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar

Funcional: 06.181.0031.2.039 Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar

(149) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal Em Exercício

DECRETO Nº 054/2015 de 29/05/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

JARDEL FRONZA, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.050– Manutenção das Transferências do SUS – Atenção Básica

(19) 3.3.90.00.00.00.00.0136. – Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

TOTAL .....

..... R\$ 100.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de maio de 2015

Jardel Fronza

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 055/2015 de 08/06/2015.

Altera membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 2.448/2013.

DECRETA:

Art. 1º — Fica nomeada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, ficando assim constituída:

MARTINHO ADOLFO FELIPE

TEOTONIO R. BONESSI

LAERTE DA SILVEIRA

ALCELIO LUIZ DO CARMO

MANSUETO BEZ FONTANA

CLAUDINEY TESTONI

Art. 2º – Ficam nomeados para a função de Coordenador de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Sr. MARTINHO ADOLFO FELIPE, sucedido pelo Sr. TEOTONIO R. BONESSI.

Art. 3º — Os membros nomeados por este decreto prestam serviço publico relevante sem direito a remuneração.

Art. 4º - As ações, objetivos, diretrizes e demais atos são os estabelecidos na Lei Municipal nº 2.448/2013, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 5º — Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º

041/2014.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 056/2015 de 08/06/2015.

Altera Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 2.448/2013.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades, fica assim constituída:

I - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Gerais;

ALCELIO LUIZ DO CARMO - Titular

ANTÔNIO IVORLY RODRIGUES DA SILVA - Suplente

II - Secretaria Municipal de Saúde:

DIEGO FIGUEREDO – Titular

CLAUDIR PIRES DE MORAES - Suplente

III - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio-Ambiente;

FELIPE HARRY BROERING GOMES – Titular

AURINO SCHAEFER - Suplente

IV - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

ERNANI AMANCIO – Titular

JAKQUELINE APARECIDA POLEZA - Suplente

V – Secretaria de Promoção Social;

IONARA FERREIRA – Titular

EDNA APARECIDA DIAS - Suplente

VI – Secretaria de Planejamento;

MARTINHO ADOLFO FELIPE – Titular

TEOTONIO. R. BONESSI - Titular

MANSUETO BEZ FONTANA – Titular

TADEU MOACYR PASSOS MORAES – Suplente

CLAUDINEY TESTONI – Suplente

MARCIO MARCELINO FELIZARI - Suplente

VII – Secretaria de Administração;

LAERTE DA SILVEIRA – Titular

MAIKEL VERDI - Suplente

VIII - Poder Legislativo Municipal;

CLAUDIO KRAMEL – Titular

GILDOMAR ESSER - Suplente

IX – Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria e Comércio – COMDIE;

PAULINO CARLOS CORREA – Titular

CARLOS ZANELLA - Suplente

X- Corpo de Bombeiro Militares de Pouso Redondo;

EDSON STUPP – Titular

GENIVAN KULL - Suplente

XI – Representantes das Secretarias de Segurança Pública, unidades de Pouso Redondo;

ÁLVARO ROCHA DE CARVALHO - Titular



MAÉRCIO FELIPPE – Titular  
AMARILDO CORDOVA LUIZ – Suplente

XII – Associações de moradores legalmente constituídas:  
ADILSON VOLTOLINI – Bairro Boa Vista  
CARLOS B. MARCELINO – Bairro Progresso  
JOÃO CARLOS BONESSI – Distrito de Aterrado

Art. 2º — Os membros nomeados por este decreto prestam serviço público relevante sem direito a remuneração.

Art. 3º - As ações, objetivos, diretrizes e demais atos são os estabelecidos na Lei Municipal nº 2.448/2013, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 4º — Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 056/2013.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 057/2015 de 08/06/2015.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.  
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, situado à Rua Querino Ferrari, Bairro Independência Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 13.512.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

MAT. 13.512 - ÁREA ESCRITURADA – 21.700,00 m²  
ÁREA A DESMEMBRAR – 16.740,00 m²  
DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS:  
1 – ÁREA 01:

1.1. – Área 01 a ser Unificada = 650,00 m². (APAE)  
FRENTE com 4,50 metros com a Rua Ella Stahmer,  
FUNDOS com 47,00 metros com a área 04;  
LADO DIREITO com 02 linhas a 1 em 40,00 metros com terras da APAE e a 2 em 42,50 metros com terras da APAE e CELESC;  
LADO ESQUERDO com 50,00 metros com terras da área 02.

1.2. – Área 02 = 750,00 m². (Associação Municipal de Bocha e Bolão)  
FRENTE em 15,00 m com a Rua Ella Stahmer;  
FUNDOS em 15,00 m com terras da área 04;  
LADO DIREITO em 50,00 m. com terras da área 01;  
LADO ESQUERDO em 50,00 m com terras da área 03.

1.3. – Área 03 = 2.800,00 m². (Ginásio Municipal Pref.Benjamin Bini)  
FRENTE em 56,00 m com a Rua Ella Stahmer;  
FUNDOS em 56,00 m com terras da área 04;  
LADO DIREITO em 50,00 m. com terras da área 02;  
LADO ESQUERDO em 50,00 m com a Rua Jenny Schneider.

1.4. – Área 04 = 8.260,00 m². (Estádio Municipal João Felício Adriano)  
FRENTE em 70,00 m com a Rua Jenny Schneider;  
FUNDOS em 70,00 m com terras do Lot. Eugenio D. Schneider;  
LADO DIREITO em 118,00 m. com terras da área 01,02 e 03;  
LADO ESQUERDO em 118,00 m com a área 05.

1.5. – Área 05 = 2.225,00 m². (Estacionamento e Acessos)  
FRENTE em 20,00 m com a Rua Jenny Schneider;  
FUNDOS em 03 linhas a 1 em 9,00 m a 2 em 15,00 m com terras da área 07 e a 3 em 11,00 m com terras do Lot. Eugenio D. Schneider;  
LADO DIREITO em 118,00 m. com terras da área 04;  
LADO ESQUERDO em 103,00 m com a C.E.I. Anjo da Guarda e a área 06.

1.6. – Área 06 = 1.695,00 m². (Unidade Básica de Saúde Progresso)  
FRENTE em 33,00 m com a área 05;  
FUNDOS em 48,00 m com terras do Arno Jensen;  
LADO DIREITO em 03 linhas a primeira em 15,00 m. e a segunda em 15,00 m ambas com terras da área 07 e a terceira em 25,00 m com terras do Lot. Eugenio D. Schneider;  
LADO ESQUERDO em 40,00 m com terras do C.E.I. Anjo da Guarda.

1.7. – Área 07 = 360,00 m². (Associação dos Moradores do Bairro Progresso)  
FRENTE em 15,00 m com a área 05;  
FUNDOS em 15,00 m com terras da área 06;  
LADO DIREITO em 24,00 m. com terras do Lot. Eugenio D. Schneider;  
LADO ESQUERDO em 24,00 m com a área 05 e 06.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 13.512, com uma área total de 21.700,00m² (vinte um mil e setecentos metros quadrados), de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ 83.102.681/0001-26, com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 08 de junho de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 058/2015 de 08/06/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

DECRETO Nº 059/2015 de 08/06/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/15 de 06/11/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(133) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas .....
R\$ 60.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 060/2015 de 08/06/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/15 de 06/11/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Funcional: 12.365.0018.2.012 Manutenção do Ensino Infantil
(64) 3.3.90.00.00.00.00.00 0139 - Aplicações Diretas ..... R\$ 82.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 82.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 061/2015 de 08/06/2015.

REGULAMENTA A LEI N. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO & 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

DECRETA:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. O SIC - Sistema de Informação ao Cidadão funcionará junto a sede administrativa do Município de Pouso Redondo, na Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência, Pouso Redondo, Santa Catarina, e será constituído por servidor ou servidores públicos municipais.

§ 1º. - Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão às pessoas físicas ou jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observando os princípios da administração pública e as diretrizes da Lei Federal 12.527/2011.

§ 2º. A Controladoria Interna Municipal terá a missão de orientar e fiscalizar a prestação do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DO SIC

Art. 3º. A Comissão de Avaliação de Informações - CAI, criada no município de Pouso Redondo será constituída por 03 Servidores indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um Presidente, um Secretário e um Membro que será a responsável pelo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, além de orientar a população, informar sobre a tramitação e dos pedidos de informação terá as seguintes competências:

I - receber os pedidos de acesso e, sempre que possível, buscar com os responsáveis de cada área da administração a resposta acerca das solicitações apresentadas para encaminhá-las ao Cidadão.

II - registrar os pedidos de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data da apresentação do pedido; e

III - encaminhar os pedidos recebidos e registrados à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, quando couber.

## CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

### Seção I Dos Pedidos De Informação

Art. 4º. O pedido de informação que poderá ser apresentado tanto por pessoas físicas como jurídicas, será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo e deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de CPF - Cadastro de Pessoa Física válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 5º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - descabidas ou não tenham ligação com a administração pública municipal; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

§ 1º. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

§ 2º. É facultado ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência física, desde que atendidos requisitos do Artigo 6º.

§ 3º. Mesmo que a solicitação for apresentada pela solicitante em meio físico a Comissão ou área responsável providenciará o seu cadastramento no sistema WEB.

## Seção II

### Dos Prazos de Respostas

Art. 6º. Recebido o pedido, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão terá o prazo máximo de até vinte dias para:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar que não possui a informação ou quando possível, indicar o responsável pela informação ou quem a detenha; ou

III - indicar as razões da negativa, caso a solicitação se enquadre nas hipóteses do Artigo 7º.

§ 1º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II.

§ 2º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade de informação ou do documento, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o regional.

§ 3º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 2º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 7º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 8º. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou outro meio de acesso universal, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação, desobrigando-se neste caso do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

## Seção III

### Dos Custos

Art. 9º. A busca e o fornecimento de informação são gratuitos, havendo necessidade de reprodução de documentos (fotocópias), caberá ao solicitante os custos destes serviços, de acordo com valor de mercado de cada documento solicitado, que deverá ser recolhido antecipadamente por guia própria do Departamento de Tributos.

§ 1º. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

## Seção IV

### Da Tramitação do Pedido de Informação

Art. 10. No ato do cadastramento do Pedido de Informação no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo será enviada ao requerente comunicação eletrônica contendo o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, a partir da qual se inicia a contagem do prazo de resposta.

§ 1º. Recebido o pedido de Informação pelo SIC, este será

encaminhado a área responsável da Entidade através de comunicação eletrônica e classificada quanto a categoria ou assunto a que pertence, de forma a possibilitar o processo de pesquisa pelos cidadãos.

§ 2º. Do encaminhamento da solicitação para a área responsável, de que trata o parágrafo anterior, também se dará conhecimento ao requerente, mediante comunicação eletrônica para o e-mail indicado no formulário da solicitação.

§ 3º. Após a área responsável receber a comunicação eletrônica esta terá o prazo de 05 (cinco) dias para se reunir com a CAI - Comissão de Avaliação da Informação para iniciar os trabalhos de preparação da resposta ao Cidadão.

§ 4º. A resposta da solicitação será primeiramente encaminhada através de e-mail ao requerente e depois publicada no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo onde poderá ser consultada pela população em geral.

§ 5º. As respostas das solicitações poderão ser acessadas no Portal de Acesso à Informação no Menu "Solicitações Atendidas".

Art. 11. Para fins de tramitação do Pedido de Informação junto ao CAI - Comissão de Avaliação da Informação, esta poderá ser classificada de acordo com os seguintes "status":

a) Não Analisada - é a solicitação já recebida pela CAI, mas ainda não encaminhada à área responsável;

b) Pendente - é a solicitação já encaminhada à área responsável, ainda não respondida, mas está dentro dos prazos de resposta;

c) Rejeitada ou Negada - é a solicitação que por algum motivo foi considerada descabida, imprecendente ou não ter nenhuma ligação com a administração pública.

d) Expirada - é a solicitação ainda não respondida mas que já esgotou os prazos de resposta;

e) Respondida - é a solicitação cuja resposta já foi encaminhada ao requerente;

f) Publicada - é a solicitação cuja resposta já se encontra no Portal de Acesso da Informação para conhecimento da população.

## Seção V

### Dos Pedidos de Recurso

Art. 12. Rejeitado ou Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com a indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão que o apreciará;

Art. 13. O SIC - Serviço de Informação ao Cidadão disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade

hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º. Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 15. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pela Assessoria Jurídica e a autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. A título de exemplo podem ser consideradas informações de caráter sigiloso, no âmbito municipal aquelas que possuem dado pessoais cuja divulgação possa violar a intimidade, a vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como conteúdo de envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados.

§ 1º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no caput deste artigo, a classificação se dará baseada na Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 2º. Os documentos que contenham informações pessoais serão classificados de acordo com o artigo 31, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 17. A classificação da informação como sigilosa é de competência:

- I - Prefeito Municipal;
- II - Vice-Prefeito Municipal;
- III - Secretários Municipais e Dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Indireta.

Parágrafo único. É vedada a delegação da competência.

Art. 18. A autoridade que classificar informação de caráter sigilosa deverá encaminhar cópia do TCI - Termo de Classificação de Informação, anexo neste Decreto, à CAI - Comissão de Avaliação da Informação no prazo de trinta dias, contado da decisão de classificação ou de ratificação.

#### CAPÍTULO VI DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 19. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas independente de requerimento, no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informação ao cidadão.

Parágrafo Único - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereço e telefone da Administração e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados sobre os Concursos Públicos e Processos Seletivos realizados pelas Entidades da Administração Municipal;
- VI - Informações acerca dos Bens Patrimoniais;

VII - Informações acerca dos Veículos e Equipamentos da Frota do Município;

VIII - resposta das solicitações dos cidadãos para conhecimento geral da população;

IX - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos, eventos e obras de órgãos e entidades.

Art. 20. - Constituem ainda relatórios de Transparência Ativa para divulgação à População:

I - relatórios contendo os elementos dispostos no artigo 52 da Lei Complementar nº 101 (RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária);

II - relatórios contendo os elementos dispostos no artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (RGF - Relatório de Gestão Fiscal);

III - Relatórios de que trata a Lei 9.755, de 16 de dezembro de 1998;

IV - Relatórios da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º. Atendido o princípio contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, infrações administrativas.

§ 2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 22. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante



a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurando o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 23. - Ao final de cada quadrimestre, a Administração publicará relatório de que trata o Artigo 20, Parágrafo Único, inciso VIII, deste Decreto.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

ANEXO I

GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade: \_\_\_\_\_

Grau de Sigilo: Ultrassegredo ( ) Secreto ( ) Reservado ( )

Categoria: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento: \_\_\_\_\_

Data de Produção: \_\_\_\_\_

Fundamento Legal para Classificação: \_\_\_\_\_

Razões para a Classificação: \_\_\_\_\_

Prazo para Restrição do Acesso: \_\_\_\_\_

Data de Classificação: \_\_\_\_\_

Nome da Autoridade: \_\_\_\_\_

Classificadora: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Autoridade Retificadora: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Assinatura da Autoridade Classificadora

Assinatura da Autoridade Retificadora

DECRETO Nº 062/2015 de 08/06/2015.

ESTABELECE MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que se refere a gastos com pessoal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso por tempo indeterminado, o pagamento de qualquer vantagem pela qual caracterize complemento ou aumento salarial, como gratificação, produtividade, horas extras e outros identificados em casos excepcionais, ressalvados a concessão dos adicionais obrigatórios e a revisão salarial anual.

Art. 2º - O Prefeito, os Secretários municipais, Diretores Assessorados, e demais ocupantes de cargos denominados Comissionados, a partir de 01 de junho de 2015, será reduzido em 30% (trinta por cento) até dia 31 de dezembro de 2015, a remuneração pré-estabelecida, como medida de oportunizar o reequilíbrio do índice com gastos de pessoal.

§1º - Os casos omissos serão revistos individualmente, de acordo com a necessidade da municipalidade e a capacidade financeira, conforme dispõe o artigo 18 e 19, § 3º, da LRF 101/2000.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 063/2015 de 08/06/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/15 de 06/11/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Funcional: 12.361.0018.2.015 Investimentos dos Recursos do Salário Educação
(57) 3.3.90.00.00.00.00 0189 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**EXTRATOS DE CONTRATOS PMPR E FMS MESES 03/04/05/06 DE 2015**

EXTRATOS DE CONTRATOS PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

Meses Março à Junho/2015

CONTRATO N.º 014 A /2015

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Antonio Carlos Thiesen, n.º74, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.681/0001-26, representada neste ato pela Prefeita Municipal, a Sra. Nair Goulart, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado os Srs. Miria Lenita Bauschspiess, inscrita no CPF 256.249.039-87, Iracema Moratelli Payerl, inscrita no CPF 014.852.209-20, Antonio Bonessi, inscrito no CPF 420.594.299-00, Leonardo Bennert, inscrito no CPF 776.594.579-34, Maria Salete de Lourenzi, inscrita no CPF 494.714.819-53, Anésio José Schappo, inscrita no CPF 382.748.419-72, Bento Manerich, inscrita no CPF 702.842.029-91, Geovani Schollosser, inscrita no CPF 050.859.249-67, Fabio Zeiz, inscrito no CPF 040.265.299-16, Dionei Gadotti, inscrito no CPF 066.863.929-60, e as Cooperativas: Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão, inscrita no CNPJ 20.432.884/0001-60, Cooperativa da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí, inscrita no CNPJ 07.125.517/0001-56, Cooperativa Central Sabor Colonial, inscrita no CNPJ 12.720.068/0001-24 e Cooperativa de Pequenos Produtores de Taió, inscrita no CNPJ 19.931.480/0001-32 doravante denominados (as) CONTRATADOS (AS), as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA DA REGÊNCIA**

O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tem base no CHAMADA PÚBLICA 01/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º quadrimestre de 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 01/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante a o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida até 31 de Maio de 2015.

A) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com CHAMADA PÚBLICA n.º001/2015.

B) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total, conforme listagem a seguir:

1º Chamada Pública de 2015 - Fevereiro, Março, Abril, Maio					
AGRI-CULTURA FAMILIAR	MERENDA ESCOLAR - PNAE				
Item	Produto	Especificação	Qtd Obs: Esta qtdade será dividida pelos agricultores que realizaram o fornecimento.	FINAL	AGRICULTORES
1	Abóbora	Quilo	200	1,70	MIRIA LENITA
2	Abobrinha	Quilo	200	2,00	IRACEMA, ANTONIO
3	Acelga	Unidade	120	2,50	IRACEMA, COOPERAÇÃO
4	Aipim c/ casca	Quilo	600	1,70	LEONARDO

5	Agrião	Maço	150	1,70	IRACEMA
6	Alface	Unidade	800	1,70	LEONARDO, IRACEMA, Mª SALETE
7	Alho	Quilo	25	16,00	IRACEMA
8	Batata doce	Quilo	500	2,00	ANÉSIO, LEONARDO
9	Beterraba	Quilo	200	2,00	IRACEMA, COOPERAÇÃO
10	Brócolis	Unidade	300	2,80	LEONARDO, IRACEMA, COOPERTAIO, COOPERAÇÃO
11	Cebola	Quilo	400	2,00	LEONARDO
12	Couve-Mineira	Maço	150	1,70	IRACEMA
13	Couve-flor	Unidade	300	2,80	LEONARDO, COOPERTAIO, COOPERAÇÃO
14	Espinafre	Maço	100	1,70	IRACEMA
15	Feijão Preto	Quilo	400	4,50	BENTO, GEOVANE
16	Feijão Vermelho	Quilo	400	7,00	COOPERAÇÃO
17	Melancia	Quilo	1000	1,00	LEONARDO
18	Pepino	Quilo	300	2,00	ANTONIO
19	Repolho	Unidade	600	1,70	LEONARDO, COOPERTAIO
20	Rúcula	Unidade	150	1,70	IRACEMA
21	Tempero verde	Maço	200	1,70	IRACEMA, LEONARDO
22	Tomate	Quilo	200	3,00	LEONARDO, IRACEMA, ANÉSIO
23	Milho	Unidade	2000	0,50	FÁBIO
24	Vagem	Quilo	200	3,50	LEONARDO, ANTONIO
44	Banana caturra	Quilo	2000	1,15	DIONEI
COOPE- RATIVAS	MERENDA ESCOLAR - PNAE				
Item	Produto	Especificação	Qtd	FINAL	COOPERATIVA
25	Laranja	Quilo	2000	2,00	COOPERFAVI - HILÁRIO
26	Tangerina	Quilo	2000	2,50	COOPERFAVI - HILÁRIO
27	Maracujá	Quilo	300	4,00	COOPERFAVI - HILÁRIO
28	Filé de tilápia	Quilo	200	18,00	COOPERFAVI - FOSSA
29	Macarrão caseiro	Quilo	300	6,25	COOPERTAIO - JOCI
30	Bolacha caseira s/ pintura	Quilo	150	12,00	COOPERTAIO - Mª SALETE
31	Biscoito de fubá	Quilo	150	13,00	COOPERTAIO - Mª SALETE
32	Biscoito caseiro s/ gluten s/ lactose	Quilo	50	15,00	COOPERTAIO - Mª SALETE
33	Bolacha caseira c/ pintura	Quilo	75	14,00	COOPERFAVI - DOUGLAS / COOPERTAIO - Mª SALETE
34	Biscoito de polvilho	Quilo	150	12,00	COOPERFAVI - DOUGLAS / COOPERTAIO - Mª SALETE
35	Orelha de gato	Quilo	200	12,00	COOPERFAVI - DOUGLAS
36	Mel de abelha	Quilo	50	12,00	COOPERFAVI - VILMAR
37	Melado de cana	Quilo	50	7,50	COOPERTAIO
38	Doce de Frutas caseiro	Quilo	30	10,00	COOPERFAVI - RUTH
39	Leite UHT	Litro	6500	2,15	SABOR COLONIAL
40	Iogurte	Litro	1000	4,10	SABOR COLONIAL
41	Aipim s/ casca congelado	Quilo	800	2,80	COOPERTAIO
42	Suco conc. de maracujá	Litro	200	12,50	SABOR COLONIAL
43	Suco natural de uva	1,5L	200	11,00	COOPERFAVI

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2.016.3390.30.07.00.00.0191– (28) Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental

2.017.3390.30.07.00.00.0191– (31) Manutenção da Merenda Escolar Ensino Infantil

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.



**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5(cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão à supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela CHAMADA PÚBLICA n.º 01/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de Maio de 2015.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

A fiscalização do contrato, decorrente da presente licitação, estará a cargo da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Floresta e Meio Ambiente juntamente com a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte e exercerá rigoroso controle. Faz-se saber que a inspeção dos produtos se dará através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Floresta e Meio Ambiente.

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO:**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Pouso Redondo, 23 de Março de 2015.

.....  
NAIR GOULART

Prefeita Municipal de Pouso Redondo

CONTRATO Nº015/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo sua Prefeita municipal

CONTRATADA: KURTZ EMP. IMOB. LTDA, estabelecida na Avenida Evaldo Prim, 645, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ sob nº 13.624.323/0001-06, representada neste ato pelo Sr. Artur Alexandre Korb, CPF 935.547.109-20.

Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se ao Edital da Concorrência nº 001/2015 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

cláusula terceira – do Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa do ramo para construção de Quadra Poliesportiva coberta, com área total de 748,00m<sup>2</sup>, a ser construída na Localidade de Alto Pombinhas.

§ 1º Cabe ao CONTRATADO providenciar o local para a instalação do canteiro da obra, inclusive placa de identificação de obra, arcando com todos os custos, inclusive eventuais licenças.

§ 3º Constitui Anexo do Presente Contrato, o Cronograma Físico-Financeiro e os Projetos Arquitetônico e Complementares, com respectivos memoriais e especificações técnicas.

Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária,

34/2015 (Recursos vinculados).

33/2015 (Recursos Contra partida)

Cláusula Quinta – Do valor e da garantia DE ADIMPLEMENTO

Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 303.592,78 (Trezentos e Três mil, quinhentos e noventa e dois e setenta e oito centavos), em parcelas mensais de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo e preços unitários constantes da planilha de custos da proposta, e somente poderá ser revisto em caso de reajuste, conforme previsto na Cláusula Sexta ou alteração contratual nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Nona.

§ 2º O CONTRATADO apresentou garantia no valor de R\$ 3.414,95 (Três mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), através de CARTA DE FIANÇA n. 971520, visando assegurar o adimplemento integral da avença, sendo que a mesma será devolvida ao final do contrato, devidamente corrigida pelo rendimento da caderneta de poupança em caso de caução em dinheiro, caso cumprida todas as obrigações.

Cláusula sexta – do reajuste

Os preços dos serviços a executar serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação do CUB/SC.

cláusula sétima – do prazo de execução DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução dos serviços será, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de assinatura deste contrato.

Cláusula oitava – Da Garantia DOS SERVIÇOS e equipamentos

A garantia legal para os serviços objeto do presente contrato é de 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra pelo CONTRATANTE e para os equipamentos 90 dias, contados a partir do recebimento provisório da obra. A garantia contratual para os equipamentos instalados, é de 1 ano a contar da data do recebimento provisório da obra.

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão-de-obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

Cláusula nona – Do Pagamento

O pagamento será realizado mensalmente, no quinto dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação da nota fiscal, após a constatação da efetiva realização dos serviços, através de ordem bancária.

§ 3º Caso não tenha sido realizado integralmente os serviços do mês, conforme cronograma físico-financeiro do anexo deste Contrato, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da parcela efetivamente realizada, mediante constatação através das medições pela fiscalização.

§ 4º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 5º O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 6º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

§ 7º O pagamento somente será realizado mediante comprovação da regularidade fiscal com o INSS, FGTS e com a Fazenda Estadual,

não se admitindo quaisquer acréscimos por eventuais atrasos decorrentes da não comprovação por parte do CONTRATADO desta situação.  
§ 8º A nota fiscal deverá ser emitida após o CONTRATANTE apurar a medição da efetiva realização dos serviços, com no mínimo 5 dias de antecedência em relação ao seu vencimento.

§ 9º No caso de consórcio, cada consorciado deverá executar os seus serviços previamente identificados na proposta de preços, emitindo a correspondente nota fiscal, para posterior liquidação por parte do Tribunal de Contas;

#### Cláusula décima – Da Atualização Monetária

Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Nona deste Contrato e tendo o CONTRATADO, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### Cláusula décima primeira – do recebimento

Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 90 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

#### Cláusula Décima segunda – Das Prerrogativas do Contratante

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V - Suspender a execução da obra em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

#### Cláusula Décima terceira – Das Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 2% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,1% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 10%.

c) de até 10% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

#### Cláusula Décima quarta – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - executar o objeto diretamente, salvo quando admitida a subcontratação, devendo, neste caso, emitir as ART's, também vinculadas ao responsável técnico do subcontratado;

IV - executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;

V - observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o CONTRATANTE o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

VI - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;

VII – oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;

VIII - adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução e obtenção do Alvará de Licença junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, arcando com todos os custos;

IX - iniciar os serviços, em até 15 dias corridos a contar da assinatura do contrato;

X - disponibilizar para a sua Gerência de Obra, espaço físico junto ao Canteiro de Obras para utilização como escritório, com linha telefônica em tempo integral, inclusive Sábados, Domingos e feriados;

XI - instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO;

XII - estabelecer para toda equipe de trabalho que todo material retirado da obra é de propriedade do CONTRATANTE, devendo o

CONTRATADO subtrair por sua conta, apenas o que lhe for dado como entulho;

XIII - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

XIV – fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

XV - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.

XVI - exceto quando autorizado, fica vedada a circulação dos empregados envolvidos nas obras e serviços nas dependências internas do prédio do CONTRATANTE, bem como a utilização dos acessos existentes para transporte de materiais.

XVII - manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo CONTRATANTE;

XVIII - implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria diária da fiscalização do CONTRATANTE que anotará as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Diário de Obras será emitido em 02 vias, também constituindo-se meio de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO;

XIX - substituir os seus empregados que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Feita a solicitação formal, o CONTRATADO terá que adotar a providência no máximo em quarenta e oito horas após o recebimento da comunicação;

XX - efetuar ou comprovar a existência de seguro de responsabilidade civil perante terceiros, para cobertura de eventuais sinistros provenientes da execução da obra, no valor de até R\$ 500.000,00, pagando os respectivos prêmios. A apólice ou o comprovante da realização do seguro deverá ser entregue ao CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste contrato;

XXI - exibir placa(s) em local visível, contendo as informações legais;

XXII - elaborar e fornecer o Projeto "As Built" antes do recebimento definitivo da obra;

Parágrafo único. No caso de contratação de consórcio, os consorciado terão responsabilidade solidária pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

#### Cláusula décima quinta – Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

V - adotar as providências e coordenar as reuniões, bem como, destinar e disponibilizar local para a realização das mesmas.

#### Cláusula DÉCIMA sexta – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### Cláusula décima sétima – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

#### Cláusula décima oitava – Da SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto deste Contrato, nos seguintes termos:

I - O CONTRATADO deverá submeter à aprovação da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo o subcontratado com pelo menos 15 dias de antecedência do início da execução dos serviços, juntando os mesmos documentos de habilitação exigidos no subitem 4.1 do edital (proporcional aos serviços subcontratados). Não sendo aceita a empresa apresentada, o CONTRATADO deverá apresentar outra ou realizar diretamente os serviços.

II - A responsabilidade integral sobre todos os serviços subcontratados é exclusivamente do CONTRATADO, e o mesmo responderá, ainda, por quaisquer prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo ou a terceiros e por todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

#### Cláusula décima nona – Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO DIÁRIO DE OBRAS

16.1 - É de responsabilidade da CONTRATADA, preencher o formulário do diário de obras (cfe. Anexo IV), no canteiro da obra, em duas vias (usar carbono de preferência), uma para a Prefeitura e outra para a Empresa.

Deverá ser entregue semanalmente à Prefeitura a 1ª via, a fim de registro no sistema do e-Sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**Cláusula vigésima – Dos Representantes daS Partes**

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é a Comissão Especial designada para este fim, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

**Cláusula vigésima primeira – Do Foro**

Fica eleito o foro da cidade de Pouso Redondo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 29 de Abril de 2015.

Kurtz Empreend. Imobiliários Ltda . Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

CNPJ 13.624.323/0001-06 83.102.681/0001-26

Representante Legal Nome:Nair Goulart

CONTRATO Nº016/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo sua Prefeita municipal

CONTRATADA: Muller Construtora Ltda Me, estabelecida na Rua 29 de Dezembro, inscrita no CNPJ sob nº 11.456.823/0001-42.

**Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável**

O presente contrato vincula-se ao Edital da Concorrência nº 002/2015 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

**Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato**

O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

**cláusula terceira – do Objeto do Contrato**

O presente Contrato tem por objeto Construção Centro Educacional Infantil Boa Vista, com área de 1.023,62m2, a ser edificada à Rua Augusto Peters, Bairro Boa Vista, Pouso Redondo/SC.

§ 1º Cabe ao CONTRATADO providenciar o local para a instalação do canteiro da obra, inclusive placa de identificação de obra, arcando com todos os custos, inclusive eventuais licenças.

§ 3º Constitui Anexo do Presente Contrato, o Cronograma Físico-Financeiro e os Projetos Arquitetônico e Complementares, com respectivos memoriais e especificações técnicas.

**Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária,

59/2015 (Recursos vinculados).

33/2015 ( Recursos Contra partida)

**Cláusula Quinta – Do valor e da garantia DE ADIMPLEMENTO**

Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$1.587.093,11(Um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, noventa e três reais e onze centavos), em parcelas mensais de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo e preços unitários constantes da planilha de custos da proposta, e somente poderá ser revisto em caso de reajuste, conforme previsto na Cláusula Sexta ou alteração contratual nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Nona.

§ 2º O CONTRATADO apresentou garantia no valor de R\$17.146,46 (Dezessete mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos, através de Caução em dinheiro – Transferência Bancária, visando assegurar o adimplemento integral da avença, sendo que a mesma será devolvida ao final do contrato, devidamente corrigida pelo rendimento da caderneta de poupança em caso de caução em dinheiro, caso cumprida todas as obrigações.

**Cláusula sexta – do reajuste**

Os preços dos serviços a executar serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação do CUB/SC.

**cláusula sétima – do prazo de execução DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO**

O prazo de execução dos serviços será, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de assinatura deste contrato.

**Cláusula oitava – Da Garantia DOS SERVIÇOS e equipamentos**

A garantia legal para os serviços objeto do presente contrato é de 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra pelo CONTRATANTE e para os equipamentos 90 dias, contados a partir do recebimento provisório da obra. A garantia contratual para os equipamentos instalados, é de 1 ano a contar da data do recebimento provisório da obra.

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão-de-obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.



**Cláusula nona – Do Pagamento**

O pagamento será realizado mensalmente, no quinto dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação da nota fiscal, após a constatação da efetiva realização dos serviços, através de ordem bancária. § 3º Caso não tenha sido realizado integralmente os serviços do mês, conforme cronograma físico-financeiro do anexo deste Contrato, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da parcela efetivamente realizada, mediante constatação através das medições pela fiscalização.

§ 4º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 5º O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 6º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

§ 7º O pagamento somente será realizado mediante comprovação da regularidade fiscal com o INSS, FGTS e com a Fazenda Estadual, não se admitindo quaisquer acréscimos por eventuais atrasos decorrentes da não comprovação por parte do CONTRATADO desta situação.

§ 8º A nota fiscal deverá ser emitida após o CONTRATANTE apurar a medição da efetiva realização dos serviços, com no mínimo 5 dias de antecedência em relação ao seu vencimento.

§ 9º No caso de consórcio, cada consorciado deverá executar os seus serviços previamente identificados na proposta de preços, emitindo a correspondente nota fiscal, para posterior liquidação por parte do Tribunal de Contas;

**Cláusula décima – Da Atualização Monetária**

Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Nona deste Contrato e tendo o CONTRATADO, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

**Cláusula décima primeira – do recebimento**

Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 90 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

**Cláusula Décima segunda – Das Prerrogativas do Contratante**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V - Suspender a execução da obra em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

**Cláusula Décima terceira – Das Penalidades**

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 2% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,1% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 10%.

c) de até 10% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

**Cláusula Décima quarta – Das Obrigações do Contratado**

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - executar o objeto diretamente, salvo quando admitida a subcontratação, devendo, neste caso, emitir as ART's, também vinculadas ao responsável técnico do subcontratado;

IV - executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;

V - observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o CONTRATANTE o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

VI - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na

ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;

VII – oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;

VIII - adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução e obtenção do Alvará de Licença junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, arcando com todos os custos;

IX - iniciar os serviços, em até 15 dias corridos a contar da assinatura do contrato;

X - disponibilizar para a sua Gerência de Obra, espaço físico junto ao Canteiro de Obras para utilização como escritório, com linha telefônica em tempo integral, inclusive Sábados, Domingos e feriados;

XI - instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO;

XII - estabelecer para toda equipe de trabalho que todo material retirado da obra é de propriedade do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO subtrair por sua conta, apenas o que lhe for dado como entulho;

XIII - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

XIV – fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

XV - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.

XVI - exceto quando autorizado, fica vedada a circulação dos empregados envolvidos nas obras e serviços nas dependências internas do prédio do CONTRATANTE, bem como a utilização dos acessos existentes para transporte de materiais.

XVII - manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo CONTRATANTE;

XVIII - implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria diária da fiscalização do CONTRATANTE que anotará as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Diário de Obras será emitido em 02 vias, também constituindo-se meio de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO;

XIX - substituir os seus empregados que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Feita a solicitação formal, o CONTRATADO terá que adotar a providência no máximo em quarenta e oito horas após o recebimento da comunicação;

XX - efetuar ou comprovar a existência de seguro de responsabilidade civil perante terceiros, para cobertura de eventuais sinistros provenientes da execução da obra, no valor de até R\$ 500.000,00, pagando os respectivos prêmios. A apólice ou o comprovante da realização do seguro deverá ser entregue ao CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste contrato;

XXI - exibir placa(s) em local visível, contendo as informações legais;

XXII - elaborar e fornecer o Projeto "As Built" antes do recebimento definitivo da obra;

Parágrafo único. No caso de contratação de consórcio, os consorciado terão responsabilidade solidária pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

#### Cláusula décima quinta – Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

V - adotar as providências e coordenar as reuniões, bem como, destinar e disponibilizar local para a realização das mesmas.

#### Cláusula DÉCIMA sexta – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### Cláusula décima sétima – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

#### Cláusula décima oitava – Da SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto deste Contrato, nos seguintes termos:

I - O CONTRATADO deverá submeter à aprovação da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo o subcontratado com pelo menos 15 dias de antecedência do início da execução dos serviços, juntando os mesmos documentos de habilitação exigidos no subitem 4.1 do edital (proporcional aos serviços subcontratados). Não sendo aceita a empresa apresentada, o CONTRATADO deverá apresentar outra ou realizar diretamente os serviços.

II - A responsabilidade integral sobre todos os serviços subcontratados é exclusivamente do CONTRATADO, e o mesmo responderá, ainda, por quaisquer prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo ou a terceiros e por todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

#### Cláusula décima nona – Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO DIÁRIO DE OBRAS

16.1 - É de responsabilidade da CONTRATADA, preencher o formulário do diário de obras (cfe. Anexo IV), no canteiro da obra, em duas vias (usar carbono de preferência), uma para a Prefeitura e outra para a Empresa.

Deverá ser entregue semanalmente à Prefeitura a 1ª via, a fim de registro no sistema do e-Sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### Cláusula vigésima – Dos Representantes das Partes

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é a Comissão Especial designada para este fim, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

#### Cláusula vigésima primeira – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Pouso Redondo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 20 de Maio de 2015.

.....  
PAULO CÉSAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em exercício

#### EMPRESA

.....  
MÜLLER CONSTRUTORA LTDA Me.  
CNPJ: 11.456.823/0001-42 – Representante Legal

CONTRATO Nº017/2015  
CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício.

CONTRATADA: KURTZ EMP. IMOB. LTDA, estabelecida na Avenida Evaldo Prim, 645, Distrito Industrial, Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob nº 13.624.323/0001-06, representada neste ato pelo Sr. Artur Alexandre Korb, CPF 935.547.109-20.

#### Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se ao Edital da Concorrência nº 003/2015 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

#### Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

#### cláusula terceira – do Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa do ramo, para fornecimento de mão de obra e materiais, para pavimentação em lajotas hexagonais de concreto, drenagem pluvial, sinalização viária, e pavimentação dos passeios em Paver da Rua PORFIRIO JOÃO DO CARMO.

§ 1º Cabe ao CONTRATADO providenciar o local para a instalação do canteiro da obra, inclusive placa de identificação de obra, arcando com todos os custos, inclusive eventuais licenças.

§ 3º Constitui Anexo do Presente Contrato, o Cronograma Físico-Financeiro e os Projetos Arquitetônico e Complementares, com respectivos memoriais e especificações técnicas.

#### Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária, 90/2015 (Recursos vinculados).  
89/2015 (Recursos Contra partida)

#### Cláusula Quinta – Do valor e da garantia DE ADIMPLEMENTO

Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 241.920,30 (Duzentos e quarenta e um, novecentos e vinte reais e trinta centavos), em parcelas mensais de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo e preços unitários constantes da planilha de custos da proposta, e somente poderá ser revisto em caso de reajuste, conforme previsto na Cláusula Sexta ou alteração contratual nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Nona.

§ 2º O CONTRATADO apresentou garantia no valor de R\$ R\$ 2.510,44 (Dois mil, quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), através de CARTA DE FIANÇA, visando assegurar o adimplemento integral da avença, sendo que a mesma será devolvida ao final do contrato, devidamente corrigida pelo rendimento da caderneta de poupança em caso de caução em dinheiro, caso cumprida todas as obrigações.

**Cláusula sexta – do reajuste**

Os preços dos serviços a executar serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação do CUB/SC.

**cláusula sétima – do prazo de execução DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO**

O prazo de execução dos serviços será, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de assinatura deste contrato.

**Cláusula oitava – Da Garantia DOS SERVIÇOS e equipamentos**

A garantia legal para os serviços objeto do presente contrato é de 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra pelo CONTRATANTE e para os equipamentos 90 dias, contados a partir do recebimento provisório da obra. A garantia contratual para os equipamentos instalados, é de 1 ano a contar da data do recebimento provisório da obra.

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão-de-obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

**Cláusula nona – Do Pagamento**

O pagamento será realizado mensalmente, no quinto dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação da nota fiscal, após a constatação da efetiva realização dos serviços, através de ordem bancária.

§ 3º Caso não tenha sido realizado integralmente os serviços do mês, conforme cronograma físico-financeiro do anexo deste Contrato, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da parcela efetivamente realizada, mediante constatação através das medições pela fiscalização.

§ 4º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 5º O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplimento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 6º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

§ 7º O pagamento somente será realizado mediante comprovação da regularidade fiscal com o INSS, FGTS e com a Fazenda Estadual, não se admitindo quaisquer acréscimos por eventuais atrasos decorrentes da não comprovação por parte do CONTRATADO desta situação.

§ 8º A nota fiscal deverá ser emitida após o CONTRATANTE apurar a medição da efetiva realização dos serviços, com no mínimo 5 dias de antecedência em relação ao seu vencimento.

§ 9º No caso de consórcio, cada consorciado deverá executar os seus serviços previamente identificados na proposta de preços, emitindo a correspondente nota fiscal, para posterior liquidação por parte do Tribunal de Contas;

**Cláusula décima – Da Atualização Monetária**

Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Nona deste Contrato e tendo o CONTRATADO, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

**Cláusula décima primeira – do recebimento**

Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 90 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

**Cláusula Décima segunda – Das Prerrogativas do Contratante**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V - Suspender a execução da obra em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

**Cláusula Décima terceira – Das Penalidades**

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 2% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,1% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 10%.

c) de até 10% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

**Cláusula Décima quarta – Das Obrigações do Contratado****São obrigações do CONTRATADO:**

- I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
  - II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
  - III - executar o objeto diretamente, salvo quando admitida a subcontratação, devendo, neste caso, emitir as ART's, também vinculadas ao responsável técnico do subcontratado;
  - IV - executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
  - V - observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o CONTRATANTE o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
  - VI - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;
  - VII – oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;
  - VIII - adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução e obtenção do Alvará de Licença junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, arcando com todos os custos;
  - IX - iniciar os serviços, em até 15 dias corridos a contar da assinatura do contrato;
  - X - disponibilizar para a sua Gerência de Obra, espaço físico junto ao Canteiro de Obras para utilização como escritório, com linha telefônica em tempo integral, inclusive Sábados, Domingos e feriados;
  - XI - instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO;
  - XII - estabelecer para toda equipe de trabalho que todo material retirado da obra é de propriedade do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO subtrair por sua conta, apenas o que lhe for dado como entulho;
  - XIII - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
  - XIV – fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
  - XV - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.
  - XVI - exceto quando autorizado, fica vedada a circulação dos empregados envolvidos nas obras e serviços nas dependências internas do prédio do CONTRATANTE, bem como a utilização dos acessos existentes para transporte de materiais.
  - XVII - manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo CONTRATANTE;
  - XVIII - implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria diária da fiscalização do CONTRATANTE que anotará as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Diário de Obras será emitido em 02 vias, também constituindo-se meio de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO;
  - XIX - substituir os seus empregados que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Feita a solicitação formal, o CONTRATADO terá que adotar a providência no máximo em quarenta e oito horas após o recebimento da comunicação;
  - XX - efetuar ou comprovar a existência de seguro de responsabilidade civil perante terceiros, para cobertura de eventuais sinistros provenientes da execução da obra, no valor de até R\$ 500.000,00, pagando os respectivos prêmios. A apólice ou o comprovante da realização do seguro deverá ser entregue ao CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste contrato;
  - XXI - exibir placa(s) em local visível, contendo as informações legais;
  - XXII - elaborar e fornecer o Projeto "As Built" antes do recebimento definitivo da obra;
- Parágrafo único. No caso de contratação de consórcio, os consorciado terão responsabilidade solidária pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**Cláusula décima quinta – Das Obrigações do CONTRATANTE****São obrigações do CONTRATANTE:**

- I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.
- IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;
- V - adotar as providências e coordenar as reuniões, bem como, destinar e disponibilizar local para a realização das mesmas.

**Cláusula DÉCIMA sexta – das hipóteses de rescisão**

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

**Cláusula décima sétima – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral**

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;  
IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

#### Cláusula décima oitava – Da SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto deste Contrato, nos seguintes termos:

I - O CONTRATADO deverá submeter à aprovação da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo o subcontratado com pelo menos 15 dias de antecedência do início da execução dos serviços, juntando os mesmos documentos de habilitação exigidos no subitem 4.1 do edital (proporcional aos serviços subcontratados). Não sendo aceita a empresa apresentada, o CONTRATADO deverá apresentar outra ou realizar diretamente os serviços.

II - A responsabilidade integral sobre todos os serviços subcontratados é exclusivamente do CONTRATADO, e o mesmo responderá, ainda, por quaisquer prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo ou a terceiros e por todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

#### Cláusula décima nona – Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO DIÁRIO DE OBRAS

16.1 - É de responsabilidade da CONTRATADA, preencher o formulário do diário de obras (cfe. Anexo IV), no canteiro da obra, em duas vias (usar carbono de preferência), uma para a Prefeitura e outra para a Empresa.

Deverá ser entregue semanalmente à Prefeitura a 1ª via, a fim de registro no sistema do e-Sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### Cláusula vigésima – Dos Representantes das Partes

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é a Comissão Especial designada para este fim, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

#### Cláusula vigésima primeira – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Pouso Redondo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 01 de Junho. de 2015.

Kurtz Empreend. Imobiliários Ltda . Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

CNPJ 13.624.323/0001-06 83.102.681/0001-26

Representante Legal Nome:Jardel Fronza - Prefeito Munic. em exercício

CONTRATO Nº018/2015

CONCORRÊNCIA Nº 004/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo sua Prefeita municipal

CONTRATADA: WILSON EMPREEND. IMOBILIARIOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua Presidente Juscelino, 225, sala, Centro, Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob nº77.894.863/0001-84.

#### Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se ao Edital da Concorrência nº 004/2015 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

#### Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

#### cláusula terceira – do Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa do ramo, para fornecimento de mão de obra e materiais, para construção de Centro de Referência de Assistência Social, com área de 184,67m², a se localizar na Rua Adolfo Bretzke, Bairro Independência, Pouso Redondo/SC. Convênio nº812569/2014 Ministério de Desenvolvimento Social.

§ 1º Cabe ao CONTRATADO providenciar o local para a instalação do canteiro da obra, inclusive placa de identificação de obra, arcando com todos os custos, inclusive eventuais licenças.

§ 3º Constitui Anexo do Presente Contrato, o Cronograma Físico-Financeiro e os Projetos Arquitetônico e Complementares, com respectivos memoriais e especificações técnicas.

#### Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária, 127/2015 (Recursos vinculados).

126/2015 ( Recursos Contra partida)

#### Cláusula Quinta – Do valor e da garantia DE ADIMPLEMENTO

Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 322.000,00



(Trezentos e vinte e dois mil reais), em parcelas mensais de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo e preços unitários constantes da planilha de custos da proposta, e somente poderá ser revisto em caso de reajuste, conforme previsto na Cláusula Sexta ou alteração contratual nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Nona.

§ 2º O CONTRATADO apresentou garantia no valor de R\$3.628,74 (Três mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), através de CARTA DE FIANÇA, visando assegurar o adimplemento integral da avença, sendo que a mesma será devolvida ao final do contrato, devidamente corrigida pelo rendimento da caderneta de poupança em caso de caução em dinheiro, caso cumprida todas as obrigações.

#### Cláusula sexta – do reajuste

Os preços dos serviços a executar serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação do CUB/SC.

#### cláusula sétima – do prazo de execução DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução dos serviços será, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de assinatura deste contrato.

#### Cláusula oitava – Da Garantia DOS SERVIÇOS e equipamentos

A garantia legal para os serviços objeto do presente contrato é de 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra pelo CONTRATANTE e para os equipamentos 90 dias, contados a partir do recebimento provisório da obra. A garantia contratual para os equipamentos instalados, é de 1 ano a contar da data do recebimento provisório da obra.

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão-de-obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

#### Cláusula nona – Do Pagamento

O pagamento será realizado mensalmente, no quinto dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação da nota fiscal, após a constatação da efetiva realização dos serviços, através de ordem bancária.

§ 3º Caso não tenha sido realizado integralmente os serviços do mês, conforme cronograma físico-financeiro do anexo deste Contrato, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da parcela efetivamente realizada, mediante constatação através das medições pela fiscalização.

§ 4º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 5º O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 6º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

§ 7º O pagamento somente será realizado mediante comprovação da regularidade fiscal com o INSS, FGTS e com a Fazenda Estadual, não se admitindo quaisquer acréscimos por eventuais atrasos decorrentes da não comprovação por parte do CONTRATADO desta situação.

§ 8º A nota fiscal deverá ser emitida após o CONTRATANTE apurar a medição da efetiva realização dos serviços, com no mínimo 5 dias de antecedência em relação ao seu vencimento.

§ 9º No caso de consórcio, cada consorciado deverá executar os seus serviços previamente identificados na proposta de preços, emitindo a correspondente nota fiscal, para posterior liquidação por parte do Tribunal de Contas;

#### Cláusula décima – Da Atualização Monetária

Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Nona deste Contrato e tendo o CONTRATADO, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### Cláusula décima primeira – do recebimento

Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 90 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

#### Cláusula Décima segunda – Das Prerrogativas do Contratante

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V - Suspender a execução da obra em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

#### Cláusula Décima terceira – Das Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 2% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,1% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 10%.

c) de até 10% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

#### Cláusula Décima quarta – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - executar o objeto diretamente, salvo quando admitida a subcontratação, devendo, neste caso, emitir as ART's, também vinculadas ao responsável técnico do subcontratado;

IV - executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;

V - observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o CONTRATANTE o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

VI - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;

VII – oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;

VIII - adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução e obtenção do Alvará de Licença junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, arcando com todos os custos;

IX - iniciar os serviços, em até 15 dias corridos a contar da assinatura do contrato;

X - disponibilizar para a sua Gerência de Obra, espaço físico junto ao Canteiro de Obras para utilização como escritório, com linha telefônica em tempo integral, inclusive Sábados, Domingos e feriados;

XI - instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO;

XII - estabelecer para toda equipe de trabalho que todo material retirado da obra é de propriedade do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO subtrair por sua conta, apenas o que lhe for dado como entulho;

XIII - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

XIV – fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

XV - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.

XVI - exceto quando autorizado, fica vedada a circulação dos empregados envolvidos nas obras e serviços nas dependências internas do prédio do CONTRATANTE, bem como a utilização dos acessos existentes para transporte de materiais.

XVII - manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo CONTRATANTE;

XVIII - implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria diária da fiscalização do CONTRATANTE que anotará as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Diário de Obras será emitido em 02 vias, também constituindo-se meio de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO;

XIX - substituir os seus empregados que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Feita a solicitação formal, o CONTRATADO terá que adotar a providência no máximo em quarenta e oito horas após o recebimento da comunicação;

XX - efetuar ou comprovar a existência de seguro de responsabilidade civil perante terceiros, para cobertura de eventuais sinistros provenientes da execução da obra, no valor de até R\$ 500.000,00, pagando os respectivos prêmios. A apólice ou o comprovante da realização do seguro deverá ser entregue ao CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste contrato;

XXI - exibir placa(s) em local visível, contendo as informações legais;

XXII - elaborar e fornecer o Projeto "As Built" antes do recebimento definitivo da obra;

Parágrafo único. No caso de contratação de consórcio, os consorciado terão responsabilidade solidária pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

#### Cláusula décima quinta – Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

V - adotar as providências e coordenar as reuniões, bem como, destinar e disponibilizar local para a realização das mesmas.

**Cláusula DÉCIMA sexta – das hipóteses de rescisão**

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

**Cláusula décima sétima – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral**

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**Cláusula décima oitava – Da SUBCONTRATAÇÃO**

Será admitida a subcontratação parcial do objeto deste Contrato, nos seguintes termos:

I - O CONTRATADO deverá submeter à aprovação da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo o subcontratado com pelo menos 15 dias de antecedência do início da execução dos serviços, juntando os mesmos documentos de habilitação exigidos no subitem 4.1 do edital (proporcional aos serviços subcontratados). Não sendo aceita a empresa apresentada, o CONTRATADO deverá apresentar outra ou realizar diretamente os serviços.

II - A responsabilidade integral sobre todos os serviços subcontratados é exclusivamente do CONTRATADO, e o mesmo responderá, ainda, por quaisquer prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo ou a terceiros e por todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

**Cláusula décima nona – Das Alterações**

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO DIÁRIO DE OBRAS**

16.1 - É de responsabilidade da CONTRATADA, preencher o formulário do diário de obras (cfe. Anexo IV), no canteiro da obra, em duas vias (usar carbono de preferência), uma para a Prefeitura e outra para a Empresa.

Deverá ser entregue semanalmente à Prefeitura a 1ª via, a fim de registro no sistema do e-Sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**Cláusula vigésima – Dos Representantes das Partes**

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é a Comissão Especial designada para este fim, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

**Cláusula vigésima primeira – Do Foro**

Fica eleito o foro da cidade de Pouso Redondo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 01 de Junho de 2015.

Wilson Empreend. Imobiliários Ltda .

CNPJ 77.894.863/0001-84

Representante Legal

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

83.102.681/0001-26

Nome:Jardel Fronza - Prefeito Munic. em exercício

CONTRATO Nº019/2015

PROCESSO N. 12/2015

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº.09/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, E A EMPRESA AM ASSESSORIA CONSULTORIA LTDA - ME.

O Município de Pouso Redondo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.681/0001-26, situada na Rua Antonio Carlos Thiesen, N.74, Independência, Município de Pouso Redondo, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Sra. Nair Goulart, a seguir denominada Contratante, e a empresa AM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Canoas, 145, Vila Pinheiros, Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.287.839/0001-15, neste ato representado pelo Sr. Antonio Pires Burg, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade pregão presencial nº. 09/2015, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto (art. 55, I e XI)**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de pessoa física ou jurídica para assessoria na área contábil e de finanças e orientação, supervisão e operacionalização dos programas geridos pela secretaria municipal de Educação, a saber: SIMEC e suas funcionalidades, Plano de ações articuladas, SIGPC e PDDEWEB, descritos da seguinte forma: SIMEC suas funcionalidades: PDE interativo; Mais Educação; Manutenção Educação Infantil; Suplementação MDS; Atleta na escola. Plano de Ações articuladas: Atualização e acompanhamento de execução. Conforme a relação do Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo Licitatório Modalidade pregão presencial nº.09/2015, juntamente com seus anexos e a



proposta da CONTRATADA.

**CLAUSULA SEGUNDA – Forma de Fornecimento (art. 55, II)**

A execução do presente Contrato dar-se-á (03) Três dias por semana, (04) Quatro horas por dia.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Valor Contratual (art. 55, III)**

Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total da presente contratação que importa em R\$ 52.200,00 (Cinquenta e dois mil e duzentos reais), sendo divididos no valor de R\$5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais) mensais.

**CLÁUSULA QUARTA – Condições de Pagamento (art. 55, III)**

Parágrafo Único – Os pagamentos serão efetuados Mensalmente após entrega do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – Recurso Financeiro (art. 55, V)**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à seguinte recurso financeiro:

è Dotações Orçamentárias :

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.003.3390.00	130	6/2014	Manutenção da Secretaria de Administração
2.012.3390.00	131	57/2014	Manutenção do Ensino Infantil

**CLÁUSULA SEXTA – Das Alterações de Valor (art. 55, III)**

A presente licitação não sofrerá reajuste, salvo em casos previstos na lei nº8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Condições de Entrega (art. 55, IV)**

O início para a entrega do objeto do presente Contrato será a partir da solicitação formal efetuada pela CONTRATANTE, conforme condições previstas no anexo I, do presente edital.

**CLÁUSULA OITAVA – Direitos e Responsabilidades das Partes (art. 55, VII)**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

**CLÁUSULA NONA – Rescisão (art. 55, VIII e IX)**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art.78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Legislação Aplicável (ART. 55, XII)**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Duração (art. 55, IV e art. 57)**

A vigência do presente contrato será contada a partir da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Casos Omissos (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Foro (art. 55, § 2º)**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em duas vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pouso Redondo, 01 de Junho de 2015.

NAIR GOULART  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME

CNPJ:01.287,39/0001-15  
CONTRATADA – Representante Legal

CONTRATO Nº. 020/2015

Aos 02 (dois) dia do mês de Junho de 2015, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Antonio Carlos Thiesen, nº74 - Centro - Pouso Redondo/SC, CEP 89172-000, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.681/0001-26, neste ato representado pelo sua Prefeita Municipal Senhora Nair Goulart, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representada pelo seu Gerente Senhor Evaldo Rocha, portador do CPF nº. 291.950.049-04, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de:

- a) instalação, parametrização e treinamento do Sistema SIC – Serviço de Informação ao Cidadão;
- b) manutenção do Sistema SIC – Serviço de Informação ao Cidadão;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar todas as instalações e parametrizações necessárias para o perfeito funcionamento do SIC – Sistema de Informação ao Cidadão.
- 2) Efetuar o cadastramento inicial de dados e linkagem dos endereços no Sistema do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.
- 3) Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem das informações do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.
- 4) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;
- 5) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;
- 6) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 2) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Disponibilizar pessoal especializado para treinamento e instalação do software;
- 2) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

1) Pelos serviços de instalação do Sistema SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, a importância de R\$. 2.000,00 (dois mil reais), a serem pagos em parcela única, em 10 (dez) dias após a instalação.

0.1. Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão a Contratante pagará à Contratada a importância mensal de R\$. 200,00 (duzentos reais).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 07 (Sete) meses, sendo automaticamente renovado, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade – 2.003 – desp. (06) Manutenção da Secretaria de Administração.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.000000 - Aplicações Diretas

Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Trombudo Central, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 1) Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.
- 2) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 3) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 4) Em caso de rescisão do presente contrato, a Contratada manterá a hospedagem dos arquivos publicados até a data da rescisão, para acesso na Internet por parte da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, por um período de no mínimo 05 (cinco) anos.

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Pouso Redondo, 08 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUN. DE POUSO REDONDO EVALDO ROCHA

Nair Goulart – Prefeita Municipal  
Contratante

INFO VR – Tec. e Consult. Púb. Ltda  
Contratada

CONTRATO nº. 021/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, E A EMPRESA GRAFICA FREE WAY LTDA. ME.

O Município de Pouso Redondo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.681/0001-26, situada na Rua Antonio Carlos Thiesen nº 74, Centro, Município de Pouso Redondo, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Sra. Nair Goulart, a seguir denominada Contratante, e a empresa GRAFICA FREE WAY LTDA. ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Avenida 1º de Maio, Cidade de Pouso Redondo, Estado de SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.462.938/0001-59, neste ato representado pela Sra. Marilene Kramel, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto (art. 55, I e XI)**

O presente Contrato tem por objeto a Impressão de Revistas Institucionais, com capa em papel couchê (170 gramas), plastificada, impressão 4x4 e material interno em papel couchê (115 gramas) – impressão 4x4 com grampo, 28 páginas, de 6000 (Seis mil) unidades, referente a obras e programas desenvolvidos pela administração Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA – Forma de Fornecimento (art. 55, II)**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma integral, conforme solicitado pelo município.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Valor Contratual (art. 55, III)**

Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total da presente contratação que importa em R\$ 7.860,00 (Sete mil, oitocentos e sessenta reais) sendo o valor Unitário de R\$1,31 (Hum real e trinta e um centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – Condições de Pagamento (art. 55, III)**

Parágrafo Único – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (Trinta) dias após entrega da nota fiscal, conforme entrega do objeto, solicitado pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

**CLÁUSULA QUINTA – Recurso Financeiro (art. 55, V)**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta seguinte recurso financeiro:

è Dotações Orçamentárias

2.003.3390.00 - 130 - 06/2015 - Manutenção da Secretaria de Administração

**CLÁUSULA SEXTA – Das Alterações de Valor (art. 55, III)**

O valor contratual não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Condições de Entrega (art. 55, IV)**

O início para a entrega do objeto do presente Contrato será a partir da solicitação formal efetuada pela CONTRATANTE, em até 10 (Dez) dias.

**CLÁUSULA OITAVA – Direitos e Responsabilidades das Partes (art. 55, VII)**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- c) efetuar o pagamento e,
- d) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- e) prestar o fornecimento na forma ajustada;
- f) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- g) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

**CLÁUSULA NONA – Rescisão (art. 55, VIII e IX)**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art.78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Legislação Aplicável (ART. 55, XII)**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Duração (art. 55, IV e art. 57)**

A vigência do presente contrato será contada a partir da data de sua assinatura até 60 (Sessenta) dias, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Casos Omissos (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Foro (art. 55, § 2º)**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em duas vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Município de Pouso Redondo - Contratante

GRAFICA FREE WAY

CNPJ 02.462.938/0001-59 – Contratado

CONTRATO Nº022/2015

PROCESSO N. 22/2015

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº.17/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, E A EMPRESA RADIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA.

O Município de Pouso Redondo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.681/0001-26, situada na Rua Antonio Carlos Thiesen, N.74, Independência, Município de Pouso Redondo, estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart, a seguir denominada Contratante, e a empresa RADIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rod. SC 422, KM 03, Cidade de Taió/SC, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.481.762/0001-84., neste ato representada pelo Sr. Joel Spredemann., a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade pregão presencial nº. 17/2015, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto (art. 55, I e XI)**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Serviços de Empresa de Radiodifusão em AMPLITUDE MODULADA (AM)) devidamente licenciada junto ao Ministério das Comunicações, para veiculação radiofônica de divulgação informativo de atos de utilidade pública, obras, serviços de campanhas dos órgãos da administração municipal (campanha de vacinação, coleta de lixo, entre outras)

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo Licitatório Modalidade pregão presencial nº.17/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLAUSULA SEGUNDA – Forma de Fornecimento (art. 55, II)**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob forma integral, após autorização de fornecimento do município.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Valor Contratual (art. 55, III)**

Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total da presente contratação que importa em R\$15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais), sendo divididos em parcelas mensais de R\$ 1.950,00 (Hum mil, novecentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA QUARTA – Condições de Pagamento (art. 55, III)**

Parágrafo Único – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – Recurso Financeiro (art. 55, V)**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à seguinte recurso financeiro:

è Dotações Orçamentárias :

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	130	6/2015	Manutenção do Depto. de Administração

**CLÁUSULA SEXTA – Das Alterações de Valor (art. 55, III)**

A presente licitação não sofrerá reajuste, salvo em casos previstos na lei nº8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Condições de Entrega (art. 55, IV)**

O início para a entrega do objeto do presente Contrato será a partir da solicitação formal efetuada pela CONTRATANTE, Imediato, conforme condições previstas no anexo I, do presente edital.

**CLÁUSULA OITAVA – Direitos e Responsabilidades das Partes (art. 55, VII)**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

e) efetuar o pagamento e,

f) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

i) prestar o fornecimento na forma ajustada;

j) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

k) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

l) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

**CLÁUSULA NONA – Rescisão (art. 55, VIII e IX)**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art.78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Legislação Aplicável (ART. 55, XII)**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Duração (art. 55, IV e art. 57)**

A vigência do presente contrato será contada a partir da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado através de Termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Casos Omissos (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Foro (art. 55, § 2º)**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em duas vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pouso Redondo, 08 de Junho de 2015.

NAIR GOULART

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

RADIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA

CNPJ:83.481.762/0001-84

CONTRATADA – Representante Legal

EXTRATOS DE CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

Meses Março á Junho/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 008/2015.

Pelo presente instrumento particular de contrato, comparecem, de uma lado na qualidade de LOCADOR e assim doravante denominado ABELO AUGUSTINHO BLAU, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº379. 339.149/34, sediado na Rua: Getúlio Vargas, nº 798, Bairro Boa Vista, em Pouso Redondo, SC, de outro, na qualidade de LOCATÁRIO e assim doravante denominado Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo (FMS), CNPJ: 12.321.353/0001-72 com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, centro, nesta cidade de Pouso Redondo, SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal Senhor DIEGO FIGUEREDO, os quais resolvem estabelecer as seguintes cláusulas para ordenamento da relação contratual que ora iniciam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente contrato é a locação residencial dos imóveis constituídos por 2 apartamento nº 102 "B", 01 "A" bloco A, apartamento nº 102 "A" bloco B situado na Rua: 23 de julho, Bairro Boa vista, em Pouso Redondo, SC, sendo 2 apartamento com a área de 55m2 e o 3 apartamento com área total de 61m2, os quais são entregues ao LOCATÁRIO, neste ato em perfeitas condições de uso.



Parágrafo Primeiro: OS APARTAMENTOS e as respectivas garagens ora locados deverão ser utilizados para fins exclusivamente residências, sendo que a sua destinação para outros fins caracterizará infração ao contrato, ensejando a automática rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou notificação, sem prejuízo de eventuais perdas e danos experimentadas.

Parágrafo Segundo: Para fins deste artigo, o LOCATÁRIO declara que recebe nesta data o imóvel objeto da locação, com instalações elétricas, hidráulicas portas e janelas em ordem, pintado e pronto para o uso, em plena condições para realização do fim a que se destina, dispensando-se a vistoria prévia.

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente locação terá vigência pelo prazo de 9(NOVE) meses, iniciando-se no dia 20/03/2015 e encerrando-se em 31/12/2015

Parágrafo Único: Chegada a data prevista para o término da locação, não havendo manifestação expressa das partes, ficará o mesmo automaticamente renovado por prazo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Como contraprestação pecuniária em razão da locação o LOCATÁRIO pagará o aluguel mensal de R\$ 2.078,00 (Dois mil e setenta e oito reais) sendo que o valor individual de cada apartamento compreende em 3 apartamento de R\$ 692,67 (seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos) quantia essa que deverá se paga diretamente ao locador até o dia 20(vinte) de cada mês posterior ao vencido.

Parágrafo Primeiro: O valor do aluguel contrato será reajustado na menor periodicidade permitida pela legislação vigente, de forma a recompor o seu poder aquisitivo, tomando por base a variação positiva do salário mínimo apurado nos meses decorridos desde o ultimo reajuste ou desde a pactuação do presente contrato. A atualização do valor do aluguel ocorrerá inclusive na hipótese de renovação tácita do contrato, ressaltando o valor do aluguel ajustado adequando-o as condições do mercado.

CLÁUSULA QUARTA: Salvo quando as obras importem na segurança do prédio, fica obrigado por todas as outras, devendo trazer o imóvel sempre em boas condições higiene, limpeza e ocupação, mantendo as instalações e o padrão original a casa e a garagem, atendendo todas as exigências formuladas pelos poderes públicos, no que tange á utilização do imóvel.

Parágrafo Primeiro: Qualquer benfeitoria ou alteração na características do imóvel locado, pretendi pelo LOCATÁRIO deverá se expressamente autorizada pelo LOCADOR, por escrito, ainda que por simples aditamento ao presente contrato, firmado de próprio punho pelas partes e subscrito, sendo que o desrespeito a tal previsão caracterizará infração contratual.

Parágrafo Segundo: O LOCATÁRIO renuncia desde logo a direito de indenização e retenção em função de qualquer benfeitoria que eventualmente venha a efetuar no imóvel, autorizada ou não, ainda que necessária, as quais eventualmente construídas, integrarão o imóvel, salvo possam dele ser retiradas sem descaracterizá-los

Parágrafo Terceiro: O LOCATÁRIO deverá comunicar à LOCADOR com a máxima urgência qualquer espécie de turbacão ou esbulho que eventualmente venha a ocorrer em relação ao imóvel ora locado, sob pena de responder solidaria ou isoladamente pelos danos causados pelo agente indesejado.

CLÁUSULA QUINTA: Incumbirá também ao LOCATÁRIO o pagamento da taxa de lixo relativo ao imóvel locado, tarifas públicas de consumo de luz, gaz e demais encargos cobrados pelo poder público, ou concessionárias de serviços em decorrência do uso do imóvel.

Parágrafo Primeiro: Os bens mantidos pelo LOCATÁRIO no imóvel estarão sempre por sua conta e risco, ficando ao seu critério a contratação de um seguro para sua cobertura contra quaisquer eventos.

CLÁUSULA SEXTA: O LOCATÁRIO deverá satisfazer prontamente todas as exigências do Poder Público no que tange a higiene, segurança e conservação do imóvel na vigência do contrato.

CLÁUSULA SETIMA: É facultado ao LOCADOR, pessoalmente ou através de preposto, vistoriar o imóvel, a qualquer momento da relação contratual, de acordo com sua conveniência, mediante prévio aviso.

CLÁUSULA OITAVA: Na hipótese de rescisão do contrato por infração praticada pelo LOCATÁRIO, será concedido prazo de 30(trinta) dias para a desocupação, sem prejuízo da multa prevista. Superado o prazo previsto, no entanto, caberá o despejo liminarmente.

CLÁUSULA NONA: No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará a LOCADOR desobrigada do cumprimento de todas as clausulas desde contrato, ressaltado ao LOCATÁRIO a faculdade de haver do Poder Publico indenização a que porventura tiver direito.

CLÁUSULA DECIMA: As partes estabelecem uma multa contratual correspondente a 1(um) aluguel vigente à época da infração, a ser suportada pela parte que infringir qualquer das clausulas previstas neste contrato em detrimento da parte inocente, salvo as hipóteses excludentes de responsabilidade e a multa especifica para o inadimplemento do aluguel, já estipulada na clausula terceira.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: É proibida ao locatário qualquer tipo ou espécie de animais no imóvel, sendo que o desrespeito a tal previsão caracterizará a infração contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Os fatos ocorrências á seguir arrolados, exemplificativamente, serão considerados justo motivos para que o LOCADOR considere rescindida a avença independentemente de notificação ou interpelação ao LOCATÁRIO: a) sublocação do imóvel, em seu todo ou parte; b) realização de modificações ou edificação de benfeitorias úteis ou voluptuárias sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR; c) falta de pagamento do aluguel por prazo superior a 30 (trinta) dias; d) alteração do destino da locação (residência);



e) pratica de atividades ilícitas ou bons costumes; f) termo do prazo estipulado, e g) não substituição da fiança quando necessário.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA:** Os recursos necessários à execução do presente contrato estão consignados no Orçamento corrente do Município de Pouso Redondo, a saber:  
07 – 3.3.90.36.15.00.0130.0 – (Locação de imóveis).

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA:** As partes elegem o foro da comarca de Trombudo Central, SC, como o único competente para dirimir litígios decorrentes da interpretação e aplicação deste contrato. Caso, no curso deste contrato venha a ser criada a comarca de Pouso Redondo, SC, este foro por ser o do local do imóvel, preferirá ao foro ora eleito  
Estando assim ajustadas as obrigações mútuas aqui contidas, o presente contrato é lavrando em duas vias de igual teor e conteúdo, as quais são lidas e assinadas pelas partes e fiadora, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que suta os seus jurídicos e legais efeitos.

Pouso Redondo (SC), 20 de Março de 2015  
DIEGO FIGUEREDO  
Secretario Municipal de Saúde  
Pouso Redondo - Contratante

ABELOR AUGUSTINHO BLAU  
CPF: 379.339.149-34 - Contratado

### **PORTARIA DE 078 A 100**

PORTARIA Nº 078/2015 DE 01/04/2015

Designa para exercer função de Operador de trator sobre pneus e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que, o servidor já faz parte do quadro efetivo no cargo de Agente do serviço de obras;

CONSIDERANDO que, não há concurso público vigente para o cargo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º — Fica designado MAYKO ROSA, brasileiro, portador do CPF: 060.102.059-64, para ocupar o Cargo de OPERADOR DE TRATOR SOBRE PNEUS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 079/2015 de 09/04/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, destinado a apurar infringências do servidor SOLANGE MARQUEZ DE SOUZA, no serviço público municipal em razão do não cumprimento de suas atribuições funcionais, para o qual está concursado.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

GIZELI APARECIDA TRENTINI  
ANNA LICE NARDELLI MENGARDA  
INES DA ROSA

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 60 (sessenta) dias, com prorrogação por igual período, devido às férias dos servidores nomeados. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 080/2015 DE 06/04/2015

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado RODRIGO VICENTE, brasileiro, portador do CPF: 036.774.289-63, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA DE ONIBUS TRANSPORTE ESCOLAR, nível de vencimento A-220, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 001/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 081/2015 DE 10/04/2015  
Concede retorno da Licença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido, a partir de 10/04/2015, o RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, ao Servidor ELPIDIO PEDROSO MORAES, ocupante do Cargo de MOTORISTA, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário. Em especial a portaria 228/2013.

Pouso Redondo, 10 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 082/2015 DE 13/04/2015

Constitui e Nomeia os Membros Da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de

conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos e parágrafo 4º do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98 e demais legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica constituída a comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores estáveis TEOTONIO RONAN BONESSI, CLAUDIR PIRES DE MORAES, LAK-QUELINE POLEZA, para, sob a presidência do primeira, preparar, executar e julgar a avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

Art. 2º - A comissão de ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 49/2002 de 01/07/2002 e alterações pelo Decreto nº 052/05 de 07/07/2005, que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 180/2014 de 05/05/2014.

Pouso Redondo, 13 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 083/2015 DE 13/04/2015

Designa servidor para atuar na função de digitadora do cadastro único para programas sociais, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

CONSIDERANDO que, não há no quadro efetivo servidor para realizar o cadastro do IGD-Bolsa Família;

CONSIDERANDO que, trata-se de programa Federal de repasse de recursos, que somente são liberados com a devida informação de dados do IGD-Bolsa Família;

CONSIDERANDO que há recurso vinculado do IGD-Bolsa Família para esse pagamento.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora MARLI CIRICO SANDRI ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do grupo 06, Secretaria de promoção social e habitação, para trabalhar na função de DIGITADORA DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS do Município, por tempo indeterminado.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de abril de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 084/2015 DE 28/04/2015

Concede retorno e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 04/05/2015, o RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora KATIANE LOURENÇO, ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 04/05/2015.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de abril de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 085/2015 de 04/05/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, destinado a apurar infringências do servidor MACIONEI BUSS, no serviço público municipal em razão do não cumprimento de suas atribuições funcionais, para o qual está concursado.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

TEOTONIO RONAN BONESSI  
GILMARA CHIROLLI  
ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 30 (trinta) dias, com prorrogação por igual período, se necessário for. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de Maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 086/2015 DE 04/05/2015

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores

Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor MARLI CIRICO SANDRI, lotado nesta Prefeitura, no período de 04/05/2015 a 18/05/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de Maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 087/2015 DE 04/05/2015

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor TADEU MOACYR PASSOS DE MORAES, lotado nesta Prefeitura, no período de 07/05/2015 a 21/05/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor 07/05/2015.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de Maio de 2015.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 088/2015 de 15/05/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, destinado a apurar infringências dos servidores RICARDO KESTRING e RUBENS PIERRE DIAS, conduta inadequada em horário de trabalho.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

JAQUELINE KRAEMER  
TEOTONIO RONAN BONESSI  
MARCIANO GRAH

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 30 (trinta) dias, com prorrogação por igual período, se necessário for. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de Maio de 2015.  
PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 089/2015 DE 20/05/2015  
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor NARA LUCIANA PISETTA, lotado nesta Prefeitura, no período de 20/05/2015 a 29/05/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de Maio de 2015.  
PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 090/2015 DE 20/05//2015

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado EDELSON PETERS, brasileira, portadora do CPF: 216.793.559-53, para ocupar o Cargo de Provimento Comissionado de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 25, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de acordo com a Lei Complementar nº 001/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de maio de 2015.  
PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 091/2015 DE 25/05/2015  
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

JARDEL FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor CHIRLEY ESSER, lotado nesta Prefeitura, no período de 25/05/2015 a 08/07/2015, referente

ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de Maio de 2015.  
JARDEL FRONZA  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 092/2015 DE 28/05/2015  
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

JARDEL FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor OLEGARIO PAULI, lotado nesta Prefeitura, no período de 28/05/2015 a 26/06/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de Maio de 2015.  
JARDEL FRONZA  
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 093/2015 DE 01/06/2015

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

JARDEL FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ALCELIO LUIZ DO CARMO, brasileiro, portador do CPF: 247.543.239-04, para ocupar o Cargo de Provimento Comissionado de SECRETARIO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de acordo com a Lei Complementar nº 001/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de Junho de 2015.  
JARDEL FRONZA  
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 094/2015 DE 02/06/2015  
Concede retorno da Licença e dá outras providências.

JARDEL FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:



Art. 1º — Fica concedido, a partir de 02/06/2015, o RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora MARILENE NICOLETTI, ocupante do Cargo de zelador, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário. Em especial a portaria 203/2011.

Pouso Redondo, 02 de junho de 2015.

JARDEL FRONZA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 095/2015 DE 08/06/2015

Designa servidor para atuar de supervisor de arquivos de documentos, responsável pelos atos de processo administrativo e presidente de avaliação de estágio probatório e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

CONSIDERANDO que, o servidor esta responsável para a elaboração e conferência de todos os inquéritos e processos administrativos relativos a administração pública do Município de Pouso Redondo;

CONSIDERANDO que, o servidor esta sob a presidência da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e responsável para emissão de laudo circunstanciado de cada servidor;

CONSIDERANDO que, o servidor supervisiona todos os atos relativos aos arquivos de documentos da Administração Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor 100601 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do grupo 06, Secretaria de Administração, para trabalhar como responsável por todos os atos relacionados a processo administrativo, presidente da comissão de avaliação de estágio probatório e supervisionara todos os atos relativos aos arquivos de documentos da administração municipal do Município, por tempo indeterminado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 096/2015 DE 08/06/2015

Designa horário da função de motorista de transporte escolar ônibus e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que, será cumprida a carga horaria de 40hrs conforme estabelecido no edital nº 001/2014;

CONSIDERANDO que, no edital do concurso publico do cargo de motorista de transporte escolar ônibus a carga estipulada é 40hrs e a mesma não extrapola o limite de carga horário ora disposto;

CONSIDERANDO que, cabe a administração municipal por ato descritivo adequar a melhor forma da jornada de trabalho de acordo com a LC 01/2013, desde que o não prejudique a carga horaria de 40hrs.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o horário de trabalho do Cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR ONIBUS, nível de vencimento 25, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais conforme segue:

Das 05:30 horas às 09:00 horas;

Das 11:00 horas às 13:15 horas;

Das 16:15 horas às 18:30 horas.

§ 1º — O horário ora estipulado será para a realização do transporte escolar, efetuar a limpeza do ônibus interna e caso necessário a limpeza externa de acordo com a escala semanal publicada na lavagem localizada nas imediações da Prefeitura Municipal.

§ 2º — O superior imediato a qualquer momento poderá convocar o servidor para prestar serviços extraordinários.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 09/06/2015, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 097/2015 de 18/06/2015

Nomeia Comissão para Instauração de inquérito administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Inquérito Administrativo, para apurar sobre licença sem vencimento matrícula 704007.

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

TEOTONIO RONAN BONESSI

FRANCIANE EING

PATRICIA HORONGOZO

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo prazo de 30 (trinta) dias, com prorrogação por igual período, se necessário for. Contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 098/2015 de 18/06/2015

NOMEIA A CAI - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Designar os servidores TEOTONIO R. BONESSI, NEUMA ANDERLE FELIZARI e TAYSE VENDRAMIN MARQUI, para comporem a CAI - Comissão de Avaliação de Informações onde exercerão respectivamente as funções de Presidente, Secretário e membro, cabendo ao Presidente a responsabilidade do recebimento e encaminhamento das solicitações recebidas através do SIC - Sistema de Informação ao Cidadão.

Art. 2º — A CAI - Comissão de Avaliação de Informações poderá solicitar apoio dos Secretários Municipais e responsáveis diretos dos setores a que a solicitação estiver relacionada.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 099/2015 DE 18/06/2015

Designa horário de trabalho e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que, os servidores prestaram concurso pra 40hrs;

CONSIDERANDO que, os servidores trabalham como administrativo no setor de obras;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado os servidores FABIO ALVES DE CAMPOS – TECNICO EM GESTAO ADM COMPRADOR E GUILHERME GOLLE FLORIANI - ASSISTENTE DE PROTOCOLO, cumprir horário do setor de obras: De segunda a quinta das 07:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00, sexta-feira das 07:00 as 11:00. Trabalhando assim 40hrs semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria 165/2013.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 100/2015 DE 18/06/2015

Determina horário de trabalho das Secretarias de Obras e Administração, e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que, a necessidade imperiosa de finalizar obras

iniciadas;

CONSIDERANDO que, a mudança de horário não afeta em todo âmbito municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica determinado para a Secretaria de Administração no período de 01 de junho de 2015 até dia 01 de setembro de 2015 os seguintes horários:

Das 08 horas às 12 horas; e,

Das 13:30 horas às 16:30 horas (expediente interno)

Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Gerais:

De segunda a quinta das 07:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00,

Sexta-feira das 07:00 as 11:00.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO 29/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 29/2015

O objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 04/2015, considera-se vencedor da licitação, objeto do Pregão nº. 29/2015, o participante:

#### Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
VALDEMIRO KOPELKE ME	00001	20.000,00000	KM	2,2000	44.000,00
VALDEMIRO KOPELKE ME	00002	10.000,00000	KM	2,6000	26.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 26 de junho de 2015.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

### DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO 30/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 30/2015

O objeto da licitação: AQUISICAO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE RECAPES DE PNEUS.

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 04/2015, consideram-se vencedores da licitação, objeto do Pregão nº. 30/2015, os participantes:

#### Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	00008	20,00000	UN	145,0000	2.900,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	00009	20,00000	UN	265,0000	5.300,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	00010	10,00000	UN	265,0000	2.650,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	00011	40,00000	UN	355,0000	14.200,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	00012	50,00000	UN	530,0000	26.500,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00001	8,00000	UN	150,0000	1.200,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00002	16,00000	UN	279,0000	4.464,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00003	4,00000	UN	357,0000	1.428,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00004	8,00000	UN	389,0000	3.112,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00005	36,00000	UN	569,0000	20.484,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00006	16,00000	UN	1.220,0000	19.520,00
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA-ME	00007	30,00000	UN	1.330,0000	39.900,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 26 de junho de 2015.

VALDECI JOSÉ COMADOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/15.

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Fernando de Borba	Xxx.904.739-xx	152259
Eliane de Andrade – Contabilidade	xx.004.194/0001-xx	149819
Antonio Pedro Zeferino	Xxx.009.109-xx	152678
Dona Flor Moda Íntima Ltda ME	Xx.438.186/0001-xx	148613
Pedra Ana Luiz	Xxx.543.399-xx	152201
Eliane Clarice Dolzan	Xxx.145.029-xx	150815

Rio do Sul, 26 de Junho de 2015  
LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 4759, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4759, de 16 de junho de 2015  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012 FMS/2015"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.  
DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico nº 012/2015 FMS, de 19.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- A C PEREIRA INFORMÁTICA EIRELI ME;
- ADEDO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES;
- BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME;
- BUREI E CIA LTDA – ME;
- CAURE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS;
- INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP;
- MAGAZINE 155 COMÉRCIO VIRTUAL LTDA;
- MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;
- S.F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ME.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de junho de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde  
ANEXO AO DECRETO Nº 4759/2015

Pregão Eletrônico Nº 012/2015 FMS de 19.05.2015

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA, EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSOS SETORES DESTA SECRETARIA.

Participantes:

- MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
- INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
- S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – ME
- ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA – ME
- A C PEREIRA INFORMÁTICA EIRELI ME
- J T D COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME
- MONTEIRO & ANTUNES LTDA – ME
- PLASTITAPE - PRODUTOS DE EMBALAGEM LTDA – EPP
- PREVIX EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA – ME
- BUREI E CIA LTDA – ME
- BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME
- T NAVA SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM PREGOES ELETRÔNICOS
- MAGAZINE 155 COMERCIO VIRTUAL LTDA – ME
- CAURE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA – ME
- IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA – ME
- VINICIUS ANDRE PETRY

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- A C PEREIRA INFORMÁTICA EIRELI ME;
- ADEDO COMÉRCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES;
- BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME;
- BUREI E CIA LTDA – ME;
- CAURE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS;
- INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP;
- MAGAZINE 155 COMÉRCIO VIRTUAL LTDA;
- MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;
- S.F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

### DECRETO Nº 4762, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4762, de 18 de junho de 2015  
"APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE REFORMA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 7º da Lei Complementar nº 100, de 24 de abril de 2003.  
DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão de Reforma Administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGIMENTO INTERNO PARA COMISSÃO DE REFORMA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## TÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regimento Interno visa coordenar a execução das atividades de Estudo de Reforma Administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e apresentar os objetivos, estrutura, funcionamento, atribuições e disposições finais.

## TÍTULO II OBJETIVOS DA COMISSÃO

Art. 2º - O objetivo da Comissão é desenvolver os estudos de Reforma Administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul para promover a melhoria sistêmica da gestão, de forma a contribuir para a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

## TÍTULO III ESTRUTURA DA COMISSÃO

Art. 3º - A Comissão será composta pelos representantes definidos conforme o Decreto nº 4762, de 18 de junho de 2015.

Art. 4º - A Comissão funcionará com atribuições e funções entre os representantes, de forma a ensejar participação e colaboração de todos.

Art. 5º - Para melhor desenvolver as atividades, será designado um(a) Secretário(a) Executivo(a) com atribuições próprias, devendo conhecê-las, para poder desenvolvê-las a contento. Essas atribuições, não se exercerão isoladas, mas segundo uma interação capaz de dar ao trabalho e a unidade os equilíbrios desejáveis.

## TÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - A Comissão realizará sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - As sessões ordinárias serão realizadas, de acordo com a convocação do Presidente, uma vez por semana até finalizar as atividades.

§ 2º - As sessões extraordinárias serão realizadas em dias e horas fixados pelo Presidente, sempre que necessário.

Art. 7º - Na primeira reunião, a comissão definirá o cronograma de atividades para o período no qual ela foi instituída.

Art. 8º - As reuniões serão registradas em atas, até três dias úteis após a realização da reunião, para conhecimento e proposições de alterações, quando necessárias, e deverão ser aprovadas e assinadas na reunião seguinte, devendo permanecer arquivadas.

## TÍTULO V ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

Art. 9º - Compete a Comissão adotar pelos seguintes procedimentos:

- I - Elaborar o Plano de Trabalho;
- II - Definir Cronograma de Atividades;
- III - Definir Metodologia de Trabalho;
- IV - Analisar a Estrutura Atual, e Histórico de atividades já desenvolvidas em 2010.
- V - Analisar e elaborar Estrutura Administrativa;
- VI - Analisar e elaborar Projeto de Lei;
- VII - Analisar e elaborar Organograma;
- VIII - Analisar e elaborar Impacto Financeiro;
- IX - Analisar e elaborar Manual de Ocupações Quadro de Cargos Comissionados;
- X - Analisar e elaborar Regimento Interno das Unidades Administrativas;
- XI - Formular as diretrizes e colaborar para que a comissão cumpra suas finalidades e objetivos;
- XII - Elaborar o conteúdo da proposta do Regimento Interno;
- XIII - Promover a sensibilização dos órgãos públicos para o desenvolvimento das atividades;
- XIV - Acompanhar e divulgar os procedimentos e melhorias.

Art. 10 - Compete ao(a) Secretário(a) Executivo(a):

- I - Convocar as reuniões da Comissão;
- II - Secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, fazendo as devidas anotações e elaborando, posteriormente, a ata da reunião com um sumário das atividades realizadas e as decisões tomadas;
- III - Elaborar a lista de presença dos participantes das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV - Organizar e manter atualizado o cadastro dos representantes de cada Secretaria e Fundações, responsabilizando-se pela remessa, recebimento, atendimento e arquivo de material, bem como pelas atividades desenvolvidas pela comissão e pelas mensagens eletrônicas recebidas;
- V - Garantir o apoio logístico necessário para o funcionamento.

## TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.11 - Este regimento deverá ser revisado ordinariamente quando houver necessidade.

Art.12 - O primeiro regimento será aprovado em reunião plenária, por maioria simples dos presentes.

Art.13- As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo(a) Secretário(a) Executivo(a), com pauta definida e antecedência mínima de 48h.

Art.14- As decisões serão tomadas em reuniões com maioria simples dos membros presentes.

Art.15- Fica estabelecido em 1/3 dos membros da Comissão o quórum mínimo para a ocorrência das reuniões.

Art.16 - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela Comissão.

Art.17 - Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2015.

**DECRETO Nº 4763, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 4763 de 18 de junho de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2015 FMS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458//2014, o resultado do Pregão Eletrônico nº 011/2015 FMS, de 18.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ALIANCA HOSPITALAR EIRELI – EPP
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA – ME
- ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI
- CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSP LTDA
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA
- DELTA LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME
- GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
- LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO S/A
- METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- ODONTOESTE LTDA
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- PLASMEDIC - COM. DE MAT. P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA – ME
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉDICOS E ODONT. EIRELI – EPP
- SUTUCAT - INDUSTRIA E COMERCIO DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA – ME

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4763/2015

Pregão Eletrônico Nº 011/2015 FMS de 18.05.2015

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSOS SETORES DESTA SECRETARIA.

Participantes:

- COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
- J R EHLKE E CIA LTDA
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

- LIFE SUL PRODUTOS PROFISSIONAIS LTDA
- AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA – ME
- SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- ODONTOESTE LTDA
- ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI
- SALVI LOPES & CIA. LTDA – ME
- MERCKBRAS COMERCIO ATACADISTA DE PAPÉIS LTDA
- CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA – EPP
- ALIANCA HOSPITALAR EIRELI – EPP
- SUTUCAT - INDUSTRIA E COMERCIO DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA – ME
- LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO S/A
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- PLASMEDIC - COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA – ME
- PREVIX EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA – ME
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSP LTDA
- HELIANTO FARMACÊUTICA LTDA – EPP
- DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP
- GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
- MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPR. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- DELTA LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME
- PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI – EPP
- BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ALIANCA HOSPITALAR EIRELI – EPP
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA – ME
- ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI
- CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSP LTDA
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA
- DELTA LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME
- GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
- LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO S/A
- METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- ODONTOESTE LTDA
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- PLASMEDIC - COM. DE MAT. P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA – ME
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉDICOS E ODONT. EIRELI – EPP
- SUTUCAT - INDUSTRIA E COMERCIO DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA – ME

**DECRETO Nº 4765, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4765, de 19 de junho de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 060/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 060/2015 - SMO, de 27.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- G MAIOCHI E CIA LTDA;
- TRATOR PEÇAS COM. PEC. TRATOR LTDA EPP;
- R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA;
- JULIO SILVESTRI FILHO ME;
- BT COMERCIAL IMPORT. E EXPORT. LTDA EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

19 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

**ANEXO AO DECRETO Nº 4765/2015.**

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 060/2015 de 27.05.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÕES DE LÂMINAS, DENTES, UNHAS, CABOS DE AÇO E CERDAS PARA A FROTA RODOVIÁRIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

**Participantes:**

- G MAIOCHI E CIA LTDA;
- TRATOR PEÇAS COM. PEC. TRATOR LTDA EPP;
- R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA;
- JULIO SILVESTRI FILHO ME;
- BT COMERCIAL IMPORT. E EXPORT. LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- G MAIOCHI E CIA LTDA;
- TRATOR PEÇAS COM. PEC. TRATOR LTDA EPP;
- R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA;
- JULIO SILVESTRI FILHO ME;
- BT COMERCIAL IMPORT. E EXPORT. LTDA EPP.

**DECRETO Nº 4769, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4768, de 23 de junho de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 064/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2015 - SMO, de 29.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

-.ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

23 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

**ANEXO AO DECRETO Nº 4768/2015.**

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2015 de 29.05.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÕES DE ASFALTO À FRIO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

**Participantes:**

- .ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA.,

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

-.ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS.

**DECRETO Nº 4772, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4772, de 24 de junho de 2015

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Lei nº 3.949 de julho de 2003, e no que couber nas Leis nº 4.095/2004, nº 4.356/2006 e Lei nº 4.603/2007.

**DECRETA:**

Art. 1º - Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Rio do Sul; composto



paritariamente por 14 (quatorze) membros, sendo 7 (sete) representantes do Poder Público e 7 (sete) representantes da Sociedade Civil para o mandato de 02 (dois) anos.

1- Representantes do Poder Público:

a) - Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação:

Titular: Veneriana Bardt

Suplente: Mariléa Batista

b) - Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Carla Andrea da Silva

Suplente: Silvia Vignola

c) - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maquerli Stefani de Souza

Suplente: Zita May

d) - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empre-

endedorismo: Titular: Maitara Gabriela da Luz Broering

Suplente: Luciene Aparecida Ramos

e) - Fundação Cultural de Rio do Sul:

Titular: Catia Dagnoni.

Suplente: Marciani Raquel Bezerra

f) - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Titular: Teresinha Moretti Novelleto

Suplente: Daiana Petry dos Santos

g) - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Angelina de Castro Rodrigues França

Suplente: Fabiana Borba

2- Representantes da Sociedade Civil

a) - Associação Jardins de Infância Vovó Belinha:

Titular: Avair Teresinha Grah

Suplente: Janete Terezinha Zanis de Oliveira

b) - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de

Rio do Sul e Região do Alto vale do Itajaí - SITITEV:

Titular: Maria Aparecida Pereira

Suplente: Tais Marchi

c) - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio do Sul:

Titular: Silvia Mayerle

Suplente: Marilu Altiva Mattos Murara

d) - Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul:

Titular: Marina Lessa Mansur Pontes

Suplente: Aneliese Odebrecht Ohf

e) - Organização Mulher em Movimento:

Titular: Jane Maria Ghizzo Schmidt

Suplente: Adriana Elisabeth Ramezanali

f) - Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí - CDHAVI:

Titular: Paula Eleutério Britto

Suplente: Dolores Henn Fontanive

g) - Centro de Ensino a Distância do Alto Vale - LTDA – UNOPAR:

Titular: Ivacir Giachim

Suplente: Isolete Venturi Cunha

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 4773, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4773, de 24 de junho de 2015

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e Lei nº 5.613, de 23 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 8.376.526,04 (oito milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	440.314,63
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	971,43
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	Gabinete do Vice-Prefeito		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		



3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	69.089,34
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	606,44
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.330,75
05.03	Departamento de Urbanismo		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	148.053,45
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.04	Departamento de Suprimentos		
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.449,60
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.02	Departamento de Fiscalização Tributária		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	118.970,64
07.04	Departamento de Tesouraria		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	21.248,25
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.164,14
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	867.245,74
01190000	Transferência do Fundeb (40%)	R\$	2.537.488,85
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos		
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	464.199,25
01180000	Transferência do Fundeb (60%)	R\$	1.551.486,07
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	399.678,79
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	80.377,90
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	185.768,19

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	26.993,57
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	74.474,83
2.044	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.684,11
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		
2.040	Manutenção do Serviço de Iluminação Pública		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	733.745,99
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	Departamento de Agricultura		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	93.786,13
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.769,74
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	489.628,21
	TOTAL	R\$	8.376.526,04

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 8.376.526,04 (oito milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.130	Devolução de Convênios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	71.861,57
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.612,27
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.900,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	136.891,35
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	62.384,71
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	39.277,75
02.05	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	6.688,56
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	Procuradoria Jurídica		
0.003	Operação Especial – Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	0,04
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.828,16
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETARIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	141.458,10
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.829,39
05.03	Departamento de Urbanismo		
1.001	Desapropriação de Imóveis		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	478.860,00
4.5.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.5.90.00	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
05.05	Departamento de Projetos		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	63.556,61
05.06	Departamento de Meio Ambiente		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.030,05
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	18.128,55
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretaria de Administração		
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.818,24
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.615,55
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.607,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	4.020,00
06.02	Departamento de Patrimônio		

2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.548,81
06.03	Departamento de Recursos Humanos		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	61.136,05
3.1.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	R\$	692.083,58
3.3.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	R\$	72.051,28
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	14.476,07
06.05	Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.341,97
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.771,87
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
07.03	Departamento Contábil		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.435,70
07.06	Divisão de Protocolo		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.859,46
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	Gabinete do Secretário de Educação		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	22.094,63
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.745,00
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	99.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	169.742,94

2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01180000	Transferências do Fundeb (60%)	R\$	1.551.486,07
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01190000	Transferências do Fundeb (40%)	R\$	2.537.488,85
2.068	Manutenção das Atividades Pedagógicas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	79.746,65
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVOS		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna – Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	14.758,68
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	136.812,50
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORIS- MO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção do Gabinete Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedoris- mo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.607,31
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.432,46
09.04	Departamento de Turismo		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.665,68
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.424,33
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	Gabinete do Sec. Mun. De Obras e Serviços Urbanos		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	55.336,94
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.571,09
10.02	Departamento de Apoio Administrativo e Manutenção de Frotas		
2.037	Manutenção Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Obras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	75.131,87
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	242.190,43
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	148.214,86
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	299.698,09
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.229,80
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	39.054,24
2.040	Manutenção do Serviços de Iluminação Pública		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	Gabinete do Secretário de Agricultura		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	92.973,20
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.520,00
11.03	Departamento de Pecuária		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.210,06
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.647,79
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	34.310,81
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	341.210,04
12.03	Departamento de Habitação		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.149,03
	TOTAL	R\$	8.376.526,04

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul



**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/15.**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Alma da Silva	Xxx.060.479-xx	152705
Sandra Aparecida Brzezinski	Xxx.362.629-xx	151733
Israel José de Lira ME	Xx.822.299/0001-xx	151863
Jorge Henrique da Silva	Xxx.293.139-xx	56517
Maria Salete de Souza	Xxx.275.409-xx	153201
Leonardo Braz Hillesheim	Xxx.845.509-xx	152972
João Nunes Ferreira	Xxx.616.439-xx	153540
Sueli Laube	Xxx.288.859-xx	151115
Jair Antonio Boll	Xxx.170.159-xx	152154
Antonio João Geremias	Xxx.692.779-xx	152946
Dorival de Souza	Xxx.133.689-xx	153006
André Kuhn Raupp	Xxx.239.970-xx	152587
Cristine Schramm	Xxx.143.039-xx	152647

Rio do Sul, 26 de Junho de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

**LEI 5.613**

LEI Nº 5.613, de 23 de junho de 2015

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 8.376.526,04 (oito milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	440.314,63
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	971,43
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	Gabinete do Vice-Prefeito		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	69.089,34
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	606,44
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.330,75
05.03	Departamento de Urbanismo		

2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	148.053,45
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.04	Departamento de Suprimentos		
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.449,60
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.02	Departamento de Fiscalização Tributária		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	118.970,64
07.04	Departamento de Tesouraria		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	21.248,25
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	23.164,14
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	867.245,74
01190000	Transferência do Fundeb (40%)	R\$	2.537.488,85
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos		
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	464.199,25
01180000	Transferência do Fundeb (60%)	R\$	1.551.486,07
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	399.678,79
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	80.377,90
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	185.768,19
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	26.993,57
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	74.474,83
2.044	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.684,11
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		
2.040	Manutenção do Serviço de Iluminação Pública		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	733.745,99
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	Departamento de Agricultura		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	93.786,13
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.769,74
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	489.628,21
	TOTAL	R\$	8.376.526,04

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 8.376.526,04 (oito milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.130	Devolução de Convênios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	71.861,57
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.612,27
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.900,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	136.891,35
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	62.384,71
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	39.277,75
02.05	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	6.688,56
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		

04.01	Procuradoria Jurídica		
0.003	Operação Especial – Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	0,04
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.828,16
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETARIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	141.458,10
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.829,39
05.03	Departamento de Urbanismo		
1.001	Desapropriação de Imóveis		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	478.860,00
4.5.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.5.90.00	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
05.05	Departamento de Projetos		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	63.556,61
05.06	Departamento de Meio Ambiente		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.030,05
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	18.128,55
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretaria de Administração		
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.818,24
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.615,55
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.607,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	4.020,00
06.02	Departamento de Patrimônio		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.548,81
06.03	Departamento de Recursos Humanos		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	61.136,05

3.1.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	R\$	692.083,58
3.3.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	R\$	72.051,28
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
06.04	DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS		
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	14.476,07
06.05	Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.341,97
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.771,87
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
07.03	Departamento Contábil		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.435,70
07.06	Divisão de Protocolo		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.859,46
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	Gabinete do Secretário de Educação		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	22.094,63
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.745,00
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	99.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	169.742,94
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01180000	Transferências do Fundeb (60%)	R\$	1.551.486,07
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		

01190000	Transferências do Fundeb (40%)	R\$	2.537.488,85
2.068	Manutenção das Atividades Pedagógicas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	79.746,65
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVOS		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna -- Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	14.758,68
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	136.812,50
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORIS- MO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção do Gabinete Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedoris- mo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.607,31
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.432,46
09.04	Departamento de Turismo		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.665,68
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.424,33
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	Gabinete do Sec. Mun. De Obras e Serviços Urbanos		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	55.336,94
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.571,09
10.02	Departamento de Apoio Administrativo e Manutenção de Frotas		
2.037	Manutenção Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Obras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	75.131,87
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	242.190,43
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	148.214,86
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	299.698,09
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.229,80
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	39.054,24
2.040	Manutenção do Serviços de Iluminação Pública		



4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	Gabinete do Secretário de Agricultura		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	92.973,20
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.520,00
11.03	Departamento de Pecuária		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.210,06
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.647,79
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	34.310,81
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	341.210,04
12.03	Departamento de Habitação		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.149,03
	TOTAL	R\$	8.376.526,04

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## PORTARIA Nº 0420/RH

PORTARIA Nº. 0420/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria n. 0054/RH de 05 de fevereiro de 2015:

Onde se lê:

Servidor	Disciplina	Unidade Origem	Carga Horária	Unidade Destino
Irene Spricigo	Pedagogo	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Eliane Lea Vicenti Testoni	Pedagogo	Escola Modelo Ella Kurth	40h	EB Pref Alfredo João Kriek



Ilson José Furtado	Inglês	CE Roberto Machado – Inglês	20h	EB Pref Alfredo João Kriek – Inglês
		CE Pedro dos Santos - Português	10h	
Marineusa Doerner Olivo	História	CE Roberto Machado	20h	EB Pref Alfredo João Kriek
Celestina Laurete	Educação Infantil	CE Pedro dos Santos	40h	CE Daniel Maschio
Mônica de Souza	Geografia	CE Willy Schleumer	20h	EB Pref Alfredo João Kriek
Joseany Rodrigues	Artes	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	20h	EB Pref Alfredo João Kriek
Isolete Borgert	Anos Iniciais	CE Roberto Machado	20h	CE Pedro dos Santos
Luciane Kirchner	Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	CE Pedro dos Santos
Iraci Rosa Osterno Tonet	Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Thais Odebrecht	Matemática	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	10h	EB Pref Alfredo João Kriek

Leia-se:

Servidor	Disciplina	Unidade Origem	Carga Horária	Unidade Destino
Irene Spriggo	Pedagogo	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Eliane Lea Vicenti Testoni	Pedagogo	Escola Modelo Ella Kurth	40h	CE Sebastião Back
Ilson José Furtado	Inglês	CE Roberto Machado – Inglês	20h	CE Sebastião Back
		CE Pedro dos Santos - Português	10h	
Marineusa Doerner Olivo	História	CE Roberto Machado	20h	CE Sebastião Back
Celestina Laurete	Educação Infantil	CE Pedro dos Santos	40h	CE Daniel Maschio
Mônica de Souza	Geografia	CE Willy Schleumer	20h	CE Sebastião Back
Joseany Rodrigues	Artes	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	20h	CE Sebastião Back
Isolete Borgert	Anos Iniciais	CE Roberto Machado	20h	CE Pedro dos Santos
Luciane Kirchner	Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	CE Pedro dos Santos
Iraci Rosa Osterno Tonet	Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Thais Odebrecht	Matemática	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	10h	CE Sebastião Back

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

## PORTARIA Nº 0421/RH

PORTARIA Nº. 0421/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria n. 0055/RH de 05 de fevereiro de 2015:

Onde se lê:

Professor	Atuação	Unidade de Origem	Carga Horária	Unidade de Destino
Afonso Carlo Neves	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Alessandra Gonçalves	Artes	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Dinalva Semioni	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Dulce Bini Tinti	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Fernanda Krieser	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Gilberto Sardá	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Gislene Lusía Goetten Zelindro	Pedagogo	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Graciela L. Heinz Kruger	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Irene Spriggo	Pedagogo	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Ivo Renato Merizi	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Jandir Gonçalves	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			20h	CE Daniel Maschio
Joana de Oliveira Santos	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Joice Sabina May	Ciências	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli

			10h	CE Roberto Machado
Josiane Tristão Camargo	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Joseany Rodrigues	Artes	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Karla Kardauke	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
Liliane de Oliveira Cezário	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	CE Aníbal de Barba
Karla T. Sieverdt	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Roberto Mafli	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	CE Aníbal de Barba
Rosa Ferreira de Matos	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Sirlei Aparecida Schmitt	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Tathiany M. R. Goebel	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Tiago Nunes	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	30h	EB Prefeito Alfredo João Kriek
			10h	CE Pedro dos Santos
Valdirene C. Melverstet	Português	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Vania T. Pessoas	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Roberto Machado
			20h	CE Pedro dos Santos
Franciane T. Bona	Português	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Cleide Schreiber	Educação Física	Secretaria Municipal de Educação	10h	CE Roberto Machado
Cintia Franz	Português	Secretaria Municipal de Educação	20h	EB Pref Alfredo João Kriek
Lucia Ferreira	Ciências	Secretaria Municipal de Educação	20h	EB Pref Alfredo João Kriek

## Leia-se:

Professor	Atuação	Unidade de Origem	Carga Horária	Unidade de Destino
Afonso Carlo Neves	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Alessandra Gonçalves	Artes	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Dinalva Semioni	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Dulce Bini Tinti	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Fernanda Krieser	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Sebastião Back
Gilberto Sardá	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Gislene Lusía Goetten Zelindro	Pedagogo	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Graciela L. Heinz Kruger	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	CE Sebastião Back
Irene Spricigo	Pedagogo	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Ivo Renato Merizi	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Jandir Gonçalves	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			20h	CE Daniel Maschio
Joana de Oliveira Santos	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Sebastião Back
Joice Sabina May	Ciências	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	CE Roberto Machado
Josiane Tristão Camargo	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	CE Sebastião Back
Joseany Rodrigues	Artes	EM Arvino Walter Gaertner	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	CE Sebastião Back
Karla Kardauke	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Sebastião Back
Liliane de Oliveira Cezário	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	CE Aníbal de Barba
Karla T. Sieverdt	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	10h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Roberto Mafli	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
			10h	CE Aníbal de Barba
Rosa Ferreira de Matos	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Sirlei Aparecida Schmitt	Anos Iniciais	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Tathiany M. R. Goebel	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Tiago Nunes	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	30h	CE Sebastião Back
			10h	CE Pedro dos Santos
Valdirene C. Melverstet	Português	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Vania T. Pessoas	Educação Física	EM Arvino Walter Gaertner	20h	CE Roberto Machado
			20h	CE Pedro dos Santos
Franciane T. Bona	Português	EM Arvino Walter Gaertner	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Cleide Schreiber	Educação Física	Secretaria Municipal de Educação	10h	CE Roberto Machado

Cintia Franz	Português	Secretaria Municipal de Educação	20h	CE Sebastião Back
Lucia Ferreira	Ciências	Secretaria Municipal de Educação	20h	CE Sebastião Back

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

### **PREGÃO PRESENCIAL 074/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de material britado para manutenção de vias públicas – Secretaria de Obras  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/07/2015, às 11:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 09/07/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:  
Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 25 de junho de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

---

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

---

### **EXTRATO CONTRATO ADITIVO Nº 37/2015 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO

Numero de contrato aditivo 37/2015

Numero de contrato 21.1

Processo licitatório 17/2014 Concorrência

Objeto do Aditivo: prorrogação da vigência do contrato para prestação de serviço para 180 dias até 20 de outubro de 2015.

Representante do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul: Ivanir Schelemper Neves

Representante da empresa: Elson Leoni Chaves

Assinatura do aditivo: 20 de maio de 2015

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **CT Nº. 102/2015 CONTRATO: IVETE DADAM ME (DISTRIBUIDORA DE GÁS DADAM)**

CT nº. 102/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: IVETE DADAM ME (DISTRIBUIDORA DE GÁS DADAM)

OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO GLP - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 49/2015

### **LEI COMPLEMENTAR Nº267, DE 25 DE JUNHO DE 2015. AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS À SIJUNY CONFECÇÕES LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº267, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS À SIJUNY CONFECÇÕES LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina com fundamento na Lei Orgânica de Rio dos Cedros e no art.17, §4º e §5º da Lei Federal n.8666/93

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Através da presente Lei Complementar fica reconhecida a utilidade e interesses públicos na implantação de um pólo industrial e empresarial com a instalação da empresa SIJUNY CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.307.392/0001-03, estabelecida à Estrada Geral Rio Assis, s/nº, Bairro Alto Pomeranos, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, na forma consignada neste diploma.

Parágrafo único – Justifica-se a declaração de utilidade pública:

a)Ante o fato de o Município de Rio dos Cedros, segundo dados estatísticos apresentados pelo IBGE está crescendo em ritmo menor que a média nacional.

b)Pela necessidade de fomentar o crescimento e fomento de empreendimentos voltados ao emprego e renda da população local;

c)Pela necessidade imperiosa de buscar novos mecanismos que a curto prazo possam estimular o desenvolvimento local através da geração de trabalho e renda, evitando-se assim o desemprego e a migração de munícipes;

d)Pela geração de receita que acarretará, em contrapartida, a possibilidade da Administração receber o valor adicionado decorrente do recolhimento dos tributos federais e/ou estaduais;

e)Pela necessidade de implantação de um pólo industrial e empresarial;

f)Pela viabilidade dos projetos encaminhados pela empresa, que passam a fazer parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º. Em função da utilidade e interesse públicos acima reconhecidos - e com lastro na decisão prolatada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio dos Cedros, (Parecer nº003/2015), que fica fazendo parte integrante deste diploma - à título de incentivo econômico, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a concessão de direito real de uso, mediante

dispensa de licitação conforme preconiza o art.17, §4º e §5º da Lei Federal n.8666/93, para a empresa SIJUNY CONFECÇÕES LTDA, o imóvel abaixo mencionado, de propriedade do Município de Rio dos Cedros:

I – Área de terras anteriormente utilizada como sede da desativada Escola Municipal Expedicionário Servino Mengarda, situada na Estrada Geral Alto Pomeranos, s/nº, Rio dos Cedros - SC, CEP 89121-000.

Parágrafo Primeiro – Para fins fiscais e de avaliação adota-se o valor venal do imóvel, valor este constante do cadastro imobiliário do Departamento de Tributação desta municipalidade.

Parágrafo Segundo – Para fins da concessão, fica excluída da área objeto da presente concessão uma sala de aula e as instalações sanitárias, devendo a beneficiária preservar mencionados espaços e garantir o acesso aos mesmos à municipalidade ou a quem esta indicar/autorizar.

Art.3º. O imóvel objeto da presente concessão de direito real de uso, destina-se à implantação da sede do estabelecimento da empresa beneficiária.

§1º - A empresa beneficiária será permitido proceder a ampliações, a qualquer tempo, vedada redução do projeto.

§2º - A empresa beneficiária deverá manter seu domicílio tributário no Município de Rio dos Cedros, devendo proceder a todas as alterações exigidas, inclusive quanto ao contrato social e demais averbações necessárias na Junta de Comércio do Estado e Receitas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

§3º - Fica vedado à empresa beneficiária proceder, a qualquer tempo após a concessão de direito real de uso, a alteração de seu domicílio tributário do Município de Rio dos Cedros, devendo, na vigência do benefício, recolher impostos com base territorial nesta municipalidade.

§4º - A empresa beneficiária se compromete a não empregar, durante a vigência da concessão de direito real de uso, para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, mão de obra de menores de dezoito, bem como a não empregar, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

§5º - A empresa beneficiária se obrigará a desenvolver suas atividades assegurando a sustentabilidade do meio ambiente, retirando todas as licenças ambientais exigíveis em função da legislação vigente durante a constância da concessão de direito real de uso, para as atividades que desenvolva.

§6º - A empresa beneficiária não poderá, durante a vigência da concessão de direito real de uso:

a) Paralisar, injustificadamente, suas atividades por mais de dois (02) meses consecutivos;

b) ser extinta ou ter sua fôlencia declarada;

c) proceder ao desvio na execução do projeto apresentado e aprovado perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio dos Cedros,, bem como descumprir as regras constantes da legislação municipal que dispõe sobre incentivos econômicos e fiscais;

d) efetuar qualquer alteração contratual que importe em mudança de seu objeto social implicando em desvirtuamento da finalidade para a qual é feita a presente doação;

e) transferir o imóvel, no todo ou em parte, a título gratuito ou oneroso, para terceiro(s), ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo 3º desta Lei Complementar, de acordo com o §5º do art.17 da Lei Federal 8.666/93.



§7º - Eventual retardamento no cumprimento dos prazos previstos nesta Lei Complementar poderá ser justificada pela empresa beneficiária, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a decisão sobre o acolhimento ou não da justificativa apresentada.

Art.4º - No caso de inadimplemento das disposições constantes desta Lei Complementar será cassada a concessão de direito real.

Art.5º O Município de Rio dos Cedros poderá, a qualquer tempo, verificar a fiel observância das obrigações aqui assumidas, podendo, para tanto, vistoriar o imóvel sempre que se fizer necessário, mediante prévia notificação, com 72(setenta e duas) horas de antecedência à empresa beneficiária.

Art.6º - Os benefícios de que trata esta Lei Complementar, não eximem a empresa beneficiária do cumprimento da legislação aplicável, especialmente a de proteção ao meio ambiente, cabendo ao Município tomar todas as medidas destinadas ao aperfeiçoamento e racionalização do desenvolvimento industrial de seu território.

Art.7º - É vedada a transferência a terceiros do mencionado imóvel, sem prévia justificativa e anuência do Poder Executivo, e com autorização legislativa, sob pena de reversão.

Art.8º - Constituem obrigações da empresa beneficiária, dentre outras:

I- responder por todos os gastos de água, luz, tributação, previdenciário, infortunistico e tantos outros quantos decorram das atividades a serem exercidas, não respondendo o Município subsidiária ou solidariamente por quaisquer obrigações assumidas pela empresa beneficiária;

II - responder por todos os danos, quer materiais, estéticos, morais, pessoais, e outros tantos que seus responsáveis, agentes e/ou prepostos, ou suas atividades desenvolvidas causarem tanto ao patrimônio do Município quanto a terceiros, não respondendo o Município subsidiária ou solidariamente, por quaisquer atos praticados pela empresa beneficiária;

III - responder pela retirada de todas as licenças exigidas, quer por órgãos públicos, privados e/ou de economia mista, necessárias ao regular desenvolvimento das atividades que serão realizadas no bem doado;

§1º. O Município não responde na esfera trabalhista, civil, previdenciária, infortunistica, penal, ambiental e quaisquer outras, pelos atos praticados pela empresa beneficiária, seus funcionários, prepostos e/ou responsáveis.

§2º. - Em caso de condenação fica assegurado ao Município o direito de regresso contra a empresa beneficiária, por todos os atos causados dolosa ou culposamente.

Art.9º - A concessão de direito real de uso é feita pelo prazo de 10 (dez) anos, iniciados da data do efetivo funcionamento da empresa beneficiária.

Art.10 - Transcorrido o prazo de que trata o artigo anterior e havendo fiel cumprimento por parte da empresa beneficiária das disposições desta Lei Complementar e do projeto apresentado e aprovado perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio dos Cedros, poderá o Chefe do Poder Executivo promover a doação do imóvel de acordo com as disposições do art.17, §4º e §5º da Lei Federal n.8.666/93, sendo que do respectivo instrumento de doação constará obrigatoriamente a cláusula de reversão em favor da municipalidade e as demais obrigações constantes desta Lei Complementar.

§1º - Em caso de reversão, as edificações construídas sobre o imóvel se incorporarão ao mesmo e reverterão ao Município de Rio dos Cedros, sem qualquer direito à indenização por parte da beneficiária.

§2º - Durante o período da doação perdurarão todos os termos, condições, impedimentos e obrigações vigentes à época da concessão de direito real de uso, e, em caso de descumprimento, ficará

autorizada a revogação da doação com a retomada do imóvel nos termos estabelecidos no parágrafo anterior.

Art.11 - Durante a concessão de direito real de uso bem como em caso de doação o imóvel será clausulado com impenhorabilidade, incomunicabilidade e reversão.

Parágrafo único - Eventuais despesas com desmembramento e ou regularização, bem como os atos para tais finalidades, por ocasião da doação, correrão às expensas das empresas beneficiárias.

Art.12 - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art.13 - Eventual afetação constante da área ora concedida fica desafetada, vinculando-se o imóvel a finalidade descrita nesta Lei Complementar.

Art.14 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, convalidados os atos até então praticados.

Rio dos Cedros/SC, 25 de Junho 2015.

FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 25 de Junho de 2015.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

#### **CT Nº. 097/2015 CONTRATO: CONJUGAR – SERVIÇOS E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA**

CT nº. 097/2015

DATA: 12/06/2015

Contratação Direta Fundamento: Lei 8.666/93, art. 24, II.

CONTRATO: CONJUGAR – SERVIÇOS E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA

INÍCIO: 12/06/2015

TÉRMINO: 11/10/2015

VALOR: Valor Total de R\$2.300,00 (Dois mil e trezentos reais)

#### **CT Nº. 098/2015 - CONTRATO: VIANA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

CT nº. 098/2015

DATA: 17/06/2015

CONTRATO: VIANA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONER E CARTUCHOS DE TINTA)

INÍCIO: 17/06/2015

TÉRMINO: 16/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 38/2015

#### **CT Nº. 099/2015 CONTRATO: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA ME**

CT nº. 099/2015

DATA: 17/06/2015

CONTRATO: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA ME



OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONER E CARTUCHOS DE TINTA)  
INÍCIO: 17/06/2015  
TÉRMINO: 16/06/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 38/2015

**CT Nº. 100/2015      CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME**

CT nº. 100/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME  
OBJETO: RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 48/2015

**CT Nº. 101/2015 - CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP**

CT nº. 101/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
OBJETO: RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 48/2015

**CT Nº. 103/2015      CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME**

CT nº. 103/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

**CT Nº. 104/2015      CONTRATO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A**

CT nº. 104/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A  
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

**CT Nº. 105/2015      CONTRATO: JK PNEUS LTDA**

CT nº. 105/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: JK PNEUS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISICAO DE PNEUS,

CAMARAS E PROTETORES NOVOS

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/04/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

**CT Nº. 106/2015      CONTRATO: JOAÇABA PNEUS LTDA**

CT nº. 106/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: JOAÇABA PNEUS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

**CT Nº. 107/2015      CONTRATO: MODELO PNEUS LTDA**

CT nº. 107/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: MODELO PNEUS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES NOVOS  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/04/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

**CT Nº. 108/2015      CONTRATO: ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT. LTDA ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 108/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT. LTDA ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/06/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 109/2015      CONTRATO: AP DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 109/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: AP DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/06/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 110/2015      CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 110/2015  
DATA: 22/06/2015  
CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE  
INÍCIO: 22/06/2015  
TÉRMINO: 21/06/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 111/2015 CONTRATO: JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 111/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 112/2015 CONTRATO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 112/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 113/2015 CONTRATO: LIMPEXCELL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 113/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: LIMPEXCELL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 114/2015 CONTRATO: COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 114/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

**CT Nº. 115/2015 CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE**

CT nº. 115/2015

DATA: 22/06/2015

CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME,

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

**CT Nº. 116/2015 CONTRATO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI - TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 00595/15 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº13/2015 – 006/2015FAMA**

CT nº. 116/2015

DATA: 22/06/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 00595/15

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº13/2015 – 006/2015FAMA

CONTRATO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

INÍCIO: 22/06/2015

TÉRMINO: 21/06/2016

VALOR: Total de R\$ 31.810,12 (trinta e um mil, oitocentos e dez reais e doze centavos).

**LEI ORDINÁRIA Nº1.864, DE 25 DE JUNHO DE 2015. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

LEI ORDINÁRIA Nº1.864, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente, a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05.001 – Serviço de Ensino  
012.365.0050.1008 – Construção e Ampliação de Creches  
44900000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 27.000,00

Total ..... 27.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05.001 – Serviço de Ensino  
012.361.0060.1020 – Construção e Ampliação de Escolas  
44900000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 27.000,00

Total ..... 27.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 25 de Junho de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 25 de Junho de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPRESVEL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

O IPRESVEL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 , que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 15/07/2015 até as 15h00min.

Abertura:15/07/2015, às 15h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 26 de junho de 2015.

Tânia Giacomini de Bortoli

Diretora Executiva IPRESVEL

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 04/2015 – PR Nº 04/2015

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto–SAMAE, através do Sr. Prefeito municipal, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais para manutenção da rede de distribuição de água do município. Com recebimento da documentação e proposta até as 11h00min do dia 09 de Julho de 2015 e abertura da sessão e julgamento as 09h00min do dia 10 de Julho de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail, [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul, 26/06/2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 459/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 459/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHG3185	54935030D	5010/0	02/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
IOY2229	54934942D	6599/2	13/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IOY2229	54934943D	5010/0	13/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
IOY2229	54934944D	5118/0	13/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KXE3604	54934791D	5738/0	08/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
LOB3288	54934976D	5185/1	10/04/2014	R\$ 127,69	167
LZT7948	54934994D	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY0540	54934182D	5010/0	06/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBY0540	54934183D	5118/0	06/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI8781	54934775D	5738/0	02/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MCI8781	54934776D	7030/1	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
MCI8781	54934777D	7048/1	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MCI8781	54934778D	5835/0	02/06/2014	R\$ 127,69	195
MDX2513	54935014D	6599/2	24/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGU2483	54935041D	5010/0	16/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGU2483	54935042D	5118/0	16/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGU2483	54935062D	6599/2	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHG0227	54934986D	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLC9551	54935031D	7366/2	02/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLE2014	54934996D	5738/0	26/06/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 459/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 459/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHG3185	54935030D	5010/0	02/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
IOY2229	54934942D	6599/2	13/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IOY2229	54934943D	5010/0	13/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
IOY2229	54934944D	5118/0	13/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KXE3604	54934791D	5738/0	08/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
LOB3288	54934976D	5185/1	10/04/2014	R\$ 127,69	167
LZT7948	54934994D	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY0540	54934182D	5010/0	06/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBY0540	54934183D	5118/0	06/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI8781	54934775D	5738/0	02/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MCI8781	54934776D	7030/1	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
MCI8781	54934777D	7048/1	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MCI8781	54934778D	5835/0	02/06/2014	R\$ 127,69	195
MDX2513	54935014D	6599/2	24/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGU2483	54935041D	5010/0	16/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGU2483	54935042D	5118/0	16/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGU2483	54935062D	6599/2	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHG0227	54934986D	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLC9551	54935031D	7366/2	02/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLE2014	54934996D	5738/0	26/06/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 461/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 461/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFA5949	54934491D	6530/0	31/07/2014	R\$ 127,69	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 462/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 462/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CWK7779	54934481D	6610/2	18/10/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IBA3181	54934822D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
IBA3181	54934823D	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IBW6175	54934761D	5045/0	09/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
IEE3495	54934186D	6599/2	21/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
IEE3495	54934187D	5045/0	21/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
IEE3495	54934188D	6912/0	21/11/2013	R\$ 53,20	232
IEU9783	54934763D	5525/0	18/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IHF3565	54934820D	6599/2	13/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IJN4204	54935029D	6599/2	02/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
IKX4908	54934936D	6530/0	17/11/2013	R\$ 127,69	228
ILS6990	54934956D	5010/0	23/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
ILS6990	54934957D	5118/0	23/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
INU2128	54934480D	6653/1	18/10/2013	R\$ 127,69	230 * XI
INY0905	54934482D	6599/2	02/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
IOH4425	54934484D	5738/0	16/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
IOZ5463	54934958D	5835/0	24/11/2013	R\$ 127,69	195
IPM5448	54934988D	7030/2	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
IPM5448	54934989D	7340/0	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
IQK9220	54934488D	5738/0	12/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
IQK9220	54934964D	5207/0	28/01/2014	R\$ 53,20	169
IQK9220	54934965D	7030/2	28/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
IQK9220	54935051D	5207/0	15/03/2014	R\$ 53,20	169
IQK9220	54935052D	5835/0	15/03/2014	R\$ 127,69	195
IQK9220	54935053D	5215/1	15/03/2014	R\$ 191,53	170
JMM1745	54934967D	5185/1	21/02/2014	R\$ 127,69	167

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWV0672	54934486D	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWV0672	54934487D	5525/0	07/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LXT3011	54934937D	6912/0	07/12/2013	R\$ 53,20	232
LZZ3764	54934192D	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAP5229	54935007D	6653/2	15/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MAQ7997	54935025D	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAQ7997	54935026D	5118/0	26/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAQ7997	54935027D	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBJ2360	54935065D	5118/0	22/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBV9798	54934945D	7048/1	03/04/2014	R\$ 191,53	244 * II
MCH1072	54935060D	5118/0	11/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCH1072	54935061D	5010/0	11/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCH1154	54934941D	6912/0	01/02/2014	R\$ 53,20	232
MCJ2324	54934779D	5169/1	05/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDI4217	54934938D	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDI4217	54934939D	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDI4217	54934940D	5061/0	01/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEC3437	54935004D	5010/0	15/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEC3437	54935006D	6599/2	15/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEE9189	54935012D	5010/0	24/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEE9189	54935013D	5118/0	24/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG2387	54934758D	7340/0	09/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEU4340	54934935D	6599/2	16/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC1089	54934990D	7030/2	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFQ0449	54934949D	7340/0	12/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MFQ0449	54934950D	7030/2	12/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFU1935	54934793D	5010/0	11/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFU1935	54934794D	5118/0	11/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGA0347	54935035D	5010/0	20/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGA0347	54935036D	5118/0	20/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHU1174	54934898D	6912/0	22/10/2013	R\$ 53,20	232
MHU1174	54934960D	5835/0	02/12/2013	R\$ 127,69	195
MHU1174	54934961D	7030/1	02/12/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHZ4919	54935016D	7366/2	08/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJA4319	54934195D	5010/0	02/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJA4319	54934196D	5118/0	02/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJA4319	54934197D	5738/0	02/01/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJA4319	54934198D	7056/1	02/01/2014	R\$ 191,53	244 * III
MJA4319	54934199D	6599/2	02/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJB2360	54935063D	6653/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MJB2360	54935064D	5010/0	22/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 463/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 463/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CGU6325	54935020D	5045/0	20/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
CGU6325	54935021D	5037/1	20/04/2014	R\$ 574,61	162 * III
MEC3437	54935005D	5118/0	15/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLH3818	54935075D	6530/0	21/08/2014	R\$ 127,69	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 457/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 457/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO7012	54935076D	6653/1	30/08/2014	230 * XI
MDQ9393	54935047D	5460/0	14/08/2014	181 * IX
MIA6576	54935050D	6912/0	27/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 458/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 458/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOR1220	54935088D	6912/0	08/09/2014	232
MAC1515	54935085D	6599/2	06/09/2014	230 * V
MAC1515	54935086D	6653/1	06/09/2014	230 * XI
MFM4960	54935087D	6653/1	08/09/2014	230 * XI
MJK6713	54934492D	5738/0	22/09/2014	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 460/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 460/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ1502	54935084D	6653/1	05/09/2014	230 * XI
MLO8624	54935089D	6653/1	14/09/2014	230 * XI
MLO8624	54935090D	6637/1	14/09/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 465/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 465/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWW6593	55742609E	5010/0	07/11/2014	162 * I
DWW6593	55742610E	5118/0	07/11/2014	164 c/c 162 * I
MDD4836	55742606E	6599/2	14/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 466/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 466/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCP9861	55742611E	6599/2	13/11/2014	230 * V
MFB1036	55742553E	7030/2	14/11/2014	244 * I
MFB1036	55742554E	7048/1	14/11/2014	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 471/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 244 471/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK1742	55742543E	5185/1	13/01/2015	167
LZH6270	55742624E	5029/1	09/01/2015	162 * II
LZH6270	55742625E	5126/1	09/01/2015	164 c/c 162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2015

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 62/2015 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia - 1/2015

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, situada à Avenida Tancredo Neves, 337, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, do tipo Menor Preço Global, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666/93 e suas atualizações.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 15/07/2015, até às 09:15 horas, o qual deverá ser entregue na Sala de Licitações e Compras.

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 09:30 horas, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

#### 2 - OBJETO

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS) APENSO, sendo:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	Und		EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, COM ÁREA DE 282,83 M2, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS) APENSO	403.442,27	403442,27
Total	403.442,27					

#### 3 - AQUISIÇÃO DO EDITAL E DOS PROJETOS

3.1 - O presente edital o projeto e demais componentes necessários a elaboração da proposta para a execução dos serviços encontram-se disponíveis no site do Município [www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br).

#### 4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação os interessados devidamente inscritos no Cadastro de Licitantes do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, com Certificado fornecido pela Prefeitura Municipal, válido na data da abertura da presente licitação e os não cadastrados, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei 8.666/93, que o apresentarem a documentação para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas e nas condições previstas neste edital.

4.2 - Na presente Tomada de Preços será admitida a participação de todos os interessados, cujo objeto social da empresa, expresso no Ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão competente, especifique atividade de prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta Tomada de Preços.

4.3 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

4.4 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

#### 5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "A" E "B" E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO.

5.1 - Os Envelopes "A" e "B", contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

a) À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO.

ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1/2015

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

PROPONENTE: (nome da empresa)

b) À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO.

ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1/2015

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

PROPONENTE: (nome da empresa)

5.2 – O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

5.2.1 - Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá este apresentar documento que comprove tal condição, sendo Contrato Social ou Estatuto acompanhado de Ata ou documento de delegação de poderes.

5.2.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do Anexo I, acompanhado de Contrato Social ou Estatuto juntamente com a Ata ou documento de

delegação de poderes.

5.3 - No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

5.4 - As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.

## 6 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

O envelope "A", contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá conter:

6.1 - Para comprovação da inscrição cadastral:

6.1.1 - Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, dentro do prazo de validade.

6.2 - Para comprovação da habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, (os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);

6.2.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

6.2.3 - Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no Anexo II.

6.2.4 - Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99), conforme Anexo III.

6.3 - Para comprovação da regularidade fiscal:

6.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

6.3.3 - Prova de regularidade para com a Estadual;

6.3.4 - Prova de regularidade para com a e Municipal da sede da empresa proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.5 - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.7 - CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade.

6.4 - Para comprovação da qualificação técnica:

6.4.1 - Prova de inscrição ou registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/SC, que comprove atividade relacionada com o objeto, dentro de seu prazo de validade. (Por ocasião da assinatura do Contrato será exigido visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, por força do disposto na Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1996, em consonância com a Resolução nº 265 de 15 de dezembro de 1979, do CONFEA).

6.4.2 - Apresentar um ou mais atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para pessoas jurídicas de direito público ou privado, no mínimo 170 m² (cento e setenta metros quadrados) de área construída.

6.4.3 - Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional ou profissionais de nível superior, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa ao objeto da presente licitação, juntamente com a Certidão de Registro no CREA, com validade, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para pessoas jurídicas de direito público ou privado, no mínimo 170 m² (cento e setenta metros quadrados) de área construída.

6.4.3.1 - A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

6.4.3.1.1 - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

6.4.4 - Declaração, assinada pelo representante legal do proponente, de que, se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico, materiais e equipamentos para execução da obra de acordo com a necessidade para a realização do objeto, conforme Anexo IV.

6.4.5 - Declaração de que o proponente recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações locais para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação e que nada irá reivindicar em razão do local da obra ou de dificuldades nas condições de execução, conforme Anexo V.

6.4.5.1 - O licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, em companhia de servidor(a) da Prefeitura Municipal de Belmonte, até o segundo dia útil anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta", com o objetivo de se inteirar das condições e do grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário, pelo telefone (49) 3657-0001, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

6.4.5.2 - Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência desta Tomada de Preços.

6.4.6 - Os atestados de capacidade/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

6.5 - Para a comprovação da qualificação econômica financeira:

6.5.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes, ou balanços provisórios.

6.5.1.1 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal; ou

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c) Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

d) Forma de apresentação:

- o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

6.5.1.2 - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.5.1.2.1 - As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

6.5.1.2.2 - Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

6.5.1.3 - Certidão negativa dos cartórios de registro de falências e concordatas do local da sede do proponente.

6.5.1.4 - Comprovação de Patrimônio Líquido mínimo em valor correspondente a 10 % do valor da proposta, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial do último exercício.

6.6 - Da Apresentação dos Documentos:

6.6.1 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

6.6.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer copia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.6.3 - Os documentos poderão ser autenticados por servidor da Administração, a partir do original, até às 09:00 (nove) horas do dia marcada para o recebimento e abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".

6.6.4 - Serão aceitas somente cópias legíveis.

6.6.5 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.6.6 - A Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

6.6.7 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do Envelope n.º 01, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a).

6.7 - Do Tratamento Diferenciado as Micro Empresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP

6.7.1 - Em sendo a empresa participante Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá comprovar sua condição, mediante apresentação de Certidão Simplificada da Junta Comercial, inserta no envelope "Documentação", para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito. Será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

6.7.2 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.7.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada juntamente com as demais, passando-se a verificação do Envelope n.º 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, e, se apresentar a melhor proposta e esta for considerada aceitável, será declarada vencedora, nos termos do §1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.7.4 - Nessa hipótese, o Presidente da CPL dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7.5 - A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## 7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - A proposta de preço - Envelope "B" - devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

a) orçamento discriminado em preços unitários, totais e somatório, de acordo com o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários anexo ao presente edital, podendo ser utilizada planilha orçamentária, constante no Anexo XII;

b) a planilha orçamentária deverá ser elaborada de modo a apresentar coluna específica discriminando valores relativos a materiais e mão-de-obra, para cada item e total.

c) planilha de composição do BDI;

d) prazo de validade da proposta de 60 dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

7.2 - Sendo a licitante Cooperativa, durante o julgamento, para efeito de escolha da proposta mais vantajosa para a administração, será acrescido à parcela relativa à mão-de-obra o percentual de 15%, a título de contribuição previdenciária a qual o Contratante se sujeita.

7.3 - o cronograma físico-financeiro será exigido apenas da proponente vencedora, nos termos da Minuta de Contrato.

## 8 – PROCEDIMENTO

8.1 – Será(ao) aberto(s) o(s) envelope(s) "A", contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

8.2 – Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 6 deste edital, ressalvado o disposto no item 6.7 (preferências Lei 123/2006).

8.3 – O(s) envelope(s) "B", contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

8.4 – Será(ao) aberto(s) os envelope(s) "B", contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa dos licitantes, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.5 – Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 7 deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8.6 – Julgamento e classificação das propostas de acordo o estabelecido no item 9 deste edital.

8.7 – Analisadas as propostas, as licitantes serão CLASSIFICADAS PROVISORIAMENTE na ordem crescente dos preços apresentados.

8.7.1 – Após a classificação provisória, na hipótese da menor proposta não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME e EPP, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.7.2 - Entende-se por empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada provisoriamente.

8.7.3 - Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1º - A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez), definido nos termos deste subitem, será convocada para, desejando, apresentar nova proposta, por escrito, de preço inferior àquela classificada provisoriamente com o menor preço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a convocação formal, sob pena de preclusão;

2º - Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.7.2, na ordem de classificação provisória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

3º - No caso de igualdade das propostas apresentadas por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.7.2, será realizado sorteio entre as licitantes, definindo-se e convocando-se a vencedora para, caso queira, encaminhar e apresentar uma melhor proposta.

8.7.4 – Caso não sejam aplicadas as regras de preferência previstas no subitem 8.7.1, e existam propostas com o mesmo preço, o desempate será efetivado nos termos do § 2º, art. 45, da Lei n.º 8.666/93, ou seja, sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

8.8 – Esgotado o prazo legal sem a interposição de recurso contra a decisão da Comissão que proferiu o julgamento das propostas, o processo da licitação será submetido a Autoridade Competente para homologação.

8.9 - Aos licitantes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido o processado nos termos ali estabelecidos.

## 9 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 – Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL fixado no item 10 deste edital, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços unitários especificados na planilha orçamentária.

9.2 – Será desclassificada a proposta de preço que:

a) ultrapassar o valor máximo fixado para execução da obra;

b) deixar de cotar qualquer dos itens da obra;

c) alterar quantidade constante na planilha;

d) cotar valor global manifestamente inexequível, sendo consideradas manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

· média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

· valor orçado pela Administração.

9.3 - Caso todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelos licitantes, de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.

## 10 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.1 – O valor máximo fixado para execução da obra é de R\$ 403.442,27 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais, e vinte e sete centavos).

10.2 - Serão desclassificadas as propostas, por serem consideradas excessivos os preços global e unitários superiores ao estabelecido no demonstrativo da composição dos custos unitários (Planilha Orçamentária).

## 11 – DO CONTRATO E PRAZOS

11.1 – Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde, será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste instrumento convocatório.

11.2 - Quaisquer condições apresentadas pelo adjudicatário em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

11.3 - O Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, convocará o adjudicatário, durante a validade da proposta, para assinar o termo de contrato em até 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.4 – O Município de Santa Terezinha do Progresso – SC poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação,



independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.5 - O prazo máximo para a execução do contrato e para a entrega do objeto da presente licitação é de 7 (sete) meses e será contado a partir do início da obra.

11.6 – O prazo para início da obra será de até 5 dias a contar do recebimento da Ordem de Execução.

11.7 – Os prazos poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

#### 12 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10 % sobre o valor total do contrato.

12.2 – Em caso de descumprimento aplicar-se-á o disposto na Lei 8.666/93, no que couber, quanto a aplicação de penalidades.

#### 13 – CRITÉRIO DE REAJUSTE

13.1 – O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não será reajustado.

13.2 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, os valores praticados poderão ser revistos a qualquer momento para restabelecer a relação pactuada entre as partes inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Neste caso fica o contratado obrigado a apresentar documentos(s) comprobatórios(s), Notas Fiscais e/ou planilhas, que demonstrem o efetivo desequilíbrio que identifique a majoração a ser aplicada. A referida revisão contratual será celebrada mediante Termo Aditivo.

#### 14 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 – O representante do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato efetuará medições, e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma e verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a contratada entregará a correspondente fatura no Dpto. de compras do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

14.2 – Os pagamentos serão mensais, de acordo com o cronograma físico – financeiro, e serão efetuados na apresentação da fatura referente a medição previamente realizada pelo fiscal da obra.

14.3 – Haverá retenção de impostos e contribuições, quando couber.

14.4 – Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação, correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminação abaixo:

1.019.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (2)

1.019.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (51)

#### 15 – SUBCONTRATAÇÃO

15.1 – Não é permitida a subcontratação, exceto em parcelas de menor relevância cuja especialidade seja específica e com a devida anuência do Contratante.

#### 16 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA

16.1 A CONTRATADA deverá apresentar à Administração na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto no art. 56, da Lei 8.666/93.

16.2 – A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizado financeiramente.

#### 17 – RECEBIMENTO DO OBJETO DE LICITAÇÃO

17.1 – Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e art. 76 da Lei nº 8.666/93.

17.2 – A garantia da obra será de 5 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

17.3 – Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato ocorrerá por conta da contratada.

#### 18 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta", devendo o Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, por intermédio da Comissão de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

18.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta", apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar desta Tomada de Preços, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

#### 19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A Gestão do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, com relação a esta Tomada de Preços:

19.1.1 - deverá anulá-la, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

19.1.2 - poderá revogá-la, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

19.1.3 - poderá transferir a data de abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", por sua conveniência exclusiva.



19.2 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços:

19.2.1 - a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

19.2.2 - a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcondição anterior;

19.2.3 - no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhado a Presidente da Comissão de Licitação, por email [tpl@staterezhaprogreso.sc.gov.br](mailto:tpl@staterezhaprogreso.sc.gov.br), FAX (49) 3657 0001.

19.4 – Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

## 20 – ANEXOS DO EDITAL

20.1 – Integram o presente edital, dele fazendo parte como transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Termo de Credenciamento;

Anexo II - Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo III - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Modelo Declaração de Disponibilização de Pessoal e Equipamentos;

Anexo V - Modelo Declaração Recebimento e Acesso a Documentação;

Anexo VI - Termo de Referencia do Objeto;

Anexo VII – Minuta do Contrato;

Santa Terezinha do Progresso – SC, 26 de junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES Assessor Jurídico

Prefeito Municipal

## ANEXO I

Município de Santa Terezinha do Progresso

Edital de Tomada de Preços nº 01/2015

## TERMO DE CREDENCIAMENTO

À Comissão de Licitação:

Pela presente, credenciamos o(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade sob nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade de Tomada de Preços, instaurado pelo Município de Santa Terezinha do Progresso.

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.015

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

## ANEXO II

Município de Santa Terezinha do Progresso

Edital de Tomada de Preços nº 01/2015

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devido fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Tomada de Preços nº 01/2015, instaurado pelo Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.015

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

## ANEXO III

Município de Santa Terezinha do Progresso

Edital de Tomada de Preços nº 01/2015

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N.º \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no Art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/97; e, Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

....., ..... de ..... de 2015.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**ANEXO IV**

Município de Santa Terezinha do Progresso  
Edital de Tomada de Preços nº 01/2015

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS**

À Comissão de Licitação

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços, nº 01/2015, instaurado pelo Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, que se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos para execução da obra de acordo com a necessidade para a realização do objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.015

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**ANEXO V**

Município de Santa Terezinha do Progresso - SC  
Edital de Tomada de Preços nº 01/2015

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO**

À Comissão de Licitação

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços, nº 01/2015, instaurado pelo Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e que nada iremos reivindicar em razão do local da obra ou de dificuldades nas condições de execução.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.015

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**ANEXO VI****TERMO DE REFERENCIA DO OBJETO**

Objeto:  
Contratação de empresa para execução de obra para construção de Unidade Básica de Saúde à Rua Ernesto Francisco Cardoso, Centro, Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, com recursos da União, referente ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, e próprios.  
Especificação:  
Execução de obra de construção de unidade básica de saúde, com área de 328,90 m², com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, conforme projetos e demais complementos.  
Prazos:  
O prazo previsto para execução dos serviços é de 8 (oito) meses, contados a partir do início das obras. O contratado terá 5 (cinco) dias a

contar do recebimento da Ordem de Serviço para o início das obras.

Valor estimado da contratação:

R\$ 421.339,47 (quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e nove reais, quarenta e sete centavos).

Regime de Execução:

Empreitada por preço global

Local de execução:

Rua Ernesto Francisco Cardoso, Centro, Município de Santa Terezinha do Progresso - SC

#### ANEXO VII

Minuta do Contrato

CONTRATO ...../2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua ....., cidade de ....., estado ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada por .....(devidamente qualificado), a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1 - O presente Contrato tem por objetivo a execução do seguinte:

1.1 - Contratação de empresa para execução de obra para construção de Unidade Básica de Saúde à Rua Borges de Medeiros, com recursos da União, conforme Portaria nº 1380, referente ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, e próprios.

1.2 – Execução de obra de construção de unidade básica de saúde, com área de 328,90 m², com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, conforme projetos e demais complementos.

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Tomada de preços 01/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A execução do presente contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada global.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

3.1 - Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ ..... ( ..... ), conforme proposta, cronograma físico – financeiro e boletins de medição.

#### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O representante da CONTRATANTE especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato efetuará medições e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma e verificará o exato cumprimento das obrigações da CONTRATADA no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a CONTRATADA entregará a correspondente fatura no Dpto. de Licitações.

4.2 - Os pagamentos serão mensais, de acordo com o cronograma físico – financeiro, e serão efetuados na apresentação da fatura referente a medição previamente realizada pelo fiscal da obra.

#### CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

1.019.4.4.90.51.99.00.00.00 (2)

1.019.4.4.90.51.99.00.00.00 (51)

#### CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

6.1 - O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

6.2 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, os valores praticados poderão ser revistos a qualquer momento para restabelecer a relação pactuada entre as partes inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Neste caso fica o contratado obrigado a apresentar documentos(s) comprobatórios(s), Notas Fiscais e/ou planilhas, que demonstrem o efetivo desequilíbrio que identifique a majoração a ser aplicada. A referida revisão contratual será celebrada mediante Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS

7.1 - O prazo máximo para execução e entrega do objeto do presente Contrato é de 7 (sete) meses, e será contada a partir do início da Obra.

7.2 - O prazo para início das obras será de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento, pelo CONTRATADO, da Ordem de Serviço.

7.3 - O prazo previsto no item 7.1 desta cláusula poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pelo CONTRATADO, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, observado o disposto nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.4 - O CONTRATADO deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro detalhado, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do contrato, o qual será submetido a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.4.1 - O cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias úteis contados de sua entrega pelo CONTRATADO, servirá como base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira.

7.5 - O CONTRATADO deve registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.

7.5.1 - A abertura do Diário de Obras deverá ser feita juntamente com a FISCALIZAÇÃO no dia de início dos serviços.

7.6 - O CONTRATADO deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços objeto deste contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço.

7.7 - O CONTRATADO deverá providenciar e entregar à FISCALIZAÇÃO, cópias do “as built”, caso sejam necessária alterações na execução do projeto original.

#### CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DA OBRA

8.1 - Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de cinco anos, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto no art. 56, da Lei 8.666/93.

9.2 – A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizado financeiramente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.1.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) manter, durante a vigência do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização ao CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste contrato;

b) A CONTRATADA deverá seguir estritamente o que está disposto no projeto de engenharia, memorial descritivo, orçamento base e cronograma físico financeiro, garantindo a excelente qualidade dos materiais utilizados, responsabilizando-se por fato superveniente quanto a irregularidades na construção e execução da obra, ou seja, corrigir, alterar e/ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO, conforme prazos definidos por esta;

c) responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços;

d) reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;

e) responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

f) apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Execução pelo CONTRATANTE;

g) fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;

h) responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

i) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

k) responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

l) responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto;

m) prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

n) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais;

o) elaborar os complementos necessários quanto ao projeto, conforme memorial descritivo.

p) matricular a obra perante o INSS.

10.1.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) expedir a Ordem de Serviço;

b) esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

c) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

d) notificar, por escrito, ao CONTRATADO a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

e) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;

f) efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

g) fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas, com exceção daqueles que são de encargo da CONTRATADA;

h) comunicar oficialmente ao CONTRATADO quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

10.2 - O CONTRATADO não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL.**

11.1 - A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos contraditórios às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. Será aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

- a) descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

11.3 - Será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso para início da obra e entrega final, calculado sobre o valor total do objeto contratado.
- b) de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual, caso haja a inexecução parcial do objeto;
  - b.1) considera-se inexecução parcial o atraso de etapas que de acordo com o cronograma deveriam estar concluídas.
- c) de até 10% sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto.
  - c.1) será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 - O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VIGÊNCIA**

14.1 - O presente Contrato terá vigência até .... de ..... de .....

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Campo Ere –SC, Descanso para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

15.2 - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso /SC, ..... de ..... de 2015.

-----  
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS:

-----  
1-

-----  
2-



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO 028/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 028/2015 FMS

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 041/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, em 24 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Convite nº 46/2014.

Considerando o objeto de Contrato de nº 041/2014, que consiste na contratação de serviço de lavagem para os veículos da frota da SEMUS, conforme projeto básico em anexo ao Edital de Convite nº 46/2014, que fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando que houve aumento nas lavagens dos veículos da SEMUS em decorrência do aumento do número de transportes pelos usuários do SUS, a quantidade estimada foi insuficiente para suprir a demanda, fazendo-se necessário aditar o referido contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º e Cláusula Décima do mesmo, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 4.526,34 (quatro mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO 034/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 034/2015

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, o qual faz-se necessário alterar a seguinte Cláusula do Contrato:

DA ALTERAÇÃO: Altera valores no Plano Operativo conforme o 7º Termo Aditivo ao Contrato. DO VALOR: Aumenta os valores dos Procedimentos Ambulatorial e Urgência/Emergência, sendo:

PROCEDIMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA	3.500	R\$ 6.000,00
PROCEDIMENTO DE MEDIA COMPLEXIDADE	11.800	R\$ 90.000,00

III - RESUMO TOTAL DO PLANO OPERATIVO (anexo):

O valor anual estimado para a execução do presente CONVÊNIO importa em R\$ 13.892.374,44 (TREZE MILHÕES OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS MIL TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E

QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária	Mensal	Anual
I – Alta Complexidade – conforme produção	1.000,00	12.000,00
II- Pré-fixado	1.064.537,87	12.774.454,44
III- Complemento Pós Fixado/Pós Produção (cirurgias eletivas, consultas especializadas, exames) e pagamento de OPM's e uso aparelho médico	42.160,00	505.920,00
IV-FAEC/Estratégicos /Pós Produção (Campanha Cirurgias Eletivas + prêmio e Transplante de órgãos e tecidos e células)	50.000,00	600.000,00
TOTAL	1.157.697,87	13.892.374,44

A parcela mensal pré-fixada importa em R\$ 1.064.537,87 (HUM MILHÃO SESENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) a ser transferida ao hospital em parcelas duodecimais, conforme discriminado abaixo, e oneram recursos do Fundo Municipal de Saúde da SECRETARIA:

Detalhamento do Pré-fixado	Mensal	Anual
Média Complexidade ambulatorial Urgência/Emergência	96.000,00	1.140.000,00
Média Complexidade hospitalar	336.525,07	4.038.300,84
Incentivo de Integração ao SUS – INTEGRASUS	8.355,21	100.262,52
IAC - Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos	107.082,59	1.284.991,08
Busca Ativa e retirada múltiplos órgãos e tecidos	1.316,10	15.793,20
Incentivo Estadual	19.558,16	234.697,92
Incentivo da atenção às redes de urgência e emergência	143.975,20	1.727.702,40
SUB-TOTAL	712.812,33	8.553.747,96
Recursos financeiros repassados ao Hospital	350.225,54	4.202.706,48
pela SMS (Plantão Médico PA, sobre-aviso e Plantão médico UTI)		
Serviço de Lavanderia	1.500,00	18.000,00
SUB-TOTAL	351.725,54	4.220.706,48
TOTAL GERAL	1.064.537,87	12.774.454,44

As alterações do item II deste termo terá validade a partir de 01/06/2015 a 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de junho de 2015.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH, pela Empresa Contratada.



## FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

### PORTARIA Nº 014/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 014/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

“Torna público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso 001/2015, e dá outras providências”

O Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 3.152/2013,

Resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2015 conforme o quadro abaixo.

		Nome do Projeto	Nome do Propo- nente	Pontuação	Orçamento Apro- vado	Parecer da Comis- são
I Música	1	ABBACADABRA	ROSANE MARIA BAYERL	106,00	R\$ 13.235,00	Aprovado
	2	CD EDELWEISS CANTA, CANTA MAIS	ASSOCIAÇÃO GRU- PO CORAL E MUSI- CAL EDELWEISS	104,00	R\$ 19.900,00	Aprovado
	3	CIRCULA CAMERATA	LUCIANA PILZ BERKENBROCK	104,00	R\$ 6.400,00	Aprovado
	4	APOIO À ORQUESTRA SÃO BEN- TO DO SUL – CONCERTOS 2015	SIOMONE RICKLI GONÇALVES	104,00	R\$ 16.078,00	Aprovado
	5	MÚSICA NA RUA	LIDIANE TACHECK	104,00	R\$ 6.973,00	Aprovado
	6	2º SÃO BENTO BLUES FESTIVAL	MILTON HURPIA DA ROCHA	101,00	R\$ 14.260,00	Aprovado
	7	CD TRIO MUSICAL EDELWEISS	MARCIO BRO- SOWSKY	100,00	R\$ 14.550,00	Aprovado
	8	MÚSICA: ELEMENTO DE INSER- ÇÃO SOCIAL ESCOLAR	ELENA MARIA STO- CK ILG	97,00	R\$ 7.483,35	Aprovado
	9	CANTO CORAL POLONÊS	GERALDO NATALI- NO KOTOVICZ	96,00		Recursos insufi- cientes
	10	EP GARDENIA RUST	ERICKSON FELIPE RANGEL	94,00		Recursos insufi- cientes
	11	FLAUTA DOCE	PRISCILA ALMEIDA PSCHEIDT HEIDEN	91,00		Recursos insufi- cientes
	12	CHORO NA CIDADE VII	MARIA LUISA NO- RILLER TASCHKE	90,00		Recursos insufi- cientes
	13	MUSIC FESTIVAL 2015	LEANDRO PAN- NEITZ	89,00		Recursos insufi- cientes
	14	MARCIO PEDRO E OS PACHOLAS – 15 ANOS DE ESTRADA BEM CAMPEIRO & FANDANGUEIRO	MÁRCIO JOSÉ PEDRO	85,00		Recursos insufi- cientes

Total da Área I Música: R\$ 98.879,35

II Artes cênicas	1	DANÇA COMUNIDADE	SUELYN WILIANE PEDROZO DE AN- DRADE	92,00	R\$ 10.800,00	Aprovado
------------------	---	------------------	---	-------	---------------	----------

Total da Área II Artes cênicas: R\$ 10.800,00

III Literatura	1	PROJETO CULTURAL DO LIVRO DE POESIA INFANTIL: POEMA DE GOTA SÓ	NICOLE BUDDE- MEYER	103,00	R\$ 5.800,00	Aprovado
	2	OLHAR DE MULHER	ELIZETE CLARISSE CONTE TONDELLO	100,67	R\$ 10.630,00	Aprovado
	3	BRINCADEIRAS DE NOSSOS ANTEPASSADOS	SIMONE LESNHAK	99,67	R\$ 2.400,00	Aprovado
	4	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO/VESPERTINO	IVANILDE KIEM DRANKA	98,00	R\$ 5.545,00	Aprovado
	5	MINHAS POESIAS	ARACÉLIA FREITAS CONTE	97,00	R\$ 2.950,00	Aprovado

	6	PIPOCA E ZEZINHO	VERÔNICA VIEIRA CAMPESTRINI	90,00	R\$ 4.976,47	Aprovado
	7	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO E 5º ANO VESPERTINO	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	87,33	R\$ 698,53	Aprovado
	8	LONCAS DA QUERÊNCIA	CAUÊ JACIEL OLSEN	85,67		Recursos insuficientes

Total da Área III Literatura: R\$ 33.000,00

IV Artes visuais e Audiovisual.	1	O ACORDEON EM SÃO BENTO DO SUL	EDSON LUIS WORRELL	114,00	R\$ 19.250,00	Aprovado
	2	MONTAGEM E CIRCULAÇÃO DA MOSTRA VISUAL MONOCULAR	DIANALICE LODI RIBEIRO	110,00	R\$ 3.908,20	Aprovado
	3	WORKSHOP E EXPOSIÇÕES ARTES PLÁSTICAS	MIRIAM KOLLROSS	108,00	R\$ 19.725,00	Aprovado

Total da Área IV Artes visuais e Audiovisual: R\$ 42.883,20

VI Manifestações culturais populares	1	CONHECENDO AS DANÇAS FOLCLÓRICAS REGIONAIS BRASILEIRAS	DIANA LUDKKE	107,00	R\$ 12.437,45	Aprovado
--------------------------------------	---	--	--------------	--------	---------------	----------

Total da Área VI Manifestações culturais populares: R\$ 12.437,45

Art. 2º A execução dos projetos indicados acima como aprovados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, está condicionada ao atendimento das diligências encaminhadas para os respectivos proponentes pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria nº 013/2015 de 23 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 26 de Junho de 2015.

BRAULIO HANTSCHERL

PRESIDENTE

Fundação Cultural de São Bento do Sul

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 44/2015**

Pregão Presencial nº 44/2015

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 44/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 09 de julho de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de materiais para ampliação do sistema de rádio comunicação dos veículos da frota do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(19) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente

(43) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

(67) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 26 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2014

Contrato Nº: 53/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Desentupidora Progresso Ltda - ME

Vigência: Início: 08/06/15 - Término: 08/06/16

Recursos: Dotação:

(60) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de continuados de coleta e transporte de lodo das estações de tratamento de esgoto e de esgoto bruto e das elevatórias de esgoto bruto localizadas no perímetro urbano de São Bento do Sul – SC.

Valor mensal do contato: R\$ 5.200,00 (Cinco Mil e Duzentos Reais), totalizando R\$ 62.400,00 (Sessenta e Dois Mil e Quatrocentos Reais) anual.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### RESUMO CONT N.31/2015-IOPLAN

Estado de Santa Catarina  
MUNICPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:31/2015  
Contratante.:MUNICPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:IOPLAN INST OESTE DE PLANEJAMENTO E  
CONSULTORIA LTDA  
Objeto ..... :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE  
DAS CONTRIBUIÇÕES AO INSS  
Valor ..... :R\$15.000,00  
Vigência ..... : 05 meses  
Licitação ..... :49/2015

SAO CARLOS, 25 DE JUNHO de 2015.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### RESUMO CONTRATO N.30/2015-NEOCON

Estado de Santa Catarina  
MUNICPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:30/2015  
Contratante.:MUNICIPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:NEOCON ARQUITETURA SS  
Objeto ..... :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA READEQUAÇÃO DE PROJETO-  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E RELATORIOS TÉCNICOS PARA CONCLUSÃO DA OBRA -  
PISCINA MASTER, RIO LENTO, INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS-CASAS DE MÁQUINAS E  
PAISAGISMO DO PARQUE AQUÁTICO DO BALNEÁRIO DE PRATAS  
Valor ..... :R\$14.950,00(valor retificado)(catorze mil novecentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : 31.12.2015  
AF ..... : 1082/2015

SAO CARLOS,19 de junho de 2015.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA PADARIA ASSISTENCIA 2015

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 069/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 022/2015. Objeto: AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA E CONFEITARIA PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. Fornecedor Registrado: BORTOLINI SUPERMERCADO LTDA, CNPJ n. 05.342.492/0001-17

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA E CONFEITARIA PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS	R\$ 176.970,60

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 26/06/2015 a 26/06/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

### DEC 2010 DE 25 06 15 DECRETA LUTO OFICIAL VALCINO LODI

DECRETO Nº 2010, de 25 de junho de 2015.

Decreta luto oficial pelo falecimento do Ex-Vereador Municipal Valcino Lodi.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

- Considerando o falecimento do Ex-Vereador Municipal Valcino Lodi, Legislatura 1983-1988, ocorrido no dia de hoje, na cidade de Chapecó - SC;

- Considerando os relevantes serviços prestados ao município;

- Considerando a sua participação na vida pública;

- Considerando sua importante contribuição na história do município de São Domingos;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial no território do município de São Domingos, por 3 (três) dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Ex-Vereador Municipal Valcino Lodi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São João do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 092 DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 092 DE 04 DE MAIO DE 2015.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

MOACIR FRANCISCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora CARLA LUISA TEIXEIRA BARCELLOS, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, da seguinte forma: de 04/05/2015 a 23/05/2015 gozo de férias, e de 24/05/2015 a 02/06/2015 abono pecuniário, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 093 DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 093 DE 04 DE MAIO DE 2015.

**“DESIGNAR SERVIDOR”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Designar a Servidora KEITI EUGÊNIO DE MATOS, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Compras e Licitação, para exercer a função de Técnico em Contabilidade - CRC nº SC-038009/O-0, sem remuneração, no período de 04/05/2015 a 23/05/2015, em substituição a servidora Carla Luisa Teixeira Barcellos que se encontra de férias neste período.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 094 DE 04 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 094 DE 04 DE MAIO DE 2015.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o servidor JOAO EDEVAR DE COSTA ocupante do cargo de efetivo de Operador de Equipamentos, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 095 DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 095 DE 06 DE MAIO DE 2015.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o servidor ADRIANO RAUPP DE BORBA, ocupante do cargo de Tesoureiro, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 06 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº. 096 DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 096 DE 06 DE MAIO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para o servidor ELISEU DA SILVA BEDINOT, ocupante do Cargo efetivo de Motorista I, por 61 (sessenta e um) dias, no período de 06/05/2015 a 05/07/2015, referente ao período aquisitivo 2006 a 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 06 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 097 DE 06 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 097 DE 06 DE MAIO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor MANOEL ANACLETO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 06 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 192/2015

DECRETO Nº 192/2015

“QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 101/2015, DE 16/03/2015, QUE DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de não ter sido aceita a proposta da única participante no processo licitatório de Nº 56/2015, referente à contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo e considerado o fato de que o mesmo não pode sofrer solução de continuidade, fica declarada a situação de emergência administrativa na prestação dos referidos serviços.

Art. 2º - Em consequência, fica autorizada a contratação direta dos serviços de coleta e destinação do lixo, em caráter emergencial, e pelo prazo de 90 dias, nas mesmas condições do contrato firmado com a empresa Serrana Engenharia LTDA, cujo prazo se venceu em data de 15 de Junho de 2015.

Art. 3º - No prazo de 90 dias deve ser aberto e finalizado novo processo licitatório para a contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando prorrogados os efeitos do Decreto Nº 101/2015, 16/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 193/2015

DECRETO Nº 193/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento Protocolado sob o Nº 269, de 08/06/2015 e de acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior - Graduação ao servidor LUIZ JACI MATOS, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, 20% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 194/2015

DECRET O Nº 194/2015

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO LUIZ JACI MATOS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 172, datado de 27/04/2015, e em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971,; Fica concedido 04 (quatro) meses de LICENÇA PRÊMIO ao senhor LUIZ JACI MATOS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, a referida licença é a contar do dia 10/06/2015 á 07/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 10 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 195/2015

DECRET O Nº 195/2015

“QUE REMANEJA VALORES ENTRE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015, ART 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014.”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO		
03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
(15)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020–0608-	Aplicações	Diretas
5.000,00		
(17)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020–0623-	Aplicações	Diretas
15.600,00		
(13)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020–0048-	Aplicações	Diretas
15.000,00		
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....		
..... 35.600,00		

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo

anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

### 03 – PODER EXECUTIVO

03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
(25)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020–0623-	Aplicações	Diretas
15.600,00		
(23)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020–0608-	Aplicações	Diretas
5.000,00		
(22)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020–0048-	Aplicações	Diretas
15.000,00		
TOTAL DA ANULAÇÃO .....		
..... 35.600,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 196/2015

DECRETO Nº 196/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo I, Do Avanço Vertical, Art. 53, fica concedido Progressão por nova Habilitação ou Titulação Superior a Professora, que solicitou através de Requerimentos, com xerox do Diploma: – MARLENE DE FÁTIMA KAYSER DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora I, Plena, Nível AI, com vencimentos mensais de R\$ 1.110,33 para Professora I Plena, 20 horas, Nível BI, com vencimentos mensais de R\$ 1.126,99.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 197/2015

DECRETO Nº 197/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimentos Protocolados sob os nºs 273 e 274, de 22/06/2015; De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providencias, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; ficam concedidos incentivos salariais de Nível Superior - Grduação aos servidores abaixo relacionados:

01 - MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira – 20% de seus vencimentos base.

02 - JOSIANE NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicóloga – 20% de seus vencimentos base;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 22 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.332/2015

LEI Nº 4.332/2015

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017,  
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2015, E ABER-  
TURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2015 PARA O  
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração e inclusão de metas financeiras no Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei 4.193, de 14 de janeiro de 2014, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, Lei 4.281, de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 876.019,94 (oitocentos e setenta e seis mil, dezenove reais e noventa e quatro centavos), e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (Lei 4.193, de 14 de janeiro de 2014 e Lei 4.281, de 25 de novembro de 2014) para novo item orçamentário, como segue:

### 03 - PODER EXECUTIVO

#### 03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.13.10.301.0010.2.022 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO		
(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0220	- Aplicações	Diretas
332.000,00		
(71) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.022-0034	- Aplicações	Diretas
120.000,00		

#### 03.13.10.302.0010.2.025 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

(72) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.025-0039	- Aplicações	Diretas
20.000,00		

#### 03.13.10.301.0010.2.027 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

(73) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.027-0222	- Aplicações	Diretas
50.000,00		

#### 03.13.10.301.0010.2.029 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(74) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.029-0223	- Aplicações	Diretas
124.019,94		

#### 03.13.10.305.0010.2.031 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO A SAÚDE

(75) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.031-0225 - Aplicações Diretas 80.000,00

03.13.10.301.0010.2.033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIAS DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA

(76) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0243 - Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 3º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

03 - PODER EXECUTIVO

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(49) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.022 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO Aplicações Diretas 332.000,00

(23) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.022 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO Aplicações Diretas 120.000,00

(31) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU Aplicações Diretas 20.000,00

(57) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.027027 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICA Aplicações Diretas 50.000,00

(59) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.029 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Aplicações Diretas 124.019,94

(55) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO A SAÚDE Aplicações Diretas 80.000,00

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIAS DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

•  
Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.333/2015

LEI Nº 4.333/2015

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º - Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 02 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º - A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º - O investimento público em educação a que se refere à meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º - O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º - O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as

conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º - As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei. § 1º - Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º - As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º - O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º - Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º - O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º - O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º - O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10 - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11 - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.334/2015

LEI Nº 4.334/2015

“ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(62)3.3.90.00.00.00.00.2.041-0217- Aplicações Diretas  
30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(59)4.4.90.00.00.00.00.2.056-0217 - Aplicações Diretas  
30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.335/2015

LEI Nº 4.335/2015

“QUE ALTERA O Art. 40 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.783/2007, DE 29/06/2007, DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 40 da Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007, passando a vigor com a seguinte redação:

DO MANDATO

Art. 40 - O mandato do Conselheiro Tutelar fica de 04 (quatro) anos, conforme a Lei Federal Nº 12.696/2012.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de



São Joaquim, 24 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 248/2015**

PORTARIANº 248/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - ADRIANA APARECIDA MACEDO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. - ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 148/2015, de 31/03/2015. - ADRIELI COSTA MARTINS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. - AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 150/2015, de 01/04/2015. - ANA ECILVIA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015. - ANA MARIA MATOS DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015. - ANA PAULA DE LIMA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 116/2015, de 11/03/2015. - ANDRÉIA RAMOS FLORES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 114/2015, de 10/03/2015. - ANGELINA COSTA LINHARES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 249/2015**

PORTARIANº 249/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - ARMANDA NATALINO MELO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 205/2015, de 12/05/2015. - CAMILA BAESSO, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 107/2015, de 06/03/2015. - CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da Função de Professor Substituto, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 104/2015, de 05/03/2015. - CLAUDIA ELE-NICE PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. - CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 163/2015, de 08/04/2015. - CLEUSA APª. BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Paulino Gonçalves de Liz, Localidade de São Sebastião da Várzea, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 109/2015, de 09/03/2015. - CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015. - DAIANE APARECIDA VITORINO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015. - DAIANE NUNES DE OLIVEIRA MAURÍCIO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 104/2015, de 05/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 250/2015**

PORTARIANº 250/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA, ocupante da Função de Professora Substituta, na C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 109/2015, de 09/03/2015. - DAIANE BECCARI NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (todas as escolas municipais), para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. - DEIZIANE PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 194/2015, de 05/05/2015. - DENISE NUNES PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. - EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 150/2015, de 01/04/2015. - EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 107/2015, de 06/03/2015. - EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 196/2015, de 06/05/2015. - ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 150/2015, de 01/04/2015. - ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 104/2015, de 05/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 251/2015**

PORTARIANº 251/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - ELAINE

SILVA ROCHA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 103/2015, de 09/03/2015. - ELAYNI MARCHI FRANCA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 160/2015, de 06/04/2015. - ELIANA OLIVEIRA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 150/2015, de 01/04/2015. - ELIANE OLIVEIRA NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 150/2015, de 01/04/2015. - ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. - ERICA DE SOUZA AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 107/2015, de 06/03/2015. - EVANIR CEQUINEL DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 151/2015, de 01/04/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 192/2015, de 02/03/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 138/2015, de 26/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 252/2015**

PORTARIANº 252/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - FABIANA PORTO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/02/2015. - FRANCISCA ROBERTA GUIMARÃES SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 157/2015, de 01/04/2015. - GILBERTO MARTINS, ocupante da Função de Professor Substituto, nos Projetos educacionais, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 117/2015, de 12/03/2015. - GISELA MENDONÇA GOU-LART, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 166/2015, de 08/04/2015. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante da Função

de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. – GLECI TERESINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 211/2015, de 15/05/2015. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 145/2015, de 31/03/2015. GRAZIELI CRISTINI DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 148/2015, de 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 253/2015**

PORTARIANº 253/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - GUILHERME SOUZA SANTOS, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugén Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. – ISMÊNIA DE SOUZA ARRUDA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugén Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. – IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.I.M. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 177/2015, de 15/04/2015. – JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015. – JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 165/2015, de 08/04/2015. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 100/2015, de 04/03/2015. – JANE GOULART NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2015, de 03/03/2015. – JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugén Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. – JANISSE CECHINEL MATOS,

ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 114/2015, de 10/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 254/2015**

PORTARIANº 254/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 114/2015, de 10/03/2015. – JICIANE AGUIDA VELHO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugén Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. – JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 100/2015, de 04/03/2015. – JOSIELLI DA SILVA PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 105/2015, de 05/03/2015. – JOSIELLI DA SILVA PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 218/2015, de 20/05/2015. – KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. – LARISSA ALVES MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 160/2015, de 06/04/2015. – LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugén Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. – LILIANE LEANDRO MACHADO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 107/2015, de 06/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 255/2015**

PORTARIANº 255/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 162/2015, de 08/04/2015. - LUIZ ADROALDO DUTRA RODRIGUES, ocupante da Função de Professor Substituto, nos Projetos Educacionais - Ginásio de Esportes, Bairro Centro, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 108/2015, de 06/03/2015. - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 108/2015, de 06/03/2015. - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 132/2015, de 24/03/2015. - MAIARA PADILHA NESI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. - MARCIA BITTENCOURT OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. - MARCIO DONIZETE BORGES, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 151/2015, de 01/04/2015. - MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. - MARIA GORETE GARCIA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 256/2015**

PORTARIANº 256/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - MARIA

HELENA NUNES RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Nelo Souza, Bairro Três Pedrinhas, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. - MARIA IOLANDA MACEDO DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 190/2015, de 29/03/2015. - MARICRIS TEREZINHA VELHO A. MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 151/2015, de 01/04/2015. - MARILEIA APARECIDA OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 105/2015, de 05/03/2015. - MARINÊS IUNG FIGUEIREDO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015. - MARLI PEREIRA CARDOSO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. - MARLISE PADILHA NESI, ocupante da Função de Professor Substituto, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. - MATHEUS GOULART MENDONÇA, ocupante da Função de Professor Substituto, nos Projetos Educacionais (Ginásio de Esportes) Bairro Centro, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 119/2015, de 12/03/2015. - MIRNA PEREIRA MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 151/2015, de 01/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 257/2015**

PORTARIANº 257/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: - NEOMAR NESI DE MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015. - NERIZE COSTA GUEDES, ocupante da Função de Professora Substituta, no Telecentro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 137/2015, de 25/03/2015. - PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 148/2015, de 31/03/2015. - PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015. - RENATA STEFFEN DE



BETIO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. – RITA DE CASSIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. – ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. – ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 177/2015, de 15/04/2015. – ROSIMERE DA CRUZ PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 258/2015** PORTARIANº 258/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: – ROSIMERE DA CRUZ PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 169/2015, de 08/04/2015. – RUAN MEDEIROS DE SOUZA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 116/2015, de 11/03/2015. – SABRINA ARCARO MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 105/2015, de 05/03/2015. – SAMARA GARCIA PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 157/2015, de 01/04/2015. – SANDRO KRAUSER ALANO, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 160/2015, de 06/04/2015. – SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 205/2015, de 12/05/2015. – SONIA LARA BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. – SUELEN AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, nos Projetos Educacionais (Ginásio de Esportes), Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 114/2015, de 10/03/2015. – SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA, ocupante da

Função de Professora Substituta, nos Projetos Educacionais (Ginásio de Esportes), Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 157/2015, de 01/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 259/2015** PORTARIANº 259/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: – SUELEN SOUZA CAVALHEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 134/2015, de 24/03/2015. – SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 105/2015, de 05/03/2015. – TAIZE DE SOUZA VELHO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 121/2015, de 16/03/2015. – TAMARA NUNES DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. – TATIANA DE SOUZA ARRUDA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. – TATIANI FOGAÇA VELHO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 096/2015, de 03/03/2015. – VANESSA MARIA CASSEMIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 116/2015, de 11/03/2015. – VIVIANE PEREIRA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 260/2015**

PORTARIANº 260/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: – MARIA ADRIANA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 245/2015, de 08/06/2015. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 093/2015, de 02/03/2015. – MARIELA TAINA DE JESUS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 234/2015, de 27/05/2015. – ENOEMIA DE LOURDES LOURENÇO DE MEDEIROS, ocupante da Função de Orientadora de Tecelagem, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. – MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL, ocupante da Função de Orientadora de Curso, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 160/2015, de 06/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 261/2015**

PORTARIANº 261/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o art. 169 da Constituição Federal, art. 23 da Lei Complementar nº 101/2002 e Decreto Nº 188/2015, de 12/06/2015, e em face da necessidade de adequação aos limites legais dos gastos municipais com a despesa de pessoal, ficam EXONERADOS os seguintes servidores: – CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 190/2015, de 29/04/2015. – ELZA DOS SANTOS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 107/2015, de 06/03/2015. – JOSIANE LEHMKUHL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente), no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 1040/2015, de 05/03/2015. – LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na

E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 116/2015, de 11/03/2015. – ROSA ELIZABETE OLIVEIRA, ocupante da Função de Merendeira, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 124/2015, de 17/03/2015. – SUELEN APARECIDA DA ROSA SOUZA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 162/2015, de 08/04/2015. – TATIANA DE FÁTIMA IENDRAS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente), no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 108/2015, de 06/03/2015. – VANESSA ELI-SETE ROTTA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 215/2015, de 19/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 30 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 262/2015**

PORTARIANº 262/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - CLAUDIA APARECIDA CORDOVA BARBOSA, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/06/2015 à 10/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 263/2015**

PORTARIANº 263/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANDRÉ SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas, referente ao exercício de 2011/2012, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015. – CÁTIA RAQUEL NUNES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015. – CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do Cargo de Médico Veterinário,

referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2012/2013, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015. – GISLAINE POLLI FARIAS DOS SANTOS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015. – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/06/2015 à 14/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 264/2015**

PORTARIANº 264/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora ANA MARIA MARAFIGO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (servente), na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 126/2015, de 18/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 265/2015**

PORTARIANº 265/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - NILSSÉA PADILHA ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 16/06/2015 à 15/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 266/2015**

PORTARIANº 266/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), no Ginásio de Esportes, Bairro Centro, com 40 horas semanais, a contar do dia 16/06/2015, em substituição a agente Marlene Elizário Melo que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 267/2015**

PORTARIANº 267/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARA APARECIDA BORGES COSTA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 03/06/2015. – JUCELMA APARECIDA DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 08/03/2015. – JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante da Função de Merendeira, por 10 (dez) dias, a contar do dia 08/03/2015. – MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Carpinteiro, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 09/06/2015. – MARTA APARECIDA P. OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 09/06/2015. – MARCUS PALMA NUNES, ocupante da Função de Odontólogo (PSF), por 01 (um) dia, no dia 09/06/2015. – SUZANA A. LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/06/2015. – MARIA BERNADETE DEMECIANO, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a conta do dia 10/06/2015. – MARCIO DONIZETE BORGES, ocupante da Função de Professor, por 01 (um) dia, no dia 10/06/2015. – MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira, por 03 (três) dias, a conta do dia 10/06/2015. – GLAUCIA RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 11/06/2015. – GABRIEL DE SOUZA CAMARGO, ocupante do Cargo de Odontólogo, por 01 (um) dia, no dia 11/06/2015. – JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, por 01 (um) dia, no dia 12/06/2015. – JOSIANE PADILHA OLIVEIRA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico (PSF), por 01 (um) dia, no dia 12/06/2015. – PATRICIA CASSÃO DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), por 02 (dois) dias, a conta do dia 15/06/2015. – ROSANE APARECIDA BRUCH, ocupante do Cargo de Merendeira, por 10 (dez) dias, a contar do dia



15/06/2015. – AMÉLIA MACHADO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a conta do dia 15/06/2015. – TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, a conta do dia 16/06/2015. – DAIANE NUNES O. MAURICIO, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 268/2015**

PORTARIANº 268/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 01 (um) dia, por Falecimento de seu Avô, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária DANIELE HUGEN RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, no dia 08/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 269/2015**

PORTARIANº 269/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária MARIA CANDIDA SOUZA RODRIGUES RUPNIEVSKI, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 08/06/2015 até o dia 14/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 270/2015**

PORTARIANº 270/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - VALDECI DO ROSÁRIO SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 17/06/2015 à 16/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 271/2015**

PORTARIANº 271/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS as seguintes funcionárias: - JAQUELINE NUNES, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 18/06/2015 à 17/07/2015. – NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 18/06/2015 à 17/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 272/2015**

PORTARIANº 272/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - JUCELMA APARECIDA DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente) no C.E.I. Filomena Martorano Vieira, Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 109/2015, de 09/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 273/2015**

PORTARIANº 273/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica REVOGADOS os efeitos da Portaria Nº 255/2015,  
de 15/06/2015, na parte onde se refere a Exoneração de MARIA  
ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Pro-  
fessora Substituta, por ter saído com incorreções.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de Junho de 2015, ficando  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 274/2015**

PORTARIANº 274/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,  
conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes fun-  
cionários: – JONATAS POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de  
Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 15/06/2015. – ES-  
TELA D'ALVA HUGEN MACHADO, ocupante do Cargo de Museó-  
loga, por 07 (sete) dias, a contar do dia 15/06/2015. – JONATAS  
POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo,  
por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/06/2015. – ADRIANA PORTO  
VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três)  
dias, a contar do dia 17/06/2015. – ADILSON DOS SANTOS FILHO,  
ocupante do Cargo de Motorista, por 05 (cinco) dias, a contar do  
dia 17/06/2015 – MARA APARECIDA BORGES COSTA, ocupante da  
Função de Agente de Saúde, por 15 (quinze) dias, a contar do dia  
17/06/2015. – VANESSA MARIA CASSEMIRO, ocupante da Função  
de Professora, no período vespertino, no dia 19/06/2015. – FRAN-  
CIANI NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saú-  
de, por 01 (um) dia, no dia 19/06/2015. – MARILEIA APARECIDA  
OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no  
dia 19/06/2015. – ELIZIANE BRANCO VIEIRA, ocupante do Cargo  
de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 22/06/2015. –  
AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por  
07 (sete) dias, a contar do dia 22/06/2015. – SUZANA NAZARE  
ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois)  
dias, a contar do dia 22/06/2015. – IRENE PADILHA ALVES, ocu-  
pante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 08 (oito) dias,  
a contar do dia 22/06/2015. – MARTA DE MOURA MADEIRA, ocu-  
pante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2015.  
– LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente

Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º  
desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 275/2015**

PORTARIANº 275/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresen-  
tação de atestado médico à funcionária – MARIA ELIZABETE CAR-  
VALHO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 180  
(cento e oitenta) dias, a contar do dia 22/06/2014 até 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
e os seus efeitos retroagem ao dia 22 de Junho de 2015, ficando  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Junho de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015 – PR 163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015 – PR 163/2014 – Processo 393/2014 – Fornecedores: I – DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA - EPP; II – OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; III - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA; IV - CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME e V - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE ODONTOLOGIA PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Por Fornecedor: I – R\$ 93.097,50 (noventa e três mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos); II - R\$ 2.734,80 (dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos); III - R\$ 202.915,50 (duzentos e dois mil, novecentos e quinze reais e cinquenta centavos); IV - R\$ 73.334,60 (setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) e V - R\$ 32.997,04 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos). Valor Total: R\$ 405.079,44 (quatrocentos e cinco mil, setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 20 de maio de 2015. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 – PR 125/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014 – PR 125/2014 – Processo 324/2014 – Fornecedores: I – SINASC BRUTHAN COMERCIAL LTDA; II – LUIZ FERNANDO SEBOLD – ME; III - PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP; IV - GIZELE REGINA DA SILVA ME; V - JULIANO JAIRO MELO – ME; VI - VALDECIR TEIXEIRA MOTA – ME e VII - DOUGLAS DE ABREU EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Por Fornecedor: I – R\$ 65.819,68 (sessenta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos); II - R\$ 19.138,70 (dezenove mil, cento e trinta e oito reais e setenta centavos); III - R\$ 51.113,15 (cinquenta e um mil, cento e treze reais e quinze centavos); IV - R\$ 165.509,20 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e vinte centavos); V - R\$ 90.905,68 (noventa mil, novecentos e cinco reais e sessenta e oito centavos); VI - R\$ 101.142,13 (cento e um mil, cento e quarenta e dois reais e treze centavos) e VII - R\$ 34.887,93 (trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos). Valor Total: R\$ 528.516,47 (quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de junho de 2015. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

### CONTRATO/CT: Nº 097/2015 – PR 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 097/2015 – PR 017/2015 – Processo 037/2015 - Contratado: MOBILEBRAS EIRELI EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ATIVIDADES FÍSICAS AO AR LIVRE PARA SEREM INSTALADAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de execução do Contrato (entrega das academias) será de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data da solicitação da Secretaria de Infraestrutura e o prazo de vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de sua assinatura. Valor: R\$ 108.405,00 (cento e oito mil e quatrocentos e cinco reais). Data da Assinatura do Contrato: 21 de maio de 2015.

### IN 04/2015

IN 04/2015	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
------------	-----------------------

Dispõe sobre os critérios para a análise e emissão da Autorização Ambiental para as Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental aprovada por Resolução CONSEMA.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno e o disposto no Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal Compartilhada SDS-FATMA-Município nº 075/2013, DELIBERA:

Artigo 1º. Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se por:

I - Autorização Ambiental: autoriza o exercício de atividades com porte abaixo dos limites fixados para licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução do CONSEMA que aprova a listagem de Atividades Considerada Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de Impacto Local para fins do exercício da competência do licenciamento Ambiental;

Artigo 2º. Serão consideradas passíveis de Autorização Ambiental todas as atividades com porte abaixo dos limites fixados por Resolução do CONSEMA que elenca o rol de atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local para fins de exercício da competência do licenciamento ambiental.

Artigo 3º. Para obtenção de autorização ambiental - AuA a pessoa jurídica/física responsável deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados:

I – Requerimento padrão devidamente preenchido (ANEXO I);

II – Caso o responsável pelo processo não seja o empreendedor ou sócio, apresentar procuração específica, com firma reconhecida (ANEXO II);

III – Cópia do CNPJ da empresa que solicita a autorização ambiental com o respectivo contrato social, contendo as últimas alterações ou Certificado da condição de Microempreendedor Individual;

IV – Cópia dos documentos de identificação do representante legal da empresa (RG e CPF) e do comprovante de residência;

V – Cópia do Alvará de Funcionamento Municipal vigente ou protocolo;

VI – Cópia do Alvará Sanitário ou protocolo;

VII – Cópia da matrícula do cartório de registro de imóveis atualizada (máximo 90 dias), do imóvel onde será realizada a Atividade;

VIII – No caso de imóveis alugados, apresentar cópia do contrato de locação vigente;

IX – No caso de terreno de marinha apresentar cópia da inscrição de ocupação do Patrimônio da União;

X – No caso de posse, deverá preencher declaração (ANEXO III), com firma reconhecida e anexar documentos para sua comprovação, a citar:

a) contas de água antigas e atuais;

b) contas de luz antigas e atuais;

c) contas de telefone antigas e atuais;

d) contrato de compra e venda devidamente registrado;

e) demais documentos.

XI – No caso de propriedade de domínio público, autorização oficial do gestor legal da propriedade envolvida no processo, acompanhada do ato constitutivo;

XII – Croqui de acesso e localização da propriedade com indicação clara e precisa do imóvel objeto do processo;

XIII – Cópia da Consulta de Viabilidade (documento expedido pela Prefeitura Municipal declarando que a atividade está de acordo com as diretrizes de uso do solo do município);

XIV – Memorial descritivo das atividades realizadas pela empresa, mencionando os resíduos gerados no processo produtivo, bem como a destinação dos mesmos;

XV – Planta baixa do empreendimento contendo todas as unidades e os sistemas de controle ambiental com os respectivos pontos de captação e lançamento dos efluentes tratados;

XVI – Declaração/autorização da Companhia concessionária no caso de lançamentos de efluentes domésticos na rede pública de esgoto. No caso de lançamento de efluentes líquidos industriais na rede pública de esgoto apresentar declaração/autorização da Companhia Concessionária;

XVII – Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do Técnico Responsável pela elaboração do Memorial descritivo e da Planta baixa do empreendimento, devidamente assinada;

XVIII – Declaração de profissional habilitado ou da Prefeitura Municipal, informando se a área está sujeita em qualquer tempo de alagamentos ou inundações. Em caso positivo deve ser informada a cota máxima da mesma;

XIX – Comprovante de pagamento da taxa de análise para Autorização de Ambiental, em até 72 horas após a emissão, sob pena de arquivamento do processo. A taxa será emitida após a abertura do processo.

XX – Ficarão isentos do pagamento da Taxa de análise processual o Microempreendedor individual que requerer a Autorização Ambiental no ano de sua abertura, nos termos do parágrafo 1º e 4º, do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 1795/2013;

Parágrafo único – Para determinadas atividades será exigido comprovação de adequações, a citar:

a) Caixa separadora de água e óleo (Atividades item 12 da CONSEMA 14/2012 ou demais atividades que impliquem sua utilização);

b) Sistema de exaustão (Atividades que realizem pintura, corte de madeira, corte de ferro, corte de alumínio ou demais atividades que impliquem sua utilização);

c) Sistema de decantação (Atividades item 10 da CONSEMA 14/2012 ou demais atividades que impliquem sua utilização);

d) Sistema de aspersão (Atividade 43.01.00 – Comércio Atacadista e/ou depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto ou demais atividades que emitem para a atmosfera material particulado);

Artigo 4º. Para os casos em que a atividade não é exercida no endereço constante no CNPJ da empresa deverão apresentar todos os documentos elencados nos incisos abaixo, acompanhado de declaração, com firma reconhecida, conforme modelo (ANEXO IV):

I – Requerimento padrão devidamente preenchido (ANEXO I);

II – Caso o responsável pelo processo não seja o empreendedor ou sócio, apresentar procuração específica, com firma reconhecida (ANEXO II);

III – Cópia do CNPJ da empresa que solicita a autorização ambiental com o respectivo contrato social, contendo as últimas alterações ou Certificado da condição de Microempreendedor Individual;

IV – Cópia dos documentos de identificação do representante legal da empresa (RG e CPF) e do comprovante de residência;

V – Cópia do Alvará de Funcionamento Municipal vigente ou protocolo;

VI – Cópia da matrícula do cartório de registro de imóveis atualizada (máximo 90 dias), do imóvel onde será realizada a Atividade;

VII – No caso de imóveis alugados, apresentar cópia do contrato de locação vigente;

VIII – No caso de terreno de marinha apresentar cópia da inscrição de ocupação do Patrimônio da União;

IX – No caso de posse, deverá preencher declaração (ANEXO III), com firma reconhecida e anexar documentos para sua comprovação, a citar:

a) contas de água antigas e atuais;

- b) contas de luz antigas e atuais;  
 c) contas de telefone antigas e atuais;  
 d) contrato de compra e venda devidamente registrado;  
 e) demais documentos.

X – No caso de propriedade de domínio público, autorização oficial do gestor legal da propriedade envolvida no processo, acompanhada do ato constitutivo;

XI – Croqui de acesso e localização da propriedade com indicação clara e precisa do imóvel objeto do processo;

XII – Memorial descritivo das atividades realizadas pela empresa, mencionando os resíduos gerados no processo produtivo, bem como a destinação dos mesmos;

XIII – Comprovante de pagamento da taxa de análise para Autorização de Ambiental, em até 72 horas após a emissão, sob pena de arquivamento do processo. A taxa será emitida após a abertura do processo.

Artigo 5º. Os processos visando à obtenção de Autorização Ambiental somente serão protocolados com a entrega da documentação completa listada na presente Instrução Normativa;

Artigo 6º. A Autorização Ambiental estará vinculada a exatidão das informações prestadas pelo empreendedor ou procurador no requerimento, declaração e demais documentos pertinentes a este;

Artigo 7º. A alteração de titularidade do empreendimento/atividade deve ser comunicada à Fundação Municipal do Meio Ambiente, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo;

Artigo 8º. Os empreendimentos/atividades geradores de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção;

Artigo 9º. Para atividades que geram resíduos sólidos, deverá ser apresentada a Fundação Municipal do Meio Ambiente as documentações pertinentes a destinação dos resíduos gerados (contrato, comprovante de recolhimento, Licença Ambiental de Operação - LAO, entre outros);

Artigo 10. A critério da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC poderão ser solicitados documentos, estudos, informações complementares ou adequações.

Artigo 11. A Autorização Ambiental possuirá validade de até 2 anos, nos termos da Portaria nº 005/2015.

Artigo 12. Revogam-se todas as disposições em contrário

Artigo 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 24 de junho de 2015.

Moacir da Silva

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/São José

Decreto Municipal n.º 4411/2015

#### Anexo I

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA			
Identificação do Requerente			
Nome/Razão social:			
Inscrição estadual:	CNPJ/CPF nº:		
End. correspondência:	nº:		
Email:	Tel.:		
Bairro:	CEP:	Município:	
Identificação do Representante			
Nome:			
CPF nº:			
End. correspondência:			
nº:			
Complemento:			
Tel.:			
Bairro:			
CEP:			
Município:			
Dados da Atividade			
Nome/Razão social:			
Inscrição estadual:			
CNPJ/CPF nº:			
Endereço:			
nº:			
Ponto de Referência:			
Tel.:			
Bairro:			
CEP:			
Município:			
Atividade exercida:			
Declaração de Responsabilidade			
O requerente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas no presente requerimento.			
São José, _____ de _____ de _____			
Nome:			
Assinatura:			

#### Anexo II

#### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a)



[illegible]

## Declaração de Posse

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade sob o nº \_\_\_\_\_ expedida pelo \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, proprietário (a) das benfeitorias necessárias e úteis, localizada no terreno situado à \_\_\_\_\_, município de São José, estado de Santa Catarina, venho declarar que exerço a posse do terreno e de sua benfeitoria desde \_\_\_\_\_, de boa fé, mansa e pacificamente e sem qualquer contestação, relação fática essa reconhecida por testemunhas idôneas, abaixo assinadas qualificadas.

Declaro que o referido imóvel tem uma área de \_\_\_\_\_, sendo certo que a posse do terreno e da benfeitoria nele edificada possui o valor econômico do mercado, valendo a presente declaração como garantia da eficácia do Direito perante terceiros, autenticidade e perpetuidade.

São José, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

Identidade: Identidade:

CPF: CPF:

## Anexo IV

Modelo de Declaração - Atividade não exercida no endereço do CNPJ

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no município de São José/SC, neste ato representado por \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob CPF n.º \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e feitos legais, que no endereço da empresa acima citado, será(ão) realizada(s) atividade(s) de \_\_\_\_\_ sem realizar outro tipo de atividade neste endereço.  
DECLARA ainda, que a(s) atividade(s) de

será(ão) realizada(s) exclusivamente em local(ais) distinto de seu endereço, por este motivo, há a necessidade de manter esta(s) atividade(s) no objeto do contrato social.

A empresa admite que está ciente de que ampliações ou alterações na atividade, no processo produtivo ou na capacidade de produção, deverão ser comunicados à FMADS.

Assumo inteira responsabilidade pelas informações apresentadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis

São José, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome Legível:

Assinatura:

## RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 22/06/2015 Processo: 203/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa nº 130/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 203/2015 - Dispensa por Justificativa nº 130/2015.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SANTA CATARINA - APEDESC, PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA AO SETOR QUE OPERA O SISTEMA DE MONITORAMENTO URBANO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC, COM FULCRO NO ART. 24 INC. XX DA LEI Nº 8.666/93.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a análise dos documentos e proposta fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	APEDESC - ASSOC DE PESSOAS COM DEFICIENCIAS EM SC	1,0	R\$ 53.465,90	R\$ 53.465,90
1	2	APEDESC - ASSOC DE PESSOAS COM DEFICIENCIAS EM SC	5,0	R\$ 30.598,34	R\$ 152.991,70

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 206.457,60	duzentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos

São José, 22 de junho de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT Presidente	PAULO DUTRA Membro
--------------------------------------	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

**RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 168/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Data: 26/06/2015  
Processo: 274/2015

Resultado Dispensa por Justificativa Nº 168/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 274/2015 - Dispensa por Justificativa Nº 168/2015  
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA PARA CONTENÇÃO DE ENCOSTA NA RUA CÉLIO VEIGA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

1 – A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 – Após a abertura dos documentos e das propostas apresentadas, fica classificada por MENOR PREÇO a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1,0	146,00	146,00
1	2	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4,5	131,40	591,30
1	3	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	42,8	3,70	158,18
1	4	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	47,5	30,30	1.439,25
1	5	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	47,5	30,60	1.453,50
1	6	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	181,7	435,00	79.030,80
1	7	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	28,5	90,50	2.579,25
1	8	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	285,0	19,90	5.671,50
1	9	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	38,0	44,50	1.691,00
1	10	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29,0	15,00	434,25
1	11	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5,0	30,20	151,00
2	1	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1,0	146,00	146,00
2	2	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4,5	131,40	591,30
2	3	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	27,0	3,70	99,90
2	4	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	27,0	30,30	818,10
2	5	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35,1	30,60	1.074,06
2	6	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	72,9	435,00	31.711,50
2	7	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6,8	90,50	610,88
2	8	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	67,5	19,90	1.343,25
2	9	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36,0	44,50	1.602,00
2	10	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	27,0	15,00	405,00
2	11	EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5,0	30,20	151,00

Valor Total

R\$ 131.899,01

Valor Total Extenso

Cento e trinta e um mil oitocentos e noventa e nove reais e um centavo

São José, 26 de junho de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente / CPL

PAULO DUTRA  
Membro

KETY SILVA TRIERVEILER  
Membro

RAMON S. CAMPOS MARTINS  
Membro

REJANE MAGALI S. MEDEIROS  
Membro

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.117 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.117 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
10.301.4506.2.020 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0038	50	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.118, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.118, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000	142	Transf Inst Priv	R\$ 26.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	141	Aplicação Direta	R\$ 26.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Altera a Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído, por meio desta Lei e de seus anexos, o Plano Diretor do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbanístico local, denominado oficialmente Plano Diretor Participativo do Município de São Lourenço do Oeste.

..... ” (NR)

“Art. 4º .....

Parágrafo único. Visando garantir conformidade e vinculação entre todas as ações relacionadas com a Política territorial e urbanística Municipal e as diretrizes gerais referidas no caput, fica estabelecido que administradores, legisladores, conselhos municipais, cidadãos e intérpretes em geral desta Lei orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

..... ” (NR)

“Art. 6º .....

Parágrafo único. Sempre deverão ser observadas as diretrizes referidas no parágrafo único, do art. 4º desta lei:

..... ” (NR)

“Art. 7º .....

I - zoneamento, na forma desta Lei e seus anexos;

Parágrafo único. Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano previstos neste artigo deverão ser aplicados na forma desta Lei como decorrência do interesse local, sem prejuízo da observância da legislação Federal e Estadual sobre a matéria regulada.” (NR)

“Art. 11 .....

§ 1º Macrozonas são divisões do Município em grandes unidades territoriais, buscando estabelecer a integração do território do Município.” (NR)

“Art. 12 .....

Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação do solo atribuídos aos trechos do sistema viário referidos no caput serão aplicados nos lotes que tenham frente para estes mesmos trechos, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.” (NR)

“Art. 13 .....

§ 1º .....

I - somente após ocorrida significativa redução das glebas a serem urbanizadas nas zonas urbanas de ocupação prioritária referidas nesta lei.

§ 2º .....

I - trechos do sistema viário constantes nos mapas anexos à esta Lei;

..... ” (NR)

“Art. 15. A Macrozona Urbana compreende a área delimitada pelas zonas urbanas de ocupação prioritária, zonas industriais, zonas de expansão urbana futura e zonas de expansão industrial.

§ 1º Os perímetros urbanos não poderão deixar de ser coincidentes com a delimitação definida pelas zonas de ocupação prioritária e zonas industriais, podendo estes serem contínuos ou descontínuos.

§ 2º A descrição do Perímetro Urbano será gradativamente complementada, de acordo com as necessidades operacionais, de maior detalhamento e precisão e incorporada como anexo a esta Lei, em prazo a ser estabelecido nas disposições finais e transitórias.” (NR)

“Art. 74 .....

III - Zona Rural - Rio Guaporé;

..... ” (NR)

“Art. 87-A. As características atuais, condicionantes que limitam a ocupação, os objetivos específicos e os instrumentos que poderão ser aplicados em cada Área de Especial Interesse estão descritos no Anexo-03 desta Lei.” (NR)

"Art. 184 .....

I - dos objetivos específicos de cada Zona e Área de Especial Interesse referida nesta Lei;

II - das disposições sobre os trechos do sistema viário, na forma desta Lei;

III - dos níveis de incomodidade regulados na Seção III, deste Capítulo, na Tabela de Níveis de Incomodidade Anexo-02 e no Mapa de Zoneamento Anexo -08 (Níveis de Incomodidade), ambos desta Lei." (NR)

"Art. 186. Para os efeitos desta Lei, considera-se incômodo, ou incomodidade, a potencialidade ou efeito gerado por uma ou mais atividades sobre a coletividade, considerando a sua incompatibilidade com os padrões de uso definidos para determinadas porções do território do Município, conforme a Tabela de Níveis de Incomodidade constante do Anexo-02 desta Lei." (NR)

"Art. 188 .....

§ 1º A classificação dos usos e atividades nos seus respectivos níveis de incomodidade será dado pela tabela de níveis de incomodidade constante no Anexo-02 desta Lei.

§ 2º Serão utilizados trechos do sistema viário, conforme indicado no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) à esta Lei, para identificar onde será permitida a instalação dos usos e atividades constantes na tabela do Anexo-02 desta Lei." (NR)

"Art. 189. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-0, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) à esta Lei, que estão indicados como N-0, N-1, N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de via N-4." (NR)

"Art. 190. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-1, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-1, N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for indicado como N-0 e N-4." (NR)

"Art. 191. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-2, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1 e N-4." (NR)

"Art. 192. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-3, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1, N-2 e N-4." (NR)

"Art. 193. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-4, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-05 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-4, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1, N-2 e N-3." (NR)

"Art. 196 .....

§ 1º Especificamente com relação ao parâmetro referido no art. 195, inciso VI, para definição do número máximo de pavimentos, prevalecerão os trechos do sistema viário constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-09 (Número máximo de Pavimentos) desta Lei, onde:

§ 2º A permissão para edificar com 5 (cinco) pavimentos ou mais, somente será concedida mediante o atendimento das seguintes exigências:

§ 3º Quanto ao tamanho mínimo do lote, a permissão para edificar, deverá considerar ainda:

..... " (NR)

"Art. 201. Os imóveis a serem loteados e que apresentarem cursos de água de qualquer porte, ou que estiverem situados em áreas de fundo de vale e encostas, deverão receber as diretrizes de arruamento vinculadas às faixas de proteção, de que trata esta Lei.

..... " (NR)

"Art. 202 .....

Parágrafo único .....

I .....

III - os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico tais como chuvas, coeficiente de escoamento, tempo de concentração, coeficiente de distribuição das chuvas, tempo de ocorrência, entre outros aplicáveis, serão definidos por normas e leis específicas relativas à matéria, com base nos critérios técnicos, levando sempre em consideração as condições mais críticas." (NR)

"Art. 212. As normas de parcelamento do solo, previstas nesta Lei, são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estas pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à legislação superior vigente que regule a matéria, nos âmbitos federal ou estadual, em especial a Lei Federal n.º 6.766/79 e suas alterações e Lei Estadual n.º 6.063/82 e suas alterações, bem como pelas demais normas que as substituírem ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no território do município, depende de aprovação pelo poder público.

..... " (NR)

"Art. 213. Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, dentro dos limites do perímetro urbano e conforme parâmetros fixados nesta lei e no mapa de zoneamento Anexo-06." (NR)

"Art. 225. As áreas destinadas ao uso público, descritas no art. 221 deverão ter acesso com vias de circulação de no mínimo 15,00 m (quinze metros) de largura, devendo os prolongamentos respeitar sempre a dimensão das ruas já existentes." (NR)

"Art. 226. Os lotes reservados às áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários devem ter no mínimo a área do lote mínimo da zona em que está inserido o parcelamento. Até a metragem de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) esta área deverá ser em uma única parcela, podendo sempre ser parcelada em frações mínimas de 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), tendo testada proporcional à 1/3 da profundidade do mesmo." (NR)

"Art. 228. A maior dimensão das quadras não deverá ser superior a 170,00 m (cento e setenta metros) com exceção nas áreas industriais onde a maior dimensão das quadras não deverá ser superior a 250,00 m (duzentos e cinquenta metros)." (NR)

"Art. 230. Nos loteamentos populares os lotes resultantes do parcelamento deverão ter frente mínima de 12,00 m (doze metros) e área mínima de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados)." (NR)

"Art. 231. Nos loteamentos de Interesse Social as dimensões dos lotes serão estabelecidas no plano específico de cada Área de Especial Interesse Social (AEIS), respeitando o mínimo de 10,00 m (dez metros) de frente e 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) de área." (NR)

"Art. 233 .....

I - ter largura mínima de 15,00 m (quinze metros), exceto vias parques e vias de pedestres;

II - estabelecer uma hierarquização do sistema viário, vinculando-a à classificação dos níveis de incomodidade constante no art. 188, incisos I a V;

.....

IV - ser classificadas e caracterizadas conforme descrito no art. 234 desta Lei." (NR)

"Art. 235. Deverá ser prevista a implantação de bolsão de retorno, ou cul-de-sac, quando da impossibilidade de conexão com a malha viária existente, ou quando as diretrizes expressas nesta Lei restringem tais conexões.

I - Os bolsões de retorno ou cul-de-sac deverão ser obrigatoriamente projetados em vias com largura mínima de 15,00 m (quinze metros), obedecer a um diâmetro maior ou igual a 29,00 m (vinte e nove metros) com os passeios contornando todo o perímetro do retorno e mantendo uma largura igual à dos passeios da Via do Acesso.

II - As vias de circulação poderão terminar nas divisas da gleba a arruar, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Município, ou quando, aprovada pelo Conselho da Cidade." (NR)

"Art. 237 .....

I - a declividade mínima das ruas e avenidas será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e deverão ser providas de captação de águas pluviais no mínimo a cada 50,00 m (cinquenta metros);

II .....

III - Nos cruzamentos, deverão ser previstas soluções que garantam a segurança do ciclista;" (NR)

"Art. 239. Os passeios públicos serão padronizados e normatizados em lei municipal própria, preferencialmente com arborização." (NR)

"Art. 242 .....

I - vias de circulação pavimentadas com meio-fio e sarjeta, incluindo sinalização horizontal e vertical;

..... " (NR)

"Art. 244. São de responsabilidade do loteador, além da implantação da infraestrutura básica, a execução e o custeio das obras e as instalações de:

I - demarcação dos lotes, das vias e dos lotes para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, das áreas de preservação permanente, das áreas verdes (FATMA), das áreas verdes de lazer a serem transferidos ao patrimônio do Município, além das áreas não edificáveis;

..... " (NR)

"Art. 245. Os projetos dos equipamentos urbanos a serem executados pelo interessado, referentes a abastecimento de água, esgoto e energia elétrica deverão estar previamente aprovados pelos órgãos estaduais competentes." (NR)

"Art. 248 .....

I .....

II - informar para área a ser desmembrada ou remembrada:

..... " (NR)

"Art. 249. O projeto de desmembramento ou remembramento deverá ser apresentado incluindo:

I - requerimento;

II - consulta de viabilidade;

III - comprovante de pagamento de taxas de análise de projeto;

IV - certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos aos imóveis a serem desmembrados ou remembrados;

V - memorial descritivo que deverá apresentar:

a) situação atual, descrevendo os confrontantes registrados na matrícula do imóvel, os confrontantes reais descritos através de levantamento



"in loco" com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;

b) descrição da proposta;

c) situação proposta final.

VI - certidão atualizada da matrícula da área a ser desmembrada ou remembrada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

VII - ART/RRT do profissional responsável;

VIII - projetos geométricos de desmembramento ou remembramento, georreferenciados em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referencia Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000), apresentando no mínimo 3 (três) vias impressas, e em meio digital, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico contendo no mínimo:

a) Mapa 01 - Localização

1. indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos.

b) Mapa 02 - Situação Atual

1. indicação das áreas e confrontantes de acordo com o levantamento "in loco" com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;

2. localização de edificações sobre os imóveis, caso houver;

3. denominação atual.

c) Mapa 03 - Descrição da Proposta

1. descrição das alterações pretendidas, detalhando e individualizando as áreas que integram o projeto;

2. indicação dos ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;

3. indicação das áreas de cada parcela;

4. denominação atual;

5. áreas remanescentes;

6. localização de edificações sobre os imóveis, caso houver.

d) Mapa 04 - Situação Proposta Final

1. indicação da nova configuração proposta para as áreas;

2. indicação dos ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;

3. indicação das áreas resultantes;

4. nova denominação;

5. indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;

6. tabela de coordenadas." (NR)

"Art. 252 .....

I .....

II - estudo preliminar;

..... " (NR)

"Art. 257 .....

I - cópia atualizada do título de propriedade do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

II - planta de situação do terreno, impressa em 2 (duas) vias, e em meio digital e georreferenciado representando o seu entorno através de faixas externas de 500,00 m (quinhentos metros) de largura a partir das divisas da gleba a ser loteada ou até o limite do loteamento mais próximo.

..... " (NR)

"Art. 264 .....

I .....

II - certidão atualizada da matrícula da área a ser loteada e certidões atualizadas das matrículas dos imóveis confrontantes, expedidas pelo Cartório de Registro de Imóveis

III - modelo de contrato-padrão de compra e venda dos lotes, a ser depositado no Registro de Imóveis, contendo o compromisso de execução da infraestrutura exigida, prazo de conclusão de serviços, bem como a denominação do empreendimento;

..... " (NR)

"Art. 270 .....

Parágrafo único. A prorrogação será requerida pelo interessado, mediante justificativa do atraso ocorrido, a qual, mesmo sendo aceita pelo Poder Executivo Municipal, ainda necessitará da aprovação pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste." (NR)

"Art. 271. Para fins de garantia da execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana exigidos para parcelamento do solo, será constituída, antes de sua aprovação, caução real, mediante hipoteca de imóveis situados na Comarca de São Lourenço do Oeste, carta de fiança bancária ou depósito pecuniário em consignação em conta vinculada ao Poder Executivo Municipal, no valor correspondente a 120% (cento e vinte por cento) do valor determinado para a execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana exigidos conforme esta Lei.

..... " (NR)

"Art. 278. Para os efeitos desta Lei, os parcelamentos do solo deverão obedecer as normas referentes a registros, contratos, disposições penais e gerais da Lei Federal n.º 6.766/79, respectivamente os capítulos VI, VII, VIII e IX e alterações dadas pelas Leis n.º 9.785/99 e n.º 10.932/04." (NR)

"Art. 289. Passarão a integrar o Patrimônio do Município, a partir da data de registro do parcelamento do solo no Cartório de Registro de Imóveis, as vias, as áreas verdes de lazer, as áreas verdes e outros equipamentos públicos urbanos e comunitários constantes no projeto e no memorial descritivo.

..... " (NR)

"Art. 291. As áreas de incidência do instituto da transferência do direito de construir serão aquelas constantes nos mapas a este relativo

elaborado no momento da implantação deste instrumento.” (NR)

“Art. 297 .....

I - a comprovação da localização do imóvel ou imóveis em área passível de aplicação do direito de preferência, a ser feita com base no mapa Anexo-07 desta lei

..... ” (NR)

“Art. 304. A outorga onerosa do direito de construir das áreas compreendidas no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas rege-se-á, exclusivamente, pelas disposições de suas respectivas regras específicas, respeitados os coeficientes de aproveitamento máximo estabelecidos na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-07 desta Lei.

Parágrafo único. Os imóveis localizados no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas não são passíveis de receber o potencial construtivo transferido de imóveis não inseridos no seu perímetro.” (NR)

“Art. 305. O estoque de potencial construtivo adicional a ser definido para as áreas de operação urbana consorciada deverá ter seus critérios e limites definidos na Lei Municipal específica que criar e regulamentar a operação urbana consorciada, respeitando o coeficiente de aproveitamento máximo previsto na Tabela de Parâmetros para Ocupação do Solo nas macrozonas constante do Anexo-01 desta Lei.” (NR)

“Art. 306. As áreas de incidência do instituto das operações urbanas consorciadas terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, quando da sua implantação deverão constituir mapas anexos à esta Lei.” (NR)

“Art. 308. As áreas de incidência do instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsória terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.

.....  
§ 2º Fica facultado, aos proprietários dos imóveis localizados nas áreas constantes no mapa anexo desta Lei, propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário, conforme disposições do art. 46 do Estatuto da Cidade e do Capítulo XIII do presente Título.” (NR)

“Art. 314. As áreas de incidência do instituto do IPTU Progressivo no Tempo terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 316. As áreas de incidência do instituto do Consórcio Imobiliário terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 318. Ficam definidas como áreas passíveis de aplicação do direito de superfície as áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 320 .....

f) a ata da audiência pública e seus anexos servirão de base, juntamente com o EIV, para elaboração do termo de compromisso referido no art. 324, § 2º.” (NR)

“Art. 323 .....

§1º .....

I .....

.....  
XIV - definição das medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos e daquelas potencializadoras dos impactos positivos.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal, com a anuência do Conselho do Município de São Lourenço do Oeste e consideradas as peculiaridades do empreendimento ou da atividade e as características específicas da área, poderão dispensar questões mencionadas nos incisos do parágrafo anterior ou, ainda, exigir questões adicionais.

§ 3º .....

§ 4º As exigências previstas no § 1º deste artigo serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Lei, sendo que referidas exigências deverão ser separadas por grupo de categorias e atividades.” (NR)

“Art. 328. Ficam definidas como áreas passíveis de implantação de AEIS as áreas constantes no mapa do Anexo-07 desta Lei.

..... ” (NR)

“Art. 334 .....

I .....

.....  
IV - estimular a implantação de infraestrutura necessária à instalação e ao funcionamento dos empreendimentos industriais, empresariais e turísticos em conformidade com as diretrizes mencionadas no artigo anterior;

..... ” (NR)

"Art. 335 .....

§ 1º .....

I - definir uma ordem de prioridade, entre as atividades econômicas que atendam as diretrizes específicas do art. 334, para o recebimento de incentivos fiscais e materiais, tomando por base o atendimento das diretrizes e objetivos estratégicos mencionados nesta Lei e as vocações locais;

§ 2º .....

I - estimular a distribuição de atividades econômicas ao longo dos principais eixos viários estruturadores, de maneira a promover o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e do movimento de passagem gerado;

..... " (NR)

"Art. 338 .....

I .....

a) .....

f) a disponibilização de recursos para a implantação da política municipal de meio ambiente;

..... " (NR)

"Art. 339 .....

I .....

V - Programa de controle da poluição, recuperação e preservação de recursos hídricos, que tem por objetivo estabelecer diretrizes específicas para o gerenciamento destes recursos hídricos do Município, visando, especialmente, garantir a preservação e recuperação de nascentes e áreas de preservação de mananciais.

§ 3º .....

I .....

II - cadastramento do patrimônio paisagístico no Sistema de Informações Municipais previsto nesta Lei;

V - elaborar mapa de zoneamento ambiental, identificando nascentes, cursos d'água, matas e encostas, de forma a delimitar as áreas de preservação que servirão de orientação aos projetos de loteamento regulados nas normas de parcelamento desta Lei e, ainda, para eventuais ações de recuperação.

§ 4º .....

I .....

IV - elaboração e implantação de projetos necessários ao incremento e implantação das áreas verdes destinadas à preservação e ao lazer;

§ 5º .....

II .....

a) identificação e cadastramento dos recursos hídricos no Sistema de Informações Municipais estabelecido nesta Lei;

b) .....

c) elaboração e implantação de projetos de recuperação prioritários;

..... " (NR)

"Art. 340. As diretrizes espaciais básicas da Estratégia de qualificação ambiental estão representadas nos mapas anexos à esta Lei." (NR)

"Art. 344 .....

III - Programa de Habitação de Interesse Social, que objetiva a disponibilização de áreas dotadas de infraestrutura básica, definida no art. 243, de equipamentos públicos e serviços essenciais que estejam em situação ambiental adequada para ocupação e a elaboração e implantação de projetos habitacionais de interesse social, sujeitando-os a regras especiais de uso e ocupação do solo que facilitem o acesso dos setores sociais de baixa renda à terra legalizada para fim de moradia, considerando a possibilidade de atuação do Poder Executivo Municipal e da iniciativa privada;

VI - Programa viário, que promoverá ações de qualificação e de incremento da malha viária municipal, incluindo as obras-de-arte de engenharia necessárias à sua implantação;

§ 7º .....

I .....

IV - incrementar a interligação e promover a continuidade da malha viária, visando criar e melhorar acessos entre bairros e localidades, conforme as diretrizes espaciais de sistema viário estabelecidas nesta Lei;

V - otimizar o escoamento da produção e dos fluxos gerados pela economia, considerando questões de logística empresarial, e as diretrizes espaciais e de sistema viário estabelecidas nesta Lei.

VIII - definir área e implantar um terminal de transbordo para carga e descarga de matéria-prima e mercadorias, visando evitar o tráfego pesado no centro e nas áreas com alto fluxo de pedestres e definir os trechos de ruas para regulamentar o sistema de carga e descarga, principalmente no Centro e no bairro Brasília.

XI .....

- a) de transposição norte-sul do Vale do Lajeado.  
b) de via marginal contornando o Vale do Lajeado estabelecendo demarcação física entre o vale e a área de ocupação do Município;  
c) .....
- XII - implementar as diretrizes do sistema viário dando continuidade a Travessa Irineu Bornhausen, possibilitando a integração com malha urbana já consolidada, e sua conexão com a SC-480, tornando-se uma segunda opção de acesso ao núcleo urbano.
- § 8º .....
- I - controlar o adensamento em áreas onde a infraestrutura e os equipamentos urbanos inexistam ou operem no limite de sua capacidade, através da aplicação:
- a) dos parâmetros urbanísticos constantes no Anexo-01 desta Lei;  
.....
- II .....
- a) dos parâmetros urbanísticos constantes no Anexo-01 desta Lei;  
..... " (NR)
- "Art. 345. As diretrizes espaciais básicas da Estratégia de estruturação, ordenamento e qualificação territorial estão representadas nos mapas anexos à esta Lei." (NR)
- "Art. 346. Para os efeitos desta Lei, a Estratégia de planejamento e gestão participativos relaciona-se com a qualificação da estrutura administrativa do Município e da população para atuarem efetivamente no novo processo participativo de planejamento e gestão territoriais a ser implementado a partir da publicação desta Lei." (NR)
- "Art. 348 .....
- I - operacionalizar, acompanhar e avaliar permanentemente a implantação e a gestão do Plano Diretor de São Lourenço do Oeste e legislação correlata, bem como os demais planos, programas, projetos e instrumentos voltados ao desenvolvimento municipal, propondo a sua atualização;
- II .....
- III - garantir a efetiva participação social nos processos de planejamento e gestão territoriais, disseminando a cultura de corresponsabilidade entre Poder Público e Sociedade na definição dos rumos do desenvolvimento municipal;  
..... " (NR)
- "Art. 349 .....
- I - Programa de reestruturação administrativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo conferir operacionalidade e eficiência à estrutura administrativa municipal para o atendimento das demandas operacionais e funcionais surgidas em função do novo contexto de planejamento estratégico participativo instituído pelo estatuto da cidade e da implantação desta Lei;
- II - Programa de coordenação de políticas públicas, que articulará instrumentos de gestão orçamentária e políticas municipais com o Plano Diretor Participativo, objetivando, através desta consequente integração e complementaridade, aperfeiçoar as ações promovidas pelo Poder Público sobre o Município e atingir maior eficiência e qualidade nos resultados gerados por estas;  
.....
- § 1º .....
- I - adequar a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal para as necessidades de atendimento das novas demandas operacionais e funcionais impostas por esta Lei e para viabilizar o processo de planejamento e gestão territoriais, visando racionalidade e eficiência da máquina pública;
- II - estabelecer procedimentos para a operacionalização das demandas resultantes da implantação desta Lei;  
.....
- V - desenvolver e implementar soluções, quando possível regionalizadas através da cooperação e associativismo intermunicipais, para implantação e manutenção dos sistemas de informações municipais e para apoiar à elaboração de planos, programas e projetos.
- § 2º Para viabilizar o Programa de coordenação de políticas públicas, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, as ações para concluir projetos necessários à implantação e consecução dos objetivos mencionados no art. 348.
- § 3º Para viabilizar o Programa de promoção da democracia participativa, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, as ações para a elaboração de projetos especiais que visem aperfeiçoar a implantação das instâncias de participação referidas no art. 354, incisos I a III.
- § 4º .....
- .....
- § 5º Para viabilizar o Programa de apoio à tomada de decisão, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, os projetos necessários à implantação e consecução dos objetivos mencionados no art. 349, inciso V." (NR)
- "Art. 350. Os planos, programas e ações referentes à Estratégia de planejamento e gestão participativos deverão se orientar pela divisão de áreas do Município constante no art. 362." (NR)
- "Art. 353. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, âmbito de atuação do Sistema de Acompanhamento e controle promoverão:
- I - a articulação entre Poder Público e Sociedade, inclusive entidades e órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política de planejamento territorial e urbanístico;
- II - a adequação da gestão orçamentária às diretrizes das políticas territoriais e urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste;
- III - a realização de audiências públicas de acordo com as regras para elas estabelecidas no plano diretor;
- § 1º .....
- I .....

II - atualizará a gestão orçamentária e as demais políticas, estratégias, programas, projetos e ações municipais em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor;

III .....

IV - submeterá as ações necessárias à implantação dos instrumentos previstos no Plano Diretor à apreciação do "Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste";

V .....

§ 2º .....

I - na elaboração e aprovação das regras para revisão do Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste e para elaboração, aprovação e implantação da gestão orçamentária participativa, observando-se, em ambos os casos, as determinações do Estatuto da Cidade;

..... " (NR)

"Art. 355 .....

I .....

IV - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação das políticas territoriais e urbanísticas;

..... " (NR)

"Art. 356 .....

I .....

VI - acompanhar e avaliar a implantação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, estratégias, programas e projetos expressos neste Plano Diretor;

..... " (NR)

"Art. 357 .....

I .....

III - estudar e propor diretrizes para a formulação e implantação da política municipal de desenvolvimento territorial e urbanístico de forma articulada com as demais políticas da área, sejam estas de nível nacional, estadual, regional;

.....

VIII - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma desta Lei;

..... " (NR)

"Art. 363 .....

I .....

a) .....

p) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

.....

III .....

XV - 01 (um) representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)." (NR)

"Art. 365. As Audiências Públicas, quando referentes a matérias contidas no Plano Diretor, ou que dele sejam derivadas, são obrigatórias no processo de sua elaboração, tramitação, implantação, avaliação e revisão e serão conduzidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, conforme a fase do processo em que se encontre.

..... " (NR)

"Art. 373 .....

I - acompanhar e avaliar a implantação e os resultados do Plano Diretor do Município e dos demais planos, programas e projetos a serem propostos pelo Poder Público;

..... " (NR)

"Art. 383 .....

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vetadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da capacidade de utilização das edificações, instalações ou equipamentos, ou da ocupação do solo a ela vinculada." (NR)

Art. 2º Os artigos: 16, 87, 183, 197, 199, 200, 204, 221, 223, 229, 234, 247, 251, 258, 259, 260, 261, 263, 265, 269, 272, 279, 293, 295, 321, 386, da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A Macrozona Urbana subdivide-se nas seguintes zonas:

I - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro);

II - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP- 2;

III - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1) / ZUOP-3 (Cruzeiro 1);

IV - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 2) / ZUOP-3 (Cruzeiro 2);

V - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Santa Catarina) / ZUOP-4 (Santa Catarina);

VI - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco);

VII - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 5 (Costa Sul) / ZUOP-5 (Costa Sul);

VIII - Zona Especial Vale do Arroio Gramadinho / ZE (Vale do Arroio Gramadinho);  
IX - Zona Especial Vale do Lajeado / ZE (Vale do Lajeado);  
X - Zona Comercial e de Serviços -1 / ZCS -1;  
XI - Zona Comercial e de Serviços-2 / ZCS-2;  
XII - Zona Micro - Industrial Efaislo / ZMIE (Efaislo);  
XIII - Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI - Sul (Moveleira);  
XIV - Zona Industrial - Sul (São Paulinho) / ZI - Sul (São Paulinho);  
XV - Zona Industrial - Norte (Alimentícia 1) / ZI - Norte (Alimentícia 1);  
XVI - Zona Industrial - Norte (Alimentícia 2) / ZI - Norte (Alimentícia 2);  
XVII - Zona Industrial - (Frederico Wastner) / ZI - (Frederico Wastner);  
XVIII - Zona de Expansão Industrial São Paulinho / ZEI (São Paulinho);  
XIX - Zona de Qualificação Urbanística - 1 (Distrito de Frederico Wastner) / ZQU -1 (Distrito de Frederico Wastner);  
XX - Zona de Qualificação Urbanística - 2 (Distrito de Presidente Juscelino) / ZQU-2 (Distrito de Presidente Juscelino);  
XXI - Zona de Qualificação Urbanística - 3 (Distrito de São Roque) / ZQU-3 (Distrito de São Roque);  
XXII - Zona de Qualificação Urbanística - 4 ( Vila Três Voltas) / ZUV-4 ( Vila Três Voltas);  
XXIII - Zona de Qualificação Urbanística - 5 (Vila de Santana da Bela Vista) / ZUV-5 (Vila de Santana da Bela Vista);  
XXIV - Zona de Qualificação Urbanística - 6 (Vila de Santa Inês) / ZUV-6 (Vila de Santa Inês).

§ 1º Nas zonas de qualificação urbanística, distritos e vilas descritas acima, enquanto não houver o processo de qualificação urbanística serão aprovados projetos de edificações, desde que os mesmos obedeçam aos parâmetros urbanísticos descritos nesta lei e classifiquem-se como lotes urbanos em matrícula.

§ 2º Empreendimentos públicos e institucionais, que objetivem a instalação na macrozona rural, deverão ter os projetos de edificação analisados pela equipe técnica e aprovados pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste, bem como, deverão atender as legislações pertinentes ao uso.

§ 3º Dentro dos limites da Área de Preservação de Manancial - APM, todas as obras e empreendimentos deverão ter seus projetos aprovados junto ao órgão competente do poder público municipal.

§ 4º Nos casos descritos nos Parágrafos 1º e 2º do art. 16 adotar os parâmetros definidos para a Zona Distrital.

§ 5º As atividades industriais devem ser instaladas exclusivamente dentro das zonas industriais específicas para este fim, na sede do município ou nas áreas industriais dos distritos.” (NR)

“Art. 87. Para os efeitos desta Lei, constituem áreas de especial interesse:

I - Área de Especial Interesse Urbanístico:

- a) AEIU-1 - (Igreja Matriz);
- b) AEIU-2 - (Vale do Lajeado);
- c) AEIU-3 - (Mirante);
- d) AEIU-4 - (Centro de Eventos);
- e) AEIU-5 - (Trevo do Centro de Eventos);
- f) AEIU-6 - (Santuário);
- g) AEIU-7 - (Vale do Gramadinho);
- h) AEIU-8 - (Limite Estadual);

II - Área de Especial Interesse Econômico

- a) AEIE-1 - (Contorno Viário Armino Echer e SC 157);
- b) AEIE-2 - (SC - 480);
- c) AEIE-3 - (Rua Tiradentes).

III - Área de Especial Interesse Ambiental

- a) AEIA-1 - (Vale do Lajeado);
- b) AEIA-2 - (Cruzeiro);
- c) AEIA-3 - (Arroio Gramadinho);
- d) AEIA-4 - (Parque Municipal);
- e) Área de Preservação de Manancial - APM.

IV - Área de Especial Interesse Social

- a) AEIS-1 - (São Francisco 1);
- b) AEIS-1 - (São Francisco 1);
- c) AEIS-3 - (Vida Nova);
- d) AEIS-3 - (Vida Nova);
- e) AEIS-4 - (Brasília);
- f) AEIS-5 - (São Francisco 2);
- g) AEIS-6 - (Santa Catarina);
- h) AEIS-7 - (Meneguetti);
- i) AEIS-8 - (São Miguel).

V - Área de Preservação de Manancial - APM.” (NR)

“Art. 183. O uso do solo fica classificado em:

- I - residencial;
- II - não-residencial;
- III - misto.
- IV - industrial.

§ 1º Considera-se uso residencial aquele destinado às moradias do tipo unifamiliar e multifamiliar.

§ 2º Considera-se uso não-residencial aquele destinado ao exercício das atividades institucionais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 3º Considera-se uso misto aquele constituído por mais de um tipo de uso no mesmo lote, excetuando-se o uso industrial.



§ 4º Considera-se uso industrial aquele destinado ao exercício das atividades industriais vinculadas a classificação micro-industrial e industrial." (NR)

"Art. 197. Como regra geral, para fins de contagem do número de pavimentos da edificação:

- I - não será considerado o pavimento térreo quando destinado ao uso de áreas comuns e garagens da edificação;
- II - não será(ão) contado(s) o(s) pavimento(s) subsolo(s), destinado(s) exclusivamente à garagem e áreas comuns da edificação, exceto os pavimentos de garagens que não sejam vinculados às unidades deste;
- III - não será contado o pavimento destinado a mezanino e sobreloja desde que não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) da área do piso térreo da unidade da qual este é anexo;
- IV - não será(ão) contado(s) o(s) pavimento(s) acima do térreo, destinados exclusivamente à garagem e áreas comuns da edificação, exceto os pavimentos de garagens que não sejam vinculados às unidades deste;
- V - não será contado o pavimento ático quando sua área coberta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da área de projeção da torre ou do corpo da edificação." (NR)

"Art. 199. Ressalvadas as disposições edilícias do Município, fica estabelecido, como regra geral para os recuos e afastamentos mínimos das edificações:

§ 1º Nas zonas ZUOP - I, II, III, IV, V, ZUD e Loteamento Livi:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

- a) de 4,00 m (quatro metros), para uso residencial unifamiliar, independente da largura da via. Em lotes com mais de uma testada deverá ser mantido o afastamento de 4,00 m (quatro metros) em uma testada e de 2,00 m (dois metros) nas outras testadas (definidos pelo proprietário);
- b) de 4,00 m (quatro metros), independente do uso, para vias com caixa menor que 20,00 m (vinte metros);
- c) isento, para o uso não residencial e misto, em vias com caixa igual ou maior que 20,00 m (vinte metros);
- d) isento, para o uso residencial multifamiliar, em vias com caixa igual ou maior que 20,00 m (vinte metros), desde que não tenha aberturas nas unidades habitacionais, voltadas para a via no pavimento térreo.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação:

- a) para edificações com até 10,00 m (dez metros) de altura ou no máximo 03 (três) pavimentos (prevalecendo o que for mais permissivo) e medidos a partir do ponto de nível médio da testada frontal, adotar:

- 1. Isento sem aberturas;
- 2. Mínimo de 1,50 m (um vírgula cinquenta metros) com aberturas, salvo maiores exigências do código de edificações.

- b) para edificações que ultrapassem a altura descrita no inciso II, alínea "a", deste artigo a partir desta até o 12º (décimo segundo) pavimento adotar:

- 1. Mínimo de 1,50 m (um vírgula cinquenta metros) sem aberturas;
- 2. Mínimo de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) com aberturas.
- c) para edificações acima do 12º (décimo segundo) pavimento, adotar:

- 1. Mínimo 5,00 m (cinco metros) com ou sem aberturas.

III - Deverá ser observado também o que determina o Código Civil Brasileiro quanto aos afastamentos.

§ 2º Nas Zonas Industriais:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

- a) de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação (considerando pé-direito mínimo de 6,00 m (seis metros) na contagem de pavimentos quando tratar de área destinada à produção/industrialização), com ou sem aberturas, adotar:

- a) Mínimo de 5,00 m (cinco metros) para edificações com até 15,00 m (quinze metros) de altura ou 02 (dois) pavimentos (prevalecendo o que for mais permissivo);
- b) Mínimo de 8,00 m (oito metros) para edificações acima de 15,00 m (quinze metros) de altura e/ou 03 (três) ou mais pavimentos;
- c) Áreas destinadas a escritórios seguirão os afastamentos determinados acima, e poderão ter altura máxima igual à altura máxima para a área de produção.

§ 3º Nas Zonas Micro Industriais e Condomínio Industrial EFAISLO e Zona Comercial e de Serviços 1 e 2:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

- a) de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação (considerando pé-direito mínimo de 6,00 m (seis metros) na contagem de pavimentos quando tratar de área destinada à produção/industrialização), com ou sem aberturas, adotar:

- a) Mínimo de 3,00 m (três metros).

III - Áreas destinadas a escritórios seguirão os afastamentos determinados acima, e poderão ter altura máxima igual à altura máxima para a área de produção.

§ 4º Para as Zonas Especiais e para a Área de Preservação de Manancial deverão ter Recuo Frontal e Laterais, em toda a altura da edificação, de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal." (NR)

"Art. 200. Em todas as ações voltadas à urbanificação, enquanto atividade de beneficiamento ou rebeneficiamento do solo urbano, serão consideradas como áreas não-edificáveis:

I - as faixas de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos;

II - as faixas marginais dos recursos hídricos.

§ 1º Nas faixas de domínio público de rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa de domínio na área contida entre o eixo da rodovia até a distância perpendicular de 15,00 m (quinze metros) para ambos os lados, do início da rodovia até seu término, salvo maiores exigências da legislação federal e estadual aplicáveis à matéria.

§ 2º Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes em área de loteamento, deverão obrigatoriamente ser respeitados os afastamentos mínimos estabelecidos pela Lei Federal n.º 4.771/1965, detalhada pelas Resoluções 302 e 303 do CONAMA, ou outras que venham a complementá-las ou substituí-las.

§ 3º As faixas marginais dos recursos hídricos referidas no parágrafo anterior são áreas de preservação permanente, não-edificáveis,

necessárias à proteção, à defesa, à conservação e operação de sistemas fluviais e lacustres, determinadas em projeção horizontal e considerados os Níveis Máximos de Água, de acordo com as determinações dos órgãos federais e estaduais competentes, cujas funções são:

I - preservar, conservar ou recuperar a mata ciliar;

II - assegurar uma área que permita a variação livre dos níveis das águas, em sua elevação ordinária;

III - permitir livre acesso à operação de máquinas para execução de serviços de dragagem, limpeza e outros serviços necessários a fim de melhorar o escoamento fluvial;

IV - permitir a contemplação da paisagem.

§ 4º As larguras das faixas marginais dos recursos hídricos são passíveis de ampliação, desde que na forma da Lei, tomando por base critérios técnicos ambientais que indiquem a maior fragilidade ou maior valor ambiental.” (NR)

“Art. 204. Deverão ser objeto de licenciamento ambiental, na forma da Lei:

I - obras e empreendimentos que envolvam a microdrenagem;

II - o uso, captação, retificação e alteração do sistema original da drenagem ou de macrodrenagem;

III - a construção de travessias e de obras de saneamento, desde que na forma da legislação aplicável a cada caso concreto.” (NR)

“Art. 221. Constituem áreas de uso público para fins de parcelamento:

I - áreas destinadas ao sistema de circulação;

II - áreas institucionais, que são as destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

III - áreas verdes.

IV - áreas verdes de lazer, destinadas a implantação de praças, parques e outras áreas naturais, não englobando as áreas verdes exigidas pelos órgãos ambientais.

§ 1º São considerados urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água industrial e potável, serviços de esgoto, coleta de águas pluviais, energia elétrica, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais.

§ 2º São considerados comunitários os equipamentos de uso público de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, treinamento profissional, associativismo e congêneres, quando pertencentes ao Poder Público.

§ 3º Entende-se como área verde a porcentagem definida pela legislação ambiental estadual.

§ 4º Áreas verdes e áreas verdes de lazer, para os efeitos das ações de parcelamento do solo previstas neste plano diretor, devem ser entendidas como áreas de domínio público que desempenham função paisagística e recreativa, de forma a garantir a qualidade estética e funcional, devendo ser dotadas de vegetação, em especial arbórea, e de espaços livres de impermeabilização.

§ 5º As áreas verdes e as áreas verdes de lazer devem estar localizadas, preferencialmente, junto às áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, não podendo, em qualquer hipótese, ter alterados sua destinação, fins e objetivos originalmente estabelecidos, deverá ainda ser garantido o acesso público a estas áreas.” (NR)

“Art. 223. No parcelamento do solo é obrigatória a destinação de áreas de uso público nas seguintes proporções:

I - Nos parcelamentos situados nas Zonas Urbanas de Ocupação Prioritária, Zonas Especiais, Zonas Comerciais e de Serviços, Zonas Industriais e Micro-Industriais e Zonas de Qualificação Urbanística as áreas de uso público serão de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do total da área a ser loteada.

II - Com relação a área verde, a mesma deverá atender à legislação ambiental estadual correspondente.

III - As áreas verdes de lazer terão uma porcentagem mínima de 3% (três por cento) da área de lotes resultante para áreas loteadas acima de 15.000,00 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados).

IV - As áreas para implantação de equipamentos urbanos e comunitários terão uma porcentagem mínima de 4% (quatro por cento) da área de lotes resultante para áreas loteadas acima de 15.000,00 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados).” (NR)

Art. 229. Ficam estabelecidas as características, abaixo descritas, dos lotes resultantes de projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos:

I - para as Zonas Urbanas de Ocupação Prioritárias e para as Zonas de Expansão Urbanas Futuras e Zonas Urbanas Distritais descritas no art. 16:

a) Área mínima de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

b) Testada mínima de 12,00 m (doze metros).

II - para as Zonas Industriais:

a) Área mínima de 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), sem limite para área máxima;

b) Testada mínima de 45,00 m (quarenta e cinco metros).

III - para as Zonas Micro Industriais e Zona Comercial e de Serviços:

a) Área mínima de 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) e área máxima de 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

b) Testada mínima de 30,00 m (trinta metros).

IV - para a Área de Preservação de Manancial:

a) Área mínima de 20.000,00 m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados).

V - Nos lotes de esquina, a sua área, bem como sua testada, serão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) maiores que a área e testada do lote mínimo exigido para a respectiva zona.

VI - Serão admitidos lotes com área e testada inferiores aos indicados nas alíneas a e b do Inciso I, apenas para projetos de unificação.

“Art. 234. A hierarquia viária deverá respeitar as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo:

I - Rodovias: são vias rurais de rodagem pavimentadas, de transporte interurbano de alta velocidade, que podem ou não proibir o seu uso por parte de pedestres e ciclistas, cujas dimensões serão definidas pelos órgãos estaduais e municipais competentes.

II - Vias Expressas: são vias que promovem a ligação entre o sistema rodoviário interurbano e o sistema viário urbano. Apresentam, normalmente, grandes comprimentos, com altos níveis de fluidez de tráfego. Possuem poucas interseções e, portanto, baixa acessibilidade. Sua integração com o solo lindeiro deve ser limitada. Podem se classificar em Primárias (autoestradas) com tráfego direto, bloqueadas ou com interseções em níveis diferentes, e, Secundárias com tráfego direto, com cruzamento em nível e acessos laterais.

III - Vias Arteriais: são aquelas que fazem as ligações intraurbanas e que, por sua importância dentro da cidade, conciliam fluidez, alta

acessibilidade e integração com o solo lindeiro, apresentando as seguintes características:

a) Avenida

1. Caixa da rua com largura mínima de 35,00 m (trinta e cinco metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 5,00 m (cinco metros);
3. Passeio público com largura mínima de 5,00 m (cinco metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,20 m (três vírgula vinte metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) ou diagonal com largura mínima de 5,00 m (cinco metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central arborizado;
8. Iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria.

IV - Vias Coletoras - são aquelas que recebem e distribuem o tráfego proveniente das vias locais e alimentam as vias arteriais, também denominadas de Rua A, apresentando os seguintes modelos e características:

a) Coletora - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Canteiro central com largura de 1,00 m (um metro);
3. Passeio público com largura de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura de 2,30 m (dois vírgula trinta metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central ajardinado.

b) Coletora - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento oblíquo com largura mínima de 4,80 m (quatro vírgula oitenta metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central arborizado.

c) Coletora - Modelo 03

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) e faixa de desembarque com largura mínima de 60,00 cm (sessenta centímetros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central arborizado.

d) Coletora - Modelo 04

1. Caixa da rua com largura mínima de 27,40 m (vinte e sete vírgula quarenta metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) e faixa de desembarque com largura mínima de 60,00 cm (sessenta centímetros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central ajardinado ou arborizado.

e) Acesso Leste

1. Caixa da via com largura mínima de 30,00 m (trinta metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,90 m cada (dois vírgula noventa metros), arborizado e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
3. A via integra duas faixas de circulação delimitadas por elemento físico de proteção com largura mínima de 40,00 cm (quarenta centímetros) e subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,50 m (três vírgula cinquenta metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,70 m (dois vírgula setenta metros);
4. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto.

## f) Acesso Sul

1. Caixa da via com largura mínima de 30,00 m (trinta metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,90 m cada (dois vírgula noventa metros), arborizado e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
3. A via integra duas faixas de circulação delimitadas por elemento físico de proteção com largura mínima de 40,00 cm (quarenta centímetros) e subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,50 m (três vírgula cinquenta metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,70 m (dois vírgula setenta metros);
4. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto.

V - Vias Locais - são aquelas que permitem acesso direto às diversas áreas funcionais da cidade, apresentando baixa fluidez e alta acessibilidade. Caracterizam-se pela alta congruência com o uso do solo lindeiro.

## a) Local - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura mínima de 20,00 m (vinte metros);
2. Canteiro central com largura de até 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada;
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central ajardinado ou arborizado.

## b) Local - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 20,00 m (vinte metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
3. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
4. Sem canteiros;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

## c) Local - Travessa - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m cada (dois vírgula cinquenta metros);
3. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo ou no mesmo nível do passeio público ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;
6. Comprimento máximo de 565,00 m (quinhentos e sessenta e cinco metros);
7. Quando da implantação de ciclovia a mesma deverá acontecer no mesmo nível do passeio público.

## d) Local - Travessa - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
3. Duas pistas de rolamento em duplo sentido com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

VI - Vias Especiais - são vias com funções de passeio, lazer e vivência local, apresentando as seguintes características:

## a) Via Especial 01 - Alameda

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Área Central com largura mínima de 6,80 m (seis vírgula oitenta metros), executada com meio fio baixo, pavimentada com paver e arborizada conforme projeto específico, prevendo aberturas projetadas para faixas de pedestres, equipamento público e iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria;
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

## b) Via Especial 02 - Via Parque

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros), posicionada em apenas um lado da via, priorizando sempre o lado do parque;
3. Duas pistas de rolamento em duplo sentido com largura mínima de 2,60 m (dois vírgula sessenta metros) cada e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros), posicionado no lado contrário ao da ciclovia;
4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;
6. Serão admitidas larguras inferiores a 15,00 m (quinze metros) para a Via Especial 02 - Via Parque, onde a topografia impeça a execução definida no padrão descrito acima, desde que atendam no mínimo a execução do padrão estabelecido pela via de pedestre.

VIII - Vias de Pedestres - são vias exclusivas para pedestres e seus extremos desembocam em vias de circulação de veículos, apresentando as seguintes características:

## a) Vias de Pedestres



1. largura mínima da via - 5,00 m (cinco metros);
2. largura mínima do passeio - 2,60 m (dois vírgula sessenta metros);
3. pavimentação do passeio: paver;
4. largura mínima da ciclovia - 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. pavimentação da ciclovia: asfalto;
6. comprimento máximo - 120,00 m (cento e vinte metros).
7. Quando estas vias forem implantadas junto as Zonas Especiais do Vale do Lajeado e do Gramadinho poderão exceder o comprimento máximo estabelecido acima.

IX - Para as ruas já existentes admitem-se três tipos de intervenções:

- a) Intervenção simples: é aquela feita para recuperar pequenos trechos da via não alterando suas características de implantação;
- b) Recape: é a intervenção feita com fim de recapear a pavimentação de toda a via com pequenas alterações sem alterar as características de implantação;
- c) Revitalização: é a intervenção feita em toda a caixa da rua, inclusive os passeios, prevendo a remodelação das características de implantação adequando-a aos modelos de rua previstos nesta lei.

X - Ruas existentes/consolidadas no município com larguras da caixa da via que não se enquadram nos modelos desta lei, deverão seguir projetos específicos que atendam a demanda de cada caso, quando da implantação de projetos de intervenção simples, recape e revitalização.

XI - Ruas existentes/consolidadas no município que se enquadram nos modelos estabelecidos nesta lei poderão apresentar distorções nas dimensões quando do levantamento e elaboração de projetos, condição que não impedirá sua aprovação desde que atenda aos padrões definidos no artigo 234.

XII - Para ruas existentes ou para novas vias de circulação a serem implantadas, contempladas por equipamentos comunitários ou que necessitem da instalação destes, deverão seguir projetos específicos que atendam a demanda de cada caso, quando da implantação de projetos de intervenção simples, recape e revitalização.

XIII - Para loteamentos novos será permitida a aprovação da projeção ou prolongamento das ruas existentes com caixa divergente ou menor que o estabelecido nesta lei, desde que aprovado pelo CONCISLO e esteja em conformidade com as diretrizes previstas nesta lei." (NR)

"Art. 247. Para obter a consulta de viabilidade com a finalidade de desmembramento ou remembramento para fins urbanos, o interessado deverá protocolar requerimento ao Poder Executivo Municipal anexando os seguintes documentos:

I - cópia atualizada do título de propriedade do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

II - planta de situação do terreno, impressa em 2 (duas) vias, representando o seu entorno através de faixas externas mínimas de 100,00 m (cem metros) de largura a partir das divisas da área;

III - comprovante de pagamento de taxas de consulta de viabilidade.

Parágrafo único. Ainda que o desmembramento ou remembramento não ocupe a área total a ser desmembrada ou remembrada, esta deve ser representada na sua totalidade na planta de situação do terreno." (NR)

"Art. 251. A aprovação do projeto de desmembramento só será permitida quando:

I - os lotes desmembrados atenderem os parâmetros e requisitos urbanísticos da zona em que se insere;

II - a porção remanescente do terreno atender as dimensões mínimas previstas para constituir lote independente.

Parágrafo único. No caso de existência de edificação não regularizada sobre a área desmembrada, o Município emitirá notificação ao proprietário para a sua regularização, constituindo-se, porém, em processo à parte que não impedirá a aprovação do desmembramento proposto." (NR)

"Art. 258. Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - expedir a resposta à consulta, com a informação da viabilidade de se parcelar a área pretendida;

II - informar para área a ser loteada:

a) as diretrizes do sistema viário;

b) o zoneamento em que está inserida a gleba.

III - apresentar a relação de outros órgãos públicos que deverão ser ouvidos antes da expedição das diretrizes." (NR)

"Art. 259. Após o recebimento de consulta de viabilidade de parcelamento do solo, o interessado estará habilitado a requerer do Poder Executivo Municipal a expedição de diretrizes urbanísticas básicas para o loteamento, apresentando, para este fim, requerimento de estudo preliminar.

§ 1º O requerimento de análise de estudo preliminar deve ser entregue acompanhado de:

I - duas vias da planta do imóvel;

II - testes de sondagem e percolação atestando a viabilidade de implantação do empreendimento;

III - laudo geotécnico atestando a viabilidade de implantação do empreendimento;

IV - laudo geoambiental abrangendo faixas externas de 50,00 m (cinquenta metros) de largura ao longo das divisas da gleba a ser loteada, incluindo a demarcação de toda hidrologia e curvas de nível existentes nos limites desta faixa;

V - constatando divergências entre as dimensões da gleba registradas na matrícula imobiliária e na situação existente, ou se o registro do imóvel for omissivo ou impreciso quanto a existência de estradas ou vias sobre o imóvel, o loteador deverá providenciar a retificação da matrícula do imóvel;

VI - documento expedido pelo órgão público competente ou concessionária de águas e saneamento atestando a viabilidade de abastecimento de água para a área a ser loteada;

VII - documento expedido pelo órgão público competente ou concessionária de energia elétrica atestando a viabilidade para o fornecimento de energia elétrica e iluminação pública para a área a ser loteada.;

VIII - FATMA (LAP - Licença Ambiental Prévia).

§ 2º As plantas do imóvel deverão ser elaboradas conforme modelo a ser disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal e georreferenciados, contando com a indicação de:

I - Mapa 01 - Situação:

- a) indicação dos equipamentos urbanos e comunitários já existentes na área a ser loteada e adjacências;
- b) arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos, com a indicação dos principais acessos.

**II - Mapa 02 - Diagnóstico e Caracterização da Área:**

- a) levantamento topográfico georreferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referencia Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000) contendo as divisas e área total da gleba a ser loteada;
- b) ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;
- c) curvas de nível de 1 (um) em 1 (um) metros e indicação dos talvegues;
- d) locação de todos os elementos naturais, incluindo, cursos d'água, áreas verdes de preservação permanente, nascentes, bosques, florestas, banhados e locais sujeitos a inundação e com grande potencial de erosão, entendido como valetas e voçorocas e demais elementos significativos existentes;
- e) arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos, com a indicação dos principais acessos;
- f) indicação das faixas de domínio de rodovias e faixas de segurança de linhas de transmissão de energia elétrica no local e adjacências de acordo com orientação dos órgãos competentes.
- g) benfeitorias existentes
- h) apresentação da localização das edificações de significado histórico-cultural existentes, mesmo rurais, para resgate histórico da memória da ocupação do Município;
- i) cercas, construções, monumentos naturais e artificiais existentes;
- j) a carta de declividade deverá ser elaborada em função do levantamento topográfico realizado "in loco" e deverá obrigatoriamente identificar as áreas com inclinação igual ou superior à 16,69º/30% as quais não podem ser parceladas conforme artigo 216 do Plano Diretor Participativo e áreas com declividade igual ou superior à 45º/100% identificadas no código florestal como áreas de preservação permanente. A classificação da declividade deverá ser apresentada em graus e percentual;
- k) localização de eventuais formações rochosas.

**III - Mapa 03 - Proposta Preliminar:** estudo geométrico preliminar georreferenciado, contendo a proposta do traçado básico do sistema viário do loteamento pretendido, a subdivisão das quadras e a indicação prévia da localização das áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, as áreas verdes e praças, para análise.

**IV - Mapa 04 - Estudo Proposta Preliminar de Drenagem Pluvial:** indicação, em planta e perfis, das linhas de escoamento das águas pluviais." (NR)

"Art. 260. Constará na resposta ao Estudo Preliminar, expedida pelo órgão municipal competente do Poder Executivo, as seguintes diretrizes:

- I - análise do traçado viário proposto pelo loteador indicando as alterações caso necessárias ou sua aprovação;
- II - aprovado o traçado viário apresentado na proposta preliminar, será indicado para as vias que integram a proposta, os níveis de incomodidade e os números de pavimentos, que deverão passar por aprovação junto ao CONCISLO e somente após a aprovação do projeto de loteamento passarão a integrar a cartografia do município;
- III - seção transversal e estrutura mínima para as vias, conforme padrões anexos a esta lei;
- IV - parâmetros urbanísticos de ocupação do solo;
- IV - requisitos urbanísticos quanto à:

- a) áreas de uso público;
- b) quadras e lotes;
- c) rede viária;
- d) infraestrutura.

**VI - localização das áreas de uso público destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e áreas verdes e áreas verdes de lazer;**

**VII - localização das faixas sanitárias de terrenos destinados ao escoamento das águas pluviais quando necessário.**

§ 1º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de seis meses, a partir de sua expedição, podendo ser revalidadas, sem ônus para o solicitante, até o prazo de um ano.

§ 2º Nos casos em que se apresentem problemas urbanísticos que necessitem de maior detalhamento, o Poder Executivo Municipal poderá prorrogar o prazo para expedição de diretrizes.

§ 4º As diretrizes básicas expedidas não implicam na aprovação do projeto de loteamento pelo Poder Executivo Municipal." (NR)

"Art. 261. Após o recebimento da análise do estudo preliminar, o interessado apresentará anteprojeto do loteamento impresso em 2 (duas) vias e em meio digital contendo:

- I - projeto geométrico de urbanismo apresentando a proposta de loteamento de acordo com o levantamento topográfico georreferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referencia Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000) contendo as divisas e área total da gleba a ser loteada;
- II - a divisão da área em quadras e destas em lotes com as respectivas dimensões e numeração, apresentando o traçado das ruas e seu dimensionamento;
- III - as áreas livres a serem concedidas ao Poder Executivo Municipal;
- IV - quadro de áreas do imóvel, nela devendo constar: área total do loteamento, área a ser parcelada descontada as áreas de preservação permanente, áreas remanescentes, áreas das quadras, número e áreas de lotes, sistema viário, áreas de equipamentos públicos urbanos e comunitários e áreas verdes e áreas verdes de lazer, área de faixas de domínio, áreas de faixas não edificantes, com seus respectivos percentuais e destinações;
- V - perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, praças e áreas de uso comum;

§ 1º Além do anteprojeto, o interessado deverá apresentar a Licença Ambiental de Projeto - LAP;

§ 2º O anteprojeto terá aprovação válida pelo prazo de seis meses podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Público." (NR)

"Art. 263. Os documentos do Projeto Definitivo deverão conter:



I - projeto geométrico do loteamento, composto pelo mapa de parcelamento em escala apropriada que garanta a legibilidade da proposta contendo:

- a) curvas de nível de metro em metro;
- b) a subdivisão das quadras em lotes com a respectiva numeração, sendo que a numeração das quadras será fornecida pelo Poder Público Municipal e os lotes deverão ser numerados obedecendo o sentido horário;
- c) sistema viário existente e proposto, com respectiva hierarquia e largura das vias;
- d) as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- e) mapa de localização do empreendimento;
- f) indicação das áreas livres, faixas de domínio e daquelas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários que passarão ao domínio público no ato de registro do loteamento;
- g) indicação das faixas não edificáveis.

II - Projetos complementares:

- a) projeto de sinalização viária contendo pintura e sinalização, conforme Código de Trânsito Brasileiro;
- b) as indicações das servidões e restrições especiais que, eventualmente, devam constar nas certidões de registros dos lotes ou edificações;
- c) projeto completo de rede de distribuição de água, indicando a fonte de abastecimento, o sistema de tratamento, o diâmetro das canalizações e a especificação dos materiais empregados;
- d) projeto completo da rede de energia elétrica e iluminação pública;
- e) projeto de esgotamento sanitário, obedecidas as normas e os padrões fixados pela concessionária, que o aprovará;
- f) projeto completo do sistema de drenagem, detalhado e dimensionado, com a indicação em planta e perfil de todas as linhas de escoamento das águas pluviais, sistema de captação e escoamento de águas pluviais e seus equipamentos, indicando a declividade de coletores, as bocas-de-lobo e os dissipadores de energia nas margens dos cursos d'água dentro dos padrões do Poder Executivo Municipal de São Lourenço do Oeste;
- g) projetos de arborização das áreas de proteção dos terrenos sujeitos à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies, obedecidas as normas estabelecidas na legislação municipal de meio ambiente e legislação complementar;
- h) projeto completo do sistema viário com a respectiva hierarquia e dimensionamento, perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, praças e áreas de uso comum, com indicação de cotas do terreno natural, projeto de pavimentação das vias composto de planta geral das ruas com suas respectivas larguras, memorial descritivo do projeto especificando materiais e detalhes técnicos, cálculo das espessuras das camadas de pavimentação baseadas em "N" e CBR para um período de validade mínimo de 10 (dez) anos;
- i) cronograma físico de execução dos serviços de obras de infraestrutura urbana exigida;
- j) orçamento global do empreendimento subdivididos em etapas.

III - O memorial descritivo do projeto geométrico deverá conter:

- a) situação atual, descrevendo os confrontantes registrados na matrícula do imóvel, os confrontantes reais descritos através de levantamento "in loco" com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;
- b) descrição de cada lote com sua numeração, dimensões lineares e angulares, área e confrontações;
- c) as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidirem sobre os lotes e as construções, além das já constantes nas normas do planejamento municipal;
- d) descrição com dimensões lineares e angulares, área e confrontações das áreas livres, faixas de domínio e daquelas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários que passarão ao domínio público no ato de registro do loteamento;
- e) descrição com dimensões lineares e angulares, área e confrontações das faixas não edificáveis.

IV - Quadro de áreas do imóvel, nela devendo constar, além da área total do terreno a ser loteado, a indicação, com seus respectivos percentuais e destinações:

- a) de áreas verdes;
- b) de áreas preservação permanente (APP);
- c) de áreas de faixas de domínio;
- d) de áreas do sistema de viário;
- e) de áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- f) área de lotes;
- g) área de quadras;
- h) áreas remanescentes da gleba;
- i) áreas não edificáveis;
- j) áreas verdes de lazer." (NR)

"Art. 265. Deverão constar no contrato-padrão, aprovado pelo Poder Executivo Municipal e arquivado no Cartório de Registro de Imóveis, além das indicações exigidas pelo art. 26, da Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações dadas pela Lei n.º 9.785/99 e n.º 10.932/04:

- I - a definição do tipo de loteamento;
- II - as servidões, faixas de diversas de domínio ou ambas, existentes no local;
- III - as áreas não edificáveis;
- IV - as restrições de remembramento e desmembramento;
- V - a existência de garantias reais;
- VI - o cronograma físico das obras e serviços a executar;
- VII - a denominação do empreendimento." (NR)

"Art. 269. É proibido divulgar, vender, prometer ou reservar lotes para fins urbanos antes da aprovação e registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Além das sanções legais as áreas onde não houver respeito ao que determina o caput deste artigo ficam bloqueadas pelo prazo de 05 (cinco) anos para exercer o direito de desmembrar ou lotear, não podendo fazer parte de programas de regularização a partir do início dos programas estabelecidos no art. 344." (NR)

"Art. 272. Juntamente com o instrumento de garantia, deverá acompanhar o registro do loteamento o cronograma físico, cujas etapas e prazos, a partir da data de aprovação do loteamento, deverão obedecer à seguinte ordem mínima, no prazo máximo de 2 (dois) anos:

I - no primeiro ano, deverão ser executados os serviços de:

- a) limpeza;
- b) terraplanagem;
- c) demarcação de quadras e áreas de uso público;
- d) áreas de preservação e não edificáveis;
- e) abertura de vias;
- f) drenagem de águas pluviais de acordo com o projeto aprovado;
- g) execução da rede de abastecimento de água potável;
- h) execução da rede de energia elétrica e iluminação pública.
- i) implantação de rede coletora de esgoto sanitário, considerando os casos em que seja esta a solução para esgotamento sanitário;

II - no segundo ano, deverão ser executados todos os serviços correspondentes:

- a) à construção de passeios;
- b) à pavimentação;
- c) à execução das guias e sarjetas;
- d) à arborização das vias;
- e) à urbanização das praças;
- g) aos demais serviços exigidos no ato de aprovação;
- h) a locação de marcos de delimitação das áreas públicas.

Parágrafo único. Nos Loteamentos de Interesse Social e Populares os prazos para sua implantação serão aprovados pelo Conselho do Município de São Lourenço do Oeste." (NR)

"Art. 279. Para obtenção da aceitação do loteamento, o loteador, mediante requerimento próprio, deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal que seja realizada a vistoria final, anexando os seguintes documentos:

I - laudo técnico de aceitação da pavimentação emitido pelo órgão responsável pela Fiscalização do Poder Executivo Municipal;

II - cópia da certidão de registro do loteamento;

III - carta de aceitação da rede de energia elétrica e do sistema de iluminação pública, emitida pela concessionária deste serviço público ou documento equivalente;

IV - carta de aceitação da rede de abastecimento de água, emitida pela concessionária deste serviço público ou documento equivalente;

V - guia comprovando o recolhimento de importância relativa à aquisição de mudas de árvores e dos custos referentes ao plantio e documento atestando estarem estas devidamente plantadas e sadias;

VI - licença ambiental de operação (LAO);

VII - demais documentos exigíveis por decorrência de obras e serviços especiais;

VIII - laudo da empresa executora atestando a qualidade das obras e que as mesmas foram executadas conforme projetos aprovados, com as devidas anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica quanto a execução dos serviços." (NR)

"Art. 293. Constitui condição indispensável à aplicação do instituto da transferência do direito de construir a possibilidade de transferência apenas da diferença entre o direito de construir utilizado e o direito de construir expresso pelo coeficiente de aproveitamento básico.

§ 1º Os imóveis doados ao Município para fins de habitação de interesse social que estejam localizados em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS poderão transferir o potencial construtivo não utilizado, convertido em potencial construtivo a ser transferido.

§ 2º As edificações consideradas de interesse público para preservação do patrimônio histórico e cultural, estejam ou não situadas nas Áreas de Especial Interesse Urbanístico, desde que devidamente tombadas, poderão transferir seu potencial construtivo expresso pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para a Zona Urbana Central." (NR)

"Art. 295. As áreas de incidência do instituto do direito de preferência são aquelas constantes nos mapas a esta relativo, constante no Anexo-07 desta lei.

Parágrafo único. Novas áreas podem ser consideradas passíveis de aplicação do direito de preferência, desde que ouvido o Conselho do Município de São Lourenço do Oeste e explicitados os critérios utilizados para a definição dessas áreas, juntamente com sua adequação aos objetivos e prioridades deste Plano Diretor, bem como às finalidades enumeradas nos incisos I a VIII, do parágrafo único, do art. 294." (NR)

"Art. 321. São considerados de impacto:

I - todas as atividades classificadas como sujeitas ao EIV segundo a Tabela de Níveis de Incomodidade anexa à esta Lei;

II - empreendimentos não residenciais com área construída igual ou superior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados);

III - estações de tratamento, sucatas;

IV - cemitérios, recicláveis, exploração de minérios;

V - crematórios;

VI - equipamentos esportivos e de lazer de grande porte, especialmente parques, parques temáticos, circos, feiras e congêneres;

VII - equipamentos para coleta e tratamento de efluentes;

VIII - linha de transmissão acima de 230 kV (duzentos e trinta quilovolts);

IX - usinas de eletricidade acima de 10 MW (dez megawatts);

X - obras para exploração de recursos hídricos;

XI - viadutos, pontes, trincheiras;

XII - autódromos, motódromos, hipódromos, estádios, pistas de competição para veículos motorizados;

XIII - rodoviária, terminais de transportes, helipontos e congêneres;

XIV - atividades localizadas em lotes em meio de quadra com frente para vias com hierarquias distintas, nos casos em que o nível de incomodidade da atividade ultrapassar o nível de incomodidade máximo permitido para a via de menor hierarquia." (NR)

"Art. 358. A eleição dos Conselheiros territoriais se dará por ocasião do Congresso da Cidade.

Parágrafo único. Nos casos de impedimento do titular e do suplente a unidade territorial representada fará por solicitação do CONCISLO a eleição e novo representante para assumir até o término do mandato vigente.” (NR)

“Art. 359. A eleição dos Conselheiros setoriais se dará por indicação de seu respectivos setores, devidamente comprovada por Ata de Eleição. Parágrafo único. Nos casos de impedimento do titular e do suplente o setor representado fará por solicitação do CONCISLO a eleição de novo representante para assumir até o término do mandato vigente.” (NR)

“Art. 360. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, salvo no caso dos representantes do Poder Público, sendo permitida uma única reeleição sucessiva.

§ 1º O início e término do mandato dos Conselheiros não poderá coincidir com o início e término do mandato do Prefeito.

§ 2º O conselheiro que assumir o mandato substitutivamente somente poderá ter uma única reeleição sucessiva.” (NR)

“Art. 386. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o Poder Executivo, contados imediatamente após a publicação desta Lei:

I - 15 (quinze) dias para dar o apoio necessário à instituição e início das atividades da Comissão Provisória;

II - 30 (trinta) dias após o início formal das atividades do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste, para dar o apoio necessário ao seu pleno funcionamento;

Parágrafo único. Fica estabelecido o dia da posse do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste como último dia para que o Poder Executivo apresente, para fins de análise e aprovação pelo referido Conselho, de um cronograma que detalhe:

I - os prazos para início e fim do planejamento de programas e ações referidos nas estratégias do Título IV desta Lei;

II - os prazos para início e fim dos processos participativos de elaboração ou revisão de todas as normas municipais referidas nesta Lei, especialmente:

a) com relação à lei municipal de meio ambiente referida no art. 185, parágrafo único;

b) com relação à lei municipal referida no art. 291, relativa à transferência do direito de construir;

c) com relação à lei municipal referida no art. 298, relativa ao direito de preferência;

d) com relação à lei municipal referida no art. 300, relativa à outorga onerosa do direito de construir e à outorga onerosa de alteração de uso;

e) com relação à lei municipal referida no art. 313, § 1.º, relativa ao IPTU Progressivo no Tempo;

f) com relação ao plano de saneamento com base na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, considerando a elaboração do projeto de esgotamento sanitário das áreas já urbanizadas;

g) com relação à lei de obras e edificações do Município;

h) com relação ao código de posturas do Município;

III - o prazo para apresentar relatório anual de gestão das políticas territoriais e urbanísticas e o plano de ação para o ano seguinte;

IV - o prazo referente à data-limite em relação ao término de cada ano legislativo, para apresentar a Planta de Valores Genéricos (PVG) para aprovação pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste;

V - o prazo para que os Poderes Executivo, Legislativo e o Conselho do Município de São Lourenço do Oeste definam as regras do processo de gestão orçamentária participativa;

VI - o prazo para que o Poder Executivo promova a implantação e pleno funcionamento do Sistema de Informações Municipais, bem como os prazos necessários à sua atualização;

VII - o prazo para que sejam estabelecidas as prioridades relativas à implantação desta Lei;

VIII - o prazo para implantação do Hospital Regional;

IX - o prazo para que se defina e incorpore as áreas dos distritos como perímetros urbanos;

X - o prazo para o Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste elaborar proposta para as normas que regerão os processos de revisão do Plano Diretor Participativo;

XI - o prazo para elaboração de lei específica que regulamentará o processo de regularização de edificações existentes e obras em andamento até a data de aprovação desta lei.” (NR)

Art. 3º Ficam incluídos os artigos: 193-A, 255-A e 389-A na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 193-A. Nos distritos e vilas indicados no mapa de Zoneamento como Zonas de Qualificação Urbanística enquanto não houver parâmetros urbanísticos específicos e regras sobre uso e ocupação do solo urbano definidos, será utilizado o índice de incomodidade N-0 para os novos empreendimentos.

Parágrafo único. Para atividades existentes em alterações contratuais será permitida a nova atividade desde que a mesma permaneça com o mesmo índice de incomodidade da atividade existente.” (NR)

“Art. 255-A. O Poder Executivo Municipal, com anuência do Conselho do Município de São Lourenço do Oeste, poderá solicitar outros documentos necessários à análise do requerimento de estudo preliminar.

§ 1º Sempre que se fizer necessário, será exigida a extensão do levantamento altimétrico ao longo de uma ou mais divisas da área a ser loteada, até o talvegue ou divisor de água mais próximo.

§ 2º Todos os documentos e plantas deverão:

I - desde o momento de apresentação da consulta de viabilidade, ser apresentados em meio impresso e digital com informações organizadas por camadas e georreferenciado, a fim de que o Município possa manter atualizada a sua cartografia;

II - serem assinados pelo proprietário, ou seu representante legal, e por profissional legalmente habilitado para o projeto e com cadastro junto ao Poder Executivo Municipal, com os respectivos registros e anotações de responsabilidades técnicas (RRT's/ ART's) .

§ 3º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para loteamentos com número de lotes igual ou superior a 200 (duzentos).” (NR)

“Art. 389-A. As normas estabelecidas pela presente lei não se aplicam aos projetos de: edificações, parcelamentos (loteamentos e desmembramentos) e remembramentos, pavimentações e obras públicas, que na data de sua publicação já estiverem protocolados junto ao Poder Executivo Municipal, para os quais continuará sendo aplicada a legislação vigente na data do protocolo já que, foi por aquela norma que iniciou-se o processo de análise e aprovação.” (NR)

Art. 4º A Subseção II - da Aprovação, da Seção II - Do Projeto de Desmembramento e Remembramento, do Capítulo IV - Das Normas de Parcelamento do Solo, do Título III - Dos Instrumentos do Plano Diretor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“TÍTULO III  
DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR

.....  
CAPÍTULO IV  
DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO

.....  
Seção II  
Do Projeto de Desmembramento e Remembramento

.....  
Subseção II  
Do Projeto” (NR)

Art. 5º Ficam revogados os artigos: 255, 387-A, 387-B, 387-C, 387-D e 389, da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014.

Art. 6º Ficam criados os Anexos: 11 e 12 na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 7º Ficam renumerados os Anexos: 9 e 10 da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, que passam a vigorar como Anexo-11 e Anexo-12 e com a redação constante dos Anexos X e XI, respectivamente, desta Lei Complementar.

Art. 8º Os Anexos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I ao IX, sucessivamente, desta Lei.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 1  
(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

TABELA DE PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO”

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZUOP - 1 (Centro)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	4	8	60%	15%	4	6
		Multifamiliar	0,2	8	12	75%	8%	12	20
	Não Residencial	0,2	8	12	75%	8%	12	20	
	Misto	0,2	8	12	75%	8%	12	20	

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZUOP - 2	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	4	8	60%	15%	4	6
		Multifamiliar	0,2	4	8	75%	8%	8	12
	Não Residencial	0,2	4	8	75%	8%	8	12	
	Misto	0,2	4	8	75%	8%	8	12	

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZUOP - 3 (Cruzeiro 1) ZUOP - 3 (CTG)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	2	4	60%	15%	4	6
		Multifamiliar	0,2	2	4	60%	15%	4	8
	Não Residencial	0,2	2	4	60%	15%	4	8	
	Misto	0,2	2	4	60%	15%	4	8	

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZUOP - 4 (Santa Catarina) ZUOP - 4 (São Francisco)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	2	4	60%	15%	2	4
		Multifamiliar	0,2	2	4	60%	15%	4	8
	Não Residencial	0,2	2	4	60%	15%	4	8	
	Misto	0,2	2	4	60%	15%	4	8	

\*Os terrenos localizados no Condomínio Residencial Portal do Sol não poderão ser objeto de projetos de parcelamento do solo.

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZUOP - 5 (Costa Sul)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	2	4	60%	15%	2	4
		Multifamiliar	0,2	2	4	60%	15%	4	8
	Não Residencial	0,2	2	4	60%	15%	4	8	
	Misto	0,2	2	4	60%	15%	4	8	

Zona	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZI - Norte Alimentícia 1 ZI - Norte Alimentícia 2 ZI - Sul (Moveleira) ZI - Sul (São Paulinho) ZI - Frederico Wastner	Não Residencial	0,2	1	2	60%	25%	2	2	
	Industrial	0,2	1	2	60%	25%	3	5	

Zona	Usos	Coefficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)		
		Mínimo	Básico	Máximo				
ZMIE – (Efaíslo)	Não Residencial	0,2	1	2	60%	25%	2	2
	Industrial	0,2	1	2	60%	25%	3	5

\*Os terrenos localizados no Condomínio Industrial EFAISLO não poderão ser objeto de projetos de parcelamento do solo.

Zona	Usos	Coefficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)		
		Mínimo	Básico	Máximo				
ZCS -1 ZCS -2	Não Residencial	0,2	1	2	60%	25%	2	2
	Industrial	0,2	1	2	60%	25%	3	5

Zona Distrital	Usos	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
ZD	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	1	2	60%	15%	2	4
		Multifamiliar	0,2	1	2	60%	15%	2	4
	Não Residencial	0,2	1	2	60%	15%	2	4	
	Misto	0,2	1	2	60%	15%	2	4	

\*Nos distritos e vilas os lotes a ser edificados devem estar em situação regular e ter características urbanas inclusive na matrícula imobiliária.

Área de Preservação de Manacial	Usos	Coefficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)			
		Mínimo	Básico	Máximo					
APM	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	-	0,02	0,03	2%	98%	2	2
	Não Residencial	-	0,02	0,03	2%	98%	2	2	
	Misto	-	0,02	0,03	2%	98%	2	2	

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 3

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

#### TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DE MACROZONAS, ZONAS E ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE”

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação



<p>Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro)</p>	<p>-uso predominantemente misto, voltado a atividades residenciais, e atividades comerciais e de serviços concentradas com maior intensidade na área central; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -alto potencial de adensamento; -cortada ao longo de sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armino Echer; -necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) regulamentação do trânsito; d) iluminação pública; e) terminal urbano e abrigos nos pontos de passageiros; f) equipamentos públicos de lazer nos bairros; - núcleos de baixa renda na Rua Lauro Müller.</p>	<p>- a sua declividade acentuada, especialmente nas confluências: a) da Avenida Brasil com a Rua Lauro Müller; b) da Avenida Ernesto Beuter com a Avenida Brasil; c) da Rua Coronel Bertaso com a Rua João Beux Sobrinho. -a declividade acentuada, especialmente com relação à dificuldade de transposição do relevo entre a Rua Sete de Setembro e a Rua Lauro Müller; -trânsito de passagem - ligação entre o Estado do Paraná, passando por Santa Catarina até o Rio Grande do Sul - sem acessar ao Município de São Lourenço do Oeste; -indefinição da divisa entre estados (SC e PR).</p>	<p>-manter o uso misto predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços para consolidar no centro urbano do Município; -manter o uso residencial predominante nos bairros, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços, de uso diário visando estimular a formação de centralidades ao longo das vias de acesso, a saber Rua Guilherme Hack, Rua Nereu Ramos e Rua Rio de Janeiro; -promover o adensamento da ocupação através da edificação e utilização de terrenos vazios ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura, equipamentos públicos e a acessibilidade existentes; -direcionar a expansão urbana no sentido oeste, de forma a reforçar o centro ao longo da Av. Brasil, da Avenida Ernesto Beuter no sentido sul e suas vias paralelas; - qualificar a conexão com o sistema viário em seu entorno; - incrementar a infraestrutura e os equipamentos públicos urbanos e comunitários para suprir as deficiências atuais e absorver o adensamento futuro; -promover a mobilidade urbana; -garantir a acessibilidade e a qualificação dos passeios públicos; - lançar diretrizes do sistema viário para garantir: a) a segurança do trânsito ao longo do Contorno Viário Armino Echer, organizando o trânsito local e as possíveis conexões para acesso ao Centro Urbano do Município.; b) consolidar área de especial interesse econômico ao longo do Contorno Viário Armino Echer; c) reservar áreas para implantação do Terminal Rodoviário Interurbano.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).</p>
---	---	---	--	---

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) iluminação pública;</p> <p>d) equipamentos públicos de lazer nos bairros;</p> <p>e) extensão da rede de abastecimento de água;</p> <p>f) extensão da rede de energia elétrica;</p> <p>g) extensão da rede de telefonia;</p> <p>-existência de núcleos de baixa renda próximo à Rua Lauro Müller.</p>	<p>- a sua declividade acentuada e dificuldade de transposição do relevo entre as Ruas Sete de Setembro e Lauro Müller;</p> <p>- a sua declividade acentuada junto ao Vale do Lajeado;</p> <p>- sua sobreposição com a AEIA - Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado;</p> <p>-a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Avenida Brasil que resulta em dificuldades para o sistema viário, em especial, a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município;</p> <p>- área com situação de indefinição da divisa entre estados (SC e PR).</p>	<p>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário, visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no Anexo-08 desta lei;</p> <p>-promover a ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura e equipamentos públicos existentes;</p> <p>-conter ou controlar a ocupação em áreas com risco de inundação e de deslizamentos, especialmente áreas com alta declividade e margens de rios;</p> <p>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários para suprir as deficiências atuais;</p> <p>-implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura;</p> <p>-reservar área para implantação do Hospital Regional, prevendo adequada acessibilidade para o Município e região, observadas as disposições desta Lei;</p> <p>-promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>
Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1)/ ZUOP-3 (Cruzeiro 1)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente residencial;</li> <li>-existência de grande quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>- existência de áreas de uso rural, não urbanizadas e com potencial para ocupação urbana;</li> <li>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários, com:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) urbanização da área;</li> <li>b) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>c) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</li> <li>d) iluminação pública;</li> <li>e) extensão da rede de abastecimento de água;</li> <li>f) extensão da rede de energia elétrica;</li> <li>g) escola, ginásio de esportes e posto de saúde.</li> </ul> </li> <li>-áreas com recursos hídricos e pesque-pague;</li> <li>-cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armando Echer;</li> <li>-área onde se localiza o Cemitério Municipal Jardim da Saudade;</li> <li>-área que faz divisa com o Estado do Paraná.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-o Contorno Viário Armando Echer;</li> <li>-a existência de áreas de especial interesse ambiental;</li> <li>-a existência de áreas sujeitas à inundação;</li> <li>-a existência de áreas de especial interesse econômico;</li> <li>-a proximidade com a divisa do Paraná;</li> <li>-a existência de núcleos urbanizados isolados por áreas rurais que geram descontinuidade do sistema viário;</li> <li>-a proximidade com a Área de Preservação de Manancial;</li> <li>-trânsito de passagem ao longo do Contorno Viário Armando Echer;</li> <li>-a sua situação atual de área não completamente urbanizada, o que não permite a continuidade do sistema viário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no Anexo-08 desta lei;</li> <li>-promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-coibir a ocupação em áreas de risco de inundação e de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água;</li> <li>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno;</li> <li>-explorar o potencial do Contorno Viário Armando Echer, estimulando a instalação, nas suas margens, de usos compatíveis com o seu trânsito e com seu potencial de escoamento, em especial comércio e serviços de médio e grande portes;</li> <li>-fortalecer a Avenida Brasil como acesso principal ao Município, criando uma Área de Especial Interesse Urbanístico, conferindo um tratamento diferenciado ao contorno viário nesta região;</li> <li>-qualificar e limitar a conexão com o sistema viário em seu entorno.</li> <li>-instalação de solução de passagem segura de pedestres e ciclistas através do Contorno Viário Armando Echer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>
---	--	---	---	---

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (CTG)/ ZUOP-3 (CTG)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente residencial;</li> <li>- integra além de área ainda não loteada ao sul do loteamento fergutz ,os loteamentos Wolfart e Fergutz e área do Centro de Tradições Gaúchas;</li> <li>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>-acesso exclusivo por área particular não vinculada aos loteamentos ligando a área a SC 157;</li> <li>-encravado entre as Zonas: Industrial Sul Moveleira e Zona Comercial e de Serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a proximidade com a área industrial consolidada no seu entorno;</li> <li>-a proximidade com a área de especial interesse ambiental do Arroio Gramadinho;</li> <li>- seu acesso exclusivo por área particular não vinculada aos loteamentos;</li> <li>- distância do centro urbano consolidado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no anexo-5 desta lei;</li> <li>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir conexão deste com seu entorno, priorizando a delimitação de acesso seguro para esta área;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Santa Catarina) / ZUOP-4 (Santa Catarina)	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>- existência de áreas de uso rural, não urbanizadas e com potencial para ocupação urbana.</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) iluminação pública;</p> <p>d) extensão da rede de abastecimento de água;</p> <p>e) extensão da rede de energia elétrica;</p> <p>f) extensão da rede de telefonia;</p> <p>g) implantação de áreas de lazer nos bairros.</p>	<p>-a declividade acentuada em sua porção leste e oeste;</p> <p>- a descontinuidade do traçado do sistema viário próximo ao Arroio Gramadinho e Vale do Lajeado;</p> <p>-sua sobreposição com a AEIA - Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado;</p> <p>-a proximidade com a Zona Industrial - Sul (Moveleira).</p>	<p>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias no Anexo-08 da presente lei;</p> <p>-promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-coibir a ocupação em áreas com risco de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água.</p> <p>-implantar parque ecológico no declive acentuado do Arroio Gramadinho, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura;</p> <p>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários e urbanos para suprir as deficiências atuais;</p> <p>- lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno, permitindo novos acessos.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>
Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco)	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) iluminação pública;</p> <p>d) extensão da rede de abastecimento de água;</p> <p>e) extensão da rede de energia elétrica;</p> <p>f) extensão da rede de telefonia;</p> <p>g) implantação de áreas de lazer nos bairros.</p>	<p>-a declividade acentuada:</p> <p>a) em sua porção leste e oeste.</p> <p>b) junto ao Condomínio Residencial Portal do Sol</p> <p>-O traçado da SC-480 gerando descontinuidade e falta de integração na área.</p> <p>-descontinuidade do sistema viário no entorno do Condomínio Residencial Portal do Sol.</p> <p>-a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Av. Brasil que resulta:</p> <p>a) na separação desta área do restante da cidade;</p> <p>b) em dificuldades para o sistema viário, em especial a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município.</p> <p>- existência de áreas de especial interesse ambiental na suas proximidades.</p> <p>-sua sobreposição com a AEIA- Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado;</p> <p>-a proximidade com a Zonas Industriais - Norte (Alimentícia) 1 e 2.</p>	<p>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias no Anexo-08 da presente lei;</p> <p>-promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-coibir a ocupação em áreas com risco de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d’ água;</p> <p>-implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura;</p> <p>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários e urbanos para suprir as deficiências atuais;</p> <p>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno, permitindo novos acessos .</p> <p>-consolidar o eixo da Área de Especial Interesse Econômico ao longo da SC-480;</p> <p>-promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>			
Macrozona Urbana							
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação			

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Zona Urbana Vale do Lajeado / ZU (Vale do Lajeado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-área com localização central com relação à ocupação urbana;</li> <li>-área de fácil acesso, se considerada sua localização;</li> <li>-área com declividade acentuada e cursos d' água;</li> <li>-existência de mata nativa;</li> <li>-área com beleza ambiental e paisagística.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a sua declividade acentuada;</li> <li>-a descontinuidade do sistema viário;</li> <li>-a existência de APP particular;</li> <li>-a falta de legislação específica para a área;</li> <li>-a existência de assentamentos precários e irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-implantação do "Parque do Vale do Lajeado", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade;</li> <li>-implantar a Via Parque ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação;</li> <li>-definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens e no interior desta área;</li> <li>-através dos instrumentos do plano diretor, do investimento em planejamento e projetos, da parceria com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada promover a preservação da paisagem natural existente, a recuperação dos locais degradados e a integração dos empreendimentos planejados para criar o hábito de utilização cotidiana desta área privilegiada da cidade.</li> <li>-integrar o Parque do Lajeado ao Parque do Arroio Gramadinho como um grande conjunto de preservação e utilização consciente e ambientalmente correta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Transferência do Direito de Construir;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Zona Comercial e de Serviços-1 /ZCS-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- com potencial para ocupação urbana;</li> <li>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias Contorno Viário Armindo Echer e SC157;</li> <li>-área com necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos e comunitários;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-proximidade com rodovia;</li> <li>-área situada entre o Contorno Viário Armindo Echer e Acesso Sul, devendo respeitar faixas de domínio em ambos os lados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-explorar o potencial oferecido pela proximidade com a sede do município e acessibilidade da rodovia;</li> <li>-controlar a ocupação;</li> <li>-prevenir eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades.</li> <li>- prever a instalação de empreendimentos voltados ao comércio e prestação de serviços proibindo a instalação de indústrias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona Comercial e de Serviços-2 /ZCS-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso rural predominante;</li> <li>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias - SC157;</li> <li>-área provida com serviço de abastecimento de energia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- limite com Área de Proteção de Mananciais</li> <li>-proximidade com rodovia;</li> <li>-declividade acentuada em determinados trechos;</li> <li>-ocupação limitada pelas determinações definidas para a Área de Proteção de Mananciais.</li> <li>-ocupação definida pelo limite de 200 metros em relação a faixa de domínio da rodovia;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-explorar o potencial oferecido pela proximidade com a sede do município e acessibilidade da rodovia;</li> <li>-controlar a ocupação;</li> <li>-prevenir eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades.</li> <li>- Prever a instalação de empreendimentos voltados ao comércio e prestação de serviços proibindo a instalação de indústrias.</li> <li>- restringir atividades poluentes que prejudiquem especialmente os recursos hídricos que integram a APM.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>
---------------------------------------	---	--	---	--

Macrozona Urbana					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	
Zona Micro Industrial- Efaislo/ ZMI – Efaislo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a sua localização ao longo da SC -157;</li> <li>- abrange área não urbanizada e com potencial para ocupação industrial.</li> <li>- abrange o condomínio industrial EFAISLO, já consolidado.</li> <li>- baixo potencial de adensamento;</li> <li>- necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a existência de cursos d'água;</li> <li>- a existência de áreas de especial interesse urbanístico;</li> <li>- a SC-157;</li> <li>- proximidade com o loteamento Wolfart.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implementar como dimensão padrão para o lotes a metragem de 2.000 a 5.000 m².</li> <li>- assegurar condições para localização de atividades industriais, e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-157;</li> <li>- vetar o uso residencial;</li> <li>- evitar conflito com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo;</li> <li>- prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas;</li> <li>- implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>	

Macrozona Urbana					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	
Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI - Sul (Moveleira)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a sua localização ao longo do acesso sul;</li> <li>-uso predominante industrial;</li> <li>-baixo potencial de adensamento;</li> <li>-necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com:</li> <li>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</li> <li>c) abrigos de Passageiros e ciclovia</li> <li>d) extensão da rede de telefonia.</li> <li>e)abastecimento de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a existência de cursos d'água;</li> <li>-a existência de áreas de especial interesse ambiental;</li> <li>-o Acesso Sul;</li> <li>-os núcleos residenciais existentes na área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-assegurar condições para localização de atividades industriais, preferencialmente as voltadas para a industrialização de madeira, e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-157;</li> <li>-vetar o uso residencial;</li> <li>-evitar conflito com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo;</li> <li>-prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas;</li> <li>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>	

Macrozona Urbana					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	

Zona Industrial – Sul (São Paulinho) ZI – Sul (São Paulinho)	-uso predominantemente rural; -áreas não ocupadas e com potencial para ocupação industrial; -áreas passíveis de aproveitamento para o uso industrial de médio e grande portes; -a proximidade com rodovias; -a existência de cursos d'água.	-a existência de relevo com declividade acentuada em determinadas porções de suas área e, em geral, próximo aos cursos d' água; -a existência de vegetação ambientalmente protegida; -a existência de cursos d'água.	- ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto às Rodovias SC-157, com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazo, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade. -prevenir conflitos de usos futuros; -implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos; - vetar o uso residencial; - prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas	-Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.
---	---	--	--	---

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Zonas Industrial - Norte (Alimentícia1 e 2) / ZI - Norte (Alimentícia 1 e 2)	-a sua localização ao longo da SC-480 e Rua Tiradentes; -uso predominante industrial; -baixo potencial de adensamento; -a necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) extensão da rede de telefonia; e) abrigos de passageiros e ciclovias.	-a sua declividade acentuada na porção leste; -a deficiência do sistema de abastecimento de água; -a existência de poucos vazios urbanos. -a sua declividade acentuada na porção nordeste.	-assegurar condições de localização de atividades industriais preferencialmente voltadas à industrialização de alimentos e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-480; -proibir o uso residencial; -evitar conflitos com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo; -prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas; -implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.	-Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -AEIS (ZEIS).

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Zona Industrial Frederico Wastner – ZI Frederico Wastner	- a sua localização ao longo da SC-480; - abrange área com potencial para ocupação industrial; - baixo potencial de adensamento; - necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.	- a sua distância em relação a área urbana do município; - a SC-480; - a inexistência de soluções viárias quanto sua conexão com a SC-480; -proximidade com área de vegetação.	- ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto a Rodovia SC-480; -prevenir conflitos de usos futuros; -implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos; - vetar o uso residencial; - prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas.	Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -AEIS (ZEIS).

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Zona de Expansão Industrial - São Paulinho ZEI – São Paulinho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a sua localização ao longo da SC-157;</li> <li>- abrange área com potencial para ocupação industrial.</li> <li>- baixo potencial de adensamento;</li> <li>- necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a sua distância em relação à área urbana do município</li> <li>- a SC-157;</li> <li>- a inexistência soluções viárias quanto sua conexão com a SC-157.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto a Rodovia SC-157, com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazo, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade;</li> <li>- prevenir conflitos de usos futuros;</li> <li>- implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos;</li> <li>- vetar o uso residencial;</li> <li>- prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>	
---	--	--	---	--	--

Áreas de Especial Interesse (AEIs)					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	
Zonas de Qualificação Urbanística (Distritos Vilas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aglomerados com parcelamentos não regularizados desconexos do centro urbano consolidado;</li> <li>- existência de equipamentos públicos urbanos e comunitários;</li> <li>- deficiência no sistema de abastecimento de água;</li> <li>- alguns interligados por rede viária estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- falta de infraestrutura no abastecimento de água;</li> <li>- pouca diversidade de atividades econômicas;</li> <li>- a indisponibilidade de terrenos regularizados;</li> <li>- sua condição de núcleo isolado na área rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- regularização dos parcelamentos;</li> <li>- promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área;</li> <li>- suprir as necessidades de infraestrutura;</li> <li>- estimular a implantação de novas atividades econômicas;</li> <li>- desenvolver zoneamento para estas áreas definindo parâmetros urbanísticos, níveis de incomodidade, áreas de especial interesse específicos de acordo com suas características.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>	

Áreas de Especial Interesse (AEIs)					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	
Área de Especial Interesse Urbano – 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1 (Igreja Matriz)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente misto, voltado a atividades comerciais, de serviços e institucional;</li> <li>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>-infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários suficientes, ressalvada a necessidade de implantação de:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>b) melhoria da pavimentação viária e da iluminação pública;</li> <li>c) necessidade de revitalização das áreas de uso comunitário.</li> </ol> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a existência de poucos vazios urbanos;</li> <li>-o baixo potencial de renovação das edificações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-manter o caráter misto de usos para preservar a integração entre estes;</li> <li>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois), 8 (oito) e 12 (doze) pavimentos, conforme mapa Anexo 09;</li> <li>-fortalecer a área com a implantação de usos voltados ao lazer e entretenimento utilizando os espaços comunitários existentes;</li> <li>-garantir que a Igreja Matriz permaneça como referencial visual do Município, estabelecendo tipologias diferenciadas para as edificações da área, com especial ênfase no gabarito máximo;</li> <li>-propor a concepção de patrimônio histórico para a edificação da Igreja Matriz e o conjunto de espaços da Praça da Bandeira, objetivando preservar características desta área como referencial urbano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Transferência do Direito de Construir;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>	

Áreas de Especial Interesse (AEIs)					
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação	

Área de Especial Interesse Urbano - 2 (Vale do Lajeado) / AEIU -2 (Vale do Lajeado)	-uso predominantemente residencial; -área com potencial para ocupação urbana de uso residencial, necessitando da definição da extensão da malha viária e da implantação de: a) infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários; b) sistema de coleta e tratamento de esgoto.	-a declividade acentuada; -a descontinuidade do sistema viário; -a existência de área de APP particular; -a falta de um programa específico para a área de APP particular; -a presença de assentamentos precários e irregulares na área.	-implementar unidade de conservação APA (Área de Preservação Ambiental), que constituirá o Parque do Vale do Lajeado voltada a atividades ambientais e paisagísticas de uso comunitário; -definir usos mistos, buscando preservar a integração entre funções, especialmente entre uso residencial e uso voltado a atividades de lazer e contemplação; -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).
---	---	--	---	---

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Urbano - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante)	-uso predominantemente residencial; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -baixo potencial de adensamento; -a necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias e de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.	-a declividade acentuada no encontro da Rua Sete de Setembro com a Travessa Atílio Galeazzi, Rua Saldanha da Gama e Travessa Maria Cerchiari.	-consolidar o entorno desta área, para garantir que o Mirante Panorâmico seja uma referência visual para o Município através da tipologia das edificações que ocupam o entorno; -definir o caráter misto de usos, preservando a integração entre funções de comércio, moradia e serviços; -fortalecer as áreas comerciais, transformando os eixos com potencial para concentrar atividades de comércio e serviços em corredores de usos mistos, de forma a atender as necessidades da região e as complementares ao Mirante Panorâmico. -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Urbano - 4 (Centro de Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos)	-uso predominantemente residencial; -existência de médio quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -necessidade de implantação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários e do sistema de coleta e tratamento de esgoto.	-a declividade acentuada na Rua Albano Menegatti Filho.	-definir o caráter misto de usos no entorno, preservando a complementação das atividades do centro de eventos; -definir a tipologia das edificações para ocupação desta área, considerando-se que o centro de eventos se localiza num ponto privilegiado dos demais referenciais públicos arquitetônicos do Município. -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Pre-empção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação



Área de Especial Interesse Urbanístico – 5 (Trevo do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- acesso estratégico para a cidade;</li> <li>- área não ocupada;</li> <li>- área com necessidade de implantação de infraestrutura viária (trevo e iluminação);</li> <li>- cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do contorno viário Armindo Echer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a sua declividade acentuada;</li> <li>- a proximidade com Área de Preservação Permanente - APP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- definir ocupação e uso nesta área que evidencie e consolide, como acesso principal ao Município de São Lourenço do Oeste, o encontro da Avenida Brasil com o contorno viário Armindo Echer;</li> <li>- definir o caráter misto de usos, preservando a integração entre funções de comércio, moradia e serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>I - outorga onerosa do direito de construir;</li> <li>II - outorga onerosa de alteração de uso;</li> <li>III - direito de preferência/preempção;</li> <li>IV - direito de superfície;</li> <li>V - parcelamento compulsório;</li> <li>VI - edificação compulsória;</li> <li>VII - utilização compulsória;</li> <li>VIII - IPTU progressivo no tempo;</li> <li>IX - desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;</li> <li>X - consórcio imobiliário;</li> <li>XI - operações urbanas consorciadas.</li> </ul>
---	--	---	---	---

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU-6(Santuário)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente residencial;</li> <li>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-baixo potencial de adensamento;</li> <li>-necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias;</li> <li>-necessidade de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a ausência de áreas disponíveis para ocupação;</li> <li>-a proximidade com a divisa com o Estado do Paraná.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-consolidar a caracterização desta área como um centro público e religioso do bairro, por meio da valorização do santuário e da praça;</li> <li>-estabelecer diretrizes de ocupação como tipologias, transformando este espaço em referência arquitetônica para o bairro.</li> <li>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Vale do Arroio Gramadinho) / AEIU-7 (Vale do Arroio Gramadinho)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso misto industrial e rural;</li> <li>-existência de vazios urbanos;</li> <li>-baixo potencial de adensamento;</li> <li>-necessidade de complementação dos equipamentos públicos urbanos;</li> <li>-necessidade de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a declividade acentuada;</li> <li>-a descontinuidade do sistema viário;</li> <li>-a existência de área de APP particular;</li> <li>-a falta de um programa específico para a área de APP particular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-implementar unidade de conservação APA (Área de Preservação Ambiental), que constituirá o Parque do Vale do Lajeado voltada a atividades ambientais e paisagísticas de uso comunitário;</li> <li>-definir usos mistos, buscando preservar a integração entre funções, especialmente entre uso residencial e uso voltado a atividades de lazer e contemplação;</li> <li>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação



Área de Especial Interesse Urbanístico - 8 (Limite Estadual) / AEIU-8(Limite Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-divergência de limites municipais e divisas estaduais, gerando problemas de jurisdição;</li> <li>-o parcelamento de área rural do município de Vitorino para fins de ocupação residencial, impondo ampliação de demanda dos serviços municipais básicos a São Lourenço do Oeste.</li> <li>-existência de parcelamento irregular do solo.</li> <li>-uso predominantemente misto;</li> <li>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-Cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do contorno viário Armino Echer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-proximidade com Contorno Viário Armino Echer;</li> <li>-problemas de jurisdição causados pelas divergências de limite.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-consolidar a linha divisa estadual e limite municipal que estabeleça a jurisdição;</li> <li>-promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>
--	--	---	---	--

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armino Echer e SC- 157) / AEIE-1 (Contorno Viário Armino Echer e SC-157)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso rural predominante, mas com a presença de atividades industriais e de prestação de serviços;</li> <li>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias;</li> <li>-área provida com serviço de abastecimento de energia e água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-o uso residencial;</li> <li>-o alto valor financeiro dos terrenos;</li> <li>-a divisa com o Estado do Paraná;</li> <li>-Necessidade de implantação de iluminação pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-explorar o potencial oferecido pelo Contorno viário Armino Echer e SC- 157, consolidando centros de comércio e prestação de serviços de médio e grande portes compatíveis com os usos próximos e que funcione como um suporte para as lojas localizadas no centro do Município;</li> <li>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas comerciais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</li> <li>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>
Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SC-480) / AEIE-2 (SC-480)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-área com uso predominantemente rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-falta de infraestrutura quanto a rede de abastecimento de água, e iluminação pública;</li> <li>-o alto valor financeiro dos terrenos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-explorar o potencial oferecido pela SC-480, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses da indústria alimentícia e afins;</li> <li>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</li> <li>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas;</li> <li>-servir como faixa de transição entre a Zona Industrial Norte (Alimentícia 02) /ZI - Norte (Alimentícia 02) e Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes)	-área que se sobrepõe à Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco) ao longo da Rua Tiradentes; -área ocupada por indústrias de beneficiamento da madeira.	-o uso residencial existente no entorno.	-explorar o potencial oferecido pela Rua Tiradentes, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses do desenvolvimento econômico; -estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área; -prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).
---	--	--	--	---

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado)	-área com localização central com relação à ocupação urbana; -área de fácil acesso, se considerada sua localização. -área com declividade acentuada e cursos d' água. -existência de mata nativa; -área com beleza ambiental e paisagística.	-a sua declividade acentuada; -a descontinuidade do sistema viário; -a existência de APP particular; -a falta de legislação específica para a área; -a existência de assentamentos precários e irregulares.	-implantação do "Parque do Vale do Lajeado", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade; -implantar a via marginal ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação; -definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens desta área; -instalar infraestrutura de equipamentos urbanos que seja compatível com os usos que se deseja implantar, especialmente os usos voltados a lazer, contemplação e esportes; -definir diretrizes da ocupação da área de Especial Interesse Urbanístico 2 (Vale do Lajeado) AEIU - 2 (Vale do Lajeado), estabelecendo a integração entre usos e ocupação, potencializando as características da Área de Especial Interesse Ambiental-1 (Vale do Lajeado) - AEIA-1 (Vale do Lajeado)	-Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro)	-área com declividade acentuada; -a existência de mata nativa; -a localização entre áreas de ocupação residencial e de ocupação industrial.	-os impedimentos decorrentes da legislação ambiental federal e estadual em vigor.	-garantir a preservação desta área, consolidando sua função de barreira vegetal entre a Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira) e a Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1) / ZUOP-3 (Cruzeiro 1); -consolidar a função desta área como APP, não permitindo usos de lazer.	-Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.
---	---	---	---	---

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho)	-faixa de APP ao longo do Arroio Gramadinho; -área com declividade acentuada; -área que não permite transposição ligando as zonas que compõem suas adjacências.	-a sua própria condição de APP.	-garantir a preservação desta área consolidando sua função de barreira vegetal, para evitar futuros conflitos de usos.	-Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal)	-a presença de pequenos córregos e de mata nativa de grande porte.	-a sua própria condição de APP, de área verde e de área pública.	I- garantir qualidade ambiental e paisagística, incorporando a APP e a área verde para conformar o Parque Municipal. II - consolidar a implantação do Parque Municipal como um ponto de referência no Município associado ao Centro de Eventos, com uso voltado ao entretenimento e lazer, dotando-o com a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários.	-Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.

Áreas de Especial Interesse (AEIs)								
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação				

Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco)	-área ocupada por população de baixa renda, atendida por equipamentos urbanos e comunitários, a saber posto de saúde, ginásio e escolas, sendo atendida, ainda, parcialmente por saneamento; -área com necessidade de regularização urbanística e fundiária; -existência de poucos vazios na área consolidada; -existência de ocupação em áreas públicas, áreas de risco e parcelamento irregular;	-as ocupações em áreas de risco; -a elevada concentração de população carente; -infraestrutura, necessitando melhorias na pavimentação e drenagem pluvial; -o seu relevo acentuado.	-promover e implementar programas de Regularização Fundiária; -instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações; -viabilizar o estoque de terras necessário , para moradia de interesse social, possibilitando a relocação e aproveitamento dos equipamentos urbanos e comunitários implantados; -promover a qualificação da área, dotando-a de infraestrutura viária e urbana; -promover oportunidades de trabalho e renda.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).						
Áreas de Especial Interesse (AEIs)										
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação						
Área de Especial Interesse Social - 2 (Bentinho) / AEIS-2 (Bentinho)	-área onde foi implementado parcelamento irregular por particulares; -carência de equipamentos públicos urbanos e comunitários; -área com vegetação e corpos d'água ; -núcleo isolado da ocupação urbana com acesso exclusivo pelo loteamento cardoso.	-o seu acesso exclusivamente pelo loteamento cardoso; -sua configuração de loteamento irregular; - as características ambientais presentes na área.	-instituir e implementar legislação para fins de possibilitar a regularização fundiária das ocupações; - deverão ser previstos no processo de regularização da área, a preservação das características ambientais da mesma e percentual de áreas públicas; -promover a sua qualificação, dotando-a de infraestrutura viária e urbana; -suprir a necessidade de implementação de melhorias do serviço de abastecimento de água.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).						
Áreas de Especial Interesse (AEIs)										
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação						

Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova)	-área onde localiza-se o loteamento popular Vida Nova, de iniciativa do Poder Público Municipal, parcialmente ocupado; -área próxima à Escola Básica Municipal São Lourenço e Unochapecó.	- o seu acesso exclusivamente pela SC-480.	I - dar continuidade ao processo de urbanização iniciado, promovendo a implantação e complementação dos equipamentos urbanos e comunitários, especialmente aqueles destinados ao saneamento básico; II - promover a integração da área com a malha urbana já consolidada, e das diretrizes a serem previstas no Programa Viário.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).				
Áreas de Especial Interesse (AEIS)								
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação				
Área de Especial Interesse Social - 4 (Brasília) / AEIS-4 (Brasília)	-área ocupada por população de baixa renda; -inexistência de vazios urbanos; -existência de ocupações irregulares em áreas de risco; -área localizada próximo ao centro urbano do Município. -área atendida pelos equipamentos públicos comunitários do centro urbano do Município e do bairro Santa Catarina. -área com existência de parcelamento irregular do solo.	-a sua própria condição de área com ocupação consolidada.	-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações; -promover a remoção das ocupações em área de risco, assegurado o direito à moradia dos afetados; -promover oportunidades de trabalho e renda.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).				

Áreas de Especial Interesse (AEIS)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação

Área de Especial Interesse Social - 5 (São Francisco 2) / AEIS-5 (São Francisco 2)	-área localizada no entorno da Estação de Tramento de Esgoto do Bairro São Francisco; -área com acesso através da estrada linha Campinas; -área de propriedade do município de São Lourenço do Oeste.	-a proximidade com a estação e tratamento de esgoto; -sua localização, desconexa da ocupação urbana já consolidada em função da topografia; -proximidade com as áreas industriais ZI - Norte (Alimentícia 1)/ ZI-Norte (Alimentícia 1) e ZI - Norte (Alimentícia 2) / ZI-Norte (Alimentícia 2)	- instituir e implementar legislação para fins de, promover a ocupação da área por população de baixa renda; - implementar faixa verde de amortecimento funcionando como barreira vegetal entre a estação de tratamento de esgoto e o entorno; - promover a qualificação da área, dotando-a de infraestrutura viária e urbana.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).
--	---	--	--	--

Áreas de Especial Interesse (AEIS)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina)	-falta de infraestrutura de esgotamento sanitário; -área de encosta ocupada por população de baixa renda (Nossa Senhora Aparecida); -área inserida na malha urbana consolidada; -entorno com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS); -área que se serve da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários do bairro Santa Catarina.	-área com ocupação consolidada; -o adensamento da ocupação do solo que impossibilita a implantação do sistema de tratamento de esgoto individual.	-promover regularização fundiária, considerando a necessidade de relocação de algumas famílias; -usar os vazios do entorno para assentamento das famílias a serem relocadas, garantindo a infraestrutura necessária;	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

Áreas de Especial Interesse (AEIS)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação



Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Mene-guetti)	-a deficiência nos acessos a área; -a falta de equipamentos públicos comunitários; -área com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS); -ocupação que se configura em sua maioria pela implantação de mais de uma casa em um lote não atendendo a metragem mínima para individualização das áreas ocupadas para cada edificação.	-entorno com ocupação consolidada; -as más condições de acessibilidade; -a porção com declividade acentuada na área que abrange o Loteamento Meneguetti III; -necessidade de ampliação da capacidade de abastecimento de água.	-estabelecer um tamanho de lote mínimo de 180m2 (cento e oitenta metros quadrados), de modo a garantir a permanência da população instalada; -reservar espaços para implantação de equipamentos públicos; -prever a continuidade do sistema viário; -criar programa de habitação voltado a trabalhadores das indústrias existentes no Município.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).
---	--	---	---	--

Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 8 (São Miguel) / AEIS-8 (São Miguel)	-área isolada da ocupação urbana; -área desprovida de acessos oficiais, ligada exclusivamente por estrada vicinal; -a falta de equipamentos públicos comunitários no entorno; -área que limita com o Vale do Lajeado; -área sobreposta pela Área de Especial Interesse Urbanístico-2 (Vale do Lajeado)/AEIU-2 (Vale do Lajeado) e Área de Especial Interesse Ambiental -1 (Vale do Lajeado)/AEIA -1 (Vale do Lajeado)	-sua condição de área desconexa da malha urbana consolidada; -ausência de equipamentos urbanos e comunitários no entorno; -proximidade com o Vale do Lajeado.	-considerando a implantação de loteamento nesta área prever espaços para implantação de equipamentos públicos que atenda a demanda da população; -prever a continuidade do sistema viário; -prever a extensão das redes de energia e de abastecimento de água.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

Áreas de Especial Interesse (AEIs)						
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação		

Área de Preservação de Manancial - APM	<p>-situada na área rural do Município;</p> <p>-compreende a bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-bacia hidrográfica principal e afluentes a montante da área de captação da CASAN (principal fonte de abastecimento de água da sede);</p> <p>-compreende as comunidades de Santo Antônio e Bela Vista.</p>	-ser área de captação de água para consumo do município.	<p>-preservar os recursos hídricos para abastecimento e consumo em médio e longo prazos;</p> <p>-restringir atividades poluentes que prejudiquem especialmente os recursos hídricos existentes na área;</p> <p>-proibir o lançamento de esgoto e dejetos nos recursos hídricos;</p> <p>-recuperar matas ciliares e nascentes;</p> <p>-incentivar o reflorestamento e o manejo florestal, proibindo o plantio de espécies que prejudiquem os recursos hídricos;</p> <p>-criar alternativas para exploração ambientalmente sustentável da área;</p> <p>-elaborar o plano de manejo da APM.</p> <p>-criar Faixa verde com o objetivo de constituir área verde de amortecimento e referencial paisagístico com vegetação arbórea (sugestão plantar faixa de araucárias), conforme mapa Anexo-07 desta Lei;</p> <p>- proibir o uso residencial multifamiliar.</p>	-Não se aplicam		
Macrozona Rural						
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)			

<p>Zona Rural - Lajeado Grande</p>	<p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios São Lourenço, Lajeado Grande, São Roque, Feliciano, Bracatinga e Gramadinho; -compreende as localidades de Frederico Wastner (Distrito-Sede), Santa Clara, São João, São Caetano, Lajeado Raul, Lajeado Grande, Feliciano, Santa Terezinha. -compreende a área urbanizada da localidade de Frederico Wastner; -baixa a média densidade de ocupação; -predominância de propriedades de pequeno e médio portes; -existência de áreas com concentração de população em situação de carência econômica e social; -tendência ao êxodo rural significativo; -usos predominantes voltados à pecuária de leite e ao reflorestamento comercial; -presença de culturas anuais de milho, e fumo, sendo esta fragmentada; -carente de equipamentos públicos comunitários considerando: a) a existência de poço artesiano para abastecimento de água na sede do Distrito e de cinco poços artesanais em outras comunidades; b) a existência de escola estadual de ensino fundamental, Gerência de Infraestrutura do distrito, Centro de Saúde Unidade Básica e Viveiro Florestal Municipal; -com relação ao sistema viário: a) exige maior manutenção devido às condições do relevo e do solo; b) grande extensão do sistema vicinal; c) complexidade de reestruturação devido às condições de relevo; d) servida pela SC-480; -potencial de desenvolvimento econômico das seguintes atividades: a) pecuária; b) reflorestamento; c) piscicultura; d) turismo de aventura e turismo rural, considerado especialmente o potencial de aproveitamento do Rio São Lourenço; e) agroindústrias, sendo nove já instaladas e voltadas ao processamento de queijo, leite, embutidos e derivados de cana.</p>	<p>-a densidade de drenagem significativa; -a concentração de áreas com declividade acentuada, com limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica; -o solo com maiores índices de pedregosidade e menor estabilidade.</p>	<p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento das atividades no campo e sua diversificação; -promover a capacitação do produtor rural; -promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais -desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda; -promover opções de emprego e renda na sede do distrito; -desenvolver potencial para turismo de aventura e turismo rural, aproveitando especialmente as grutas, cachoeiras, trilhas existentes e o potencial da área para a prática de vôo-livre; -fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias, considerando a necessidade de seu incremento; -desenvolver programa voltado à regularização e adequação das Áreas de Preservação Permanente; -incentivar a apicultura; -criar um eixo de desenvolvimento para abrigar usos diferenciados, especialmente com relação a indústrias, compatibilizando-os com os demais usos pretendidos para a macrozona.</p>	
--	---	--	--	--

Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)

Zona Rural - Rio Macaco	<p>-área localizada na bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Presidente Juscelino (Distrito-Sede), Santo Antonio, Bela Vista, São Paulinho, Bessegatto, São Roquinho, Jacutinga, Sentinela, Bender, Limoeiro, Filipini, Alvorada, Lajeado Antunes e Três Voltas;</p> <p>-compreende as áreas urbanizadas de Presidente Juscelino, Três Voltas e Lajeado Antunes, com presença, nestas áreas, de atividades industriais, comerciais e de serviços;</p> <p>-média a baixa densidade de ocupação;</p> <p>-estrutura fundiária mista;</p> <p>-área que compreende o distrito mais desenvolvido em apicultura;</p> <p>-usos predominantes voltados a atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial, tendo o distrito, potencial para incremento desta atividade;</p> <p>c) de pecuária de leite e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura;</p> <p>e) de indústrias madeireiras e de movelaria;</p> <p>f) de agroindústrias, notadamente derivados de cana, bolachas, abatedouros, leite, queijos, mel.</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários com boa distribuição dentro da área;</p> <p>-área bem provida de estradas, sendo servida pela SC-305 e SC-157 e possuindo grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-potencial de desenvolvimento econômico em:</p> <p>a) agricultura;</p> <p>b) pecuária;</p> <p>c) agroindústria;</p> <p>d) indústria (madeira/reflorestamento).</p>	<p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a existência de área voltada à preservação de mananciais – APM, responsável pela captação de água para abastecimento da sede urbana.</p>	<p>-promover ações de recuperação das matas ciliares, especialmente através do estabelecimento de áreas de proteção de nascentes;</p> <p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos;</p> <p>-incentivar atividades agrícolas não-poluentes, especialmente agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-preservar e recuperar a extensão e a qualidade da cobertura florestal;</p> <p>-incentivar atividades de reflorestamento e manejo florestal;</p> <p>-manter a qualidade e melhorar as condições de segurança do sistema viário;</p> <p>-promover opções de emprego e renda na sede do distrito;</p> <p>-criar incentivos para desenvolvimento da infraestrutura de turismo e agroturismo, especialmente com relação:</p> <p>a) às festas tradicionais;</p> <p>b) às grutas de São Valentin e da Curva Fria;</p> <p>c) às quedas d'água existentes na área;</p> <p>d) ao potencial de desenvolvimento de corredor italo-germânico.</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais</p>
-------------------------	---	--	---

Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
Zona Rural - Rio Guaporé	<p>-área localizada na parte sul da bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Turvo Baixo, Amizade, Farroupilha, Belvedere, Alto da Serra, Poço Redondo, São Sebastião, Novo Guaporé e Santos Dumont ;</p> <p>-significativo inter-relacionamento com São Bernardino e Irati;</p> <p>-baixa densidade de ocupação;</p> <p>-predominância de propriedades de pequeno porte;</p> <p>-área com concentração de população em situação de carência econômica e social;</p> <p>-área com significativa tendência ao êxodo rural;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-usos predominantes voltados:</p> <p>a) ao reflorestamento comercial;</p> <p>b) a culturas anuais e de fumo;</p> <p>c) ao gado de leite e de corte, considerado o caráter fragmentado desta atividade;</p> <p>-área carente de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-com relação ao sistema viário:</p> <p>a) dificuldade de manutenção pelas condições de relevo e solo;</p> <p>b) grande extensão do sistema vicinal;</p> <p>c) complexidade de reestruturação territorial pelas condições do relevo;</p> <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico das seguintes atividades:</p> <p>a) pecuária de corte e de leite;</p> <p>b) reflorestamento.</p>	<p>-a densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a concentração de áreas com declividade acentuada, o que causa limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-a dificuldade de acesso, considerada a distância da sede do distrito e das rodovias;</p> <p>-as características atuais do sistema viário;</p> <p>-a concentração de áreas para gado de corte.</p>	<p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento e a diversificação das atividades no campo;</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas;</p> <p>-desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda;</p> <p>-fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias;</p> <p>-promover melhorias no sistema viário, especialmente com relação aos acessos.</p>

Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)

Zona Rural - Rio do Ouro	<p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios do Ouro, São Francisco e João Emilio;</p> <p>-compreende as localidades de São Roque (Distrito-Sede), Sant'ana da Bela Vista, Planalto, Prata, Ouro Verde, Santa Inês, Giordani;</p> <p>-média densidade de ocupação;</p> <p>-média a grande estrutura fundiária;</p> <p>-compreende áreas urbanizadas de São Roque, Sant'Ana da Bela Vista e Santa Inês, com presença de indústrias, serviços e comércio;</p> <p>-uso predominante relacionado com atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial;</p> <p>c) de pecuária de leite e de corte e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura, havendo significativa concentração destes;</p> <p>e) voltadas à indústria de beneficiamento de madeira;</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-área bem provida por estradas, sendo servida pela SC-468 e com grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico nas áreas:</p> <p>a) de agricultura, especialmente culturas de milho, uva, soja, feijão;</p> <p>b) de pecuária de leite e de corte;</p> <p>c) da agroindústria, especialmente com relação a queijos e embutidos;</p> <p>d) de reflorestamento;</p> <p>e) de avicultura;</p> <p>-especial potencial de desenvolvimento econômico de eixo industrial ao longo da SC-468, condicionado a soluções para os problemas relacionados com limitações no abastecimento de água.</p>	<p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a escassez de água ao longo da SC-468, o que acarreta a dependência de atendimento por carros-pipa nos períodos de estiagem;</p> <p>-a distância da Sede do Município.</p>	<p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos, considerada a necessidade de soluções para o problema de limitações no abastecimento de água;</p> <p>-promover ações de recuperação das matas ciliares e de áreas de proteção das nascentes;</p> <p>-garantir a manutenção da cobertura vegetal existente;</p> <p>-incentivar atividades agropecuárias, especialmente fruticultura e agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-eliminar o lançamento de dejetos nos rios;</p> <p>-incrementar a diversificação das atividades agrícolas, considerando-se a integração e complementaridade com a avicultura;</p> <p>-criar alternativas para geração de emprego e renda.</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas.</p>
--------------------------	--	--	---

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### ANEXO III

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO 4

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

#### GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NESTA LEI COMPLEMENTAR

Acréscimo ou ampliação - é a obra que resulta no aumento do volume ou da área construída total da edificação existente.

Afastamentos - representam as distâncias mínimas que devem ser observadas entre as edificações e as divisas do lote.

Alinhamento predial - limite entre o lote e o logradouro público.

Alpendre - cobertura suspensa por si só ou apoiada em colunas sobre portas e vãos. Geralmente, fica localizada na entrada da casa. Aos alpendres maiores dá-se o nome de varanda.

Alvará - é o documento que licencia a execução de obras relativas a loteamentos, urbanização de áreas, projetos de infra-estrutura, projetos de edificações, bem como a localização e o funcionamento de atividades.

Alvará de Construção - documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Habite-se - certificado de conclusão de obras. Documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Ambiência - espaço arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas.

Apartamento - unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.

Aprovação do Projeto - é o ato administrativo que precede ao licenciamento do projeto para sua execução.

Áreas de Preservação Permanente (APP) - porções do território definidas conforme a Lei Federal nº 4.771/1965, detalhada pelas Resoluções 302 e 303 do CONAMA, são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

- 30m (trinta metros), para o curso d'água com menos de 10m (dez metros) de largura;
- 50m (cinquenta metros), para o curso d'água com 10m (dez metros) a 50m (cinquenta metros) de largura;
- 100m (cem metros), para o curso d'água com 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;
- 200m (duzentos metros), para o curso d'água com 200m (duzentos metros) a 600m (seiscentos metros) de largura;
- 500m (quinhentos metros), para o curso d'água com mais de 600m (seiscentos metros) de largura;

II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de 50m (cinquenta metros), de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

- 30m (trinta metros), para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;
- 100m (cem metros), para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50m (cinquenta metros), a partir do limite do espaço

brejoso e encharcado;

V - no topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base;

VI - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a 1000m (mil metros);

VII - em encosta ou parte desta, com declividade superior a 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus) na linha de maior declive;

VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;

IX - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

X - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Observação: Na ocorrência de dois ou mais morros ou montanhas cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a 500m (quinhentos metros), a Área de Preservação Permanente abrangerá o conjunto de morros ou montanhas, delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura em relação à base do morro ou montanha de menor altura do conjunto, aplicando-se o que segue:

1 - agrupam-se os morros ou montanhas cuja proximidade seja de até quinhentos metros entre seus topos;

2 - identifica-se o menor morro ou montanha;

3 - traça-se uma linha na curva de nível correspondente a dois terços deste;

4 - institui-se de preservação permanente toda a área acima deste nível.

Área Livre do Lote - é a superfície do lote não ocupada pela projeção da edificação.

Área de Uso Comum - é a área edificada ou não, que se destina ao uso comum dos proprietários ou ocupantes de um lote ou de uma edificação constituídas de unidades autônomas.

Área Privativa - é a área do imóvel, coberta ou descoberta, da qual um proprietário tem total domínio, de uso privativo e exclusivo.

Ático - área coberta sobre a laje de cobertura do último pavimento.

Átrio - pátio interno, de acesso a uma edificação.

Beira, Beiral ou Beirado - é o prolongamento da cobertura que avança além das paredes externas de uma edificação.

Bocas-de-lobo - dispositivos localizados em intervalos ao longo das sarjetas, com o objetivo de captar o escoamento superficial e encaminhá-lo à galeria subterrânea mais próxima, evitando a inundação do leito carroçável.

Brise - conjunto de elementos, que compõe as fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo das mesmas sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Calçada - área pavimentada com função de acesso e circulação.

Caixa de Escada - espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Casa - é a edificação organizada e dimensionada para o exercício de atividade uni residencial.

Casa em Série - são edificações destinadas à atividade residencial, construídas em sequência, sem interrupção, constituindo no seu aspecto externo, uma unidade arquitetônica homogênea, cada uma das quais dispendo de acessos exclusivos para o logradouro público ou particular (ex. conjuntos habitacionais).

Casa Geminada - Referência a duas casas unidas pela mesma parede. É a construção de duas ou mais casas ligadas umas as outras, que dividem proporcionalmente o lote de acordo com a quantidade de unidades.

Canalização - toda obra ou serviço que tenha por objetivo dotar cursos de água, ou trechos destes, de seção transversal com forma geométrica definida, com ou sem revestimento de qualquer espécie, nas margens ou no fundo.

Captação - toda retirada de água, para qualquer fim, de curso de água, lago, nascente, aquífero ou oceano.

Compartimento - cada uma das divisões de uma edificação.

Construção - é, de modo geral, a realização de qualquer obra.

Coeficiente de aproveitamento - índice obtido através da divisão da área autorizada a ser construída ou já construída pela área do lote.

Coeficiente de aproveitamento mínimo - é a relação entre a área edificada (excluída a área não computável) e a área do lote, abaixo do qual este será considerado subutilizado quando da aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade.

Coeficiente de aproveitamento básico - limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira.

Coeficiente de aproveitamento máximo - refere-se ao índice urbanístico obtido através da soma do coeficiente de aproveitamento básico com a outorga onerosa do direito de construir máxima permitida para a unidade territorial, ou seja, limite máximo de aproveitamento do lote.

Controle social - conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à Sociedade informações, assistências técnicas, participações e deliberações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados às políticas territoriais e urbanísticas desenvolvidas no Município.

Cota - (1) distância vertical entre um ponto do terreno e um plano horizontal de referência; (2) número colocado sobre uma linha fixa auxiliar traçada em paralelo com uma dimensão ou ângulo de um desenho técnico, que indica o valor real de distância entre dois pontos ou abertura correspondente, no mesmo representado.

Curso d'água - qualquer corrente de água, canal, rio, riacho, ribeirão ou córrego.

Declividade - relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.

Dique - estruturas longitudinais a cursos de água com a finalidade de evitar inundação de áreas urbanizadas, podendo contar com comportas e estruturas de recalque para retirar as águas pluviais.

Diretrizes - conjunto de orientações para elaboração e implementação da política territorial e urbanística municipal, de forma a balizar objetivos, estratégias, metas, planos, programas, projetos normas e prazos.

Divisa - é a linha limítrofe de um terreno.

Duplex - é a unidade residencial constituída de dois pavimentos.

Edícula - denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.

Edificação - é a construção acima, no nível ou abaixo da superfície de um terreno, de estruturas físicas que possibilitem a instalação e o exercício de atividades.

Empreendimento - toda atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica, que ofereça bens, serviços ou ambos.

Espaço público ou Espaço de Uso Público - todo espaço de uso coletivo, arborizado ou não, que tenha valor social para os cidadãos como



local destinado prioritariamente a atividades de lazer, contemplação, encontro e convívio, ou que apresente potencial para abrigá-las.

Estratégia - conjunto de diretrizes, objetivos, programas e ações, estruturados com vistas à consecução de objetivos específicos.

Estudo de Impacto de Vizinhança - é o estudo técnico que deve ser executado de forma a analisar os efeitos positivos e negativos de um empreendimento ou atividade a ser implementado ou licenciado, quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

Faixa sanitária - destinada a implantação de sistema de coleta de águas pluviais.

Galerias - canalizações destinadas a receber as águas pluviais captadas na superfície e encaminhá-las ao seu destino final, devendo ser projetadas como conduto livre, podendo estar localizadas no eixo ou terço transversal da rua.

Gleba - área de terra que não foi objeto de parcelamento para fins urbanos.

Habitação - edificação destinada à moradia ou residência.

Habitação coletiva ou multifamiliar - edificação destinada a servir de moradia para mais de uma família no mesmo lote.

Habitação unifamiliar - edificação destinada a servir de moradia a uma só família no mesmo lote;

Infraestrutura - conjunto das instalações necessárias às atividades humanas.

Lindeiro - que está na divisa, confrontante.

Logradouro Público - parcela de território de propriedade pública, destinada ao uso comum dos cidadãos e à circulação de veículos.

Lote - terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos para a unidade territorial em que se situe, definidos no plano diretor e/ou legislação municipal específica.

Macro drenagem - intervenções em fundos de vale que coletam as águas pluviais de áreas providas ou não de sistemas de micro drenagem, sendo constituída por canais de dimensões maiores, projetadas para cheias cujo período de retorno está acima de dez anos, podendo se apresentar como canalizações, bacias de contenção de cheias, barragens ou diques.

Marquise - é a cobertura em balanço aplicada às fachadas de um edifício.

Micro drenagem - formada pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e canais de pequenas dimensões, sendo dimensionada para o escoamento de águas pluviais cuja ocorrência tem período de retorno variando de dois a dez anos, sendo composta por sarjetas, sarjetão, bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visita e galerias.

Mezanino: pavimento intermediário que subdivide outro pavimento na sua altura, ocupando, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da área deste último;

Nível de referência ou nivelamento - nível sobre o ponto médio da testada do lote fornecido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal para fins de nivelamento do terreno.

Pátio Aberto - é o espaço descoberto, pavimentado ou não.

Passeio público - parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

Pavers - bloco de concreto para revestimento de piso externo.

Pavimento, piso ou andar - plano horizontal que divide as edificações no sentido da altura, também considerado como o conjunto das dependências situadas em um mesmo nível compreendido entre dois planos horizontais consecutivos.

Pavimento térreo - primeiro pavimento de uma edificação, situado em relação ao nível do passeio na mediana da testada do lote.

Pavimento "Tipo" - são pavimentos com a mesma planta que se repetem na edificação.

Pérgola - proteção vazada, apoiada em colunas ou em balanço, composta de elementos paralelos. Também chamado de pergolado

Pé-direito - distância vertical medida entre o piso acabado e a parte inferior do teto de um compartimento, ou do forro falso, se houver.

Piso - plano ou superfície de acabamento inferior de um pavimento.

Planta de Valores Genéricos - representação do valor do solo e das edificações, por metro quadrado, para as diferentes áreas do Município.

"Play-ground" - local destinado à recreação infantil, aparelho com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Poço ou obra de captação subterrânea - qualquer obra, sistema, processo, artefato ou sua combinação, com o fim principal ou incidental de extrair água subterrânea.

Potencial construtivo - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento.

Potencial construtivo básico - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico fixado para a zona onde está localizado.

Potencial construtivo máximo - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo fixado para a zona onde está localizado.

Recuo Frontal - distância mínima entre a edificação e o alinhamento predial.

Recursos hídricos - qualquer coleção de água superficial ou subterrânea.

Reforma - fazer obra que altere a edificação em parte essencial, por supressão, acréscimo ou modificação.

Retificação - toda obra ou serviço que tenha por objetivo alterar, total ou parcialmente, um traçado ou percurso original.

Reurbanização - é o processo pelo qual uma área urbanizada sofre modificações que substituem, total ou parcialmente, suas primitivas estruturas físicas e urbanísticas.

Saneamento básico - (conforme a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sarjetão ou vala - canais auxiliares utilizados para guiar o fluxo de água na travessia de ruas transversais ou desviar o fluxo de um lado para outro da rua.

Sarjetas - canais situados junto ao meio fio e ao longo da via, com a finalidade de coletar e dirigir o escoamento superficial para locais apropriados para sua captação.

Silvicultura - cultura de árvores florestais.

Sobreloja - pavimento de uma edificação comercial localizado acima do térreo e com o qual comunica-se diretamente.

Sótão - área aproveitável sob a cobertura da habitação, comunicando-se exclusivamente com o último piso desta.

Subsolo - são pavimentos, enterrados ou semi-enterrados, situados abaixo do pavimento térreo.

Talvegue - linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm, e que divide os planos de duas encostas.

Taxa de Ocupação - relação percentual entre a área da projeção horizontal da edificação e a área do lote.

Taxa de Permeabilidade - percentual da área do lote destinada à infiltração da água no solo.

Terraço - espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - (1) linha que separa o logradouro público de uma propriedade particular; (2) face do lote voltada para o logradouro; usa-se também para denotar a dimensão dessa face.

Travessia - toda construção cujo eixo principal esteja contido num plano que intercepte um curso de água, lago e respectivos terrenos marginais, sem a formação de reservatório de água a montante, com o objetivo único de permitir a passagem de uma margem à outra.

Varanda - avanço externo da casa protegido com cobertura que faz a transposição entre o ambiente interno e externo.

Unidade de Moradia - conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamentos.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### ANEXO IV

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO V

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO VI

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO VII

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO VIII

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO IX

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO X

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO XI

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

#### ANEXO 12

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

#### SUMÁRIO

TÍTULO I .....	
CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA .....	
CAPÍTULO I .....	
DA CONCEITUAÇÃO .....	
CAPÍTULO II .....	
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA .....	
Seção I .....	
Dos Princípios .....	
Seção II .....	
Das Diretrizes Gerais .....	
TÍTULO II .....	
DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE .....	
TÍTULO III .....	
DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR .....	
CAPÍTULO I .....	
DA CLASSIFICAÇÃO .....	
CAPÍTULO II .....	
DO ZONEAMENTO .....	
Seção I .....	
Das Disposições Gerais .....	
Seção II .....	
Da Macrozona Urbana .....	

Subseção I .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZOUP-1(Centro) .....	
Subseção II .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZOUP-2 .....	
Subseção III .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 / ZOUP-3 .....	
Subseção IV .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) /	
ZOUP-4 (São Francisco) .....	
Subseção V .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Meneguetti) /	
ZOUP-4 (Meneguetti) .....	
Subseção VI .....	
Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZOUP-4 (Cruzeiro) .....	
Subseção VII .....	
Zona de Expansão Urbana Futura-1 (Alto Gramadinho) / ZEUF-1 (Alto Gramadinho) .....	
.....	
Subseção VIII .....	
Da Zona de Expansão Urbana Futura-2 (Costa Sul) / ZEUF-2 (Costa Sul) .....	
Subseção IX .....	
Da Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)-3 / ZEUF-3 (Linha São Miguel) .....	
.....	
Subseção X .....	
Zona Industrial - Norte (Alimentícia) / ZI-Norte (Alimentícia) .....	
Subseção XI .....	
Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira) .....	
Subseção XII .....	
Das Zonas de Expansão Industrial .....	
Seção III .....	
Da Macrozona Rural .....	
Subseção I .....	
Da Zona Rural - Lajeado Grande .....	
Subseção II .....	
Zona Rural - Rio Macaco .....	
Subseção III .....	
Zona Rural - Rio Macaco/Sul .....	
Subseção IV .....	
Zona Rural - Rio Do Ouro .....	
Seção IV .....	
Das Áreas de Especial Interesse .....	
Subseção I .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1 (Igreja Matriz) .....	
.....	
Subseção II .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale Do Lajeado) / AEIU-2 (Vale Do Lajeado) .....	
.....	
Subseção III .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante) .....	
Subseção IV .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro De Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos) .....	
.....	
Subseção V .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 5 (Trevo Do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos) .....	
.....	
Subseção VI .....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU-6 (Santuário) .....	
Subseção VII .....	
Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Limite Estadual) / AEIU-7 (Limite Estadual) .....	
.....	
Subseção VIII .....	
Zonas de Qualificação Urbanística (Distritos e Vilas) / ZQU (Distritos e Vilas) .....	
.....	
Subseção IX .....	
Da Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-468) / AEIE-1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-468) .....	
.....	
Subseção X .....	
Da Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SCT-480) / AEIE-2 (SCT-480) .....	
Subseção XI .....	
Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes) .....	

.....	
Subseção XII .....	
Da Área de Especial Interesse Econômico - 4 (SC-468 e Zona Rural - Rio Macaco) / AEIE-4(SC-468 E Zona Rural - Rio Macaco) .....	
.....	
Subseção XIII .....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado) .....	
.....	
Subseção XIV .....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro) .....	
Subseção XV .....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho) .....	
.....	
Subseção XVI .....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal) .....	
.....	
Subseção XVII .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco) .....	
.....	
Subseção XVIII .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 2 (Cardoso) / AEIS-2 (Cardoso) .....	
Subseção XIX .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova) .....	
Subseção XX .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 04 (Brasília) .....	
Subseção XXI .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 5 (Araucária) / AEIS-5 (Araucária) .....	
Subseção XXII .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina) .....	
.....	
Subseção XXIII .....	
Da Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti) .....	
Subseção XXIV .....	
Da Área de Preservação de Manancial - APM .....	
CAPÍTULO III .....	
DAS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO .....	
Seção I .....	
Da Classificação do Uso do Solo .....	
Seção II .....	
Das Regras sobre Uso e Ocupação do Solo Urbano .....	
Seção III .....	
Dos Incômodos ou Incomodidades e seus Respetivos Níveis .....	
Seção IV .....	
Dos Parâmetros Urbanísticos de Ocupação do Solo .....	
Seção V .....	
Das Regras Gerais sobre Áreas Não-Edificáveis .....	
Seção VI .....	
Das Normas Gerais de Uso e Ocupação do Solo por Condomínios Horizontais .....	
CAPÍTULO IV .....	
DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO .....	
Seção I .....	
Disposições Gerais .....	
Seção II .....	
Dos Requisitos Urbanísticos .....	
Subseção I .....	
Das Áreas de Uso Público .....	
Subseção II .....	
Das Quadras e Lotes .....	
Subseção III .....	
Da Rede Viária .....	
Subseção IV .....	
Da Infraestrutura .....	
Seção III .....	
Do Projeto de Desmembramento e Remembramento .....	
Subseção I .....	
Da Consulta de Viabilidade .....	
Subseção II .....	
Do Projeto .....	
Seção IV .....	
Do Projeto de Loteamento .....	

Subseção I .....	
Das Disposições Gerais .....	
Subseção II .....	
Da Consulta de Viabilidade .....	
Subseção III .....	
Da Análise de Estudo Preliminar .....	
Subseção IV .....	
Do Anteprojeto .....	
Subseção V .....	
Do Projeto Definitivo .....	
Subseção VI .....	
Da Aprovação do Projeto .....	
Subseção VII .....	
Do Alvará de Licença para Execução .....	
Subseção VIII .....	
Das Garantias .....	
Subseção IX .....	
Da Fiscalização e Entrega dos Loteamentos .....	
Subseção X .....	
Da Aceitação .....	
Seção V .....	
Das Responsabilidades Técnicas .....	
Seção VI .....	
As Infrações e Sanções .....	
Seção VII .....	
Das Disposições Complementares sobre Parcelamento do Solo .....	
CAPÍTULO V .....	
DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR .....	
CAPÍTULO VI .....	
DO DIREITO DE PREFERÊNCIA .....	
CAPÍTULO VII .....	
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DE ALTERAÇÃO DE USO .....	
.....	
CAPÍTULO VIII .....	
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS .....	
CAPÍTULO IX .....	
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS .....	
CAPÍTULO X .....	
DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS .....	
.....	
CAPÍTULO XI .....	
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO .....	
CAPÍTULO XII .....	
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE .....	
CAPÍTULO XIII .....	
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA .....	
CAPÍTULO XIV .....	
DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - AEIS .....	
CAPÍTULO XV .....	
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	
TÍTULO IV .....	
DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO .....	
.....	
CAPÍTULO I .....	
DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	
CAPÍTULO II .....	
DA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL .....	
CAPÍTULO III .....	
DA ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO, ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL .....	
.....	
CAPÍTULO IV .....	
DA ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVOS .....	
TÍTULO V .....	
DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE .....	
CAPÍTULO I .....	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, ÂMBITOS DE AÇÃO E OBJETIVOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE .....	
.....	
Seção I .....	
Das Disposições Gerais e Âmbitos de Ação do Sistema De Acompanhamento e Controle .....	

.....	
Seção II .....	
Dos Objetivos do Sistema de Acompanhamento e Controle .....	
Seção III .....	
Da Participação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais no Sistema de Acompanhamento e Controle .....	
.....	
CAPÍTULO II .....	
DAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE .....	
.....	
Seção I .....	
Do Congresso da Cidade .....	
Seção II .....	
Do "Conselho da Cidade de São Lourenço Do Oeste" .....	
Subseção I .....	
Das Disposições Gerais, Objetivos e Competências do Conselho .....	
Subseção II .....	
Da Eleição e Mandato dos Conselheiros .....	
Subseção III .....	
Da Organização e Composição Do Conselho .....	
Seção III .....	
Das Audiências Públicas para Matérias do Plano Diretor ou dele Derivadas .....	
CAPÍTULO III .....	
DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS .....	
TÍTULO VI .....	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....	
ANEXO 1 .....	
ANEXO 2 .....	
ANEXO 3 .....	
ANEXO 4 .....	
ANEXO 5 .....	
ANEXO 6 .....	
ANEXO 7 .....	
ANEXO 8 .....	
ANEXO 9 .....	
ANEXO 10 .....	
ANEXO 11 .....	
ANEXO 12 .....	

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.  
 GERALDINO CARDOSO  
 Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.228, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.228, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.50.00.00.00.00.01.0002 26 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 171 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



São Lourenço do Oeste, SC, 26 de junho de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.229, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.229, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF  
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF  
06.01.04.1225.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 16 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 85 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 82 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 54 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

09.00 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 106 Aplicação Direta R\$ 260.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 171 Aplicação Direta R\$ 270.000,00  
09.00 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU  
09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 108 Aplicação Direta R\$ 460.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de junho de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 008 DE 29 DE JUNHO DE 2015.**

Resolução CMDCA nº. 008 de 29 de Junho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Edital nº 001.2/2015 que torna pública a retificação das disposições do Edital nº 001/2015 do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Lourenço do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal 1.827/2009, aprovou em Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA realizada em 29 de junho de 2015; e

CONSIDERANDO o Art. 13 da Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA “O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados”;

CONSIDERANDO o parágrafo 1º do Art. 13 da Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA: “§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso”;

CONSIDERANDO o parágrafo 2º do Art. 13 da Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA: “§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes”;

CONSIDERANDO o subitem 4.3.5 do Edital do Processo Eleitoral nº 001/2015 “Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015)”;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Edital nº 001.2/2015 que retifica as disposições do Edital nº 001/2015 do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar, do município de São Lourenço do Oeste – SC para o mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Os itens abaixo passam a vigorar com a seguinte redação:

I - Inciso I do subitem 3.1: "vencimento de R\$ 1.246,83 (um mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), acrescido de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) referente ao vale alimentação, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais"; (NR)

II - Subitem 4.1.1: "As inscrições para concorrer a Conselheiro Tutelar ficam prorrogadas no período de 02 a 13 de julho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste – SC, sendo que o registro das candidaturas se dará mediante a apresentação de ficha de inscrição (Anexo III) junto aos documentos exigidos no Edital nº 001/2015. (NR)

Parágrafo único: os candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas através do Edital nº 001.1/2015 e desejarem concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverão se reinscrever conforme prevê o item supracitado e considerando os requisitos estabelecidos". (NR)

III - Inciso XI do subitem 4.1.3: "Comprovação de experiência que trata o item 4.1.2 - X, mediante um dos seguintes documentos: a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA, ou; b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente, ou; c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente, ou; d) declaração fornecida pelo responsável por entidades religiosas com firma reconhecida em cartório, comprovando experiência de no mínimo 06 (seis) meses em ensinamentos religiosos atendendo especificamente crianças e adolescentes, que a atuação tenha sido nos últimos 5 (cinco) anos". (NR)

IV - Subitem 4.3.1: "A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 15 de julho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal para ciência pública". (NR)

V - Subitem 4.3.2: "Publicada a lista, qualquer cidadão maior de 18 anos de idade e legalmente capaz, poderá requerer a impugnação da candidatura, mediante prova da alegação, no período 16 a 20 de julho de 2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC".

VI - Anexo I "Cronograma":

Eventos	Datas
Inscrições Prorrogadas	02/07/2015 a 13/07/2015
Análise das inscrições	14/07/2015
Publicação da relação dos candidatos inscritos	15/07/2015
Impugnação de candidatura	16/07/2015 a 20/07/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	21/07/2015 a 22/07/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	23/07/2015 a 27/07/2015
Análise e decisão das impugnações	28/07/2015 a 03/08/2015
Interposição de recurso	04/08/2015 a 10/08/2015
Publicação final dos candidatos aptos à eleição	14/08/2015
Período de campanha eleitoral	14/08/2015 a 03/10/2015
Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; reunião com a equipe; e solicitação de apoio a polícia).	22/04/2015 a 02/10/2015
Divulgação dos locais de votação	Até de 04/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	05/10/2015
Capacitação dos candidatos eleitos – titulares e suplentes	Novembro e Dezembro/2015 – a confirmar
Posse dos eleitos	10/01/2016

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker

Presidente do CMDCA

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.363/2015 - 1º FICA AUTORIZADO O CORTE DE 02 (DUAS) ÁRVORES, DA ESPÉCIE LEGUSTRO,, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, ESQUINA COM A RUA BARÃO DO TRIUNFO, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO** DECRETO Nº 8.363/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 02 (duas) árvores, da espécie Legustro,, na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Barão do Triunfo, centro, neste Município, pelo fato de haver uma demolição de um imóvel antigo, para a construção de um empreendimento, para facilitar a entrada de máquinas no local e por motivo de apresentarem sinais de deterioração;

Art. 2º Como medida compensadora, as árvores em questão poderão ser substituída, e no local deverá se plantada outros exemplares, sem ônus a Municipalidade.

As espécies a serem plantadas deveram ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima de 1,20 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês, ou outras árvores nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

### DECRETO Nº61/2015

DELEGA PODERES A TESOUREIRA E PREFEITO MUNICIPAL PARA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica delegado os poderes a Tesoureira e Prefeito Municipal, conforme segue abaixo:

#### EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### EDITAL DE DISPENSA 55.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

### PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24,I, da Lei n.º 8.666/1993, " I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente"

Dispensável é a licitação com a empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com CNPJ nº 09.008.659/0001-69 para a contratação da empresa para Manutenção da Iluminação Pública do Município incluindo todo o material necessário e mão de obra em caráter de urgência, por um período de 01 mês, podendo ser prorrogado se houver necessidade da Administração.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 7.493,08 (sete mil quatrocentos e noventa e três reais e oito centavos).

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Empresa acima descrita para a contratação para a Manutenção da Iluminação Pública, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.659/0001-69, estabelecida na Rua Aberlado Manoel Peixer, 70, Barreiros – São José/SC – CEP: 88.110-055, face o melhor preço apresentado entre os orçamentos apresentados.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
- h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- i) Registro na entidade profissional competente.

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica.

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de maio de 2015  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 983, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 983, DE 22 DE JUNHO DE 2015

“Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, Revoga a Lei Municipal nº557/99 e dá outras providências”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de São Pedro de Alcântara, o qual atende à Proposta Educacional do município de São Pedro de Alcântara, e elenca suas respectivas metas e estratégias, conforme documento anexo, fazendo parte integrante à presente Lei.

Parágrafo Único - A vigência do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será nos anos de 2015 - 2024, com vistas ao cumprimento da Emenda Constitucional nº59/2009, do disposto no Art. 214 da Constituição Federal e da Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Parágrafo Único – Sendo que muitas metas para serem cumpridas estão condicionadas mediante financiamento da União ou do Estado.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o Censo Demográfico e os Censos Nacionais da Educação Básica e Superior mais atualizado, e outras fontes oficiais do município, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação de representantes da sociedade civil e governamental, sob a Coordenação da Comissão do Plano Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Câmara de Vereadores e o Conselho Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara/SC.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e a Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara a realizarem o acompanhamento e a avaliação anual da execução do Plano.

Art. 7º O Município em regime de colaboração com a União e o Estado, visará o alcance das metas e a implementação das estratégias deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores: municipal, estadual e federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 8º O município deve destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da



## Constituição Federal.

Parágrafo Único – O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 9º Até o final do primeiro semestre do ano de 2023 de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se a Lei Ordinária nº 557/99, e as demais disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

## INTRODUÇÃO

Diante das diretrizes legais o município de São Pedro de Alcântara buscou sua adaptação, estabelecendo a necessidade do Plano Municipal de Educação e sendo sua elaboração atribuída da Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Assim, ficou estabelecido que a Comissão Coordenadora fosse composta pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Administração. Após sua composição, as Câmaras Setoriais desenvolveram diversas ações de pesquisa, análise e tabulação de dados para elaboração do referido plano.

Essa elaboração coletiva, com a participação de diferentes setores da sociedade e mediante as posições mais diversificadas, garantiu que o plano resultasse em um documento síntese de posições consensuais. Essa forma de elaboração expressa uma possibilidade maior não só de representar as variadas concepções dos participantes como também um maior compromisso com sua execução.

Sendo assim, para sua execução é imprescindível o regime de colaboração, de parceria entre união, estado e município. Para culminar o envolvimento dos diferentes setores sociais na elaboração do Plano Municipal de Educação, a Câmara Municipal o aprovou, o poder executivo sancionou, selando assim também o compromisso com a sua implantação.

## 1. FUNDAMENTOS LEGAIS

A partir da Constituição Federal de 1934, na qual, pela primeira vez, foi explicitada a atribuição federal de “fixar” o Plano Nacional de Educação, ficou reconhecida a necessidade do planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento da educação no país. Ali constava ser competência da união “fixar o plano nacional de educação [...]”, que deveria ser aprovado pelo poder legislativo.

Em 1946, em 1967 e em 1988, as respectivas Constituições Federais continuaram a consagrar a elaboração de planos educacionais como compromisso com a realização dos grandes objetivos nacionais nesse setor. Apenas em 1962 surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Em 1965, o PNE passou por uma revisão, quando se estabeleceram normas descentralizadoras, visando à elaboração de planos estaduais.

No período dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1970 a 1984), foram elaborados os Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desporto (PSECD). Somente no III PSECD houve participação dos estados, o que possibilitou o desenvolvimento de um plano mais aberto, com prioridades regionais. A última Constituição Federal (1988) reforça a ideia de Plano, instituído em lei, estabelecendo seu prazo de duração, finalidades de articulação e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e integração das ações do poder público, destacando os objetivos prioritários da educação.

Nos anos de 1993 e 1994, em função dos compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), o Ministério de Educação e Cultura liderou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (restrito ao Ensino Fundamental), gerando planos municipais, estaduais e, finalmente, o Plano Nacional. Então, sob a égide da Constituição Federal de 1988 e do reordenamento jurídico do país, explicitava-se que, de acordo com as responsabilidades constitucionais e dentro do espírito federativo, compete aos estados e municípios, articuladamente, implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais.

A partir dessa mesma visão sistêmica da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB Nº 9396/09) determina, no artigo 9º, que cabe à união a elaboração do plano, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Já o artigo 87 estabelece a Década da Educação, determinando a obrigatoriedade de, em um ano, encaminhar o Plano Nacional ao Congresso Nacional. Finalmente, em 2001, aprova-se o Plano Nacional de Educação (PNE) para dez anos, elaborado a partir da Constituição de 1988 e da nova LDB. Na Lei nº 10.172/2001, que o aprovou, fica estabelecida a obrigatoriedade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios elaborarem Planos Decenais, com base no Plano Nacional, conforme estabelece o Art. 2º: “A partir da vigência desta lei, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes”.

Porém com o sancionamento da Lei nº 13.005/2014, aprovou o novo Plano Nacional de Educação, que segundo o Art. 8º: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”. Seguindo como diretriz o Plano Nacional de Educação, adequou seu Plano Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara.

## 2. DIAGNÓSTICO



São Pedro de Alcântara foi a primeira colônia alemã em Santa Catarina, povoada por imigrantes provenientes em sua maioria das regiões do Hunsruch e Eifel, sudeste da Alemanha, que chegaram à montanhosa região em 1829. A partir dela surgiram, nos arredores, várias outras localidades germânicas que conservam as tradições de seus fundadores até hoje. Apesar da proximidade da capital, a apenas 32 km, e de quase 180 anos de história, o município ainda mantém atrativos turísticos ligados à natureza, além dos produtos artesanais, como a saborosa aguardente elaborada em centenários engenhos movidos a água.

A cidade bela e sossegada tem aproximadamente 4.000 habitantes. São Pedro de Alcântara tem um clima mesotérmico úmido, com temperatura média entre 15°C e 25°C, a uma altitude de 300m acima do nível do mar e com área aproximada em 140,6km<sup>2</sup>. A igreja matriz foi construída em 1929, no primeiro centenário da imigração alemã. Obra de grande beleza, com altar esculpido em madeira oriundo da Alemanha. Abriga varias imagens sacras bem trabalhadas. Sua cúpula, de grande altura, remete a basílica de São Pedro, no Vaticano. Fica numa elevação de onde se tem excelente vista de todo o centro da cidade. No pátio da igreja estão sepultados os párocos. Está sempre aberta a visitação e é muito bem conservada, foi restaurada em 1979.

Foi em 16 de abril de 1994, a data de fundação adquirindo sua independência administrativa, e as cidades mais próximas são Antônio Carlos, Angelina, Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas.

Com uma população de aproximadamente 4.000 habitantes o município conserva as características de pequena cidade rural. São Pedro de Alcântara tem seu desenvolvimento estruturado no turismo rural, ecoturismo, turismo histórico e cultural, na produção de hortigranjeiros e derivados de cana (cachaça artesanal de alambique, principalmente).

Devido a sua vocação voltada para a agricultura o município possui pouca instalação de indústrias, mesmo com planejamentos de incentivos do poder público. Destaca-se somente as atividades de indústria de transformação e construção civil, porém com estabelecimentos de pequeno e médio porte.

Quanto ao comércio, é de pequeno porte e atende a população na forma varejista. Além do comércio destaca-se a reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos.

TABELA 1: Índices de desenvolvimento

IDHM 2000	IDHM 2010	IDHM Educação 2000
0,636	0,734	0.88

Fonte: IBGE, 2015

A rede de ensino pública do município é constituída de:

- 1 Escola de Educação Básica Estadual
- 2 Escolas de Ensino Fundamental Municipal
- 2 Centros de Educação Infantil

Esta estrutura permite atender alunos das comunidades rurais e urbanas. Com o transporte escolar são beneficiados 600 alunos de pré-escola, 1ª a 5ª série, 6ª a 9ª Série e Ensino Médio.

#### 1.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

##### 2.1.1 Etapas da Educação Básica

###### 1.1.0.1 Educação Infantil

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei 9.394/96), novas exigências têm se apresentado para as instituições de Educação Infantil, provocando uma série de mudanças na sua estruturação, organização e finalidade. Uma destas mudanças diz respeito à concepção de que esse atendimento se constitui como primeira etapa da Educação Básica, isto é, como direito da criança.

Com a Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013, tornou a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental; ensino médio.

Segundo a legislação em vigor, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, direito de toda criança e obrigação do Estado (Artigo 208, IV, da Constituição Federal).

A importância da Educação Infantil se justifica discutindo-se prioridades sociais em qualquer circunstancia, tendo o desenvolvimento integral e integrado na primeira infância como condição previa o que qualifica como pré-prioridade. É consenso que o maior patrimônio de uma sociedade são seus filhos, em especial as crianças.

A Constituição Federal consiste num marco de redefinição das novas políticas para a infância, sendo um dos dispositivos legais de grande importância, principalmente a criança é considerada prioridade absoluta (Artigo 227 da Constituição Federal e artigo 4º do ECA).

O coerente é que cada instância do poder público cumpra o seu papel, conforme artigos 211 e 212 da Constituição. É importante ressaltar que, sendo a Educação Infantil um direito social para todos. O poder público está constitucionalmente responsabilizado, tendo como obrigação a disponibilização de recursos públicos para criar e manter instituições públicas e recursos públicos que podem e devem ser destinados a entidades filantrópicas comunitárias e confessionais que atuam com a Educação Infantil, conforme artigo 213 da Constituição.

No horizonte deste Plano Municipal de Educação, a demanda de Educação Infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos frequentando uma instituição educacional. Para tanto, requerem-se demais de orientações pedagógicas e medidas administrativas conducentes à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para a articulação dos setores das políticas sociais, envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a educação, a assistência social, a justiça, o trabalho, a cultura, a saúde e as comunicações sociais, além das organizações da sociedade civil.

Segundo relatório do Programa Saúde na Família, conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde, em São Pedro de Alcântara existem aproximadamente 320 crianças de 0 a 5 anos. A Educação Infantil, é distribuída em dois centros de educação infantis municipais e pode ser melhor interpretada quantitativamente a partir da tabela a seguir:

TABELA 2: Progressão de matrículas por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	182	186	158
ESTADUAL	--	--	--
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	182	186	158

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015

Atualmente não há demanda reprimida para ingresso na educação infantil no município de São Pedro de Alcântara, em referência a meta de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, o Conselho Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara, através da Resolução nº 01/2014, já tornou obrigatória a matrículas de todas as crianças que completassem 4 anos até o dia 31 de março de 2015 no pré-escolar I, tal medida foi tomada para que no ano de 2016 seja alcançada a universalidade, pois segundo o IBGE/Censo Populacional de 2010 o município já apresentava 87,7% da população matriculada na educação infantil.

Já a meta que tem por objetivo ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo de 60%, das crianças de até 3 anos até o final de vigência deste plano, o município de São Pedro de Alcântara, segundo o IBGE/Censo Populacional de 2010 o município já apresentava 57,4% da sua população frequentando a escola, assim esta municipalidade já está dentro do que o plano prever, porém não irá medir esforços para promover um aumento neste percentual, uma vez que a presença da criança nesta faixa etária é facultativa e uma decisão dos pais ou responsáveis leis pela criança.

#### 1.1.0.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, de acordo com a Constituição Federal e com o artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possui um caráter básico na formação do cidadão, cabendo a esse nível de ensino oferecer condições para o desenvolvimento da capacidade de aprender e se relacionar no mundo social e político, através do domínio do raciocínio lógico, da leitura, da escrita e da matemática. Esse nível de ensino é obrigatório e se constitui em direito público subjetivo.

Para além do atendimento aos pressupostos legais, é preciso compreender o papel da educação fundamental na dimensão da responsabilidade social de assegurar a formação humana da população. Para isso, é necessária a efetiva universalização do Ensino Fundamental, com a garantia de processos de escolarização de qualidade social, para a formação das crianças e adolescentes, inclusive daqueles que não tiveram acesso a esse nível de ensino na idade própria.

A gestão democrática também se constitui em um importante instrumento para a melhoria da qualidade da educação, com vistas ao desenvolvimento humano e social. A relação entre escola e comunidade, a efetivação do papel dos conselhos escolares, o incentivo à organização de entidades de classe e a capacitação constante dos profissionais da educação constituem-se em fortes aliados na formação crítica dos educandos, reforçando o papel do projeto político pedagógico de cada unidade educacional.

A busca de atualização do currículo, valorizando um paradigma que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento das habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha, não apenas em seu aspecto técnico-produtivo, mas cultural e social.

Deve ser assegurada a melhoria da estrutura física das escolas, de forma a atender às necessidades educativas dos educandos, levando-se em conta, inclusive, as diferentes fases da vida e o atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais. Na busca dessas melhorias, deve-se garantir, de forma progressiva, as condições para que os educandos tenham o acesso aos novos recursos da tecnologia, como laboratório de informática, salas de projeção de vídeo, entre outros. Com o intuito de atender as novas necessidades, as duas escolas municipais foram reformadas e ampliadas no ano de 2015, com recurso próprio do município.

O Ensino Fundamental do município de São Pedro de Alcântara é ofertado pelas redes municipal e estadual de educação, na rede municipal com 2 unidades escolares (uma na zona rural e outra na zona urbana), atendendo 285 alunos. A rede estadual com 1 unidade, atendendo 275 alunos no ensino fundamental.

Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, oferece ensino as crianças do 1º ano ao 9º ano, atende 262 crianças e adolescentes. Já a Escola Reunida Municipal Augusto Schnitzler, atende 23 alunos do 1º ano a 5º ano, alunos da área rural do município, que possuem aula de música e de dança, e uma vez por semana se dirigem a EBM Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho para aulas de língua alemã, inglesa e informática educativa.

Quanto as suas estruturas físicas as instituições municipais foram recém reformadas, sendo que todas as instituições possuem um espaço muito bom além de existir um ginásio de esportes na escola municipal e outro na escola estadual. Para uma avaliação quantitativa do Ensino Fundamental observa-se as tabelas a seguir:

TABELA 3: Progressão de matrículas por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	275	276	281
ESTADUAL	234	208	204
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	488	509	577

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015

Segundo dados levantados pelo IBGE/Censo Populacional de 2010 o município já apresentava 93,3% de sua população entre 6 anos e 14 anos concluindo o ensino fundamental na idade certa, sendo que a meta para este plano é de 95%, até o final da vigência.

Através do levantamento pelo IBGE/Censo Populacional de 2010 o município já apresentava 98,5% da população de 6 a 14 anos freqüentam a escola, sendo que a meta do plano nacional de educação é universalizar o acesso ao ensino fundamental de 9 anos.

Observando o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), exposto na tabela 4, constatamos que tanto as escolas municipais, quanto a escola Estadual do município de São Pedro de Alcântara, vem ultrapassando a meta estabelecida para o IDEB a cada ano, sendo assim a municipalidade não mede esforços para fomentar a qualidade da educação básica, com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, portanto já estamos cumprindo a meta 7 presente neste Plano, a qual solicita que as escolas alcancem as medias nacionais do IDEB.

TABELA 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede municipal e da rede estadual do ensino fundamental

ANO	Rede Municipal	Rede Estadual						
	Anos iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais				
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Metas	IDEB	Metas
2005(1)	3.4	-	3.1	-	3.9	-	3.3	-
2007(1)	4.0	3.5	3.4	3.1	4.3	4.0	3.6	3.3
2009(1)	4.4	3.8	3.6	3.3	4.9	4.3	3.8	3.5
2011(1)	4.7	4.2	3.8	3.5	5.1	4.7	3.9	3.8
2015	-	5.2(2)	-	4.7(2)	-	5.8(3)	-	5.5(3)
2017	-	5.5(2)	-	5.0(2)	-	6.0(3)	-	5.7(3)
2019	-	5.7(2)	-	5.2(2)	-	6.3(3)	-	6.0(3)
2021	-	6.0(2)	-	5.5(2)	-	6.5(3)	-	6.2(3)

Fonte: (1) Indicadores Demográficos e Educacionais – MEC, 2014; (2) Plano Nacional de Educação 2014

(3) Plano Estadual de Educação 2014.

A meta deste Plano Municipal é alfabetizar todas as crianças aos 6 anos de idade ou, até no máximo, aos 8 anos de idade no ensino fundamental, sendo IBGE/Censo Populacional de 2010 o percentual do município de São Pedro de Alcântara é de 100%.

#### 1.1.0.3 Ensino Médio

A Constituição de 1988 já prenuncia a inclusão deste nível de ensino na Educação Básica quando, no inciso II do artigo 208, garante, como dever do Estado, a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio”. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o Ensino Médio passa a integrar legalmente a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo artigo 35 e seus incisos) “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos”, bem como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

O Ensino Médio tem o objetivo de desenvolver a autonomia intelectual e cultural do educando, de forma contextualizada, como recurso para que ele supere a condição de espectador passivo e assuma a construção do próprio conhecimento, por meio de aprendizagens significativas que o mobilizem para estabelecer relações interventivas e transformadoras, no âmbito da vida pessoal, sócio-cultural-político-econômica, exercendo de forma consciente seu papel de cidadão em prol do bem comum.

Com duração mínima de 3 anos, o Ensino Médio é obrigatório e gratuito, tal como é o Ensino Fundamental, e deve ter, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, três áreas de concentração para o desenvolvimento de seu currículo: Linguagens e Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.

Com base nos dados pesquisados é possível verificar que o Ensino Médio no município de São Pedro de Alcântara é atendido por uma

unidade escolar da rede pública estadual. Esta possui 170 alunos, distribuídos no período diurno e noturno atendido em uma estrutura física que apresenta-se em bom estado de conservação.

Ao analisarmos os dados do IBGE/Censo 2010, podemos constatar que 83,9% da população entre 15 a 17 anos de idade estão matriculados no ensino médio, porém temos que aumentar esta taxa líquida de matrículas para 90%, até o final de vigência deste plano, sendo que para alcançar tal medida devemos nos empenhar para diminuir ou quem sabe zerar o percentual de evasão escolar, que fica em média de 5% nesta modalidade de ensino.

A Escola de Educação Básica Gama Rosa teve sua criação autorizada pelo Decreto Estadual nº 10.404/71 e Portaria nº 116/98/SED e tem como entidade mantenedora a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. O Ensino Médio não apresenta índices de exclusão, pois toda a população conta com o transporte escolar que é fornecido pela prefeitura e existe vagas disponíveis em todos os níveis de educação para toda a população. Com relação à distorção de idade/série pode-se dizer que é praticamente inexistente.

Nessa unidade escolar desenvolve-se práticas pedagógicas de concepção sócio interacionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina.

O Ensino Médio é oferecido em caráter de conhecimentos gerais e tem uma média de 10% de reprovação. Analisando os dados acerca desse problema fundamental pode-se perceber que este índice exige uma atenção especial dos órgãos competentes para a questão, no sentido de viabilizar não só o acesso, mas também a permanência dos alunos até a conclusão do Ensino Médio, com vistas à continuidade de sua preparação tanto pessoal quanto profissional.

Os dados estatísticos podem ser observados conforme tabelas abaixo utilizando os anos base de 2012, 2013 e 2014:

TABELA 5: Progressão de matrículas por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	--	--	--
ESTADUAL	135	171	207
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	135	171	207

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2009

TABELA 6: Percentual de aprovação, reprovação, transferência e dependência –(2014)

ANO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	TRANSF	DESIST.	DEPEND.
1º	78,09%	16,19%	1,90%	0,00%	0,00%
2º	90,47%	4,76%	1,58%	3,17%	0,00%
3º	89,74%	0,00%	2,56%	7,69%	0,00%

Observando o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), exposto na tabela 7, constatamos que tanto a escola estadual do município de São Pedro de Alcântara, vem ultrapassando a meta estabelecida para o IDEB a cada ano, sendo assim a municipalidade não mede esforços para fomentar a qualidade da educação básica, com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, portanto já estamos cumprindo a meta 7 presente no PME, a qual solicita que as escolas alcancem as médias municipais do IDEB.

TABELA 7: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da rede estadual do ensino médio

ANO	IDEB	Meta
2005(1)	3.0	-
2007(1)	3.2	3.1
2009(1)	3.4	3.2
2011(1)	3.4	3.3
2015(2)	-	4.7
2017(2)	-	5.2
2019(2)	-	5.4
2021(2)	-	5.6

Fonte: (1) Indicadores Demográficos e Educacionais – MEC, 2014; (2) Plano Estadual de Educação 2014

#### 1.1.1 Modalidades da Educação Básica

##### 1.1.1.1 Educação Especial

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz, em seu artigo 58, a Educação Especial enquanto “[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino a educandos portadores de necessidades especiais”. Perpassa pelos diferentes níveis e modalidades da educação, garantindo a escolarização e promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com necessidades educacionais especiais.

O Estado de Santa Catarina ao adotar o princípio da educação inclusiva respalda-se nas seguintes legislações: Constituição Federal de 1988,

Constituição Estadual de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, Resolução nº 1 de 1996, Lei Complementar 170 de 1998, Decreto Presidencial nº 3956 de 2001, O Programa de Educação Inclusiva: direito a diversidade do MEC e o Decreto nº 5296 ambos de 2004 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2005.

A educação especial, como modalidade de educação escolar, poderá ser mantida, nos diferentes níveis de ensino, para atender os educandos com necessidades educacionais especiais que, excepcionalmente, em um período de transição, não forem incluídos no sistema comum de ensino. É necessário que o ensino regular garanta vagas para os diversos graus e tipos de necessidades educacionais especiais.

No município de São Pedro de Alcântara o atendimento ao educando com necessidades especiais pode ser realizado precocemente, de forma preventiva, desde a Educação Infantil. Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças.

Para a integração dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais ao ensino regular é necessária ainda a remoção de barreiras arquitetônicas e a adequação do material didático-pedagógico, conforme as necessidades específicas desses alunos.

No município de São Pedro de Alcântara o atendimento a população que necessita de educação especial é muito limitada. Não há nenhuma instituição especializada que funcione como centro educacional.

Os órgãos responsáveis pelo ensino no município vêm incluindo nas classes regulares do Ensino Fundamental alunos que apresentam necessidades especiais, ocorrendo a disponibilização de um professor ao aluno com necessidades especiais, conforme previsto na Lei Municipal nº 99, de 08 de dezembro de 2014. No entanto, a falta de profissionais qualificados para a identificação e o acompanhamento desses alunos e de preparação dos profissionais para atender as peculiaridades desta clientela, bem como a falta de parceiros e de articulação com outras instituições vem dificultando ainda mais o atendimento na área de educação especial.

No momento no município de São Pedro de Alcântara a Educação Especial não regular é oferecida pela APAE do município vizinho de São José, sendo necessário o deslocamento de 6 portadores de necessidades especiais. Este atendimento é feito devido convênio entre a prefeitura, que disponibiliza um professor com 20 horas e o transporte escolar, com recurso próprio da rubrica orçamentária da educação.

Com isso o município de São Pedro de Alcântara vem assegurando o acesso à educação básica para a população de 4 a 17 anos com deficiências e o atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, conforme está previsto na meta 4 do PME.

Pois o processo de inclusão na escola regular, como preconiza a LDB (educação escolar, preferencialmente na rede regular de ensino), acarreta um processo de inclusão também na escola especial, a partir de uma clientela específica com deficiências associadas e com condutas típicas, até este momento excluída do processo educacional formal.

Assim, o espaço da escola especial legitima-se enquanto espaço educativo de fundamental importância. Por isso, ratifica-se a necessidade de investimento na educação especial desde a especialização de recursos humanos, bem como a ampliação da rede.

O Município de São Pedro de Alcântara, já solicitou junto ao MEC através do PAR uma sala de AEE, no entanto até o momento não obtivemos respostas.

TABELA 8: Número de alunos matriculados em 2014

	Estadual	Municipal	Particular
Deficiência Visual	--	--	--
Deficiência Auditiva	--	2	--
Deficiência Física	--	--	--
Deficiência Intelectual	2	--	--
Deficiência Múltipla	1	--	--
Altas Habilidades	--	1	--
Condutas Típicas	--	--	--
Outras Necessidades Educativas Especiais	1	3	--
TOTAL	4	6	--

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2015

#### 1.1.1.2 Educação de Jovens e Adultos

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), geralmente, o educando é uma pessoa mais madura, mais experiente, mais consciente de seus atos e objetivos, responsável com suas próprias determinações, portanto, mais exigente consigo mesmo e com a escola. É dentro desta realidade extremamente dinâmica, flexível e excludente, que a EJA deverá proporcionar a inclusão dos educandos no contexto social em que estão inseridos, contribuindo para a formação de um sujeito capaz de interagir, crítica e dialeticamente, com seu meio, na busca de emancipação e de autonomia política, social, cultural e intelectual.

A EJA não pode ser considerada como um apêndice dentro do sistema educacional brasileiro é sustentado pela análise do artigo 4º, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que consagra o dever do Estado com a educação pública a ser efetivado mediante garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; oferta de



ensino noturno regular, adequado às condições do educando; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Também no que se refere à EJA, uma efetiva contribuição da sociedade civil é decisiva para o enfrentamento do problema dos déficits de oferta. Entretanto, cabe frisar que é dever prioritário dos poderes públicos o financiamento, a formulação e a condução das ações e estratégias que visem erradicar o analfabetismo, universalizar uma formação equivalente às séries do ensino básico e estabelecer programas de formação continuada e permanente para adolescentes, jovens e adultos.

Uma das metas do PNE é elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015, sendo que em São Pedro de Alcântara tal taxa já se encontra em 94,01%, conforme os dados disponibilizados pelo IBGE/CENSO 2010, no entanto outra meta é que até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, neste indicador o Município de São Pedro de Alcântara, precisa chegar em 15,30%, pois no momento seu indicador é de 34,7%.

Entretanto, sabe-se que o maior desafio à erradicação do analfabetismo não é apenas a oferta de vagas, mas sim encontrar tais pessoas, convencê-las da importância de processo de alfabetização e participar políticas públicas específicas que reconheçam esta modalidade de ensino como um direito dos sujeitos ao longo da vida.

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo. Trata-se de tarefa que exige ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

No município de São Pedro de Alcântara, o EJA é ofertado conforme o Art. 9º da Lei Municipal nº 99/2014, firmando convênio com uma instituição particular para a oferta de tal modalidade de ensino, utilizando as dependências da E.E.BM. Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, oferecendo o ensino fundamental e o ensino médio. No ano de 2014, ocorreu o atendimento de 28 jovens e adultos no ensino fundamental e 60 jovens e adultos no ensino médio.

No momento o Estado não oferece ensino médio, na modalidade EJA, para a população de jovens e adultos de São Pedro de Alcântara, sendo assim o município oferece tal modalidade com recurso próprio oriundo da educação.

#### 1.1.1.3 Educação Profissional Tecnológica

A demanda e a oferta da Educação Profissional, no país, se dão no nível tecnológico, ela ocorre em instituições privadas de Ensino Superior; no nível técnico, é oferecida por escolas pertencentes às redes federal, estadual, municipal e privada e no nível básico, que é promovida por escolas públicas e privadas, outras Secretarias do Estado, por organizações não governamentais, sindicatos, empresas e diferentes instituições.

O ensino profissionalizante deve ser formulado, com o objetivo de garantir a capacitação profissional de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com toda a sociedade. Com uma população economicamente ativa em notória ascensão São Pedro de Alcântara é uma cidade com demandas consideráveis no que se refere ao ensino técnico profissionalizante.

O capítulo da LDB, Lei n. 9.394/96, que trata da educação profissional, não define instâncias, competências e responsabilidades, no que se refere a esse tema. Segundo o artigo 39, a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Por isso, há muito por fazer, pois apesar da expansão das matrículas nas redes pública e privada, no ensino regular, existe ainda, um grande problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio. A alta qualificação do ensino que, necessariamente, aquelas escolas devem oferecer está associada a um custo extremamente alto para instalação e manutenção.

O município através de um convênio com o SENAI, no ano de 2014 ofereceu aos seus alunos do ensino médio, adolescente com 15 anos e a população adulta, através do PRONATEC, um curso profissionalizante na área de informática, onde atendeu aproximadamente 30 jovens e adultos, nas dependências de uma sala da prefeitura para a realização.

No ano de 2015, estavam previstos o início de 07 cursos, nas áreas de: Costureiro, Eletricista Instalador Predial de Baixa tensão, Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica, Padeiro, Vidraceiro, no entanto devido a cortes no programa do governo federal até o momento não foi possível iniciá-los.

Através de convênios e parcerias com outras instituições a municipalidade, almeja implantar no município o EJA profissionalizante, pretendendo ofertar até o final de vigência deste plano 5% das matrículas do EJA na modalidade de EJA profissionalizante.

Na tentativa de atender estes pressupostos, restando a alguns indivíduos procurar esta modalidade de ensino em municípios vizinhos.

#### 1.1.1.4 Educação Escolar Indígena

No município de São Pedro de Alcântara, não registro de população indígena, sendo assim não há necessidade escolar para a demanda do povo indígena.

#### 1.1.1.5 Educação Quilombola



No município de São Pedro de Alcântara, não registro de população quilombola, sendo assim não há demanda escolar.

#### 1.1.1.6 Educação Escolar do Campo/Rural

Conforme já mencionado anteriormente o município de São Pedro de Alcântara, possui apenas uma escolar rural, cujo nome é Escola Reunida Municipal Augusto Schnitzler, a qual atende no ano de 2015 23 (vinte e três) alunos do 1º ano ao 5º ano.

Os alunos da escola rural possuem aulas de música e dança folclórica uma vez por semana. Se dirigem a E.E.B.M Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho para aulas de língua alemã, inglesa e informática educativa, uma vez por semana.

Quanto a sua estrutura física a instituição foi recém reformada e ampliada, para atender as necessidades de acessibilidade.

É realizado o transporte escolar dos alunos até a escola rural, e após a conclusão do 5º ano, as crianças são transportadas pelo transporte escolar até a Escola de Educação Básica Gama Rosa, onde cursam o ensino fundamental anos finais e o ensino médio. Também é realizado o transporte escolar para as crianças a partir dos 4 (quatro) anos frequentarem o Pré-escolar I e II no C.E.I Profª Leonida Vieira Francener.

TABELA 9: População na área rural

	Faixa Etária				
ANO	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 34 anos
2000(1)	87	58	201	70	154
2007(1)	33	22	166	62	127
2010(1)	32	16	113	49	92

Fonte: (1) IBGE- Censo 200 e 2010 e contagem 2007;

Observando os dados aqui expostos, percebemos que há uma visível diminuição na população rural do município de São Pedro de Alcântara, sendo assim não há demanda para a criação de novas creches e/ou escolas na zona rural, uma vez que os alunos de tal região são transportados até as escolas da zona urbana, através de ônibus e microônibus pertencentes ao transporte escolar do município.

#### 1.1.2 Educação em Tempo Integral

Com a LDB (Lei 9.394/96) e a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1997, o Brasil passou a compreender no seu desenho, programas e políticas, a educação integral como resposta às muitas vulnerabilidades das crianças e adolescentes e ao aprimoramento contínuo da qualidade da aprendizagem.

Através da Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013, fica estabelecido como sendo obrigatório o atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

Sendo assim, visando a implantação da educação integral no município de São Pedro de Alcântara, a municipalidade tem um projeto de esporte que atende os alunos (6 a 16 anos), da escola municipal e estadual no contra turno de suas atividades escolares, na área de futebol, hockey, voleibol, Karate, fanfarra. Oferecendo transporte aos alunos, e o investimento para manutenção de tais atividades é oriunda de recurso próprio, não havendo nenhum incentivo financeiro da União ou do Estado.

Para os alunos da área rural há aulas de músicas, pois há uma camerata municipal e aulas de dança folclóricas germânica. Sendo que a camerata é financiada por empresas privadas, porém as aulas de danças folclóricas germânicas são disponibilizadas com recurso próprio e atende aos alunos que moram na zona rural e estudam na escola estadual e municipal.

A meta deste plano é atender 25% de seus alunos em tempo integral, segundo dados do IBGE/Censo 2010, o município de São Pedro de Alcântara, atende apenas 11,8%, no entanto vale ressaltar que as atividades aqui expostas ainda não são informadas no CENSO escolar, sendo acreditamos que tal percentual deve ser maior.

### 1.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esses níveis de ensino assumem, na sociedade atual, caráter relevante como instância de produção do conhecimento nas diversas áreas do saber e de formação profissional inicial e, sobretudo, como instância privilegiada para o aprendizado permanente. Dentro destes princípios cabe ao poder público contribuir, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da oferta da educação superior e pós-graduação no município, observando as peculiaridades e necessidades locais e buscando garantir a oferta dos referidos níveis de ensino às camadas populares, especialmente aos jovens, na esfera pública da educação.

Cabe ao governo do município contribuir para a garantia da educação superior de qualidade, bem como estabelecer uma política de articulação das ações do ensino, pesquisa e extensão universitárias com as ações estratégicas de desenvolvimento realizadas no município, em benefício da população, por meio de ações de apoio e, se necessário, por meio de parcerias concretas com instituições federais, estaduais e privadas.

É importante destacar nesse plano a relevância de se estabelecer parcerias entre os poderes públicos e a iniciativa privada no empenho de esforços para a formação dos professores da rede, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada. Com esse objetivo, o poder público municipal deve realizar convênios com as instituições, de modo a aperfeiçoar o quadro de professores mediante o estudo

teórico-prático das diversas áreas do saber docente.

Outro aspecto que se torna relevante quando das abordagens em relação à Educação Superior e Pós-graduação, diz respeito a inúmeras possibilidades no trabalho nas áreas da saúde e dos serviços, por exemplo, em trabalhos de parceria que contribuam para o desenvolvimento do município e para a superação das desigualdades sociais, sempre fundados em princípios éticos.

No que diz respeito a Educação Superior, o município de São Pedro de Alcântara não tem instalado nenhuma instituição, nesta modalidade de ensino. No entanto a municipalidade está a disposição para firmar convênios com instituições de educação superior.

Quanto a pós-graduação, atualmente o município possui convênio firmado com uma instituição de ensino, o qual oferece as aulas nas dependências da E.E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, conforme Lei Municipal nº 890/2014, que autoriza o município a firmar convênios de cooperação mútua para concessão de descontos e divulgação com o Centro Universitário Leonardo da Vinci S/S Ltda - Uniasselvi.

Uma das metas do PME é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade de oferta e expansão, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, sendo assim esta municipalidade irá se empenhar para a criação de um projeto em conjunto com a coordenadoria de assistência social para a criação de um auxílio no vale transporte para os acadêmicos que vivem em situação de vulnerabilidade.

### 1.3 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata explicitamente da questão da formação de trabalhadores em educação. Por um lado, eliminando a possibilidade de formação de professores por meio de avanços progressivos e, por outro, abolindo as licenciaturas de curta duração, valorizando experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, por meio do aproveitamento de estudos.

Ao mesmo tempo a LDB 9394/96 não se manifesta quanto à formação mínima necessária aos funcionários técnico-administrativos atuantes na área educacional.

A LDB, em seus artigos 62, 63 e 64, define quem são os profissionais de educação, elencando-os da seguinte forma: docentes da educação infantil; docentes do ensino fundamental, docentes do ensino médio; docentes da educação profissional; administradores escolares; planejadores educacionais; inspetores de ensino e orientadores educacionais.

Preocupações com um ensino de qualidade, com a valorização dos trabalhadores em educação, com a criação de condições dignas de trabalho e com a expectativa de ascensão profissional são necessárias para garantir melhorias no atendimento ao universo de alunos atualmente matriculados nas redes educacionais que atuam no município.

Quando se fala em valorização dos profissionais da educação, trata-se não apenas da questão salarial, mas também de outros eixos e políticas públicas voltadas às condições de trabalho, carreira e remuneração que são fundamentais para o professor desenvolver bem seu trabalho pedagógico.

O município possui Plano de Carreira do Magistério, disposta em Lei Complementar nº 008, de 02 de março de 1998, onde consta a disposição de classes e níveis. Segundo dados da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto no município de São Pedro de Alcântara o quadro de profissionais está assim disposto:

O município de São Pedro de Alcântara atualmente tem, em seu quadro de professores, 53 professores na rede municipal de educação sendo 25 do Ensino Fundamental (13 séries iniciais e 12 séries finais) e 28 da Educação Infantil (12 professor I e 16 professor II). Muitos dos professores do município receberam formação superior a distância, modalidade oferecida pela UDESC e pela UNIASSELVI.

Com a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil, passou a ser implanto no município um programa de formação continuada, sendo um dos objetivos deste Plano a formação continuada dos profissionais da educação.

Nessa avaliação cabe observar alguns princípios básicos, tais como: a participação coletiva; a descentralização; o respeito à identidade e às especificidades de cada campo profissional; a globalidade; as condições materiais, físicas e humanas para o desenvolvimento do projeto de formação profissional e de trabalho dos profissionais da educação.

Sendo que o PME tem como meta contribuir com a elevação da taxa bruta e líquida de matrícula na educação superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias, pois a meta para o Brasil é de 50% (cinquenta por cento) e o Estado de Santa Catarina, segundo o IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, já atingiu 41% (quarenta e um por cento).

Tal plano também tem como meta contribuir com a União e o Estado a elevação de matrículas na pós-graduação stricto sensu, bem como apoiar a ampliação do investimento em educação pública de forma a atingir, no mínimo o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) da União e do Estado até o 5º (quinto) ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final deste plano.

### 1.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Através da Lei n.º 13.005/2014, aprovou o novo Plano Nacional de Educação, no Art. 9º. menciona que: " Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação

local já adotada com essa finalidade”.

Vale ressaltar que o município de São Pedro de Alcântara, possui seu próprio Sistema de Educação, através da Lei Municipal n.º 99/2014, onde o Art. 5 trata da dos princípios da educação municipal e trás no seu inciso VII a gestão democrática.

O capítulo V, da Lei Municipal n.º 99/2014, dispõe sobre a gestão democrática, no Art. 45: “A gestão democrática nas Instituições de Ensino Fundamental e Educação Infantil se efetivará através da participação de:

- I. Profissionais da Educação na elaboração do Projeto PolíticoPedagógico da Escola;
- II. Comunidade Escolar através da Associação de Pais e Professores (APP) das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil;
- III. Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, consultivo e fiscalizador;
- IV. Implantação gradativa dos Conselhos Escolares”.

O município de São Pedro de Alcântara, possui os Conselhos Municipais de: Educação, Alimentação Escolar, Acompanhamento e Controle Social o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB (CACS – FUNDEB). Todos os conselhos são deliberativos, consultivos, fiscalizadores, sendo atuantes e possuem estrutura desmobilizada pelo setor executivo. Cada conselho possui sua legislação própria, conforme descrito abaixo:

- I. Lei Municipal n.º 770/2013, dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB (CACS).
- II. Lei Municipal n.º 771/ 2013, dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação Escolar - CAE.
- III. Lei Municipal n.º 821/ 2014, dispõe sobre a organização, o funcionamento, competência, nomeação e a manutenção do Conselho Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara.

Quanto a associação de pais e professores, todas as unidades escolares do município possuem, sendo que cada uma possui seu próprio regimento interno e estatuto. Porém, os conselhos escolares ainda não foram implantados, contudo a Secretaria Municipal de Educação, disponibilizou uma servidora efetiva para realizar o curso, cremos que em breve teremos a implantação gradativa.

No que diz respeito a escolha dos gestores escolares, até o presente momento é um cargo comissionado. Porém este plano prevê a implantação de escolha democrática até o 5º (quinto) ano de vigência.

#### 1.5 FINANCIAMENTO

A fixação de um plano de metas exige definição de custos e identificação tanto dos recursos atualmente disponíveis quanto das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficaz, relevante e pertinente, seja por meio de criação de novas fontes, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

O artigo 212, caput, da Carta Magna, dispõe que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% (dezoito por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

A Lei Orgânica do município de São Pedro de Alcântara dispõe que o município aplicará à educação e ao ensino, anualmente, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, não incluídas as provenientes de transferências.

As receitas provenientes de transferências constitucionais, mas com origem nos impostos, devem ser computadas como se fossem impostos, para efeito de vinculação. Assim, o município deve adicionar à sua receita de impostos as transferências oriundas da união e do estado, que tenham como base os impostos, incorporando-as à sua base de cálculo para, assim, calcular os percentuais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

O município está em constante aprimoramento para aumentar as receitas próprias de IPTU, ITBI, ISS e as arrecadações indiretas como IPVA, ICMS e ITR. Tendo ao longo da administração melhorado o desempenho de receita com cobranças da dívida ativa e aumentando o percentual do FPM/FPE.

Atualmente as receitas municipais destinadas ao funcionamento do ensino público são oriundas de três esferas:

- Federais: Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Salário Educação, Alimentação Escolar, ITR, IPI Exportação
- Estaduais: Transporte Escolar, ICMS, ICMS Exportação, IPVA
- Transferência Multigovernamental, estados e municípios - FUNDEB
- Municipal: IPTU, ITBI, ISS, Imposto de Renda, Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora.

Uma análise do comportamento dos principais grupos de despesas realizadas com os recursos municipais vinculados ao financiamento do ensino permite verificar e planejar base orçamentária para a vigência deste Plano Municipal de Educação, se não vejamos:

TABELA 10: Investimento anual do município em educação

INVESTIMENTO	2013	2014
%	33,66	33,92
R\$	3.161.291,90	3.524.471,48

TABELA 11: Receitas do município para educação

RECEITAS (R\$)	2013	2014
FUNDEB	1.352.600,48	1.496.453,39
Salário Educação	126.315,82	156.070,61
Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)	21.063,37	16.189,92
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC)	46.600,00	39.852,00
Transporte escolar estadual	124.188,00	127.208,00
TOTAL	1.681.987,67	1.835.773,92

TABELA 12: Despesa do município para educação

DESPESAS (R\$)	2013	2014
Educação Infantil	1.124.379,28	1.502.905,15
Ensino Fundamental	2.010.296,45	2.388.871,53
TOTAL	3.134.675,730	3.891.776,68

TABELA 13: Despesas com educação por categoria econômica

Ano	Pessoal	%	Outras	%	Total
2013	2.331.244,49	76,04	734.657,35	23,96	3.065.901,84
2014	2.776.409,39	78,98	739.145,88	21,02	3.515.555,27

TABELA 14: Despesas de capital

Ano	Obras e Instalações	%	Equip. Material Permanente	%	Total
2013	18.119,72	11,17	144.140,00	88,83	162.259,72
2014	0,00	0,00	491.283,88	100	491.283,88

O município tem sua atuação prioritária no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (artigo 11, inciso V, LDB), permitida a oferta de outros níveis de ensino somente quando estiverem supridas, de forma plena, as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos definidos no artigo 212 da Constituição Federal e em artigo pertinente na Lei Orgânica do Município.

A LDB inova quanto ao financiamento do ensino, quando em seu texto (artigo 69, § 5º) dispõe que os recursos constitucionalmente vinculados sejam disponibilizados, em conta específica, para o órgão responsável pela educação. Inova também quando, em seus artigos 70 e 71, disciplina os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O município de São Pedro de Alcântara avança significativamente no financiamento do ensino público, com a aplicação dos recursos de forma responsável e democrática. A Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) não reduziu as fontes de financiamento garantidas constitucionalmente, mas provocou impacto na gestão dos recursos vinculados ao financiamento do ensino, pois impôs ao gestor público uma rigorosa disciplina fiscal.

A educação deve ser garantida como prioridade estratégica de um projeto de desenvolvimento que busque efetivar uma verdadeira e real inclusão social. Para tanto, além de garantir o acesso, é preciso garantir a permanência e o sucesso do aluno da educação básica. Uma vez fortalecida na sua expansão, como também na sua qualidade, a educação constituir-se-á num forte alicerce da rede de proteção social.

### 3. METAS E ESTRATÉGIAS

#### META 1

Universalizar, até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 anos até o final de vigência deste Plano.

#### Estratégias

0.1 Definir em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

0.2 Garantir que, ao final de vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

0.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

0.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de

acessibilidade.

0.5 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

0.6 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creche, conforme aumento de demanda e/ou necessidade.

0.7 Promover a formação continuada dos (as) profissionais da educação infantil.

0.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

0.9 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngüe para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

0.10 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças até 3 (três) anos de idade.

0.11 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

0.12 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.13 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação ao acesso às crianças de até 3 (três) anos de idade.

0.14 Os municípios, com a colaboração da União e do Estado, realizarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

0.15 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, conforme a, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.16 Implantar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil, com aporte financeiro federal e/ou estadual.

## META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

## Estratégias

1.2 Colaborar com o Ministério da Educação, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste Plano, com a elaboração proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

1.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

1.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde, assistência social e proteção à infância, adolescência e juventude.

1.5 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

1.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural.

1.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

1.8 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades.

1.9 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

1.10 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades.

1.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

1.12 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público de educação especial.

1.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

1.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

1.15 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades lingüísticas diferenciadas em comunidades bilíngües ou multilíngües, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

1.16 Assegurar e renovação, manutenção das bibliotecas, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

1.17 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.



1.18 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Município de São Pedro de Alcântara.

1.19 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e profissionais capacitados na área, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

### META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) anos a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

#### Estratégias

2.1 Cooperar, entre União, Estado e Municípios no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

2.2 Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

2.3 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

2.4 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

2.5 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial, com a assistência social de forma segmentada.

2.6 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

2.7 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

2.8 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

2.9 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

### META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### Estratégias

3.1 Garantir a oferta de educação inclusiva de 4 a 14 anos, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado e irá cooperar com a oferta de educação inclusiva de 15 a 17 anos

3.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

3.3 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3.4 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas.

3.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

3.6 Manter programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência do(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.

3.7 Proporcionar conforme a necessidade a educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 a 14 anos, em escolas e classes bilíngües e em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. Colaborar com o Estado para que tal estratégia se aplique aos jovens de 15 a 17 anos.

3.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

3.9 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam



as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

3.10 Auxiliar na definição, no segundo ano de vigência deste PME, de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

3.11 Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal e com auxílio da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 a 17 anos.

3.12 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

3.13 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

3.14 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

#### META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

#### Estratégias

4.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

4.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

4.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

4.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

4.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

4.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, com auxílio Federal.

4.7 Promover e estimular a formação continuada inicial e a continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

4.8 Criar políticas para alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

4.9 Implantar, programas de incentivo à leitura.

#### META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, até o final de vigência do plano.

#### Estratégias

5.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, seja conforme a Lei Federal nº 12.796 de 04 de abril de 2013, durante o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, mediante repasse de recurso Federal.

5.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral, com auxílio financeiro Federal.

5.3 Aderir, em regime de colaboração com a União, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

5.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educacionais, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

5.5 Atender às escolas do campo, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

5.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 14 anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados, mediante cooperação da União.

5.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

#### META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5

#### Estratégias

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental, respeitando-se a diversidade regional e local.

#### 7.2 Assegurar que:

a) até o final de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Auxiliar na construção, em colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio de constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua na qualidade educacional, a formação contínua dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articulados, desde que ocorra a liberação de recurso federal, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltados à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em forem aplicadas.

7.7 Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades do município, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.8 Universalizar, em colaboração com a União e Estado até o final de vigência deste plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.9 Manter programas e aprofundar ações de atendimento ao(à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, com auxílio financeiro da União e/ou do Estado.

7.10 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos, com auxílio financeiro da União e/ou do Estado.

7.11 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e o município, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.12 Informatizar a gestão das escolas públicas, bem como manter programa de formação continuada para o quadro técnico, com auxílio financeiro da União.

7.13 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.14 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas educacionais.

7.15 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.16 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.17 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.18 Cooperar com o Sistema Estadual de avaliação da educação básica.

7.19 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.20 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.21 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, com auxílio financeiro Federal, com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes.

**META 8**

Auxiliar na elevação da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos mais pobres.

**Estratégias**

8.1 Auxiliar o Estado na implantação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui expostos, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.2 Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes ao segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

**META 9**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017, e até o final de vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Estratégias**

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, com auxílio das agentes comunitárias de saúde, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.5 Implementar programas de capacitação tecnológica, com auxílio financeiro Federal e/ou Estadual, da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.6 Participar do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva, desde que haja liberação de recurso Federal para a execução de tal Programa.

9.7 Auxiliar nas matrículas na educação de jovens e adultos, mediante a liberação de recurso Federal, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador(a).

**META 10**

Cooperar com o Estado a expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e da expansão no segmento público.

**Estratégias**

10.1 Cooperar com a política de implantação das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

10.2 Cooperar com a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, para as populações do campo e para o público de educação especial, na rede Estadual de ensino.

10.3 Apoiar os programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica do Estado, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

10.4 Colaborar com estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

**META 11**

Contribuir, com a União, para a elevação da taxa bruta e líquida de matrícula na educação superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

**Estratégias**

11.1 Auxiliar a União no mapeamento da demanda de oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

11.2 Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar o acesso a graduação à população economicamente carente, bem como atendimento a educação especial.

11.3 Cooperar o Estado com estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

**META 12**

Contribuir com a União, para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a aumentar o número de mestres e doutores, até o final de vigência deste Plano.

**Estratégias**

12.1 Cooperar com a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, através da participação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, informando as demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as).

12.2 Estimular a expansão do financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu.

12.3 Incentivar o Estado a estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação.

12.4 Incentivar a União e o Estado a adotarem políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

#### META 13

Formar 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município.

#### Estratégias

13.1 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), inclusive na amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

13.2 Cooperar com a União e o Estado com a plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública municipal, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica em Santa Catarina.

13.3 Assegurar, em cooperação com a União e o Estado, a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

13.4 Consolidar política de formação continuada prevista para o Município.

13.5 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática e a pesquisa.

13.6 Cooperar com o Estado na implantação das políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, para a promoção dos direitos sociais.

13.7 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os profissionais envolvidos no processo educativo, garantindo formação continuada específica para esse fim.

13.8 Cooperar com a União e o Estado na elaboração do planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação (especialização), para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.

13.9 Fortalecer a formação dos professores (as) das escolas municipais públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional, através de recurso disponibilizado pela União.

#### META 14

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública municipal de educação básica, conforme atualização do piso nacional profissional, definido em lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### Estratégias

14.1 Realizar a atualização do plano municipal de carreira, conforme atualização do piso salarial nacional profissional definido em lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

14.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação, mediante auxílio financeiro da União e do Estado.

14.3 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

14.4 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

14.5 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, desde que haja colaboração financeira da União.

14.6 Implementar, no âmbito do município, plano de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

14.7 Garantir, no plano de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação escolar, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

14.8 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública municipal de ensino.

14.9 Cooperar com o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

#### META 15

Garantir em legislação específica, aprovada pelo Município, condições para a efetivação da gestão democrática da educação básica, associada à critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, com apoio técnico da União, no prazo de 7 (sete) anos após a aprovação deste Plano.

#### Estratégias

15.1 Solicitar o repasse de transferências voluntárias da União e Estado, na área de educação, para os municípios que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

15.2 Participar dos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

15.3 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, fomento a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

15.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de Leis Municipais de criação de conselhos escolares.

15.5 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos,



currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

15.6 Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

15.7 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de 5 (cinco) anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implantação, com auxílio da União e do Estado.

15.8 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das escolas de educação básica, prevendo recurso e apoio técnico da União e do Estado.

15.9 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e de preferência que estes sejam ocupados por profissionais habilitados por área da educação.

#### META 16

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final deste Plano.

#### Estratégias

15.1 Apoiar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

15.2 Cooperar, em regime de colaboração entre a União e Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

15.3 Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 171, da Constituição Estadual.

15.4 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

15.5 Apoiar em regime de colaboração entre União, Estado e Município, mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

15.6 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

15.7 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

15.8 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

15.9 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

15.10 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

15.11 Buscar junto a União e Estado, políticas de aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

15.12 Buscar junto ao Estado e União a garantia de aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

O município deve destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação do resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GREICE JULIANE DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 003.801.009-75, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 07 de julho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 148/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 148/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 52/2015-PMS

Processo nº. 116/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CALHAS BORTOLINI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.268.124/000176, estabelecida na Rua Dom Pedro 126, Bairro Rio Hern, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada em funilaria e alumínio, para recuperação de suportes de mictório e calhas em geral, estes para os ambientes localizados no Complexo Esportivo Alfredo Pasold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Calha de mictório em alumínio em 60 graus medidas 3,75 x 1,35 metros - colocação e peças.	01	Unidade	402,00	402,00
02	Calha beiral em alumínio em 45 graus medidas de 9,50 x 22 metros - colocação e peças	01	Unidade	1.512,00	1.512,00
03	Calha grande em alumínio com 65 graus medidas de 32 metros corridos - colocação e peças	01	Unidade	1.760,00	1.760,00
04	Suporte em alumínio para calhas - colocação e peças	20	Unidade	40,00	800,00
TOTAL R\$	4.474,00				

Valor do contrato: R\$ 4.474,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 26/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 149/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 149/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 53/2015-PMS

Processo nº. 117/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CIMARDI ENCADERNADORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.675.545/0001-96, estabelecida na Rua José Pavanello 225, Bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.258.110.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para encadernação de leis para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Encadernação das leis municipais dos anos de 2012, 2013 e 2014. Sendo em capa dura com gravação em dourado para manter o padrão atual.	08	Unidade	55,00	440,00
TOTAL R\$	440,00				

Valor do contrato: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 26/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6.100/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.100/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Edaise Sasse, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Edaise Sasse, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 6.102/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.102/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a decisão do processo administrativo 01/2014 que solicita a suspensão da servidora Lilian Tietz;

**RESOLVE:**

Art. 1º SUSPENDER a servidora Sra. Lilian Tietz no Período de 10 (dez) dias, a partir de 25/06/2015 até 04/07/2015, com prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 6.103/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.103/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a decisão do processo administrativo 01/2014 que solicita a suspensão do servidor Danilo Tizziani;

**RESOLVE:**

Art. 1º SUSPENDER o servidor Sr. Danilo Tizziani no Período de 10 (dez) dias, a partir de 25/06/2015 até 04/07/2015, com prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 21/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2015 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 10/06/2015
Folha: 1/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 35/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Medicamentos de Ordens Judiciais para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Não há representantes presentes na sessão. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E-, "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, Portaria nº. 6.083 /2015, de 08 de junho de 2015", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 " Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", Item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 26 de Junho de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 21/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 46/2015  
Data do Processo: 10/06/2015

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**Número da ATA: 35/2015 (Sequência: 1)**

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

CRISTIANO GARCIA DE FREITAS

- ..... - Representante

**DISPENSA 52/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 52/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 116/2015  
Data: 26/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: CALHAS BORTOLINI LTDA - ME

Código: 9637

Endereço: RUA JARAGUÁ, 85

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 05.268.124/0001-76

Inscrição Estadual: 254.457.223

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em funilaria e alumínio, para recuperação de suportes de mictório e calhas em geral, estes para os ambientes localizados no Complexo Esportivo Alfredo Pasold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Calha de mictório em alumínio em 60 graus medidas 3,75 x 1,35 metros - colocação e peças.	UN	402,00	402,00
2	1,00	Calha beiral em alumínio em 45 graus medidas de 9,50 x 22 metros - colocação e peças	UN	1.512,00	1.512,00
3	1,00	Calha grande em alumínio com 65 graus medidas de 32 metros corridos - colocação e peças	UN	1.760,00	1.760,00
4	20,00	Suporte em alumínio para calhas - colocação e peças	UN	40,00	800,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

TAL SOLICITAÇÃO VEM AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA E BEM ESTAR DAS PESSOAS QUE UTILIZAM O ESPAÇO,

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 26 de Junho de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 52/2015 - DL

**Processo Nr.:** 116/2015  
**Data:** 26/06/2015

Folha: 2/2

15/06/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Junho de 2015

**Valor da Despesa:**

4.474,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**DISPENSA 53/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 53/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 117/2015  
Data: 26/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: CIMARDI ENCADERNADORA LTDA-ME  
Endereço: RUA JOSÉ PAVANELLO, 225  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 03.675.545/0001-96

Código: 10480

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para encadernação de leis para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	"Encadernação das leis municipais dos anos de 2012, 2013 e 2014. Sendo em capa dura com gravação em dourado para manter o padrão atual. "	UN	55,00	440,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Por se tratarem de documentos oficiais da municipalidade, neste caso leis e leis complementares, torna-se necessária a encadernação para conservação integral do conteúdo registrado. Considerando ainda o fato de que as leis desde o ano de 1965 até o ano de 2011 já estão encadernadas, é necessário fazer a encadernação dos anos de 2012, 2013 e 2014 nos mesmos moldes e tendo em vista o valor total da contratação.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 26 de Junho de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 53/2015 - DL**Processo Nr.:** 117/2015  
**Data:** 26/06/2015

Folha: 2/2

16/06/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Junho de 2015

**Valor da Despesa:**

440,00 (quatrocentos e quarenta reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA Nº. 009/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 009/2015 de 24/06/2015

Estabelece normas e procedimentos a serem adotados para a execução e controle de serviços extraordinários (horas extras) pelos servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Serra Alta - SC e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e do Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e

Considerando as atribuições de normatização, sistematização e padronização dos procedimentos e rotinas operacionais, a Controladoria Geral do Município, no exercício de sua função de fornecer informações que subsidiem e orientem os procedimentos executados pelos gestores e agentes da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta os procedimentos a serem cumpridos pelos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Serra Alta - SC, para a execução e controle de serviços extraordinários (horas extras).

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange a Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, através do Departamento de Pessoal e Serviços Gerais, enquanto órgão responsável pela elaboração e coordenação da folha de pagamento, bem como todas as Secretarias e Departamentos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Serra Alta - SC.

CAPÍTULO III

DA BASE LEGAL

Art. 3º O fundamento jurídico encontra-se respaldado no Art. 7º, inciso XVI da Constituição Federal de 1988, Art. 56, § 2º, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e Art. 57 e 58 Lei Municipal nº. 498/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Entende-se por serviço extraordinário, hora extraordinária, hora suplementar ou hora extra, todo período de trabalho excedente à jornada normal de trabalho ao qual o servidor foi contratado.

Art. 5º A realização do serviço extraordinário dependerá da caracterização da necessidade imperiosa, temporária e excepcional do serviço, e deve ocorrer mediante convocação direta do servidor para cumprir jornada de trabalho extraordinária e deve ser precedida de autorização por ato da autoridade superior (Prejulgado nº. 1742 do TCE/SC), conforme contido no formulário do ANEXO I.

Parágrafo Único. Mesmo havendo o registro no Cartão Ponto Eletrônico ou Manual de horas excedendo a jornada de trabalho, o servidor somente terá direito as horas extraordinárias que foram convocadas e autorizadas pela autoridade superior.

Art. 6º O serviço extraordinário será permitido respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, em dias úteis, e de, no máximo, 10 (dez) horas diárias em sábados, domingos e feriados

Art. 7º O serviço extraordinário de segunda-feira a sexta-feira será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Art. 8º O serviço extraordinário nos sábados, domingos e feriados será remunerado com acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Art. 9º Ficará facultado ao Poder Executivo de acordo com o interesse público, transformar dias úteis em folga, em substituição a sábados trabalhados.

Art. 10. O somatório das horas extraordinárias poderão ser transformadas em folgas, à razão de uma por uma, para gozo em data futura, definida pela administração, ou mediante justificativa que comprove a situação de emergência ou interesse público, poder-se-á pagar a integralidade das horas extras realizadas pelo servidor.

Parágrafo Único. O pagamento das horas extraordinárias fica condicionada a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A compensação de horas (folgas) mencionada nos Art. 9º e 10, a critério da administração, se dará mediante preenchimento do formulário contido no Anexo II, e será gerenciado e controlado pelo superior imediato através do registro do Cartão Ponto Eletrônico ou Manual e utilizando-se o banco de horas (Anexo III).

§ 1º Integrarão o banco de horas mencionado no caput, as horas de trabalho excedentes, devidamente autorizadas pela autoridade superior e não remuneradas como horas extras.

§ 2º As horas excedentes realizadas serão compensadas por meio de concessão de folgas, em dia preestabelecido pela administração.

§ 3º A compensação do banco de horas, deverá ocorrer preferencialmente no mesmo mês e obrigatoriamente dentro do prazo máximo de 3 (três) meses após a sua realização.

§ 4º As horas que não forem compensadas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, serão faturadas como horas extras.

Art. 12. A base de cálculo do adicional por serviço extraordinário é a remuneração do servidor.

Art. 13. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário aos servidores ocupantes de cargos comissionados e função de confiança, em razão do seu regime de dedicação integral ao serviço público.

Art. 14. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário aos servidores afastados, licenciados, aposentados ou pensionistas, e estagiários.

Art. 15. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário o servidor que estiver fora de sua jornada de trabalho, em curso, treinamento, seminários, congressos, palestras, reuniões, entre outros (desde que sua participação não seja obrigatória), em razão dos resultados positivos e permanentes que representam para os servidores, enriquecendo seus currículos.

**CAPÍTULO V****DA JORNADA DE TRABALHO E REGISTRO DO CONTROLE PONTO**

Art. 16. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e observados os limites mínimo e máximo de 4 (quatro) e 8 (oito) horas diárias, respectivamente.

Art. 17. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observando o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Art. 18. Os servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde deverão registrar os horários de entrada e saída no Sistema de Registro de Ponto Eletrônico.

Parágrafo Único. Ao final do registro o equipamento emitirá um comprovante, sendo de responsabilidade do servidor o armazenamento do mesmo, para conferência com o Relatório de Cartão Ponto que relata o registro mensal.

Art. 19. Os servidores lotados nas demais secretarias do Poder Executivo deverão registrar os horários de entrada e saída na Ficha de Controle Ponto Manual.

Art. 20. A apuração da jornada de trabalho, inclusive das horas extras, será feita, obrigatoriamente, através dos registros de entrada ao trabalho, saída para refeição, retorno da refeição e saída do trabalho, sendo obrigatório o registro das quatro marcações diárias, exceto servidores contratados com jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, que farão o registro de entrada e saída de acordo com o período de trabalho de sua contratação.

Art. 21. O registro do ponto é de responsabilidade do servidor, seguindo as normas e procedimentos estabelecidos, visto que essa obrigatoriedade não pode ser transferida a outro. Porém, caso ocorra, o mesmo poderá ser advertido, de acordo com o que determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Caso ocorra a falta de marcação, por esquecimento, por falhas no equipamento, por falta de papel, ou por qualquer outro motivo, que impeça o registro do ponto, o servidor deverá comunicar o Chefe imediato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, e entregar ao Departamento de Pessoal o formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 2º Quando o servidor estiver em curso, treinamento, seminários, congressos, palestras, reuniões, executando trabalho fora do seu estabelecimento, entre outros casos, o mesmo deverá informar ao Departamento de Pessoal através do formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 3º Caso o servidor efetue alguma marcação indevida, deverá comunicar ao Departamento de Pessoal através do formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 4º Mensalmente será disponibilizado, até o 25º dia do mês, aos servidores que utilizam o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico, o Relatório de Controle Ponto (mensal), para que possam verificar seus registros, e reconhecer sua autenticidade, por intermédio de sua assinatura.

Art. 22. Quando da realização de serviços extraordinários nos sábados, domingos, feriados, ou em períodos de folga, o registro do ponto deverá ser efetuado na entrada e saída do período suplementar.

§ 1º Quando a hora extra, exceder a 4 (quatro) horas trabalhadas e for inferior a 6 (seis) horas trabalhadas, deverá ser feito o registro do ponto com intervalo para repouso ou alimentação de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Quando a hora extra, exceder a 6 (seis) horas trabalhadas, deverá ser feito o registro do ponto com intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo 1(uma) hora e no máximo de 2 (duas) horas.

Art. 23. Os servidores devem cumprir integralmente a jornada de trabalho mensal fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, sem faltas, para ter direito ao recebimento de seu vencimento integral.

§ 1º Certas ausências são legais e justificadas (atestado médico, e as estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) mas devem ser comunicadas com antecedência ao Chefe imediato, quando possível, e justificadas através do formulário contido no ANEXO II e acompanhada de comprovante, quando possível.

§ 2º As faltas não abonadas, acarretarão, além da perda do vencimento integral correspondente, a redução legal das férias, conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 24. O servidor que necessitar chegar com atraso, sair com antecedência ou se ausentar durante o expediente, deverá comunicar com antecedência o seu Chefe imediato, através do formulário contido no ANEXO II.

**CAPÍTULO V****DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 25. Os Secretários e/ou responsáveis pelas Secretarias/Departamentos devem encaminhar até o 25º dia do mês ao Departamento de Pessoal a Convocação e Autorização para Realização de Horas Extras (Anexo I), a Solicitação e Justificativa / Abono para Falta, Atraso, Saída Antecipada e Compensação de Horas (Anexo II), e o Relatório de Cartão Ponto Eletrônico ou Ficha de Controle Ponto Manual dos servidores que realizaram serviços extraordinários ou tiveram faltas para abonar dos vencimentos, e até o 2º dia do mês subsequente dos demais servidores.

§ 1º Os serviços extraordinários, bem como as faltas para abonar dos vencimentos, realizados após o 25º dia do mês serão lançados no mês subsequente.

§ 2º Todos os documentos do caput, devem estar devidamente assinados pelo servidor, bem como pelo Chefe imediato de acordo com a lotação do servidor.

Art. 26. O Departamento de Pessoal, quando do recebimento dos documentos mencionados no Artigo anterior efetuará:

I – Verificação da convocação e autorização para a realização de serviços extraordinários (Anexo I), emanado da autoridade competente.

II – Verificação do número de horas extraordinárias realizadas, através do Relatório de Cartão Ponto Eletrônico ou Ficha de Controle Ponto Manual e confrontação com o autorizado (Anexo I).

III – Verificação se o número de horas extraordinárias realizadas, não ultrapassou o número máximo de horas extraordinárias mencionadas no Art. 6º desta Instrução Normativa, bem como o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

IV – Verificação das faltas não abonadas (Anexo II).

V – Após verificação dos incisos anteriores, e estando tudo em ordem e de acordo com a legislação, o Departamento de Pessoal:

a) Encaminhará para conhecimento e ciência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

b) Fará o lançamento no Sistema da Folha e encaminhará para pagamento.

c) Providenciará o arquivamento e organização dos documentos de forma a permitir a pronta localização, quando solicitadas pelos órgãos de Controle.

Art. 27. O descumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, implicará no indeferimento pelo Departamento de Pessoal, da concessão de gratificação por serviço extraordinário, bem como acarretará penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Serra Alta - SC.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 24 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH CLEITON ALGAYER

Prefeito Municipal Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CONVOCAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

DE:	NOME DA SECRETARIA / DEPARTAMENTO
PARA:	DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ASSUNTO:	CONVOCAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Em cumprimento ao Art. 57 do Lei Municipal nº 498/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Art. 5º da Instrução Normativa – Controladoria nº. 009/2015 de 24/06/2015 Convoco e autorizo o servidor xxxx (nome do servidor), ocupante do cargo de provimento xxxx (efetivo / ACT) de xxxx (nome do cargo), lotado nesta(e) Secretaria/Departamento, à prestar serviço extraordinário, no(s) dia(s), quantidade e motivo abaixo especificados:

DIA(S) PREVISTO(S) PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO			
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___

TOTAL DE HORAS EXTRAS AUTORIZADAS PARA O(S) DIA(S) PREVISTO(S) ACIMA			
50% (2ª a 6ª Feira)	___hs___min	75% (sábados, domingos e feriados)	___hs___min

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER REALIZADO

As horas extras prestadas deverão ser anotadas na Folha Ponto do Servidor para fins de cômputo e pagamento, nos termos da Instrução Normativa – Controladoria nº. 009/2015.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA NOME E ASSINATURA

Chefe Imediato Servidor Municipal

APRECIÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO			
	DEFERIR		INDEFERIR
Data:	Assinatura do Chefe do Poder Executivo:		

ANEXO II

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA / ABONO PARA FALTA, ATRASO, SAÍDA ANTECIPADA E COMPENSAÇÃO DE HORAS

SOLICITANTE:	Mês/Ano: XXXX/20XX
Nome: XXXXXXXXXXXXX	Matrícula: XXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXX	Lotação: XXXXXXXXXXXXX	
-------------------------	---------------------------	--

OCORRÊNCIA									
Data da Ocorrência:	Horário (Manhã)	Horário (Tarde)							
	FALTA								
	SAÍDA ANTECIPADA								
	TRABALHO EXTERNO (Cursos...)								
	OUTROS (Especificar):								

JUSTIFICATIVA									
(*) A Justificativa somente será considerada se houver comprovante em anexo									
	(*) Casamento								
	(*) Nascimento/Adoção de Filho								
	(*) Óbito de Familiar (Especificar Parentesco):								
	(*) Elaboração Boletim de Ocorrência								
	(*) Atestado Médico								
	(*) Acompanhamento de Filho / Dependente ao Médico								
	Cursos, Treinamentos, Seminários, Congressos, Palestras, Reuniões, Outros Casos...								
	Esquecimento de Registro do Ponto								
	Compensação de Horas	Horário (Manhã)							
	Data:								
	OUTROS (Especificar):								
COMENTÁRIOS:									
Data de Entrega:	Assinatura do Servidor:								

APRECIÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO									
	ABONAR								
Data:	Assinatura do Superior Imediato:								

APRECIÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO									
	DEFERIR								
Data:	Assinatura do Chefe do Poder Executivo:								

## ANEXO III

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



BANCO DE HORAS						
Ano:						
Mês:					Jornada de Trabalho	
Jornada de trabalho / dia:		08:00:00	07:30:00	às	11:30:00	
Saldo de Horas / mês anterior:		00:00:00	13:30:00	às	17:30:00	
SERVIDOR:						
	MANHÃ	TARDE				
DIA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	HORAS TRABALHADAS	SALDO DE HORAS DO DIA
1					00:00:00	00:00:00
2					00:00:00	00:00:00
3					00:00:00	00:00:00
4					00:00:00	00:00:00
5					00:00:00	00:00:00
6					00:00:00	00:00:00
7					00:00:00	00:00:00
8					00:00:00	00:00:00
9					00:00:00	00:00:00
10					00:00:00	00:00:00
11					00:00:00	00:00:00
12					00:00:00	00:00:00
13					00:00:00	00:00:00
14					00:00:00	00:00:00
15					00:00:00	00:00:00
16					00:00:00	00:00:00
17					00:00:00	00:00:00
18					00:00:00	00:00:00
19					00:00:00	00:00:00
20					00:00:00	00:00:00
21					00:00:00	00:00:00
22					00:00:00	00:00:00
23					00:00:00	00:00:00
24					00:00:00	00:00:00
25					00:00:00	00:00:00
26					00:00:00	00:00:00
27					00:00:00	00:00:00
28					00:00:00	00:00:00
29					00:00:00	00:00:00
30					00:00:00	00:00:00
31					00:00:00	00:00:00
Saldo do mês:		00:00:00				
				Saldo do mês anterior:		00:00:00
				Saldo para o próximo mês:		00:00:00
NOME E ASSINATURA		NOME E ASSINATURA				
Chefe Imediato		Servidor				

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 29 2015 FMS AVISO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 29/2015

AVISO RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 04/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público às empresas interessadas que promoveu à retificação do Edital acima epigrafado, cujo objeto é a aquisição de veículos de passageiros. A retificação é necessária para melhor compreensão das características técnicas dos veículos. Demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas, inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br), ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações: (48) 3435-3188. Siderópolis, 26 de junho de 2015.

Fabíola Cardoso Comin  
Pregoeira Oficial

# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC 101/2015

DECRETO Nº 101, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, crédito suplementar no valor de R\$ 117.093,71 (cento e dezessete mil, noventa e três reais e setenta e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

12.01 – SAMAE – Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto	
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativos do Samae	
3.3.90.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas .....	R\$ 530,00
3.3.90.00.00.00.00.3020 - Aplicações Diretas .....	R\$ 36.563,71
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água	
3.3.90.00.00.00.00.3020 - Aplicações Diretas .....	R\$ 40.000,00
2.035 - Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário	
3.3.90.00.00.00.00.3020 - Aplicações Diretas .....	R\$ 40.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro das fontes 3080 e 3020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 01 de junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº.138/2015

DECRETO Nº 138, DE 25 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LOURENÇO DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal LOURENÇO DE SOUZA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS do com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes por período de 90 (trinta) dias a contar do dia 25.06.2015 a 22.09.2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 25 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 067-2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

CONVENIO Nº: 804015/2014

CONTRATO REPASSE Nº: 1.017621-26/2014

MCIDADES/CAIXA

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 067/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução do projeto de pavimentação asfáltica sobre calçamento existente, por mais cento e vinte dias.

TIGRINHOS/SC, em 26 de Junho de 2015.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA CONCORRÊNCIA N.º 09 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA N.º. 09/2015 - FCT

Às nove horas, do vigésimo sexto dia, do mês de junho de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para abertura dos envelopes de proposta de preços apresentados pelas empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA – EPP e MOISES GUILHERME CARESIA ME habilitadas no processo licitatório Concorrência nº 09/2015 – FCT.

Iniciada a sessão, a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, verificou-se que os preços apresentados pelas empresas foram os seguintes:

- TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA – EPP: R\$ 33.550,00 (trinta e três mil e quinhentos e cinquenta reais);
- MOISES GUILHERME CARESIA ME: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Nesse sentido, da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA – EPP, haja vista que, nos termos do item 8.1.6 do Edital, apresentou a melhor proposta, ou seja, R\$ 33.550,00 (trinta e três mil e quinhentos e cinquenta reais).

O envelope da empresa JOAQUIM SILVERIO DOS REIS JUNIOR ME, inabilitada no certame, fica disponível para ser retirado junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2015 PMT - SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIOS X

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 05/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raios x, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde – FMS, (Repetição do Pregão Presencial – Registro de Preços nº 04/2015 FMS – com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Assemmed Especialistas Médicos Associados.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/06/2016

Timbó, 25/06/2015  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

### EXTRATO CONVÊNIO 2015.18 SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N.º. 2015/18

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

CONVENIADO: ESTADO DE SANTA CATARINA através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC.

OBJETO: cessão, pelo CONVENIENTE ao CONVENIADO, de servidor público municipal (RENATO PINTO JUNIOR) ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, com a finalidade de auxiliar na execução das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó. Data da Assinatura: 08/06/15.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó



**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19.2015 PMT - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de avaliações de imóveis urbanos da Cidade de Timbó, para fins diversos, atendendo as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Mapa Imobiliária Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/03/2016

Timbó, 17/03/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

# Três Barras

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2015

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 004/2014, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 29 de junho de 2015 até 08 de julho de 2015, das 08:00hs às 12:00hs e 13:15hs às 17:00hs na Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 004/2014.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 26 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

### ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Psicólogo	Marilene Motelewicz Vossgrau

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2040

DECRETO Nº 2.040/2015

CONVOCA A III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE TREZE TÍLIAS/SC, NOMEIA COMISSÃO PREPARATÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988 e no disposto na Lei nº 53/2013 do Sistema Municipal de Cultura.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocada a III Conferência Municipal de Cultura, a realizar-se nos dias 07 e 08 de agosto de 2015, no Centro de Eventos Maria Thaler Moser, em Treze Tílias/SC - Rua Antônio Carlos Altenburger, s/n, centro - CEP: 89.650-000, sob a coordenação da Secretária de Cultura e Esportes, Gabriela Rugere de Oliveira Jorge, responsável pela Conferência juntamente com a Comissão Preparatória composta pelos seguintes membros:

Sociedade Civil  
Agnes Klotz Ceron  
Werner Thaler  
Karin Vasconcelos

Poder Executivo  
Gabriela Rugere de Oliveira Jorge  
Dirlei Barbieri Rofner

Artigo 2º - São objetivos da III Conferência Municipal de Cultura:

I – Propor estratégias de articulação e cooperação institucional com os entes públicos municipais e destes com a sociedade civil, que dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para a consolidação do Sistema Municipal de Cultura;

II - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

III - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura locais o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

IV – Capacitar os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais para desenvolver suas funções, bem como proporcionar informações à comunidade acerca da importância do Sistema Municipal de Cultura.

Artigo 3º - O tema geral da III Conferência Municipal de Cultura será "A democracia participativa e a importância do Conselho Municipal de Cultura", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional.

Artigo 4º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a III Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Municipal, composta por no mínimo cinco e no máximo sete integrantes entre representantes do executivo e da sociedade civil local, que terão as seguintes atribuições:

I – definir o Regimento Interno da III Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II – auxiliar na organização da III Conferência Municipal de Cultura;

III – assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da III Conferência Municipal de Cultura;

IV – dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Parágrafo único. Fica a Secretária de Cultura e Esportes responsável pela coordenação da Comissão Organizadora Municipal.

Artigo 5º - A III Conferência Municipal de Cultura de Treze Tílias será presidida pelo Prefeito Municipal, na sua ausência ou impedimento, pela Secretária de Cultura e Esportes, Sra. Gabriela Rugere de Oliveira Jorge, responsável pela Conferência.

Artigo 6º - As despesas relacionadas à realização da III Conferência Municipal de Cultura são de responsabilidade do município.

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
29 de junho de 2015.  
MAURO DRESCH  
Prefeito de Treze Tílias

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

GABRIELA RUGERE DE OLIVEIRA JORGE  
Responsável P/ Expedição em Exercício

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 86/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO nº 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ATENEIA A. L. DE ALMEIDA SCHETTINI RIBEIRO - ME

OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 10.560, (dez mil quinhentos e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 86/2014.

Vargeão, SC, 24 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PROCESSO 032/2015 TP 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

Objeto: Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra na instalação de Iluminação Pública em parte da Rua José de Alencar – Centro e Loteamento Giasson na cidade de Vargem Bonita e, iluminação do Campo de Futebol Suíço de Campina da Alegre, neste Município de Vargem Bonita - SC, mediante o Regime de Empreitada por Preço Global, conforme especificações contidas no Memorial Descritivo, Projeto Elétrico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais documentos que compõem o Projeto Executivo de Engenharia, parte integrante do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Recursos: Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes de Documentação e Proposta: até às 09hrs00min (nove horas), do dia 16 de Julho de 2015.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 16 de Julho de 2015 às 09hrs30min (nove horas e trinta minutos).

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 26 de Junho de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 200/15

ATA – 200–Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião extraordinária para deliberar sobre o seguinte assunto de pauta. 1) Posse de Conselheiro Tutelar. O Presidente do CMDCA, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Alvir Lirio Barzotto deu início aos trabalhos cumprimentando os membros do Conselho, e prosseguiu falando a respeito das atribuições de conselheiro tutelar, explicou também acerca das responsabilidades que o conselheiro adquire ao assumir o cargo, após as explicações os membros do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) deram posse ao novo conselheiro Sr. Lairton Jose Bolico Joaquim, que iniciará seus trabalhos no Conselho Tutelar dia vinte e cinco de junho de 2015. Em seguida a comissão eleitoral permaneceu reunida para realizar o 2º Termo de Retificação do Edital 002/2015, para escolha dos membros do conselho tutelar, eleições unificadas, ficou definido que a avaliação psicológica se realizará no período de vinte a vinte e quatro de julho do corrente ano, as modificações ocorreram em virtude do processo licitatório da empresa que realizará a avaliação psicológica estar em andamento. Os membros da comissão eleitoral também realizaram a confecção da prova escrita para selecionar os candidatos a conselheiro tutelar no processo das eleições unificadas, a mesma será aplicada no próximo domingo dia vinte e oito de junho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Alvir Lirio Barzotto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

### DECRETO Nº 12.098/15

DECRETO Nº 12.090/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAIARA DREHER SCORTEGAGNA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.114/15

DECRETO Nº 12.114/15 DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica

01 – Assessoria Jurídica

2.008 – Manutenção da Secretaria da Assessoria Jurídica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0395 Aplicações Diretas 32.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 32.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.115/15

DECRETO Nº 12.115/15, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.008/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10623/2015,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.008/15, que nomeou STHEPHANIE CONCEIÇÃO DA SILVA, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.116/15**

DECRETO Nº 12.122/15, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Membros para comporem Comissão Especial de Organização e Promoção da 1ª EXPOVIDEIRA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta na Lei Municipal nº 3.237/15,

#### **DECRETA**

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes da Comissão Especial de Organização e Promoção da 1ª EXPOVIDEIRA os seguintes membros:

I – Comissão Executiva e Central Organizadora

- a) WILMAR CARELLI
- b) CLEMIR SCHMITT

II – Comissão de Bilheteria e Acesso

- a) DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
- b) ISABEL APARECIDA BALBINOT

III – Comissão de Compras, Assessoria Jurídica, Licitações e Contabilidade

- a) LUCIANE SANTOS
- b) LUCÉLIA FEDRIGO
- c) POLIANA HAAS
- d) MARIA ANGÉLICA VANZ

IV – Comissão de Comunicação e Identidade Visual

- a) SILVIA PALMA
- b) JOSIANI UGOLINI

V – Comissão de Seminários

- a) JOSÉ RENATO BORGES
- b) EDSON LUIZ OTTO
- c) CAROLINE PANCERI
- d) CAROLINE MARTELLO

VI – Comissão de Shows e Atrações

- a) ILIANA SCHULER
- b) VALDENICE SCHNEIDER
- c) ROSANI SCHNEIDER

VII – Comissão de Expositores e Gastronomia

- a) JAIRO VIEBRANTZ
- b) ELEANDRO PAZIN
- c) DAVID CORDEIRO SCHMIDT

VIII – Comissão Feira do Conhecimento

- a) FERNANDO FÁVERO

- b) LEONARDO BOM GUSE
- c) IDIANE CAETANO GONÇALVES

IX – Comissão de Infraestrutura

- a) DINILSO GAIO
- b) YURI HENTZ
- c) LEOBERTO JOÃO MORGAN

X – Comissão de Segurança

- a) GILBERTO LUIZ BOSCHETTI
- b) CARLOS MANENTI

XI – Comissão de Secretaria

- a) VIVIANE SPORR
- b) DEJANIRA DENTI
- c) MAYNARA GUILL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2015  
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.117/15**

DECRETO Nº 12.117/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação Estadual e Federal, o artigo 87, V da Lei Orgânica Municipal, o art. 7º da Lei Complementar nº 149/14, de 12 de junho de 2014 e, o Decreto nº 11.189/14, de 15 de julho de 2014,

#### **DECRETA**

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, os seguintes membros:

I - COORDENADORIA MUNICIPAL:

- a) Coordenador: Dinilso Antonio Gaio
- b) Secretária: Sandra Baldo
- c) Setor Técnico: Raquel Bruschi
- d) Setor Operativo: Nilson da Motta

II - ÓRGÃOS SETORIAIS:

- a) Vice-Prefeito Municipal: Jorge Antonio Lopes de Oliveira
- b) Presidente da Câmara Municipal: Christiane Zimmer
- c) Secretário (a) de Assessoria Jurídica: Rubens Márcio Pavarin
- d) Secretário (a) de Administração: Valmor Luiz Dall'Agnol
- e) Secretário (a) de Finanças: Alexandre Ganasini
- f) Secretário (a) de Planejamento: Arnaldo Posanske
- g) Secretário (a) de Desenvolvimento Econômico: Leonardo Bom Guse
- h) Secretário (a) de Infraestrutura: Volnei Granetto
- i) Secretário (a) de Agricultura e Meio Ambiente: Celso Brancher
- j) Secretário (a) de Educação: Roberta Aparecida Martinez

- k) Secretário (a) de Turismo e Cultura: Clemir Schmitt
- l) Secretário (a) de Saúde e Ação Social: Maria Eneida Furlin Dresch
- m) Gerente da EPAGRI: Vinicius Caliar (representante)
- n) Gerente da CIDASC: Mário Milani
- o) Gerente da CELESC: Tânia Maria Zaffari Farias
- p) Gerente da CASAN: Alcides José Bocca
- q) Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira: Dorival Borge

### III - ÓRGÃOS DE APOIO:

- a) Representante da 128ª Junta de Serviço Militar: Maristela Maria Vincenzi
- b) Representante da Polícia Civil: Adriano Delfino Moreira
- c) Representante da Delegacia Regional de Polícia: Sérgio Sztachera Júnior
- d) Representante da Polícia Militar: Cristiane Kunz
- e) Representante do Corpo de Bombeiros Comunitário: Eduardo Frâncio
- f) Representante do Corpo de Bombeiros Militar: Júlio Carlos de Oliveira Reisdorfer
- g) Representante do Poder Judiciário: Sônia Maria Cardozo dos Santos
- h) Presidente do Lions Clube de Videira – Centro: Marcio Marcon
- i) Presidente do Lions Clube de Videira - Perdizes: Cilair Pelentier
- j) Presidente do Leo Clube de Videira: Júlio Cezar Moriggi
- k) Presidente do Jeep Clube de Videira: Aldo Gazzi
- l) Presidente da Cooperativa Agropecuária de Videira: João Odelar Novelo (representante)
- m) Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL: Jacir Felquilquer (representante)
- n) Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira: Renato Michael Carneiro Borges (representante)
- o) Vice-Reitor da UNOESC - Campus de Videira: Ricardo Peretti (representante)
- p) Chefe do Posto da Receita Federal: Luiz Alberto Lazzarotto
- q) Gerente da Exatoria Estadual: Alberto Lidani
- r) Representante da União das Associações de Bairros de Videira: José Diomir de Oliveira
- s) Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA: Francisco Cipolli Montenegro Filho
- t) Representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID: Jonatan Galio
- u) Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.912/14.

Videira, 23 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.118/15

DECRETO Nº 12.118/15, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.942/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10840/2015,

### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.942/15, que nomeou ROBSON LUIS SOARES, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.119/15

DECRETO Nº 12.119/15, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Odontólogo – Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

### RESOLVE

Art. 1º Nomear, RENATA MARQUES DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo – Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.120/15**

DECRETO Nº 12.120/15, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VITOR HUGO RICCIARDI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.122/15**

DECRETO Nº 12.122/15, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Membros para comporem Comissão Especial de Organização e Promoção da 1ª EXPOVIDEIRA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta na Lei Municipal nº 3.237/15,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes da Comissão Especial de Organização e Promoção da 1ª EXPOVIDEIRA os seguintes membros:

I – Comissão Executiva e Central Organizadora

a) WILMAR CARELLI

b) CLEMIR SCHMITT

II – Comissão de Bilheteria e Acesso

a) DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

b) ISABEL APARECIDA BALBINOT

III – Comissão de Compras, Assessoria Jurídica, Licitações e Contabilidade

a) LUCIANE SANTOS

b) LUCÉLIA FEDRIGO

c) POLIANA HAAS

d) MARIA ANGÉLICA VANZ

IV – Comissão de Comunicação e Identidade Visual

a) SILVIA PALMA

b) JOSIANI UGOLINI

V – Comissão de Seminários

a) JOSÉ RENATO BORGES

b) EDSON LUIZ OTTO

c) CAROLINE PANCERI

d) CAROLINE MARTELLO

VI – Comissão de Shows e Atrações

a) ILIANA SCHULER

b) VALDENICE SCHNEIDER

c) ROSANI SCHNEIDER

VII – Comissão de Expositores e Gastronomia

a) JAIRO VIEBRANTZ

b) ELEANDRO PAZIN

c) DAVID CORDEIRO SCHMIDT

VIII – Comissão Feira do Conhecimento

a) FERNANDO FÁVERO

b) LEONARDO BOM GUSE

c) IDIANE CAETANO GONÇALVES

IX – Comissão de Infraestrutura

a) DINILSO GAIO

b) YURI HENTZ

c) LEOBERTO JOÃO MORGAN

X – Comissão de Segurança

a) GILBERTO LUIZ BOSCHETTI

b) CARLOS MANENTI

XI – Comissão de Secretaria

a) VIVIANE SPORR

b) DEJANIRA DENTI

c) MAYNARA GUILL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2015

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.123/15**

DECRETO Nº 12.123/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Ratifica a homologação da inscrição, referente ao Concurso Público – Edital nº 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, no Decreto nº 10.011/12, bem como nos Itens 3 e 11, Subitens 3.12 e 11.1 do Edital nº 001/15, de 14 de maio de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica ratificada a HOMOLOGAÇÃO das inscrições referente ao Concurso Público – Edital nº 001/2015, publicada na data de 26 de junho de 2015, no endereço eletrônico: [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br), em conformidade com os Itens 3 e 11, Subitens 3.12 e 11.1, do referido edital, constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO  
DECRETO Nº 12.123/15  
EDITAL Nº 001/15

#### MÉDICO

Nº Inscricão	Candidato	Reg. Geral
2	RAFAEL ROBERTO CARDOSO	48003083
17	LEONARDO HIDEKI MORITA	3992680
18	RODRIGO DE SOUZA FIDELIS	1.205.528
21	JAIL COELHO DE ALMEIDA	8058549018
22	JULIO EBRAIN NERIS	4894556
23	MARIANA CASSOL	1086926563
24	MELANIE ANA SCHADECK NETTO	7091977277
28	MARIA CYSNE BARBOSA BURATTI	MG10396339
31	HENRIQUE VENTURA OLMOS	6286402
33	GUSTAVO ARAUJO DE ALMEIDA	61254331
35	LUCAS MELO DE FREITAS	5055001381
36	MATHEUS MORO	38308150
39	RODRIGO NELSON DALLAZEM	3680451
40	JOEL WORMA DE SOUZA	3409330
41	CAROLINA CECILIA FINKLER SCHMIDT	130366988
42	LENNON FELLIPE DIAS NUNES	MG8949359
49	JEAN ALEXSANDRO PASCOAL	1068723
51	ÂNGELA WOLFARDT	4173764
53	PEDRO JOSEPH ARGENTA NICOLETTI	4345026
55	GILEYRE RINALDI FAVATO	97935025
56	RAFAEL TÚLIO PIAI	78024267
59	IRON PEDRO GIACOMELLI	5.240.700
60	JEFFSON PEREIRA COSTA	2004034014458
62	SÉRGIO GOMES MACIEL	137067579
65	MARIANA FOSSATTI	4.150.841-6
67	FLÁVIO JOSÉ MEDEIROS MARTINS JÚNIOR	47784210
68	JHONATHAN ALCIDES ELPO	5508287
71	MARCOS ANTONIO THEREZA FILHO	43.954.170-0
73	EVERTON ZENI	2064962059
74	FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK	4928485
75	ELOYVE FRANCIEL VANZ	4260486
76	MARLON ALEXANDRO STEFFENS ORTH	3927212
77	FELIPE SIMIONI DOS SANTOS	2068475652
79	YURI ALFARO	4319029
80	NATHALIÊ GALVAN	4260088
81	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	4070008
83	GERSON BOTH	52815560
88	JACSON ANTONIO SANT'ANA	3291740
89	MARCELO DOS SANTOS GOMES	3069273138
90	ELTON BRANDÃO DOS REIS	MG-15.754.765
93	ILDEU SOARES CALDEIRA JÚNIOR	m6987136

94	SÉRGIO ANTÔNIO DE SOUSA SIROTHEAU CORRÊA	2239122
95	CAROLINA FARIA DE SOUZA	001044400
96	DIOGO ANTONIELO	6025223
97	ANDREI GABRIEL DE MELO	55206913
98	JULIANA STEFANI	70778297

#### MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Nº Inscricão	Candidato	Reg. Geral
14	RODRIGO BORSATTI NEVES DA FONTOURA	1058363837
30	MAIRA VIEIRA CONCI	22287566
47	DANIEL MACHADO	156082706
50	GABRIELA NOGUEIRA LORENZI	2070820754
54	ELIZABETH VIECELI	3947716
85	MILENA QUIRINO GOMES	3882896
91	CHARLES SCHWANTZ DE LIMA	7056598563

#### MÉDICO PEDIATRA

Nº Inscricão	Candidato	Reg. Geral
5	FREDDY FUERTE GUTIERREZ	139604776
16	MAGALY VAZ DE SOUZA	52186261

#### MÉDICO PSIQUIATRA

Nº Inscricão	Candidato	Reg. Geral
26	JOAQUIM MIRANDA DA SILVEIRA	6751699
32	MAYCON JOSÉ PALOSCHI	4023572
64	ANDRÉ RONCHETTI	5812553
78	EDUARDO GIACOMINI	60711992

**DECRETO Nº 12.124/15**

DECRETO Nº 12.124/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Ratifica a homologação das inscrições, referente ao Processo Seletivo – Edital nº 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, no Decreto nº 10.011/12, bem como nos Itens 3 e 11, Subitens 3.12 e 11.1 do Edital do Processo Seletivo nº 001/15, de 15 de maio de 2015;

**DECRETA**

Art. 1º Fica ratificada a HOMOLOGAÇÃO das inscrições referente ao Concurso Público – Edital nº 001/2015, publicada na data de 26 de junho de 2015, no endereço eletrônico: [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br), em conformidade com os Itens 3 e 11, Subitens 3.12 e 11.1, do referido edital, constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO  
DECRETO Nº 12.124/15  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/15

**AGENTE ADMINISTRATIVO II**

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
3	CLENI APARECIDA GAIO	5218390
6	CIONE ALMEIDA DE CARVALHO	5060777
14	SABRINA DOS SANTOS GRASSI	6754624
16	CASSIANE MORAIS	41331184
18	JÚLIO CÉSAR REBELATTO	5895278
20	TUANE CRISTINE SAVIAN	5585033
28	IVETE DE FATIMA SALES	6632622
31	FABIOLA RIBEIRO DE GOES	6523039
35	MURILO HENRIQUE ACADROLI	5813919
37	JULIA OLIARI	5060257
44	FERNANDA BRUSCHI	5127722
56	FABIANE ALVES DE OLIVEIRA	54676886
64	JANAINE THERE STRAPAZZON	5218568
66	JOSIENNI GILVANDA DE FARIAS	8169046
82	FRANCISLAINE WALTER DAMBRAZ	5663382
88	LACI TEREZINHA MACIEL STRAPAZZON	582639-0
95	FELIPE ABATI	3947919
101	MARIANA MILANI	5813052
113	TALYNE OLINGER CORTESE	2921766
139	ALINE DE MELLO	5393498
141	MÁRCIA BRUNETTI MATIAS	3989131
145	ESTHER EGER DA SILVA	4623263
147	LILIAN APARECIDA VON MUHLEN	3761919
153	LARISSA BOTTEGA	5614403
169	ADRIANA BRESCIANI	3828288
183	ADRIANO ZUBELDIA	4624817
184	LUCIANA ZUBELDIA	4624831
185	ALESANDRA GIELOW	5585469
187	GUSTAVO ARTHUR ZATTA	6309163
199	SABRINA VALESKA DE OLIVEIRA	5813431
214	LIDIANI DORALINA LUZITANI	3680760
217	CAROLINE BASTIAN DE LIMA	6247571



220	MARINA MEZAROBÁ	5895567
224	ANDRESSA TROMBETTA	5060344
231	ADRIANA MAGALHÃES	6633781
234	CINTIA CORDEIRO THIBES	5.173.872
244	LUCAS PANAZZOLO	5219573
246	FRANCIELE DE SOUZA	4785148
254	ANA PAULA DALZOTTO PAULETTI DE GOIS	5769147
255	NILTON HANSEN JR	52187136
257	MARA ASSUNÇÃO BELLOZUPKO LONGO	2.110.311
266	SABRINA SURDI	5544541
271	ANDERSON RIBEIRO DE OLIVEIRA	4948468
287	FRANCIELLE ROSA	6066417
290	JAQUELINE BARBOSA VIACELLI CUSTÓDIO	4078022201
292	FRANCIELI DAL LAGO	6115074
307	KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS	5173088
308	FLÁVIA MOREIRA DE ALMEIDA	566813
309	MATHEUS JOSÉ GEMELLI	5895526
311	LUCIANA OGLIARI	5895417
312	LAIES MARIA ZANELLA	5101211851
313	QUÉREN SARAIVA GOMES	7083119912
314	JAQUELINE LUIZA SOMMER	861699
316	ALYNE GUEDES MACHADO	6041819
321	CAROLINE APARECIDA MAFRA	53931203
328	CLEMARI SANTOS	4182303
335	THAIS RENATA TERCI	5927901
336	TAOANA SOARES	5393667
337	JOSIANE FELCKILCKER RETTORE	5060729
341	JESSICA LUENE MELLO	131278748
346	SCHAIANA DE SOUZA	5.895.203
351	CLAUDIA CESCA	5173711
356	JULIANA SOUZA	5095666
358	JHONATAN PISTORE	5828027
359	KARLA NAVA DOMINGUES	4948762
360	ANA CAROLINE COSTA LOPES	5813250
363	VANDERLEIA RETTORE BERTELLI	4443524
366	JOED FIGUEIRÓ RIBEIRO	5828587
370	DANIEL DOS SANTOS	6066591
372	CAROLINE QUEIROZ AMARAL	15851321
377	BIANCA LUIZA SOARES DA SILVA	6134380
379	CAROLINE DALLAGO	4784289'

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
4	GESIANY GLORIA GRAHL	5338516
10	FERNANDA LEITE DA FONSECA	6978758
24	MADALENA DEMORI	861540
45	DEYSI DE LIMA SERAFINI	54603889
46	LUCIANE IZABEL COLOMBO	4623354
47	DANIELA ANTUNES DE CASTRO	3362846
48	NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ	2977570
49	JUCÉLIA ALMEIDA DE SOUZA	3.460.181
52	CLEBERTON LUCAS RODRIGUES	5614031
54	SALETE PIRAN SILVEIRA	1913714
59	DAYANE DEICKE	4948139
65	ADAO ADAIR ALVES VERA	24058939
79	CLEIDINEIA DOS SANTOS KOHLER	3304391
80	DAIENE NUNES PINTO MENDES DE ARAUJO	43698697
86	NELCI DOS SANTOS DA SILVA	3293924
105	ROSELI AP CARDOSO LOPES	52199401
109	ARLENA SOARES DOS SANTOS	10/C-3.362.842
111	CLEIDE XAVIER DE BARROS SANDRI	3411450
132	SANDRA FARIAS SILVA	1345845707
133	ROSELI ALVES PEREIRA VEIGA	4329216



138	CARINE TEREZINHA ROSA	4499246
148	CATIANE APARECIDA BOCCALON	5127119
149	ADRIANI RODRIGUES SETTI	3828173
151	CLEISE SABRINA RODRIGUES	5614057
156	GENTILA B. SCUCIATO	51960653
162	SUZANA APARECIDA DE OLIVEIRA BALESTIERI	3887574
163	MONICA APARECIDA DA SILVA OTTO	5060384
168	VIVIANA BIANCHIN	4929374
170	NEIVA TEREZINHA ZANCANARO MECABÔ	1076158
181	MATHEUS DOS SANTOS RODRIGUES DE OLIVEIRA	5813553
197	MARLENE SALETE DALLPOSSO	2406667
211	ELIZETE NUNES FANCA	3828440
216	CENIRA PIRES	3989886
218	TAILIS ROSSI	5895884
219	LAIS CRISTINA ROSSI	5585086
221	ELISANGELA VIERGUTZ	4784358
240	EDINA APARECIDA DOS SANTOS VIRGUTZ	6128528
249	KATIANE DA SILVA NUNES	5467307
259	DORVALINO MORET	17956264
265	ELENI ELIA NAWROSKI	2405580
270	ELIANE GENELICE RIBEIRO	2405543
272	IVETI APARECIDA DE GOES	8/R- 2.595.577
278	CLAUDECIR RODRIGUES	4623887
300	DELACIR APARECIDA MARQUES	10r1913894
303	JAQUELINE DELFES DOS SANTOS	2927260
310	MARILICE ALVES MOREIRA	3484678
322	CLAUDIA ADELAIDE FACCHIN	2977617
345	MAIARA THAISA FERREIRA	6201421
348	ISABELA LARISSA DE OLIVEIRA SPECART LINS	5895408
355	FERNANDA RIBEIRO	5.614.354
361	HELENA DE FATIMA DA SILVA	36807060
362	MARISA COSTA	1689250

## AUXILIAR OPERACIONAL

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral				
38	ANDERSSON VOLPATTO	4784392				
43	EDSON RAUL ALVES	2406127				
50	NAEL ISAIAS PELENTIER	6066862				
55	ALEX COSTA DOS SANTOS	5813590				
63	JOSE HERNANI PENSO	583245				
73	NILSON JOSE DE OLIVERIO	19128312				
78	CLODOMIRO GOMES DE GOIS	1103462				
83	TEREZINHA SALETE DE LIMA	4182115				
84	GILMAR FRANCISCO RAMOS	2.973.792				
89	FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS DE SOUZA	5467315				
91	LEANDRO ORBANO	5393733				
96	JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ	2971405				
97	IVANIR CAMARGO SOUZA	1.684.533				
103	ROSALINO LUIZ MANENTI	1913641				
108	JOCIANE KOKOWIC	4.443.489				
115	FLAVIO MAURINA	1091827145				
117	DIEGO RODRIGO DAMBROS	6201667				
118	TALITA PAULA MARTINS	5.895.931				
120	SIMAO RISSI	4623542				
125	MARIA VITÓRIA CESCA	5393465				
126	OZIEL ALVES FABRICIO	354196893				
157	IRACI PAZ MAURICIO	1100263				
171	CLEOMIR JOSE FRIEBEL	5127195				
173	LEANDRO MARCELO SCHNEIDER	2972142				
178	DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA	789790				
179	WILSON RIBEIRO DE CAMPOS	1.101.698				
180	GLAUDECIR JOAO PIRES CURUCA	1339711				
188	JOACIR CARLOS ANTUNES REI	2407612				

189	LUCAS DE ALMEIDA BESEN	5895191				
190	ROQUE PANIGAZ	3246134				
191	DERLI BORGES DE OLIVEIRA	1.337.688				
193	LUCAS PADILHA	6847297				
209	JOSÉ ELVIS DE MORAES	5.895921				
210	JEFERSON PADILHA	6.309.162				
212	NILSON DE OLIVEIRA	492620				
230	DOMINGUINHOS BATISTA	2.110.461				
235	GERALDO ROSA	1076154				
237	ANTONIO CARLOS ROSSETE	3320273				
239	SERGIO ANTONIO BOLSANI	785435				
247	JEFERSON DA SILVA	4.623.824				
251	ABEL BARBOSA	2.112.502				
269	ALFREDO FERMINO ROSSETE	3411901				
298	DAVISSON PADILHA	5813240				
331	AURELIO RODRIGUES DA SILVA	2.118.116-0				
332	DANIELE BORGES DE OLIVEIRA	51732777				
ENFERMEIRO						

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
13	HELEN	51738767
17	ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA	4499439
39	MORGANA MAURA BRUM GRADE	5779056
76	MARÍLIA BARBOSA DO VALE	246608988
77	DAGLIE CARLA GALVAN	4.134.606
85	BRUNA APARECIDA SAVIAN	5218283
155	CLEIVANIA PELIM	3989572
196	ROSELI POLI	2792192
198	DEIZI LICIANE PADILHA	5060716
201	ANDERSON GONDIM ROQUE	108882036
203	HÉRICA APARECIDA BRESSAN	5995706
204	ALINE FERREIRA DE SALES	5393778
208	IVANA M.G.GRAHL	4002150
242	DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO	97987930
243	NEURIDIANE ISABELITA PASQUALIN	3887957
245	ANA CLAUDIA SCHAITEL PITTOL	5060027
262	CÍNTIA APARECIDA AMAZONAS DE QUADROS	4059854
275	CAROLINE RITA TORTELI	5641350
276	PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI	4399938
280	MIRIAM LUCIANE KOWALCZKI	4063277
319	ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS	3589861
340	ALINE MANDELLI	4487985
350	RAFAEL LUIZ DE MELLO	4928416
352	MARISTELA RIBEIRO	4260209
375	SANDRA URBANO DOS SANTOS	3.989.997

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA		
---------------------------	--	--

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
51	ARI VALENTIN FERREIRA	1880591
62	GUSTAVO CRESTANI FRANCO	5654191
67	JUSSARA TIEPO	26961628
74	ALYSON GATTERMANN ROMÃO	3919013
75	ROBERTO NUNES DOS SANTOS	4059483
87	LUCIMAR OGLIARI	5813815
93	CRISTIANO MARTINS VENTURA	4260949
121	JEFERSON LUCAS DE MELO	5127168
134	MIGUEL CRISTIANO BARBOSA	106142653
146	MARCIO OGLIARI	3989299
150	MARLEI TEREZINHA RIGO PERAZZOLI	2.666.711
154	WAGNER MIOTTO	37619411
160	JOSUE GILBERTO RIEDI	3722836

161	VALDIR FOSCHIERA	2663973
182	MOISES GIOVANI OLIVEIRA ALVES	33472688
207	MAURICIO DA SILVA	4.784.503
225	DILTON ALEXANDRE DA SILVA	3099927
264	LUCIANO ZUCCHETTI	4260965
277	SIDIMAR GASPAR DA MAIA	091884876
333	ARMELINO PEREIRA	10/C3246727
347	VALMIR JOSE ANTUNES DE SOUZA	3627505
349	SILVANO DIAS	4978530
353	HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS	4369214
354	CLAUDEMIR JOSE CASAGRANDE	16844866
357	MARCOS JOSÉ DOMINGUES DE SOUZA	3884.855
365	IZAIAS GONÇALVES	4182361

## PSICÓLOGO

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
7	JANE MARIA ANDRETTA	5327608
9	ANDRESSA MORGANA ABATI	4182790
19	JOANA BRUGNARA	5.158.391
60	RAFAELA ZIEGELMAIER RIBEIRO	3722907
110	GILVANA CAMILA MARAFON	4182386
131	PRISCILA LUVISON	4978587
159	TATIANE PEREIRA DOS SANTOS	4508175
172	VIVIANE DOS SANTOS	5544451
223	PATRICIA ZIMMERMANN	5127970
228	ANDRIELI PEREIRA DA SILVA	3895526
252	ISABELLA ANGELICA NEUMANN	43719724
282	ERICA TOMAZI RIBEIRO	4948820
289	TATIANA FOGOLARI	7098861961
296	SIMONE PANAZZOLO TORESAN	2,404,134
304	ALINE RODRIGUES	5467918-4
305	THAÍS ANDRESSA HEPP	53931106
320	MACLEISE TRENTO	49781669
323	CESAR CINI	1262004/7
338	MAIARA LAMB	500726
342	KÁTIA TOAZZA	9064429799
344	KARINE CAMPAGNARO MATIAS	5218060
367	NEUDO INNOCENTI	1889423
368	ANDRESSA BALBINOT LOCATELLI	4885607
371	JORGIANE APARECIDA FRIGERI	55467555
373	JOSLEI LUIS MARTINS	4249245
378	CAMILA CARNEIRO STEDILLE	125820042

## TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
2	RAFAELA BUYNO DE OLIVEIRA	5127661
15	VANESSA RIBEIRO SIVEIRA	5219445
21	ADRIANA APARECIDA GOMES	2977390
22	JOSIENE FRANCISCA DA SILVA	5857469
36	GREICY BRUSCHI CARINHATO	5127966
58	MARILEINE DA SILVA	4623208
102	SIMARA CIVIDINI	4978726
107	ANTONINHA FUMAGALLI DA SILVA	6660572
116	MARINES REIS	19143184
142	LEILA REGINA GIELOW	4948237
164	DEBORA JUCINEIA VOLFE	4978642
174	JULIANA CRISTINA PETRY	5219338
205	DILCE CENDRON STIRMA	21186103
215	MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI	4784159
222	LORECI APARECIDA MUNARI	3887320
226	LUCIANE RABUSKE	4624560
232	ANA KOZAK	385918318

241	IVONETE FERREIRA CHAVES	2668408
258	DAIANE DA SILVA COITO VEIGA	4784051
263	JUCELIA FABRICIO DONATTI	2666310
281	ANGELA APARECIDA LOPES	29715024
283	LEONDINA MALACARNE	33529708
286	MARIA RIBEIRO SANTOS MORAES	4.785.723
293	MARCIO DIAS BARBOSA	9057459456
294	IZABEL DE GOES	3049195
295	RAQUEL DE GOES	4133452
315	JUSSARA RODRIGUES DE MORAES	4133658
324	MONALISA HELENA XAVIER DA SILVA MOREIRA	4948024
325	MARIA APARECIDA SCHAITEL	1912260
326	JUSSARA TAFFAREL	5813447
327	TANIA MARIA ZCHORNACK BEZ	4784583
364	SONIA RODRIGUES DA SILVA	4249524

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/15

### SECRETARIA DE FINANÇAS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 022/2015

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto na Lei Orgânica, artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85), artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta nos Autos de Infrações e seus anexos, os quais se encontram à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária,

#### DECLARA

Notificamos o contribuinte abaixo relacionado, por se tratar de uma empresa baixada referente ao lançamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias:

Contribuinte: REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS FERRAU LTDA ME  
Endereço: Rua Nossa Senhora da Saúde, Bairro De Carli, Município de Videira/SC  
Inscrição Municipal: 2049777 CNPJ: 79.493.169/0001-80 - Processo Administrativo 9932/2015.

Auto de Infração nº 72/2015 Data de Emissão: 22/06/2015 Valor: R\$ 412,31

Descrição: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação Legal: Infração: Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 73/2015 Data de Emissão: 22/06/2015 Valor: R\$ 549,74

Descrição: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do ano de 2015, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação Legal: Infração: Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação

obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85 (Código Tributário Municipal). Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 25 de junho de 2015.

Alexandre Ganasini  
Secretário de Finanças

## PORTARIA Nº 0458/15

PORTARIA nº 0458/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10710/2015;

#### RESOLVE

Declarar estável a servidora ROSENIR CORSO, Assistente Social, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de junho de 2015.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0459/15**

PORTARIA nº 0459/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10708/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora ELIANE MARIA SASSO, Técnico de Enfermagem, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de abril de 2015.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0460/15**

PORTARIA nº 0460/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10709/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora MARCIA TEREZINHA KONIG, Técnico de Enfermagem, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de maio de 2015.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0461/15**

PORTARIA nº 0461/15

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9727/2015,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio do servidor DOMINGOS RUFINO, Trabalhador Braçal, o qual será computado em dobro, totalizando 113 (cento e treze) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 20/05/1991 até 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0462/15**

PORTARIA nº 0462/15

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9857/2015,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio do servidor IVO LUIZ TONETTA, Motorista III - Ônibus, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 até 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0463/15**

PORTARIA nº 0463/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2489/2015, nomeada pela Portaria nº 0304/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 25 de junho de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2489/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0465/15**

PORTARIA nº 0465/15

Revoga a Portaria nº 0520/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como na Comunicação Interna da Secretaria de Administração;

**RESOLVE**

Revogar, a partir de 02 de junho de 2015, a Portaria nº 0520/14, que designou SANDRA BALDO, para exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2015.

Videira, 23 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0466/15**

PORTARIA nº 0466/15

Designa Sandra Baldo para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2015.

Videira, 24 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015- PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 93/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AULAS DE DESENHO, DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 09/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 26 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO, COM ÁREA TOTAL DE 4.352,00 M², CONFORME PROJETO ANEXO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 21 de julho de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e às 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira/SC, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 020/2015 - CMV**

PORTARIA Nº 020/2015

Concede Férias a ALNEI MORIGGI.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor ALNEI MORIGGI, portaria de nomeação nº 019/2013, Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, Código 032, nível alfabético CC-3, referente ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015, a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 29 de junho de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

JACSON DARCI LOCATELLI

Presidente

Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1ª Secretário

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 146/2015**

PORTARIANº 146/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARLENE BEATRIZ BERKENBROCK

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 107/2015, de 16 de junho de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 25 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 25 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 26 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0053/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0053/2015, tendo como objeto Prestação de Serviços para Sonorização de Eventos, Locação e Montagem de Palco em Eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação. O recebimento das propostas será até as 13h45min, do dia 17/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00 do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br) Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0055/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0055/2015, tendo como objeto Aquisição de Moto de 124,7 cilindradas mínimas. O recebimento das propostas será até as 13h45min, do dia 20/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00 do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br) Xanxerê-SC, 26 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **LEI ORDINÁRIA Nº 3744/2015**

LEI Nº 3744/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 023/2015)

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXAS AOS PROPRIETÁRIOS DE EDIFICAÇÕES ATINGIDAS PELO TORNADO NA CIDADE DE XANXERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILSON MARTINS DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele promulga a seguinte

LEI

Art. 1º Ficam, os proprietários de edificações atingidas pelo tornado ocorrido no dia 20 de abril de 2015, isentos do pagamento das taxas cobradas pelo Município de Xanxerê, a seguir estabelecidas:

- a) Alvará de licença para construir;
- b) Alvará de reforma;
- c) Alvará de demolição;
- d) Alvará de habite-se;
- e) Alvará sanitário;
- f) Certidão;
- g) Consulta prévia.

Parágrafo Primeiro - Ficam, igualmente, as pessoas referidas no caput deste artigo, isentas das taxas estabelecidas pela Lei nº 3.188/2009, conforme cada caso específico.

Parágrafo Segundo – Se, por ventura, tenha havido o pagamento das taxas referidas neste artigo, o poder público deverá ressarcir o respectivo valor na forma estabelecida em decreto municipal.

Art. 2º Para ter direito às isenções estabelecidas nesta lei, o beneficiário deverá protocolar requerimento na Prefeitura Municipal de Xanxerê, com cópia do cadastro da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, comprovando que seu imóvel foi atingido pelo tornado.

Parágrafo único – As isenções estabelecidas no artigo anterior serão concedidas apenas para projetos e obras a serem executados no imóvel atingido pelo tornado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, 23 de Junho de 2015  
WILSON MARTINS DOS SANTOS  
Presidente

# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA 136/2015

PORTARIA Nº 136/2015

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 132/2015, que concedeu 30 (trinta) dias de férias a servidora Pública Municipal Sra. Alessandra de Carli Tedesco;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a Sra. ALESSANDRA DE CARLI TEDESCO, ocupante do cargo comissionado de Diretor, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 18 de Junho de 2015, sendo que os 10 (dez) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 18 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

**PORTARIA 738**

PORTARIA Nº 738 /2015.

Prorroga prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 539/2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência;

Considerando que os Processos Administrativos Disciplinares não poderão ser concluídos no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista diligências que se fizeram necessárias durante o andamento processual; e

Considerando o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 539/2015, que é movido em relação ao Servidor E. R. M., pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, com vigência à partir do dia 25 de junho de 2015.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Administrativo

## Consórcios

### AGIR

#### DECRETO Nº 006/2015 - AGIR

DECRETO Nº 006/2015

NOMEIA O ATUAL PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE COMO VICE- PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, inciso II do Estatuto do Consórcio Público, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e Considerando o afastamento dos Exmos. Srs. Paulo Roberto Eccel e Evandro de Farias, respectivamente do Cargo de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Brusque/SC.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, nos termos do que dispõe o artigo 31 e seus parágrafos do Estatuto do Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, o atual Prefeito do Município de Brusque/SC – Exmo. Sr. Roberto Pedro Prudêncio Neto – como Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, cujo mandato iniciar-se-á na data de publicação deste Decreto e expirar-se-á em 31 de Dezembro de 2015, nos termos do artigo 32 do Estatuto da AGIR.

Art. 2º - Altera-se, portanto, o artigo 1º, inciso I do Decreto nº 016/2014, relativamente a composição da Diretoria Executiva da AGIR, que em face da publicação deste Decreto, passa a ser a seguinte: Presidente, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Exmo. Sr. Fernando Tomaselli; Vice-Presidente, Prefeito do Município de Brusque, Exmo. Sr. Roberto Pedro Prudêncio Neto e Tesoureiro, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Exmo. Sr. Hartwig Persuhn;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a data da posse do atual Prefeito de Brusque, ou seja: 31 de março de 2015.

Blumenau (SC), em 23 de junho de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

### ARIS

#### ACÓRDÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 021/2015 - CAPÃO ALTO

Processo Administrativo Punitivo nº 021/2015

Auto de Infração nº 021/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Capão Alto- SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, IX, XII E 12, IV, XIV E 13, V, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 021/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência “in totum”.

Participaram do julgamento, realizado no dia 28 de maio de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correa de Melo, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 10 de junho de 2015

Willian Carlos Narzetti

Conselheiro Relator

#### DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 20 de junho de 2012 emitiu o Termo de Notificação n. 007/2012 em face daCASAN referente ao SAA do Município de Capão Alto, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração (fls.14):

#### DESCRIÇÃO DOS FATOS APURADOS

Em 11 de maio de 2012 foi realizada a fiscalização do SAA da CASAN no Município de Capão Alto. Na respectiva fiscalização foi elaborado relatório técnico onde foram devidamente apresentadas todas as não conformidades identificadas no Termo de Notificação n. 007/2012. Ficando evidenciado a existência de 18 (dezoito) não conformidades (fls. 15).

Em 20 de junho de 2012 o Coordenador de Fiscalização da ARIS, Sr. Ricardo Martins, envia o ofício 136/2012 para a CASAN Referente ao



Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação (fls. 18). Através do ofício 135/2012 o mesmo relatório é encaminhado ao Prefeito Municipal de Capão Alto, Sr. Antônio Coelho Lopes Junior (fls. 19).

Em 16 de julho de 2012 a CASAN encaminha o ofício CT/D 1525 apresentando a manifestação da Superintendência Regional de Negócios Sul/Serra – SRS, quanto às providências adotadas, bem como o prazo necessário para a resolução das adequações sugeridas. O ofício destaca ainda que algumas obras de ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água dependem de processo licitatório (fls. 40).

No parecer técnico 012/2014 a Eng<sup>a</sup> Letícia Gazola da ARIS constata que, das 18 (dezoito) não conformidades listadas no primeiro relatório de fiscalização, apenas a não conformidade 01 foi possível evidenciar o atendimento, recomendando seu encerramento. As outras 17 (dezessete) não conformidades não foram atendidas pela prestadora, tendo ainda seus prazos para atendimento expirados. O Diretor de Regulação da ARIS, Sr. Ricardo Martins, despachou o Parecer Técnico 012/2014, solicitando encaminhar ofício delimitando prazo de 30 dias para apresentação das evidências de cumprimento das demais não conformidades identificadas no Relatório de Fiscalização (fls. 48).

Em 13 de Janeiro de 2014, a ARIS encaminha o ofício nº 050/2014 para a CASAN solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias para a solução das não conformidades, conforme a Planilha anexada ao Parecer Técnico, e que a comprovação das respectivas regularizações fosse encaminhada à ARIS no prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento do ofício (fls. 51). Neste mesmo dia, a ARIS encaminha o ofício nº 051/2014 para o Prefeito Municipal do Município de Capão Alto, comunicando sobre o Acompanhamento do Cronograma de Adequações do Sistema de Abastecimento de Água (fls. 52).

Em 27 de março de 2014, a ARIS envia o ofício n. 084/2014 informando a CASAN que, no dia 16 de abril de 2014, fará uma fiscalização ao SAA do município de Capão Alto (fls. 54). Neste mesmo dia a ARIS encaminha o ofício ao Prefeito Municipal informando da referida fiscalização (fls. 55).

Em 26 de março de 2014 a CASAN encaminha para a ARIS o CT/COMITÊ – 0100, apresentando manifestação da Superintendência de Negócios Sul/Serra – SRS, quanto às providências adotadas no SAA do município de Capão Alto (fls. 57).

Em 11 de abril de 2014 foi emitido pela ARIS o Parecer Técnico 080/2014. Em análise aos documentos referências, constatou-se que:

- a) De acordo com o Parecer Técnico 012/2014 a não conformidade 01 foi encerrada;
- b) A prestadora evidenciou por meio do ofício CT/COMITÊ – 0100 o atendimento das não conformidades n. 02, 06, 09, 10, 13 e 16 para o qual se recomenda o encerramento;
- c) A prestadora atendeu parcialmente as não conformidades n. 03, 04, 05, 07, 11, 14, 15, 17 e 18 cujos prazos para o atendimento expiraram. Neste parecer Técnico, o Diretor de Regulação da ARIS, Sr. Ricardo Martins, despacha solicitando verificação “in loco” pela equipe de fiscalização (fls. 65).

Em 13 maio de 2014 a ARIS emite o Relatório de Fiscalização do SAA do Município de Capão Alto (RF – SAA – CAPÃO ALTO – 002/2014). Ao término da segunda fiscalização deste SAA foi possível constatar que:

- a. A prestadora de serviço de abastecimento de água solucionou 10 (dez) não conformidades;
- b. A prestadora de serviço de abastecimento de água não solucionou 08 (oito) não conformidades;
- c. Foram constatadas 09 (nove) novas não conformidades.

Em 15 de maio de 2014 a ARIS encaminha para a CASAN o ofício n. 202/2014 referente ao Procedimento Administrativo n. 028/2012, Procedimento Administrativo n. 093/2014 e Termo de Notificação n. 042/2014. Neste ofício foi encaminhado à CASAN o Relatório de Fiscalização 002/2014. Informa que, como foram constatadas novas não conformidades, foi aberto novo Procedimento Administrativo n. 093/2014 e lavrado Termo de Notificação n. 042/2014. (fls. 94)

Em 14 de maio de 2014 a ARIS envia para o Prefeito Municipal de Capão Alto o ofício n. 203/2014 encaminhando o Relatório referente a segunda Fiscalização realizada no SAA do município (fls. 95).

Em 15 de maio de 2014 a ARIS encaminha para a CASAN o ofício n. 241/2014 solicitando que, no prazo de 30 dias, a prestadora encaminhe manifestação quanto ao não atendimento do Termo de Notificação 007/2012 (fls. 96).

Em 21 de julho de 2014 a CASAN encaminha para a ARIS o CT/COMITÊ – 182 onde apresenta a manifestação da Superintendência Regional de Negócios Sul/Serra – SRS quanto às providências adotadas frente ao Termo de Notificação 042/2014 e Relatório de Fiscalização nº 002/2014 (fls. 100).

Em 12 de setembro de 2014 a ARIS emite o Parecer Técnico UCH n. 001 – 2014 tendo como objeto a verificação do atendimento das não conformidades apontadas no Termo de Notificação n. 007/2012.

Em 17 de setembro de 2014 a ARIS emite o DESPACHO n. 028/2014 constatando que a prestadora CASAN não atendeu as seguintes não conformidades do referido termo:

N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO
03	Disponer de tubulações, peças e conexões expostas a intempéries e/ou indevidamente armazenadas.	25/12/2012
05	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA: pintura rachaduras, infiltrações e vazamentos.	25/12/2012
07	Banheiro conectado diretamente à sala de dosagem de cloro.	25/12/2014
15	Não há anotação ou declaração de responsabilidade técnica, por parte do responsável pelo SAA, junto ao Conselho de Classe.	25/12/2012
17	Não dispor de local específico ou este se encontra reduzido para atendimento ao consumidor	25/12/2012
18	Apresentar estudo quanto ao índice de preservação	25/12/2012

Em 12 de março de 2015 a ARIS emitiu a DECISÃO Nº 020/2015 tendo como objeto as não conformidades na prestação dos serviços de abastecimento de água pela CASAN no município de Capão Alto, lastreado no Termo de Notificação 007/2012. Na Decisão, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, julga pela instauração do Processo Administrativo Punitivo nº 21/2015, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

DO VOTO

Após analisar os documentos apresentados que compõe o processo, considera-se que:

Sobre as não conformidades encontradas pela equipe de fiscalização da ARIS no Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Capão Alto, em 25 de junho de 2012, a CASAN encaminhou CT/C 1525 apresentando considerações. Analisando os argumentos e provas

apresentadas pela defesa, considera-se que no recurso submetido pela empresa CASAN não há evidências sobre a resolução/atendimento das não conformidades apontadas pelo DESPACHO N. 028/2014, itens: 03,05,07,15,17 e 18. Desta forma, do total de 18 (dezoito) não conformidades listadas no Termo de Notificação 007/2012, 12 (doze) foram resolvidas e 6 (seis) continuam não conformes. Para 4 (quatro) das não conformidades a CASAN alegou em sua defesa que precisaria de processo licitatório para resolução: itens 03,05,07 e 17. Contudo, na segunda Fiscalização ao SAA do município de Capão Alto feita em 16 de maio de 2014, foi constatado a continuidade destas não conformidades. Percebe-se que, 'passados aproximadamente 2 (dois) anos, a CASAN não efetivou o processo licitatório com o objetivo de resolver as não conformidades conforme alegava em sua defesa.

Ainda, na segunda Fiscalização do SAA realizada pela ARIS em 16 de maio de 2014, além de confirmar o não atendimento das 06 (seis) não conformidades listadas, foram ainda encontradas outras 09 (nove) novas não conformidades. Tal situação resultou na abertura de novo Procedimento Administrativo n. 093/2014 sendo ainda lavrado Termo de Notificação n. 042/2014.

Sendo assim, conheço das alegações do Recurso e, no mérito, nego provimento ao recurso, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo nº 028/2012, impondo à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN a manutenção do Auto de Infração nº 21/2015 e, consequentemente, da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos da fundamentação.

É o voto.

---

## CIS NORDESTE

---

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 08/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/NORDESTE

Contratada: GRIIMS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO LTDA. - ME(CNPJ 12.640.109/0001-72)

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de placa com a foto do presidente para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 101,00 (cento e um reais)

Data: 27 de fevereiro de 2015.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

**CIGAMERIOS****EXTRATO DE ADITIVOS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público extrato de aditivos de Atas de Registro de Preços, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 003/2015, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2015 – 241/2015 - 242/2015 – 243/2015 – 244/2015 – 245/2015 – 246/2015 – 247/2015 E 248/2015

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS e a Empresa LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 11/05/2015 a 31/12/2015

OBJETO: Com o advento de fato novo e imprevisível alheio a vontade dos contratados, devidamente justificado e comprovado através de documentos apresentados pela empresa contratada, o fabricante do produto alterou e modernizou parte da descrição dos itens, com base no art. 65, inciso I, "a" da Lei 8.666/93, por ter alterando o modelo da roda, os itens 110 e 111 das Atas de Registro de Preços nº 240/2015 – 241/2015 - 242/2015 – 243/2015 – 244/2015 – 245/2015 – 246/2015 – 247/2015 E 248/2015, respectivamente, os objetos passam a obter a seguinte descrição:

ITEM LICITADO	UNIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
110	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 EM NYLON, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 85 KG.
111	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 EM NYLON, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 120 KG.

DILAIR MENIN  
PRESIDENTE DO CIGAMERIOS